COLEÇÃO DE TEXTOS DA
LÍNGUA PORTUGUÊSA MODERNA

3

OBRA CRÍTICA DE ARARIPE JÚNIOR

VOLUME IV
1901-1910

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CASA DE RUI BARBOSA

COLEÇÃO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

1 — *Dicionário de Fatos Gramaticais (Esgotado)*

2 — *Textos Medievais Portuguêses e Seus Problemas (Esgotado)*

COLEÇÃO DE TEXTOS DA LÍNGUA PORTUGUÊSA MODERNA

1 — *Obras de Casimiro de Abreu (Esgotado)*

2 — *Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá*

3 — *Obra Crítica de Araripe Júnior — 1.º vol.*
2.º vol.
3.º vol.
4.º vol.
5.º vol. em preparo

4 — *Literatura Popular em Verso*
Catálogo — Tomo I
Antologia — Tomo I

COLEÇÃO DE TEXTOS DA LÍNGUA PORTUGUÊSA ARCAICA

1 — *O Livro de Vita Christi — 1.º vol.*

OBRA CRÍTICA
DE ARARIPE JUNIOR

COLEÇÃO DE TEXTOS DA
LÍNGUA PORTUGUÊSA MODERNA

3

OBRA CRÍTICA DE ARARIPE JÚNIOR

VOLUME IV
1901-1910

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CASA DE RUI BARBOSA - 1966

PREFÁCIO

Tôda a obra crítica de Araripe Júnior, segundo a pesquisa já feita, caberá em cinco volumes da nossa edição. O primeiro compreendendo trabalhos de 1868 a 1887; o segundo, de 1888 a 1894; o terceiro, de 1895 a 1900. O de agora, que é o quarto, nos dará os trabalhos que vão de 1901 a 1910.

Nesse decênio, como se verá, diminui a intensidade da crítica na imprensa diária. Advogado e homem de letras, Araripe Júnior sempre dividiu entre os dois campos o seu gosto e sua curiosidade intelectual. Em 1904, porém, é nomeado Consultor Geral da República e o exercício do alto cargo lhe dificultava a tarefn da crítica em periódicos. Dificultava, mas não o afastou de todo. Sobretudo não afastou seu interêsse pelas coisas literárias e nacionais que se desenvolviam fora dos estudos das leis e sua interpretação.

Neste volume, entre outros escritos, terá o leitor o estudo sôbre Os Sertões *de Euclides da Cunha, onde o conhecedor do nordeste nos dá não sòmente sua visão de crítico, mas o testemunho de quem não era estranho ao fenômeno social em que, dolorosamente, se formara o episódio de Canudos. Aliás, Euclides da Cunha aparece ainda em* Dois Grandes Estilos, *no artigo* Dois Vulcões Extintos, *e na carta, publicada no* Jornal do Comércio, *que lhe foi dirigida por Araripe Júnior, quando da edição do* Inferno Verde *de Alberto Rangel.*

Terá ainda o leitor o pequeno artigo sôbre Machado de Assis, motivado por sua morte, que somado ao que escreveu no aparecimento de Quincas Borba *e se encontra no segundo volume da nossa Coleção, constitui excelente contribuição do crítico à biografia e conhecimento do grande romancista.*

O clima jurídico em que Araripe Júnior vivia, o leva aos estudos sôbre as obras de direito que se editavam, como os Comentários à Constituição Federal, *de Barbalho, o* Código Comercial, *anotado por Bento de Faria, o* Tratado da Ciência da Administração e Direito Administrativo, *de Viveiros de Castro, os* Processos Criminais, *de Alfredo Pujol. O crítico e o jurista aí nìtidamente se confundem.*

Deve-se ainda chamar aqui a atenção para os Diálogos das Novas Grandezas do Brasil. *Na sua primeira parte, é uma crítica mordaz ao patrono desta Casa, a quem nunca o ligou qualquer vínculo de simpatia pessoal ou de inteligência. A análise, em profundidade, embora em tom de humor ou sátira, da obra, atos públicos e conduta psicológica de Rui Barbosa, é muitas vêzes injustas e revela sua aversão a tudo aquilo sôbre que o grande líder da República erguia a sua glória. Não se poderá, no entanto, negar que Araripe Júnior foi o primeiro a colocar a discussão sôbre a personalidade de Rui Barbosa em bases de um juízo em que figuram agudas considerações de ordem psicológica. E é, com prazer, que anoto neste Prefácio a circunstância de ser a Casa que traz o seu nome, que vem editar e, na verdade, possibilitar a leitura do pequeno livro de Araripe Júnior, quase esquecido. Prova-se, assim, que o ideal do direito à livre manifestação das idéias, de que Rui Barbosa fêz a tônica de sua constante pregação política e ação jurídica, encontra abrigo na Casa que conserva sua biblioteca, suas relíquias, seus arquivos e sua memória. O crítico e o criticado, pela lei das circunstâncias, se acham face a face. O plano intemporal que a morte cria deu a possibilidade.*

Ao lado de tudo isso, imprimem-se ainda estudos menores que igualmente confirmam a linha de pensamento e de cultura que caracteriza a posição de Araripe Júnior na crítica brasileira, do fim do século passado à primeira década do século XX. Posição de primeiro lugar, pois é indiscutível sua sinceridade, seu conhecimento de antigos e modernos e sua coragem de ser fiel ao conjunto de idéias que colocava como base para o bom entendimento da obra literária.

Acredito que com os três volumes já publicados e com êste que ora aparece, se tem matéria bastante para o julgamento que as novas gerações de estudiosos da literatura brasileira lhe devem, a êle que, se era lembrado do pouco que existia em livro, na realidade era ignorado ou só parcial, muito parcialmente lido.

Com o quinto volume, em fase de composição, terminará a nossa tarefa. No seu Prefácio, se tempo houver, falarei dos papéis: Diário, notas de estudos, romance mal iniciado, cartas, e outros que, gentilmente, os descendentes de Araripe Júnior cederam aos arquivos da Casa de Rui Barbosa, inclusive a silhueta que se reproduz hors-texte.

THIERS MARTINS MOREIRA
Diretor de Pesquisas

OBRA CRÍTICA
(1901-1910)

JOÃO RIBEIRO

FILÓLOGO E HISTORIADOR

PUBLICAÇÃO EM PREFÁCIO, DATADO DE RIO, 15 JUNHO 1900, AO LIVRO DE JOÃO RIBEIRO, *HISTÓRIA DO BRASIL* (CURSO SUPERIOR), EDITADO NESSE MESMO ANO. O PREFÁCIO FOI INSERTO NA 2.ª EDIÇÃO DA OBRA, RIO DE JANEIRO, LIVRARIA CRUZ COUTINHO, DE JACINTO RIBEIRO DOS SANTOS, 1901, pp. V-XVI. PELOS DIZERES DO TRABALHO, DEPREENDE-SE QUE O AUTOR O ESCREVEU ESPECIALMENTE PARA FIGURAR COMO PREFÁCIO DA OBRA, PROVOCADO PELO LANÇAMENTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO. O TEXTO REPRODUZIDO É DA 2.ª EDIÇÃO

Em 1880, aparecia, no Rio de Janeiro, um môço nortista escrevendo gramáticas e ao qual se atribuía grande aptidão para os estudos da lingüística. Êsse nortista, que então se soube ser de Sergipe como Sílvio Romero, limitava as suas aspirações às glórias do mundo pedagógico.

Quem escreve estas linhas, por ocasião de dar notícia, na *Semana* (1887), de um dicionário gramatical *, editado pela casa Nicolau Alves, disse que o autor dêsse trabalho, bem como dos *Estudos Filológicos,* publicados em 1894 **, distinguia-se dos outros seus colegas por uma singular vocação para aquilo a que os inglêses chamam em sentido particularíssimo discernimento.

> Nem todo o homem de ciência ou que se apresenta como tal, — exprimia-me eu, — dispõe dessa fôrça inicial *** de discernir. Muitos indivíduos há que a adquirem pela diuturnidade do exercício, ou que nascem com a bossa da generalização, mas que por conformação especial do intelecto nunca chegam a ter um sentimento definido da função do discernimento. São êstes seguramente os que mais exercem as suas aptidões em coordenar fatos confusos, fugitivos, e que, por último, na impossibilidade de tornar a verdade, por assim dizer, tangível, acabam, concentrados em analogias arbitrárias, recorrendo à dedução de tipos preestabelecidos.

João Ribeiro não perdeu tais qualidades, antes as apurou; e o livro *História do Brasil,* que acaba de sair dos prelos, prova-o sobejamente. A clareza do seu espírito, e, portanto, dos seus escritos, avulta de dia a dia, tomando cada vez mais extensão científica e brilho literário; o que se explica pela variedade de cultura do professor desdobrado num artista. Pintor, músico, poeta, formado em direito, o autor da *História do Brasil,* que já manejava com vantagem os métodos de ensino inglêses, agora, depois de uma estada de dois anos na Alemanha, comissionado pelo Govêrno para estudar os processos de ensino superior de História, surpreende-nos com uma feição nova

---

* O trabalho de Araripe, *O Dicionário Gramatical de João Ribeiro,* não foi publicado em *A Semana,* como êle diz, por engano, mas na *Revista Sul-Americana,* ano I, vol. I, n. 3, Rio de Janeiro, 15 fevereiro 1889, e também no *Diário do Comércio,* Rio de Janeiro, 10 fevereiro 1889. V. o trabalho em questão no Vol. II, p. 179, da presente edição.

** A publicação é de 1885; engano de Araripe.

*** Em várias edições da *História do Brasil,* aqui estava *inimiga.* Fêz-se a correção pelo texto de Araripe na *Revista Sul-Americana.*

e carregada dêsse gênio paradoxal que, na pátria de João Paulo Richter, tem produzido, senão arrebatado ao professorado, os mais cintilantes e originais dos seus escritores. Assim sucedeu, entre outros, a Schopenhauer, a Max Stirner, e, mais recentemente, a Frederico Nietzsche, sendo que êste é o que se pode dizer verdadeiramente a transfiguração de um gramático e filólogo num poeta de largo remígio. Pois bem, João Ribeiro assimilou êsse espírito característico da literatura alemã; e não o fêz embalde, porque hoje não hesita em o pôr ao serviço do ensino da história geral da civilização e do Brasil, dando aos seus novos trabalhos o encanto que só um homem de letras, dedicado ao magistério, ou o *privat-dozent*, educado à moderna na filologia clássica, consegue imprimir nesses manuais insignes, que são a glória da pedagogia do século. De fato, e o mestre com facilidade se convenceu disso, há presentemente livros desta natureza na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que fazem pensar no que será o ensino no meado do século XX: — uma inoculação elétrica dos conhecimentos necessários à vida pelos processos simplificadores da economia do esfôrço intelectual e pelo desenvolvimento do gôsto artístico latente em todo o homem que não seja um cretino. Já se encontram, por exemplo, os *Albuns Históricos*, de Lavisse, que ensinam pela retina; e professôres há que preconizam a aplicação à História de uma espécie de método Berlitz, isto é, a criação de estados de consciência no aluno, em virtude de contínuos mergulhos num meio de ressurreição histórica. Compreende-se, porém, que sacrifícios de paciência e de dinheiro não são precisos para promover êsses passeios históricos maravilhosos e constituir gabinetes de trabalho de modo a utilizarem-se todos os esforços do professor. Na falta de tais recursos, restam o manual e a *verve* do mestre. Na Alemanha e nos Estados Unidos a confecção de semelhantes manuais supletórios tem-se tornado uma questão vital. O método é a maravilha da escola e a delícia do professor; e no que entende com a pedagogia histórica, completamente abolidos os processos de exposição, ainda infelizmente usados em nossas escolas, e que apenas servem para criar no aluno antipatias profundas por essa casta de estudos, o manual é a carta de navegação pela qual o pior pilôto pode levar o discípulo ao pôrto do destino. O autor da *História do Brasil* procura justamente fazer entrar a corrente pedagógica que tem produzido êsses trabalhos, nos seus hábitos de ensino.

> Não se exigem mais, da História, — dizem Langlois e Seignobos, na sua *Introdução aos Estudos Históricos*, — lições de moral, nem exemplos cavalheirescos, nem também cenas dramáticas ou pitorescas, sendo certo que, quanto a tais objetos, a legenda seria preferível à História, porque ela apresenta um encadeamento das causas e dos efeitos mais conforme aos nossos sentimentos de justiça, descreve personagens mais perfeitos e heróicos, cenas mais belas e emocionantes.

Os competentes, portanto, há muito tempo condenaram a mania de empregar a História como instrumento de exaltação patriótica ou do lealismo, isto por uma razão óbvia, e é que do método assim entendido resultava que ilògicamente cada país tendia a fazer aplicações da ciência na conformidade dos seus interêsses particulares, mutilando a vida dos povos no sentido dos seus ódios ou dos seus entusiasmos. É assim que vimos, para não ir muito longe, Oliveira Martins, aliás o maior escritor de História da língua portuguêsa, deformar o tipo de D. João VI, simplesmente porque êste príncipe causou a Portugal o enorme prejuízo de arrebatar-lhe ou dar motivo que lhe arrebatassem o Brasil. Não cabe aqui verificar até onde é lícito utilizar a doutrina a países como o nosso, semicoloniais. É difícil dizer se o mundo já pode dispensar êsse, embora velho, conhecido instrumento de civilização, e se êsse aparelho de defesa nacional está no caso de ser abandonado tão cedo para dar lugar a um cosmopolitismo duvidoso, inorgânico, que, não podendo ainda ser o que Augusto Comte imaginava, não passa na realidade do campo de ação em que tripudia o egoísmo feroz de alguns governos e se avantajam os grandes especuladores pertencentes à escola místico-industrial preconizada por Cecil Rhodes.

Não sei também por outro lado se Fouillée terá razão quando se pronuncia pela educação no ponto de vista nacional, quebrando um tanto os excessos do ensino naturalista e pondo nos programas mais *humanidades* do que ciências práticas, o que até certo ponto não deixa de ser uma incoerência, à vista do edificante exemplo e muito recente dos intelectuais de França. É bem possível que não tarde a chegar a época em que se encontre meios de fazer em minutos o que em outros tempos se obtinha em longas horas extenuantes, e que uma cuidadosa reforma dos estudos clássicos indique o caminho de ganhar a vida em sociedade com grandes ideais, sem desprêzo da poesia e da arte, e realizando nas fábricas os mesmos prazeres que gozam os artistas nos seus *ateliers*. Não duvido que se aproxima o dia do triunfo anunciado por Fornelli, na *Educação Moderna*; e será então um gôsto ver aplicar, em benefício de todos os que têm figura humana, "o método da mente científica e artística à mente prática". Ora é certo que nenhum caminho há mais comezinho para essa tentativa do que a aprendizagem de História. João Ribeiro o está aplainando e oferece já, um tanto desbravado, à nossa mocidade. Talvez seja o seu compêndio o primeiro que encontro, sôbre o Brasil, com a vibração do verdadeiro manual de história moderna; e maior seria o seu valor, se, a par dêsse manual, eu visse o professor funcionando em colégio aparelhado, já não digo como o de Harvard, nos Estados Unidos, mas como o de um país *soi-disant* latino, refiro-me à *Ecole des Roches*, em França, onde se não ensina a História separada da

Geografia, e, segundo informa Edmundo Demolins, no livro *L'éducation nouvelle,* essa disciplina começa a ser professada desde os primeiros passos do aluno concretamente nos exercícios e diversões, fora de aula, antes de qualquer esfôrço de ordem puramente intelectual, e depois, quando já preparado o espírito infantil com um bom cabedal de fatos pitorescos, de figuras humanas salientadas pelo relêvo da escultura, da pintura, da gravura, da anedota, passa a ser incutida ou antes coordenada quase intuitivamente sob o prestígio dos métodos superiores criados pela teoria evolutiva.

É pena que os programas fatalmente adotados entre nós não tenham permitido ao autor da *História do Brasil* distribuir as matérias do manual de acôrdo rigorosamente com essa concepção do ensino histórico geográfico. Todavia, do exame do livro vê-se o empenho utilizado nesta direção; e é manifesto o partido que o professor inteligente pode tirar dos capítulos não destinados à leitura do aluno. Neste ponto João Ribeiro abriu, se não estou enganado, uma fase nova para o ensino de História no país; e oxalá que o seu exemplo não fique esterilizado diante da indiferença dos que estudam estas questões.

Não vou analisar a obra, cujo valor se impõe à simples leitura do índice. O autor, conforme declara em uma nota final do livro, seguiu à letra as indicações de Martius, que inconstestàvelmente foi o iniciador da filosofia da história da civilização no Brasil no admirável trabalho *Como se Deve Escrever a História do Brasil.* O compêndio, além disto, condensa e coordena as idéias dos espíritos mais esclarecidos que se têm ocupado com o assunto.

A alma da história do nosso país como a de tôda a América do Sul, o historiador a vai encontrar no espírito de navegação e na expansão econômica européia, que, outrora benéfica para a humanidade, hoje constitui talvez a causa das infâmias em via de ser postas em prática na Ásia e na África pelas mesmas nações que ilustravam essas regiões. Acaso essa idéia geral, como também as idéias adjetas e que no seu complexo são a ossatura da nossa história, achar-se-ão mal colocadas num manual para meninos? *Hic iacet lepus.* A professor de tipo régio com certeza isto se afiguraria o maior despautério dos tempos que correm. Certo lente de Latim, por exemplo, que eu muito conheço e considero um acérrimo apologista do *menor esfôrço,* diz, para quem quiser ouvir, que tais processos não passam de tendências levianas para inovações impraticáveis. Ora, isto só indica que, por desventura da nossa instrução, ainda não se fechou o ciclo do magistério-indústria; nem se formou no país a corrente de sentimentos que julgo indispensável à difusão do ensino pelo modo e intensidade por que o exige a República. Todavia vejo que há professôres como Said Ali e o autor da *História do Brasil,* cujos horizontes não

são limitados pelo interêsse e pelo mêdo de progredir, e que felizmente vão aos poucos rompendo a espécie de nevoeiro eslavo que oprime as nossas escolas. Êstes, pelo menos, acreditam que as idéias, por mais alevantadas que sejam, podem penetrar perfeitamente no intelecto do menino, contanto que o mestre saiba aproximar-se dêle, despindo-se do espírito de pura burocracia pedagógica, e tenha o preciso talento de dar corpo às coisas abstratas, ou melhor possa transformar as idéias gerais em sentimentos, vestindo-as com as côres dos objetos da vida diária e familiarizando o espírito infantil da vida diária e familiarizando o espírito infantil com a ciência, que, em última análise, só é difícil enquanto reside na nomenclatura técnica.

O manual de João Ribeiro constitui um * excelente guia naquele sentido. O aluno só terá que ler do seu livro as narrações e fatos capitais da história nacional, o que se pode chamar a parte dramática dos acontecimentos; o mais fica a cargo do professor. O compêndio fornece tôdas as indicações que o devem induzir a estudar, não sòmente a filosofia dos fatos, a sua filiação e as interdependências geográficas, mas também a oportunidade de exibi-las e o modo consentâneo a cada aluno de despertar o interêsse sôbre êles, servindo-se das analogias que no ambiente próximo se oferecem como veículo da iniciação. Esta direção no compêndio é dada ao mestre inteligente com o critério desejável, o que não o priva de modificá-la, de acôrdo com a crítica que cada professor tenha conseguido fazer sôbre documentos originais.

Ora, por exemplo, temos a lição de introdução do curso. Presumo que o mestre esteja numa sala, onde se encontrem alguns mapas murais do Brasil e Europa. Não custará a êsse professor fazer a sua primeira lição chamando a atenção do aluno para os dois pontos geográficos — Portugal e Brasil — para sua situação continental e para a interposição do oceano, materializando, por assim dizer a idéia longínqua e obscura que a leitura daria da viagem de descoberta da América do Sul. Se aí existirem os quadros da primeira missa, de Vítor Meireles e de outros artistas que se têm ocupado com o primeiro movimento da nossa história, tanto melhor; poderá o dito professor reunir à primeira impressão produzida pelos mares e pelas terras distantes as figuras dos homens que tomaram parte saliente no descobrimento do Brasil e os atos mais importantes em sua ordem cronológica. Até êste ponto, o discípulo não terá ouvido nenhum famoso discurso, revelador da grande *sabença* do pedagogo, nem tampouco terá sido torturado com preleções sôbre sistemas de histórias ou questões de exegese como por exemplo: — *seria João Ramalho o*

* Estava *uma guia* no original.

bacharel de Cananéia? — Brasil se deve escrever com s ou com z? e outras bizantinices, que são o prazer predileto de certos nefelibatas. Nada disto; mas agora será oportuno explicar, terminando a primeira lição, o índice do livro. Essa explicação converter-se-á, fàcilmente, — e tudo depende do gênio sugestivo de quem a empreender, — num quadro sintético e pitoresco da formação do país, e assim por diante. É preciso que o menino, ao retirar-se da aula, saia com o sentimento de que o seu espírito cresceu, ampliando-se num rapto de alegria, como se porventura êle tivesse assistido à descoberta do Brasil e houvesse acompanhado o seu desenvolvimento em poucas horas. Semelhante estado de consciência é a coisa mais fácil de produzir na alma das crianças, que eu conheço, havendo mestres. E pode calcular-se a curiosidade com que no dia seguinte, à segunda lição, o aluno se apresentará pedindo os detalhes relativos ao esbôço que lhe foi mostrado e que tanto o encantou. É intuitivo o que se deverá propor à atenção escolar nas lições subseqüentes.

O livro IV do manual, exemplifiquemos ainda, trata em globo da formação do Brasil; o n.º III inscreve-se com o título "Uma Entrada". Haverá capítulo de história mais fatigante para o aluno xucro que a descrição do que era uma bandeira naqueles tempos? Por certo que não. Mas pense qualquer um de nós o que há de interessante nesse fenômeno social, e o relêvo que êle pode ter na bôca de um professor de talento, que seja homem de letras e possua cultura geral. Se êste se propusesse a falar à imaginação infantil, bastaria lembrar o drama no deserto, a luta com a natureza, a guerra do selvagem, a surprêsa das feras, o aparelho da defesa, e o herói de uma entrada como por exemplo Anhangüera. Depois as analogias para tornar compreensível a organização da bandeira; não são elas, acaso, uma região fértil, onde o explicador iria buscar elementos fertilizantes do espírito dos alunos?

Creio que não é necessário dizer mais relativamente ao livro de João Ribeiro, encarado como chave de ensino e de iniciação dos professôres.

Resta referir-me um pouco à crítica histórica que se contém na obra, que, segundo sou informado, nesta segunda edição, sairá ampliada e expurgada dos defeitos que o próprio autor notou e que se devem à rapidez da composição.

João Ribeiro enfeixa os dois primeiros séculos da nossa história em volta do espírito de navegação ou de descobertas e da causa do comércio livre. Suponho que o historiador simplificou demais o que de si se acha envolvido em complicações inextricáveis. Se foi a causa do comércio livre que nos trouxe o jugo holandês, o que não me parece ser uma causa absoluta, não foi com certeza a esquadra espanhola que fundamentalmente nos defendeu dos *rouliers de la*

mer. Sabe-se o que era o litoral do Brasil nesse período; sabe-se, também, a importância que podia resultar das vitórias dos piratas, cujas tendências eram de todo opostas à permanência e, portanto, à colonização árdua, trabalhosa e mesquinha, para a qual só o português então se mostrava apto. Êste fator, portanto, perde a sua gravidade e valor dinâmico, desde que se atenda a que a fôrça residente em terra sobrelevava, graças à intensidade dos interêsses e da expansibilidade vernácula do caráter de alguns homens, a tudo quanto no mar surgia em oposição a êsse desenvolvimento; porquanto o holandês, se andara com brilho, em compensação a sua ação era fluutante e aleatória como tudo que repousava nos destinos da Companhia das Índias Ocidentais. No *Papel Forte*, do Pe. Antônio Vieira, encontra-se, já se sabe que nas entrelinhas, o segrêdo de todo o precário fulgor da aventura de Maurício de Nassau. Todavia, a narração de João Ribeiro não exclui que se chegue a estas conclusões, uma vez que o espírito se apóie nos pontos marcantes da mesma narração.

Há no livro uma corrente de idéias subterrâneas que se prendem à federação. Por que, francamente, o autor não derivou dos núcleos, que êle tão bem descreveu, no livro V, com as suas idiossincrasias e caracteres étnicos e de educação, a nossa transformação atual? Julgo haver percebido nisso uma tendência que, mais de uma vez, tenho profligado em conversa com o autor. João Ribeiro deixou-se por algum tempo fascinar pelo imperialismo da *English-speaking-race;* se com razão ou sem ela, não sei; mas o que afirmo é que o seu espírito não comporta êsse aspecto da atualidade política do mundo, não só por contrário à sua índole e às molas da sua inteligência, mas também porque será um obstáculo ao embelezamento da obra que em boa hora empreendeu, de ensinar a história de seu país às crianças e aos homens que a não conhecem. *

------

* O trecho, a partir de aqui até o final, foi omitido em edições posteriores da obra de João Ribeiro.

Na 2.ª ed., à p. 347, foi inserta, a propósito do que diz o prefaciador, a seguinte nota:

> No Ceará os sucessos tomaram diferente curso e aceitamos a retificação que da nossa narrativa fêz o dr. Araripe Júnior e a qual não reproduzimos aqui porque já se acha no excelente prólogo que exorna esta segunda edição.

Em edição posterior (V. a 14.ª), o trecho foi colocado em seguida à nota supra, cortado o último parágrafo e ajuntada igual retificação acêrca da Paraíba.

É interessante transcrever neste passo a carta que Araripe Júnior dirigiu a João Ribeiro, na época do lançamento do seu livro, a qual foi aproveitada na redação do trecho acima. Foi divulgada em "Autores e Livros", Supl. Literário de *A. Manhã*, n. 11, Rio de Janeiro, 26 outubro 1941, p. 197.

Mais duas palavras e vou fechar êste prefácio, escrito com o amor e prazer que me inspiram todos os assuntos nacionais.

As duas palavras importam uma retificação, em que sou pessoalmente interessado.

Tenho ou não tenho o direito de impedir que a propósito de um ascendente meu corram idéias pouco exatas? Parece que ninguém o negará.

"João Ribeiro.

FOI COM verdadeiro encanto que percorri a sua *História do Brasil*, a qual veio reconciliar-me com assuntos de que estava afastado por algum tempo.

Não é lisonja: v. lavrou um tento, saindo dos moldes costumeiros e pondo ao alcance da meninada coisas que até agora andavam sòmente pela cabeça dos *eruditos-filósofos*.

A sua história tem o mérito de ser clara e "sentida". Com rara perícia soube v. debuxar os fatos, tornando visíveis os aparelhos que concorreram para civilizar nossa terra, e que em razão de sua natureza coletiva, de ordinário empastelam-se nas narrações dos historiadores vulgares.

Os capítulos impressos em tipo menor e destinados a expor as idéias gerais do livro e as questões de crítica histórica, agradaram-me imensamente. Não sobrecarregam o espírito, e por isso podem figurar num compêndio de história pátria sem maior escândalo. Todavia lamento que os capítulos narrativos não tenham sido dotados de mais intensidade dramática, sendo êsses trechos como parece reservados para a leitura dos alunos.

Receba, pois, meus parabéns.

Agora uma censura de amigo e também interessado. A censura é esta: — À pág. 284 do livro, disse v. a propósito da malograda Confederação do Equador, que "as adesões foram mais palavrosas que efetivas desde Alagoas até ao Ceará". Há evidente injustiça nesta afirmação. Se é verdade que Pais de Andrade raspou-se de Pernambuco, apenas moveram-se as fôrças imperialistas, outro tanto não sucedeu no Ceará. O presidente eleito dêste Estado, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, resistiu até o último momento, tendo recusado a anistia que Lord Cockrane mandou-lhe oferecer sob condição de depor as armas. Nos trabalhos do dr. Theberge, Catunda, João Brígido e Studart encontrará v. as provas de que naquela ex-província a revolução foi tomada muito ao sério. O sangue correu ali abundantemente, e os patriotas, diretores do movimento. sucumbiram pela maior parte. Meu avô foi morto pouco adiante de Russas, no povoado de Santa Rosa, tendo sido cercado por uma fôrça de 1.200 homens. Outros talvez mais desventurados, como por exemplo o Pe. Gonçalo Mororó, padeceram morte afrontosa, na fôrca.

Espero que numa nova edição da obra v. modificará êsse esquecimento dos fatos, e também faço votos para que o seu imperialismo "à l'anglaise", mal encoberto a fls. 107-8, tenha, por esse tempo, se atenuado para sôssego de todos nós que o prezamos.

Aceite um abraço do am. e col., aff.º

T. A. ARARIPE JÚNIOR.

Diz João Ribeiro na 1.ª edição da *História do Brasil,* referindo-se ao malôgro da Confederação do Equador (1824): "As adesões foram mais palavrosas que efetivas desde Alagoas ao Ceará." Há nestes têrmos grave injustiça aos patriotas do Ceará. Se é verdade que Pais de Andrade, em Pernambuco, se retirou da luta, apenas sentiu o movimento das fôrças monárquicas, outro tanto não se deu no Ceará, que chegou a constituir-se em estado federado, pondo o presidente constitucional, organizando junta, arvorando bandeira, e depois elegendo o seu presidente, que foi Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, homem môço, de alma varonil e incapaz de recuar uma linha do seu propósito. Com efeito naquela ex-província as coisas não se passaram precisamente como diz o historiador. Correu muito sangue; houve luta; e no patíbulo padeceram *morte paternal,* na conformidade do decreto de D. Pedro I, o padre Mororó e outros cearenses valorosos. Quanto a meu avô, em Santa Rosa, perto de Russas, a 31 de outubro de 1824 e depois de repelir a anistia oferecida por Cockrane, cercado de 1.200 imperialistas, sucumbiu, morto covardemente por traidores, que se bandearam para o inimigo. É o que acho escrito nas páginas insuspeitas dos livros de Theberge, João Brígido e Studart. O Ceará, porém, tem sido infeliz, com os historiadores gerais. Raras referências se fazem aos seus sacrifícios; e quando se fala na própria Abolição, se diz que os jangadeiros impediram o tráfico e se coloca êsse fato como incidente histórico de importância secundária, quando é certo que a libertação súbita de 18.000 escravos, pois tantos eram os ali existentes em 1878, foi uma surprêsa e ao mesmo tempo um golpe de morte no ânimo dos abolicionistas dos processos lentos, evolutivos ou racionais.

GREENHALGH

(POEMA DE LACERDA COUTINHO)

PUBLICAÇÃO EM PREFÁCIO AO LIVRO *GREENHALGH*, DE JOSÉ CÂNDIDO DE LACERDA COUTINHO, 2.ª EDIÇÃO, RIO DE JANEIRO, TIPOGRAFIA NERI, 1901, E REPRODUZIDA EM *PÁGINAS SÔLTAS*, DO MESMO AUTOR, RIO DE JANEIRO, TIPOGRAFIA BESNARD FRÈRES, 1913, PP. 9-16, DE ONDE FOI COPIADA. O PREFÁCIO É DATADO DE 9 OUTUBRO 1901. A PRIMEIRA EDIÇÃO DO POEMA *GREENHALGH* É DE 1866. LACERDA COUTINHO FOI MÉDICO E POETA CATARINENSE

O poema a que estas linhas vão servir de prefácio foi composto e publicado em 1866, quando o autor contava 24 anos de idade.

Por êsse tempo, o Dr. Lacerda Coutinho era, conforme se depreende de uma nota que tenho diante dos olhos, um rapaz de gênio jovial, gracejador e expansivo, como fôra seu progenitor. Quando o conheci pessoalmente, isto é, em 1894, tinha êle passado por uma profunda transformação. Os vinte e nove anos decorridos depois daquela estréia literária haviam-lhe pôsto na alma as amarguras das desilusões da vida, senão um pessimismo excessivo. Todavia, não perdera a *verve*, nem o dom do gracejo; raro era, porém, que, passados os primeiros momentos, o fino espírito que o caracterizava não se transformasse em ironia.

Circunstâncias particulares permitiram-me conhecer muito de perto, não só a extensão dos seus dotes intelectuais, mas também o apuro das qualidades morais que o distinguiam como amigo, pai de família e funcionário público.

As nossas relações estreitaram-se com a minha nomeação para o lugar de diretor-geral da diretoria de instrução na Secretaria de Estado do Interior, aonde fui encontrá-lo exercendo o cargo de diretor de seção, colocação muito inferior aos seus estudos científicos, ilustração e capacidade literária. Rompidas as cerimônias impostas pela jerarquia burocrática, como era natural que sucedesse entre dois homens de letras, não tardou que entre nós se estabelecesse o comércio das idéias em contínuas palestras literárias. Essa convivência era nutrida por uma oposição acidental de escolas. O Dr. Lacerda Coutinho mantinha-se no ponto de vista exclusivo do romantismo, que o aparelhara para as lides estéticas; desta maneira, quando se lhe oferecia ocasião de apreciar o mérito de alguma obra de atualidade, o seu gênio chacoteador não poupava sarcasmo aos escritores realistas, e ainda mais aos decadentes e simbolistas, cujas incongruências melindravam a delicadeza de sua sensibilidade e o sistema claro em que se apoiava a sua estética. Não raro eu o contestava; daí discussões intermináveis, em que a sua erudição, servida por uma memória não comum, lhe proporcionava mostrar tôda a riqueza da sua cultura.

Numa destas palestras, interpelei-o sôbre o motivo pelo qual abandonara as letras, aonde a sua atividade podia ter logrado um dos mais conspícuos lugares. Então todo o seu pessimismo explodiu; e surpreendeu-me o modo por que êsse poeta tentava traduzir o mis-

tério da existência, — em frase candente e apaixonada. Schopenhauer não exageraria tão acerbamente o dinamismo da dor; nem nos livros do filósofo alemão encontrar-se-iam, sôbre a maldade humana, conceitos tão soturnamente inexoráveis. Não me foi difícil, todavia, verificar que o pessimismo do meu bom amigo não era o que se entende pròpriamente por pessimismo filosófico. Embora a sua instrução em metafísica fôsse bastante sólida e êle houvesse adquirido, no colégio dos padres jesuítas, em Santa Catarina, certa agilidade dialética, tendo incorporado por completo o cartesianismo que ali se ensinava, as suas tendências não permitiam que os livros o levassem a especulações teleológicas. O fim do mundo e os destinos da alma humana lhe tinham sido delimitados pela crença num Deus e na imortalidade da alma, da qual não se partia. O sentimento do dever se consubstanciara nêle como função fatal da existência; mas, de dia a dia, em sua alma avolumava a sensação de que êsse dever forçosamente teria de ser cumprido num ambiente de oposições, injustiças e malefícios inevitáveis.

— A humanidade, ou pelo menos a sociedade em que vivo, padece de um mal incurável, dizia. E se não fôssem as responsabilidades que circunstâncias puseram sôbre os meus ombros, e mais o entranhado amor dos que me são caros e a que não posso evadir-me, creia que a morte representaria para mim o mais saboroso dos acepipes.

Estas palavras revelam a verdadeira origem do seu pessimismo, — uma sensibilidade exagerada pelos acidentes da vida, que não lhe foi propícia.

A literatura, para que nascera, se se lhe antolhasse oportunidade, teria sido uma válvula magnífica para a canalização do sentimento que o oprimia; e, nesse caso, o seu desafôgo se teria transformado em obras como as de Byron e Leopardi, senão em poemas de melancolia, no gênero dos Chateaubriand e Bernardin de St.-Pierre. Por que assim não aconteceu, se, de todo, os fatos não o impediam de escrever, de poetar?

Reporto-me fielmente ao que de seus lábios ouvi.

O primeiro e principal desgôsto que recebera na vida fôra-lhe cravado no coração, senão no amor-próprio, pelas conseqüências do sucesso obtido pelo poemeto *Greenhalgh*.

Cumpusera-o impelido por motivo de gratidão e ao mesmo tempo de piedade. Como se pode ver da edição de 1866, êsse trabalho foi dedicado ao venerando Ricardo Greenhalgh, tio e protetor da gloriosa criança cuja morte heróica, na passagem de Riachuelo, faz objeto dos versos escritos por Lacerda Coutinho.

Com essa criança convivera, em amizade fraternal, o autor do poemeto, e a saudade infinda que lhe deixara o seu passamento inspirou-lhe o canto e o levou a traduzi-lo em verso, como consôlo à própria mágoa e à do ancião que, em época recente, o acolhera paternalmente.

> Quadra feliz foi essa em que de abrigo
> Nos era o mesmo teto brasileiro,
> E que nos viu partir o pão modesto
> Como irmãos! Companheiros de jornada,
> O caminho das letras percorrendo,
> E a mesma fonte a sêde nos fartava...

Ao que parece, essa quadra feliz não se reproduziu, e, nos versos que aparecem depois, o poeta não oculta o mal que já o minava e a superstição de um futuro pouco auspicioso.

Seja, porém, como fôr, êsse poemeto que o Dr. Lacerda Coutinho produziu por um impulso todo afetivo, como êle próprio afirmava, constitui o ponto negro no horizonte da sua vida, de onde se propagaram tôdas as tempestades interiores que posteriormente o afligiram.

Era êle aluno do 4.º ano da Faculdade de Medicina, e já provara o cálice amargo dos trabalhos árduos da guerra, pois servira no Exército em operações contra o Paraguai como interno do hospital de Corrientes.

Os espetáculos marciais a que assistira, perlustrando o rio da Prata e o Paraguai, determinaram o estilo heróico de sua primeira composição. Não depositando, entretanto, confiança no seu trabalho, nem no juízo dos amigos com quem privava literalmente, apresentou-se, um dia, a José Feliciano de Castilho e pediu-lhe, com a timidez própria de quem se ensaiava no gênero heróico, que se dignasse ler aquêles versos e depois lhe dissesse se valiam ser publicados. O literato português guardou a obra, prometendo examiná-la. Dias depois, com surprêsa, o autor do *Greenhalgh,* chamado urgentemente, recebia, à queima-roupa, elogios entontecedores. O poemeto agradara sobremodo ao crítico, então muito em voga no Rio de Janeiro, o qual, não contente com deferir-lhe o aplauso particular, a contragôsto do autor, submeteu-o a provas públicas em reunião de Arcádia Literária a que estêve presente o Sr. D. Pedro 2.º. Essa láurea, então imposta pelo prestígio dos próceres da literatura, criara ao jovem poeta uma atmosfera de despeito e de injustiças a que a sua sensibilidade não pôde ser indiferente e que, em comêço, agoniou-o, e posteriormente decompôs-se numa espécie de signo maldito, iminente a tôdas suas aspirações. Auto-sugestão ou não, o que é certo é que o Dr. Lacerda Coutinho nunca mais se libertou dessa atmosfera de-

primente. Nela, pelo menos, vivia em espírito; daí o desalento, que, enlaguescendo-o, reduzia o seu esfôrço ao cumprimento exclusivo dos seus deveres, a que, aliás, sacrificava tudo.

Uma vez, como lhe contestasse a realidade objetiva de tudo isso e atribuísse grande parte de suas penas a excesso de análise interna, mostrou-me o cartão de visita de um antigo companheiro de estudos, que nessa época achava-se louco, o qual, depois de passados quatorze anos, do meio do nevoeiro da insânia, não se esquecera de injuriá-lo como poeta, em dia de aniversário, fazendo-lhe um *envoi* em latim: *Non dii, non homines concessere columnae,* etc..

Abalou-me êsse documento; e, apesar do meu otimismo e da crença que tenho sempre depositado nas fôrças benéficas da natureza, fiquei pensativo, perguntando a mim mesmo se não terá seu fundo de verdade o princípio hostilizador a que a superstição astrológica subordinava a vida de algumas pessoas.

Compreende-se que êsse estado de espírito não era permanente no Dr. Lacerda Coutinho, se bem que turvasse o horizonte e limitasse o campo de suas aspirações. Nas relações quotidianas, o seu temperamento ardente e a sua inteligência aguda, penetrante e esmerilhadora proporcionavam-lhe o respeito de todos; o seu bom-senso cativava a confiança dos que com êle trabalhavam ou de suas luzes se socorriam. Dessas qualidades dou testemunho pelo que via diàriamente nas suas informações sôbre assuntos de instrução pública, em que era versadíssimo; e não só isso, o seu senso jurídico parecia revelar, antes, estudos de direito do que das disciplinas nas quais, aliás, se diplomara, após um curso brilhantíssimo.

A prosa de que ordinàriamente usava era vernácula, castigada e tersa. Nos escritos mais fugitivos, manifestava-se o cuidado com que redigia e o empenho que punha em exprimir as idéias com clareza, sem tergiversações ou obscuridades, recurso freqüentemente empregado por funcionários que não sabem ou não querem dizer as coisas com exatidão. O seu principal desvêlo, no meio da variedade de papéis que lhe chegavam às mãos, era determinar o ponto decisório da questão: isto êle o fazia metòdicamente, sem excluir a crítica dos precedentes, nem os vícios da legislação em vigor; e, uma vez descoberta a solução, a expunha com lealdade e fôrça convincente.

Republicano de idéias, o 15 de Novembro encontrara-o mergulhado em profundo desalento. Formado em Medicina, desde 1868 exercera essa profissão numa crescente descrença, portanto, sem grandes lucros. Os seus íntimos atribuem tamanha falta de fé na ciência de Hipócrates ao desvio de sua vocação literária, a que o árduo ministério o obrigava. Mas do próprio Dr. Lacerda Coutinho ouvi que tal descrença lhe viera do estudo da ciência, sendo que

mais de uma vez teve de experimentar soçôbro igual ao que transformou o sábio Hahnemann no criador da homeopatia. De todo descoroçoado, um dia, pela ineficácia dos preceitos e pelos remédios, dispôs-se a abandonar por uma vez a arte de curar, como já tentara-o fazer aos trinta anos, por ocasião de um concurso, o qual se malogrou graças à interferência imperial. Êsse malôgro teria sido ainda uma das conseqüências da malfadada apresentação do poemeto em sessão festiva presidida pelo ex-monarca. A sua altivez de caráter criara-lhe indisposições no paço. Fôra o caso que logo após a exibição do *Greenhalgh,* o imperador, por intermédio de José de Castilho, fizera-o convidar para as palestras literárias que ali havia nessa época. Acedendo a êsse desejo do alto, o Dr. Lacerda Coutinho, ainda simples estudante, lá compareceu a primeira vez; porém não mais voltou, porque, tendo o régio Mecenas pretendido corrigir-lhe uns versos, que dizia defeituosos, o poeta, sustentando a respectiva metrificação, usou de vivacidade tão pouco palaciana, que seu contraditor não só o estranhou, como o marcou com o lápis fatídico da legenda.

Nomeado por Benjamim Constant 2.º Oficial da Secretaria de Estado da Instrução Pública, foi promovido a chefe de seção em 2 de maio de 1891. Eleito deputado à Constituinte por Santa Catarina, subscreveu a Constituição de 24 de fevereiro. Deram-lhe êsses lugares; não os pediu, porque a índole era profundamente refratária a solicitações.

Pelos mesmos motivos por que deixara a Medicina, abandonou a política. Evidenciara, durante os poucos meses de convivência com os homens do ofício, que a política não era ciência, mas arte de tergiversar.

Concentrou-se, portanto, no trabalho da sua seção e nos cuidados da família. Indo e vindo do Retiro Saudoso, onde morava, sem variar de caminho, porque a enfermidade que o minava, e de que veio a falecer, não lhe permitia outras diversões, além da leitura dos seus amados clássicos, raramente dava atenção aos sucessos que não interessavam ao serviço público.

A sua bagagem literária é relativamente pequena e não corresponde à grande facilidade com que concebia os planos e os reduzia a prosa ou verso.

Fora o poemeto *Greenhalgh* e os discursos proferidos na Constituinte, nos quais pôs em evidência as suas qualidades de dialético, existe, publicada, uma comédia intitulada *Quem Desdenha Quer Comprar,* dois atos, hoje em segunda edição, dada em récita pela primeira vez em Santa Catarina, e na qual o autor se encarregou da execução de um dos papéis.

Deixou inéditos: *A Casa Para Alugar,* comédia em um ato, exibida também em Santa Catarina; um volume de poesias líricas e heróicas e de sonetos humorísticos; e outro de *Ovidianas,* contendo um extenso poema joco-sério com o título de *No Olimpo* e, no mesmo gênero, *Amimone, Vulcano e Minerva* e *Pã e Diana.*

De tôdas as composições do Dr. Lacerda Coutinho, talvez sejam de mais valor as *Ovidianas,* as que melhor revelaram a espontaneidade do seu estro satírico, quiçá admirável no burlesco. Nunca as quis publicar, nem mesmo sob o pseudônimo que usava de *Napoleão da Silva,* por escrúpulos de romântico, apesar de serem superiores à *Guerra dos Deuses,* de Parny.

Em prosa, deixou ainda as *Lendas Escandinavas,* de Saxo Gramático, acompanhadas de um interessante comentário crítico. Êste livro foi entretenimento dos seus últimos dias.

Não cabe aqui apreciar o valor do poeta e do prosador inédito. Basta dizer que o romântico não é inferior a nenhum dos que brilharam ao tempo em que o autor do *Greenhalgh* apareceu. E se as circunstâncias, tanto exteriores como interiores, não lhe houvessem estorvado o arrôjo, é bem provável que, evoluindo, êle tivesse dado a seu país, pelo menos, uma obra satírica de grande vulto. Penso assim, fundado no mérito real dos inéditos que examinei.

Profundo conhecedor da língua portuguêsa e do latim, manejando bem o francês, o espanhol, o italiano, o inglês e um pouco de alemão, versado em tôda a literatura clássica, sobravam-lhe recursos para traduzir a própria filosofia num verbo vibrante e altivo, se essa filosofia não se tivesse voltado contra o artista, que a eriçara de espinhos e abrolhos.

Da sua primitiva atividade literária ainda há a mencionar o que escreveu como colaborador do *Jornal do Comércio,* em 1870, no *Mosquito,* versos e prosas humorísticas, e na *Gazeta de Notícias,* as traduções do romance de Daudet *Fromont jeune et Risler ainé* e as *Índias Negras,* de Júlio Verne.

COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

PELO DR. JOÃO BARBALHO

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 21 E 25 DEZEMBRO 1902; 1 E 31 JANEIRO, E 25 FEVEREIRO 1903.

I

J. Com., 21-12-1902

Diz um notável publicista americano, Woodrow Wilson, que, "para a raça inglêsa, tôda lei tem o caráter que lhe dão aquêles que a aplicam".[1]

Estudando o mesmo fenômeno, e em vista do que se passa nos Estados Unidos, Tiedemann chega à conclusão de que a lei não é precisamente o que se encontra escrito nos estatutos, mas o que as necessidades de um povo exigem que se entreveja ou se leia nas entrelinhas traçadas no intuito de promover a ordem progressiva da coletividade.

"Ninguém nega", pondera Tiedemann, "que a legítima interpretação da lei tem por fim tornar claro o efetivo sentido dela e a intenção do legislador; todavia, nos países constituídos democràticamente, o verdadeiro legislador não é o homem ou a reunião de homens que primeiro a decretaram, mas os indivíduos que no momento presente detêm os podêres políticos, e que, graças à fôrça imperativa de que dispõem, dão vida àquilo que, de outro modo, ficaria letra morta. Não há povo governado por mortos ou por injunções de mortos. Tais injunções só adquirem fôrça de lei se algum poder vivo se incumbe de divulgá-las. Daí uma conseqüência: se, em um regime democrático, a autoridade governamental permanece sob a jurisdição do voto popular ou do voto daquela parte do povo que modela a opinião pública, essa interpretação, em estrita conformidade com a regra fundamental dessa hermenêutica, prevalecerá como o reflexo mais exato do senso jurídico vitorioso; porque a verdade é que os atuais possuidores dos podêres políticos, e não seus predecessores, são os legisladores da presente geração." [2]

Êste modo de tratar a lei, a que os americanos dão o nome de *construction,* e que não é senão a interpretação lógica, derivada, não das razões de ordem metafísica, que atuaram na inteligência dos redatores do texto legal, mas do fim para que ela foi escrita e das con-

---

[1] *L'Etat. Eléments d'histoire et de pratique politique,* vol. II, n. 1 075.

[2] *The Unwritten Constitution of the United States,* p. 150.

dições de sua existência no seio de uma sociedade de contínuo mobilizada pelas leis da vida; êste método hermenêutico, largamente desenvolvido pelos juristas da grande república do Norte, mostra apenas que não é mais lícito argumentar com a inerrância dos legisladores, nem com a origem misteriosa ou divina das fórmulas, que, segundo o conceito de Ihering, encontram-se no período inconsciente da história do Direito.

Felizmente, o fetichismo jurídico fechou o seu ciclo; os povos cultos de hoje, em plena consciência dos aparelhos de que dependem os seus destinos, sabem como modificá-los para apressar a evolução e atingir com maior segurança os fins particulares de suas aspirações regionais e a sua perfeição doméstica.

O estudo do elemento histórico das leis e a comparação, sabe-se, fizeram da ciência da legislação o que se vê atualmente, — a mais interessante das disciplinas, sendo, como é, a que mais de perto entende com a paz social. Êsse conhecimento, porém, não deve converter-se num freio de ferro que impeça o movimento pregressivo das nações. Pelo contrário, como regulador das concepções porvindouras, êle nos ministrará uma visão mais clara dos verdadeiros interêsses da coletividade; e por tal razão, no presente, o *quod apportet* do futuro passará a influir muito mais diretamente na construção da lei do que a própria tradição.

A êsse critério deve a jurisprudência americana todo seu valor, tôda sua fôrça, todo seu prestígio; e essa admirável jurisprudência move-se, vive, insiste, reage diante dos acontecimentos, como a própria alma da nação, de que a carta constitucional não passa de um reflexo gráfico, de uma fotografia que, para não envelhecer, carece diàriamente de retoques, e, para não esmaecer ou não desmentir o vivo retratado, exige uma constante retificação da imagem por meio da luz solar da civilização.

Nestas condições, era inevitável que, ao organizarem a sua comunidade, os patriarcas da independência americana reconhecessem a preponderância, na interpretação das leis, do Poder Judiciário. A história, sem distinção de raças, já o apresentara como o fator mais formidável das conquistas do direito. Imediatos aplicadores da lei, os juízes, por isso mesmo, e porque foram obrigados, ainda inconscientemente, a fazer o que se pode chamar o estudo histológico dos decretos e a verificar quotidianamente as qualidades boas ou más da lei substantiva pelo desenvolvimento do processual, impuseram sempre aos legisladores a sua experiência e os conceitos dela resultantes.

Fator formidável, disse eu, e repito, mais formidável nas transformações do que o próprio poder revolucionário, porque a sua ação

se realiza por infiltração, pela gradual e às vêzes inapreciável deformação dos tecidos sociais, e que sempre termina pela estabilidade da conquista, não compatível com regressões.

O papel que, nos Estados Unidos, tem representado a Suprema Côrte como regulador do progresso constitucional é extraordinário como êxito. Em tôrno de seus arestos se tem efetuado tôda a elaboração do direito americano. Os seus tratadistas, menos teóricos do que os europeus, encontram, na prática da lei viva, ensinamentos muito mais proveitosos do que os que poderiam colhêr de especulações filosóficas sôbre a evolução geral e sôbre a luta pelo direito em particular. Êsses tratadistas assistem, desde o comêço do século XIX, ao mais completo curso de sociologia que se tem oferecido ao mundo. A série de experiências não podia ser nem mais rápida, nem mais intensa, nem em mais propícias condições.

Ainda há pouco vimos a influência da opinião nacional sôbre essa Suprema Côrte, em matéria de jurisprudência constitucional, e de gravíssimas conseqüências. Refiro-me ao imperialismo, que, depois da guerra contra a Espanha, fêz erupção naquele país. É sabido que, segundo a doutrina de Marshall e de todos os intérpretes que se lhe seguiram como *leaders* da jurisprudência política daquele tribunal, a bandeira estrelada não podia transpor as fronteiras da União sem levar consigo os artigos da respetiva Constituição. Tal doutrina, que parecia inatacável, impedia as operações intentadas pelos Estados Unidos nas ilhas Havaí e nas Filipinas. Mas acontecia que a nação, tendo chegado a um estado de pletora até então desconhecido, experimentava pela primeira vez os efeitos fascinantes do espírito de conquista. Um grande movimento agitou a grande república; a imprensa agiu fortemente; os publicistas despertaram; e a idéia do destino, de missão universal, repontou na imaginação das classes dirigentes, afetando profundamente a consciência nacional. Teorias abstrusas foram levantadas; livros extravagantes foram escritos. A ambição enfurecida teve a sua quermesse, por tôda parte, em todos os tons, em todos os estilos. Revolveram-se os arquivos da História; e quis parecer, por um momento, que a idéia hebraica de um povo predestinado voltava a ter maior cotação nos mercados de Nova York e de Chicago do que as emprêsas industriais, em cujo colossal concurso os sucessores de Washington se têm embarcado, assombrando a Terra inteira.

Dir-se-ia que a opinião dos americanos adotara irremissìvelmente o princípio retrógrado que anda a perturbar a consciência dos povos teutônicos sob o falso preconício da necessidade étnica e da expansão colonial como sua inevitável conseqüência.

Como era de prever e está nos hábitos daquelas gentes, êsse movimento da opinião pública, que pelo menos assumia a feição de

vontade coletiva, procurou tomar a forma jurídica e submeteu-se ao critério do primeiro tribunal da República.

A Suprema Côrte vacilou entre a velha jurisprudência e a vontade do povo, que se afigurava tão extensamente fundamentada nas aspirações propulsivas da nação *yankee*. O seu *verdict* foi dúbio, e por isso mesmo ainda veio uma vez reforçar o conceito de Tiedemann, relativamente à mobilidade ascendente do sentido dos textos da lei americana:

"O juiz ou o executor que pretender interpretar a lei como deve ser, isto é, que quiser fixar com precisão a regra de conduta em um caso dado, não deve buscar tanto as intenções dos fabricantes da Constituição ou do estatuto como as modificações das palavras escritas, modificações determinadas por influência da vontade atual do povo." [3]

Ora, o que a Suprema Côrte fêz foi justamente transfundir no texto primitivo um espírito diferente, penetrada de que, naquele momento, lhe parecia traduzir os destinos da pátria.

Se se trata tão-sòmente de uma crise jurídica que se resolverá por um recuo ou por um avanço na jurisprudência iniciada, só o tempo e novos julgados poderão dizer, porque, dêsse tribunal, com certeza há de partir o moto, como sempre tem acontecido, sem o qual nenhum empreendimento, em matéria de direito público, será viável.

É bem provável que tal jurisprudência procure canalizar o nôvo princípio de expansão americana, sem o esfacelamento do seu direito público interno, através do que o atual Presidente Roosevelt denomina — *invasão moral,* destruídos os moldes do velho sistema de conquista, infelizmente ainda observado pela Inglaterra e Alemanha *a ferro e fogo.*

O Brasil, adotando uma constituição moldada pela daquela república, forçosamente terá de seguir os mesmos passos no que diz respeito à vida íntima do seu Supremo Tribunal.

Essa educação ou assimilação se está aos poucos realizando; e nem se podia esperar que, passando o Brasil do regime monárquico para o republicano federativo, fôssem quais fôssem os elementos favoráveis ao estabelecimento de novas leis, de repente se mostrasse tão habilitado como os povos mais práticos e endurecidos na vida das democracias.

---

[3] Tiedemann, *ob. cit.*, p. 151.

Muito se tem repisado que êsse regime é perfeitamente antagônico aos nossos costumes e à educação latina que recebemos desde as origens.

Não creio na consistência do argumento, porque a educação dos povos participa alguma coisa do que se observa na dos indivíduos. As idéias e os sentimentos têm um fundo comum, por meio do qual se ligam e se entendem tôdas as raças. Se êste fundo comum é irredutível, não sucede o mesmo com as divergências, que são em tôda linha suscetíveis de modificações. A prova desta verdade nos fornece a cada passo a História, mostrando o ariano europeu educado pelo verbo semita, os povos do Mediterrâneo pela arte grega, os bárbaros pelo direito e instituições romanas.

Hoje mesmo o anglo-saxônio, apesar de tôda a sua autonomia étnica, das suas audácias filosóficas, do utilitarismo dos seus economistas, dominado pelo sentimento bíblico, acaso não reúne na mesma consciência as sensações do — *viking* e do — judeu?

Não há, portanto, razões sérias que induzam a impossibilidade do regime presidencial — num país onde, além de tudo, virtualmente já se praticou a federação e o govêrno firmado pela nossa carta constitucional.

O que nos tem pròpriamente faltado é o *entrain,* e isso em grande parte deve-se à lentidão com que se vai construindo a jurisprudência constitucional. Dessa jurisprudência, entretanto, depende a facilidade e o êxito da regulamentação de serviços que ainda se acham incrustados de fragmentos de leis implìcitamente revogadas.

Os juristas e os publicistas independentes eram um fator com o qual contávamos para apressar essa educação. Mas a operosidade dêstes tem falhado. A não serem os trabalhos consecutivos à apresentação do projeto do Código Civil, as obras de Clóvis Beviláqua, de João Monteiro, de Carvalho de Mendonça, de Lacerda de Almeida, que, aliás, interessam mais imediatamente ao direito privado, com vantagem, podemos citar as monografias do Conselheiro Rui Barbosa e os discursos de alguns oradores no Congresso, ainda não compendiados.

O primeiro comentário da Constituição brasileira que surge contendo a doutrina em via de formação, deduzida dos arestos do Supremo Tribunal Federal e dos atos do Congresso, é o que acaba de ser dado à estampa pelo Dr. João Barbalho, um dos ornamentos dequela corporação.

Depois da magistral *Nova Consolidação das Leis Civis,* do Dr. Carlos de Carvalho, nenhum trabalho conheço, publicado entre nós, que encerre tão notáveis qualidades de precisão e de lucidez como êsse; e, o que mais é, julgo-o destinado a larga utilização no momento

em que nos achamos, de indisciplina jurídica, a qual, segundo observa o citado jurista, é devida à circunstância da incerteza do que está em vigor, porque, nessa incerteza, o Direito, como os líquidos, tende a tomar a forma do vaso em que se deposita, isto é, obedece ao critério de cada um e de todos; o que importa dizer que nenhum existe.

Pois bem, os *Comentários*, como a *Consolidação*, são o comêço da construção de que tanto carecemos, e possa o exemplo dos que a empreenderem indicar o plano de outros trabalhos não menos urgentes e do máximo alcance para a compreensão e conseqüente manejo da máquina política de que depende a nossa.

Em subseqüente artigo, darei a impressão geral que me deixou o livro.

II

J. Com., 25-12-1902

A primeira impressão que se obtém, folheando os *Comentários* do Dr. João Barbalho, é a que resulta do seu espírito liberal.

O comentador não está filiado a nenhuma das escolas extremadas de filosofia política, que, na atualidade, disputam a direção mental dos povos. Modesto, sincero, estudioso, por índole e educação, inclinado a fazer da justiça o hábito principal do seu espírito, conservando, sem esfôrço, a tradição dos seus maiores, outrora, em Pernambuco, atôres nas lutas pela independência nacional e pelas liberdades regionais tão cobiçadas pelas províncias do Norte, o Dr. João Barbalho, com a sua têmpera de magistrado, na calma de seu caráter sóbrio, com o bom-senso jurídico em que estudos particulares o exercitaram, devia ter encontrado os mais apropriados elementos para realizar o trabalho útil e prático que ora tenho diante dos olhos.

Com efeito, a sua natureza eminentemente discreta desviou-o de discussões que, não só repugnariam ao fim da obra, mas também, ainda se tratando de um livro de Direito Constitucional Federal Brasileiro, nada adiantariam, porque o que mais interessa a todos nós é saber o que fizeram os Podêres Constituintes, e como os atuais podêres se têm comportado diante das imperiosas necessidades da adaptação do nôvo regime aos nossos costumes.

Sob êste ponto de vista, confesso-o, o livro não precisa de encômios. Basta lê-lo para reconhecer a sua oportunidade e a riqueza dos subsídios nêle reunidos.

Se a construção hermenêutica, o crescimento da nossa lei fundamental, não tem sido amplo, todavia muito já se tem feito, e isso

pode-se verificar ràpidamente, graças ao método gráfico adotado no livro, método original e excelente, tanto no conjunto do maquinismo constitucional como no que concerne a cada uma de suas peças. E o que mais é, independente da crítica pessoal do autor e das divagações dos que se têm ocupado com a comparação da nossa jurisprudência com a americana, a argentina e a suíça, todo leitor esclarecido, diante dos documentos das leis adjetas e dos arestos dos tribunais, sente-se habilitado a descobrir em que pontos a Constituição de 24 de fevereiro tem sido reformada, em vez de interpretada.

Não desprezou o Dr. João Barbalho os ensinamentos de Paula Batista, que continua a ser o mestre de todos nós, pela concisão com que doutrinou na difícil ciência da interpretação das leis, antecipando, pela lucidez do seu espírito privilegiado, o sentimento hoje dominante na matéria. Cuido eu que os progressos da ciência ainda não destruíram o valor daquele aforismo de Paulus, que se encontra logo nas primeiras páginas do compêndio do referido jurista: *Bona est lex, si quis ea legitima utatur;* nem parece que o interêsse público tenha deixado de primar sôbre todos os conceitos que entram em concorrência para imprimir movimento executório à lei escrita, a qual, segundo diz Savigny, obedece a uma causa final. "Sem ofensa de íntima ligação de motivo geral e fundamental com o motivo do futuro, êste último ocupa o primeiro lugar, ou, antes, é o ponto de vista predominante no direito *singular*".[4]

Vejamos com que prudência o comentador de nossa constituição política entra na análise dos momentos mais árduos dessa lei. Seja o primeiro exemplo o comentário ao art. 6.º, que trata da intervenção do Govêrno Federal na vida particular dos Estados.

Êsse artigo, como era natural, tem sido objeto de incessantes discussões; e mais de uma vez se tem tentado deformá-lo, sem atenção ao futuro da União. Pensam uns que há liberdade demais para os Estados; persuadem-se outros de que a ordem federal, com tamanha amplitude de garantias estaduais, acabará pela anarquia interestadual; os mais pessimistas, impressionados ocasionalmente pelo ruído de conflitos destituídos de importância, tôda vez que surge complicação, aterrados pelos vaticínios de próximo desmembramento, pedem em altos brados que se regulamente êsse artigo, sob pena de voltarmos à monarquia ou sermos prêsa dos flibusteiros alemães ou americanos.

Do comentário do Dr. João Barbalho vê-se quanto tôdas essas agitações doutrinárias estão longe da verdade.

---

[4] Paula Batista, *Hermenêutica Jurídica,* 4.ª ed. § 32, nota 2.

Em primeiro lugar, recorrendo ao elemento histórico de instituições correlatas em outros povos, verifica-se que essas discussões não exprimem senão a inexperiência do sistema, ou melhor, significam a crise inevitável por que devíamos passar no período inicial da nossa vida republicana. É o sarampo político, para cuja cura não são precisos mais do que resguardo e dieta.

Nesse artigo existe uma inibição sàbiamente posta à expansão instintiva de Executivo federal, que, sucessor, nos hábitos, do antigo Executivo monárquico, não trepidaria, por excesso de ordem, exercer a tutela condenada no próprio regime anterior. A regulamentação do art. 6.º, dêem-lhe a forma que lhe derem, será forçosamente a instituição de uma baixa polícia política, de que não cogitou, nem devia cogitar, a Constituição, e que, nas mãos dos hábeis, tornar-se-ia um meio de opressão muito mais efetivo do que a antiga influência dos presidentes de província. Essa medida, que, pela nossa carta, é excepcional e para ser empregada sob a pressão de necessidades indeclináveis, converter-se-ia em pouco tempo em instrumento eleitoral de uso quotidiano. Desde que o vínculo da federação não seja ameaçado, pois, êsse instrumento extraordinário não deve funcionar: o regulamento implicaria transformá-lo num aparelho corrente, o que, por forma alguma, convém ao nosso progresso; e, na sua vigência, estudar-se-iam, em face de seus dispositivos, os meios de criar nos Estados situações que exigissem a presenção * de um interventor.

O Dr. Barbalho não se pronuncia positivamente contra êsse movimento anticonstitucional, antifederativo. Todavia, das suas palavras, embora tangenciando a faculdade do Congresso de legislar para cada caso ou por *determinação geral,* ainda assim, quanto à matéria do § 2.º, não se depreende espírito que destoe das considerações acima produzidas.

No que entende pròpriamente com êsse parágrafo, diz o comentador:

> Pela natureza essencialmente política dos casos que se possam compreender no § 2.º do art. 6.º, a competência para intervenção é, incontestàvelmente, do Poder Legislativo.
>
> E isto está de acôrdo com o que prevalece em países de instituições federativas como as nossas. Nem poderia ser de outro modo. Confiar essa intervenção ao bom querer do Poder Executivo é entregar-lhe as chaves da Federação e constituí-lo senhor absoluto dela. Por isso se disse, com razão, num parecer (de 24 de maio de 1893) da Comissão de Constituição do Senado: "Se ao Poder Executivo se concedesse essa faculdade, minada ficaria pela base a Federação, vaci-

* Assim no original.

lante no seu alicerce, fàcilmente se esboroaria ao primeiro golpe que sôbre ela vibrasse o poder. Em tais condições, não teríamos um presidente da república, mas um verdadeiro ditador..."

Entretanto, se a competência para a intervenção é primàriamente do Poder Legislativo, que é o Poder Público por excelência, nem por isso ficarão sem ação os outros podêres. Aquêle é o *regulador do caso*, o Executivo cumprirá e fará cumprir o que fôr, para êsse caso ou por determinação geral, legislado pelo Congresso Federal, e terá mesmo a iniciativa da intervenção, *subordinada às deliberações do Congresso*, se urgente fôr intervir pelo perigo da ordem pública e tornar-se necessário o imediato emprêgo da fôrça armada.

Esta doutrina, congruente com a do acórdão n.º 811, do Supremo Tribunal Federal, em 31 de agôsto de 1895, desde que considera o Poder Legislativo o regulador do caso, quer *ante*, quer *post factum*, parece evcluir aquela regulamentação como desnecessária, principalmente sendo mera regra processual destinada a desembrulhar casos variáveis e que não podem ser previstos, pelo menos, em suas modalidades.

Não é, porém, a intervenção a bem da forma republicana que oferece as dificuldades mais sérias. É a do § 3.º, onde se trata da hipótese de restabelecer a ordem e tranqüilidade nos Estados. No dispositivo dêste parágrafo reside todo o perigo; porque, com seu auxílio, poder-se-ia, a título de interpretação, abrir um rombo por onde ruíssem as paixões que mais férteis são em engendrar sofismas e recursos, dando à lei o seu feitio imoral.

Não há momento mais melindroso na vida de uma lei do que aquêle em que esta se transfunde num regulamento. Na confecção dêste, atuam, de ordinário, elementos vários, às vêzes divergentes; e então é que se observa uma espécie de *elipse interior*, em virtude da qual introduzem-se nas diversas disposições pensamentos *subentendidos*, mas que não possuem a virtualidade precisa para reagir contra a fôrça dos têrmos formais nêle empregados, e de que forçosamente se utilizará posteriormente a interpretação partidária, no intuito de suplantar o verdadeiro espírito do texto legal. Êsse trabalho se faz todo êle inconscientemente; mas nem por isso considera-se menos deplorável, instruções ocultas de quem regulamenta, repugnâncias invencíveis ao texto primitivo, hábitos de uma técnica oposta ao sistema que presidiu à redação da lei. Todos êsses fatôres secundários recebem o movimento inicial da lei, mas, uma vez livres da ação forte que os propeliu, não é para admirar que comece a decomposição da concepção central.

O aludido parágrafo, assim, não tardaria em converter-se no mais ferrenho *instrumentum regni*, se o entregássemos aos *subentendidos* regulamentares. A incapacidade dos Estados para se governa-

rem seria a todo o momento alegada como pretexto de intervenção. Fácil o processo, prontos os formulários, tudo dependeria de mais ou menos habilidade no arranjo da encenação. Não seriam os momentos críticos, nem a gravidade de conflitos irredutíveis à fôrça local, os determinantes da medida. Familiarizados com as fórmulas do processo intervencionista, o *manu militari* viria a ser um brinco nas mãos dos profissionais.

No caso simples do § 3.º, a Constituição sàbiamente só permite a intervenção à requisição dos respectivos governos.

> Esta cláusula, diz o comentador, garante os Estados contra intervenções oficiosas e impede que, a pretexto de garantia à ordem legal violada, o Govêrno Federal se intrometa em negócios internos dos Estados.
>
> É conhecido e antigo entre nós o mau vêzo de imistão do govêrno central na política local, o que, sobretudo, é intolerável num regime federativo. Já são muitos os meios por que pode aquêle influir nos Estados, e se tivesse mais êste, de aí comparecer armado, sempre que o quisesse e sem ser chamado, desapareceria fàcilmente a liberdade de ação dos podêres locais e suprimida ficaria a autonomia estadual. O Estado sabe até onde chegam seus recursos, emprega os de que dispõe contra a desordem e sedição e, verificado que não as pode dominar, então reclama o auxílio federal, que é, neste caso, um dever da União.[5]

Um dever da União declara o Dr. João Barbalho. Mas até onde vai êste dever? A intervenção *ex-oficio* só tem cabimento quando a forma republicana não é observada nos Estados (art. 6.º § 2.º), ou quando se trata de grave comoção intestina, nos têrmos dos arts. 34, n.º 21, 48, n.º 15, e 80 da Constituição.

Por êsse lado, a autonomia local acha-se perfeitamente garantida; e as dúvidas, neste ponto, levantadas tôdas à conta das paixões de momento, que não formam jurisprudência. Resta saber se a injunção do primeiro governador caviloso ou tíbio que se julgue em perigo constituirá a União no dever de prestar o auxílio da fôrça federal.

A Constituição silenciou neste ponto. E não podia deixar de o fazer, pela dificuldade extrema que há em particularizar os casos de intervenção. Essa faculdade, portanto, foi entregue ao critério e à alta responsabilidade do Chefe da Nação, o único que, do alto da posição de inspetor da paz interna, pode avaliar com segurança a intensidade da emergência que haja determinado a solicitação do Govêrno local.

---

[5] *Comentários*, p. 26.

Lembro-me que, no comêço do regime, não havia *rôlo,* como se diz vulgarmente, nos Estados, que não pusesse em sobressalto todo o país.

Era o hábito antigo que atuava em todos nós. E logo, *una voce,* perguntava-se por que a União não corria imediatamente a evitar a conflagração.

Os tempos, porém, têm transcorrido; e, hoje, êstes fenômenos já preocupam menos a opinião pública. A prática vai mostrando aos poucos que os incêndios regionais acendem-se e podem apagar-se, ou circunscrevem-se por si mesmos, sem necessitar da intervenção do *corpo de bombeiros* da União.

É verdade que nem sempre o Govêrno Federal tem-se mantido na situação expectante e benéfica que lhe compete. Intervenções indiretas, raras, contudo, hão aparecido. Mas isto pode-se lançar à conta ainda do movimento adquirido e conseqüente aos movimentos revolucionários posteriores à promulgação da Constituição.

Felizmente, no Brasil, o nôvo regime foi adotado sem trazer no bôjo, e incrustadas nas disposições constitucionais, antinomias de ordem social que seja preciso extirpar a ferro e fogo, como sucedeu nos Estados Unidos com a escravidão. Êsse elemento, bem como outros, que ameaçariam de perturbação a comunidade, alimentando constantes divergências entre a economia dos Estados, não existem na Pátria Brasileira.

Nem se pode lamentar a permanência de duas civilizações fundamentalmente diferentes, uma defronte da outra, conforme se observou na grande república do Norte, no nefasto período decorrido, de 1862 a 1865, até que ali estalou a Guerra de Secessão.[6] Nada que possa combalir-nos reponta no horizonte. Somos homogêneos em idéias e sentimentos, do Norte ao Sul.

Não há aqui a questão social do trabalho, nem clericalismo, nem latifúndios, nem *trusts.* O que há é mais política do que trabalho; portanto, mais agitação à superfície da vida nacional do que ação, que é o apanágio dos que tomam o responsabilismo como o modo cardeal da existência em sociedade.

Creio, portanto, que êsse art. 6.º, compreendido como deve ser, e não custa a fazê-lo instintivamente, pode converter-se no mais precioso regulador ou moderador da nossa vida interfederal, promovendo a paz progressiva, de que tanto carecemos.

---

[6] Von Holst, *Constitutional History of United States,* vols. V, p. 331, e VI, pp. 1 e segs.

III

J. Com., 1-1-1903

As considerações feitas ao art. 6.º da Constituição conduzem naturalmente às disposições da mesma lei relativas ao estado do sítio.

As questões que se ligam à inteligência dos arts. n.os 34, 2, 48, 15 e 80 e seus parágrafos são, talvez, as mais delicadas do direito público das democracias, máxime porque elas só se agitam quando a nação entra no aspérrimo período das controvérsias marcialmente aparelhada. Nas monarquias, que, segundo muito acertadamente observa Balicki, não passam tradicionalmente de exércitos em disponibilidade, entre cujos batalhões desenvolvem-se e organizam-se as indústrias e o comércio, as guerras exteriores e a organização coercitiva interna nada custam, porque constituem uma preocupação absorvente e a mais exagerada das funções do Estado.[7] Não acontece o mesmo, porém, nos Estados organizados democràticamente, em que o espírito militar quase extinto, como na grande União Norte-Americana, ou dispersado, ocmo nas repúblicas da América do Sul, abalada profundamente a ordem pública, podem determinar complicações de ordem interna de dificílima resolução.

A função, portanto, da faculdade a que se referem os artigos acima citados é, talvez, a mais importante das outorgas feitas pela Constituição aos Podêres Legislativo e Executivo.

O Dr. João Barbalho não descurou, nos seus *Comentários*, da magnitude das questões incubadas nesses artigos, e nas páginas 118 a 125 condensou todos os elementos históricos e críticos que habilitam o leitor a sentir, pelo menos, a gravidade dos problemas contidos no dispositivo constitucional.

Do mesmo modo que no art. 6.º, os podêres constituintes tiveram ali mais em vista defender a Nação do abuso da faculdade discricionária do Govêrno do que aparelhá-la para a luta com as fôrças agressivas da ordem interna do país, o que era natural. Quando um povo é ameaçado de dissolução, não são as leis escritas que premunem da catástrofe, mas a clarividência e a energia dos homens impostos pelas circunstâncias à circunvalação do perigo. Êstes, se compreendem a sua missão, não recebem ditames senão da *suprema lex* da necessidade. Neste pressuposto, a Constituição brasileira adotou tôdas as cautelas e remédios para evitar o naufrágio do Poder Executivo, que, por ser virtualmente, nas repúblicas federativas, o mais forte, por isso

---

[7] Balicki, *L'État comme organisation coercitive de la société politique*, p. 68, § 25.

mesmo deve ser mais freqüentemente advertido das desgraças, que ame-hipertrofia * pode produzir ao aspecto de ameaças de revoluções, de comoções internas.

Os constitucionalistas, preocupados dêsse perigo, procuram a todo transe definir o que seja "grave comoção interna". Incontestável, essa expressão é mais feliz e compreensiva do intuito do legislador constituinte do que as que se encontram em outros estatutos políticos, como rebelião, revolução, guerra intestina, porquanto todos êsses vocábulos referem-se a fatos cuja intensidade varia desde o movimento superficial até o das camadas mais profundas da vida social, desde o mais circunscrito até um tão extenso, que abranja o país inteiro. A frase "grave comoção interna" não incide em tais defeitos. Todavia, tratando de um fenômeno sujeito à subjetividade do espírito de quem governa, é intuitivo que momento virá em que essa situação terebrante assuma proporções ilusórias e precipite os responsáveis pela paz pública em aventuras lamentosas.

A ditadura é, para todos nós, o fantasma da plataforma de Elsenor. Uma coisa estonteante. Perturba-nos. Diátese política do continente sul-americano, êsse duende a cada instante ergue-se entre dobres de finados e nos adverte de que a Constituição não nos garante porventura da aparição de um Melgarejo ou de um Rosas.

Seria, pois, indispensável que essa "comoção" ficasse, no texto ou na construção interpretativa, tão bem definida, que só por si constituísse um poder inibitório aos presidentes de temperamento excessivamente *executivo*, — uma espécie de cabeça de Medusa dotada de tôdas as suas propriedades petrificantes.

Diz o comentador:

> A agressão por fôrças estrangeiras de tal modo põe em perigo a segurança da República, que independentemente da autorização do Congresso, deve, nesse caso, o Govêrno *declarar imediatamente a guerra* (art. 48, n.º 8). E de tamanha gravidade e de arriscadas conseqüências é essa comoção intestina a que a Constituição se refere, que ela quis equipará-la aqui à própria guerra ou agressão estrangeira, estendendo a ambas a mesma estraordinária providência. Tanto ameaçam "a segurança da República" e tão grande perigo fazem correr a pátria, que se consideram iguais e se irmanam, quanto a seu alcance e conseqüências, e também quanto à urgência do emprêgo de meios prontos, enérgicos e suficientemente eficazes para pôr-se-lhes têrmo. E bem se vê daí que, para admitir e justificar o emprêgo de uma providência dessa natureza, criada para uma situação de guerra (da qual até tirou o nome de *estado de sítio*), é preciso que a "comoção instestina", a ela para êsse efeito equiparada, assuma proporções tais, que o perigo para a pátria tamanho seja como o que ela corre com a guerra, e que não possa ser destruído senão com os meios usados nesta.

---

* ... que sua hipertrofia pode... (?)

Não se pode entender de outro modo a Constituição nesse ponto.

Que grau de critério, de senso-comum se poderia, com efeito, atribuir a legisladores que, em uma constituição, tivessem criado tal providência, que é o maior dos vexames para os povos e o holocausto da liberdade individual, e deixassem ao govêrno o arbítrio de usar, à sua vontade, dêsse descomunal poder, quer no caso de salvação da pátria, em momento supremo, quer também fora dêsse caso excepcional, em situação na qual bastam as faculdades ordinárias da autoridade? Os construtores da obra constitucional teriam, dêste feitio, edificado a ditadura e não a cidadela e baluarte da liberdade e do direito! Se de boa fé, teriam sido simplesmente ineptos; se de caso pensado, traidores.

Assim que é preciso, ou restringir a êste conceito a expressão "comoção intestina", ou confessar que a Constituição é ré do mais extravagante dos absurdos.

Ora, que "comoção intestina" é a que, para êste efeito, se pode comparar à guerra e invasão estrangeira? Na ordem dos fatos desta natureza, não encontramos mais que um jaez, — a guerra intestina. E, realmente, que se possa equiparar a uma guerra, só alguma outra guerra! A situação que requer o emprêgo de medidas singulares, fora do comum, travadas de arbítrio e permitindo violência, só pode ser o estado de guerra, quer por agressão estrangeira, quer por levantamento à mão armada no país, guerra intestina, que o eufemismo da Constituição chama de *comoção*.

E acrescenta a opinião do Conselheiro Rui Barbosa: "Para que, na acepção do texto, se dê a comoção intestina, é preciso que as perturbações que a caracterizam sejam análogas, pela gravidade, às que acompanham a presença do inimigo no território do país".[8]

Eufemismo, pondera o Dr. João Barbalho. Não mo parece. A sê-lo assim, a guerra de Canudos, durante a qual acamparam, nos sertões da Bahia, perto de 8 000 homens em armas, estaria no caso expresso nos artigos da Constituição, bem como a invasão de Mato Grosso.

Como grave comoção política só se deve admitir aquela em que o poder central sente-se direta ou indiretamente ameaçado em sua fôrça de conjunto. No meu entender, para que se observe a hipótese constitucional, não basta que o abalo se verifique em um ponto do território, é preciso que êle contagie a nação e, tornando anódinas as medidas coercitivas do Código Penal (arts. 109, 114, 115, 116 e 119), ou as do art. 6.º, §§ 2.º e 3.º, da Constituição da República, coloque o Govêrno Federal em condições precárias quando queira agir. Em suma, a providência de que se trata justifica-se ùnicamente

---

[8] Rui Barbosa, *O Estado de Sítio; Sua Natureza, Seus Efeitos, Seus Limites*, p. 36.

quando o poder central percebe no organismo social a irrupção de obstáculos que interrompem a *ação reflexa* do Govêrno.[9]

A presença de inimigos nas fronteiras, consecutiva à declaração de guerra, a insurreição num ponto do território podem apresentar-se com caracteres de importância tão diminuta, que a imposição do estado de sítio seja uma inútil violência, senão um absurdo político.

Muito se tem questionado enquanto ao que respeita aos efeitos do estado de sítio. A Constituição brasileira não especifica de modo formal quais as garantias que se suspendem em virtude do exercício dessa formidável faculdade. As outras constituições, quando especificam, não declaram claramente a extensão dessa faculdade em espécie, isto é, se abrange todos os atos, ainda mesmo estranhos à segurança das providências tomadas para o restabelecimento da paz e extinção dos elementos perturbadores da ordem pública.

Pelas razões já emitidas, as dúvidas levantadas nunca cessarão. Limitar o campo da ação discricionária é quase uma antinomia. O êxito não deixará jamais de ser o regulador do procedimento dos governos, nestes casos, e o veículo do *bill* de indenidade, que as nações estão sempre prontas a conceder aos que as salvaram das grandes crises.

Sem embargo disto, há um ponto de doutrina, referente aos artigos citados, que merece referência, ainda que ligeira, por não constituir uma dificuldade invencível, destas que se perdem no emaranhado do tumulto das convulsões revolucinárias. Refiro-me à jurisdição do Congresso, e subsidiária do Presidente da República, no caso do art. 80.

Entra nas atribuições do Poder Judiciário conceder *habeas-corpus* sob o fundamento de ter o Presidente da República declarado o estado de sítio e suspendido as garantias constitucionais, sem que estivessem verificadas as condições expressas daquele artigo?

O Conselheiro Rui Barbosa entende que sim; o que importa afirmar que o Poder Judiciário pode, em espécie, anular o decreto pelo qual fôr anunciado ao país que a Pátria está em perigo.

Essa doutrina é dissoluta, anárquica e contraproducente. Antes de tudo, ela viola a independência dos podêres, pretendendo que a Justiça se imiscua numa função para a qual os tribunais não foram instituídos. Em seguida, transforma êsses tribunais em involuntários colaboradores da revolução, obrigando-os a deliberar sôbre fato a que não se tem de aplicar regra nenhuma de direito privado.

---

[9] Novikov, *Conscience et volonté sociales*, p. 127.

Como vimos, o estado de sítio deriva da faculdade conferida ao Congresso e, na ausência dêste, ao Executivo, para que possa empregar a coerção discricionàriamente, no sentido de inibir a ação das fôrças que põem em perigo a ordem republicana. Dêsse fato resulta, insistamos nisso, que o estado de sítio não pode deixar de constituir um aparelho eficaz nas mãos do poder essencialmente político, na emergência, o Presidente da República. Êsse aparelho, portanto, é, por sua natureza, uno, incontrastável e soberano, para os fins da defesa nacional, periclitante enquanto não se fechar o período criado pela necessidade dessa mesma defesa.

Não se concebe êsse exercício senão pleno. Nestas condições, o Chefe do Executivo, cumprido o decreto do Congresso, ou, na sua ausência, decretando as providências que julgar indispensáveis para jugular a conflagração, exerce uma jurisdição improrrogável, até a terminação do sítio, íntegra, inatacável, intata; e qualquer interferência do Poder Judiciário, no sentido de limitá-la, é atentatória do dispositivo constitucional.

Outro modo de entender seria constituir, nestas circunstâncias, apesar de extraordinárias, uma segunda instância; segunda instância que não faria senão destruir a própria faculdade no que se me afigura de essencial. Com tal jurisdição, a que se reduziria o potencial do estado de sítio?

O Conselheiro Rui Barbosa sustenta, entretanto, que os Tribunais de Justiça podem tomar conhecimento do fato e, em recurso de *habeas-corpus,* declarar nulo o decreto de sítio, por não se darem, no caso sujeito, as condições exigidas pela Constituição. Isto quer dizer que não é mais ao critério do Govêrno que pertence dizer à Nação se o caso é ou não de empregar os meios coercitivos e salvadores.

A questão é de fato. Há ou não há comoção intestina? A quem a Constituição deu a atribuição de verificar êsse fato, declará-lo ao país e, consecutivamente, tomar as medidas de rigor? Creio que não divergem as opiniões. Como, pois, admitir que o Poder Judiciário, diante do fato afirmado por decreto do Executivo, diante da declaração *pro veritate* da primeira magistratura da República, se insurja, criando outras jurisdições, para restabelecer o *statu quo ante bellum?*

Não constituirá, êste modo de interpretar a lei, uma verdadeira inversão dos próprios princípios que garantem a independência da Justiça?

Se o Govêrno, no exercício do que o *jus imperii* tem de mais característico, a manutenção da ordem política, pode ser assim inibido, paralisado, não restará mais do que voltarmos à confusão dos podêres de Israel.

IV

J. Com., 31-1-1903

Quando, no caso Dreyfus, a questão do *bordereau* atingira o período agudo, um indivíduo, de cuja nacionalidade não me recordo, conversando com um oficial francês, teve a audácia de dizer que reputava aquêle capitão inocente e que as afirmações relativamente à existência de sua letra no referido documento careciam de provas concludentes.

O oficial francês enfureceu-se.

– Pensa então o senhor, disse, numa explosão de orgulho incoercível, que sete oficiais do estado-maior do exército nacional possam ter-se enganado e não exprimam a verdade?

O interlocutor, que era um homem frio, repeliu êsse jato de bazófia militar com duas palavras glaciais:

– Quatorze oficiais do estado-maior francês mentiriam do mesmo modo!

O êrro e a má fé, multiplicados por um milhão, não modificariam em coisa alguma o inabalável aspecto da verdade.

Em matéria de doutrina, parece excelente o processo dêsse sensato dreyfusista.

Se é verdadeiro o método ingênuo, sincero, dos americanistas, que ainda professam as máximas dos *fathers* das liberdades do seu país, não é menos certo que na grande República, como aqui, como em tôda a parte, há inteligências obcecadas, que cuidam ùnicamente em fazer triunfar o seu capricho intelectual; e é lamentável que, nesse intuito, empreguem todos os recursos criados pela arte da lógica para obscurecer as questões mais simples, lançando a perturbação nas consciências pouco discretas ou menos esclarecidas.

Bazófia também existe nos que se arrogam o privilégio de interpretar os textos legais como se fôssem proprietários da hermenêutica.

Não sou utilitarista, no sentido próprio da palavra, embora o meu espírito tivesse sido educado, em grande parte, nos livros de Stuart Mill e na escola inglêsa. As simpatias inatas do meu coração não me permitem encarar a vida individual, ou a social, como puros produtos da mecânica ou da geometria. Irritaram-me sempre os exageros dos que consideram o egoísmo a célula de tôda essa rica fenomenalidade que constitui o objeto dos estudos da sociologia; horroriza-me o pensamento de que [o] desenvolvimento da vida seja uma conseqüência brutal da fome.

Há utilidades e há utilidades. Desde a do animal *pronus ventrem* até, já não digo a dos indivíduos superiores, mas das coletividades, se não angélicas, todavia guiadas pelos instintos da bondade, debatem-se todos os acidentes da ordem progressiva, agitam-se os graves problemas da aplicação da lei.

Não basta, portanto, que esta, como fiz ver no meu primeiro artigo, seja entendida de acôrdo com o fim para que foi feita; é preciso que êsse fim, êsse futuro, não tenha as características de aspirações monstruosas, como, por exemplo, se observa hoje nas de algumas nações, que conspiram no oceano, à maneira de ladrões noturnos, contra o sossêgo de outras menos fortes, mas nem por isso menos dignas de justiça.

Ora, o que se passa interoceânicamente, reproduz-se no organismo mais limitado da vida interna dos povos. Há vontades e inteligências indiscretas, que não podem ou não sabem conjugar a própria felicidade com a da coletividade a que pertencem.

Nas nações da América do Sul, que tiveram a felicidade de entrar no curso da História já aparelhadas com Constituições adiantadíssimas, sente-se êste fenômeno. Nem tôdas estão compenetradas do valor da máquina política que possuem e da utilidade que dela podem tirar para o próprio incremento, auxiliando sinceramente o seu funcionamento. Todavia, não é tanto a ingnorância das articulações dêsse maquinismo o que enfraquece êsse funcionamento, como o desvio do espírito de cidadãos, aliás ilustrados, os quais, sob pretexto de conveniências misteriosas, ou no propósito de que o país vai errado, ou pretendendo adaptar os textos à solução de dificuldades nada dependentes dos textos, andam diuturnamente empenhados em pregar uma hermenêutica causística, a meu ver funesta e perturbadora.

O relativismo científico é uma grande coisa; mas o oportunismo é a lepra das sociedades. O oportunismo chegaria, invadindo-nos, a esta perfeição: Um sujeito, porque lhe sobreviesse uma dor de dentes, não se lembrando do barbeiro, culparia dêsse achaque a política militante e em altos brados pediria que se reformasse a Constituição, a fim de que não só se pudesse discutir a sua enfermidade no Parlamento, mas também se suprimisse, sem processos higiênicos, a cárie dos dentes. Porque cada um pensa na oportunidade do que lhe diz ùnicamente respeito. Isto no capítulo dos dentes. Avalie-se no que entende com a política de grupos e de interêsse industriais mal-entendidos.

Com efeito, no bôjo de tais pretensões há uma surda agressão ao organismo vivo da nação, organismo que, por isso mesmo que nutre-se da espontaneidade, é naturalmente despreocupado, enquanto

em sua ingenuidade não sente-se ferido por impressões fortes, oriundas de atitudes contra si concertadas.

Não aplicarei estas ponderações ao caso que vou citar. Sou profundamente apaixonado da minha terra para que atribua a outras causas, que não a erros de apreciação, o desvio que recentemente se observou na discussão interpretativa do art. 42 da Constituição.

O Dr. João Barbalho, no comentário a êsse artigo, nas expressões "vaga por qualquer causa" dava a solução prática para o caso então vertente do vice-presidente eleito e falecido antes da posse. Aplicando o sábio princípio de Savigny, o comentador, depois de feito o estudo histórico das emendas e da substituição e sucessão pelo vice-presidente no organismo constitucional, oferecia de modo claro e irrecusável a solução natural, felizmente adotada pelo Executivo. Alguns juristas, porém, não a aceitaram; e vimos, então, até que ponto se pode chegar, adotando o sistema de *combinação* de disposições dispersas de uma lei.

O empenho da discussão era louvável, mas também, diante da clareza do intuito do legislador, de um lado, e da dos ardentes argumentos com que o impugnavam, de outro, convenci-me de que, em matéria de legislação, também há espiritismo. Há raciocínios que nesses momentos se afiguram verdadeiros fantasmas; e Bacon tinha carradas de razão quando os denominava *idola specus.*

Ora, quando tudo aconselhava que, na obscuridade da lei, se buscasse o método indutivo, utilizou-se indèbitamente o dedutivo. Para furtarem-se à evidência do pensamento da lei, recorreram os hermeneutas à manipulação de deduções combinadas e tentaram criar uma categoria completamente estranha ao sistema constitucional.

— *Ignoratio elenchi,* diria Stuart Mill, e passaria adiante.[10]

Vejamos outro assunto.

Diz a Constituição, art. 34, n.º 11, que o Brasil não poderá declarar guerra a outra nação sem que se tenha malogrado o recurso do arbitramento.

Esta áurea disposição da nossa carta política, única que até hoje consignou, de modo expresso, tão bela regra de cordialidade internacional, bastaria para elevar, no conceito dos que meditam calmamente, o valor dos nossos constituintes.

Como, porém, o pessimismo que nos alastra é insubmisso e refratário a entusiasmos, já houve quem dissesse que êsse dispositivo

---

[10] Stuart Mill, *Système de logique* (trad. Peisse, II, 319).

não passaria de um êrro político, porque sendo o Brasil um país fraco, acabaria por entregar as suas fronteiras aos vizinhos que quisessem fraudar a sua diplomacia em pleitos simplòriamente provocados. Outro dizia-me que essa idéia de arbitramento não era mais do que um movimento de esnobismo de negróides, – conceito êste muito concordante com a perniciosíssimo livro de Eduardo Prado intitulado *A Ilusão Americana.*

Não admira que semelhantes palavras surjam tratando-se dêste ponto de direito internacional. Coisa mais extraordinária já ouvi dizer, em ato de difamação da nossa lei fundamental.

A abolição da pena de morte, e também o direito autoral, naquela lei implìcitamente compreendido, como extensão da propriedade comum, foram considerados *rastaqüerismo* imperdoável. Por quê? Porque nenhuma nação civilizada ainda quis adotá-los; e só umas republiquetas da América Central se lembraram disto.

Belo argumento, que não resistiria à consideração de que o *homestead* e a lei Torrens não começaram a ensaiar-se no coração da culta Europa, mas na Austrália, onde a ausência de preconceitos jurídicos tornou possível a execução das boas idéias contidas naquelas leis. Outro tanto poder-se-ia dizer da penalidade imposta à concorrência desleal e à riqueza indevida, idéia já rigorosamente defendida por Ferrara, *Teoria do Negócio Ilícito,* Giannini e outros espíritos adiantados de Itália, a qual penalidade encontramos, todavia, consignada no código civil japonês, art. 703 e seguintes.

Com certeza, o comércio e as indústrias européias, por seus poderosos representantes, não consentiriam na tradução em código de um princípio tão *extravagante,* embora esteja êle gravado nos corações e na inteligência de todos os homens bem formados. A que ficaria reduzido aquilo que, por eufemismo, se chama liberdade de comércio? Era, portanto, necessário que uma nação novamente ocidentalizada se encarregasse de romper com a relutância de velhos interêsses e da rotina e consagrasse a idéia em texto legal.

O atributo de autorizar a declaração de guerra, deferiu-o a nossa Constituição ao Congresso, por uma razão óbvia. Sendo a guerra, observa o Dr. João Barbalho, um flagelo, não era possível deixá-la ao arbítrio ou ao capricho de presidentes porventura belicosos. Não havendo motivos dinásticos, na América, que motivem tais calamidades, só se pode compreender a guerra como movimento nacional, isto é, de imediato interêsse da Nação. A faculdade concedida ao Presidente devia limitar-se aos casos de invasão ou agressão estrangeira, faculdade essa que tem o seu assento, não só nos costumes interna-

cionais, mas também no princípio rudimentar do direito privado, que reconhece o direito de desfôrço *incontinenti*.

Ouçamos o comentador:

Desde que não existe um tribunal para prevenir as contendas entre diferentes povos, entre seus governos, desde que não há um juiz com autoridade e fôrça para lhes impor com eficácia, e em imparcial homenagem à razão e justiça universal, as suas decisões, — a menos que as partes contendoras voluntàriamente se sujeitem a juízo arbitral e à execução de suas sentenças, — o recurso à solução pelas armas é inevitável e legítimo. Nas monarquias, semelhante atribuição é do Chefe do Estado, dependendo do Parlamento a concessão dos recursos necessários. Numa República, um poder, como é êsse, — o qual, com o impôsto de sangue, que exige dos cidadãos o maior sacrifício pessoal, sujeita-os a tributos e contribuições novas ou agravadas, para despesas cujo cômputo se mede só pelas necessidades de ocasião, e que tanto podem comprometer a fortuna pública, — sem dúvida, aos representantes da nação, aos procuradores do povo é que deve caber, aos que tem a incumbência de defender e zelar os direitos dêle e a aplicação do produto do impôsto, contra os erros e abusos da autoridade executiva. Por isso, a guerra precisa de ser autorizada pelo Congresso Nacional. Mas há casos em que a autorização, por não poder ser pronta e imediata, tem de ser dispensada, e são os de invasão e agressão estrangeira, cuja repulsa não admita demora; então, é dever do Chefe do Poder Executivo "declarar imediatamente a guerra" (art. 48, n.º 8), como responsável pela segurança da Nação, e sem esperar autorização especial legislativa.

Esta atribuição do Congresso Nacional estende-se a tôda a legislação necessária para a prossecução da guerra com vigor e êxito, sem intervenção, porém, no mando das fôrças e na direção das operações bélicas, o que é da competência do Presidente da República, por si ou por pessoa que para isso designar. (Art. 48, n.os 3 e 4).

Êste poder é limitado: 1.º, pelo disposto no art. 88, que absolutamente proíbe as guerras de conquista; 2.º, pelo próprio n.º 11 do art. 34, que só permite declaração de guerra "se não tiver lugar ou malograr-se o recurso do arbitramento".

A conquista, entre os antigos, acrescenta o comentador, referindo-se especialmente àquele artigo, além da glória militar, aumentava a fortuna pública e particular com os despojos dos povos vencidos e forçados à escravidão, com as riquezas que lhes eram arrebatadas, contribuições de guerra, partilha de terras. Resultava da ambição dos reis, do espírito belicoso dos povos e, sem dúvida, também da fatalidade de suas condições econômicas, bem como da necessidade de enfraquecer ou destruir os inimigos. Era como um direito, ao tempo em que só preponderava a fôrça. A defesa própria, o interêsse, a glória, a criavam e estimulavam.

Hoje, felizmente, a humanidade acha-se grandemente distanciada dos tempos dêsses reis,

...... cuja usança
era andar sempre terras conquistando.

Ao antigo ardor belicoso sucedeu o desenvolvimento do sentimento cristão da fraternidade; a situação econômica dos povos modi-

ficou-se, graças ao espírito industrial e mercantil, que desenvolve a riqueza das nações e procura o bem-estar dos povos; e isto limita as veleidades dos governos em seus propósitos de expansão territorial por meio da fôrça (de que, desgraçadamente, tem havido, nos tempos modernos, alguns casos que afrontam e escandalizam a consciência universal).

Atualmente, a conquista, à luz dos princípios dominantes na razão pública, não passa de violenta apropriação e verdadeiro roubo, à mão armada, de alheio território, com clamoroso sacrifício da justiça e violncia à soberania dos povos.

A proibição constitucional é absoluta. A Constituição tira todo o pretexto a essa guerra de ambição e de rapina. O Brasil não a fará *direta ou indiretamente por si, ou em aliança com outra nação;* bastem-lhe seus 8 350 000 quilômetros quadrados de superfície, vastíssima região regada por infinitos rios, eminentemente fértil, riquíssima de fauna, flora e minerais, desafiando a atividade do íncola e do forasteiro e oferecendo seus abundantes tesouros ao comércio, às artes e às indústrias.

Transcrevi *por extenso* os dois comentários que acabam de ser lidos, porque êles consubstanciam as idéias que felizmente penetraram no âmago da Constituição brasileira e que, no momento presente, forcejam por abrir, no mundo, uma nova fase ao direito internacional.

Digam o que disserem, a Constituição de 24 de fevereiro antecipou o movimento traduzido posteriormente na conferência internacional da paz de Haia, e que o Presidente Roosevelt, já em 1889, considerava de grande alcance para o mundo.[11] Nem se diga que a inserção das disposições dos arts. 34 e 88 foram produto de puro snobilismo diplomático. Estávamos em 1889, dez anos, portanto, antes daquele em que o então jornalista Roosevelt escrevia as memoráveis palavras que, em dezembro de 1901, teria de reproduzir na sua mensagem presidencial, já não mais como teorista, mas como Chefe de uma nação vitoriosa, que está disposta a pôr em prática os princípios anteriormente expostos tão resolutamente quanto exige o seu caráter. Acresce a consonância de todos os nossos hábitos e sentimentos antibelicosos com a frase eminentemente humanitária com que aquêle decidido Chefe de Estado buscou exprimir o seu próprio pensamento, em face da nova situação dos Estados Unidos com relação às outras nações, máxime as européias.

---

[11] "Considero a crescente infreqüência das guerras entre as grandes potências civilizadas um dos traços mais característicos da história do mundo no século XIX. A conferência da paz de Haia é apenas um sinal dessa evolução. Pertenço ao número daqueles que reputam essa conferência fértil em efeitos e orgulho-me do papel saliente que nela coube aos nossos representantes." Roosevelt, *A Expansão e a Paz*, art. public. no *Independent*, 21 dezembro 1899. [A divergência de datas — 99 aqui, 89 no texto, está no original.]

"A paz", dizia êle, "só pode, certamente, ser mantida quando ambas as partes desejam mantê-la; e os povos, os mais civilizados, estão compreendendo a loucura perniciosa da guerra e atingindo êsse sentimento de justo e inteligente respeito dos direitos alheios, que, por fim, como esperamos e acreditamos, tornará possível a paz universal. A Conferência de Haia deu expressão definida a esta esperança e marcou um grande passo no sentido de tal conquista. A mesma Conferência aquiesceu na nossa afirmação de que a doutrina de Monroe é compatível com o propósito e aspirações da Conferência. Esta doutrina deveria ser a característica primordial da política externa de tôdas as nações das duas Américas. Ela não visa [a] oferecer defesa a qualquer agressão, por parte de qualquer das potências do Nôvo Mundo, a expensas da outra. É simplesmente um largo passo para a segurança da paz permanente neste hemisfério."

Ora, o que o Presidente Roosevelt propôs em 1901 e vemos, no momento atual, a propósito de Venezuela, em caminho de se tornar um fato concreto, apesar das relutâncias do imperador da Alemanha, nós, mesquinhos *negróides,* como nos pretendeu denominar o autor do pernicioso livro *A Ilusão Americana,* em 1889, havíamos, sem bulha nem matinada, inserido na nossa carta constitucional, tornando impossível aos nossos políticos a veleidade de exercer a hegemonia na América do Sul senão pelos meios do progresso e do prestígio moral, que não é mais uma utopia para as nações.

Por que não se há de generalizar nas Constituições de outros povos essa disposição, que já nos foi tão salutar em duas questões resolvidas pela intervenção técnica do nosso atual Ministro das Relações Exteriores e, por contágio, determinou, talvez, a solução argentino-chilena?

É justamente a missão que está reservada ao Sr. Roosevelt ou a quem o possa suceder na gerência da futura política americana internacional.

E como toquei nesse assunto, seja-me lícito dizer aqui, em poucas palavras, o que penso, senão o que sinto, a respeito dessa questão.

Reputo o maior contra-senso pugnar a influência que a grande República do Norte pretende exercer sôbre o que hoje se chama a política mundial.

Antigamente, — refiro-me aos tempos e lugares descritos pelo geógrafo Estrabão, — a idéia que se tinha da Terra era tão vasta, pelo desconhecimento geográfico, que a imaginação dos próprios gregos ilustrados perdia-se em conjeturas extravagantes, como a da existência de povos hiperbóreos, de mares povoados de monstros e de sêres fantásticos, como os de que Homero ainda se ocupou na *Odisséia,* sob o aspecto de sirenas, de circes e de ciclopes. A Terra, por-

tanto, para êsses antepassados, devia ter sido desoladamente infinda; e ao povo que uma vez, com o auxílio dos deuses, ou mesmo de um Prometeu, colocava-se em posição de conquistar êsse desconhecido, purificando-o da barbaria e eliminando as monstruosidades, já se sabe, com o viático de Júpiter e as armas invencíveis de Aquiles, filho de uma deusa, se afigurava destinado a varrer a terra e os mares, excluindo o estrangeiro, ou a *coisa estranha,* do direito de viver, do mesmo modo que ainda se procede com os selvagens das florestas, se êstes não se humilham perante o poder sistematizado no Estado.

O mundo geográfico, porém, cresceu; e as nações da Terra também cresceram, poliram-se e, por fim, encontraram-se face a face.

E como os hábitos de origem nunca se perdem totalmente, no entretecido da história da humanidade vimos essa evolução curiosa da luta do direito internacional, que, na Europa, terminou pelo equilíbrio das nações cristãs, constituindo, para estas, um grande passo; mas também fêz a eterna desgraça do império otomano, que teve de subordinar-se às capitulações injustas, que regem as relações civis e comerciais de povos na essência ateus, ainda segundo as antigas dissidências teocráticas de Cristo e de Maomé.

Ora, êsse crescimento e essa difusão, constantemente remodelada, de nações a nações, não parou na Europa. A civilização estendeu-se para a América; irradiou até o Japão; fixou-se na Austrália; penetrou na Índia. Em pouco tempo, conhecida tôda a Terra, estabelecidas as comunicações pelo comércio, pelas indústrias, pelas letras, pela arte, pelo telégrafo, enfim, unida tôda a Terra pela fulminante circulação das idéias, graças à eletricidade, deu-se um fenômeno desconhecido da Antiguidade, apesar dos seus gênios, dos seus profetas, dos seus Ícaros científicos. O homem começou a sentir-se maior do que a própria Terra, e, o que mais é, a achá-la pequena para as suas operações civilizadoras.

Neste ponto, surgiu uma questão gravíssima, — a questão das raças.

As proporções dêstes artigos não permitem aqui o desenvolvimento que deveria dar à enunciação das idéias que nutro a respeito dessa desgraçada aplicação do darwinismo à política americana, com a qual querem nos brindar os teoristas alemães. Reporto-me ao que já escrevi em outro lugar [12] e dou-me por pago vendo a marcha do processo condenatório dessa doutrina no aludido incidente de Venezuela.

---

[12] Ensaio sôbre "Sílvio Romero Polemista". (Nota provàvelmente omitida pelo autor.)

CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO

ANOTADO PELO DR. BENTO DE FARIA

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 1 ABRIL 1903. EMBORA ANUNCIANDO CONTINUAÇÃO, ESTA NÃO FOI LOCALIZADA.

I

No tempo em que fazia o meu curso na Faculdade de Direito do Recife, ouvi contar o seguinte fato, ocorrido, segundo a tradição, no escritório de um dos mais notáveis advogados daquela terra, o falecido Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado.

Dizia o narrador que, achando-se êsse jurista, em um dia de bom humor, pouco atarefado, entrou-lhe pela sala um pobre matuto e propôs-lhe uma questão que dizia respeito a interêsses de sua fazenda. O advogado refletiu durante uns cinco minutos sôbre o caso; e, tomando da pena, lançou a resposta em uma meia fôlha de papel, escrevendo meia dúzia de palavras.

Recebendo o papel, o consultante leu o que estava escrito e deixou cair o braço em profundo desalento.

— Não está satisfeito? perguntou-lhe o doutor, fazendo um gesto que lhe era muito peculiar, de lamber o lábio superior.

— A falar a verdade, seu doutor, não estou contente.

— Por que, homem de Deus?

— É que eu não vi S. S.ª abrir os livros e falar com a doutorama.

O matuto referia-se à excelente biblioteca jurídica que havia no escritório.

— Ah! Você queria a doutorama?! Pois fique sabendo, seu pedaço de maluco, esta doutorama só se abre para os indivíduos que não têm razão. Vá com Deus. O seu direito é líquido.

Esta anedota tem a sua moralidade. Que os autores são como os explosivos; nem sempre se empregam em trabalhos úteis. As opiniões dos tratadistas e a erudição dos livros servem, muitas vêzes, aos afoitos, para desviar a razão jurídica do bom caminho.

Quando o ponto decisório da causa é claro e o direito funda-se em lei positiva, conhecida, escusado é saber o que pensam os juristas a respeito do que se antolha ao primeiro lance da vulgar inteligência.

Espíritos há, porém, nascidos para criar dúvidas em tudo. Outros, cujo maior prazer consiste em perturbar as consciências com o número de autoridades, que se lhes ofereçam sôbre o primeiro assunto que discutam.

Mal se compreende a razão da prolixidade de certos arrazoados, memórias ou monografias, ainda quando entram em jôgo, em uma causa, interêsses tão valorosos, que os seus defensores sintam-se tentados, não já a discutir o ponto diversório da questão, mas a demolir a jurisprudência firmada, deslocando o eixo do sistema jurídico adotado para dar triunfo à parte insurreta. Tais desavenças não aparecem, todavia, sem motivo e são sintomáticas. Como sucedeu na dos Bispos, em que Ganganelli e o Visconde de Bom Retiro escreveram livros extensíssimos sôbre o padroado e o recurso à coroa, procurando reduzir o que era irredutível; o resultado, nestes casos, é sempre transferir-se a luta para o terreno histórico ou doutrinal, e então a fôrça disfarçada em direito é que vem, por último, decidir da questão. Mas a contestação, no terrapleno de leis vigentes e que obedecem a um sistema conhecido, só se pode admitir com tamanhas proporções como manifestação viciosa e comprometedora dos créditos de profissionais, que exercem a sua aptidão jurídica no intuito exclusivo de torturar a verdade.

Não são egípcios os processos empregados para atingir a vitória nestes casos. Os retóricos sabem-nos de cor. A tática é velha; os instrumentos é que podem ser novos; a intensidade da propulsão, às vêzes, insólita. Há o circuito; a acumulação; o tuncamento do ponto de vista; a falsa perspectiva; a dúvida teórica; o jôgo de opiniões de autores; o desvio da atenção do ponto decisório para as questões laterais; e, por último, a fadiga e o abandono, que geram um estado de consciência acessível a tôdas as petulâncias de um argumentador. Mas não é disto que vou tratar e, sim, do que deve tornar um livro de consulta propício ao espírito que deseja francamente inteirar-se de um assunto para fins práticos.

Os tratados de direito são como planos de edifícios por construir. Se têm a vantagem de elevar o espírito no surto de um ideal de perfeição, por outro lado desabituam o homem das asperezas da vida e das irregularidades do terreno em que ordinàriamente se pisa. O comentário à lei escrita e exeqüenda abre espaço a uma medida mais exata das necessidades vigentes e a interpretação das respectivas disposições, não segundo o espírito pura da filosofia, mas à vista dessas necessidades e do ambiente social por elas modificado, torna-se uma fonte inexaurível de ensinamentos valiosos, tanto para a inteligência dos textos como para a sua reformação.

Por isso, considerarei sempre obra de subido valor todo o trabalho dessa natureza que trouxer o cunho prático. Sendo a lei um produto orgânico, representação viva, móvel e inteligente da sociedade para a qual foi redigida, não deve ser tratada senão em concordância com o ambiente que a fortificou e com o qual conjuga.

O livro do Dr. Bento de Faria, que acabo de ler, acha-se neste caso. Não é um comentário do feitio dos preocupados de erudição, e de que se encontram espécimes eloqüentíssimos na antiga literatura jurídica, nos quais, como em gaveta de sapateiro, se emaranhavam as opiniões de todo mundo, desde Aristóteles até Kant, e onde tudo se achava, menos a clareza resultante da gravitação e concordância das idéias.

Sem desprezar a tradição, nem o ensino da Escola, êsse livro ilustra a matéria de cada artigo do Código Comercial Brasileiro com clareza, pondo ao alcance da inteligência mais vulgar os subsídios de interpretação criados pela moderna ciência do direito.

Sente-se, em todo o percurso da obra, que o seu autor está aparelhado para o estudo a que submete a lei. O seu espírito, escudado numa intuição nítida do que seja a construção jurídica, a cada instante força o leitor a recorrer às verdadeiras fontes do nosso direito e a confrontá-lo com a legislação dos povos que emergiram da mesma origem e obedecem, apesar das divergências de forma, à mesma corrente de concepções jurídicas.

Do conjunto dos textos da lei brasileira, assim tratados e criticados, resulta uma segurança de conceito, que não é outra coisa senão a sensação produzida pela presença de um organismo, com todos os seus defeitos, vícios, deformidades e lacunas. E nessa visão do conjunto concreto das regras positivas, interpoladas da doutrina que as determinou ou das que em próximo futuro deverão completá-las, reside tôda a atividade do comentário, que, como muito exatamente assinalou o Sr. Conselheiro Lafaiete, "é, na realidade, um comentário perpétuo em forma de notas".

Acresce que, nesse comentário, não se encontra sòmente o que constitui a vida do direito comercial. O livro acha-se penetrado, da primeira à última página, do espírito das instituições do direito civil, por cujo cotejo é fácil verificar onde começam as divergências do conceito e as infidelidades dos textos comerciais às leis históricas dêsses institutos.

Pela inspeção da nota primeira, fora do texto, vê-se o método adotado. O autor começa pela ilustração do título da parte primeira do Código.

O que é comércio? O código não o diz, como não o dizem os das outras nações, tal é a dificuldade de abranger, em forma concisa, a variedade de operações que o constituem.

Na opinião de Vidari, citado pelo comentador, "comércio é o complexo dos atos de intromissão entre produtores e consumidores, exercidos habitualmente visando lucro, e que efetuam, promovem

e facilitam a circulação dos produtos da natureza e da indústria para tornar mais fácil e pronta a procura e a oferta".

Esta definição, por muito ampla e sem eficácia para a decisão de certos casos, em que, pela flutuação de caracteres, torna-se dificílimo classificar o ato respectivo, forçou o comentador a procurar nos diversos códigos enumerações inclusivas ou exclusivas e a coligi-las de modo a fornecer um corpo de atos tidos e havidos como fenômenos mercantis. Essa catalogação, resultante de disposições esparsas pelos textos dos códigos das nações históricas, mas também de modernas, como o México, o Chile, a Argentina, tem a vantagem de apresentar em concreto as próprias audácias evolutivas do direito.

Ainda de acôrdo com Vidari, o comentador fixa como traço universal do ato de comércio o fim de tôdas e de cada uma de suas operações: — o lucro.

Com efeito, por mais odiosa que seja essa palavra, tomada isoladamente, é intuitivo que o motor do comércio não é, nem pode ser, senão o interêsse do ganho. Se é verdade que a circulação da riqueza encontra os seus determinantes na esfera do interêsse social, e é, portanto, o fenômeno básico da vida coletiva, não é menos certo que, uma vez desaforada essa função da jurisdição administrativa do Estado e reconhecida a liberdade individual como campo de sua ação, forçoso era dar ao motor tôda a importância, contudo não exclusiva.

Os dislates do egoísmo feroz dos especuladores geraram, entretanto, a legislação comercial, — uma legislação especial, como se sabe. Todavia, com ela sucedeu, *mutatis mutandis*, o que se observou com a legislação civil ou patrimonial. Nesta, sendo os legisladores, em regra, proprietários, prevaleceu a preocupação do direito das coisas sôbre o das pessoas, e, salvo as tendências dos juristas modernos, principalmente da escola italiana, nos códigos ainda se sente a tirania do patrimônio; na legislação comercial primou a preocupação da garantia do crédito sôbre o consumidor; e nem se podia esperar que fôsse senão assim, quando os primeiros que no Ocidente estabeleceram regras para o comércio foram os comerciantes de Veneza e os judeus, que faziam circular as suas mercadorias e o seu dinheiro pelas bacias do Mediterrâneo e do Báltico.

Por mais adiantados que nos sintamos nesta espécie, graças ao efeito das revoluções operadas no terreno das ciências jurídicas e sociais, não há negar que sobrevivências de concepções primitivas ainda palpitam nas relações da vida atual, amparadas pelo que se chama liberdade de comércio. Também não resta dúvida que essa liberdade só beneficiou o comerciante *vis-à-vis* do Estado, que o embaraçava; mas deixou em grande parte abandonado o consumidor,

ou aquêle em razão do qual funciona a máquina intromissora destinada a fazer circular a riqueza.

O sinal mais evidente do modo por que se exerce essa influência está em que escritores adiantados, como, por exemplo, o comercialista italiano David Supino, continuam a ligar os destinos dessa ciência às famosas miragens da economia política, enquanto reduzem a vida industrial a um jôgo e a uma mecânica.

Intromissão, concorrência e lucro são as rodas sôbre as quais desliza vertiginosamente o carro do comércio.[1] E quando se cuida que o código é feito para regular essa corrida, êsse movimento, sob o aspecto jurídico e exclusivo de deveres, obrigações, contratos, etc., com tristeza verifica-se que o mais feroz egoísmo ainda se oculta sob essas regras, destinadas apenas a resguardar os aparelhos de permuta, colocando-os ou mantendo-os, as mais das vêzes, nos punhos dos mais fortes e também dos mais injustos.

Entregue, assim, o comércio aos instintos puramente animais, tudo se reduz, na aplicação da lei, à forma; e, salva esta, tudo é lícito, porque a crença do dogma da liberdade comercial não comporta restrições. Tôda a concorrência é lícita, todo o lucro é permitido, contanto que não incida visìvelmente nos crimes e fraudes definidas na lei penal.

Nesse *sport,* realizado sôbre as costas do consumidor, só há, portanto, de efetiva, a preocupação da manutenção do crédito. Firmado êste, pouco importam as lesões morais de outra ordem, no pressuposto de que elas são completamente estranhas à órbita em que giram as transações.

Os códigos estão, dêste modo, ainda impregnados dos princípios da luta pela vida, sob o aspecto puramente biológico, e da vindita aneutral.

Shylock, de faca em punho, e o seu direito materializado na nota promissória.

"A arte de enriquecer", dizia Ruskin, em 1862, com grande escândalo para os plutonomistas de seu tempo, "essa arte, no sentido comum, não é sòmente a arte de acumular muito dinheiro para nosso proveito único, mas também a de operar de maneira que nosso próximo fique reduzido à pobreza. Em têrmos claros, é *a arte de estabelecer em nosso favor o máximo de desigualdade*".[2]

Inexorável em sua crítica aos costumes comerciais então justificados pela doutrina corrente do livre-câmbio segundo o parecer dos biologistas, êsse publicista vai muito mais longe. Êle não só considera

---

[1] D. Supino, *Istituzioni di diritto commerciale,* n.os 2 a 9.

[2] Ruskin, *Usto this Last,* n. 30.

a lei da oferta e da procura, sem o *contrôle* da lei social e moral, ou, antes, da socialização do indivíduo, uma monstruosidade, mas também assinala um fato sôbre o qual ninguém ainda tinha refletido, isto é, de que nunca se explicara claramente ao público quais os verdadeiros deveres do mercador para com o próximo.[3] E então acrescenta que, existindo cinco grandes profissões intelectuais relacionadas com as necessidades quotidianas da vida em tôda nação civilizada, isto é, a do soldado, cuja função é defender a pátria, a do padre, cuja missão é instruir, a do médico, que tem por fim manter a saúde, a do legista, de quem se exige a execução da justiça, e a do negociante, cujo ofício é prover as necessidades de todos, sucede que êstes indivíduos, menos os últimos, sentem-se inelutàvelmente ligados pelo dever de sacrificar a vida, sendo preciso, no exercício de sua profissão. Bem entendido: todos sentem-se obrigados a manter o pôsto até à morte; o soldado, não desertando da batalha, o médico, não abandonando o doente em caso de peste, o padre, não ensinando o êrro, o legista, não sustentando a injustiça. "Só o mercador", diz Ruskin, "não tem ligações com a morte em face da nação; entretanto que essas ligações são fundamentais, porque o homem que não sabe *quando lhe é forçoso morrer,* não sabe também como *deve viver*".[4]

Esta anomalia, que, aliás, não justifica, como o observou Harrison no seu belo trabalho sôbre Ruskin, as invectivas contra Stuart Mill, o qual não deve ser confundido com Ricardo nem com outros plutonomistas, que, de fato apanhados em uma sociedade mórbida, pretenderam deduzir leis para tôda a vida,[5] esta anomalia, repito, já não passa despercebida aos juristas de hoje; e em mais de uma monografia se tem tentado levantar a questão da concorrência desleal e do lucro imoral. E tudo quanto se relaciona com essas duas funções do que se chama clientela reduz-se, na interpretação das leis, à definição do que seja ilícito. O ilícito, derivado da proibição expressa da lei, aí compreendidos os *mala prohibita,* ou do conflito com a ordem pública, não é o campo que oferece maiores dificuldades na aplicação das regras de julgar, quanto à extensão da responsabilidade dos indivíduos por atos envolvidos na esfera em se exterioriza o dano.

---

[3] "Com efeito, é privilégio dos peixes, assim como dos ratos e dos lôbos, viver debaixo do regime das leis da oferta e da procura, porque o que distingue a humanidade é o viver sob regime da justiça e do direito, que são obra da sociedade." *Ob. cit.*, n. 46. [Esta nota, sob n. 3 ao pé do texto original, não tinha indicação de localização no próprio texto.]

[4] *Ob. cit.*, n.os 21 e 22.

[5] Frederic Harrison, *John Ruskin,* p. 100.

Em todos os tempos se consideraram ilícitos e, portanto, nulos os atos contrários aos bons costumes. Mas se há expressão vaga e perigosa, em seu desenvolvimento prático, essa é uma delas. Daí tôda a dificuldade da situação jurídica da vítima do dano e do legislador ou do juiz, que, uma vez afastado da figura determinada taxativamente na lei, começa a trilhar em terreno eruptivo.

Tais dificuldades não são motivos bastantes para que se desista [de] nova conquista na esfera do direito.

> O princípio da nulidade dos negócios imorais, diz Francisco Ferrara, seguindo Endemann, apresenta-se como uma norma *subsidiária* às proibições civis, enquanto intervém em tôdas aquelas lacunas deixadas pelas regras jurídicas à proteção do entrelaçamento das relações privadas. De fato, a lei podia prover com o preceito, guiada pela experiência do passado, e prevenir certos abusos, certas ações injustas, certos fatos iníquos, fulminando-os com um veto, mas tôda sua previdência não bastaria para atingir a infinita variedade de negócios ilícitos que o interêsse e o egoísmo das partes excogitariam sem cessar. Seria, assim, necessário um *fator móvel*, que, em analogia com a livre mobilidade das intenções dos interessados, oferecesse uma fôrça peremptória. Por isso, a lei estabeleceu êste princípio, de que o que é contrário aos *bons costumes* e à ordem pública é nulo. Mas semelhantes conceitos são latos, compreensivos demais, genéricos, e prestam-se a inumeráveis aplicações, colocando a legislação em parelhas com o desenvolvimento moral do povo, com o seu progresso e elevação dos sentimentos.[6]

Nada adiantam do que já preceituavam os juristas romanos: *Quæ facta lædund pietatem, existimationem, verecundiam nostram, et ut generaliter dixerim, contra bonos mores fiunt, nec facere nos credendum est.* (L. 15 D. 28, 7). — *Pacta quæ contra leges, vel contra bonos mores fiunt nullam vim habere indubitati juris est.* (6 Cod. II, 3). Os aforismos dos modernos têm a mesma latitude e prestam-se, em sua relatividade, aos mesmos processos de hermenêutica que o *maleficium* e o *ob turpem causam* da L. 7 § 3, *D. de pactis*, 2, 14 e L. I, § 2, L. 2 D *de cond. ob turp. caus.*, 12, 5.

Nessa flutuação, vejamos em que esteio tentam os tratadistas fixar o conceito da legitimidade da concorrência e do lucro em face do direito de repressão social.

---

6 Francisco Ferrara, *Teoria del negozio illecito nel codigo italiano*, n. 4.

ESTUDOS E ENSAIOS

DO DR. JOÃO CARNEIRO DE SOUSA BANDEIRA

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMERCIO*, RIO DE JANEIRO, 17 JULHO 1904.

O autor do livro, cujo título encima êste artigo, pertence a um grupo de moços, que fizeram as suas primeiras armas no Recife, por volta de 1882. Os esforços, que então empregaram em assimilar as novas idéias filosóficas, com aplicação principalmente às ciências jurídicas e sociais, não foram improdutivos.

Um dêles, Clóvis Beviláqua, é na atualidade mestre consumado na ciência que professa, outros, como Martins Júnior e Artur Orlando, fizeram-se eloqüentes oradores e discretos publicistas; alguns deixaram-se absorver inteiramente pela política.

De todos tem sido João Bandeira, talvez, o menos freqüente na imprensa. Os *Estudos e Ensaios* são o seu primeiro livro, se não estou enganado. Conforme o próprio autor o confessa, esta coleção de escritos esparsos representa as suas idéias durante um período de 19 anos.

É certo que êle não traiu a iniciação — e o livro evidentemente o prova; mas também mostra que, orientado na escola evolucionista, não estacionou; ao contrário disso, com os olhos fitos na luz, que deslumbrou os primeiros anos de sua vida intelectual, corrigiu as intemperanças do entusiasmo primaveril, para sazonar os frutos de um outono tranqüilo e benigno.

Tanto quanto posso avaliar dos seus méritos, do seu temperamento, das suas predileções, pelo que tenho lido de sua lavra, mas também pela sua conversação viva, variada, nunca pretensiosa, reputo-o um dos espíritos mais vigilantes da sua geração.

João Bandeira teve a felicidade de receber a instrução secundária sob a imediata direção de seu velho pai, que foi um preceptor de primeira ordem para os filhos. O bondoso professor de Filosofia do antigo Colégio das Artes do Recife, de que os bacharéis qüinquagenários de hoje recordam-se com saudades, possuía instintos pedagógicos admiráveis. Sabia como ninguém incutir nos filhos o amor às letras clássicas, sem prejuízo dos estudos de utilidade prática. Ornou-lhes a memória com as flôres das literaturas grega e latina e aprimorou-os nas letras modernas. Aguçou-lhes o amor do belo. Quando os castigava, se o fazia, não os aterrava com os aspectos insólitos da férula; mas prendia-os na leitura de uma página poética ou em exercícios de memória, obrigando-os a decorar inteligentemente aforismos latinos.

Esta constante prática das boas letras não os prejudicou. O mais velho, Herculano Bandeira, distinguiu-se na administração e, se não morresse tão môço, seria uma das glórias do seu Estado.

O escritor dos *Estudos e Ensaios,* embora retraído, não acusa menores aptidões para a carreira de advogado, que adotou. A educação que lhe deu o pai, o mantém, todavia, imune do que se pode chamar o *azinhavre* do especialista.

A variedade de assuntos tratados no livro, de que me ocupo, demonstram as suas tendências poligráficas. O gôsto literário areja as páginas dêsse livro, imprimindo-lhes o cunho de uma obra realizada sem preocupações de doutrinário, nem azedumes de quem se propõe emendar a Criação ou dar quinaus nos policiais do Universo.

Se não é otimista, no rigor da expressão, assinala a cada instante o espírito de tolerância, aliado à coragem e ao amor pelas coisas que devem ser amadas.

De tudo o que mais me encanta nos escritos de João Bandeira é a sua hostilidade contra a indignação sistemática.

De fato. A formar conceito sôbre o Brasil pelo que se diz e se escreve geralmente entre nós, vivemos em um país coberto por uma nuvem caliginosa de malefícios. Envolve-nos uma atmosfera premente de indignações. Todo nacional sente as próprias fôrças esborcinadas por desalento mortal, se é que não experimenta o explodir do ódio contra a ação vermicular dos excrementos da terra.

Se tal sentimento é universal; se todos julgam-se no direito de indignar-se, e na verdade estão dêsse direito conscientes, quem fica para sofrer castigo por tão monstruosa culpa?

O prólogo do livro é uma hábil demonstração de que o — *não foi esta a República dos meus sonhos,* não passa de uma edição moderna do — *o país está a beira do abismo, e do poder pessoal* — tema obrigado de tôdas as oposições, conservadoras ou liberais, do antigo regímen.

Se há alguma coisa de verdadeiro no desânimo que reina na alma de alguns intelectuais de responsabilidade efetiva, o autor atenua-o, explicando o fenômeno como resultante de um fato observado em todo o mundo civilizado.

"O chamado *darwinismo político,* diz o publicista, é coisa que se confessa hoje desassombradamente nos parlamentos, como programa de govêrno."

Tal atmosfera de ferocidade constitui uma crise, um estado provisório oriundo da desintegração européia, que tende a proporcionar a formação de um nôvo e mais amplo grupo jurídico internacional, em que encontrem melhor acomodação as nações de existência recente.

É bem de ver que as naturezas meigas e sensíveis não podem eximir-se a um movimento de terror diante dêsse *foot-ball,* em que a justiça, às vêzes, recebe formidáveis pontapés daqueles que se julgam mais aptos para dirigir as turmas de assalto.

Contudo, é forçoso convir que nem é a primeira vez que as sociedades se sentem agitadas por tufões dessa espécie, nem é lícito duvidar da sua transitoriedade. As crises de crescimento tiveram semper esta feição. Em algumas épocas foram incomparàvelmente piores. Basta relembrar a Renascença, no mundo de elaboração política e social italiana, quando imperava a *virtù* de César Bórgia e os *condottieri* ameaçavam levar a ordem pública a ferro e fogo, concorrendo, não obstante, para apressar o advento da nacionalidade que havia de surgir.

A *virtù* hoje talvez seja incompreensível. Não sucede, porém, outro tanto com os *condottieri* que parecem por instantes reviver no *boss* americano ou nesses reis da indústria, que, através dos continentes e dos mares, oferecem o espetáculo de motorneiros de grandes organizações privilegiadas para inquietarem povos e desorientarem governos.

No fluxo e refluxo do oceano humano e ao fragor das tempestades próprias da estação histórica que atravessamos, inevitável era que tivéssemos o nosso quinhão de lutas e sofrimentos. E porque a nossa história política não passa de um acidente no turbilhão da vida universal, seria êrro clamoroso adotar o pessimismo irredutível daqueles que pensam ser o Brasil um caso perdido, segundo a patologia social de Lilienfeld.

Como muito bem pondera João Bandeira: "Na crise por que estamos passando, nada há que especialmente nos envengonhe."

"Sem desprezar, pois, a tradição do nosso país e da nossa raça, aproveitemos os esforços acumulados das gerações que nos precederam, deixando-nos, porém, dominar pela luz vivificante das idéias modernas. Assim, estaremos preparados para o embate da grande revolução que se avizinha, e, como mais novos teremos menos preconceitos que destruir e menos privilégios que arrancar, pelo que menos sofreremos."

A experiência é a grande mestra da vida.

Ao seguro bom senso e cordialidade intelectual do autor dos *Estudos e Ensaios* não escapou o conselho do grande orador romano.

Êle o aplica com sagacidade e prudência às coisas de seu país, e por isso chega ao resultado de que antes de tudo o que convém é encarar o futuro sem temores, nem delinqüências, e ainda mais — com simpatia.

As teorias políticas selvagens ditadas pela sensibilidade mórbida de publicistas novos e impressionados pela contemplação de centros, onde as grandes misérias sociais têm estacionado, pela inclemência dos instintos animais, substituem o prudente exame das questões e a diplomacia dos afetos humanos.

Esta feição doutrinária do homem de letras e do publicista faz-me pensar, *mutatis mutandis,* no traço característico de um escritor, que anda agora muito em voga, — o Presidente Roosevelt.

Êste grande americano constituiu-se nos últimos tempos um eloqüente e indefesso professor de energia. De todos os seus discursos e livros, porém, ressalta a lição de que a energia, que se não apóia nos instintos simpáticos da raça, é necessàriamente destruidora, fatal aos povos, demoníaca.

As multidões, por natureza, inconscientes e pueris, egoísticas por ignorância, precisam de exemplos edificantes, e de quem as guie, para que não se entredevorem, ou se hostilizem, pensando que se beneficiam.

Ora, para que uma nação progrida e os favores da civilização aproveitem ao maior número, faz-se preciso que os energéticos de bons instintos procurem atuar em mais ampla escala, abrindo caminhos largos à influência do trabalho persistente e à cooperação alegre dos que se interessam com lealdade pela harmonia da vida social.

É pela vitória dessa energia benéfica que o autor dos *Ideais Americanos* se esforça continuadamente, falando, escrevendo, agindo como chefe político e como cabeça de govêrno.

Dar combate às últimas conseqüências de um cego utilitarismo, eis o grande escopo. E o Presidente Roosevelt o empreende, encarando, resoluto, os *trusts,* justamente no país em que essas criações da filosofia do interêsse tomaram proporções formidáveis, que só encontram rivais na imaginação delirante dos autores da *Lâmpada de Aladino* e do *Carvalho de Ébano.* Como? Desenvolvendo a capacidade de simpatia, de camaradagem e de mútua compreensão do modo por que cada um procura interpretar a vida, "base de todos os movimentos realmente felizes para o bom govêrno e o aperfeiçoamento das condições sociais e cívicas".

"Não há", diz êle, "sistema privilegiado para conduzir um bom govêrno; muito menos para remediar males ingênitos à sociedade e extinguir as desigualdades naturais. Quando acertada, a legislação pode em qualquer dêsses casos atenuar os males existentes; quando cruel, viciosa ou demagógica, produzir desgraças infinitas. Mas a melhora dos costumes só deve resultar de obras lentas produzidas pelas mesmas fôrças que sempre tenderam para o bem, e hão de incessan-

temente procurar a sua orientação. A primeira lição, portanto, que tenho a dar, é que se trata cada homem segundo seu valor como homem, e advirto que, se muita vez é necessário, no duplo ponto de vista legislativo e social, considerar os homens como classe, não é menos certo que a nossa segurança reside no reconhecimento do valor ou escassez do valor do indivíduo como principal base de ação, e, por conseqüência, no propósito firme de modelar inteiramente a nossa conduta de acôrdo com êsse conceito. É impossível que uma democracia dure se as linhas políticas forem traçadas de modo que coincidam com as linhas de classe. O govêrno que daí resulta, seja tirado da classe alta, seja da classe baixa, operará não como um govêrno do povo em sua integridade, mas como um govêrno de uma parte do povo, com odiosa exclusão da outra.

"Onde as linhas de divisão política forem verticais, e os homens se separarem segundo suas vocações e princípios, teremos o melhor dos resultados, um govêrno são e normal. Não sucederá assim se a divisão se estabelecer por linhas horizontais. Cada indivíduo se erguerá contra o vizinho em atitude hostil, cego de egoísmo, e enfurecido pelo interêsse do momento" [1].

E não é senão isto o que se deduz da rigorosa observação dos fatos.

Leia-se o recente e monumental inquérito de Ostrogorski, sôbre a vida interna dos partidos políticos nas duas nações, em que o sistema de govêrno de opinião atingiu maior desenvolvimento — Inglaterra e Estados Unidos.

Ali onde as organizações chegaram a proporções monstruosas, no que entende com estradas de ferro, exploração do petróleo, do aço e de outras indústrias, também conseguiu-se uma perícia famosa na arte de fabricar coisas, que nunca o engenho humano se lembrou de fabricar; opinião, entusiasmo, grandezas intelectuais e morais, tudo com arrôjo, ruído e brilho, superior ao dos fabricantes de porco * de Chicago e dos luxuosos carros Pullman.

Semelhantes organizações, se por um lado têm concorrido para o crescimento das duas referidas nações, por outro, como fôrças soberanas tendem e tenderão a converter-se em elementos de desordem, se não forem obrigadas a buscar objetivo fora da organização pura e simples do interêsse.

É o ponto de vista exatamente do Presidente Roosevelt, o qual, ao mesmo tempo que prega a simpatia, encarece a intimidação moral, isto é, a organização da responsabilidade de cada um, como homem e como parte integrante dessas coletividades.

---

1 *La "vie intense"*, cap. IV.

* Sic.

A *máquina*, industrial ou política, tudo assoberba, tudo tiraniza. Se o movimento que se lhe imprimir não tiver outro fim senão o prazer da velocidade, ou a vitória única do gôzo material, a perda de tanto esfôrço será irremissível, convertendo-se a vida num miserável *sport*.

O que há a fazer, portanto, é utilizá-lo para os fins do aperfeiçoamento moral da humanidade, fazendo penetrar na consciência de cada indivíduo a convicção de que não o isenta de responsabilidade o fato de ser cúmplice, ainda que por uma parcela infinitesimal, de agremiações criminosas.

Conforme o citado Ostrogorski, "até aqui o combate vitorioso que a democracia sustentou no mundo foi sobretudo e fatalmente um combate pela liberdade material; resta conquistar a liberdade moral, que consiste em pensar e agir segundo a livre razão; francamente a democracia conseguiu o *habeas-corpus*, mas a batalha decisiva há de ser pelo *habeas animum*" [2].

Conhecer o fato, saber de que modo, por que e para que as *máquinas* se organizam, já é um comêço de libertação.

O trabalho de Ostrogorski, de Bryce, de Roosevelt e dos que se empenham em iguais estudos e análises, não ficarão, pois, ineficazes; então verão os governos democráticos, verão os chefes de partido, verão as classes dirigentes quanto foram iludidos pelo utitarismo *à outrance*, colaborando na organização do chamado *interêsse* do maior número, firmando convenções, em que por último viriam a triunfar as fôrças infernais da *Holy Bribery*.

E como tôdas as mistificações, ainda que se trate de inconscientes e oriundas dos próprios instintos sociais, acabam por ser descobertas e provocar a reação, não é exagerado afirmar que a coalizão para dissipar o furor dos sindicatos, já está feita no ânimo da maior parte dos espíritos bem intencionados e enérgicos.

Ainda mais. Não são aquelas atividades únicas. Há no seio das nações outras fôrças e em maior grau, as quais só fazem ato de presença, quando aproximam-se os momentos das supremas responsabilidades. A história da grande República do Norte está cheia dêstes exemplos.

É sôbre considerações paralelas a estas que se firma o meliorismo de João Bandeira. E permitam os fados que não lhe escasseie a saúde, nem lhe faleçam disposições para estudar os fenômenos, que se passam em nossa terra, colaborando assim na obra da instrução nacional.

O Brasil precisa organizar as suas atividades; mas também precisa acautelar-se contra os vícios de que já tiveram larga experiência

---

[2] *La democratie et l'organisation des partis politiques*, II, 684.

as nações que nos instruem. Aos moços cabe oferecer essa resistência contra os brulotes que incendeiam os mares e ameçam as nossas pacíficas enseadas.

E agora vejo que só me ocupei com o prólogo do livro de João Bandeira; mas também é certo que êsse prólogo, resumindo-o, dá tôda a medida de quem o escreveu.

Aí encontrará o leitor o espírito desanuviado do homem de letras, filósofo; e se deter-se nas páginas que têm por título "O Advogado na Literatura", verificará quanto eu acertava no comêço dêste artigo, dizendo que a profissão, por êle adotada, não lhe pusera na alma o *azinhavre* da especialidade.

Defendendo, por desfastio, a classe a que pertence das invectivas dos poetas e literatos de todos os tempos, João Bandeira ainda mostra o espírito molieresco, que de ordinário o trai, quando na intimidade dos amigos e colegas comenta os acontecimentos do dia.

Naturezas felizes como a sua não se irritam senão nos momentos supremos. Imunes de todo sectarismo, temperam a vida com os princípios filosóficos, mas não violentam o senso prático das coisas por amor de teorias constantemente feitas e refeitas.

ULISSES E DIONISOS

PUBLICAÇÃO EM *ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER*, RIO DE JANEIRO, ANO 2, 1904, PP. 193-194, E DATADA DE DEZEMBRO 1902.

Na sua obra *Origem da Tragédia* Nietzsche explica a decadência grega e a de todo o Ocidente pela morte do espírito dionisíaco.

O extermínio de Pã assinala justamente a *débâcle* da vida intensa que houve no meio daquele povo privilegiado. Êsse excídio completou-se na sistemática substituição dos grandes e misteriosos instintos da espécie humana pela *razão,* pela mesquinhez da análise, pela *maiêutica* socrática.

Eurípides, acrescenta o autor de *Assim Falou Zaratustra,* transportando o espectador, o povo, para a cena, onde originàriamente só tripudiavam aquêles instintos, nos símbolos de Ésquilo, e obrigando o antigo espectador ou o homem quotidiano a desempenhar os papéis na tragédia, foi o primeiro fautor daquela decadência lutuosa.

A Grécia entrou na franca miséria das faculdades trágicas; e não tardou que êsse anão astuto chamado Ulisses, o conhecido tipo do *graeculus,* se generalizasse por tôda a bacia do Mediterrâneo, preparando isso que se chama a civilização moderna, — o que importa o mesmo que dizer — a supressão do entusiasmo como motor da existência e do *sonho* apolíneo como regime do espírito.

Começou a agir a reflexão, e o espírito de individuação, prosseguindo através dos tempos, alagou a humanidade no nivelamento atrofiador do utilitarismo e da moral dos humildes.

Na opinião de Nietzsche, portanto, Ulisses, ou melhor, o gênio jônico, é a causa eficiente do declive em que o mundo se perde, rolando indistintamente para o mal como os carneiros de Panúrgio para o abismo das ondas.

Nietzsche é, assim, coerente. Desde que a civilização vai completamente errada; e se o êrro nasce, com efeito, do triunfo do gênio jônico sôbre o paganismo helênico representado pelo Homero da *Aquileida* ou da *Querela,* pelo Ésquilo do *Prometeu* e por Heráclito, não resta dúvida que outro remédio não haveria senão renovar, sob o ponto de vista moderno, a obra abortada de Juliano.

Por mais respeitável que seja a concepção do filósofo alemão, é lícito fazer algumas interrogações.

Compreende-se o progresso, ainda mesmo nos seus têrmos absolutos, sem a disciplina jônica?

Seria preferível a disciplina dórica?

Sem Ulisses, acaso a terra teria sido suplantada, adquirida, conquistada? Baco conquistou a Índia. A sua expansão seria suficiente para envolver a América e os novos mundos?

Se Palas não houvesse subvertido as Eumênides e criado o Areópago, o entusiasmo dionisíaco teria podido levantar, só por si, a Justiça, que acalmou a alma de Orestes?

Que seria a *cidade* depois da vitória completa de Baco sôbre o universo?

Os vapôres levantados até as nuvens por essa embriaguez da vida seria compatível com a existência filosófica de Bacon, de Newton, de Leibniz, de Kepler e de Kant?

OS SERTÕES
(CAMPANHA DE CANUDOS)

POR EUCLIDES DA CUNHA

PUBLICAÇÃO NO OPÚSCULO *JUÍZOS CRÍTICOS — OS SERTÕES (CAMPANHA DE CANUDOS), POR EUCLIDES DA CUNHA (2.ª ED. CORRIGIDA, 1903)*, RIO DE JANEIRO, LAEMMERT & CIA. EDITÔRES, 1904, 39 PP. O TRABALHO FOI PRIMITIVAMENTE ESTAMPADO NO *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 6 E 18 MARÇO 1903. A PRESENTE REPRODUÇÃO É DO TEXTO DO FOLHETO, COM COTEJO, PARA AS DÚVIDAS, COM O DO JORNAL.

Anoréxico, literàriamente falando, e desviado de assuntos estéticos, encetei a leitura do livro do Sr. Euclides da Cunha nas piores condições em que se pode achar um homem diante de um forte volume de mais de 600 páginas.

Acrescia a espécie de plenitude gástrica em que, a respeito da guerra de Canudos, tinham-me deixado leituras anteriores. Estava saturado das narrações publicadas nas fôlhas diárias e em livros, tinha lido o trabalho do major Barreto Dantas *, aliás uma boa exposição de fatos, bem como as anedotas, um tanto petalógicas **, do repórter Manuel Benício; e, por último, obtivera os *Jagunços,* de Olívio Barros, romance histórico detestável. A última leitura, que não consegui terminar, forçara-me a tomar *in petto* o compromisso de não mais prestar a atenção às lendas de Antônio Conselheiro.

Não foi, portanto, sem espírito de hostilidade que percorri as primeiras páginas de *Os Sertões.* Terminada, porém, a primeira parte, e lidas as páginas iniciais da segunda, uma revolução havia se operado em minha alma. O autor conquistara-a de modo violento e irretratável. Daí por diante, não li mais, desfilei pelo livro afora, dominado pela sensação que se experimenta percorrendo paisagens abruptas, alcandoradas de presepes, de dentro de um comboio, em carreira vertiginosa e sem destino.

Lembrei-me, então, dos bons tempos em que, ainda menino, eu lançava-me perdidamente através dos romances enormes, como *Monte Cristo,* de Dumas, ou os *Mistérios do Povo,* de Eugênio Sue, de respiração opressa, sem tomar fôlego, para só parar na última página, e com a dolorosa saudade de quem abandona uma festa inolvidável.

Desabituado dessa emoção única e ininterrupta, tive a surprêsa de senti-la, como naquela época, restaurada pelo livro do Sr. Euclides da Cunha.

Fechei *Os Sertões* para libertar-me da sensação. Na memória, entretanto, ainda perdura um tumulto horrendo. O ressaibo, como de um indizível pasadelo, sentou-se no centro da imaginação e continua a dominá-la.

---

* Êrro que se verifica nas duas publicações. Trata-se do então Major Dantas Barreto, posteriormente general.

** *Sic.*

— Criticar êsse trabalho, dizia comigo mesmo, não é mais possível. A emoção por êle produzida neutralizou a função da crítica. E, de fato, ponderando depois, calmamente, o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que *Os Sertões* são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem, — único, no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional.

O Sr. Euclides da Cunha surge, portanto, conquistando o primeiro lugar entre os prosadores da nova geração.

Concluída a leitura dêsse livro, que não fiz de uma assentada por ser materialmente impossível, causou-me pasmo um fato, — a continuidade da emoção, sempre crescente, sempre variada, que sopra rijo, de princípio a fim, no transcurso de 634 páginas, in-4.º, cheias de fatos, de mais em mais empolgantes, pela complexidade misteriosa, cuja suprema expressão atingem, e no mais alto grau literário.

É raro êste sucesso em uma obra histórica, ainda mesmo em um romance da extensão daquele livro, quando o autor não se socorre de *ficelles* e de ocultações propositais, para renovar, de capítulo em capítulo, o alento à curiosidade do leitor.

Os Sertões, pois, fascinam; e essa fascinação resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico, pôsto ao serviço de uma alma de poeta, que viveu, em grande parte, a vida dos agrupamentos humanos que descreve nessas fulgurantes páginas.

Conheço, em outras, uma narração, em dez volumes, em que o crescendo da tragédia nunca esmorece. Percorri essa obra sem fadiga, e só no fim senti a extenuação pelo vácuo da sensibilidade privada do alimento. Falo da *Revolução Francesa,* de Michelet. *Os Sertões,* neste ponto, a assemelham.

Ali, como aqui, o escritor, descrevendo a vida de uma colmeia humana, dedilha tôda a gama da perversidade existente em sêres pensantes. Ali, como aqui, a tragédia da insânia coletiva multiplica-se em quantidade e qualidade. Desta sorte, diante da variedade de espetáculos, em que fazem ato de presença todos os secretos instintos, tôdas as bestialidades, tôdas as violências do homem, não se respira enquanto se tem o livro diante dos olhos. Devoram-se os acontecimentos descritos, perdidas as noções do tempo e da resistência ao trabalho. Com a avidez do náufrago, soçobrado, entre os marulhos das tempestades psíquicas, não se reflete sôbre o que se vê, vive-se a miséria dos desgraçados, que tripudiam sob a vara mágica do escritor; e no fim sucumbe-se.

O Sr. Euclides da Cunha compara o jagunço ao *chouan* da Vandéia. É de espantosa fidelidade tal confronto. Mas também é certo que o terror, em Paris, revelou ao mundo o jagunço da cidade. A única diferença entre os dois tipos reside em que o primeiro prima no deserto, por exclusão, o segundo mantém-se, por compressão, subjacente à civilização, oculto na base da pirâmide social.

A primeira parte de *Os Sertões*, — um estudo preliminar sôbre a terra, constitui a base do trabalho. É uma escaramuça científica, na qual o autor mostra a capacidade e a disciplina de seu espírito. É um capítulo interessante sôbre a geologia dos sertões brasileiros.

A influência do meio físico e a psicologia do deserto são expostas de modo tão fulminante, nessas páginas, que, antes de se entrar na pintura do sertanejo e na narração da luta da civilização com o jagunço, já se tem adivinhado grande parte dos destinos do conflito em iminência.

As idéias, nessa primeira parte emitidas pelo Sr. Euclides da Cunha, poderão achar contradita; mas eu simpatizo extremamente com elas, porque favorecem a teoria que algures sustentei, no que respeita à *obnubilação* de que foi vítima o colono, quando, no primeiro e segundo séculos, depois da descoberta, internou-se nos sertões do Brasil, cortando as comunicações com o litoral, e, portanto, com os centros motores da conquista civilizadora [1].

A gênese do jagunço é o *clou* do livro; e foi justamente o que mais interessou a massa dos leitores. Assim devia ser, não só por constituir um produto do meio e um aspecto dotado de grande sabor pitoresco e dramático, mas também porque o escritor o destacou com rara perícia da opacidade do ambiente, no qual êle vivia mergulhado, e que sòmente nós, filhos do Norte, e as pessoas familiarizadas com os sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, podíamos conhecer no seu justo valor.

Esta investigação é realizada pelo Sr. Euclides da Cunha vantajosamente. Terminada a descrição da terra, isto é, da região das sêcas, feita a sua história natural e social, o jagunço salta das páginas do livro como um fruto maduro da árvore que o gerou e desenvolveu.

Compreende-se tudo.

O jagunço é um temperamento resultante das circunstâncias em tôdas as gradações, desde o Calibã, o bruto inconsciente, que se move como uma máquina de maldade, até o matuto *mitrado*, o qual, pôsto na orla da civilização, participa de ambos os feitios, semelhante ao centauro, essa bela expressão mitológica do homem intermédio.

---

1 *Gregório de Matos*, cap. IV (V. êste trabalho reproduzido no Vol. II da presente edição).

É nessa atitude do centauro que o Sr. Euclides da Cunha encontra o jagunço, que surge de repente em Canudos, espantando o país, surpreendendo o govêrno e dando ao soldado disciplinado uma lição empírica da tática dispersiva, que acaba de ser consagrada pelo General Christiaan de Wet, na sua excelente obra *Três Anos de Guerra no Transvaal*.

Completamente bárbaros, os jagunços, dirigidos pelos célebres Vila Nova, João Abade, Macambira, Pajeú e outros caudilhos sem a mínima instrução, apenas orientados pela prática do terreno em que operavam e pelos instintos selvagens, os jagunços não sabiam sistematizar o "comando", como o souberam fazer os generais bôeres. Pobres-diabos, êles não tinham a civilização em seu favor, nem podiam conceber a disciplina da dispersão como um elemento tático moderno, utilizado por generais educados na arte da guerra contra generais da mesma fôrça, mas em luta aberta no deserto, onde tudo quanto ensinam as guerras européias de nada vale[2]. Os *boers*, ou *burgers*, sabiam o que faziam; e só por isso puderam impor-se aos inglêses, que não levaram a fim convencer o mundo que, no Transvaal, se tratava apenas de uma guerra desarticulada, feita pelos que êles denominavam *sniping bands*. O Transvaal foi uma lição tremenda, o que não se pode dizer dos jagunços, que operavam sob o influxo único das fôrcas naturais, sugestionados pelo clima, pelo temperamento e pelo meio bárbaro em que se agitavam como vermes tão-sòmente perigosos para o homem disciplinado.

Isto, em globo. Descendo, porém, à fisiologia do indivíduo, apavoram-nos *Os Sertões* com o desconhecido que existe em todos nós, animais domesticados, e que, no jagunço, estoura em manifestações terríficas, sob a forma de superstição, do ódio, da animadversão, do despeito, a revolta, enfim, da treva contra a luz.

As páginas dedicadas a êsse estudo são completas; e, o que mais é, — fotografam com rara eloqüência, explodindo em conceitos de verdade, o que o autor observou, não só como poeta que é, mas também na qualidade de filósofo que não se apega a teorias. Êle viu, segurou, surpreendeu em flagrante, e tôdas as suas variedades, descrevendo-os agora na mais bela síntese que se tem feito no Brasil dos habitantes dos sertões, êsses membros de uma sociedade, conforme diz o próprio autor, de todo estranha ao Brasil organizado em nação.

Não transcreverei aqui os tópicos característicos da obra, nessa parte, porque o público já os conhece pelas análises que têm sido feitas em quase todos os jornais do Rio de Janeiro. Basta acentuar alguns traços, que são de mão de mestre.

---

[2] De Wet, *Trois ans de guerre*, caps. I e XXVII.

Do jagunço, a feição mais interessante é a do vaqueiro.

O jagunço que não é vaqueiro finge sê-lo; pelo menos tem a aptidão para exercer essa profissão, porque é a mais consentânea com a sua índole e com as tendências para a atividade intermitente, nômade do sertão.

Tive ocasião, no Ceará, de observar êsse tipo e estudá-lo um pouco. Processava então, como Juiz Municipal, um crime horroroso, perpetrado por três indivíduos curibocas, com todos os característicos da selvatiqueza de costumes. Os criminosos não eram, porém, jagunços de profissão. Pertenciam à classe dos pequenos plantadores, e dois dêles tinham estado na guerra do Paraguai. No processo, porém, apareceu como testemunha o tipo em tôda sua plenitude descrito pelo Sr. Euclides da Cunha. Era um mestiço curiboca, de rara habilidade como rastejador. A êsse homem devi a identificação dos criminosos e reconstituição do teatro do crime. Interroguei-o durante muitas horas, em duas audiências; fatiguei-me, do mesmo modo que se fatigaram o promotor e o advogado dos réus; mas, no fim, tinha entrado no conhecimento exato da alma de um vaqueiro sagaz, traquejado nos mistérios do sertão, dotado de tôdas as audácias sutis e perversidades utilitárias de que é capaz um homem que conta com a sua ligeireza, com a sua aptidão em manejar uma aguiada ou uma lazarina de caçar veado, e com a impunidade que lhe garante o *mimetismo* florestal.

— Qual psicologias, nem diplomacias, dizia eu comigo. Um sertanejo dessa estôfa distancia, *mutatis mutandis*, os mais atilados trampolineiros de salões e embrulhadores de negócios.

Tomando para base de operações a caatinga sertaneja, êle podia zombar das justiças a seu bel-prazer, jogando com ocultações e fingimentos, de maneira a mistificar os mais intrépidos perdigueiros. E a sua prática dessas coisas guiou-nos no processo.

Em Canudos, havia dessa gente em grande escala. Pajeú era um dêles. E, segundo se disse, e o Sr. Euclides da Cunha teve ocasião de constatar, êsse homem, que foi a alma danada de Canudos, nos momentos críticos, de nada precisava para converter-se num Onofre Pires, num Gumercindo, num Garibaldi, num guerrilheiro típico, senão viver no Pampa, entre manadas de cavalos e em uma sociedade habituada ao churrasco, ao sangue e ao desprêzo da vida por pabulagem. A caatinga, porém, o fizera dissimulado e tenebroso. Uma coisa também fixava a sua órbita de ação moral, era a incapacidade para a idéia franca e generosa, subordinada a um conceito humano, já não digo como o do guerrilheiro Garibaldi, cujas simpatias pelas raças transfiguravam-no; mas como os outros, que se fizeram fortes na camaradagem de guerreiros de curto objetivo. Êsse Pajéu puxou mais ao tipo que se acentuou na Cabanada do Pará, nos motins dos

sertões do Maranhão, em 1835, e em outros movimentos que ensangüentaram o período da Regência [3]. Os heróis dêsses movimentos eram, com efeito, mestiços, pela maior parte; e pode-se afirmar que os movimentos iniciados pelo liberalismo, nas capitais provincianas, propagavam-se pelo interior sob o aspecto de reação dos *homens de côr*. Todavia, é forçoso confessar que, no meio dêsses homens, agitavam-se, mostrando idênticos caracteres, indivíduos da raça branca, tão brutos, sinistros e dissimulados como os da sub-raça.

Em Canudos, segundo se vê das narrações do Sr. Euclides da Cunha, encontraram-se caudilhos brancos, mulatos, caboclos, curibocas, cabras e *tutti quanti*. Quais os mais arrojados, é difícil apurar. Todos faziam a mesma coisa, com maior ou menor intensidade: não há meio de diferençar, pelos atos, um Pajeú de um Vila Nova.

Esta circunstância dá o que pensar sôbre o valor efetivo da raça na formação do jagunço.

Não será o jagunço mais um estado emocional transitivo do que um tipo? Não entrarei nessa questão emaranhada, porque o seu exame levar-me-ia longe. Será bastante, para não estabelecer desacôrdo com o autor de *Os Sertões*, lembrar uma circunstância determinada pela existência de uma maioria de curibocas-cabras no interior. Incontestàvelmente, o número dêstes cabras-curibocas avulta, na região das sêcas, de um modo exuberante, e tanto seria suficiente para a absorção do branco no torvelinho dessa estranha emotividade sertaneja, gerada pelas circunstâncias que o Sr. Euclides da Cunha descreve brilhantemente da página 81 em diante. Refiro-me ao fato do isolamento em que as populações sertanejas dessa parte do Brasil se têm conservado, — populações estas que formaram, não só uma sociedade heterogênea, como começaram a segregar-se da civilização litoral, desde que cessou o movimento dos paulistas [4].

---

[3] Cf. Raiol, *Motins Políticos*.

[4] À página 30 e seguintes do meu ensaio sôbre Gregório de Matos, tentei explicar êste fenômeno pela obnubilação, isto é, pela transformação por que passavam os colonos atravessando o Oceano Atlântico e pela posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. "Portuguêses, franceses, espanhóis, apenas saltavam no Brasil, e internavam-se, perdendo de vista as suas pinaças e caravelas, esqueciam as origens respectivas. Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos êles se transformavam quase em selvagens: e se um núcleo forte de colonos, renovados por contínuas viagens, não os sustinha na luta, raro era que não acabassem pintando o corpo de jenipapo e urucu e adotando idéias, costumes e até as brutalidades dos indígenas."

O meio oposto ao dos jagunços, que o Sr. Euclides da Cunha ilumina com uma intensidade extraordinária, acha-se justamente caracterizado no recôncavo da Bahia, onde preponderou a mestiçagem luso-africana, mestiçagem que chegou, em sua influência, a dominar o próprio espírito do branco, vacinando-o moralmente e criando a eloqüência mulata. (*Ob. cit.*, pp. 32 e 109.)

Convindo que o meio não forma as raças, diz o Sr. Euclides da Cunha, no nosso caso especial variou demais nos diversos pontos do território as dosagens de três elementos essenciais. Preparou o advento de sub-raças diferentes, pela própria adversidade das condições de adaptação. Além disso, é hoje fato inegável, as condições exteriores atuam gravemente sôbre as próprias sociedades constituídas, que se deslocam em migrações seculares aparelhadas embora pelos recursos de uma cultura superior. Se isto se verifica nas raças de todo definidas abordando outros climas, protegidas pelo ambiente de uma civilização, que é como o plasma sanguíneo dêsses grandes organismos coletivos, que não diremos da nossa situação muito diversa? Neste caso, — é evidente, — a justaposição dos caracteres coincide com íntima transfusão de tendências e a longa fase de transformação correspondente erige-se como período de fraqueza, nas capacidades das raças que se cruzam, alteando o valor relativo da influência do meio. Êste como que estampa, então, melhor, no corpo em fusão, os seus traços característicos. Sem nos arriscarmos demais a paralelo ousado, podemos dizer que, para essas reações biológicas complexas, êle tem agentes mais enérgicos que para as reações químicas da matéria. Ao calor e à luz, que se exercitam em ambas, adicionam-se, então, a disposição da terra, as modalidades do clima e essa ação de presença inegável, essa espécie de fôrça catalítica misteriosa, que difundem os vários aspectos. Entre nós, vimo-lo, a intensidade dêstes últimos está longe da uniformidade proclamada. Distribuíram, como indica a História, de modo diverso, as nossas camadas étnicas, originando uma mestiçagem dissímil. [5]

Segundo, pois, o autor, não há um tipo antropológico brasileiro, nem se encontram razões de onde se possa concluir sôbre a possibilidade de se constituir êsse tipo no futuro.

Todavia, o Sr. Euclides da Cunha, do estudo geográfico histórico realizado relativamente à distribuição da população no Brasil, conclui que, no centro dêste, isto é, na zona aproximadamente correspondente ao fenômeno das sêcas, formou-se um tipo, o curiboca, tipo valoroso, astuto e forte, o qual predominou no isolamento a que foram condenados os sertões do Norte. Não foi o mulato, produto da mestiçagem começada em Portugal e aqui continuada, o neurastênico do litoral, e inconsciente, o acolhido dos latíbulos das caatingas. Êsse produto era já muito afeito ao português, para que se desligasse dêle; o mulato preferiu o litoral à vida nômade e às inclemências da vida do vaqueano. Em outra região, não tinham sido os mulatos fautores da atividade dos bandeirantes, mas os mamelucos, oriundos dos índios de S. Paulo e da gente de João Ramalho. Nas terras adjacentes ao rio S. Francisco, ao Jaguaribe e aos vales que se despenham da Serra Grande, o segrêdo da terra coube

[5] *Os Sertões*, pp. 86 e 87.

ao curiboca, —ao cabra, — como depois se denominava genèricamente êsse tipo do sertão.

Êsse curiboca, utilizando-me da expressão engenhosa de Sílvio Romero, vacinou moralmente todos os que tiveram de penetrar nos seus domínios. Eram os mais adaptados para o meio, portanto, os seus hábitos, as suas tendências deveriam impor-se soberanamente às populações intermédias. O fazendeiro do gado, o branco, procurando conquistar os campos para as suas vaquejadas, não pôde dispensá-lo. O resultado foi, na carência dêle, submeter-se-lhe, identificar-se com o seu *modus faciendi* e adotar, quase por assim dizer, a sua alma, desde que revestia-se do gibão, das perneiras e do guarda-peito.

Fechado o sertão, como o autor de *Os Sertões* o mostra, o português, o mazombo e o praieiro, quando cuidaram em si, tinham esquecido a respetiva estirpe. Encourados, vivendo na caatinga, as suas idéias pouco distanciavam das dos miseráveis que os cercavam. A consciência dêles não ia além da de vaqueiros graduados. Sob a sua aparente direção, essa sociedade movia como os reptis, segundo o feitio do solo; a caatinga fazia-se homem; e o *genio loci* tripudiava e invadia a alma atrasada dessa pobre gente, a cujos ouvidos mal chegavam os ruídos da civilização, que os pais de alguns dêsses mestiços haviam feito aportar às costas do Brasil nas caravelas de Pedro Álvares Cabral.

O jagunço estava preparado pela natureza.

São dignas de ler-se as palavras do escritor, exalçando êsse fenômeno:

> Nasciam, como se vê [os curibocas], de um amplexo forçado e feroz de vitoriosos e vencidos. Criaram-se numa sociedade revôlta, aventurosa e sonhadora, sôbre a terra farta; e tiveram, ampliando-lhes os atributos ancestrais, uma rude escola de fôrça e de coragem naqueles *gerais* amplíssimos, onde ainda hoje ruge impune o jaguar e vagueia a ema velocíssima, ou nas serranias de flancos despedaçados, em busca de veeiros, quando as lavras baianas, mais tarde, lhes deram êsse derivativo à faina dos *rodeios*.
>
> Fôra longo traçar-lhe a evolução do caráter.
>
> Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram ulteriormente o cultivo do próprio meio propiciando-lhes, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos ligeiramente modificados, apenas consoante as novas exigências da vida. — E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, e seu estranho afêrro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado ao fanatismo e o seu exagerado ponto de honra e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos...
>
> Raça forte antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises, — quando a roupa de couro do vaqueiro se faz arma-

dura flexível do jagunço, — oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, mas diversa das demais dêste país, ela é, inegàvelmente, expressivo exemplo de quanto importam as reações do meio...[6]

E, depois de fazer sentir que os "atuais povoados sertanejos se formaram em velhas aldeias de índios, arrebatados em 1758 do poder dos padres pela política severa de Pombal", acrescenta que, precisamente no trecho dos sertões baiano, "mais ligado ao dos demais estados do norte, — em roda do sertão de Canudos, — se estabelecera, desde o repontar da nossa história, intenso povoamento em que sobressaía o aborígine amalgamando-se ao branco e ao negro, sem que êstes se avolumassem ao ponto de se lhe dirimir a influência inegável" [7].

Êsse tipo, que, segundo a observação do Sr. Euclides da Cunha, é o predominante e o do sertanejo do norte, longe de ser um degenerado, como o mulato, "tomando em longa escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que, ao invés de deprimir-lhe, enrija a organização potente, reflete, na índole e nos costumes das outras raças formadoras, apenas aquêles atributos mais ajustáveis à sua situação social incipiente".[8] O jagunço é simplesmente um retrógrado.

E porque êsse tipo, no desabrochar da cultura brasileira, se libertou das exigências desproporcionadas dessa civilização de empréstimo, isolando-se no sertão, acredita o autor de *Os Sertões* que êle se prepara para a conquistar um dia, desde que os seus atributos possam entrar em concorrência com os que os tiveram até hoje em xeque-mate.

Foi num meio moral assim constituído que surgiu, de repente, para nós, Antônio Conselheiro, homem de origem branca, e por isso mesmo mais apropriado para fazer obra superior à do feiticeiro, transformando uma maloca ou um quilombo em igreja simbólica e regimentada.

Uso dos têrmos "mais apropriado" intencionalmente, porque é um fato verificado que ninguém é profeta em sua terra, e melhor é que o profeta seja de outra raça, para que a impressão panúrgica seja mais forte e duradoura.

Antônio Maciel era do Ceará, terra que parece fadada, pelo hábito do êxodo consecutivo às sêcas, a fornecer às províncias circunvizinhas, e até ao Amazonas, homens *novidadeiros*. O cearense, sem distinção de raças e castas, é, em geral, buliçoso, atrevido, curioso e contumaz no espírito de descobertas. Dos sertões do Crato partiu o

---

[6] *Os Sertões*, p. 101.

[7] *Os Sertões*, p. 105.

[8] Vide o meu livro *O Reino Encantado. Crônica Sebastianista*, p. 85.

movimento de independência da província, que depois sertanejos coronelizados foram impor ao Piauí e ao Maranhão.

Novidadeiros, a êles se deve o primeiro movimento de adoção do sistema métrico entre nós. Os cearenses ainda contam a glória de terem impedido, de modo decisivo, a procrastinação da solução definitiva do problema servil. Nesse tanto, foram originalíssimos os processos de propaganda adotados na *Terra da Luz*. Não teve equivalente o sistema de oposição ali vulgarizado pelo *Abolicionista Cearense*, que descobriu a jangada política e as manifestações de desagrado a chefes escravocratas por esquadrilhas a vela de pano prêto e acompanhamentos, em terra, a burros enfeitados. Férteis nos expedientes de *boycottage* moral, como irlandeses, petulantes diante dos mais civilizados, satíricos ainda mesmo comerciando, calmos em afronta ao ridículo, caprichosos, cabeçudos, quando em terra estranha propõe-se introduzir um uso repelido, êles nunca desistem de seus intentos, e antipáticos aos panachos estapafúrdios de cavaleiros do ideal, vencem sempre por uma impertinência sistemática e às vêzes pela quizília. Em todo o caso, ninguém, como êles, sabe fatigar o adversário, tomando tempo para refazer as fôrças. São ainda cearenses que, atualmente, no Acre, estão dando tratos à imaginativa boliviana.

Ativos e previdentes, os sertanejos do Ceará, todavia, têm produzido santões, roldões, iluminados e desvairados.

É preciso não esquecer que foi no Ceará que apareceram os *cerca-igrejas*. Foi lá também que surgiram tipos como Filgueiras, os padres Benze-cacêtes e Verdeixa, o irmão Inácio, o missionário Ibiapina e o vigário Sousa. Há famílias visionárias, e outras em que a ferocidade não pode ainda ceder diante da disciplina civilizadora. Do Ceará saiu o desertor que, em 1838, criou, em Pedra Bonita, no distrito de Pajeú de Flôres, uma seita sebastianista e sangüinária, em cujo domínio foram voluntàriamente sacrificadas 82 pessoas, além de animais, no pressuposto de desencantar o reino, que, segundo a doutrina socialista então pregada, deveria dar o triunfo, nas terras brasileiras, aos pobres e miseráveis, vítimas dos ricos e dos pedreiros-livres.

Não era, portanto, de admirar que os seus sertões exportassem o famigerado vagabundo religioso que foi dar a ossada em Canudos.

O Sr. Euclides da Cunha imputou, talvez, maior importância do que devia a êsse despeitado da vida, que o meio torceu, convertendo-o, posteriormente, no instrumento de que o sertão carecia para arremeter, como boiada assombrada, contra os soldados, os adventícios do litoral, enviados pela civilização para puni-los de seu atraso.

Diz o escritor:

> As fases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo. Por isto, o infeliz destinado à solicitude dos médicos veio, arrojado por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a História como poderia ter ido para o hospício. Porque êle, para o historiador, não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais, vagos, indecisos, mal apercebidos, quando dispersos pela multidão, mas enérgicos e definidos resumidos numa individualidade. [9]

Dada esta explicação sôbre a gênese do Conselheiro, o autor acrescenta que êle não deslizou para a demência porque o meio o amparava, "corrigindo-o, fazendo-o estabelecer encadeamento nunca destruído nas mais exageradas concepções, certa ordem no próprio desvario, coerência indestrutível em todos os atos e disciplina rara em tôdas as paixões, de sorte que ao atravessar, largos anos, nas práticas ascéticas, o sertão alvorotado tinha, na atitude, na palavra e no gesto a tranqüilidade, a atitude e a resignação soberana de um apóstolo antigo" [10].

Sou de inteiro acôrdo com êste traço do livro, contanto que não se atribua a Antônio Maciel a capacidade de um Maomé ou de um Lutero, e não se diga que êle permaneceu aquém daqueles históricos, simplesmente porque não era instruído, nem exercitava a sua eloqüência num teatro de esfera mais cultivada.

Se, no Ceará, se perguntasse a qualquer crítico de porta de botica sertaneja o que era o Conselheiro, êle responderia, e responderia com grande acêrto: "um velho bêsta, de maus bofes, o qual, porque a mulher lhe fêz uma *letra,* despeitou-se com o mundo e deu para devoto". E o vigário, apoiado pelo coletor, batendo com o dado no tabuleiro do gamão, responderia *amém!* Sob êste ponto de vista, o Conselheiro, pessoalmente, nada tinha de extraordinário. Fizeram-no santo. Não precisava ser demente para acreditar na missão, que lhe era imposta; bastava que fôsse crédulo, ou *bêsta,* na frase pitoresca dos ladinos do sertão, onde os há muito e de marca maior.

No meu parecer, portanto, qualquer *Conselheiro* sertanejo que surgisse era suficiente para constituir um centro de Canudos, desde que o sertão rodasse, como rodou, *quærens quem devoret.*

Arredadas, assim, as teorias lombrosianas, como muito judiciosamente fêz o Sr. Euclides da Cunha, fica Antônio Maciel reduzido a um gnóstico bronco, repetição de um tipo vulgar de bonzo dos pri-

---

[9] *Os Sertões,* p. 251.

[10] *Os Sertões,* p. 152.

mitivos tempos, em que seitas cristãs, entregues a iletrados estúpidos, deram os mais tacanhos resultados. Uma vez aceita por aquêle velho obstinado a profissão de missionário, e tomada a sério a sua pregação, o que lhe poderia produzir a lógica selvagem senão as combinações que se encontram em tôdas as literaturas religiosas de cordel?

Sempre a mesma coisa, as mesmas profecias, os mesmos princípios de moral carrança, as mesmas histórias do tempo do onça, salvo alguma atrocidade dogmática, derivada de particularidade individual, como sucedeu em Canudos, onde o profeta, em ódio ao casamento, que lhe fôra funesto, estabeleceu a promiscuidade dos sexos ou a liberdade do amor, — diga-se o coito *au hasard de la fourchette.*

Como pôde Antônio Conselheiro tornar-se um vagabundo religioso, sem que incorresse rigorosamente numa tara mórbida, na expressão clínica da palavra, explica-se perfeitamente em face dos documentos biográficos coligidos pelo autor do livro.

Os Maciéis eram homens *vigorosos*, simpáticos, bem apessoados, verdadeiros e serviçais. Sempre haviam gozado de consideração social, porque eram calmos, sérios e exatos nos seus negócios. Antônio Maciel nunca desmerecera dêsse conceito; e revelara abnegação fora do comum, constituindo-se arrimo da família até 1858, época em que o seu caráter se modificou.

> Perde os hábitos sedentários, diz o Sr. Euclides da Cunha, incompatibilidades de gênio com a espôsa, ou, o que é mais verossímil, a péssima índole desta, tornam instável a situação. Em poucos anos, vive em diversas vilas e povoados. Adota diversas profissões. Nesta agitação, porém, percebe-se a luta de um caráter que não se deixa abater. Tendo ficado sem bens de fortuna, Antônio Maciel, nesta fase preparatória de sua vida, a despeito das desordens do lar, ao chegar a qualquer nova sede de residência, procura logo um emprêgo, um meio qualquer de subsistência. [11]

De vila em vila, de profissão em profissão, a contumácia do seu esfôrço para as profissões trabalhosas diminui gradualmente, a disciplina primitiva desaparece, e a atividade, de mais em mais irrequieta, esteriliza-se, e acaba por descambar para a franca vadiagem. De súbito, a sorte o fulmina com um revés violento. Foge-lhe a mulher na companhia de um reles soldado de polícia. Surge, por instantes, o sertanejo injuriado, que, segundo a tradição, cobria o rosto com um lenço, para só descobrir-se depois de derramado sangue propiciatório e consumada a desforra. Depois disto, não é mais o mesmo homem, enquanto aos hábitos. Começa a vida errante, não mais em busca de melhoria de sorte, mas das delícias do anacoreta,

---

[11] *Os Sertões*, p. 163.

que é uma das formas da hipocrisia da preguiça. Nestas condições, o homem, de um golpe, liberta-se das responsabilidades que fatigam; os preconceitos locais o abandonam; a alma resfolega; e ao eretismo anterior sucede um alívio edulcorado.

Antônio Conselheiro era um homem livre; podia vagamundear sem dar satisfações ao próximo, que o enchia de bandarilhas. Estava, pois, iniciada a sua vida de profeta.

Um doente! diria Kovalevsky, e, com êste médico, a escola dos criminólogos psiquiatras. Um doente, no rigor da palavra, por quê?

Por vagabundagem entende a escola uma tendência particular para mudança de domicílio. Desta sorte, poder-se-ia classificar como doença a tendência oposta à sedentária.

> No domínio das moléstias mentais, diz o referido autor, a vagabundagem se observa em formas diversas: na da melancolia, na da paranóia, na da epilepsia, na do alcoolismo crônico, na da paralisia progressiva. Existe uma forma particular da melancolia agitada (melancolia errabunda) que se caracteriza por uma meditação dolorosa, incessante e sem causa, que não permite ao doente nenhum repouso. Nestas condições, o paciente vai, vem, volta, circula, sem nunca achar o que procura. Sempre em ação. em movimento e agitado, quando é um dia êle foge do lugar em que está, sem que saiba para onde, nem por que razão. Expulsa-o a melancolia, e a sua rota é inconsciente. Essa corrida não é senão descarga de uma energia demasiadamente acumulada; e, neste caso, quanto mais violenta a carreira, mais depressa o doente sente-se aliviado. [12]

Outros dialetos têm sido observados nessas manifestações melancólicas. Os romancistas russos Dostoyevski e Máximo Gorki, o norueguense Knut Hamsun, o belga Maeterlinck têm escrito páginas admiráveis analisando êsse estado psíquico, de que alguns dêles fizeram experiência.

Nenhuma vagabundagem, porém, mereceu estudo tão aturado como a religiosa, mais comumente caracterizada pelos pedidores de esmolas para fins religiosos. Êsse tipo que levou Máximo * a grandes investigações, na sua obra *A Rússia Errante e Mendiga,* apresenta anomalias mentais, ainda mesmo quando não deixam ser qualificados pela psiquiatria como vítimas de enfraquecimento intelectual.

Não sendo razoável incluir Antônio Maciel no desequilíbrio das classes anteriormente indicadas, poder-se-ia, sem cair nos exageros lombrosianos, colocá-lo entre êsses vagabundos de que trata Máximo?

Mas tais indivíduos, segundo se vê das observações de Kovalevsky, são, ordinàriamente, oriundos de alcoólicos, de extenuados por tra-

---

[12] Kovalevsky, *La psychologie criminelle,* p. 156.

* Gorki.

balhos brutais, e se assinalam por uma debilidade de vontade extrema e pela ausência de estímulos que não sejam para fugir, desertar. Batidos por tôda a parte, repelidos, maltratados, vítimas da zombaria popular, tímidos em excesso, estrangeiros no seio da própria família, taciturnos, êsses pobres coitados são naturalmente rechaçados da vida normal para a da fé e, por último, não se lhes depara consôlo senão na igreja. Aí podem êles respirar livremente. Dão para famosos sacristães, amorosos da arte de ajudar missas; cantam nos coros e nas procissões; e, fora disso, são vistos a buscar os cantos escuros e afastados nos templos, onde se deixam surpreender de rosário em punho. Êsses amigos da igreja não tardam a tornar-se necessários; então, a indulgência dos devotos os cerca de uma atmosfera de sossêgo, em que vivem deliciados, até que um dia os assalta a tarântula da deslocação. Êles, então, zarpam em direções desconhecidas, colhem esmolas, voltam, depositam nas mãos dos padres ou de mulheres piedosas e tornam a zarpar para regiões inexploradas.

Teria sido ainda desta classe o famigerado Antônio Conselheiro? Por certo que não. O seu temperamento era o do obstinado, violento e mau. Durante o período dessa vagabundagem que adotou, Maciel não se apresentava deliqüescente, procurando uma atmosfera plácida em que se escondesse da atividade circundante, que porventura o obsedasse e fizesse tremer. Ao contrário disto, resoluto a não trabalhar e a obrigar, todavia, os outros a trabalharem, a sua obstinação muito se pode atribuir a uma velhacaria subconsciente. Era essa a vida que lhe servia para curar-se do desassossêgo que o invadira, e mais ainda para justificar, no fôro da própria consciência, a ausência do esfôrço e do trabalho normal. Por que não adotá-la? Obra santa! Pois não! Todos o acatariam; e êle, em paz com a sua consciência, repousaria a sua preguiça inconfessável no seio da crença religiosa de seus pais, por êle melhor compreendida. Ora, um dos frutos mais corriqueiros, que se observam na vida dos grandes ou pequenos apaixonados por uma obra contemplativa, é a necessidade de desvencilhar-se dos trambolhos da família. O ascetismo, o celibato, nem sempre passam de uma comodidade. Que o digam inúmeros artistas que não se têm casado ou têm estragado a família já constituída, simplesmente porque sentem necessidade de manter a vida aberta a todos os caprichos indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho artístico. Na existência do missionário, que a utiliza, em grande parte, por sibaritismo, dá-se a mesma coisa. Ora, é bem provável que Antônio Maciel fôsse, antes, dirigido por êsse sentimento, do que pela agravação da tara herdada dos seus antepassados.

O resto não foi obra sua, nem dos seus instintos. A maloca o dominou e infligiu-lhe, posteriormente, uma responsabilidade a que

êle não aspirava. Sendo tão fácil, conforme verificara, andar pelos sertões a pregar, a fazer carregar pedras para a edificação de igrejas e a retirar-se dos povoados coberto de bênçãos, no doce embalo da rêde dos cânticos das mulheres, que o tinham como santo, que maior repouso do que êsse poderia desejar essa alma, outrora amargurada, mas agora esquecida de si mesma, na hipnose de um cérebro em comêço de misticismo!?

Canudos foi o seu êrro de vagabundo religioso; e a responsabilidade, que o sertão lhe impôs, esmagando-o, transformou aquela grota do Vasa-Barris em um Calvário dantesco, pavoroso.

Vamos ler essa visão apocalíptica nas páginas de *Os Sertões*.

II

O arraial de Canudos, descrito pelo Sr. Euclides da Cunha, de cima do alto da Favela, é uma cena de impressionar o leitor mais xucro.

Até chegar a essa página do livro, o escritor não nos tem fornecido senão escorços, esquemas, a teoria do sertão, a filosofia da sociedade bastára *, em que vamos penetrar, a psicologia do tipo sertanejo. Ocupando-se do próprio Conselheiro, êle nos revela apenas a estrutura do seu caráter como produto do meio em que representa o papel mais importante. Não o faz ainda agir.

A descrição mesma de Canudos, no fim da 2.ª parte, não passa de um prólogo ou de uma preparação para que o leitor possa apreciar devidamente a luta, que vai ser exibida ao vivo, ao clarão de um estilo sugestivo e de rara potência descritiva.

É notável a arte do Sr. Euclides da Cunha. Não perdendo uma só emoção experimentada pelos soldados que se aproximam de Canudos, surpreende o espírito com situações que fulminam a imaginação do leitor desprevenido.

O arraial de Canudos é um mistério. Pois bem, êsse mistério cresce à proporção que as fôrças do govêrno se engolfam nos desfiladeiros; e o que aí se passa conflagra-se, por tal modo, na fantasia de quem avança na leitura do livro, que se pensa estar, de mochila às costas, de arma ao ombro, acompanhando, na tenebrosa aventura, o Coronel Moreira César, ou outro qualquer oficial, em demanda da fera truculenta e desconhecida, que se oculta no labirinto do Vasa-Barris como o Minotauro da fábula.

---

* Deve ser *bárbara*.

Passa-se a galope, através da narração das primeiras lutas, e chega-se ao ponto em que o livro assume todo o seu interêsse dramático.

Estamos em Monte Santo. Começam os preliminares de uma expedição, e daí a pouco, na desfilada das páginas da obra, encontramo-nos a trato com os caminhos, de envolta com a tropa, em face das massas recortadas de gargantas e fossos profundos da Serra do Cambaio, lugar sinistro e mal-assombrado, onde a imaginação do povo tem pôsto as lendas das "cidade encantadas" da Bahia. Iniciamse as sensações de quem sonda precipícios profundos, de quem enfia a vista através de abismos cheios de monstros e de coisas nunca sondadas. Cada soldado é um assombrado. A algidez do susto sopra sôbre os corpos expedicionários em marcha. Os oficiais, percutidos por pressentimentos vagos, olham para a frente, desanimados, e vagarosamente tangem as suas montarias.

De súbito, desmascaram-se as trincheiras naturais do Cambaio, e a expedição é colhida, de ponta a ponta, por uma fuzilaria doida, aos brados escandalosos e bravios de "Viva o nosso Bom Jesus!" "Avança! *fraqueza* do Govêrno!"

Pela primeira vez fôrças organizadas enfrentavam essa gente bárbara. Não se calcula a impressão que produziu nos soldados do Govêrno o tipo sinistro dêsse guerreiro das trevas, — o jagunço. O primeiro que se estampa na imaginação da tropa é êsse negro corpulento e ágil, chamado João Grande, que surge entre os renques de pedras, no alto da montanha, como um verdadeiro demônio, sopesando o clavinote curto, e que esvai-se logo como gnomo, deixando atrás de si a morte e o desespêro.

Estamos em pleno romance de Walter Scott; e só então compreende-se como o escritor escocês pôde recolher, sem grande trabalho, fatos verdadeiros das lutas dos *highlanders,* para orná-las com as suas ficções poéticas.

A realidade dessas guerras é, talvez, superior em efeitos ao que possa criar a inventiva humana.

A narração das peripécias da expedição Febrônio já constitui um capítulo emocional capaz de, só por si, dar vida a um livro. A retirada, após intermináveis sarilhos, dos quais o sertão saiu vitorioso, porque as vitórias, como ficará demonstrado depois, enfeitiçavam os soldados e convertiam-se em catástrofes; essa retirada é admirável de verdade, e põe diante da fôrça organizada o programa indefectível a que o meio sertanejo teria de subordinar os generais por uma espécie de hipnose satânica e incurável.

Essa hipnose passa a ser, daí em diante, a verdadeira alma do livro. O Sr. Euclides da Cunha, que a observou de perto, que a estudou como filósofo, que viu os seus efeitos; conhecedor dêsse meio,

em que a tática militar desenvolvia, escravizada aos espíritos dos generais e à lição dos mestres, e, todavia, se deixava conduzir por êsse mesmo meio, sem dêle tirar as lições indispensáveis; o Sr. Euclides da Cunha não a perde de vista um só momento; e então triunfa a sua teoria, anteriormente exposta, porque cada instante sente-se, diante dos fatos narrados, quanto a sua influência era forte e indeclinável.

Não há duvidar que as expedições mandadas contra Canudos, à proporção que se afastavam de Monte Santo, entravam numa embriaguez pior do que a da cachaça.

Generais, oficiais, soldados, todos, sem exceção, eram invadidos pela loucura do deserto. Os jagunços, que observavam o fenômeno, atribuíam-no às partes divinas de que se dizia dotado o Conselheiro; o povo e o soldado xucro pensavam naturalmente na influência de feitiços. Ora, sucedia que todos êstes elementos concorriam juntos para debilitar a fôrça do govêrno, incrementando, dia a dia, a fascinação do centro psíquico de Canudos.

O desastre da expedição Febrônio determina a do Coronel Moreira César.

São graves e solenes as considerações do historiador quando estuda êsse ponto histórico. No seu parecer, a volta à legalidade, por fôrça da mão de ferro do Marechal Floriano Peixoto, deu-nos um vortilhão de espumas que apojou nas camadas políticas superficiais consecutivamente à preamar * do atrevimento e petulância da mediocridade ruim. Quebrados os laços de disciplina que o ditador soubera impor, auxiliado dos sinais inequívocos da sua missão, "destruindo revoltosos e abatendo a desordem com a desordem", diz o Sr. Euclides da Cunha que êle, talvez inconscientemente, criara novos e especiais revoltosos. Essa reação explica-se naturalmente por uma lei sociológica, que eu traduziria num prolóquio popular: *Guardião fora, frades agora!*

O autor de *Os Sertões* pinta com grande sagacidade a situação política do país durante êsse período em que, finda a revolta e morto o Marechal de Ferro, vencedores e vencidos, soltos em um ambiente livre, como foi o que se seguiu à inauguração do quatriênio presidencial de 1894 a 1898, enfrentaram-se no campo normal da vida quotidiana. Imagine-se que os ácidos agiam sem precipitarem-se. A nação, em aparência, estava calma; mas, como havia anistiados, era também natural que os inimigos dêstes se sentissem mal, vivendo *à contre coeur* no mesmo recinto, e que procurassem vagarosamente, com os olhos, um nôvo ditador.

---

* No original estava *ao preamar*.

A notícia do desastre foi bastante para levantar a espumarada da parte indócil dessa gente, que veiculava, já de tempos antes, indiferentes e desgostosos políticos.

O nome de Moreira César apontou. Conseqüentemente, era o oficial que devia seguir para Canudos. Para lá o impeliu o destino. E a sua entrada pelo sertão deu-se vertiginosamente, com a precisão de um sonâmbulo ou de um epiléptico larvado.

"Vamos almoçar em Canudos!" foram as palavras do destemido coronel, ao aproximar-se do arraial do Vasa-Barris, às 11 horas do mesmo dia em que efetivamente ali penetraram as fôrças ao seu comando.

Ergue-se, então, o pano e começa a assombrosa tragédia.

> De súbito, são expressões do livro, surpreendeu-os a vista de Canudos. Estavam no alto da Favela. Ali estava, afinal, a tapera enorme que as expedições anteriores não haviam logrado atingir.
>
> Aparecia de improviso, tôda, em uma depressão mais ampla da planície ondulada. E, no primeiro momento, antes que o olhar pudesse acomodar-se àquele montão de casebres, presos em rêde inextricável de becos estreitíssimos e dizendo em parte para a grande praça, onde se fronteavam as igrejas, o observador tinha a impressão exata de topar, inesperadamente, com uma cidade vasta.[13]

A impressão do soldado, ao chegar ali, fatigado das emoções das escaramuças e peripécias do caminho, devia ter sido a do deslumbramento, não porque o arraial de Canudos fôsse um Rio de Janeiro, visto do Corcovado, mas porque, descobrir no fundo das *caatingas* uma aglameração daquelas, absurda, tenebrosa e inexplicável, era para gerar igual soçôbro de imaginação.

E o Sr. Euclides da Cunha, debruçando-se no livro, como ao balcão de uma janela aberta de repente sôbre aquêle cenário, faz-nos passar por tôdas as gradações de pasmo por que devia ter passado a oficialidade de Moreira César. Com efeito, da janela do livro, o que se sente, à primeira vista, é que Canudos estava a um golpe de mão para ser colhido e esmagado. Pois não era assim. Do alto da Favela ao centro do arraial havia distância muitíssimo maior do que do Rio de Janeiro àquelas montanhas. Os fatos e a luta o mostrarão posteriormente.

Seja como fôr, essa primeira inspeção da furna de Antônio Maciel produziu pasmo, mas não desanimou o soldado. Que valeria uma tapera, por maior que ela fôsse, contra os Krupps e as nossas armas de repetição?

---

[13] *Os Sertões*, p. 339.

Os cinco mil casebres de Canudos, aquela colossal igreja em construção, ainda mascarada de andaimes e bailéus, traves, vigas e baldrames, no seu aspecto de baluarte formidável; a feição rude dos arredores, o Vasa-Barris ali, ao pé, e o caráter sinistro da região devastada pelo espírito de Antônio Conselheiro, eram coisas fugitivas. Nada intimidava a expedição.

"No fastígio da montanha, a tropa", diz o autor. Os batalhões foram chegando, a artilharia fêz os seus primeiros movimentos, e daí a pouco adensava-se sôbre o arraial uma nuvem de poeira e fumo, levantada pelas primeiras balas que estouravam no meio da casaria.

O Sr. Euclides da Cunha descreve êstes primeiros momentos da luta como uma colmeia assanhada ou formigueiro alarmado. Os jagunços não se defendem; fogem para as caatingas, e o sino grande da igreja dobra a finados.

Quando êste emudeceu, por volta de uma hora da tarde, a tropa desceu sôbre Canudos como colunas de mercúrio que despejassem num fôsso. Os soldados correram sôbre o arraial e o entupiram com o terror das armas. No meio dessa liquefação de batalhões, explodem granadas, ruge a artilharia, cantam cornetas, crepitam bombas e a fuzilaria rompe de tôda a parte como um verdadeiro fogo de S. João. Os jagunços, que ao badalar do sino da igreja, haviam despertado para a luta, afrouxam de repente, e Moreira César triunfa.

No momento de precipitar-se para ali êle dissera: "Vamos tomar o arraial à baioneta". Tomara-o; mas antes devera ter-lhe ocorrido o verbo oposto e liberatório. Êsse verbo não lhe ocorreu; e Canudos, vencido no primeiro arranco, grudou-se ao vencedor como um polvo monstro, apertando-o, na escuridão, entre milhares de tentáculos.

Deixemos a imagem, que, por sua vez, me ocorreu, para ler a página veemente do livro. Transcrevamos o juízo do autor.

> Era pior que uma cidadela inscrita em polígonos ou blindada de casamatas espêssas. Largamente aberta aos agressores, que podiam derruí-la a coices de armas, que podiam abater-lhes a pulso as paredes e tetos de barro ou vará-la por todos os lados, tinha a inconsistência e a flexibilidade traiçoeira de uma rêde desmesurada. Era fácil investi-la, abatê-la, dominá-la, varejá-la, aluí-la; era dificílimo deixá-la. Completando a tática perigosa do sertanejo, era temerosa porque não resistia. Não opunha a rijeza de um tijolo à percussão e arrebentamento das granadas, que se amorteciam sem explodirem, furando-lhe de uma vez só dezenas de tetos. Não fazia titubear a mais reduzida seção assaltante, que poderia investi-la, por qualquer lado, depois de transposto o rio. [14]

---

[14] *Os Sertões*, p. 347.

O Sr. Euclides da Cunha chama a isto "cidadela-mudéu"; e acrescenta que as tropas de Moreira César fizeram-na desabar sôbre si mesma. Pode-se dizer que nessas duas palavras está a crítica pungente de tôda a tática desenvolvida pelo comandante das fôrças expedicionárias em Canudos, o qual invadira o arraial com o seu temperamento de impulsivo, com a sua bravura de melancólico, com a sua impaciência enfermiça; e, não podendo refletir, viu tudo quanto era necessário fazer para vencer, mas não evitou o lapso de inteligência, que ocasionou o esquecimento da tática defensiva.

Os processos napoleônicos têm perdido a muitos generais. Nem em tôda a parte, nem em todos os momentos se deve reproduzir o arrôjo da ponte de Arcole. Caxias aplicou-o muito a propósito em *Itororó*. Teria errado se, em vez de cair numa planície livre, vencendo a ponta, penetrasse num *cul-de-sac,* como sucedeu a Moreira César.

Outra observação: o grande conquistador francês baseava a maior parte da sua tática no conhecimento da psicologia do inimigo. Os seus movimentos eram sempre delineados tendo em vista o que os generais adversos esperavam que êle fizesse; êle, porém, usando da tática justamente inversa à esperada, e que tinha determinado a disposição dos corpos do exército inimigo, apanhava-os como a crianças inocentes numa armadilha, por maior que fôsse o número, e os arrastava numa rêde inextricável de vitórias, Junte-se a isto a violência, a audácia, a precisão dos movimentos, a golpes fulminantes, e ter-se-á a filosofia de todos os triunfos daquele general, durante as suas primeiras campanhas [15].

Ora, era rudimentar que os jagunços não ofereceriam resistência; mas também não se deveria esquecer que êles se infiltrariam pelo solo, para criar ao atacante tôda a casta de dificuldades. Moreira César nada disto descortinou. Pensando estar à frente de uma legião romana, construção militar essa que era então perfeitamente adaptada à conquista dos bárbaros, dada a impossibilidade da retirada, verdadeiro castro ambulante; na ignorância do que era o jagunço e a guerra de sertão, entregou-se; entregou-se como o faria fatalmente qualquer outro que não tivesse gênio ou não variasse de educação.

O resultado foi o que todos sabemos. Os jagunços, broncos embora, conheciam melhor a psicologia dos soldados civilizados. Tinham certeza de que êles fariam o que fizeram. Abandonaram-lhes o arraial, militarmente falando, esconderam-se na caatinga, nas grotas e nos buracos das pacas e esperaram que a noite caísse sôbre Canudos.

---

[15] Rousset, *Os Mestres da Guerra*, trad. Tasso Fragoso, pp. 58 e segs.

Esta tardou, caliginosa e cheia de assombros.

Antes, porém, de começar o ato culminante da tragédia, Moreira César era derribado por uma bala traiçoeira. Ao pânico gerado pela inesperada situação, juntou-se mais o da indisciplina. Todos acreditavam no bravo comandante. Morto êle, estava despedaçado o elo da corrente moral. E as fôrças apatetaram-se.

Soa de nôvo o sino da igreja. Os sertanejos entoam o cântico de *Ave Maria,* atirando os chapéus de couro ao chão, enquanto os batalhões *sofriam* a primeira e real repulsa ao clarão das palhoças incendiadas.

A retirada impunha-se. Fêz-se numa balbúrdia medonha. Começa então a matança pelos caminhos e veredas. Não era mais retirada; era fuga doida, desesperada, em delírio de alucinados, perdidos em labirinto inextricável, onde a cada passo se deparavam pavores nunca imaginados pelo engenho árabe nos repositórios de perversidades truculentas das *Mil e Uma Noites.*

A descrição da entrada em Canudos e da debandada das fôrças do Coronel Moreira César ocupa vinte e quatro páginas fulgurantes de emoção. Vê-se tudo; e, vendo-se tudo claro, sente-se a fatalidade dos acontecimentos humanos. Como é pungente a história, mostrando a natureza transformada em voragem das melhores intenções!

No entanto, em meio dessa tormenta, ecoa uma frase, não sei se cômica ou shakespeareanamente sinistra; frase mais própria de ser proferida por Falstaff do que por um oficial em um momento crítico. O autor a reproduz, atribuindo-a ao Tenente-Coronel Tamarindo, sucessor do chefe das fôrças. Essa frase é a síntese da *débâcle.*

Interpelado sôbre o que se devia fazer naquela angustiosa emergência, o nôvo chefe responde, com um riso triste nos lábios:

— "É tempo de murici;

Cada um cuide de si!..."

Acrescenta o historiador que "foi esta a sua única ordem do dia".

Conseqüências do desastre. Os jagunços, cujo misticismo e rudeza já haviam crescido à vista dos sucessos anteriores, ficaram crentes de que a fôrça do Govêrno era realmente *fraqueza,* e que com êles estava o *milagre,* pois que tôda aquela arrogância artilhada e aparatosa, que por instantes varrera Canudos, imponente, terrível, assolando, incendiando, irradiando em mortíferas explosões, de repente dispara loucamente pelos matos, abandonando-lhes armas e bagagens, como se aos soldados entontecessem os sortilégios do Conselheiro.

Não resisto à tentação de transcrever o trecho com que finda êsse capítulo pavoroso. Os jagunços, livres da agressão, divertiam-se reproduzindo, diz o escritor, as práticas religiosas dos Achantis.

> Concluídas as pesquisas dos arredores, e recolhidas as armas e munições de guerra, os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças regularmente espaçadas, fronteando-se, faces volvidas para o caminho. Por cima, nos arbustos marginais mais altos, dependuraram os restos de fardas encontradas, calças e dólmãs multicores, selins, cinturões, quepes de listras rubras, capotes, mantas, cantis e mochilas...
>
> A caatinga, mirrada e nua, apareceu repentinamente desabrochando numa florescência extravagantemente colorida no vermelho forte das divisas, no azul desmaiado dos dólmãs e nos brilhos vivos das chapas dos talins e estribos oscilantes...
>
> Um pormenor doloroso completou esta encenação cruel: a um lado, avultava, empalado, erguido num galho sêco de angico, o corpo do Coronel Tamarindo.
>
> Era assombroso... Como um manequim terrìvelmente lúgubre, o cadáver desaprumado, braços e pernas pendidos, oscilando à feição do vento no galho flexível e vergado, aparecia nos ermos feito uma visão demoníaca.
>
> Ali permaneceu longo tempo...
>
> Quando, três meses mais tarde, novos expedicionários seguiam para Canudos, depararam ainda o mesmo cenário: renques de caveiras, branqueando nas orlas do caminho; rodeadas de trapos desbotados, esgarçados nos ramos dos arbustos e, de uma banda, — mudo protagonista de um drama formidável, — o espectro do velho comandante. [16]

Não me proponho resumir todo o livro do Sr. Euclides da Cunha. Seria impossível fazê-lo, não só porque as páginas emocionantes são contínuas, mas porque, levado, eu próprio, pela emoção literária, começaria a superfetar com expressões do próprio fundo as cenas e passagens a que me referisse.

Tratarei, portanto, de evitar êsse escolho, passando ligeiramente sôbre os pródromos da quarta e última expedição, que ocupa mais da têrça parte da obra, e onde entra a análise do esfôrço empregado pela União para extinguir o quilombo de Canudos.

Como era natural, e sem que admita os argumentos pejorativos que se têm procurado tirar na agitação então havida, o desastre da expedição Moreira César originou uma série de acontecimentos disparatados. O país estava combalido; não havia que estranhar, portanto, o desaçaimo das paixões, tanto generosas como ruins.

Não somos melhores do que os inglêses; entretanto, por ocasião dos desastres e das vitórias do Transvaal, *gentlemen,* uivando de

---

[16] *Os Sertões,* p. 368.

quatro pés, como lobisomens, pelas ruas de Londres, foram vistos completamente esquecidos da pretensa calma da raça anglo-saxônia.

O Sr. Euclides da Cunha descreve fielmente os ridículos que o patriotismo de contágio costuma produzir em ocasiões semelhantes, ensangüentando não raramente as ruas, como sói acontecer no fim da embriaguez.

Todavia, dada a gravidade do fato, excitado pelo perigo, o Govêrno começou a agir, na proporção dos seus recursos dirigentes, apesar da epilepsia que se tinha apoderado até de algum membro da imprensa séria, de onde se pretendeu pressentir a existência ou princípio de formação de uma nova Coblentz em Canudos.

Entra, então, em cena o General Artur Oscar, que não recebe a missão de extinguir um quilombo, mas o inimigo da República. — Naquele momento real, não resta dúvida, pelos elementos que poderia oferecer adiante aos mal-intencionados para a rápida transformação do sertão da Bahia em centro de operações de resistência ao Govêrno Republicano.

São muito complexas as marchas descritas no livro pelas duas colunas em que foi dividido o exército, na primeira fase da campanha, para que me ocupe dela extensamente, até porque o assunto escapa à minha competência.

Todavia, acentuarei duas ou três observações do autor de *Os Sertões,* que foi militar e deve saber o que escreveu. O General Artur Oscar não quis inovar, e, determinando, sob a responsabilidade de Ther Brun, a ordem mista, fêz marchar as suas fôrças, esquecido de que marchava para o desconhecido, — o sertão, — onde mais valiam as ardilezas de um *capitão-de-mato* do que os programas, certos demais, prescritos pelos luminares da ciência.

> Copiou instruções que nada valiam porque estavam certas demais. Quis desenhar o imprevisto. A luta, que só pedia um chefe esforçado e meia dúzia de sargentos atrevidos e espertos, ia iniciar-se enleada em complexa rêde hierárquica, — uns tantos batalhões maciços entalados em veredas flexuosas e emperrados diante de adversários fugitivos e bravos.
>
> Prendeu-se-lhes, além disto, às ilhargas, a mole de aço de um Withwort de 32, pesando 1 700 quilos! A pesada máquina, feita para a quietude das fortalezas costeiras, — era o entupimento dos caminhos, a redução da marcha, a perturbação das viaturas, um trambolho a qualquer deslocação vertiginosa de manobras.
>
> Era, porém, preciso assustar os sertões com o monstruoso espantalho de aço, ainda que se pusessem de lado medidas imprescindíveis.
>
> Exemplifiquemos. As colunas partiram da própria base das operações em situação absolutamente inverossímil, — a meia ração. Marchavam em desdobramentos, que não as forravam dos assaltos. Por fim, não tiveram a garantia de uma vanguarda eficaz, de flanqueadores

> capazes de as subtraírem a surprêsas. Os que as acompanhavam nada valiam.
>
> Tinham que varar ladeando o grosso da tropa por dentro das caatingas, e estas tolhiam-lhes o passo. Soldados vestidos de panos, rompendo aquêles acervos de espinheirais e bromélias, mal arriscariam alguns passos, deixando por ali esgarçados os fardamentos, em tiras.
>
> Entretanto, poderiam avançar, adrede preparados à remoção de tais inconvenientes. Bastava que fôssem apropriadamente fardados. [17]

E segue, em contraste, a descrição das vestes de couro dos vaqueiros, que imunes, arrostavam tôdas as dificuldades da corrida pelo mato.

Todos os acidentes desagradáveis, transes e angústias por que passou o exército, nos arredores de Canudos, estão explicados nestas poucas palavras. Mas ainda é o caso de dizer que não somos melhores do que os outros, e nem se deveria esperar resultado diferente Houve desperdício de tática; igual ao em que caíram os inglêses na guerra bôer, apesar dos seus Roberts de Khartum e Kitchener de Kandahar *.

Canudos foi uma lição. Era inevitável que a recebêssemos, qualquer que fôsse o militar que para lá se dirigisse, dada a organização, que temos, de um exército de litoral.

Ninguém se bate, a laço e bolas, com um *cow-boy*, suponhamos, tendo levado a vida sòmente a habituar-se às manhas do florete, da espada ou do revólver. Os hábitos mentais e os movimentos reflexos são tão poderosos, que, nestas ocasiões, neutralizam a mais clara visão da verdade oposta. Haja vista o que sucedeu aos generais austríacos. Batidos todos os dias por Napoleão, levaram tempo a se familiarizarem com a idéia de que a tática dêles não era verdadeira. O soldado segue para o campo da peleja para combater de um feitio e acaba operando de outro. Os mesmos acidentes teríamos que lamentar se o nosso exército tentasse utilizar a capoeiragem do sertão. Um elefante a dançar o minuete [18].

O alto da Favela foi um outro *mundéu* armado ao soldado civilizado. O exército aí acampou e não pôde mais sair, sendo fuzilado, das montanhas adjacentes, sem poder agir, dia a dia, hora a hora.

---

[17] *Os Sertões*, p. 391.

* Engano do autor. Quem estêve no Egito (Sudão) e operou em Khartum foi Kitchener; e quem se distinguiu na tomada de Kandahar (Afeganistão) foi Roberts.

[18] Quem ler a *Vida de Rancho*, do Presidente Roosevelt, verá o que nos falta para o bom êxito nestas guerras de sertão. São os soldados intermédios, os *rough riders*, junto ao hábito de organizá-los nos momentos em que se têm de haver com o *Far West*, trate-se de índios ou de bandidos lincháveis.

E diga-se, para honra dêsse exército, que êle soube suportar êsse transe com aquela mesma alma endurecida que a história registra na Campanha do Paraguai. É extraordinário o tempo que durou êsse suplício. O colhia a civilização armada e imprevidente, pela segunda vez, e vingava-se dos aparatos bélicos, que eram um escândalo para aquelas regiões barbarescas e empeçonhadas pelas superstições do Conselheiro.

A passagem do Cocorobó, a que deveu o General Artur Oscar a salvação da sua coluna pela do General Savaget, é uma das páginas mas tempestuosas do livro. Aí foram derribados, pelas balas traiçoeiras do jagunço, oficiais de grande mérito, heróis como Thompson Flôres e Sucupira. Afrontaram-nas, debelando a morte, com galhardia gaúcha, outros do valor de Carlos Teles. Essa coluna nunca se deixou surpreender, diz o Sr. Euclides da Cunha; e era o primeiro fato dessa ordem que se observava em expedições militares sertanejas. Mas, para que essa coluna pudesse estar perto do alto da Favela, a tempo de socorrer o grosso do exército, fôra preciso realizar arrôjo e pertinácia semelhantes às das colunas ianques durante o período selvagem da guerra de secessão; tinha sido necessário atravessar, não floresta incendiadas, como ali, mas um corredor de muitas léguas de extensão, de terreno móvel embaixo dos pés, onde os esquadrões de cavalaria mal podiam manobrar e a artilharia era angustiada a cada passo, porque das fraldas das montanhas, quase a pique, o jagunço, a seu gôsto, e invulnerável, despejava sôbre a tropa tôdas as suas munições. A coluna, todavia, sob essa chuva mortífera, bombardeando as montanhas e a terra em globo, pois outra coisa não lhe era lícito fazer; espantando, com o troar das armas e com as explosões das granadas e *shrapnels,* a aluvião de *insetos* mortíferos, que se multiplicavam nos latíbulos das serras de onde eram alvejados os nossos soldados; essa gloriosa falange, afinal, trasmontou essas Termópilas sem nome, tenebrosas, quase fantásticas, nas quais o inimigo se confundia com a própria natureza abrupta do lugar e em que, aos soldados, se afigurava que os próprios seixos dos caminhos tomavam vida e voavam pelo espaço, aos milhões, como numa mágica, para feri-los e trucidá-los.

A travessia do Cocorobó, tal qual a descreve o autor de *Os Sertões,* ficará na História como um combate através dos desfiladeiros do Inferno. O soldado brasileiro viu ali o Demônio na figura do jagunço; mas lutou, esconjurou-o e venceu-o.

Tendo a junção das duas colunas apenas atenuado a situação da tropa, por motivos já conhecidos e por outros muito complexos e que não me cabe analisar, começou o verdadeiro martirológio do alto da Favela.

A propósito do feito do dia 28 de junho de 1897, o Sr. Euclides da Cunha cita um trecho da respectiva ordem do dia: "uma página tarjada de horrores, mas perfurada de glória". O triunfador, porém, não conseguia dar um passo fora dos seus redutos.

Quem sitiava o exército? Ninguém. A natureza; as circunstâncias. Os jagunços entravam nessa operação como um fator diminuto, de importância relativa, porque era móvel, mesquinho e, como o mosquito da fábula, podia, a todo o instante, enfurecer o leão prostrado, sem ação contra o vento, com o qual o inseto vivia associado.

O historiador da guerra de Canudos atinge, nesta página, um grau de emoção inolvidável. Lembra, ao mesmo tempo, Xenofonte e Flaubert. Os sofrimentos dos gregos nos desertos da Pérsia e os desesperos dos mercenários, trancados nos desfiladeiros de La Pache, não me comoveram mais do que os dos nossos patrícios, vítimas da imprevidência, não dêste Governador, daquele general ou dêsse outro aconselhador, mas de todos nós, que concorremos, principalmente pela imprensa, sucessivamente, para transformar um quilombo, talvez sem importância, em um arraial, e um arraial, no couto da vagabundagem religiosa e política de todo o sertão do Norte.

> O heroísmo, diz o Sr. Euclides da Cunha, era-lhes agora obrigatório. A coragem, a bravura retransida de sobressaltos, um compromisso sério com o terror. Circulavam-nos os mais originais dos vencidos; impiedosos, enterreirando-os em todos os pontos on círculo de um assédio indefinido e transmudando-se em fiscal incorruptível, trancando tôdas as abertas à deserção.
>
> De sorte que, ainda quando crescessem de valor os nossos soldados, não tinham como se subtraírem à emergência gravíssima em que se equiparavam heróis e pusilânimes.
>
> A história militar, cuja urdidura dramática se recama, por vêzes, das mais singulares sínteses, está cheia das grandezas e glorificações do mêdo. A ânsia perseguidora do persa fêz a resignação heróica dos *Dez Mil;* a fúria brutal dos cossacos imortalizou o Marechal Ney.
>
> Íamos enxertar-lhe, idêntico, senão na amplitude do quadro, na paridade do contraste, um capítulo emocionante, — porque a tenacidade feroz do jagunço transfigurou os batalhões combalidos do General Artur Oscar. Êles ali quedavam unidos, porque os enlaçava a cintura de pedra das trincheiras, impertérritos, porque lhes era impossível o recuo; heróicos, encurralados, recalcados à bala numa nesga de chão [19]

O Sr. Euclides da Cunha não pinta, daí por diante, o militar clássico e de convenção, agindo por honra do ofício e medindo geomètricamente o emprêgo da coragem; êle descreve o homem, na fase psíquica e animal, em que entram aquêles a quem a ameaça de morte toma o caráter crônico, que foi o que sucedeu no alto da Favela.

---

[19] *Os Sertões,* p. 441.

E triste do soldado se assim não fôsse, porque nunca se justificaria dos horrores e deslizes de desumanidade que ali se praticaram, durante o sítio da fôrça e posteriormente a êle, isto é, na ressaca do de Canudos.

É preciso ler as páginas do livro que vão de n.os 441 a 537, em que, com os reforços remetidos pelo Marechal Bittencourt, enceta-se a nova fase da luta. Durante os meses de julho e agôsto, dois meses dantescos, as fôrças do Govêrno, debruçadas sôbre o arraial de Canulos, mastigam os mais cruéis pesadelos, aturam inarráveis padecimentos. Dentro do acampamento, e em tôrno dêle, desenrola-se a tragédia contínua, crônica, das multidões seqüestradas da liberdade, do amor e dos encantos da vida social. Ali só presidia aos atos o instinto da defesa animal. E o pavor de uns, e a indiferença de outros, entretecem as cenas diurnas e noturnas do drama, que se passa na alma de todos, em luta com fantasmas homiziados naqueles casebres, naquela igreja sinistra, de onde o feiticeiro Antônio Maciel faz espalhar pela região inteira trasgos impalpáveis, uma vez por outra corporificados em jagunços.

Durante êstes dois meses intermináveis, Canudos é a obsessão de todos. Colmeia do mal, aquêle povoado gera no espírito do soldado visões, quando não paralisa a sua sensibilidade, transformando-o num autômato assassino.

Esta situação terrível, o Sr. Euclides da Cunha descreve nos detalhes militares, com intensidade quase igual à dos romances de Dostoyevski, que foi um dos maiores, senão o maior dos psicólogos das multidões, produzido pelo século XIX. Êle satura o leitor, invade-o; e as suas descrições são como emplastros de sublimado corrosivo superpostos à imaginação. Quando retirados, levam a epiderme do espírito e deixam os tecidos profundamente alterados pela ação tóxica e convulsionante.

A imprevidência natural de quem julgara poder realizar, em Vasa-Barris, o *veni, vidi, vinci* de César, com as suas seis mil baionetas, gerou a fome. Êsse fator, pior mil vêzes do que o jagunço, transformou-se em desespêro. O jagunço afrontava-se; a sua bala matava, e, para cada indivíduo, estava a partida liquidada; mas a fome era um inimigo muito mais terrível: ela amotinava-se nas entranhas, suspendia-se dos intestinos e, ao mais indiferente, convertia num insensato, num louco, num alucinado.

Na monotonia daquela vida paralisada pela morte, que se cristalizara no ambiente formado de serras abruptas, árvores tristemente verdes, penhascos escalvados e um céu sempre azul, sempre luminoso, o bombardeio constituía um alívio, uma diversão, um devaneio. A fome roubava-lhe êsse único aspecto diversor. Desta forma, um

comboio mesquinho de víveres, que escapasse à impavidez da jagunçada circundante, desfazia-se numa festa violenta; o soldado, desperto por instantes do letargo que o aniquilava, queria logo combater; e o arraial cobria-se de pó, de fumo e fogo. Mas também o acampamento era coberto pela saraiva das balas certeiras dos inimigos ocultos, e centenas de vítimas caíam como ao sôpro do siroco.

Transcrevemos o livro:

> À tarde, ou durante o dia, nos raros momentos em que se atreguavam os assaltos, alguns se distraíam contemplando o arraial intangível. Lá se ia, então, cautelosamente, desenfiado pelo viés das encostas, alongando as distâncias, para atingirem com resguardos um ponto abrigado qualquer, de onde o distinguissem a salvo. Perturbavam-se-lhes, então, as vistas, no emaranhado dos casebres, esbatidos em baixo.
>
> E contavam: uma, duas, três, quatro mil, cinco mil casas! cinco mil casas ou mais! Seis mil casas, talvez! Quinze ou vinte mil almas, — encafurnadas naquela tapera babilônica... E invisíveis. De longe em longe, um vulto, rápido, cortava uma viela estreita, correndo, ou apontava, por um segundo, indistinto e fugitivo, à entrada da grande praça vazia, desaparecendo logo.
>
> Nada mais.
>
> Em tôrno, o debuxo misterioso de uma paisagem bíblica, a infinita tristura das colinas desoladas, êrmas, sem árvores. Um rio sem águas, tornejando-as, feito uma estrada poenta e longa. Mais longe, avassalando os quadrantes, a corda ondulada das serras igualmente desertas, rebatidas nitidamente, na imprimadura do horizonte claro, feito o quadro desmedido daquele cenário estranho.
>
> Era uma evocação. Como se a terra se ataviasse em dados trechos para idênticos dramas, tinha-se, adiante, o quer que era recordando um recanto da Iduméia, na paragem lendária que perlonga as ribas meridionais do Asfaltite, esterilizada para todo o sempre pelo malsinar fatídico dos profetas e pelo reverberar adusto dos plainos do Iemém...
>
> O arraial, — "compacto" como as cidades do Evangelho, — completava a ilusão.
>
> Ao cair da noite, de lá ascendia ressoando longamente nos descampados em ondulações sonoras, que vagarosamente se alargavam pela quietude dos ermos e se extinguiam em ecos indistintos, refluindo nas montanhas longínquas, o toque da ave-maria.
>
> Os canhões da Favela bramiam, então, despertos por aquelas vozes tranqüilas. Cruzavam-se sôbre o campanário humilde as trajetórias das granadas. Estouravam-lhe por cima e em roda os *shrapnels*. Mas, lentas, intervaladas de meio minuto, as notas suavíssimas se espalhavam, silentes, sôbre a assonância do ataque.
>
> O sineiro, impassível, não claudicava um segundo no intervalo consagrado.
>
> Não perdia uma nota.
>
> Cumprida, porém, a missão religiosa; apenas extintos os ecos da última badalada, o mesmo sino dobrava estrìdulamente, sacudindo as vibrações do alarma. Corria um listrão de flamas pelas cimalhas das igrejas. Caía feito um rastilho pelo povoado. Alastravam-se pela praça

> e, deflagrando dali para as fraldas do morro, abrangia-as; e uma réplica violenta caía estrepitosamente sôbre a tropa.
>
> Fazia calar o bombardeio.
>
> O silêncio nascia logo, sùbitamente, sôbre os dois campos. Os soldados apercebiam, então, misteriosa e vaga, coada pelas paredes espêssas do templo meio em ruínas, a cadência melancólica das rezas... [20]

O comboio de víveres, que chegou ao alto da Favela a 13 de junho, determinou um assalto homérico ao arraial, sucederam-se outros, que se tornaram crônicos, por sua vez, sem que a extinção do quilombo se aproximasse de seu fim. Aquilo revivia contìnuamente, porque enchia-se e esvaziava-se por circuitos e grotas inatingíveis, abertas para o norte, onde as fôrças não tinham jeito de manter-se. O *blocus* nunca pôde completar-se, e por êsse claro os jagunços saíam e entravam no arraial quando bem queriam.

Deslizemos pela nova fase da luta, em que marcha para Canudos uma nova divisão e o Marechal Bittencourt providencia sôbre os meios de garantir a expedição da fome sertaneja e dos efeitos do deserto e levar a guerra a têrmo.

Essa fase poder-se-ia definir em duas palavras: um exército a pôr cêrco ao vento. Esterilizou-se uma região para colhêr um magote de feras impalpáveis.

As descrições relativas a êsse período extenuam, como a luta extenuou a terra e o sertão.

Vejamos as derradeiras páginas do livro, — os últimos dias de Canudos.

Tendo, pela diuturnidade do fogo e pelo aumento dos recursos militares, chegado o sertão a ficar exausto, era natural que o exército pudesse descer as cumiadas adjacentes e fechar o arraial, não por fora, mas invadindo a orla do plano em que estava assente o grosso da casaria.

Êsses últimos dias são apocalípticos, e o Sr. Euclides da Cunha, com o redobramento da ferocidade do jagunço, já não mais sôlto nos ares ou oculto nos recessos da caatinga, mas encurralado, acuado como uma onça na furna escura pelo caçador temeroso, faz recrudescer também a emoção literária da obra.

O jagunço vai morrer; mas vai morrer ferindo, matando, destroçando ainda muitas centenas de soldados valorosos.

Não conheço, em língua portuguêsa, fora do teatro, em livro de história, cena descrita com potência trágica superior à que se encontra nas 55 páginas que fecham *Os Sertões*. Vibra o horror em cada linha, em cada palavra, e, sem o recurso dos bastidores e das

---

[20] *Os Sertões*, p. 459.

ficelles dos romances, utilizando ùnicamente o fato e a palavra sugestiva, êsse capítulo inflama a imaginação e arrasta o leitor numa contínua ansiedade de chegar ao fim e de libertar-se de tamanho pesadelo.

Imagine-se uma fera esfaimada, no fundo de um enorme buraco, a morrer e a viver, cada vez mais irritadiça, cada vez mais furiosa, revivendo quando se pensa extinta, e aniquilando-se aos poucos em trepidações lancinantes, em convulsões epilépticas perigosas para os que tentam garroteá-la, e ainda uma vez trincando o arrojado que desfecha-lhe o último golpe, eis o aspecto dos derradeiros sobreviventes, que ainda resistiam em Canudos.

Depois, a agonia; depois da agonia, o trismo da morte ainda sinistra; e a multidão de soldados em tôrno, como o povo dos Césares, no Coliseu de Roma, assistindo a esta execução final, no soçôbro, não se sabe se do sentimento da vingança acumulado ou de um satânico prazer do esporte militar.

Com os desgarrados dessa *bolgia,* não tinham os sitiantes procedimento diferente do que teriam as serpentes e lacraias, ao saírem, espantadas, dos seus covis. Esmagavam-nos sob o salto da bota ou, agarrando-os pela cauda, despedaçavam-lhes as cabeças de encontro ao primeiro rochedo que lhes deparasse à vista.

Chegava o momento da revindita. Os martírios do alto da Favela estavam ainda frescos na lembrança de todos para que a presença de um jagunço não fizesse ressuscitar em cada soldado ali presente o canibal na idade da pedra.

Os oficiais, gastos pela fadiga da guerra, com a sensibilidade bruxuleante no fim de tantas desgraças, não tinham alento, talvez, para reagir, e a ferocidade dos moralmente indisciplinados permitiu que, nesse Coliseu selvagem, se aguçassem os mais extravagantes apetites de sangue e de degolamentos.

Não há que filosofar. Tudo é relativo. Desde que o sertão se apossara das fôrças civilizadas, e sôbre elas operara pela influência do deserto, não devemos estranhar que êsse mesmo sertão, antes de restituí-las ao litoral, as fizesse primeiro passar por êsse corredor equívoco e escuro da inconsciência do gorila.

Seria a última desforra: obrigar o soldado a ser jagunço; irmaná-lo, abraçando-se com êle, e morrer, na unidade do último fanático, junto ao sepulcro do Conselheiro, à vista das legiões do exército da nação que mandara exterminar Canudos.

Sentimos frio e bate-nos o queixo, ao presenciar *in mente,* percorrendo as páginas de *Os Sertões,* êsse quadro apavorante.

O extermínio do arraial se faz então sistemàticamente, apertando, dia a dia, o cêrco. O morticínio operava-se como se se tratasse de acabar com a vida de um formigueiro de saúvas, derra-

mando corrosivos pelas aberturas, sufocando as massas por meio de explosivos.

E tudo isso era inevitável; porque êsses desesperados jagunços devoravam logo as mãos imprudentes que ousavam estender-se e tocar nesse ninho incendiado de escorpiões com fisionomia humana.

Fêz-se a matança da jagunçada, não gratuitamente, mas com perdas de vidas preciosíssimas, pois a cada estouro que se dava nesse covil infernal, companhias dos nossos batalhões eram horrorosamente dizimadas.

Por último, êsse fundo de grota já não era mais do que um montão de cinzas, de cadáveres, de trapos, de entulhos e resíduos de uma aldeia estraçalhada, de onde, todavia, a sinistra igreja, derrancada, em ruínas, afrontava o esgarçar das granadas e os desbaratos da artilharia. O jagunço, porém, não capitulava; e essa recalcitrância no emergir dos abismos da morte, para ainda matar o matador, criava, no soldado, raivas truculentas, única resposta ao que lhes parecia fantástico e sobrenatural.

Por mais de uma vez êsse acervo de lixo humano pareceu imobilizar-se. Reinava o silêncio, e os soldados olhavam-se, assombrados.

Canudos, enfim, morrera! Ali estava o seu caráver exangue, pôsto que ameaçador... Pois não era exato. Êsse cadáver trepidava, estendia uma garra convulsa, rangia os dentes, e lá iam novas vítimas para a voragem do inferno.

Dois buldogues congestos não se engalfinhariam com fúria tão desmedida.

Em Canudos, houve casos de terror verdadeiramente inéditos. Nas últimas horas, os batalhões acampavam em cima dos derradeiros destroços e dos montões de cadáveres. Pois bem, ainda nesta situação, o defunto erguia-se para ferir o coveiro, arrastando-o dentro do sepulcro.

O Sr. Euclides da Cunha dá notícia de uma cena destas, em que, quando soldados repousavam ou atravessavam pacatamente uma esplanada, eram fuzilados pelo *invisível*. De sob uma barricada de cadáveres, seis jagunços despediam-se da luta matando ainda uma dezena de inimigos.

Recompunha-se a fuzilaria doida. Das furnas, lá no fundo dos covis, levantavam-se cânticos de mulheres sobreviventes à catástrofe. As pobres vítimas entoavam, súplices, o *Magnificat*. Os soldados, então despertando sùbitamente, paravam... e uma hora não combatiam mais.

"Canudos não se rendeu", diz o autor, terminando a obra. "Exemplo único em tôda a História, resistiu até ao esgotamento completo."

E apela para um Maudsley que demonstre se as nacionalidades são suscetíveis de enlouquecer.

*

* *

O Sr. Euclides da Cunha não é só, como disse antes, uma alma poética e um psicólogo, mas também um sociólogo de boa envergadura. Como tal, não podia deixar passar desapercebido o estudo da constituição interna de Canudos. Pena é que êle não tivesse tido ocasião de apreciar mais de perto, acompanhando a vida de cada dia dos conselheiristas, os costumes e as leis ditadas por êsse Maomé de meia jota.

A administração do arraial não diferia em grande coisa da de um acampamento, em que só a igreja tinha estabilidade.

As ordens de Antônio Maciel eram obedecidas irrevogàvelmente. O civil dependia, em essência, do espiritual. As regras que o Conselheiro havia estabelecido eram muito poucas, de sorte que a liberdade dos conselheiristas devia ser pasmosa. Ouvir missa, rezar a certas horas, concorrer para a obra santa, que era a igreja, e reunião dos mantimentos, não beber cachaça e horror aos padres, eis, em poucas palavras, tôda a organização moral e social de Canudos. Quanto a mulheres, já vimos que o Conselheiro estabelecera a promiscuidade dos sexos, suprimindo de um golpe a hierarquia da mulher, fundada sôbre a virgindade, o casamento e a honra. Como tôdas eram filhas de Deus, podiam entregar-se livremente aos que chegassem.

Está visto que não foi pela imaginação que se fêz a concentração de Canudos. Ficou provado, do livro, que o fator mais vigoroso foi a perseguição. Então combinaram-se, para agitar os sertões em tôrno do que os jagunços chamavam a injustiça do Govêrno, diversos elementos. Logo que Canudos adquiriu fama * de invencível e a perversidade dos Pajeús e Macambiras se tornou célebre, até chegar ao litoral, os timoratos das vizinhanças, para captar-lhes simpatia e obter imunidades, começaram a fornecê-los de vitualhas e munições. Houve, pois, um momento em que o arraial regurgitou de víveres, numa abundância gargantuesca.

Ora, aqui está a mola principal de Canudos. A vagabundagem dos sertões adjacentes, tendo notícia disto, afluiu para o arraial, produzindo êste sobreexcesso de população, que espantou a tanta gente. A vida, ali, era boa, tanto melhor quanto os encargos do perigo cabiam ùnicamente aos fanáticos e aos cabras assassinos de profissão,

---

* Estava no original *forma*.

que para ali corriam estimulados pela idéia única de tomar desforra do soldado, seu inimigo nato. Os outros, isto é, os que se acoitavam ao arraial por vadiagem, ou atraídos, na qualidade de malandros, pelo gôzo oferecido na facilidade das mulheres, tais indivíduos entravam e saíam do povoado, conforme a situação da luta. Não foram êstes os desesperados que sustetaram o embate das fôrças nos dias calamitosos de agôsto e setembro. Quando a fome ameaçou Canudos, os desgraçados desaguaram em busca da fartura em outros arraiais.

No ponto de vista sociológico, o Sr. Euclides da Cunha é um admirador de Buckle, o nunca assaz lembrado autor da *História da Civilização da Inglaterra*. Aplicando os princípios dêsse mestre no estudo dos fenômenos da vida brasileira, êle sempre a ilumina com um raio de luz agudo e penetrante. Todavia, não é um exclusivista; nem a variada, e ao mesmo tempo segura, educação científica que teve, permitiria essa subordinação pedagógica, aliás profundamente antipática ao seu temperamento de artista.

*
* *

Do estilo do Sr. Euclides da Cunha, que poderei enunciar que já não esteja dito nas linhas precedentes?

Como era inevitável, num primeiro livro, a lava do estilo de *Os Sertões* borbota da matriz, trazendo, ainda de envolta, resíduos, vocábulos, modismos assimilados nas leituras prediletas. Mas êstes acidentes em nada influem para modificar o tumulto original da frase entusiástica, cintilante, candente, que vibra sob a ação do temperamento arrebatado daquele mesmo cadete da Praia Vermelha, que partia o sabre e atirava-o aos pés de um superior hierárquico.

Impecabilidade! Não cogito disso. O autor de *Os Sertões* devorou o seu assunto, usando da frase bíblica, e vomitou-o transformado em livro.

Basta. Das páginas dêsse livro partem gemidos lancinantes, brados de guerra, explosões, urros de feras enjauladas, suspiros de mortos, ruídos de tôda a ordem, ranger de dentes, ecos longínquos dos sertões, clangôres de clarins. E o estilo abrange tudo, amoldando-se a tôdas as modulações do espírito.

Só lhe falta o lirismo da mulher. Mas esta, coitada, apareceu em Canudos apenas encharcada no lameiro sexual. Seria impossível idealizar, pensar, mesmo, no afeto feminil, quando saíam, de sob os escombros da igreja de Canudos, êsses espectros simiescos e assexuados, a que se dava o nome de mulheres.

O traço característico do escritor de *Os Sertões* é o sentimento da tragédia na sua expressão cáustica.

O que nos percute nas linhas do livro em que se descreve a morte rugidora dos jagunços, no seu ninho de escorpiões, não é tanto a matança em si, como as sombras de nós mesmos, que passavam e repassavam através dos corpos dos oficiais que presidiam a essas cenas mexicanas.

Que teria feito qualquer um de nós, se lá estivesse? É horrível cogitar nisso!

Desgraçadamente, a humanidade ainda não se expurgou do sangue dos Fernandos Cortez, dos Almagros e Pizarros, que é como um artritismo étnico.

UM PRÓLOGO DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE

I

Os Anais, 15-12-1904

Boleslau Prus, no *Faraó*, belíssima reconstrução romântica do Egito de Ramsés XIII, pinta êste jovem soberano, depois de uma grande batalha, parado diante da Esfinge, a meditar.

Ramés XIII agita-se. Afoga-o a angústia do futuro. Não é o mistério que o soçobra, mas o simbolismo infernal, que a arte sagaz dos sacerdotes do Nilo havia pôsto na face imobilizada daquele enigmático monstro de pedra. Impressiona-o horrìvelmente êsse vulto estranho, que não é homem, nem quadrúpede, nem rochedo, e que, apesar disso, se impõe como um ser real pela fusão extraordinária de tôdas essas qualidades contraditórias.

Que intenção haviam tido os padres egipcíacos, quando fizeram fixar no granito o eterno e clandestino sorriso que voeja no semblante da Esfinge e penetra até às raízes da alma de quem a encara? Por que sorria o monstro com êsse mesmo sorriso que não o desertava, quer Tífon flagelasse o vale do imenso rio com os seus cavalos de fogo, quer as águas das inundações apojassem as terras baixas, enchendo-as de fertilidade e de contentamento?

O olhar sinistro, numa alegria opaca e cristalizada, defluía do rosto do animal, que nunca conhecera as tristezas do nada da vida humana, nem pestanejara comovido diante das inconcebíveis misérias dos povos ribeirinhos. A Esfinge sorria do mesmo feitio para as dezenove dinastias reais que haviam passado por aquelas regiões e que, consecutivamente, se abismaram nos areais, à sombra das pirâmides; e mostrava-se tanto mais pavorosa, quanto o seu rosto humano era cheio de doçura e os seus seios de mulher ofereciam aos transeuntes a serena sensualidade do regaço maternal.

Piedade ou calma de um imortal? Nada disto.

O que ali se vê é o sarcasmo eterno! No silêncio pneumático que envolve o monstro há um pavor colossal que transpõe os horizontes da vida conhecida. Pior do que o homem, porque tem corpo de leão; pior do que o felino, porque tem cabeça de homem; pior do que a rocha, porque, na sua rigidez, oculta uma vida misteriosa, essa criatura satânica confunde o espectador e acaba por atirá-lo, através do infinito, aos abismos insondáveis da incondicio-

nalidade do pensamento. Nem crueldade, nem ironia; talvez a resignação melancólica de uma divindade que não conseguiu explicar-se aos homens.

A ciência, ou, antes, a curiosidade humana, em presença dos fenômenos naturais, parece-me bem com êsse rei egípcio que pretendia interpretar o sorriso petrificado da Esfinge, movimento êsse tão sacrílego, como seria insensato o de tentar erguer o véu com que a jurisprudência sacerdotal cobrira a deusa Ísis.

Naqueles tempos, o egípcio parava diante da estátua, reverente, não raro assombrado, sempre confuso. Hoje, turistas inglêses sobem à cabeça do monstro e, sem o mínimo respeito, arrancam-lhe fragmentos para enriquecer as suas coleções de arqueólogos amadores.

Também naquelas eras, e ainda noutras, menos remotas, fenômenos como a eletricidade fulminavam de mêdo a massa dos ignorantes e eram convertidos logo em divindades malfazejas. Hoje, porém, qualquer garôto, em Londres ou New York, cavalga essa mesma eletricidade, reduzida a cômodo veículo ou a ginete dócil, dirige-a para onde quer e bem lhe apraz; e a fôrça bravia, agora domesticada, obedece ao motorneiro, que não é mais nenhum bonzo, nem sinistro alquimista, e oferece-se, mansa, pacífica, diligente, aos mais comezinhos misteres da vida quotidiana das cidades e dos campos.

Que importa que êsse elemento, em si, continue a ser esfinge para todos nós, se nos familiarizamos com êle?

Que mais temerosa esfinge do que essa fôrça que em nós mesmos se agita e constitui a nossa alma, a nossa própria personalidade? A alma que sentimos vibrar, de contínuo, na voz, na palavra, no olhar, nas energias da vontade, nas relações da imaginação, na contenção da memória, na penetração filosófica, nos prodígios da arte, de onde vem? como se produz?

E, todavia, quando se fala em estender estas fôrças; quando se pensa em dilatá-las um pouco além dos confins da vida conhecida, eis de nôvo o homem apavorado. A ciência recalcitra; o espiritismo inventa o micróbio psíquico.

De nada valem as maravilhas da existência. Estamos acordados? Os mosquitos zumbe-nos aos ouvidos. Esquecemos a beleza dessa máquina microscópica, dêsse sifão alado que nos injeta nas veias o veneno da febre amarela e nos rouba o sangue, sugando-o como a mais perfeita bomba hidráulica; e com um golpe digital o esmagamos. Adormecemos? sonhamos? O universo se transforma. Por quê? Porque penetramos uma polegada na região obscura, para o lado noturno da natureza que nos circunda.

E logo ergue-se o espectro da ciência oculta, dando à vida motores diferentes daqueles que nos fazem ver, ouvir, sentir, querer, amar e obedecer às leis que regulam a existência humana.

Tais as considerações que em meu espírito ia produzindo a leitura do prólogo de Medeiros e Albuquerque ao livro de Alberto Costa, *Fenômenos Psíquicos Ocultos,* publicado pela casa Garnier, quando os meus olhos caíram sôbre as singulares palavras: *tôda a idéia tende a realizar-se.*

Esta simples frase, aliás empregada naquele prólogo sem a menor preocupação metafísica, fêz-me, de súbito, transpor o mundo da filosofia e cair estatelado na região do fantástico raciocinante de Edgar Poe. Lembrei-me, então, de uma passagem característica do *Eureka,* a mais filosófica das obras do excêntrico escritor americano.

"É óbvio que o cérebro humano não pode agir sem apoiar-se nessa sensação que se chama *Infinito,* nem deixar de seguir o fantasma da idéia." Mas também é certo, acrescenta o fantasista, que não temos o direito de afirmar ou de deixar de inferir a existência de uma interminável sucessão de mundos, de universos, mais ou menos semelhantes, — *clusters of clusters.* Todavia, se tais mundos se sucedem, é bem provável que o material de que êles, porventura, são construídos, não possa impressionar os nossos sentidos, as nossas capacidades psíquicas, e daí o limite da nossa inteligência.

Cada um dêstes mundos existirá, à parte e independentemente, *in the bosom of its proper and particular God?* Quem nos diz que sua influência não se manifestará ainda um dia pela interpenetração das atividades que nestes centros conseguiram diferenciar-se?

Edgar Poe preocupava-se com a miríada dos sistemas solares; com a difusão infinita da poeira das estrêlas. Os psicologistas, porém, não sentem a necessidade de acompanhá-lo nessa digressão fantástica. Cingem-se a estudar a irradiação da fôrça psíquica, ou, antes, como diria Pascal, procuram aumentar os pontos de contato da inteligência com a esfera infinita que a circunda.

Daí o campo intérmino do desenvolvimento da ciência e a sua segurança diante das possibilidades do universo... Tudo é realizável, contanto que condicionável ao pensamento humano. São, pois, dispensáveis as explicações extranaturais. O sobrenatural não existe para o filósofo.

Não há perigo, assim, de que ao pensador moderno suceda o mesmo que sucedeu a Ivan Karamazov, o estranho personagem descrito por Dostoyevski. Admitida a possibilidade do aumento daqueles pontos de contato, não há mais razão para confundi-los com a influência de fôrças contrárias ou divergentes da natureza conhecida. Êle não tomará as impressões do *nôvo,* que se ergueu das profundezas da própria alma, como expressão concreta do *diabo.*

Se, portanto, o diabo um dia apareceu na história da humanidade e *evangelizou* as multidões com a sua presença, segundo um sistema inteiro de existências espectrais, não o fêz senão porque o homem não só possui uma imaginação capaz de concebê-lo, mas também porque êsse homem é dotado de fôrça interna suficiente para projetá-lo fora da consciência e dar-lhe uma espécie de existência no ambiente. Realizar êsse fenômeno, consciente ou inconscientemente, constitui outra questão. O homem é um construtor de deuses. E parece que o seu poder, nesta espécie, conseguiu fazer-se senhor, não só na transformação dos astros e dos sonhos noturnos em mitos, mas ainda na sua cristalização, no espaço, em figuras sem alma, mas nem por isso menos verdadeiras.

Medeiros e Albuquerque, por ora, procura subordinar êste fato a uma lei, formulada nestes têrmos: *Tôda idéia tende a realizar-se.*

Como? pergunta o crítico. "Não sabemos", responde êle. "Mas se a idéia é uma fôrça capaz de mover um dedo no organismo de quem a produziu; capaz de produzir qualquer alteração fisiológica; capaz de agir sôbre a evolução do embrião no ventre materno; capaz de forçar, por sugestão mental, outro indivíduo a proceder de determinado modo: não há motivo para resistir à possibilidade de que essa mesma fôrça se materialize objetiva e realmente no espaço, em corpos tangíveis, corpos com as propriedades de todos os outros."

Por mais árdua que pareça essa hipótese, ela não repugna ao conceito que formam os psicólogos modernos da atividade mental tal qual a vêem desenvolver-se no organismo humano. Essa hipótese pode muito bem estar contida em novos ou futuros contatos da esfera dessa atividade com o mundo infinito circunjacente.

A primeira objeção que se oferece, entretanto, é de que semelhantes materializações da idéia constituiriam uma verdadeira criação. A objeção é formidável, máxime quando se atende ao princípio de que na natureza nada se aumenta, nada se perde. E Medeiros e Albuquerque não desconhece semelhante dificuldade quando afirma a eficácia daquela lei.

"Seria preciso admitir a criação da matéria", diz êle. "E perguntam os incrédulos, ansiosos: *Como se explicaria o fato de um médium fazer aparecer um corpo real, um corpo palpável?* Antes de mais nada, cumpre arredar a pergunta. Não é possível, neste momento, ter a pretensão de explicar *como* os fatos se passam. Que êles são reais, não há dúvida. Alguns espiritistas, entre outros Aksakov, cujo livro é, talvez, o melhor trabalho de defesa da doutrina que abraça, são forçados a convir que muitas materializações são produzidas por idéias que êle objetiva inconscientemente. Como? Ninguém o pode dizer. Mas *como* se faz a realização de uma

idéia da mãe no organismo do feto? *Como* se faz uma sugestão mental? *Como* se consegue uma vesicação sugestiva? *Como* se obtém um movimento voluntário? Tudo isto é ainda mistério. Nada vale iludirmo-nos com palavras e dizer que, nestes casos, os fatos se explicam pela transmissão de vibrações. Nada vale lembrar, como uma simples comparação, ao tratar da sugestão mental, o que sucede com o telégrafo sem fio. São vagas analogias, que não explicam coisa alguma. Deveras, ninguém sabe nada. É tão espantoso ver o movimento voluntário de um dedo, como a aparição de um fantasma materializado?" [1].

Realmente, para quem reflete um pouco sôbre o mistério da vida, não há milagre maior do que o da percepção do Universo e da fôrça da vontade, — a visão de macrocosmo no microcosmo humano e consecutiva ação e reação. A continuidade dos fenômenos e o seu desdobramento através da atividade cerebral são coisas sôbre as quais têm esbarrado tôdas as explicações tentadas desde os eleatas até os mais geniais especuladores dos tempos modernos.

Contudo, como dizia Montaigne, *l'homme va béant après les choses futures;* êsse movimento penetra-o cada vez mais do desejo de enredar-se na decifração das coisas e o traz em contínuo sobressalto diante dos muros que lhe fecham ocasionalmente a interpretação dos fatos.

Não lhe basta a teoria mecânica do Universo; e a sua razão, embalada pelas leis de Newton e de Kepler, surge de repente espavorida, quando se lhe tenta explicar em como o movimento transformou-se em pensamento e vice-versa.

II

Os Anais, 22-12-1904

A razão humana espavorida, disse eu muito de intenção.

Já vai longe o tempo em que o sentimento do mêdo, junto à fantasia, modelava os deuses, satisfazendo as faculdades religiosas do homem; ainda o terror do nada impede que a filosofia se entregue, de pés e mãos ligados, ao materialismo dogmático.

As ciências positivas não conseguiram fechar a janela que o nosso espírito abriu sôbre o mundo metafísico. Reina dêsse lado a escravidão, mas nem por isso se insiste menos em fazer penetrar um raio de luz nessa noite psíquica.

---

1 *Fenômenos Psíquicos Ocultos.* Prefácio, p. LVII.

De vez em vez, das trevas do abismo, que se sente exterior à experiência, surgem sombras. Tais sombras, apenas se delineiam, apagam-se como fosforescências agitadas pela asa da procelária.

Um corvo vem pousar no balcão dessa janela escusa; e há quem ouse, não obstante, interrogá-lo.

Dêsse diálogo estranho procede a ciência de que Medeiros e Albuquerque se ocupa no seu prólogo.

Por tal conduto, chega até a nós o *Milagre,* de que se apoderou o ocultismo; e muitos dos cientistas em voga buscam demonstrá-lo com os mesmos argumentos, menos os aparelhos modernos, de que Descartes, Bossuet, Fénelon, Pascal e Malebranche se utilizavam para provar a existência de Deus.

Se não recorrem a silogismos de relojoeiros suíços, todavia enveredam pela selva bravia das sutilezas, ou dependuram-se dos trampolins da lógica, ou exibem truques de magia branca filosófica, que atordoam uns, fatigam outros, acabando por determinar a capitulação, por indiferença, do maior número.

Aparece, todavia, um Wallace, que, pela sua alta probidade científica e incontestável competência em biologia, nos deixa perplexos diante da serenidade das suas afirmações, tão categóricas como as que funda em experiências realizadas nos seus laboratórios.

Como se sabe, na sua contestação às asserções de Hume e de Lecky, êle começa por inculcar de erradas as definições correntes do *milagre.*

"Milagre é a violação das leis da natureza; ou uma transgressão da lei natural, devida a uma volação particular da Divindade ou a intervenção de algum agente invisível".

O defeito da primeira definição, diz êle, reside em atribuirmo-nos implìcitamente o conhecimento de tôdas as leis da natureza. Ora, segundo tal conceito, nega-se que tal efeito particular pudesse resultar de alguma lei natural desconhecida, que perturbe a lei que conhecemos; e isto nada tem de filosófico.

A segunda definição peca por não especificar, como devia, a possibilidade de algum agente *inteligente* invisível, diferente do galvanismo ou da eletricidade, quando é certo que êstes agentes, ontem descobertos, não permitiram ainda que se fixasse o papel exato que representam na ordem natural.

Acresce que os têrmos *violação* e *transgressão,* pelo emprêgo impróprio que dêles fazem, constituem uma verdadeira petição de princípio.

Para Wallace, milagre é "um ato ou um fato inferente necessàriamente à existência e à função de inteligências sôbre-humanas, considerada a alma o espírito do homem, desde que se manifesta fora do ocrpo, como uma dessas inteligências sôbre-humanas".

Não resta dúvida, portanto, que o grande naturalista não hesita em aceitar a dualidade da substância. Existem dois mundos, diferentes, embora coordenados.

Longe, porém, de recorrer aos arquétipos de Leibniz, ou às categorias da Lógica, para mostrar a necessidade dêsse paralelismo, fiel à ciência que brilhantemente professa, como bom naturalista, sugeriu a experiência; e é sòmente sôbre a experiência, hoje base de tôda a ciência dos espíritas, que Wallace condiciona a filosofia do milagre, cuja realidade, no seu parecer, se impõe com evidência comparável à dos fatos comuns da vida humana.

Na sua opinião, os argumentos de Hune são falaciosos.

Nunca, diz o autor das *Pesquisas Sôbre o Entendimento Humano,* houve, em país algum, quem visse e constatasse a ressurreição de um morto. Contra esta e outras ocorrências miraculares, a experiência é uniforme e equivale a uma prova direta e completa, tirada da própria essência do fato; prova indestrutível, uma vez que o milagre só seria suscetível de tornar-se crível, se aparecesse prova oposta capaz de modificá-la ou suprimi-la.

A tal asserto opõe Wallace a consideração de que, nestas condições, nenhum fato absolutamente nôvo seria suscetível de prova, pois que o primeiro testemunho e cada testemunho que se seguisse seriam, desde logo, averbados de falsos por contrários à experiência universal.

"Um simples fato, como, por exemplo, a existência do peixe-voador, seria para todo o sempre impossível de estabelecer-se, se o argumento de Hume fôsse verdadeiro. O primeiro homem que o viu e descreveu devia, com efeito, ter contra si a experiência universal de que a um peixe falecem as faculdades do vôo; e assim o seu testemunho seria logo rejeitado. O mesmo argumento naturalmente aplicado teria de ser ao segundo, e cada um dos atestadores que depois se apresentassem, de sorte que nenhuma pessoa que até agora tenha visto com os próprios olhos um peixe-voador, e voando no momento de ser observado, seria isenta da pecha de insensata, se desse crédito à existência de um tal prodígio." [2]

Segundo Hume, só existe o que se explica por uma lei atestada pela universalidade da experiência.

Wallace reputa essa afirmação do filósofo escocês flagrantemente contraditória: 1.º, porque há fatos comuns inexplicáveis, os quais, entretanto, estão no domínio de todo o mundo, e que são pràticamente utilizados na vida quotidiana; 2.º, porque a experiência uni-

---

[2] Wallace, *Les miracles et le moderne spiritualisme*. Paris, p. 15.

forme, por seu lado, não opõe resistência aos qualificados de miraculosos.

Basta recorrer à História e aos milhares de relatos feitos por indivíduos de tôdas as procedências e da mais variada autoridade, para verificar-se que a experiência a que Hume atribui tanta importância não lhes é contrária.

"Que milagre mais surpreendente", diz êle, "do que o da *levitação,* isto é, a suspensão dos corpos humanos no espaço, sem causa visível. No entanto, êste fato tem sido certificado durante uma longa série de séculos. Alguns exemplos são muito conhecidos. São Francisco de Assis foi visto, inúmeras vêzes e por muitas pessoas, suspenso no ar, o que vemos atestado por seu secretário, que mal podia tocar-lhe nos pés. Santa Teresa, religiosa num convento de Espanha, ergueu-se muitas vêzes no ar, em presença de tôda a comunidade. Lord Orrery e M. Valentim Greatrak informaram ambos ao Dr. Henry More e M. Glauvil que, no palácio de Lord Conway, em Ragley, na Irlanda, o despenseiro dêste gentil-homem, em sua presença, em pleno dia, ergueu-se no espaço e flutuou na atmosfera, percorrendo todos os pontos do aposento em que estavam, e por cima de suas cabeças, acontecimento êste que se encontra relatado por Glauvil no seu *Sadducismus Triumphatus.* Ocorrência semelhante referem, de S. Inácio de Loiola, testemunhas oculares; e M. Madden, na biografia de Savonarola, após a narração de caso igual, observa que tais fenômenos são enunciados repetidas vêzes e que a evidência sôbre que repousam os casos referidos é tão segura e digna de fé quanto pode ser qualquer testemunho humano... Enfim, ninguém ignora que em Londres existem pelo menos cinqüenta pessoas de alta responsabilidade moral, que estão prontas a afirmar terem visto e constatado o mesmo fato relativamente a M. Home." [3]

Uma das objeções modernas mais em voga contra o milagre é a seguinte:

"Se alguém me disser que veio de York pelo fio telegráfico, responder-lhe-ei que mente. Se 50 homens me afirmarem que fizeram essa viagem utilizando o mesmo veículo, mandá-los-ei passear. Se um número infinito de pessoas me contarem a mesma história, não lhes darei crédito. Logo, M. Home não flutua no espaço, a despeito de seja qual fôr a soma de testemunhos exibidos como prova dêsse fato. Se outra pessoa me disser que viu o leão de pedra de Northumberland House descer até à praça de Trafalgar e beber água nas fontes que aí existem, não o acreditarei. Se cinqüenta indivíduos, ou número maior, disserem: nós também vimos, nem por isso eu deixarei de responder-lhes: é mentira."

---

[3] *Ob. cit.*, p. 16.

O vício de tais argumentos por absurdo reside, acrescenta Wallace, em que tôda sua fôrça decorre de uma proposição que nunca se submeteu à prova, isto é, que um número vasto de testemunhas independentes, honestas, sãs de espírito e de sentidos pudessem, em separado e repetidamente, certificar a existência de um fato nunca presenciado. Podem averbar de ineptas e falsas as teorias diabólicas da loucura sabática; entretanto, os casos de feitiçaria estão provados, não pelas deposições dos indigitados, que a tortura fazia falar, mas por testemunhos independentes, confirmados por uma série infinita de fenômenos análogos verificados pela ciência atual.

Não menos inconsistentes, pensa ainda Wallace, são as objeções de Lecky, o célebre autor da *História do Racionalismo*. Êste autor pretende representar o verdadeiro sentimento moderno em matéria de espiritismo.

Segundo Lecky, as pessoas instruídas não descrêem dos milagres, riem-se dêles e zombam da coisa em si. Por quê?

Porque o milagre é o resultado da tendência do homem primitivo para o maravilhoso, o produto de uma faculdade puramente humana rudimentar. Os milagres cessam desde que os homens cessam de crer nêles ou deixam de esperá-los. São ilusões que aparecessem *verdadeiramente* durante certos estados da sociedade, como expressão normal de uma fase dada do conhecimento ou capacidade intelectual do homem.

É êste o aspecto mais comum do milagre na escola positiva.

Pois bem, essa teoria nem explica, nem dissipa o milagre.

E porque Lecky afirma que os núcleos miraculares têm sido sempre pessoas ou instituições eminentes, em tôrno dos quais a faculdade do maravilhoso faz surgir o prodígio, observa Wallace que, neste caso, os papas, na Igreja Romana, que, aliás, tem sido um grande teatro de milagres, deviam ser os operadores de milagres por excelência, quando é certo que, excetuados um ou dois pontífices, muito próximos à origem da instituição, nenhum fato desta ordem é atribuído à grande maioria dêles. Os milagreiros têm saído das classes baixas, dos crentes ínfimos, de clérigos ou leigos obscuros, canonizados depois justamente em razão dessa sua extraordinária humildade, escolhida para veículo das grandezas da outra vida.

III

Os Anais, 29-12-1904

A incompatibilidade do milagre com o espírito da crítica, segundo Lecky, torna impossível a sua realização num meio culto ou filosófico.

Wallace não se conforma com essa afirmação, e rebate-a com o fato de existir, atualmente, no mundo civilizado, e principalmente nos centros acadêmicos e no seio de muitas sociedades sábias, uma infinidade de pessoas que, pelo testemunho dos próprios sentidos, acreditam nos fenômenos que Lecky e outros qualificam de miraculosos e, por conseguinte, de incríveis. Ao contrário de ser indício de um certo estado da sociedade, ou expressão normal de uma dada fase do conhecimento ou da capacidade intelectual, semelhante crença existiu em todos os estados de desenvolvimento da sociedade. Assim, vemos que Sócrates, Plutarco e Santo Agostinho deram dêles testemunho pessoal; o mesmo fizeram os reformadores Lutero e Calvino; e, na Inglaterra, todos os filósofos e homens competentes, até *Sir* Matthew Hale, atestam fatos semelhantes. Enorme é a lista dos homens de ciência, professôres, médicos e magistrados que, ao tempo em que Wallace escreveu a sua obra, pleiteavam a causa do moderno espiritualismo.

Não lhe parece ainda que o argumento de Tylor, de que a crença nos milagres seja uma sobrevivência de um estado mental selvagem, tenha importância, porquanto é êle mesmo quem declara que ignora quais os fatos que induzem essa crença.

E, neste caso, caber-lhe-ia sustentar, do mesmo modo pejorativo, que a crença moderna de que o Sol é uma massa ígnea, constitui uma sobrevivência do pensamento selvagem, porque agluns selvagens têm, igualmente, essa crença.

A questão, para Wallace, é uma questão de fato. O milagre entrará, pois, na ordem dos fenômenos naturais. Não é, como pensa o professor Tyndall, um ataque à lei da conservação da energia; implica apenas a existência de sêres inteligentes invisíveis a nós, contudo, capazes de agir sôbre a matéria, como nós, pelos meios comuns, agimos sôbre ela.

O têrmo "sobrenatural" é empregado por comodidade da linguagem, certo, como é, que as leis naturais regem todos os fenômenos, sem exceção alguma.

Essas leis não são incompatíveis, nem impedem que sêres inteligentes existam em tôrno de nós e entre nós, sem que, durante tôda a nossa vida, cheguemos a percebê-los. Não destoa da natureza que tais sêres, em determinadas condições, se dêem a conhecer, agindo sôbre a matéria. A sua *possibilidade* é incontestável.

"A existência", diz Wallace, "de sêres sensíveis, se bem que fora do alcance dos nossos órgãos naturais, não infringiria aquelas leis, como não infringem os protozoários, organismos gelatinosos e sem estrutura, que apresentam os mais completos fenômenos da vida animal, apesar da ausência da diferenciação de partes ou especialização

de órgãos, que parecem exigir as funções necessárias a essa vida animal." [4]

O naturalista, portanto, não trepida em admitir êstes sêres de natureza imaterial como explicação dos fenômenos de que se trata. Êstes sêres não são compostos das formas mais sutis e difusas da matéria, porque assim ter-se-iam de confundir as duas grandes ordens de fenômenos que constituem o Universo. Como, porém, poderiam essas inteligências atuar sôbre corpos ponderáveis?

Esta dificuldade ou esta objeção, Wallace pensa responder com a evidência misteriosa da luz, do calor, da eletricidade, do magnetismo, a vitalidade e a gravitação, considerados *modalidades de movimento* de um éter que enche o espaço. Há formas de matéria impalpável, cujo conhecimento provém ùnicamente dos efeitos que nos envolvem. Se existem, pois, inteligências que podemos dizer de natureza etérea, seria absurdo negar-se-lhes o uso dessas fôrças etéreas, que constituem "a fonte inesgotável do que engendra sôbre a Terra fôrça, movimento e vida".

"Os nossos sentidos e a nossa inteligência", acrescenta o sábio, "conquanto limitados, permitem que recebamos impressões e que remontemos até à origem de algumas das diversas manifestações do movimento etéreo em fases distintas, como a luz, o calor, a eletricidade e a gravidade; nenhum pensador, todavia, se arrojará a afirmar que não haja, além dêstes, outro modo possível de ação dêsse elemento primitivo... Sem o sentido da vista, nosso conhecimento da natureza e do Universo seria reduzido à milésima parte do que é. Dada a sua ausência, nossa inteligência diminuiria numa extensão que não podemos calcular; e é lícito crer que, sem êle, a natureza moral nunca ter-se-ia desenvolvido por completo e dificilmente teríamos atingido à dignidade e supremacia de homem. Portanto, é possível, e até provável, que existam modos de sensações superiores e excedentes aos nossos, na mesma proporção que vai da vista ao tato ou ao ouvido."[5]

Para Wallace, não resta dúvida, os milagres são fenômenos naturais, sujeitos à observação e à experiência como quaisquer outros fenômenos. Os nossos cinco sentidos, grosseiros instrumentos para perscrutar os imponderáveis, são todos os dias substituídos por aparelhos que vão gradualmente penetrando, desvendando essas coisas, na frase de Hamlet, existentes na Terra e nos Céus, e de que não cogitava a nossa vã filosofia.

---

[4] Wallace, *Les miracles et le moderne spiritualisme*, p. 64.

[5] *Ob. cit.*, p. 66.

Passando o espiritismo, assim, à categoria de uma ciência experimental, restaria a prova dos fatos.

Wallace, no capítulo do livro onde se trata da realidade objetiva das aparições, ou daquilo a que o vulgo chama espectros, refere-se a experiências de variada espécie, e enumera casos de fantasmas cuja objetividade se tem provado por meio de relações de espaço definidas, pela impressão por elas produzidas sôbre irracionais, pela produção de efeitos físicos os mais variados, deslocações, fusões, sons musicais, pela fotografia, pela comunicação a distância, pelas reações químicas, etc., etc.

A natureza dêstes artigos não me permite acompanhar as experiências a que alude o sábio naturalista, cujos escritos preferi aos de Aksakov, Delanne e outros, por parecer-me o representante dessas idéias mais digno de respeito, graças à sua serenidade, que já não é a mesma do sábio Crookes.

Não dissimularei, porém, a instabilidade de tudo quanto êle afirma, diante de uma única consideração que assalta o espírito mais desprevenido.

Se é verdade que os argumentos de Hume, Lecky e Tylor não convencem o mais desapercebido de conhecimentos filosóficos, não é menos certo que o experimentalismo espírita assume, por sua vez, um tom de verdadeira mágica teatral. Não é que daí se deva inferir a irrealidade dos fatos múltiplos, testemunhados por homens sérios, das experiências realizadas, sob a ascendência da doutrina espírita; mas sucede que, até hoje, ainda não houve análise quantitativa exercida sôbre aparições e espíritos; e enquanto lá não chegarmos, lícito será pôr de quarentena o caráter experimental da nova ciência, a que Wallace e Crookes juntaram o seu prestígio científico.

Por outro lado, há a considerar a questão preliminar dos fundamentos da certeza. Neste caso, teríamos de refazer Kant ou destruir o pirronismo moderno.

Medeiros e Albuquerque, que não crê no milagre, nem mesmo *naturalizado* à maneira de Wallace, em face dos fenômenos irrecusáveis que lhe puseram diante dos olhos, preferiu encarar o homem como um todo concreto, onde trabalha a idéia como uma fôrça capaz de produzir fôrças, agindo sôbre o ambiente.

L' homme n'est ni ange, ni bête, et qui veut faire l'ange, fait la bête. O autor do prólogo que analiso compreendeu êsse conceito de Pascal.

Fiquemos na possibilidade do desenvolvimento da fôrça que somos, a par de tantas outras residentes na Terra, mas com quem nunca podemos estabelecer conversa; e no que respeita a almas do outro mundo, vivam *in pace,* na cabeça dos que as geraram, enquanto não se provar a existência de duas substâncias diferentes, isto é, que o

espírito e a matéria não são aspectos de uma mesma coisa, solidária em todos os seus pontos de resistência, em tôdas as suas manifestações terrestres.

Êstes conceitos, porém, não significam que eu esteja de acôrdo com a teoria de Medeiros e Albuquerque.

"Tôda a idéia tende a transformar-se em fato".

Para que aceitasse êsse princípio, seria preciso que incorresse na confusão de considerar a idéia causa e não efeito, ainda mesmo admitindo a extravagante teoria de Feuillée e de Stricker, das idéias matrizes.

Nós não temos consciência alguma", diz o autor do prólogo à obra de Coste, "nem da localização das nossas idéias, nem do modo por que elas são executadas. Só conhecemos os têrmos extremos: 1.º, idéia de movimento a efetuar; 2.º, movimento efetuado.

"O que se pretende demonstrar aqui é que *tôda idéia tende a se realizar*:

"*a)* realiza-se normalmente no próprio indivíduo, quando êle pensa em executar um movimento com os músculos chamados voluntários, — isto é, — com aquêles que estão habitualmente sujeitos à vontade;

"*b)* realiza-se também no próprio indivíduo, mas em condições especiais, nomeadamente no hipnotismo, quando se trata de fenômenos que parecem escapar à vontade (elevação de temperatura, secreções, hemorragias, vesicações, etc.);

"*c)* realiza-se num corpo estranho, desenvolvido dentro do organismo, mas sem ter com êle nenhuma continuidade anatômica, quando se trata de um feto no ventre materno;

"*d)* realiza-se em ser diferente, no caso da sugestão mental;

"*e)* realiza-se na natureza, objetivando, criando, *realmente*, objetos e sêres, quando se trata das chamadas materializações espíritas."[6]

Nada há que opor à veracidade do fenômeno, tal qual o ilustrado crítico o descreve nesta página interessante. Mas, ou eu me engano, ou, no conjunto dessa exposição, há uma tautologia filosófica.

Das duas, uma: ou o escritor confessa-se um materialista dogmático, um decidido epicurista, ou então a *idéia,* que põe no início de todo o ato humano, é um elemento estranho, sobrenatural, — um ente independente, que intervém no corpo humano, pela forma por que o entendia Platão, de conformidade com a metempsicose que por algum tempo dominou a filosofia grega.

---

6 *Fenômenos Psíquicos Ocultos,* de Albert Coste. Prólogo. p. L.

Julgo, porém, que o equívoco de Medeiros e Albuquerque nasce de uma metátese muito comum.

Não se trata de *idéias,* mas de *estados.* E tôda a fôrça humana confunde-se com êsses estaados conscientes ou não conscientes.

IV

Os Anais, 12-1-1905

Que é a fôrça em si? Não há filosofia que o diga.

Todavia, essa fôrça, em nós, por nós e para nós, existe. Sentimo-la em tôda a sua plenitude, agindo, querendo, percebendo. E só o que temos como certo é que ela se resolve em sucessivos estados constituintes de uma personalidade.

São êstes estados, conscientes ou inconscientes, que se projetam, imprimindo, nas coisas, a forma exterior, no que exprime a vida. É a êsses estados, portanto, que poderíamos pedir a explicação de tôdas as modificações do ambiente que com os mesmos se relacionam, porque a idéia, o pensamento, também são relações entre êsses estados e o mundo circunjacente e de tais fenômenos seria inútil exigir palavra.

Penso, pois, que, a ser verdadeira a teoria de Medeiros e Albuquerque, dado que o indivíduo possa organizar, por influência física direta, a matéria ambiente, de maneira a imprimir-lhe essas formas sutis a que aludem os espíritas, mas não criá-las. Tirando-as do nada por um *fiat,* o motor dêsse, *milagre* nunca será a idéia, o pensamento, mas o homem, tomado como conjunto de energia, desenvolvível no tempo e no espaço, sem limites.

Tôda e qualquer análise que se tente efetuar, no sentido de decompor êsse conjunto, tem, como único resultado, dissipá-lo. É assim que, desde os filósofos vedantas até hoje, se realiza, ininterruptamente, a formosa lenda de Psique, tão brilhante na forma quanto profunda no intuito, que lhe incutiu o gênio de Apuleio. Acendida a lâmpada, o Amor evola-se, desaparece.

Kant, sem embargo dessa experiência dos nossos antepassados, tentou, na *Crítica da Razão Pura,* acender a lâmpada e erguer o véu que escondia a *coisa em si.*

Nós outros, pedestres da Filosofia, não podemos ir mais longe,

Se insistíssemos, cairíamos, como Roberty e outros descobridores do *monismo lógico,* nas soluções abstrusas da ficção universal.

Enveredar por essa selva selvagem e escura da filosofia, nunca! Seria preferível um mergulho na teoria do turbilhão, ou na *Mâya*, segundo a concepção hindu.

É o caso, então, de retroceder ao ponto de intercessão da vida, onde as circunstâncias puseram o homem pensante, e manter a lógica em equilíbrio entre a sombra e a luz. É inglório repetir o paradoxo de Nietzsche: tudo é permitido, nada é verdadeiro! Mais proveito haveria em apanhar-lhe a digna inspiração, quando, revoltado contra as teorias de Locke e outros filósofos inglêses, se arroja a dizer que êles reduziram o universo a uma máquina estúpida e sem expressão [7].

Na minha opinião, tanto se ilude o microscopista, que deduz a vida de um micróbio ou a considera uma fermentação andando, como desvaira Swedenborg, derivando de uma molécula da sua imaginação tôdas essas maravilhas que constituem a vida moral do homem.

"Não há, na Terra", diz o sueco iluminado, "quem não possua o Céu dentro de si. Daí se vê quanto engano existe em pensar que entrar no Céu é o mesmo que ser suspenso até à região dos anjos, seja qual fôr o estado de sua vida interior. O Céu, portanto, é um dom que cada qual recebe pela imediataa misericórdia de Deus, e nada influi, para os fins ulteriores, a existência de um céu fora de si. Há muitos espíritos que são dêsse pensar, e por isso mesmo, por sua fé, puderam transportar-se ao céu exterior. Dessa coincidência nasce tudo, porque o Céu existe em nós, e não fora de nós." [8].

Que demonstra essa eloqüência e a de tantos outros iluminados, antigos e modernos? Demonstra apenas que a lógica, que é um instrumento automático, posta a serviço da imaginação, é capaz de tudo, uma vez firmado um ponto de partida.

E se o pensamento fôsse, como diz Medeiros e Albuquerque, capaz de organizar diretamente alguma coisa material, fora de si, já há muito tempo que se teria obtido a materialização do céu e do inferno dos católicos.

Felizmente, apesar dos mil e novecentos anos decorridos, não houve ainda quem de lá voltasse, a não ser pelos processos lógicos de Jakob Böhm e de Swedenborg. E se a Idade Média não chegou a materializá-los fora de nós mesmos, dispondo os horrores do cilício, as torturas celestiais, as fogueiras da Inquisição e atiçando a ânsia de milhões de crentes, que os pediam e queriam furiosamente, pode-se afirmar que passou a oportunidade dessa materialização e não existe, no presente, mais quem tenha fôrça para reunir tantos milhões

---

[7] Nietzsche, *Par delà le bien et le mal*, § 252.

[8] Swedenborg, *Du ciel et les merveilles et de l'enfer d'après vu et entendu*, § 54. Trad. Le Boys de Guays, Paris, 1899.

de sêres em roda da selha de Cagliostro, para produzir a corrente mesmeriana.

Contudo, Myers pensa ter provado cientìficamente a persistência da personalidade de cada homem depois da dissolução do corpo. Por sutis demais, os seus argumentos e experiências não atingiram a lucidez necessária para produzir a evidência. Pouco percebi do que constitui a sua fôrça.

"Não é o cérebro", diz Lewis, "mas o homem quem pensa".

A consciência, que opera a soma de todos os infinitamente pequenos da sensibilidade, é a expressão psíquica da unidade orgânica [9]. Como conciliar esta verdade científica com a dualidade de Myers? isto é, como admitir que essa unidade orgânica se dissolva e que o homem pensante deixe de ser homem para ser alma do outro mundo?

Respondem os espíritas que, contra fatos, não há argumentos. "Somos experimentalistas", acrescentam; "e, quem quiser tocar em almas, apareça."

Estas experiências, como já vimos, não passaram ainda do campo puramente dos cinco sentidos em operação simples, e, portanto, — campo subjetivo. Não chegaram os espíritas à resistência reduzida a números; e se acaso declaram que espíritos escapam a essa operação, todo o edifício que até agora arquitetaram rui por terra, porque sem isto não se compreende ciência experimental.

São, todavia, evolucionistas. Com isso, nada adiantam...

Velhas concepções dos hindus já apresentavam o espírito num eterno *devenir*. Que era a metempsicose senão a evolução dos espíritos para uma perfeição infinita?

Nos tempos modernos, Leibniz, cedendo a essa longa pressão do passado filosófico sôbre a dualidade das substâncias, inventou a harmonia preestabelecida. Não havia outro meio de conciliar a vida com a morte, uma vez reconhecida a existência de um mundo de espíritos.

Mais corrente, talvez, Swedenborg aventou que a Terra era um reflexo permanente e simbólico do céu que se movia em Deus.

Tôdas essas maquinações, porém, não passam de romances filosóficos, prestigiados pela elevação dialetal dos gênios que os compuseram.

No fundo, tais sistemas de idéias não são melhores do que os que, agora, o interessante romancista inglês Wells anda traçando a propósito das fôrças da humanaidade do futuro.

A lógica é, de sua natureza, arquitetônica; é a construtora de mundos imaginários, por excelência. E nenhum romancista excedeu

---

[9] Bourdeau, *Théorie des sciences*, II, 563.

ainda o engenho de Platão. Foi êle que lembrou o demônio de Sócrates e pôs à conta de Alcibíades a mutilação da cauda do seu cão. Também inventou a Atlântida. Não há que admirar, assim, que os filósofos, uma vez chegados a êsse ponto da razão experimental em que a luz começa a bruxulear, comecem do mesmo modo a sentir-se atraídos para o grande *heureka,* que a Edgar Poe valeu a construção do seu poema matemático.

Terminarei transcrevendo um pensamento de Pascal:

"O mundo visível é um traço imperceptível no seio amplo da natureza. Nada do que pensamos se aproxima dêsse incomensurável universo. Podemos intumescer, enchendo de vento, as nossas concepções, elevá-las além dos espaços imagináveis, não produzimos senão átomos, em prejuízo da realidade das coisas." [10].

---

[10] Pascal. *Pensées,* I, 1.

DOR

DE ESCRAGNOLLE DÓRIA

PUBLICAÇÃO EM *OS ANAIS*, RIO DE JANEIRO, ANO II, N.º 17, 2 FEVEREIRO 1905, PP. 67-68, E DATADA DE RIACHUELO, DEZEMBRO 1895. NO FINAL, O AUTOR ACRESCENTOU A SEGUINTE NOTA: "ÊSTE ARTIGO DEIXOU DE SER INSERTO COMO PREFÁCIO AO LIVRO CRITICADO POR MOTIVOS INDEPENDENTES DA MINHA VONTADE. FOI REDIGIDO HÁ 9 ANOS. NÃO HÁ MOTIVOS PARA ALTERÁ-LO. PUBLICO-O HOJE."

O livro de contos que o leitor vai percorrer é escrito por um môço já conhecido na imprensa desta capital, e que podia muito bem dispensar êstes dois dedos de prosa insípida e incolor.

Não se tratando, portanto, de uma cerimônia de apresentação, para a qual, aliás, confesso a minha inópia, pois que em casos tais chego até a esquecer o nome dos apresentandos, cingir-me-ei a colocar, entre a página de rosto do livro e o primeiro conto, meia dúzia de frases que traduzam rápida e sinceramente a impressão produzida em meu espírito pelo talento do autor.

Escragnolle Dória é um delicado. Seus mestres, no estudar os assuntos e na arte de dizer, foram os Goncourts. Esta influência não carece de ser demonstrada; o discípulo já a confessou, em bem cuidados artigos, publicados no *Jornal do Comércio,* sôbre a índole literária dos dois escritores franceses. Não é impunemente que se admira um artista de talento; no êxtase vai uma enorme absorção, e, quando menos pensa, o cultor de bela obra tem-se saturado dela, tem-se nutrido com sua seiva. O que seria para estranhar era que o autor de *Dor,* praticando assìduamente com os Goncourts, não adquirisse êsse parentesco intelectual.

Todavia, o estudo dos goncourtianos não lhe fêz perder a individualidade. Escragnolle Dória segue dòcilmente o próprio temperamento. Não é um impassível até a crueldade; nem a observação atinge, nos seus trabalhos, essa acuidade quase feroz, que matou o pobre Jules. Brando, sério, sincero, convencido, gosta de descrever atritos de almas primitivas em interiores domésticos e aristocráticos. No intuito de exprimi-los sem grandes resbuscamentos, êle procura produzir os efeitos mais pelas diferenças do que pelas analogias.

Cada conto dêsse livro tem o seu *leitmotiv,* — um sentimento sutil, que se entretece gràcilmente com os contrastes esparsos através da narração.

Narrando, o autor muita vez intenta gracejar; vê-se logo adiante que o gracejo não reside na estrutura de seu espírito: sempre emitidas a furto, raramente expansivas, as frases que o insinuam esfriam e dissolvem-se em uma ironia vaga, abortada.

Ironia, diria eu; acrescentarei: livresca. Por certo, não é de natureza lancinante como impressão nascida do *sunt lacrimae rerum;* antes, pelo contrário, essa ironia assemelha-se muito a uma cautela de delicado diante do mundo, mansa, sem hostilidades surdas, talvez benigna.

Explico os laivos do cepticismo inculcado em *Olga Perfection* pela vida do autor, educado em um meio diferente do comum, residindo em Petrópolis, e pelos contatos dos círculos diplomáticos. Quem não sentirá o efeito da displicência *high-lifeana* lendo *Miss Star* e *Lúcia Sourire*? Êstes contos revelam o tato e o conhecimento das conveniências da vida de salão. Tudo, nêles, transpira distinção social e esmêro de observador, cuidadoso e discreto, das reticências, sem as quais não se compreendem as relações, principalmente femininas, de pessoas habituadas a viver com os pés em Petrópolis e os olhos em Nisa. Esta e outras histórias, colecionadas no livro, dir-se-iam escritos por uma pena segura por dedos enluvados. Não me consta que Escragnolle Dória ande, em Petrópolis, permanentemente de luvas; aqui, na Rua do Ouvidor, ao contrário disto, tenho-o visto várias vêzes, em dias de chuva, envolvido em casacão de *cheviot*, xadrez marrom e amarelo manteiga, que lhe dá o aspecto de um judeu de Francforte. Seja, porém, como fôr, certo que algumas de suas composições ressentem-se de luvas, pelo menos no espírito.

Há um Arriaga no conto intitulado *Dor*, em que, segundo parece, o autor descarregou tôdas as suas intenções de artista. Na bôca dêsse *souffre-douleur*, colocou êle frases como estas:

– "Busquemos a verdade gemendo".

– "Não será mais doce respirar cem flôres do que desfolhar uma?"

Arriaga era "um investigador da beleza feminina; empregava a imaginação inteira evocando, na linha, no perfume, na forma das fibras de Eva a essência das idéias próprias; despia-as para vesti-las com as côres do seu sonho". E porque sonhava como artista em tôdas as coisas, Arriaga falhava a vida. Casado com uma mulher apática, imaginosa e, quiça, nevrostênica, um dia adoeceu do insucesso do seu romance *Último Amor*. Incompreendido pela espôsa e, por sua vez, não a tendo compreendido, êsse infeliz morre com um gesto de existência anulada pela insuficiência de correlações entre a concepção e a fôrça executiva e entre esta e o meio ambiente. Não creio que o artista pretenda endossar as torturas dêsse tipo até o fim. Desconfiança? Provàvelmente. Talvez preocupação do *chic;* ou, melhor, reminiscência do desastre de Jules Goncourt. Torturado rigorosamente pela forma, supliciado, precito – é que nunca. Faço justiça ao temperamento de Escragnolle Dória: pelos seus nervos não corre aura epiléptica.

Deixemos em Arriaga o que constitui simples veleidade. O Dória que eu vi à porta da *Semana*, em dia tempestuoso, sorrindo por entre o pêlo hirsuto do seu casacão de judeu, será incapaz de morrer como Keats, do mal de *Andrômaca*.

Vejamos a emoção. Neste capítulo haveria muito que examinar e discutir. Limitar-me-ei ao que ressalta da simples leitura.

De ordinário, o contista desdenha provocar no leitor qualquer emoção intensa; o seu intuito visível é fazer, de preferência, refletir. Como, porém, nem sempre a imaginação ou o fato observado oferece elementos que substancialmente sublevem a alma, sucede que o escritor vê-se impelido a usar das amplificações do estilo, e começa a brincar com os assuntos, em vez de desenvolvê-los. A pena esfuzia pelo papel, talvez iludindo a si mesma, e acaba por firmar conceitos, ora por conta própria, ora postos na bôca dos personagens; conceitos que inculcam compenetração superior à importância das teses propostas. A preocupação dos personagens em causa, muita vez é frívola, e acusa um desejo de entrar profundamente na esfera da clarividência psicológica. Não serei eu quem censure as pretensões de vários personagens do livro, num tempo em que tantos escritores se propõem a imitar Stendhal, ainda que se exponham, como o magistrado do romance de Dostoyevski, aos sorrisos de Raskolnikov.

Sem embargo disto, há contos de Escragnolle Dória que produzem larga emoção. Entre outros, citarei "Mágoa Eterna", história concisa e rápida do martírio de um doente a bordo de um transatlântico. A dedicação do irmão do infeliz passageiro, a morte dêste, a dor excruciante do primeiro, tudo isto desfiado através do ruído de bordo, no meio da eterna e límpida marinha do Oceano Atlântico e da alacridade de viajantes indiferentes; tudo isto o autor descreve em tom elegíaco, provocando uma sensação de soluço dentro da alma. Notarei outros contos que participam de iguais qualidades: "Sangue Iscariota", que é a história de uma traição entre duas irmãs que amam o mesmo homem, determinada inconscientemente por uma vesânia de temperamento; "Almas Honestas", em que se vê uma pobre mãe brutalmente apunhalada pela notícia do fuzilamento do filho nos acampamentos do exército brasileiro em operações no Paraguai, por ladrões, justamente quando pensava encontrá-lo glorificado na vitória.

O estilo de Escragnolle Dória não se ressente, senão raras vêzes, dêsse pontilhado cansativo, que caracteriza o dos goncourtianos. A frase corre espontânea e ataca o espírito do leitor de modo incisivo, salvo quando o autor, na ausência de assunto concreto, começa a criar, nas próprias tiras de papel em que escreve, de improviso, caracteres vazios de significação e, portanto, angustiados em paradoxos ou aforismos filosóficos.

A paisagem, a descrição dos meios é sempre rápida, e aparece como um complemento da psicologia do personagem. Um ligeiro toque na tela, um esfumado aqui, uma nota crua acolá, e aí tem o

efeito conseguido. O desenho merece mais cuidadas minúcias do escritor.

Todavia, páginas encontram-se no livro que manifestam a influência de uma prosa que tem invadido os rodapés dos jornais fluminenses. Refiro-me a certas historietas que o contista pretende narrar no tom íntimo da linguagem usada nas salas de jantar das nossas casas de família. Êsse tom não está de acôrdo com a índole de tal artista. Conversar à manga lassa, na liberdade do lar doméstico, não é o mesmo que dizer uma anedota picante ou notar um caso curioso em roda cerimoniosa, guardadas as conveniências exigidas pela cultura social.

Prefiro o Escragnolle Dória de luva de pelica.

O LIVRO DO PADRE SEVERIANO

(CARTA AO SR. VALFRIDO RIBEIRO)

PUBLICAÇÃO EM *OS ANAIS*, RIO DE JANEIRO, ANO II, N.º 20, 23 FEVEREIRO 1905, PP. 121-122, e N.º 21, 2 MARÇO 1905, PP. 141-142. APENAS A SEGUNDA PARTE ESTÁ DATADA: FEVEREIRO 1905.

Os Anais, 23-2-1905

O artigo da sua lavra, que acabo de ler no n.º 19 dos *Anais*, poupa-me ao esfôrço da análise a que teria de submeter o livro do Rev. Severiano de Resende sôbre a obra de Eduardo Prado, – livro que o autor me enviou, com a gentileza de expressão que os escritores de raça costumam pôr generosamente nos seus carinhosos ofertórios.

De acôrdo com tôdas as proposições nesse artigo emitidas, não só relativamente ao objeto da monografia, mas também à forma do estilo e à linguagem usada pelo Sr. Padre Severiano, não hesitaria em subscrever, sem discrepância, o seu trabalho, se não sentisse necessidade de acrescentar algumas reflexões sôbre o caráter extraordinário do biografado e ainda sôbre o mecanismo, sôbre a técnica estilística do escritor, em quem, desde logo, reconheci um terrível fundibulário da palavra.

O Sr. Padre Resende não escolheu mal o assunto para exibir os dotes de cultor da frase sediciosa e malcriada, cujos segredos astutamente procura surpreender.

E pela primeira impressão que recebi, desprevenido do seu livro apologético, posso avaliar que formidável orador sagrado se está ali formando, e que êxito se lhe antolha, caso as circunstâncias o coloquem num púlpito de ataque, como o Padre Júlio Maria, enfrentando livre-pensadores.

Falei em livro apologético. Nenhum brasileiro se prestava [mais] a um dêsses torneios, em que Orígenes e Tertuliano foram exímios, do que Eduardo Prado, recém-convertido ao Catolicismo, e por isso mesmo objeto de controvérsias no meio científico, do qual desertara com escândalo, sendo, ainda por cima, oriundo de uma família rica de dinheiro e, o que mais é, convencida, como foi a dos Andradas, da sua supremacia intelectual.

Não cheguei a conhecer Eduardo Prado senão de vista. Li, porém, todos os seus escritos; e começava a apreciá-lo justamente no momento em que *Frederico de S...* se manifestou um dos intelectuais brasileiros mais pessimistas que já se ostentaram em nosso meio, diante do advento do "15 de Novembro".

No que toca à raça, o que eu sabia era que todos os Prados eram notàvelmente dotados de inteligência, de gôsto artístico e, prin-

cipalmente, de instintos de grandeza. Quando estive em S. Paulo, em 1891, por ocasião de inaugurar-se o monumento do Ipiranga, mostraram-me o palácio e parque feérico em que ainda hoje reside D. Viridiana Prado, tipo de antiga castelã, que se não farta de criar em tôrno de si um mundo de arte e de aprazimentos, e de cujos gostos os seus filhos, sem exceção de um só, tornaram-se refletores intensíssimos.

Compreendo, hoje, porque o Dr. Martinho Prado foi um dos mais arrojados tribunos da terra paulista; porque Eduardo se entregou ao sibaritismo das viagens e depois apojou na angra da religião católica; porque o conselheiro Antônio Prado se transformou num construtor de cidades *yankees;* porque Caio Prado conseguiu, durante a sua rápida administração no Ceará, impressionar o retirante e governar, com aplauso, uma província onde a cada canto se encontrava um *frondeur,* um Paula Nei.

Todos êsses rebentos dessa família privilegiada tinham um sonho de grandeza. O Dr. Martinho Prado pensava no luxo e na grandeza das multidões dominadas pelo verbo de um Rienzi. Eduardo Prado sentia os estos do beneditino da arte e, nas horas de digestão ideal, imaginava, talvez, reconstituir a vida incomparável dos Médicis de Florença. O conselheiro Antônio, de todos, incontestàvelmente, o mais tranqüilo, cuidou em realizar uma obra de engrandecimento da região outrora perlustrada pelo gênio de Anchieta e a audácia dos bandeirantes, seus antepassados. Caio Prado, o mais nevrostênico dos quatro irmãos, apenas lhe confiaram o govêrno de uma província, imaginou-se um procônsul, como o fôra Cícero na Síria, e logo imprimiu na máquina da governança tal pressão, que já não escrevia; e não foi surprêsa vê-lo administrar pelo telégrafo, expedindo diàriamente mais telegramas do que o teria feito outro no decurso de dois anos.

Pois bem, era êsse mesmo Caio que, a um íntimo profundamente intrigado com a sua feição estética e com os seus arrojos e desembaraços administrativos, dizia o seguinte:

— Você mostra-se pasmo diante dos meus processos extravagantes de administrar e do meu feitio, no que toca às minhas singulares relações sociais, porque não conhece o Eduardo, que atualmente mora em Paris. Multiplique-me por 10 e tê-lo-á completo e acabado. Sou um pigmeu, em face das heresias e arcaísmos físicos dêsse meu irmão estupendíssimo!

E o Ceará-*moleque,* como lhe chamava o falecido José Mendes, o homem de mais espírito que já houve naquela terra; o Ceará, só porque Caio Prado regulava, em excentricidades, pela décima parte de seu irmão Eduardo Prado, admirou-o, amou-o; e, sendo um povo

intolerante, no capítulo do *snobismo*, consentiu que o seu presidente, imune de vaias, passeasse pelas ruas da capital montado em cavalo arreado à gaúcha, trotando como no Rio Grande do Sul, de cartola na coroa da cabeça, empunhando, à guisa de chiqueirador, um bengalão de castão de ouro fôsco.

Ora, Eduardo Prado, a menos que não falhasse o conceito do irmão amado, devia ter sido também um nevrostênico quinta-essenciado.

Viajou todos os continentes, comparou costumes, viu tôdas as cidades, ilustrou-se em tôdas as literaturas; por fim, fatigado do mundo, que se lhe afigurava sem interêsse, como espetáculo, deu fundo em Paris, a capital dos intelectuais e da galhofa, e, com o requintado artista Eça de Queirós, dispô-se a mudar de vida. Mas que vida podia ser, então, a sua, senão a dos sibaritas do arcaísmo?!

Os tempos andavam revessos às criações do pseudo-liberalismo, que fôra, no princípio do século XIX, o pábulo das almas cristãs e de eleição.

Em Paris, principalmente, a mocidade, sob os auspícios de alguns grandes escritores do tipo de Barbey d'Aurevilly, reagia contra a Revolução Francesa, contra o paganismo e contra a filosofia do livre-arbítrio. O resultado dêsse movimento, aliás contraditório, fôra dividirem-se os novos poetas e literatos em turmas, e começaram a emigrar, uns, para a devoção e para o culto de Maria; outros, para a arqueologia religiosa medieval; outros, finalmente, para a patrologia, em que as vidas miraculares dos santos ofereciam ricos assuntos para poemas e monografias deliciosas, sob a influência capitosa e, às vêzes, sensualizante, da mirra e do incenso: o que tudo não impediu que alguns dos moços, componentes dessas turmas, em face das senhoras, que se levantaram, desoladas, para fugir do incêndio pavoroso do Bazar de Caridade da Rua Jean Goujon, de Paris, abrissem caminho a rijos golpes de bengalas, alucinados pelo egoísmo, que o cavaleiro de Bayard fulminaria com o tremer dos supercílios.

Essa sociedade, que Eça de Queirós nunca deixou de examinar com os seus olhos de crítico malvado, para descrevê-lo como se se tratasse de um bando de faunos e silenos disfarçados ou de muito bons candidatos à opa *modern style;* essa sociedade que Du Parny teria, de boa vontade, incluído na sua *Guerra dos Deuses*, pareceu, a Eduardo Prado, o melhor dos retiros para um sibarita aposentado que, não obstante, desejasse manter a sua atividade cerebral até ao fim da vida.

Eduardo Prado era o paradoxo na literatura. Passá-lo para a política e para a fé não seria coisa muito custosa. Êste, portanto, não só se passou para êsse nôvo campo com armas e bagagens, mas

assumiu a atitude de quem se propunha a *viver lògicamente* o próprio paradoxo.

E, desde êsse instante, o escritor sentiu-se francamente livre para discutir com os teólogos questões interessantíssimas, como, por exemplo, estas: se o corpo de Cristo, depois de ressuscitado, conservava as cicatrizes do suplício, ou sôbre saber quais eram as ocupações de Deus antes da criação do mundo.

Bem se vê que só nessa atmosfera paradoxal de Idade Média podia Frederico de S... preparar a vida, que foi a sua última preocupação, do seráfico Santo Antônio de Lisboa.

Vê o amigo que eu tinha razão em dizer, no princípio desta carta, que o Padre Severiano escolhera ótimo assunto para aparelhar o pulverizador do seu estilo. Era só enchê-lo de perfumes capitosos, diluí-los na essência Prado, entontecer o leitor e, por outro lado, atacar os que, em vida, tinham xingado o insigne autor da *Ilusão Americana*.

Ora, é no próprio livro do Padre Resende que eu encontro, a respeito da Ex.ma Sr.a D. Maria Amália Vaz de Carvalho, o juízo de que esta senhora era uma atrapalhada.

Se bem entendi, êsse têrmo, aplicado à escritora portuguêsa, quer dizer apenas que ela tem uma psicologia complicada, — digo mal, — uma psicologia furta-côr.

Não serei tão injusto que repute Eduardo Prado um *atrapalhado*, no sentido furta-côr; mas, com certeza, êsse espírito foi muito complicado, como todo o verdadeiro intelectual; — bonachão nas formas exteriores, como Renan; profundamente céptico e, por isso mesmo, aparentemente tolerante, quando, no fundo, a sua indignação era holoférnica, desde que algum tolo pisava nos calos da sua fantasia.

Pois bem, o Padre Severiano de Resende, que é da mesma espécie, não podia deixar de enamorar-se dêsse talento, cheio de reticências e de elipses interiores sôbre os dogmas da Igreja Católica.

— É o meu homem! disse consigo mesmo; a guai! de quem se arrojar a contestá-lo, porque, contestando-o, contesta os seus próprios talentos.

E então, esquecendo a sua filiação literária, que é a mesma de Barbey d'Aurevilly, de Vogüé, quiçá de Huysmans, irmãos de leite ou afilhados do autor da *Vida de Jesus*, e que ainda se confessam e comungam *avec un petit diable assis au coin des lèvres*, o crítico brasileiro busca explicar a santidade da *Vida de Santo Antônio de Lisboa* pelos crimes e pelo satanismo daqueles que da sua obra blasfemaram. O processo é engenhoso; e aqui o declaro francamente: eu, no seu lugar, faria a mesma coisa.

Foi Renan quem enriqueceu a ironia de Eduardo Prado com o flúor das idéias religiosas; pois Renan que tome aqui para o seu tabaco.

O Sr. Barreto meteu-se a contrastar o seu cientificismo com a nova fé dêsse Juliano *à rebours;* pois que êsse doutor ateu se recolha aos bastidores e não pretenda mais tomar vinganças de percevejo, porque, como bem disse Voltaire, êsse mau vêzo é privilégio dos jesuítas, que, de parceria com êsse interessante inseto, invadiam os leitos de Luís XIV, interrompendo os seus colóquios religiosos com a gravebunda Maintenon.

Uma senhora portuguêsa, grafomoníaca, cogita em dar lições de filosofia a um morto ilustre; essa senhora receba um conselho útil: não seja trapalhona; cuide nos filhos, se os tem; pesponte sua costura, se aprendeu a manejar a agulha; cozinhe castanhas para as visitas, se as recebe; mas não diga barbaridades sociológicas em frases cloróticas, porque, de mulheres atéias e que negam a virgindade de Maria, temos de longe conversado.

Os Anais, 2-3-1905

Não andei mal classificando o Rev. Severiano de Resende de "terrível fundibulário da palavra".

Se ao seu temperamento os hábitos sacerdotais pusessem peias, teríamos um polemista valente de menos e um autor de homílias de mais.

Ora, eu estou perfeitamente de acôrdo com Rémy de Gourmont, crítico de que, aliás, divirjo em outros pontos, quanto afirma que o estilo é uma "especialização da sensibilidade".

É vulgar dizer-se: aquêle escritor agrada-me porque sabe pôr tôda a sua alma no que escreve. Isto significa que não há prosador enquanto escravizado aos livros que lê; pois os autores prediletos devem servir, tão-sòmente, de trapézios em que o aprendiz de estilo procure exercitar os bíceps do espírito. Uma vez, porém, adquiridos os hábitos de pensar e de dizer, não há mais razão para que ande êle a esgaravatar a memória, à cata de imagens ou de frases alheias, com as quais exprima as suas sensações próprias.

O autor do livro *Eduardo Prado* não ilude a quem quer que folheie as páginas dêsse seu trabalho. Desde as primeiras linhas, reconhecerá que se trata de um môço para o qual o sacerdócio constitui um acidente; porque o que mais lhe interessa é a arte de dizer, junto ao exercício da faculdade da imaginação e à cultura do que existe de mais estranho na vida social: a curiosidade das formas.

Com certeza, o Padre Severiano freqüentou, no seminário, as *Confissões de Santo Agostinho.* Mas não menos certo parece que a vida mística e as práticas ascéticas não o atraem senão como aspectos poéticos da religião.

Seu espírito curioso vê-se, a todo instante, seduzido pelas correntes mais irritantes do século, pelos progressos das grandes cidades, onde fulgura a beleza sob as suas formas mais irisadas; mas também o gênio do pessimismo ousa cochichar-lhe ao ouvido que existe alguma coisa de imponente em ascender à tribuna sagrada ou ao púlpito da imprensa religiosa para, à imitação de Lacordaire, de Ventura de Raulica, de Monsabré, de Montalembert, de Donoso Cortés, padres, uns, publicistas, outros, trovejar contra as iniqüidades da civilização, contra as abominações do paganismo atual, contra os desvios do gôsto cristão, pervertido pela falsa piedade.

Para êsse efeito, cuido eu, — e o digo sem lisonja, — que o autor do livro *Eduardo Prado* encontra em si massa plasmável e dócil aos intuitos proféticos da religiosa modernidade.

Proféticos, disse eu, e não o fiz sem intenção, convencido, como estou, de que, se o Rev. Severiano estudar Ezequiel, o qual, segundo ensina Ed. Reuss, foi, de todos os agitadores da Judéia, o que menos se afastou do caráter sacerdotal, encontrará, na correspondente literatura, inspirações tremendas contra os poderosos, que pervertem a Terra, "à semelhança daqueles homens-reptis, que têm as costas voltadas para o templo do Senhor e as caras viradas para o Oriente, em adoração ao sol nascente". (Eze., VIII, 16).

Então poderá o autor do livro de que me ocupo sair a campo com aquêles terríveis, ao mesmo tempo deslumbrantes, querubins, que o profeta fazia desfechar olhares flamejantes sôbre os abomináveis pecados de Judá.

O Rev. Severiano, nesta passagem, está, segundo vejo, em perfeita conformidade de ideais com o intolerante Frederico de S... A democracia, principalmente a das repúblicas sul-americanas, na sua opinião, não se acha muito longe de transformar-se na bêsta do Apocalipse. Não serei eu quem lhe negue o direito, aliás legítimo, de profligá-la *unguibus et rostris,* de combatê-la com tôdas as fôrças de sua alma, *sediciosamente,* como o faziam, em Judá, os Ezequiéis, os Malaquias, os Daniéis.

De outra maneira, o autor não teria estilo. Ou o seu estilo converter-se-ia no estilo da maioria dos escritores eclesiásticos, — estilo de água benta, em que se sente o perfume das essências sacras estragado pelas secreções cutâneas deixadas pelos dedos das devotas na pia presbiterial; ou o escritor do livro ver-se-ia obrigado a despir as vestes sacerdotais para, livremente, difamar a Espôsa de Cristo, como fêz o Padre Chiniquy.

Há ainda um recurso, que não aconselharia ao espírito, já demasiadamente carregado de paradoxos, do Padre Severiano de Resende. Refiro-me a êsse socialismo cristão, de que Leão XIII andou esboçando os primeiros lineamentos.

Se para lá o visse uma vez inclinado, então eu lhe indicaria a leitura da obra de Nietzsche, na parte que se ocupa, por exclusão, do Cristianismo e da sua influência sôbre a sociedade moderna, como doutrina igualitária e demótica, ao par da democracia, demolindo tudo quanto entende com os instintos do homem para a grandeza, para a nobreza, para o cavalheirismo da "super-humanidade". Está visto que a sua atenção se voltaria a Nietzsche para combatê-lo.

Nietzsche truncou Daniel e Ezequiel, cujos livros estudou demais. Ao autor do estudo *Eduardo Prado* não seria difícil suprir as lacunas do *Assim Falou Zaratustra* pondo, como eixo da evolução do homem-reptil para o homem forte das Escrituras, o espírito daquele Javé que aterrou Moisés falando-lhe de dentro da sarça ardente e plantou-lhe, depois, na fronte, os projetores luminosos que Miguel Ângelo converteu em chavelhos da sabedoria; porque, para a Renascença, nenhuma diferença haveria entre a grandeza intelectual do legislador do Sinai e êsse Pã, cuja morte o navegador do Mediterrâneo, fantástico como verdade histórica, ouvira proclamar, através dos ventos, pela voz misteriosa do espírito nôvo que se levantava no Ocidente.

Bem se vê que o Padre Severiano, nesse itinerário, que é o próprio da sua aspiração congênita, não terá lazeres para demorar-se em meditações aos pés dos santos de sua particular devoção.

Não lhe assentam nos lábios os cânticos femininos do culto de Maria; nem é provável que o tenham encontrado pedindo o socorro para todos os fracos: *Juva pusillanimes! Refove flebiles?*

Para outros temperamentos desceram dos céus as doçuras daquela "oração do quarto grau", que Santa Teresa descreve em suas *Memórias* com entusiasmo nunca visto e que a penetraram de uma sêde de Deus inextinguível. O amor seráfico, cujos dardos queimam e, ao mesmo tempo, cauterizam as feridas deliciosas que vão abrindo, fêz-se para as naturezas de angelitude e que, como as de S. Francisco de Assis e daquela santa extraordinária, nunca pecaram, *sed nupcialem gratiae vestem in baptismo susceptam fidelissime custodisse creditur.*

A sua combatividade humana, portanto, só lhe permite discutir com homens. Não lhe cabe, à maneira daqueles serafins, entreter polêmicas com o Diabo; e se êste lhe aparecesse, estou bem certo que, como Lutero, atirar-lhe-ia com o tinteiro à cara.

Não posso, pois, concordar com os críticos que acham a função do polemista incomparável com a mansidão do tipo do evangelista.

Numa época de confusão de sentimentos, em que muitos cidadãos católicos são incapazes de distinguir uma libra esterlina de uma hóstia, é natural que sacerdotes menos pacientes se exaltem e, tomados de indignação, não poupem, como em seu tempo não poupavam os profetas, "os salamistrões da ciência", e verberem, com o estilo-espada de S. Miguel, os falsos devotos da credulidade "rabejante e servil", equiparável à do "troglodita baboso diante do manitu fascinante".

Longa já vai esta carta. Devo terminá-la. Antes, porém, de pôr-lhe o fecho, consinta o meu amigo Valfrido que acrescente ainda duas palavras sôbre a linguagem, pròpriamente dita, usada pelo Rev. Severiano de Resende no seu livro. *No confunditur*. Quando me refiro à linguagem, afasto, um pouco, a questão do estilo, o qual, como há cem anos dizia Buffon, prende-se ao movimento da alma, e, como muito bem lembrou o citado Rémy de Gourmont, é uma especialização da sensibilidade.

Não trato disto agora; mas da estática do discurso, isto é, dos seus elementos somáticos.

O escritor, para traduzir o seu pensamento não se serve ùnicamente dos impulsos de sua alma original. Êle precisa de um instrumento, e êsse instrumento, que é a linguagem da região onde recebeu a vida, possui modalidades gerais em que está impressa a alma do povo ou dos habitantes dessa região. Desconhecê-lo importa o mesmo que ser cego ou surdo-mudo. O pretendente a escritor, se a não aprender, não disporá do único veículo capaz de estabelecer comunicação perfeita entre o seu espírito e o da coletividade.

De semelhante fato resulta uma conclusão, e é que o escritor que não se utiliza da linguagem viva do seu tempo será um mau escritor, ou, pelo menos, um escritor incompleto.

Estas palavras vão com vista aos arcaizantes.

Não pode, portanto, haver maior absurdo do que buscar as formas sintáticas da língua em que escreviam, por exemplo, os quinhentistas. Êsses homens não podiam pensar como nós hoje pensamos. O período dos seus discursos ressentia-se, assim, de uma construção que era muito própria das hesitações, perplexidades e crendices de sua alma atrasada. Daí uma rigidez de frase e um encadeamento sistemático de palavras, de tropos de imagens que, na atualidade, quando a vibração do espírito insofrido do homem necessita mais da sugestão do que da explicação, tornam-se grilheta, perturbam os haustos do escritor moderno, se é que não o esterilizam na contemplação das origens da linguagem, à guisa dêsses calígrafos, que gastam a maior parte do tempo em preparar a pena de ganso com que hão de lançar no papel as letras iniciais das iluminuras.

Longe de mim a idéia de desprezar as fontes do passado. Mas os processos de estudo daquele instrumento não devem ultrapassar certos limites. A sintaxe de Rui de Pina, ainda a de Frei Luís de Sousa, difìcilmente se acomodarão ao tumulto do frasear moderno.

Não direi o mesmo do vocábulo arcaico restaurado, quando supre deficiências do vocabulário atual. Todavia, parece-me indispensável que tal restituição se faça com as que ainda podem ter vida por contágio dos seus irmãos mais moços.

"A palavra", diz Darmesteter (*La vie des mots,* p. 37) "é a serva da idéia; sem idéias, não há vocábulos; e não passarão êstes de um vão agregado de sons. Da mesma maneira, a idéia pode existir sem palavra; apenas, ela permanece no espírito, em estado subjetivo, deixando, por êste modo, de fazer parte da linguagem".

Ora, é exatamente o que se dá com o vocábulo arcaico, desde que êle não recebe do ambiente da frase, por contágio, um fulgor de novidade.

É triste, realmente, que um leitor de mediana instrução tenha de recorrer, a cada instante, ao dicionário, às vêzes a Bluteau e a Santa Rosa de Viterbo, para decifrar o pensamento que nos oferece o estilista em frase roncadora, altissonante, quanto nada, sibilina.

E direi mais que não se observa êsse fenômeno sòmente em arcaizantes, mas também em brasileiros muito acostumados aos portuguêses de hoje. Em alguns dêstes, tenho surpreendido o uso de vocábulos que, por uma lei muito conhecida em lingüística, perderam a acepção primitiva no Brasil e que, uma vez utilizados com êsse primitivo significado, perturbam o espírito do leitor de um modo inexorável.

Por exemplo: chamar, num romance sertanejo, de "cachopa" a uma môça roceira; dizer que seu Maneco de Meia Ponte comprou um magnífico "casal"; contar uma história passada na "quinta" do Juca Tropeiro; ostentar outras manigâncias dêste padrão é truncar o pitoresco nacional, errando contra as leis mais sagradas da expressão vernácula.

Estas ponderações querem apenas dizer que, na linguagem utilizada pelo autor da polêmica sôbre Eduardo Prado, notei uma ligeira tendência para êstes desvios. Há, nas suas páginas, estratificações do Padre Antônio Vieira, de Herculano, de Camilo Castelo Branco, de Rui Barbosa. Creio que não lhe fizeram mal; o primeiro, principalmente, constitui um manancial inesgotável de antíteses e construções paradoxais, tão vivas ainda hoje, que não se estranha pretendesse o Santo Ofício metê-lo em carocha e sambenito.

É preciso, porém, que o Rev. Severiano não se afoite a enamorar-se da sintaxe rabuda, de manto longo, que foi a mania dos antigos, porque quase todos escreviam como se pregassem do púlpito

da igreja, com a regra de Quintiliano debaixo da língua e os olhos postos na distribuição do discurso pelos quatro cantos da nave do templo.

E, todavia, penso ser o conselho inútil, porque o autor do livro que analiso é bastante ardente, tem suficiente fôlego polemista para que se não atenha a arcaísmos; máxime porque os escritores da sua têmpera precisam, antes de tudo, de ser claros, clangorosos, rutilantes, brandindo o estilo como o cavaleiro brande a lança, de frente, sem circunlóquios, afundando-a até o conto.

Do confrade em letras e amigo.

Araripe Júnior

FLAUBERT

PUBLICAÇÃO EM *ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER*, RIO DE JANEIRO, 1905, PP. 282-283.

O grande defeito dêsse escritor foi um pessimismo epidérmico. Digo epidérmico, porque êsse pessimismo não tinha por base uma concepção filosófica, nem o conhecimento do que há de transcendente na alma humana. O pessimismo de Flaubert resultava da fraqueza de caráter, fato que se refletiu em tôda a sua obra.

Diz Faguet que Flaubert era produto do orgulho e da timidez. Concordo, em parte. É, todavia, indispensável que a tal fenômeno se adicione a sua incapacidade quase completa para os trabalhos de síntese social; faculdade que E. Zola possuía em grande escala.

Não há uma só página de Flaubert em que se pressinta preocupação sôbre os destinos das sociedades, nem ainda na *Tentação de Santo Antônio.* Restaurando a vida de Cartago, na *Salammbô,* escapou à sua curiosidade justamente aquilo que, do modo mais soberano, atrairia espíritos como Goethe, Michelet, Mommsen, Schiller, Taine, Swinburne.

Daí as lacunas de sua obra; e também a limitação do seu realismo aos caracteres médios e aos aspectos baixos da vida quotidiana.

É bastante conhecida a sua repugnância pela política e pelo estudo dos caracteres, em que mais se acentuou o gênio de Shakespeare (Ricardo III, Júlio César, Henrique IV, Macbeth), — os ambiciosos de dominação. Sob êste ponto de vista, que mesquinha figura é a de Amílcar, pintado na *Salammbô!*

Impessoalidade do artista! Dela fazem grande cabedal, não só o escritor de *Mme. Bovary,* como o aludido Faguet. Vai nisso uma ilusão.

Não conheço romancista menos indiferente, menos objetivo do que Flaubert. Os seus livros porejam-lhe, a cada frase, a alma inteira.

Pouco importa, para o caso, o processo de aturada observação de que se utilizava êsse pintor da vida. O que êle procurava, quando procedia à análise dos fatos, era o *documento subjetivo,* — a sensação original.

O romancista via-se incessantemente forçado a buscar a identificação do objeto com o sujeito, do fato observado com a sensação inicial; e como esta se produzia com a violência própria dos temperamentos irônicos, orgulhosos e implacáveis, a conseqüência não podia ser outra senão a eliminação do fato pela hipertrofia dessa mesma sensação.

É certo que Flaubert suprimiu sistemàticamente de seus livros o vêzo dos românticos de emitir juízos diretos sôbre os personagens, expendendo opiniões arbitrárias sôbre o caráter de cada um.

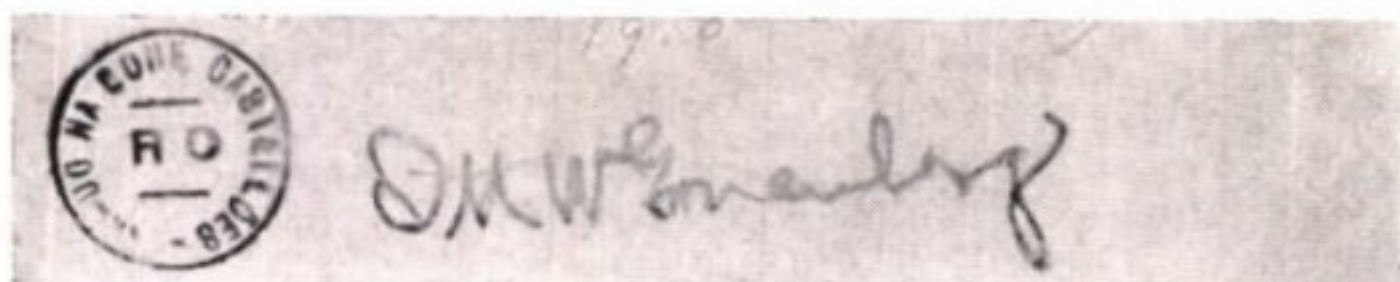
Ao contrário disto, êle os colocava em cena como se fôssem livres, encadeava lògicamente os acontecimentos, fazia-os falar de acôrdo com a natureza dêles e apresentava-os, no ato de se determinarem, coagidos por motivos inelutáveis.

Tudo isto parece o que há de mais objetivo na exposição da vida real.

Pois não é. A alma do artista era a causa única dessa sensação de realismo. Tais personagens são puros produtos de uma evolução lógica realizada ùnicamente no cérebro do autor.

Reflexo da vida burguesa, observada com insistência, os romances de Flaubert são muito mais sonhados em suas particularidades, nos incidentes minúsculos da ação dramática, do que quanta fantasia desordenada tenha saído do cérebro de poeta imaginoso.

Os livros de Flaubert, tomados em conjunto, não revelam o estado febril da mente de quem os compôs; mas qualquer dos seus parágrafos, porque foram observados e meditados em plena sublevação da ironia, característica do temperamento do escritor, são a febre artística na sua expressão mais eloqüente, — a exaltação das banalidades ou torpezas da vida comum, levada ao cubo por um espírito aristocrata e elegante, que se aprazia em filtrá-las através das sutilezas de uma psicologia não raramente convencional.

RAUL POMPÉIA

Silhueta de Araripe Júnior tirada em 1910, um ano antes de sua morte, na confeitaria dos Castelões, como se lê no carimbo que figura, em baixo, à esquerda

Ainda sangram as feridas produzidas nos corações dos amigos pela desaparecimento dêsse original escritor.

As minhas relações com Raul Pompéia datavam de 1881. Nessa época, êle, a um tempo, terminava o curso de estudos secundários e surgia no mundo das letras com o seu livro *Uma Tragédia no Amazonas.* Logo depois vi-o seguir para São Paulo, onde formou-se em Direito e onde fêz também, ao lado de Luís Gama, a campanha abolicionista. Estudos jurídicos, literatura, arte, tudo isto não o agitava tanto como a questão incandescente dos escravos; foi a paixão pela liberdade dos negros o primeiro tufão que varreu a tranqüilidade dessa alma de poeta. Raul Pompéia, pois, deixou-se arrastar pela propaganda; febril, aparecendo em tôda parte, identificado com a causa, bateu-se, corpo a corpo, braço a braço, com escravagistas, obstinado, e, como todos os obstinados, mostrou-se incapaz de retroceder, de transigir, de aceitar protelações. Se o abolicionismo fôsse esmagado, é bem provável que êle perecesse nessa ocasião. A vitória, porém, do seu partido, e o aniquilamento dos escravocratas, pacificaram-lhe o espírito, reconciliando-o com as verdadeiras aptidões do artista e do homem de letras. O tirocínio de São Paulo tinha-o, todavia, vacinado. O contato de Luís Gama, natureza exclusivamente de combate e de agressão, pusera nessa alma virgiliana, criada para tôdas as doçuras da poesia, talvez para o bucolismo das *Geórgicas,* tonalidades estranhas, que se traduziram, a princípio, na irrequietude do psicólogo.

Raul Pompéia, que estava fadado para desenvolver num campo mais vasto o tema das *Canções sem Metro,* em estilo transcendente, alando-se sempre para o ideal rosicler da vida, Raul Pompéia deixou penetrar na esfera da sua atividade psíquica um raio de pessimismo. Míope fisicamente, êle, que fôra obrigado, durante a campanha aludida, a sentir a imundície humana, buscou ver as coisas de perto, e então, tudo quanto durante a juventude de colegial se estampara em sua memória, surgiu de súbito em seu espírito como uma revelação terrível. A criança, como disse um filósofo, é o pai do homem. Raul Pompéia recordou-se de que, no colégio, vira, em esbôço, tôdas as maldades, vícios e defeitos que tumultuavam na sociedade por êle agora diretamente observada, e desta surprêsa nasceu o *Ateneu.*

Não repetirei aqui tudo quanto escrevi sôbre êste livro notável, em 1889, numa série de artigos publicados no *Novidades* *. Lembrarei apenas a impressão que me causou Sérgio, o herói do livro. Êste singular personagem há de ter grande importância para os futuros biógrafos de Raul Pompéia, porque, nas suas falas e cogitações, o autor depôs muitos traços do próprio caráter. Do mesmo modo que na *Casa dos Mortos,* de Dostoyevski, no *Ateneu* encontra-se a alma do romancista amalgamada com as impurezas do meio em que viveu, mas nunca identificada com êsse meio, ao contrário, sempre sofrendo do seu contato, sendo por êle hostilizado, de outras vêzes ameaçado de assimilação, torturado, rebelde, nunca convencido.

Quaker literário, o Raul dessa época, o Raul que vibrava diante das páginas de Maurice Barrès, *Sous l'oeil des Barbares,* expressava as suas idéias tanto sôbre o caráter do homem como sôbre a constituição da sociedade de uma maneira sobreaguda e mortificante. Êle *enlouquecia* na análise dos fenômenos psíquicos, quérulo, dia a dia, hora a hora, entre o fato e a forma exata que o devia revestir; virava-se pelo avêsso como o pólipo, e mostrava o aparelho interno funcionando a descoberto; e tudo isso comunicava-se ao Sérgio do *Ateneu,* que, em última análise, era um exemplo palpitante da luta pela vida do caráter e pela autonomia de uma formidável mentalidade.

A êsse Sérgio, quando entrara no colégio, como para o Labirinto de Creta, dissera o pai: "É preciso não ceder, — *be a man!*" Acaso nestas palavras, e nesta situação, não está descrito todo o Raul Pompéia que nós conhecemos e que vimos, no último período, debatendo-se contra o que êle chamava o sindicato da desgraça nacional?

Naquele livro primoroso, pois, encontra-se a alma inteira, virginalmente traduzida, do literato que, a 25 de dezembro de 1897, fechou voluntàriamente os olhos à luz da arte, que, para êle, fulgurava num mundo incompreendido. Essa arte que êle tanto prezava e que podia tê-lo salvado no momento da suprema angústia, por que se obumbrou e empalideceu, deixando-o morrer, No entanto, há palavras, no *Ateneu,* que, segundo parece, se obliteraram da sua memória, quando o Calibã, que encontramos na vida rude de todos os dias, sugeriu-lhe a idéia do trespasse. Embora a sociedade, para êle, não passasse de um ouriço de puas invertidas, e o Brasil, em 1888, se lhe afigurasse um "charco de 20 províncias estagnadas na modôrra paludosa da mais desgraçada indiferença"; embora a função do nacional não fôsse senão o constante "triturar a

---

* V. Vol. II. da presente edição, pp. 124-177.

vida por igual, como um osso, pacientemente, de rôjo, sôbre o ventre, como cães ao pasto": desde que a arte permanecia soberana e havia um artista para dar movimento à solidão, e de fôrça sugestiva bastante para reagir, afirmando a sua existência pela tela, pela estátua, pelo pórtico, pela tribuna, pelo jornal, pelo livro, a vida valia a pena ser vivida; e por êste modo, aos intelectuais se ofereceria uma região dourada, calma e feliz, para onde se pudessem refugiar, evitando o charco e libertando-se das contingências mundanas.

Por que o autor do *Ateneu* não se evadiu, no instante da descrença, para os Elísios que a sua imaginação de artista idealizara? Por que êsse poeta, que, por igual, manejava o escopro do estatuário e o lápis do desenhista, não se defendeu das obsessões do mundo que o enfastiava, encerrando-se no seu *atelier* e entregando-se às criações do belo? Preferiu arrostar as urzes do caminho empreendido através das agruras da política. Como puro, que era, envolveu-se no manto de uma convicção inabalável, colocou o coração na custódia de cristal do patriotismo e ousou atravessar as turbas irrequietas e injustas; e porque não previa os rochedos antepostos a essa marcha retilínea, tropeçou e viu despedaçado o cristal em que as suas ilusões encerravam-se como num sacrário vedado aos profanos e cinzelado pelo entusiasmo e pelo amor!

Entretanto, depois da revolta de 6 de setembro, Raul Pompéia, apesar do *pânico literário,* que era uma das características do seu talento, mostrava-se a alma mais alegre, ruidosa e festiva que eu conhecia na Rua do Ouvidor.

Os fatos mais triviais se lhe apresentavam sob um aspecto extraordinário; e era uma delícia vê-lo colori-los com as côres de sua alma original, ingênua e adorável.

Ainda tenho presente na lembrança o esplêndido folhetim falado que um dia, às três horas da tarde, naquela mesma rua, êle esboçou, por ocasião de encontrar defronte de uma vitrina uma americana de quinze anos de idade, desembarcada havia pouco, e que perambulava, em companhia de um irmão, em cata das curiosidades do país. Raul Pompéia, apenas descobriu a gentil menina, teve um gesto de espanto e consertou o *pince-nez.* Com efeito, a espécie da mulher que ali estava, despercebida dos olhares indiscretos que a bombardeavam, era o que se pode chamar uma vitória da fauna humana. Saúde, vida, fulgor, formosura, proporções, energia, graça, tudo, enfim, quanto constitui o tipo, não da Vênus voluptuosa, mas da Minerva Victrix, tudo se achava reunido naquela estátua viva, para impressionar, digo mal, para esmagar o brasileiro, de ordinário habituado e sensualizar-se diante de todo espetáculo da beleza feminil. De um golpe de vista, o autor do *Ateneu* fêz a aná-

lise daquela escultura de carne, e, ao mesmo tempo, percebendo a concupiscência dos olhares que a envolviam, entrou numa irritação tremenda contra êsse traço da índole nacional.

Era o ídolo americano que ali fulgurava, representado por um de seus muitos exemplares. Correto, senhoril, soberano, cingia-o o peplo de respeito que infunde o olhar sereno e casto da virgindade forte. Então o crítico teve uma frase felisíssima.

— Vejam os cinocéfalos, no Pártenon, a conspurcarem com os olhos, na sua impotência estética, a estátua irradiante e indiferente de Palas Atena.

Rimo-nos todos nós que o acompanhávamos; e como a gentil americana seguisse o seu caminho, ficou Raul Pompéia a compor uma *canção sem metro* em que a Ligéia de Edgar Poe dava o tema; os perfumes e as côres da flora brasileira ofereciam a encarnação.

Durante o ano que precedeu ao movimento político de 1893, Raul Pompéia tivera uma idéia feliz, a de fundar um clube, sem estatutos, sem organização, sem presidente, o qual, sob o pretexto de um jantar mensal, proporcionasse a meia dúzia de homens de letras reuniões regulares em que se conversasse sôbre arte. Êste clube funcionou por mais de um ano. Dêle faziam parte Lúcio de Mendonça, Rodrigo Otávio, os dois Magalhães, Artur Azevedo, Urbano Duarte, João Ribeiro, Pedro Rabelo, Capistrano de Abreu, Henrique de Sá, Xavier da Silveira, Delgado de Carvalho e o autor destas linhas.

A regra era esta: — na primeira sexta-feira de cada mês reuniam-se os sócios em hotel préviamente escolhido e banqueteavam-se sem cerimonial, à brasileira. Raul Pompéia, como muito bem disse algures Lúcio de Mendonça, era sempre o mais jovial e o mais traquinas: o *enfant gâté* do clube. Suas eram as invenções mais originais. No banquete de que foi encarregado Rodrigo Otávio, pregou-nos uma surprêsa. Como os chineses estavam em causa, êle lembrou-se de adornar a sala a caráter. Não houve à mesa ninhos de salangana; mas, em compensação, leques, figuras, paliteiros, tudo era chinês; das paredes pendiam caquemonos, improvisados em telas de cetim branco e amarelo, pintados a tinta de escrever, representando dragões, guerreiros e cegonhas, reminiscências das clássicas figuras do pintor japonês Utomaro. De ordinário, nesses ágapes literários sobressaíam, pelo espírito, dois convivas; naturezas completamente diversas, Raul Pompéia e Artur Azevedo se completavam, dando às nossas festas intelectuais uma frescura e juvenilidade encantadoras. Se, por um lado, o autor do *Ateneu* fustigava a nossa inércia com esfuziadas imprevistas, paradoxais, o comediógrafo dos *Noivos*, quando de veia, pulverizando as palestras de anedotas e

pequenas comédias, quase representadas ao vivo, provocava risadas incoercíveis e uma alegria molièresca inextinguível. Infelizmente, tudo isto acabou, e, dos rabelaisianos, o mais vivo e convicto, a alma do clube, enfim, desertou para as regiões do *Além*, como dizem os nefelibatas, sem nos dizer adeus.

A sua última proposta no clube fôra que se desse um banquete no próximo carnaval, no refeitório de um convento, verdadeiro ou ficto, em homenagem ao cura de Meudon, padroeiro da sociedade. Os sócios apresentar-se-iam em hábitos franciscanos e falariam em latim ou no jargão de Rabelais. A idéia não se realizou, porque o clube dissolveu-se; aquêle festivo pantagruelismo convertera-se nas sombrias preocupações de um nôvo Brutus.

O último ano de vida foi, para Raul Pompéia, um ano de absorção política. O Brasil transfigurara-se em Panúrgio. O riso, em seu rosto, não exprimia mais as esperanças nutridas por um próximo futuro de venturas. A *verve* derramava-se-lhe num desalento infindo, e, quando acesa, traduzia-se em caricaturas, que corriam de mão em mão, e nas quais o estrangeirismo hostil à nação era zurzido de um modo implacável, formidoloso.

A morte deixou em meio caminho o trabalho dêste obreiro estrênuo da arte, o qual tudo sacrificou ao amor da pátria. Resta que algum amigo dedicado, recompondo os fragmentos que existem no seu espólio literário, erga um monumento à memória de um dos espíritos mais originais que têm vivido nas terras dos Brasis. * e **.

---

* Esta forma, freqüentemente usada por Araripe, foi alterada, na transcrição da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, para "na terra do Brasil".

** Trecho de carta de Araripe Júnior a João Ribeiro (então em Berlim) sôbre a morte de Raul Pompéia:

. . . .

"Não posso referir-me a essa desgraça sem tremer. Os amigos estamos inconsoláveis.

Pormenores, para quê? És psicólogo; avaliarás das causas. As imediatas não têm valôr.

Todavia, imagina que no dia 14 de dezembro, o Raul jantava comigo; no dia 22 separávamo-nos, depois de longa palestra, no ponto dos bondes; a 25 o nosso amiguinho suicidava-se. Nada denunciava o perigo.

Foi pelo *País* a 26, pela manhã, que tive em casa a fatal notícia. Fiquei estúpido. Vesti-me, corri à residência da família, e mal tive tempo de ver-lhe o rosto pálido e escaveirado, porque o entêrro ia sair.

Não pude acreditar que aquêle rosto sem expressão fôsse o mesmo do risonho, e espirituoso rapaz, que ainda não havia dois dias comigo palestrava sôbre estética e política!

Não falemos mais nisto. Parece tudo um pesadelo."

. . . .

O *Novo Mundo*, revista qinzenal ilustrada, 16-2-1896. Impressa em Berlim n. 4. Diretor: João Ribeiro.

TRATADO DE CIÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO ADMINISTRATIVO

PELO DR. A. O. VIVEIROS DE CASTRO

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 20 JANEIRO 1907.

§ 1.º

O livro, cujo título encima estas linhas, vem ocupar na biblioteca jurídica nacional um lugar que há muito se tinha esvaziado, fato êste de que muito se ressentiam os que tratam nas repartições públicas de assuntos dependentes de conhecimento de direito administrativo.

O regime republicano federativo alterou profundamente as relações jurídicas do Estado com os seus jurisdicionados; mas a lei da inércia, por seu lado, foi mantendo nos regulamentos e nos hábitos burocráticos os hábitos antigos.

Recordo-me ainda de umas palavras muito significativas, que ouvi ao malogrado Dr. Aristides da Silveira Lôbo, quando tomou posse do cargo de Ministro do Interior no dia 16 de novembro de 1889. Referia-se o destemido republicano à necessidade de transformar o estilo da repartição; e para que as novas instituições não sofressem embaraço no seu desenvolvimento analítico, acrescentou êle que não se tratando de nenhum segredo de abelhas, impossível de se desvendar, realizaria o pensamento, que trazia do que resultou que não se tratando de nenhum segrêdo de abelhas, impossível de existentes, ocasionando uma confusão muito fácil de explicar.

O Dr. Silveira Lôbo tinha e não tinha razão. Tinha razão, porque, efetivamente, administrar não é cousa do outro mundo e nunca seria de mais lembrar as memoráveis palavras do Conselheiro Oxeinstiern, quando dizia que governara a Suécia com meia dúzia de regras deduzidas da experiência e não com teorias bebidas em livros, quase sempre difusos e incompletos. Não tinha razão, porque, se bem que a burocracia seja por índole retardatária, cabe-lhe, todavia, pelos seus órgãos mais inteligentes, tornar possível qualquer expediente de que o administrador necessite; sem o conhecimento da tradição é dificílimo saber onde existem as verdadeiras resistências, ainda cogitando de revolucionar as práticas inveteradas.

O ministro republicano, cujas qualidades morais e desinterêsse tive ensejo de observar e mo fizeram estimar, não tardou em reconhecer que, com menos precipitação, lhe teria sido relativamente fácil introduzir na repartição os novos moldes, aproveitando a experiência de maior número de empregados remanescentes.

Lembrei-me, então, de um fato a que alude Taine na sua *História da Revolução Francesa*, atinente a um professor íntimo amigo e pessoa de confiança de Robespierre, a quem êste julgou oportuno sobrecarregar com a pasta das Relações Exteriores. Êsse professor, que viera para Paris dos Pirineus, onde exercia o lugar de mestre-escola, entendia tanto de diplomacia como eu de sânscrito. Pois foi o escolhido; e pode-se calcular as torturas por que passou êsse pobre homem e os embaraços que, sem querer, andou criando aos serviços a que presidia.

Na Secretaria respectiva havia um chefe, *rompu aux affaires,* que a Revolução nunca tivera ânimo de alijar, prevendo a escuridão que reinaria em tudo quanto dissesse respeito a precedentes e a documentos guardados nos Arquivos e Chancelarias estrangeiras. Êsse cidadão continuou a ser o preparador de todos os atos de que a República carecia para fazer face a complicações a todo instante urdidas pelas potências coligadas. Mas as dificuldades não se resolviam só com êsse trabalho preliminar. Era preciso que o Ministro assinasse papéis, notas, ordens, instruções, que antes de tudo as entendesse, que as explicasse à Ditadura, quase sempre preocupada com os golpes de mão e com a tormenta interna, sempre vigilante em cima do aparelho da guilhotina. O Ministro, porém, desconfiado de si, da repartição e até dos contínuos, submerso num pavor difuso gerado em sua alma pelo contato do seu amigo Robespierre, que se lhe apresentava na figura da Justiça, implacável e sanguissedento, tomou tal ogeriza à casa, onde funcionavam os serviços do seu Ministério, que acabou por lá não pisar com mêdo de comprometer-se, obrigando os míseros funcionários a andarem de *brasserie* em *brasserie,* pasta sobraçada, à espreita de um momento em que o Ministro estivesse disposto a assinar atos indispensáveis.

O Dr. Silveira Lôbo não teve necessidade de encartar na direção dos serviços do Interior figuras semelhantes à do professor dos Pirineus, nem a revolução brasileira comportava caprichos de tal ordem. Mas a ausência de vários empregados distintos e práticos, nos primeiros tempos, enquanto não se reintegraram alguns dos antigos e os novamente nomeados não tomaram pé nos negócios, reinou certa vacilação que se tem nestes momentos por inevitável.

Todavia, o que se me afigura digno de reparo é a questão de hábitos mentais. Uma Constituição nova não se executa do dia para a noite. A reforma política opera fàcilmente sôbre os aparelhos de govêrno. O direito público joga com as linhas mais gerais da vida social; e os próprios interêsses dos que têm assumido o exercício do poder são suficientes para conservar solertes os responsáveis pelo comando do país. Outro tanto não sucede com a administração; e

basta o espectro dos direitos adquiridos para tornar morosa, senão tardia, a revisão dos regulamentos.

Quem despreocupadamente lançar as vistas para a massa considerável de leis e decretos que têm sido promulgados de 1889 até hoje, pensará que essa fecundidade corresponde a um longo e ponderado trabalho de adaptação das novas instituições; mas se as examinar, uma por uma, com espírito crítico, não custará a se convencer da escassez dêsse trabalho. A instrução pública, por exemplo, que no período do Ministério Benjamin Constant passou por transformações capitais, obedecendo, em grande parte, às idéias pedagógicas iniciadas em 1882 sob o plano da criação de um ministério especial, não tardou a voltar ao regime da inércia; e baldados têm sido os esforços de quem se interessa verdadeiramente por tais assuntos, porque a série de regulamentos expedidos até o presente só tem sido útil ao pessoal docente e discente, ficando na penumbra tudo quanto possa aproveitar ao desenvolvimento das instituições de ensino. E assim em o mais, com raras exceções.

Não se tome êste meu juízo como expressão de um pessimismo irredutível. Antes, pelo contrário, eu tenho sempre me mostrado possuído de uma tão grande confiança no futuro e nos destinos do regime federativo no Brasil, que mais de uma pessoa me tem acoimado de sonhador. É que a experiência me fêz confiar menos nos homens do que nas coisas; e os sinais de fôrça, manifestados pelos acontecimentos que se desenrolam, apesar da indiferença de uns, da má vontade de muitos e do descuido de grande parte, dão-me a justa medida do que vai suceder em próximo futuro. Tanto basta para que, embora reconhecendo as resistências da rotina, eu acredito que os seus dias estão contados, e suponho até que as mesmas energias nacionais, que puderam, em três anos, subverter o Rio de Janeiro, fazendo das ruínas coloniais sair uma cidade quase fantástica, conseguirão em breve prazo invadir os outros departamentos da nossa atividade.

Ora, imaginem-se os serviços que o funcionalismo administrativo pode prestar a êste país, onde despontam as esperanças de uma fase de progresso agrário e industrial, se em sua contextura penetrar um raio de coragem oriunda da convicção da sua competência. E nunca deve dizê-lo, o Brasil precisou tão eficazmente da sua inteligente colaboração como agora, ao despertar da idéia da criação de serviços que nos habilitem a entrar numa esfera de competência universal.

"O funcionalismo público", pondera com razão o Dr. Viveiros de Castro na introdução do seu livro, "nunca constituiu uma carreira que exigisse preparo técnico. Sem garantia de estabilidade e de

acesso, o empregado se habituou a confiar mais na dedicação partidária do que na habilitação profissional, e o seu zêlo, salvo honrosa exceção, não ia além de um quase automático cumprimento dos deveres do cargo, das anotações dos *precedentes*, que facilitavam o trabalho de informar, mantendo, aliás, a administração numa rotina esterilizadora".

É a pura verdade, podendo ainda acrescentar que os escassos e incompletos repertórios de Furtado, Azevedo Marques, Nascimento, etc., se afiguram, aos que se tinham habituado a manejá-los, mananciais inesgotáveis da afamada ciência que o Dr. Macedo Soares batizou de *"anarquismo administrativo"*, reportando-se à variedade de doutrinas que se encontra nas nossas coleções de avisos do Govêrno.

Ao autor da obra, que estou examinando, pareceu que já era tempo de ministrar aos funcionários, novos ou inespertos, um manual, em que, sem esfôrço, e por uma leitura fácil, pudessem haurir as idéias elementares, que os devem guiar na vida burocrática.

Em regra o têrmo manual, porque pela sua clareza sintética e pela disposição das matérias à obra do Dr. Viveiros só falta o rigor didático de obras similares de origem americana para que se tornasse o guia exato de que carecem as nossas repartições públicas; porque não basta que o empregado saiba de cor os regulamentos e a inteligência que o Govêrno costuma dar às suas diversas disposições e conheça empìricamente a processualística administrativa; é preciso que se estribe na consciência da posição que o serviço a seu cargo ocupa na engrenagem do Estado.

Aqui é que é o caso de repetir as palavras do saudoso Dr. Silveira Lôbo. A administração não é nenhum segrêdo de abelhas, acessível apenas a meia dúzia de mandarins.

Os antigos tratados de direito público e administrativo eram escritos para homens de ciência. Os grandes comentários tinham a desvantagem de apresentar ou a opinião de muitos ou o conceito exclusivo de um só. Manuais, porém, redigidos com a proficiência dos de Presuti, de Santi Romano, de Orlando, de Lisboa, de Dalvise, não existiam.

Os italianos conseguiram, graças às eminentes qualidades estéticas da raça, firmar um tipo de obras elementares, que, quer pela admirável distribuição das matérias com índices instrutivos, quer pela rapidez da exposição, ondeiem meias tintas se encontram por parágrafos curtos a filiação e a comparação do instinto, estão produzindo os mais belos resultados na difusão das noções jurídicas indispensáveis a quem quer que pretenda imiscuir-se na vida pú-

blica, máxime os dela responsáveis. E não são curiosos que os compõem; mas os próprios autores das grandes obras que ilustram a Itália.

§ 2.º

O Dr. Viveiros de Castro não andou, pois, mal-avisado tomando Meuci para seu guia.

A obra divide-se em três partes distintas: Idéias propedêuticas; Ciência da administração; e Direito administrativo.

Na primeira parte acha-se sumàriamente compendiado tudo quanto diz respeito à noção de Estado na forma instíncesa do absolutismo, do individualismo ou do socialismo, extrínseca do unitarismo ou do federalismo.

Pena é que o autor passasse fugitivamente sôbre a questão de soberania, que tanto interessa às aplicações do nosso direito administrativo, o que poderia ter feito, com grande vantagem, consultando os livros que explicam racionalmente as modificações que os anglo-saxões imprimiram no exercício dessa faculdade, passando para a efetividade da vida industrial moderna.

Estou muito longe de aceitar a opinião, citada, de F. López, relativamente à impropriedade do regime federativo para defesa dos povos de educação latina; nem creio que estejamos no período da federação de caudilhos, que o pessimismo do escritor platino enxergou em sua pátria, esquecido dos benefícios que a federação para ali levou, tornando possível a fusão dos dois tipos característicos daquelas regiões – Rivadavia e Facundo Quiroga. As vantagens do regime aplicado ao Brasil acentuam-se dia a dia. As tropelias durante o período de aprendizagem deviam até ter sido maiores; e, no entanto, graças à índole nacional, o que apenas se observa é o provisório monopólio do comando político em alguns Estados, conseqüência naturalíssima do absenteísmo das atividades inteligentes, que se hão de conservar nessa situação enquanto as indústrias não tomarem surto com a aproximação dos capitais. Não é com canivetes que se desbastam florestas, mas a machado, ou a grandes serras movidas a vapor e pela eletricidade.

Voltemos, porém, ao conceito de soberania. É escusado tergiversar sôbre êste assunto, buscando estabelecer diferenças racionais entre a concepção latina e a anglo-saxônia. Todos os povos do Ocidente são descendentes intelectuais da cultura greco-romana e da elaboração da Idade Média. As diferenças que se descobrem entre as nações modernas do Ocidente, são superficiais e devidas tão-sòmente ao temperamento, quando não à oportunidade, que é a mais valente das leis históricas.

Já os romanos, sôbre cujos textos recompôs-se todo o direito moderno, ensinavam no Digesto que a *república* não reconhecia superior, *universitas superiorem non recognosces,* usando da frase de Paulus a Castro; e declarava que quaisquer outras coletividades, *collègia* não podiam ser consideradas senão como partes dela, *partes reipublicae,* por maior que fôsse a sua semelhança com esta.

Resultado não só da experiência, mas também da cultura aristotélica, que aliás serviu de tema à falsa idéia do império universal, durante certo período da História, confundido na idéia hebraica de um só rebanho e um só pastor, a soberania tal qual a exercitaram os romanos e a definiram os seus jurisconsultos, em pouco difere do que ensinam atualmente os mestres da ciência, buscando conciliar a ordem com o progresso, a subordinação com a liberdade. (Otto Gierke, *Political theories of Middle Age,* p. 96, trad. Maitland.)

É certo que alguns dêstes últimos escritores, impressionados com a voga que teve a teoria etnológica aplicada à explicação das formas de govêrno, ainda continuam a exagerar essa influência, atribuindo ao elemento *raça* uma fôrça que nunca foi suficiente para resistir, pelo menos entre os povos que receberam a civilização do Mediterrâneo, ao influxo do *stock* de idéias e de experiência alí acumulado durante séculos.

Dêste modo vemos um publicista da envergadura de Ellis Stevens, professor da Universidade de Pensilvânia, inclinar-se diante dos excessos da escola organicista, dando ao princípio de Aristóteles uma latitude que não pode deixar de modificar-se diante das últimas experiências sociais [1].

É evidente, como diz o estagirita, que um Estado é uma obra da natureza, como tôdas as outras, e que o homem é naturalmente um animal político; mas, afirmando êle que todo o vivente incapaz de viver associado ou é um animal inferior ao homem ou superior a êle, implìcitamente reconhece que no estado atual da humanidade o fator mais importante é a faculdade de discernir, a capacidade de conhecer a lei natural e de subordinar-se a ela, tirando dessa subordinação as regras de que depende o seu e o desenvolvimento da coletividade.

As diferenças de temperamento assinaladas pelas raças que compõem o mundo ocidental, em nada impedem que a melhor experiência se generalize, deixando de ser privativa do povo que primeiro a pôs em prova.

---

[1] C. Ellis Stevens. *Les sources de la Constitution des Etats-Unis.* trad. Vossion, cap. 1.

Os escritores de origem anglo-saxônia, aliás no meu conceito os que com mais clareza têm explicado a filiação das suas idéias e das suas instituições, revelam quanto a mim um grande defeito, e é que, ao inverso dos franceses, dominados pelo orgulho das suas conquistas práticas, deixam-se arrastar pela particularização de seu regime, cedendo, porventura, a um movimento oculto de egoísmo inconfessável. Pensam êles, sem talvez se aperceberem disso, que sendo o destino da sua raça a conquista do Universo, não é admirável que outras raças possam construir um direito público igual ao seu, nem que o possam utilizar sem o adjutório da sua influência tutelar. Daí o esfôrço que empregam não só em condenar as nações inferiores, ao jugo do seu poderio, mas em convencê-las de que inútil é pretenderem adaptar as instituições anglo-saxônias à direção de seus negócios.

Mas a fôrça das cousas e a lógica não tardam em obrigá-las a contradizerem-se.

"A longa submissão de um povo", diz Stevens, "a uma ordem política determinada seja qual fôr, engendra hábitos e um modo de agir que se tornam uma espécie de instinto político e contribuem poderosamente para determinar a forma das instituições e a direção do progresso político".

Nestas palavras não se faz senão aplicar à política o conceito da persistência da fôrça. Dessa lei, porém, não é lícito tirar as conclusões que o ilustre publicista entende dever tirar. Há o intercurso de outras leis, ou antes a lei das equivalências, a lei do movimento, sem as quais seria impossível o progresso das nações. Se é verdade que os instintos de nacionalidade adquiridos nas épocas primitivas de organização social determinaram a feição de cada uma, não é menos certo que a dinâmica social tende dia a dia a dissipar tais características, substituindo-as pela interpenetração de idéias, de sentimentos, que são o resultado inevitável do internacionalismo ou de uma diferenciação e interdependência cada vez mais extensa, cujo efeito visível é a subordinação não à *manu militari*, mas ao direito pelo consenso universal.

É o que nos ensina a verdadeira filosofia, quando descreve a progressão das funções psíquicas.

"Os diversos modos de atividade", diz um mestre, "a ação reflexa, o instinto, a inteligência e a razão, constituem os têrmos de uma mesma série em que a clarividência e a iniciativa do homem vão aumentando gradualmente. O ser animado e racional começa por tomar conhecimento dos seus estados, depois vem a consciência dos seus atos, em seguida do que convém à sua situação e por fim das leis naturais. No princípio êle age sem saber como, depois sem saber

porquê; mais tarde combina os meios de execução e por último atribui todos êsses móveis a um único fim. Através dessas fases sucessivas a atividade cresce e se complica de mais em mais, e a razão, armazenada à experiência, estabelecendo a concordância de todos os motivos de ação, termina por dar unidade à vida moral, assinando-lhe como destino uma perfeição ideal." [2]

Porque o homem é o único animal que reflete e coordena idéias é que a sociedade existe; e se é natural que esta tenha transitado pela Terra durante longo período vivendo pelo instinto, não é menos certo que o fator da vontade inteligente logo que pôde desembaraçar-se do cego determinismo da vida da horda, assumiu na direção e na organização dos Estados ascendência de primeira ordem, tornando possível a autonomia psíquica das coletividades, transformadas em organizadoras da própria atividade.

"Os historiadores", diz entretanto Ellis Stevens, "demonstram a profunda conexão dos sistemas de govêrno atuais com os protótipos primitivos; os sábios aplicam a teoria da herança às cousas políticas e afirmam que os traços especiais provêm da herança, agindo, pode-se dizer, automàticamente na existência e nos destinos das nações."

Ora, se é verdade que os puritanos inglêses assentaram as bases da agremiação americana, não é menos exato que a sua constituição explicada pelo surto que teve na Virgínia, sofreu desde logo grandes embates resultantes de outras influências vizinhas e no decurso de um século estratificou-se sôbre uma variedade de elementos étnicos, tão diferentes, que se a êles não atendermos não compreenderemos uma linha da construção político-jurídica atual, que não é mais a obra pura dos *fathers*, senão um conglomerado de institutos e de costumes, em busca de uma orientação nova que abranja, já não digo as necessidades da nação compósita, que conhecemos, mas as aspirações de um povo destinado a influir sôbre o mundo, não mais com o seu temperamento puritano, mas com a lama *myriaded mind* de que falava Shakespeare, com o seu temperamento de Proteu e com uma consciência nítida da sua função atual.

A doutrina, portanto, dos que pensam como o autor citado parece insuficiente, como teoria, e não comporta mais as tendências do direito público moderno; o conceito da soberania dêle derivada não corresponde ao intercurso da idéia de lei no intercâmbio, cada vez mais intenso, das nações.

---

[2] L. Bourdeau. *Théorie des sciences; plan d'une science intégrale*, II, 543.

Não dissimula a existência da crise assinalada por Lavisse. Nunca as nações ocidentais se sentiram tão dominadas pelo particularismo como atualmente. O grande desenvolvimento comercial, os prodigiosos meios de comunicação, a promiscuidade de interêsses financeiros das Bôlsas de Londres, de Nova York, de Berlim, de Paris, pareciam indicar o congraçamento das nações; mas os mesmos interêsses colossais resultantes dêsse movimento criaram antagonismos terríveis entre as nações dirigentes do comércio. Aquelas facilidades tornaram mais evidentes os prontos recursos oferecidos pela exploração colonial. A cobiça internacional atiçada por um capital cosmopolita, sem responsabilidades egetivas, que anda a concentrar-se, segundo a oportunidade, junto à nação que no momento lhe parece mais disposta a agredir os povos fracos ou a fazer um *raid* lucrativo, obscurecem na consciência de alguns governos o sentimento do futuro. Daí a organização de uma diplomacia econômica, que a muitos pensadores tem obrigado a buscar similitudes entre o momento atual e o século XVI, quando os reis concediam cartas-patentes a flibusteiros para assaltarem as costas da América e da Ásia.

Todavia, é intuitivo que essa escaramuça interoceânica não tem como causas a dissipação do espírito cristão, nem a exclusão do *humanismo* dos programas de educação, como se tem dito, mas a necessidade histórica que vai forçando os povos a organizarem o capital internacional sôbre bases sólidas e de efetiva responsabilidade [3]. Enquanto esta operação não terminar teremos de assistir no mundo, em proporções colossais, espetáculo igual ao que se deu na Califórnia, quando a descoberta do ouro para ali arrojou milhares de emigrantes ferozes, barbarizados pela cobiça, de punhal erguido, a disputarem a posse das jazidas com ferocidade semelhante à dos moicanos e apaches. Sem embargo disto, a Califórnia é hoje um dos Estados da União mais bem organizados, e onde apenas surge, como febre intermitente, a crise da concorrência asiática, o que se explica pela reminiscência das ansiedades de outros tempos, alastra o sentimento da organização científica, como se pode verificar das reconstruções logo depois do último terremoto.

Essa crise de individualismo, pois, é um sintoma daquilo que o desenvolvimento do direito internacional está preparando; ela passará e mais ràpidamente do que talvez se pense; e os sinais precursores de que a transformação se fará ou já começou, clareiam os horizontes.

---

[3] Lavisse. *Vue générale de l'histoire politique de l'Europe.* 5.ª ed. p. 228.

A reforma se assinalará por uma profunda modificação no conceito da soberania, eliminando, na prática, a idéia de soberania etnológica e os consectários do darwinismo mal aplicado à política. O princípio aristotélico, dêste modo, deixará de ser torturado para justificar o esbulho internacional, como nos ominosos tempos do medievalismo os textos angélicos do Evangelho e a teoria da graça foram postos ao serviço das fogueiras da Santa Inquisição.

Os autores, entretanto, que não se contentam com palavras, e que têm mantido a sua probidade de pensadores, ainda na órbita da afamada luta das raças, sustentam que a questão de soberania tem sido talvez a pedra de escândalo das nações modernas. Os metafísicos pretendem fazer dela uma espécie de substância absoluta, indivisível e irresolúvel. Era o conceito antigo perturbado pela teologia e que tanto sangue custou à humanidade. Basta lembrar a luta do Papado e do Império. Idéia medievolatina, que os anglo-saxônios hoje — e não esqueçamos as prédicas religiosas e mercantis de Cecil Rhodes e de outros políticos de ação, — procuram converter na pretensiosa fórmula de THE ENGLISMAN OF GOD.

Pois bem: é dessa mesma raça que surge um Austin para reprimir essas insobriedades com o profundo acêrto da sua jurisprudência definindo, de modo concreto, o que seja a lei positiva como manifestação da soberania derivada do Estado.

Não cabe nas proporções dêste artigo a exposição da teoria austiniana. Contentar-me-ei, entretanto, com indicar que o jurisconsulto britânico, com ser um dos espíritos mais esclarecidos e adiantados da época contemporânea, não sancionou as violências da escola de Gumplowiss, nem tampouco aceita o materialismo político de que fazem alarde os que desejam substituir a fôrça da cultura social pela fôrça do dinheiro e que, portanto, buscam firmar teorias que os absolvam dos crimes do imperialismo monetário.

Austin, como jurista, não perde de vista o tradicionalismo da vida do direito; mas também examina cuidadosamente o estado das instituições humanas no presente, para lançar as bases do que devem ser em próximo futuro.

A *universitas* política dos romanos, não se lhe afigura êsse rochedo indivisível, impenetrável e fantástico que o direito divino pretendeu colocar no centro do mundo, como um Sinai, esmagando o *orbe* sob o peso da *urbs*, e tornando impossível não só a liberdade do indivíduo, mas também a independência das nações.

Horrível pensamento, com efeito, êsse, de supor que a autoridade da lei nunca se tornaria um fato sem a unidade do comando. É dêsse pensamento, digamos, é dessa superstição, que ainda procedem as descabidas pretensões da potência, que no momento, melhor

aparelhada de inventos e máquinas militares, se supõe da nação que se julga senhora dos melhores ensinamentos táticos e da melhor organização naval, de se assegurar do supremo comando da Terra, e, portanto, de proclamar o direito de distribuir as riquezas nela acumuladas pelo trabalho secular do homem.

Felizmente, porém, contra essa tendência, que constitui ainda o temperamento da diplomacia do Velho Mundo, vemos o comêço de organização das nações produtoras, chamadas coloniais e o advento da ocidentalização do Japão e pròximamente da China, fatos êstes que já produziram efeitos salutares, pondo a Alemanha perplexa, a Inglaterra acautelada e a Rússia em transição para o regime representativo.

A ação dos Estados Unidos, se bem que ainda incoerente, tem sido enorme. Os instintos nobres do seu atual Presidente Teodoro Roosevelt, a renascença da iniciativa na América do Sul, o exemplo da Austrália, o conjunto enfim de impressões recebidas por tôdas as novas nacionalidades por ocasião de reunirem-se congressos, celebrarem-se conferências, é auspicioso. Trocas de idéias e afirmações da necessidade de um intercâmbio, como base da prosperidade mútua, fora das guerras animais ou das complicações da diplomacia judaica, que justifica pelos seus autores prediletos a legitimidade da hipoteca, da anticrese, do embargo, da excussão a *manu militari* e de tantos outros institutos de direito privado, que o Estado só deve exercer quando pessoa de direito civil, têm sido feitas pelo órgão dos mais autorizados vultos da diplomacia norte e sul-americana.

E no conceito dos que refletem maduramente sôbre a marcha dos negócios humanos, tudo isso importa em que não estamos parados e que obedecemos a uma lei de progresso. Assim não parece excessivo otimismo augurar que as nações que mais têm concorrido para o desenvolvimento do seu direito íntimo, sob o ponto de vista da garantia da liberdade, convenham em que está no seu próprio interêsse estender essas garantias ao resto do mundo.

Ora, isto, na minha opinião, não significa senão a modificação do direito público até hoje praticado pelos governos do antigo continente.

A soberania, tornando-se humana, por sua vez, convertida em instrumento de progresso, abandonará, de feita, as formas antiquadas e puramente coercitivas, que lhe deram as necessidades dos povos, que, na Europa, lhe imprimiam aquela feição durante o período transato.

Conseqüentemente para Austin o conceito da lei, que não se compreende destacada da função da soberania, simplifica-se em extremo. Resultante do fenômeno natural do MANDO, que é o brôto

de onde emerge o consenso da vida social, são seus correlativos espontâneos — a obediência, resolúvel no dever e na sanção, e o exercício da função superior ou poder que superintende não de modo exclusivo as ações dos homens, meramente sujeitos a uma autoridade, mas essas ações seriadas (*courses fo human action*).

Não se aparta, portanto, o conceito de soberania do de sujeição; mas também não há quem racionalmente o compreenda sem consentimento, numa sociedade independente de onde resulta a diferença da concepção atual da dos povos antigos, que, devido ao atraso da civilização, confundiam *liberdade* com *outorga* [4].

Dessa confusão ainda hoje restam sobrevivências que perturbam a todo o instante as fronteiras que separam o govêrno de administração pura.

Por isso, disse eu que, num manual de direito administrativo, como é o do Dr. Viveiros de Castro, deviam figurar com mais clareza e desenvolvimento as noções relativas ao assunto.

No tirocínio, que estamos fazendo do regime federativo, não raro vemos levantarem-se questões, fundadas no art. 6. da Constituição. São quase diárias as divergências em matéria administrativa, no que toca à autonomia dos Estados. E de onde procedem tais divergências? Penso que da confusão em que os chefes dos diversos serviços, distribuídos pelas circunscrições da República, que é um Estado composto, reincidem, ora em conseqüência de uma refração política, ora iludidos quanto ao que respeita a extensão dos poderes políticos.

O Dr. Amaro Cavalcanti, cuja operosidade se tem manifestado em diversos trabalhos de incontestável valor prático, teve a idéia de classificar o Estado federado como um dos podêres políticos da Nação. Sem quebra do respeito que me infundem as opiniões dêsse nosso constitucionalismo, penso que semelhante classificação vem apenas sistematizar aquêle equívoco.

Contudo, o ilustre publicista no seu livro sôbre o *Regime federativo,* impressionado pelos dislates estaduais, principalmente em matéria tributária, não poupa esforços no sentido de mostrar, depois de acurado estudo das condições teóricas do sistema, quais tenham sido os motivos das ilusões regionais entre nós. Todavia, quando no capítulo III da obra que se inscreve com o título de — o *poder estadual* êle se refere à dualidade de jurisdições, descuidou-se de prevenir os efeitos lógicos da sua classificação, e o resultado disto foi introduzir-se na doutrina preconizada pelo livro um elemento estranho.

---

[4] Jethro Brown. *The Austinian Theory of Law. Edition of Lectures.* I, V and. VI *of Austin's "Jurisprudence"* (with critical notes and excursus). §§ 10, 17, 34 — 60, 70.

As jurisdições, de que aí se trata, são conjuntas mas não são paralelas simultâneas, ou indiferentemente sucessivas, conforme pretende o Dr. Amaro. Êsse paralelismo simultâneo, aplicado lògicamente à espécie de que se trata, perturbaria o sistema federativo. Tomado à letra, êle justificará tôdas as invasões que estão como tendência no sangue dos Governadores; e à União não sobraria tempo senão para o trabalho contínuo de resolver, caso por caso, os conflitos armados por essa concepção. As jurisdições, salvo os defeitos da Constituição, que necessitam de ser corrigidas pela jurisprudência, não podem considerar-se nunca paralelas, porque são de natureza inteiramente diferentes. É o território que as une; e como êste reputa-se eminentemente nacional, compreende-se que a jurisdição exercitada pelos Estados tem o caráter de uma delegação derivada, no entanto sujeita ao rigor da soberania residente no seu único órgão, que é a União.

O Govêrno Federal não pode intervir nos negócios peculiares dos Estados senão nos têrmos do art. 6.º da Constituição.

O campo porém, do que não é peculiar aos Estados é vasto; e a União encontra nos artigos em que são enumeradas as faculdades próprias, os meios de limitar aquela área de ação de modo a impedir por atos legislativos que o que é concêntrico se converta em planos paralelos. Se as duas jurisdições fôssem efetivamente paralelas, elas nunca entrariam em contato; e tudo se reduziria a indiferença política sistemática. Não é isto o que está na Constituição, nem tal pensamento irradia do art. 63, que reconhece a existência de um agregado político indissolúvel, nem do art. 65, § 2.º que traça os limites que separam a ação política e nacional dos interêsses puramente regionais.

"O nosso sistema federativo", diz o Dr. Viveiros de Castro, "é forçoso confessar, não tem existência real."

A essa injunção pessimista, com a qual estou longe de concordar, o autor do tratado que acabo de ler acrescenta que "os Estados em sua maioria são verdadeiras capitanias enfeudadas a donatários felizes, os quais, usufruindo, a título precário, procuram tirar das suas *concessões* o maior lucro possível".

Sem desconhecer a verdade que se encerra na última proposição, comparando o estágio que atualmente percorremos com período correspondente da história da grande República do Norte, vejo que a enfermidade não é tão grave, como a princípio pode parecer. Se não se trata de um fenômeno de crescimento, com certeza é a conseqüência lógica da descentralização. A fôrça do Poder Executivo na monarquia era formidável; fragmentando-se é natural que os governadores detivessem as parcelas dessa fôrça, na proporção da fraqueza do ambiente regional.

Nos Estados Unidos não houve essa descentralização pròpriamente. As 13 colônias obedeciam a regimes diversos; mas estavam tôdas reunidas por freios que iam ter às mãos do mesmo Govêrno nacional na mãe-pátria. A rutura dêstes freios produziu os mesmos resultados. O patriotismo dos *fathers* projeta-se através da História com caracteres de uma bondade e sabedoria extremas; mas não é difícil verificar que nem todos foram santos; alguns converteram-se em tiranetes locais, a pretexto de que era preciso combater os inimigos da causa pública, confundidos êstes com os adversários pessoais. Até a chamada *Era of good feeling* e o extermínio dos feudos os americanos tiveram de experimentar tôdas as torturas provenientes da adaptação de um regime nôvo, pois que os Estados primeiramente confederados recalcitravam e com dificuldade submetiam-se ao sistema uniforme criado pela Constituição de 1787 [5].

Não há razão, portanto, para descrer dos ensinamentos da História.

Hoje tudo nos augura que o internacionalismo limitará cada vez mais a fôrça expansiva da soberania dos Estados. Há fenômenos que se passam inteiramente fora da respectiva órbita. Êsses fenômenos tendem de modo visível a sistematizar num corpo de doutrina. A sanção virá por último a localizar-se num órgão, cuja estrutura diversa, por certo, do que nós estamos acostumados a chamar govêrno, o futuro se encarregará de definir.

Ora, se os Estados, reputados independentes, sentem-se coagidos por tal necessidade de coordenação, pelas necessidades da paz e da sistematização dos interêsses mútuos, como poderá admitir-se que numa nação, limitada por um território homogêneo e regida por uma Constituição, onde tudo se define, existam autonomias tão exageradas, que ponham em risco a integridade e harmonia do todo? [6].

---

[5] Von Holst. *Const. hist. of U. States.* I, p. 135.

[6] Tratando da unidade e dependência do Estado no sistema federativo, diz James D. Andrews que, na aplicação dos princípios da lei americana, não se deve esquecer de que se está diante de um sistema integral, de um todo. Os atributos do Estado são inerentes à nação, e nunca se deve perder de vista que a sua posição no corpo desta e no sistema de jurisprudência é de um instrumento subordinado e não de um elemento constituinte criador.

"This system of law is one wherein each of the members performs a given function; each has a distinct department and orbit of service, but after all each branch or member articulates another. The joining of this whole constitutes the body of American law, and the combined will of the whole people constitutes the soul and spirit of the national law, as the will of the people of the estate does that of the smaller locality." (*American law*, cap. XXII, sec. 384 e 385.)

§ 3.º

A digressão afastou-se do livro. O interêsse, porém, que o assunto desperta, desculpará a extensão que dei às considerações anteriores.

O Dr. Viveiros de Castro, na 2.ª e 3.ª parte de sua obra, ocupa-se com a ciência da administração e com o direito administrativo.

A ciência da administração é uma ciência relativamente nova e por isso mesmo de objeto incerto, cuja existência é por muitos autores contestada. Um tratado sôbre esta matéria, portanto, tem de divagar sôbre assuntos variadíssimos sem atingir a segurança didática que se encontra em obra de outros quilates. Todavia, Pressutti acha que a atividade social a que ela se refere cabe perfeitamente num quadro autonômico, constituindo o estado dos casos em que é necessária a intervenção da administração pública para a consecução dos fins que a política atribui ao Estado e as modalidades de semelhante intervenção realizada no intuito de conseguir o máximo efeito com mínimo esfôrço [7].

A definição que me parece corresponder perfeitamente ao objeto real daquela ciência, mostra desde logo quanto será difícil elaborar preceitos de valor prático, ficando esta ciência, pode-se dizer, encravada entre a política e o direito privado. Que pode haver de mais complicado do que a atividade administrativa, quando dos atos de natureza puramente técnica tem de emigrar para as órbitas do direito público e dos direitos individuais? Há um ponto negro; é o exercício daquela intervenção em assuntos de certa natureza e muito delicados, sem que essa intervenção se converta na tutela antiga ou no socialismo do Estado. A agitação das idéias atualmente não permite, creio eu, entrar nesses estudos de um modo desassombrado.

O Dr. Viveiros de Castro, por certo, antevendo isto, cingiu-se a enumerar, de acôrdo com os autores que consultou, os serviços que exigem a intervenção do Estado. Descreveu as necessidades de ordem pública; não doutrinou; e absteve-se de determinar o momento e o modo dessa intervenção.

Na parte que trata do direito administrativo, ao que parece, o autor achou-se mais a cômodo. Matéria em que, com muito brilhantismo, se tem especializado no alto pôsto de Diretor do Tribunal de Contas, não lhe falhou a visada. Sôbre o direito nacional versam os diversos capítulos. O assunto é concreto e o estado da nossa própria legislação, fecundo. Completa-se o estudo da legislação comparada.

No primeiro capítulo da 3.ª parte e 8.º do livro o autor discute longamente o dever de intervenção federal segundo os têrmos do artigo 6.º da Constituição.

---

[7] *Principii fondamentali de scienza dell'amministrazione*, n. 10.

Sem ceder um ponto do que expendi acima, no que toca ao princípio da autonomia dos Estados, limitada pelo sistema nacional federativo, tal qual foi consagrado no nosso pacto fundamental, tenho invariàvelmente sustentado em mais de um escrito, e até em parecer, que no dia em que o art. 6.º da Constituição fôr regulamentado, ter-se-á instituído uma baixa polícia federal, de que não cogitou, nem podia cogitar, a mesma Constituição, retrogradando-se de modo disfarçado ao sistema dos antigos presidentes de província. "Essa medida", disse eu em um estudo, publicado nesta mesma fôlha, em 1902, sôbre os *Comentários* do Dr. João Barbalho, "que, pela nossa Carta, é excepcional e para ser empregada sob a pressão de necessidades indeclináveis, converter-se-ia em pouco tempo em instrumento eleitoral de uso cotidiano. Na vigência do regulamento, transformada a intervenção em aparelho corrente, não faltaria intérprete para criar nos Estados situações que exigissem a presença de um interventor".

Os dilates estaduais, como já se observou, constituem uma enfermidade que a pressão do conjunto das influências de ordem nacional podem muito bem remediar. São vícios que se infiltram e com a mesma facilidade se desinfiltram; questão de tempo e dependente da movimentação de outros aparelhos. Mas a ditadura é cousa grave. Sistematizada, não prescindirá de exercício permanente da fôrça militar para dirimir as menores dificuldades. E os profissionais da polícia das surprêsas acabando por descobrir todos os segredos dessa regulamentação, transformariam o dito art. 6.º, que contém disposições destinadas a fortalecer a paz e a fomentar o progresso do país, no mais ferrenho *instrumentum regni* forjado nas oficinas dos Vulcanos da República.

A análise, ainda que perfuntória, do citado art. 6.º da Constituição, segundo diz o Dr. Viveiros de Castro, demonstra a desnecessidade de sua regulamentação; e não lhe parece custoso, em face dos textos, determinar as respectivas competências.

Abraçando a esclarecida opinião do Senador Coelho e Campos, o autor da obra entende que cada poder pode e deve agir na conformidade das exigências e natureza de cada caso, segundo êste pede um ato legislativo, um ato de fôrça, ou um julgamento.

A matéria simplifica-se, entretanto, logo que se atende à dinâmica do regime. O art. 6.º, na minha opinião encerra dois elementos distintos; e é pela sua diferenciação que se hão de dirimir razoàvelmente as dúvidas oriundas de sua redação.

Com relação aos Estados e a Constituição armou o Govêrno da União da faculdade constituinte. Foi essa a inteligência prática que nos Estados Unidos deu cabimento aos *reconstruction acts*. Em casos,

portanto, como de acefalia de govêrno, de execução violenta, de leis estaduais subversivas do regime, e que não possam, em espécie, ser sustadas em seus efeitos excêntricos pelo Poder Judiciário, de completa anarquia, durante a qual tenha se aniquilado a capacidade legislativa e governamental do Estado, é evidente que a intervenção é por inteiro dependente de ato do Congresso, o qual *ex-vi* da Constituição se sub-roga nas faculdades constituintes do Estado, até que o mesmo volte a integrar-se na união.

O outro elemento autoriza simplesmente a polícia política das fronteiras e a interestadual, a manutenção da ordem local, quando insuficientes se declaram os elementos internos, nos Estados, e o cumprimento de ordens, atos, decisões emanadas dos Podêres Federais, *ex-vi* das atribuições que lhe foram assinadas na Constituição.

Não devendo alongar-me sôbre assunto que tem sido tão profundamente discutido entre nós, passo a indicar dois pontos que no livro do Dr. Viveiros de Castro provocaram a minha curiosidade, pelo interêsse imediato que despertam nos práticos.

Refiro-me à organização do funcionalismo e ao contencioso administrativo. O capítulo atinente àquele primeiro assunto está magistralmente redigido. Rico de doutrina, recolhe tôda a jurisprudência brasileira buscando com rara prudência desanuviar as relações jurídicas dos funcionários com o Estado, da incerteza em que elas se acham, graças às influências diversas que têm determinado entre nós a exposição de leis ou regulamentos contraditórios e decisões que ainda não obedecem a um sistema de investidura, aposentadorias, montepio, licenças, percepção de vencimentos, acumulações, capaz de, com proveito para o Estado e respeito à parte econômica que envolve o direito aos alimentos, garantir de modo eficaz e exercício da função pública.

O autor inclina-se para a doutrina de Laband e parece-me que de todos os tratadistas que se têm ocupado dêsse objeto é o que mais se aproxima da verdade, apesar de prelecionar sôbre leis de um país autocrático como é a Alemanha.

Não menos desvelos mereceu do Dr. Viveiros de Castro o estudo, que fêz, sôbre o extinto contencioso administrativo.

O contencioso durante o regime transato nunca passou de um ensaio, diz o Dr. Amaro Cavalcanti, citado pelo autor; penso entretanto, que êle não sairia dessa situação, enquanto o Poder Moderador mantivesse a hipertrofia do Executivo. As consultas do extinto Conselho do Estado são efetivamente um repositório de verdadeira sabedoria; o que é fácil de explicar atendendo-se a que por aquêle Instituto passaram os homens mais preparados dêste país. Acontece, porém, e o verificará quem se der hoje ao trabalho de ler as consultas que essa sabedoria transluz das discussões dos votos

muita vez vencidos; quando chegava, porém, o momento da resolução, não raro dava-se o seguinte: ou os papéis guardavam-se com um — *está bem* — do chefe do Estado, ou então se tomava a regra de uma maneira latitudinária, ou vaga, ou casuística, ou alternativamente. Era a influência política a causa única do agrouxamento da intensidade e ilustração com que as questões tinham sido discutidas.

A Constituição da República firmou o regime da unidade do poder de julgar.

Todavia regulamentos existem, onde, como sobreviventes do passado, ainda se encontram vestígios do antigo contencioso administrativo. A reclamação por via graciosa não está por ora definida. E aos que não são hóspede à administração não tem passado despercebida a luta, que existe latente entre esta e o Poder Judiciário máximo em matéria contratual.

Não temos, por exemplo, atualmente, uma idéia clara do que seja o *jus imperii;* e as leis, votadas até agora, inclusive a n. 221 de 20 de novembro de 1894, deixam perplexos o administrador e o magistrado.

O Dr. Viveiros de Castro, nas considerações que aduz sôbre essa lei e o modo imperfeito por que foi ela redigida e votada, elucida a inconstitucionalidade do art. 13 § 9.º, falta reconhecida aliás pelo próprio autor da lei, Dr. José Higino, segundo o depoimento do eminente jurisconsulto Anfilófio, que da bôca daquele ilustre brasileiro ouvira, antes de falecer, a ingênua confissão das razões por que encartara no projeto tão inconvenientemente disposição.

O ENSINO PÚBLICO

PELO DR. PINHEIRO GUIMARÃES

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 15 SETEMBRO 1907, E DATADA DE RIO DE JANEIRO, 12 SETEMBRO 1907.

Um livro que constitui valente contribuição para a resolução do problema do ensino público.

Escrito por um môço sem preconceitos, êsse livro começa acentuando uma louvável audácia; está grafado de acôrdo com a ortografia adotada pela Academia de Letras.

A facilidade com que o Dr. Pinheiro Guimarães aceitou a reforma ortográfica proposta por aquela corporação, em contraste com a relutância incompreensível de outros, faz-me lembrar os argumentos que os fatôres do escravismo produziam contra a Abolição.

Quando folheamos os anais da época em que se discutia o elemento servil, ficamos verdadeiramente assombrados repassando a eloqüência dos oradores e jornalistas do tempo. Não sabemos o que mais admirar, se o ódio, a virulência, o cinismo filosófico dos publicistas da escravidão, se a ingenuidade dos sectários que se deixavam convencer por argumentos, cuja inconsistência ninguém atualmente aturaria.

É o que há de suceder mais tarde com os argumentos hoje arquitetados contra a simplificação da palavra escrita. Naqueles dias falava-se também em aguardar a evolução, como se a inteligência e a vontade do homem não fôssem fatôres dessa evolução e as línguas não tivessem entrado no período consciente; e, sem embargo disso, a transformação se realizou de salto. Os libertos não invadiram, como se esperava, para o saque e desonra das famílias, as fazendas e as cidades. Igualmente é de supor que não fiquem aterrados com a supressão ou mudança de algumas letras alfabéticas na escrita os propulsores da nossa riqueza. Nem o câmbio baixará, nem o povoamento do solo deixar-se-á de fazer porque as letras geminadas desapareceram.

O livro do Dr. Pinheiro Guimarães nada perde com isso; antes é a prova prática de que não há necessidade de aprender duas línguas: um portugês falado e outro escrito.

Encetarei esta ligeira apreciação chamando a atenção do leitor para um fato característico. O autor do livro, não obstante ser médico, no estudo empreendido sôbre o nosso ensino público, não se deixou arrastar pelos excessos da pedagogia físio-psicológica. Entendeu o ilustre profissional, e entendeu muito bem, que uma das preocupações que mais tem concorrido para anarquizar o ensino tem sido a da aplicação prematura de uma ciência ainda flutuante, que com

justa razão Compayré considera muito longe de poder prestar auxílio ao professorado estabelecendo uma pedagogia definitiva.

Entre as causas da decadência do ensino lá vejo assinalado o profundo desacôrdo entre o tendecialismo filosófico dos programas escolares e a aptidão real dos professôres para o exercício do magistério. *Quid proficiunt leges sine moribus?*

Que resultado prático pode se obter de um plano, se os que se encarregam de sua execução não podem ou não querem dar-lhe vida, dominados em geral por preocupações diversórias do interêsse ou da paixão que forma o professor? Não reside o mal, é certo, na ausência de talentos, que existem em abundância; mas é evidente que os pedagogos nacionais, com as devidas exceções, empregam todo seu engenho em mascarar o êxito da profissão, ora discutindo programas no ponto de vista de teorias antagônicas que se esbarrondam por completo no terreno prático, ora realizando, com o mais perfeito apuro, o tipo do professor francês, isto é, o fazedor de conferências brilhantes, sem o mínimo interêsse para o aluno e destinadas ùnicamente a dar fulgor ao nome de seus autores.

A que fica reduzido o estudante no meio dessa vida burocrática dos estabelecimentos de instrução, di-lo com eloqüência o livro do Dr. Pinheiro Guimarães:

> É pueril, mas merece destaque, definir o estudante brasileiro. Que fazer? Não é o môço prêso ao silêncio do laboratório, entregue à meditação e às pesquisas, repartindo o tempo entre a biblioteca, a aula e o refeitório, com um largo avental sôbre o peito hercúleo e um gorro sôbre a cabeça, dentro da qual desabrocham ambições generosas e ziguezagueiam as faiscantes centelhas do gênio. Não; entre nós, é um envelhecido precoce, sem alegria, com o travo do *spleen* na alma; é um cidadão que atravessa, elegante e oprimido pelas responsabilidades, as ruas centrais, discutindo os fatos com amargor, em caminho dos *meetings*, na direção das assembléias onde tumultua o despeito sem peias. Ao sabor dêle fecham-se as aulas; ao Govêrno impõe a vontade soberana; aos tribunais cerceia a liberdade de julgar que a Constituição lhes conferiu.
>
> É um fenômeno, continua o autor do livro, único que se não reproduz em povo policiado, — a juventude irrefletida e arrebatada galardoa e condena, desde as atrizes do Lírico até os embaixadores dos países amigos. Dos seus arestos não há apelação; é o quarto poder do Estado. O resultado é evidente. Quem resolve questões tão numerosas, diversas e levadas pode tudo tentar, tudo prever e usufruir, menos estudar...[1]

É lógico, pois, que a primeira coisa de que se cogite numa reforma seja a disciplina. Não há trabalho sem disciplina, devendo-se

---

[1] Pinheiro Guimarães, *O Ensino Público*, p. 8.

ter como princípio elementar as afirmações de Lanson, de Gustave Le Bon e ainda do Ministro da Instrução Pública da França, Léon Bourgeois, em 1890, reproduzidas pelo Dr. Pinheiro Guimarães: — a reforma e o progresso dependem mais dos professôres do que dos programas, porquanto, se é verdade que êstes auxiliam ou embaraçam os mestres, é certo que na realidade os mestres fazem o que querem.

Na futura organização do ensino, portanto, nada ter-se-á feito se o professor continuar com o feitio do empregado público ou do mero condutor de preleções, de ordinário, indiferente, senão hostil aos alunos, e só dêles preocupado enquanto o aplaudem e dão triunfo aos seus dotes oratórios.

Sei de que natureza são as dificuldades com as quais terá de lutar o Govêrno que se abalançar a uma reforma que tenha por alvo imediato a transformação dos hábitos do professorado. Como sempre opinei, penso que o malôgro será inevitável se os podêres públicos não se dispuserem a conceder uma larga — larguíssima dotação para êsse serviço. Só assim conseguir-se-á eliminar um argumento vitorioso produzido pelos mais distintos professôres, quando increpados de desamor à cátedra, ou de desvio de sua atividade para outros misteres. Como exigir de um lente da alta capacidade que êle se contente com os minguados vencimentos que o Estado lhe oferece para reger uma cadeira quando, na clínica, na advocacia, na engenharia, surgem-lhe fortes meios de enriquecer? O remédio seria incompatibilizá-lo para êsses misteres, se da sua aplicação não resultasse a seleção de um professorado abaixo de medíocre. Para tornar exeqüível essa medida, se possível, só existe um recurso: é a remuneração compensadora. E o feitio do professor depende exclusivamente da sua especialização.

O Sr. Deputado Afonso Costa parece inteiramente convencido disto, quando nos luminosos fundamentos do seu voto exarados em seguida à justificação do projeto n.º 242, dêste ano, citando palavras de H. Fischer, explica o desastre do nosso ensino pela falta de vocação dos professôres.

"Muitos professôres", diz o citado escritor, "em lugar de reconhecerem que, para agir sôbre um assunto qualquer, é preciso primeiro estudá-lo, pretendem ensinar como podem e como querem e, no caso do insucesso de semelhante processo, ao invés de mudar de método, pretendem mudar a mesma natureza da criança. Dessa noção procederam e procedem ainda sistemas tendentes a mecanizar a instrução; é a eterna tendência da pedagogia a predispor as coisas de tal maneira que o mesmo método possa servir a todos os mestres e a tôdas as crianças."

Que a investidura do magistério pela forma por que até aqui se tem praticado não basta para garantir a competência técnica do professor prova-o o Dr. Pinheiro Guimarães com riqueza de exemplos e de abalizadas opiniões. E não estou longe de concordar com o seu parecer relativo aos concursos, confrontando a maléfica influência dêstes em França com os efeitos brilhantes que o sistema oposto tem produzido na Alemanha — opinião que, aliás, é a de quase tôdas as autoridades na matéria.

> Na Alemanha, diz o autor do livro reproduzindo uma das mais incisivas páginas de Gustave Le Bon, onde não existe a odiosa instituição dos concursos, julgam-se os professôres pelos seus trabalhos pessoais e pelos seus triunfos no ensino livre, pelo qual devem, o mais das vêzes, começar. Em França, são julgados pelo amontoado de coisas que podem recitar em um concurso. E como o número dos candidatos é muito grande, sendo pequeno o número de lugares, requinta-se ainda para eliminar o maior número dêles. Aquêle que souber recitar, sem gaguejar, a maior quantidade de fórmulas que tiver acumulado na cabeça, a maior soma possível de pueris *chinoiseries*, de sutilezas científicas ou gramaticais, sobrepujará seguramente os rivais. Recentemente ainda um dos examinadores dos últimos concursos de "agregação", o Sr. Julien, fazia notar, em uma das sessões do Conselho Superior de Instrução Pública, que o júri mostrava-se espantado com o esfôrço de memória impôsto aos candidatos. E acrescentou que a memória é um admirável instrumento de trabalho, não é senão um instrumento ao serviço das qualidades principais do professor, que são o espírito de crítica, a lógica e o método, a medida e o tato, a penetração, a inspiração e a largueza de vistas, a simplicidade e clareza na exposição e a correção e a vivacidade da palavra [2]

De acôrdo com o voto do eminente Dr. Teixeira Brandão, o qual se bate enèrgicamente pela eliminação completa do sistema dispersivo atual, em que nada se deixa aos estímulos da atividade psíquica, antes pelo contrário todo esfôrço pedagógico tende para adormentar as funções superiores do espírito, asfixiando a reflexão e o raciocínio [3], pensa o Dr. Pinheiro Guimarães que dos concursos não nos advirão senão os produtos granjeados pela China, cuja prosperidade é o escândalo das nações.

Na exposição apresentada pelo Sr. Ministro do Interior ao Sr. Presidente da República sôbre a reforma da instrução pública felizmente se verifica que no estudo das bases dessa reforma entrou por muito o cuidado de remover os maus efeitos daquele gênero de investidura. O Sr. Dr. Tavares de Lira mostrou-se isento de su-

---

[2] *Apud ob cit.*, p. 181.

[3] Teixeira Brandão, *A Educação Nacional no Regime Republicano*, p. 34 e segs.

perstições. Espírito ponderado e observador, embora reconhecendo que o que existe sôbre processo de habilitação do professorado não satisfaz, contudo não quis sacrificar o presente de modo absoluto ao futuro. Grandes são as resistências oferecidas pelo meio, cuja cultura não permite desde já entregar o magistério secundário e superior à seleção do meio científico, segundo os processos da vida universitária como ela existe na Alemanha.

O passo, porém, foi grande, e se o Congresso Nacional se compenetrar da necessidade de adotar o conceito emitido pelo Dr. Tavares de Lira de que "em vez de ser o concurso o meio único de aferir a capacidade dos que se querem dedicar ao magistério, deve ser a exceção e só aceitável na ausência de outra", dando ao Executivo as dotações precisas para erguer o professorado até à especialização da função pela independência econômica, podemos então esperar que uma nova fase se abra para o progresso do ensino no Brasil. Senão não.

A conquista do professor traria as outras, porque para tornar uma realidade a organização escolar e a adaptação de programas ninguém mais apropriado do que o mestre que à experiência juntando o amor da profissão, não tiver interêsse senão em engrandecê-la pela reta aplicação do seu esfôrço em descobrir o aluno e desenvolver as suas aptidões.

O Sr. Pinheiro Guimarães pode gabar-se de ter efetivamente tratado êsse assunto de modo exaustivo, dando-lhe o caráter de *punctum saliens* da reforma.

Roma não se fêz em um dia. O futuro é o resultado da reação sôbre o passado. O presente regula-se por uma linha tirada da rotina na direção a um ponto ideal de que a atividade progressiva do homem consegue apoderar-se como uma antevisão.

Há crenças pedagógicas que hoje nos entorpecem; erradiquemo-las. Uma vez, pois, reconhecido que o feitio atual do professor é a causa de todos os insucessos das reformas, tratemos de transformá-lo pondo-o em conformidade com o tipo nôvo que as necessidades da cultura brasileira estão indicando.

No tratado do Dr. Pinheiro Guimarães são ventiladas, com a habitual proficiência, tôdas as questões que interessam a instrução pública. Como, porém, não é meu intento acompanhá-lo nos detalhes do seu plano de reforma, principalmente porque, na minha opinião, a reforma poder-se-ia reduzir a um só capítulo e êste relativo às corporações docentes oficiais, cingir-me-ei, para terminar êste artigo, a transcrever com aplauso um trecho do livro, onde se discute e firma o princípio da separação da instrução integral da instrução superior.

"Desatrelar a instrução integral da instrução superior, concedendo aos certificados adquiridos nos ginásios oficiais ou equiparados outras regalias e vantagens que não sejam a exclusiva matrícula nas faculdades onde se ministra a educação técnica; grupar as disciplinas em ciclos cujas aspirações são, a princípio, as mesmas, mas que se avolumam segundo as exigências de cada um e a extensão do caminho percorrido; exterminar o sistema nocivo de encarar as matérias dos cursos de humanidade como simples conhecimentos propedêuticos de restrita aplicação, é avançar muito, progredir."

Êsse princípio, que entende diretamente com a questão tão debatida entre humanistas e realistas sôbre saber se a educação moderna deve prescindir dos estudos clássicos ou se deve limitar-se às que aquêles denominam "*l'enseignement des épiciers*", pode resolver tôdas as dúvidas que se têm levantado por *excesso de psicologia*, colocando o ensino médio sôbre um eixo comum que se oriente em seu desenvolvimento na conformidade das tendências naturais da vocação do aluno, das suas aspirações e da sua posição social.

O Dr. Teixeira Brandão, cuja alta competência na matéria não é demais lembrar, diz na sua obra já citada, que "em regra a idéia que se faz do ensino secundário é que êle tem por fim preparar o candidato à matrícula dos cursos superiores. Dessa falsa e esdrúxula concepção têm derivado todos os males da instrução pública. Se o ideal, na instrução, é o diploma que possui (no conceito dos que assim pensam), a virtude mirífica de tornar sábio o ignorante, em consegui-lo por qualquer forma, deveria consistir todo o esfôrço dos progenitores carinhosos do candidato à investidura acadêmica e dos mestres que contariam pelo número de alunos aprovados a progressão crescente do mealheiro acumulado. E assim aconteceu. Fortes daquele raciocínio, foi se arraigando no espírito dos mestres pouco escrupulosos, auxiliados, neste particular, pela vaidade parva e supina, ignorância dos pais, que vantajoso seria para uns e outros simplificar o programa das matérias, consideradas como preparatórias, reduzindo-as a quadros esquemáticos a pregar na memória dos candidatos que, dessa arte, exibiriam aos examinadores as provas da competência requerida na matéria em exame" [4].

Falou o mestre de preparatórios; falou o legislador. Resta agora que não falhe o voto do Congresso e desta vez desapareçam as mesas de exames parcelados.

---

[4] Teixeira Brandão, *ob. cit.*, p. 29.

A GAIA SCIENZA
DE G. FERRERO

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 23 SETEMBRO 1907.

Hoje, que conheço tôda a obra publicada de G. Ferrero, pergunto a mim mesmo o que foi que me atraiu para êsse espírito desde a leitura do seu primeiro livro. A saúde mental, responde a sua *História da Grandeza e Decadência de Roma.*

Não há sentimento profundo da vida sem essa *gaia scienza* a que Nietzsche atribui o poder de revelação dos segredos da história da humanidade.

"Nós outros", diz o malogrado filósofo poeta, "homens novos, difíceis de compreender, precursores de um futuro ainda não demonstrado, necessitamos, para novos fins, de meios novos, de uma saúde nova, uma saúde mais aguda, mais aguda e resistente, mais intrépida e mais alegre do que tôdas as saúdes até hoje conhecidas. Aquêle, cuja alma sente-se devorada pela ambição de pôr em cêrco todos os valôres correntes e todos os desejos que até êste momento têm sido satisfeitos, de visitar todos os litorais do *mediterrâneo* do ideal; aquêle que pretende conhecer, arriscando a própria experiência quais sejam os sentimentos de um conquistador e de um explorador do ideal e bem assim quais os sentimentos de um artista, de um santo, de um legislador, de um sábio, de um homem piedoso, de um adivinho; êsse homem deverá, antes de tudo, forrar-se da *grande saúde* — da saúde que não só se possui, *ex natura,* mas que também é preciso conquistar incessantemente... E então, postos a caminho, nós, os Argonautas do Ideal, mais cheios de coragem, além talvez do que exigiria a prudência, muita vez naufragados e transidos de dor, mas melhor dispostos e insuflados do nôvo, — teremos diante dos olhos, como recompensa, um país desconhecido, cujas fronteiras ainda não foram vistas por ninguém, um mundo tão rico de coisas belas, estranhas, duvidosas, terríveis e divinas, que nossa curiosidade e a nossa sêde de possuir, saindo dos gonzos, transbordarão ruindo através da região das inatualidades." [1]

É o conhecimento dêsse *mediterrâneo* ideal que determina a serenidade de G. Ferrero. Não o atormenta a consciência da verdade, *a todo transe,* disposto, como parece, a ignorar, enquanto artista, o que deve ser ignorado; uma ponderada alacridade, como o Virgílio dantesco, guia-o pelos meandros dêsse Inferno chamado História, apontando-lhe os aspectos humanos dos condenados; e, fazendo ver

---

1 Nietzsche, *Le gai savoir,* trad. H. Albert, 1901, p. 383.

como as contingências da vida, à luz de cada século, tornam variáveis os protagonistas da comédia, G. Ferrero imprime um caráter original, singular, aos seus trabalhos de crítica social.

A história romana em Tácito, o mais extraordinário dos historiadores antigos, é lúgubre. É lúgubre e desalentadora.

O autor dos *Anais* era um psicólogo profundo; nos tempos que correm, seria um psiquiatra. Os acontecimentos, por êle narrados, sofrem a refração terrível de um espírito soturno e trágico, que envolve as ações dos personagens numa espécie de atmosfera de sortilégio. O temperamento do escritor exalta-se; e cenas, provàvelmente caluniosas, inventadas pela obsecação dos inimigos, ou pela ira partidária, inflamam o seu estilo em clamorosos doestos, que inquinam para sempre o gênero humano de depravações incuráveis e de uma perversidade superior à dos tigres da Hircânia.

Desfilam pelo palco da História figuras tétricas, de proporções carnavalescas assombrosas: são caricaturas do homem, ensangüentadas, abomináveis, vestidas de andrajos morais, quando não cínicas, lerdas, indiferentes. E o pessimismo nestas páginas apavora-nos. São homens efetivamente, Augusto, Tibério, Cláudio, Nero, Calígula? ou são os elefantes de Pirro a invadirem a História, aterrando os leitores incautos com a sua estranha estrutura de paquidermes?

É que Tácito, com ser um grande construtor de almas, um restaurador de cenas domésticas, não podia naquela época possuir o temperamento de um sociólogo. Os seus personagens vivem isolados, prisioneiros de seus vícios, não convivem com o todo social, e, portanto, não podem ser explicados pela época, tanto é certo que a alma de um indivíduo se compõe, em dois terços, quando não na quase totalidade, de reflexos da sociedade, ambiente que, obrigando-o a agir dêste modo e não daquele, acaba por dar-lhe os feitios mais estupendos.

Tal foi o método histórico de Tácito, a que nem Sêneca escapou. E se êle não nos fêz assistir ao incesto de Agripina com êsse hórrido Nero que devia ter sido, na crença dos sectários nazarenos, o próprio Anticristo, naturalmente devemos o milagre a um resto de piedade histórica ainda existente no ânimo do grande justiçador.

"Conta Clúvio que Agripina, para conservar a sua autoridade, chegara a tal excesso de torpeza que até ao meio-dia, quando Nero estava escandescido com as iguarias e com o vinho, por muitas vêzes se apresentara diante do filho ébrio ricamente ataviada e já disposta para o incesto. Que presenciando também já os circunstantes os ósculos lascivos e tôdas as mais carícias precursoras da final abominação, correra Sêneca a impedi-la pelas artes de outra mulher, fazendo aparecer Acté, a qual, fingindo-se aflita pelo próprio risco que cor-

ria e pela desonra de Nero, fôra dizer-lhe: Que já era notório o seu incesto com a mãe, porque ela mesma o divulgava; e que os soldados estavam dispostos a não sofrer o império de um príncipe tão infame" [2].

A passagem é revoltante e demonstra até que ponto o sentimento trágico se apoderara da alma dêsse veemente pintor da vida tôrpemente fantástica dos Césares [3].

G. Ferrero nada tem de trágico, nem de pessimista, nem de teatral. A *gaia scienza* impele-o para outros horizontes. A sua histria não é um espetáculo; não é uma ressurreição dramática, na qual os homens de hoje representam vários papéis agitando como uma máscara a múmia de um Sesóstris ou buscando dar vida fictícia à púrpura dos romanos e às armaduras dos barões da Idade Média. A sua história é uma meditação forte e sugestiva sôbre os acontecimentos passados. Nos seus livros não se estudam cadáveres, coisas mortas, que a nada respondem, porque são mudas e sem alma, mas as ações porventura eternizadas em documentos, cuja riqueza é inesgotável de sensações onde o passado, dia a dia, se levanta para vomitar fatos inexplorados: se evoca o passado, não é por imagens, mas pelo pensamento e pela fôrça da razão crítica.

Como eloqüentemente pondera o filósofo atrás citado, aos grandes historiadores cabe um poder retroativo, que lhes faculta refazer todo o passado. Êsse poder que permite pôr a História inteira na balança e pesar as ações dos heróis, de nôvo, quando menos se espera, desvenda segredos que vêm lançar uma luz diferente sôbre as figuras mais nítidas da comédia antiga.

Não me surpreende, portanto, encontrar na primeira conferência pronunciada por G. Ferrero em Buenos Aires a profissão de fé de um historiador otimista.

"Aquilo que os antigos escritores", diz êle, "chamaram de corrupção não era senão uma transformação de costumes, de geração

2 *Os Anais de Cornélio Tácito*, traduzidos por José Liberato Freire de Carvalho; tomo 2.º, p. 264.

3 "Et comme c'etait son talent de peindre de grandes scénes, il état naturel que ce fut son gout. Il en cherchait les occasions et l'on sent bien qu'il est heureux de les trouver. On a remarqué, par exemple, qu'il ne parait pas se sentir tout á fait á son aise quand il lui faut reconter quelque opération militaire, et, comme ou fait mal oe qu'on ne fait de bon coeur, ses récits de guerre laissent qualque fois á désirer. Les gens du métier l'accusent de nous mal renseigner sur l'état das lieux, le nombre des combattants, la disposition des troupes, les phases de la lutte; mais qu'il survienne un incident nouveau, curieux, qui prete á la description, comme á Indistavise, aux Longs-Ponts, au combat de nuit devant Crémone, aussitot sa verve se ranime, le récit redevient vif, intéressant, coloré." Gaston Boissier, *Tacite*, Paris, 1903, p. 86.

em geração, e em sua essência igual àquela que vemos operar-se em tôrno de nós. A *avaritia* de que tanto se queixam êles era aquela avidez e impaciência por ganhar dinheiro que se observa em tôdas as classes, desde a aristocracia até a burguesia; a *ambitio* era o empenho de ocupar posição mais alta do que aquela em que se nasceu, que tantos escritores moralistas e políticos julgam uma das enfermidades mais perigosas do mundo moderno; a *luxúria* era o desejo de aumentar as próprias comodidades, o luxo, os prazeres, a paixão..."

Já em 1897 lia eu no seu admirável livro *O Militarismo* essa mesma profissão, não direi de fé, mas de temperamento, na qual não sei o que mais admire, se a longanimidade do sociologista, que andava preparando a armadura do futuro historiador, se a faculdade de previsão que pôs a prova o seu talento divinatório na guerra hispano-americana.

Não podem as famílias, as classes e as nações, na opinião de G. Ferrero, viver sem se renovarem contìnuamente; dêsse embate tem nascido a atividade colossal cuja fôrça motriz "é sem dúvida, a necessidade das novas gerações progredirem do ponto em que as velhas gerações as deixaram".

Êste princípio o publicista tinha talvez definido naquela obra de entusiasmo dos 30 anos com mais intrepidez.

"Solo chi crea ha probabilitá di essere felice; chi distrugge è necessariamente votado al dolore."

Daí também a sua inelutável antipatia à guerra, quando esta não é determinada pela necessidade de eliminar males ou obstáculos sociais, que impedem o curso natural das novas aspirações, ou o êxito de gerações mais recentes, prisioneiras da rotina e de um desmesurado sentimento de conservação.

Como todos os espíritos do século XIX, que puderam se distinguir por uma serenidade sugestiva e por uma tranqüilidade sincera, o autor d'*O Militarismo* hostiliza o conquistador e o guerreiro que fazem a guerra por temperamento. Compreende-se a guerra como um fenômeno natural semelhante à febre. Mas o espírito belicoso é sintoma quase certo nos indivíduos de um atroz desequilíbrio, de uma enfermidade incurável... "Os homens que amam a guerra só pela guerra são verdadeiros doentes morais" [4].

Assim aparecem na História os vultos sinistros de Átila e de Napoleão! Monstros de melancolia, de isolamento moral, tipos frustrados de Marco Aurélio, que se não podiam volver um instante para

---

[4] G. Ferrero, *Il militarismo*, p. 6.

dentro de si mesmos, porque aí encontravam o vórtice horrendo da paixão egoística *quarens quem devoret,* êsses guerreiros viveram "perdidos na solidão da própria grandeza e do seu orgulho como num deserto imenso".

A monotonia da existência de sêres tão extraordinàriamente indiferentes à sensibilidade coletiva não é por isso sem conseqüências, porque tais indivíduos fatigados por fim de si mesmos, deixam-se tomar de um ódio difuso contra a raça a que pertencem, e, prófugos no amor, acabam dispersando-se numa agitação intérmina, angustiada, de paixões sem objeto e sem sentido.

Aos homens desta natureza o sentimento histórico dos povos não tem esquecido de expulsar da solidariedade do mundo, imprimindo-lhes uma vez por outra o ferrête da ignomínia. Na voz popular Átila foi o "flagelo de Deus". Os tempos que correm condenam Napoleão como o *condotiere* feliz, o profissional dos campos de batalha, que mais zombou da dor alheia e se sentiu, pela impunidade da glória, com mais direito de desprezar os instrumentos que dêle se acercavam na esperança de uma obra grandiosa e útil.

Há casos, todavia, em que o espírito guerreiro não enche o palco da História dêsse nevoeiro maldito, no meio do qual a ferocidade humana se prepara, na misteriosa investidura de uma personalidade fora do comum, para transformar o crime em heroísmo e a vontade hipertrófica de uma fera de semblante humano no fundador das grandes hordas destruidoras.

É contra naturezas destas que G. Ferrero opõe os guerreiros que cultivaram a guerra alegre "la guerra gaia", como J. César e Garibaldi.

"Mas êstes", acrescenta o autor d'*O Militarismo,* "fizeram a guerra evidentemente constrangidos pelos acontecimentos, sem que tivessem nenhuma paixão pela guerra como guerra, sem buscar na opressão violenta dos outros a satisfação de um orgulho enfermiço, oriundo de um egoísmo hiperbóreo. Garibaldi merece êsse louvor que não devemos negar a Júlio César, que foi, indubitàvelmente, uma das poucas personagens respeitáveis emergentes no teatro da História. Nascido em uma época, na qual cada um necessitava, para não ser esmagado, saber defender-se e reagir com violência, êle soube, melhor do que qualquer outro, graças à plasticidade de seu gênio, jogar com a guerra; nunca, porém, empreendeu-a pelo simples prazer de guerrear; ao contrário a aceitou sempre impelido para os fins remotos da sua soberana ambição de salvador e libertador, porque a natureza dêsse guerreiro não era a de destruidor de povos, mas de plasmador de sociedades, de governador de homens, de sociólogo prático. Júlio César, enfim, possuía o verdadeiro espírito re-

volucionário, o espírito que cria, — isto é, a capacidade de acelerar, com o auxílio de atos dirigidos por maravilhosa lucidez de idéias e amplo descortínio, as transformações necessárias a uma sociedade desordenada, em procura, através de convulsões contínuas, de um estado qualquer de equilíbrio, ainda que provisório e artificial, capaz ao menos de conceder um momento de paz.

"Júlio César, portanto, foi um criador, e como criador um espírito alegre (*uno spirito gaio);* um homem, tal qual o descreveram os antigos, sereno e satisfeito, senhor de si, cheio de confiança em tudo, no seu gênio, na sua fortuna, nos amigos, no futuro da sua obra, no conceito e gratidão dos homens" [5].

Para êsse prócere da antigüidade romana, como para o nôvo historiador italiano, as coisas não devem ter uma "alma de ódio".

A História, pois, não poderá viver senão por essa alma de juventude e de alegria, que, ao mesmo tempo é, segundo o conceito de Spencer, a alma da verdade humana, e existe ainda no êrro e na mentira.

G. Ferrero não trepida em interditar a guerra como o mais tremendo paradigma da hipocondria das nações mal governadas ou envelhecidas, senão por ter sido a primeira "solução errônea, que quase todos os diversos ramos da família humana derem ao problema da própria felicidade", — a solução animal.

"Solo chi crea é felice..."

E, se é inegável, como afirma o historiador italiano, que "a voluptuosidade da imprevidência e o ódio ao trabalho metódico e uniforme são o pai e a mãe da guerra", compreende-se como na sua obra ao brilho das paixões sociais de César se tenham, por fim, oposto a prudência e a laboriosidade de Augusto.

Quando abrimos os *Anais* de Cornélio Tácito sentimos alguma coisa de estranho: as primeiras quatro palavras da História, que são um resumo extraordinário do movimento do povo romano, desde Rômulo até o govêrno de Otávio, nos arrastam num turbilhão de sensações tôdas relativas à inconstância do destino das nações.

"Nem foi longo o domínio de Cina e Sila", diz o escritor romano no seu estilo lapidar; "as fôrças de Pompeu e Crasso brevemente cederam à superioridade de Augusto: o qual, achando os ânimos cansados com as discórdias civis, tomou posse do Império com o título de *príncipe*" [6].

De sorte que, segundo o pensamento esculpido por inimigo dos Césares imperadores, só a fortuna junta à delinqüência dos sobre-

---

[5] *Ob. cit.* p. 13.

[6] *Trad. cit.* p. 1.

viventes ao tufão das guerras civis devera Otávio o êxito do seu govêrno. G. Ferrero, porém, salvou-se de fixar nas páginas luminosas da sua história a opaca figura que o preconceito do tempo e a glosa posterior transformam no mito de Augusto. Êsse mito êle, com extrema felicidade, conseguiu dissipar, mostrando em como êsse homem levado pelas circunstâncias ao poder pôde fazer-se o mais extraordinário financeiro que existiu na Antiguidade, e que isso não foi obra da fortuna.

"Entretanto", diz G. Ferrero, "por uma espécie de ilusão contagiosa a Itália via personificada em Augusto tôdas as suas aspirações. A concórdia entre a nação e o primeiro magistrado da República era apenas aparente. Em uma questão capital, como era a política oriental, o desacôrdo manifestava-se inconciliável; a Itália solicitava que Augusto seguisse o mesmo caminho percorrido por Crasso e Antônio; Augusto, porém, entendia que a Pérsia devia ser abandonada aos poetas... E êste desacôrdo bastaria para que se afastasse a idéia de que a moderação constitucional de Augusto era uma *comédia política*. Na conquista da Pérsia pretendia Crasso firmar a suprema justificação de tôda e qualquer usurpação constitucional; com o mesmo argumento esperara César justificar a ditadura, Antônio o triunvirato. Augusto, pelo contrário, não ambicionando os troféus indigitados por Antônio e César nesse longínquo Oriente, sèriamente, por necessidade e prudência refletida, não por ilusão ou por espírito de platonismo republicano, propunha exercitar única e constitucionalmente o consulado em Roma e o proconsulado nas três províncias, dissimulando quanto possível a acumulação das duas autoridades, consular e proconsular, que depois da Prefeitura do Egito constituía a mais grave inovação contida na reforma dos anos 28 e 27. Assim era obrigado a afastar de si o bando de fanáticos que se obstinavam em propor-lhe novas honras, buscando refrear o entusiasmo de admiradores maníacos; não perdia ocasião de se mostrar cordial em face do Senado, praticando de contínuo com os senadores mais conspícuos, aos quais consultava em todos os negócios sérios; em suma, todo seu esfôrço se empregava em diminuir na imaginção do povo a lenda da sua pessoa, procurando dêste modo reduzir a proporções razoáveis o mito que se andava fazendo no intuito de transfigurá-lo no centro de uma auréola radiante, quando só lhe convinha que os seus concidadãos vissem nêle o senador e o magistrado romano.

"— Comédia, — repetem há cinqüenta anos os historiadores. Atos muito sérios — respondo eu: porque Augusto, que provàvelmente conhecia Roma e a Itália como tantos professôres modernos de História, sabia que dois sentimentos digladiavam-se na alma nacional, de

modo que era possível, satisfazendo um, ferir o outro, mas nunca violentar a ambos: — o orgulho imperial e a arrogância republicana. Só quem conquistasse impérios e tesouros poderia arrastar impunemente a República ou com o menor perigo" [7].

Estas memoráveis palavras de G. Ferreiro traduzem e explicam, com extrema simplicidade, tôda a sua filosofia da História, senão o seu temperamento de reconstrutor.

Grande é o poder de sua imaginação; e a prova está em que atravessando-se as páginas dos cinco volumes da sua história de Roma, vive-se a vida do grande povo, mas de um modo íntegro e completamente nôvo; e por uma espécie de sugestão, que se corporiza no tumulto daquela coletividade, ora na Itália, ora nas Gálias, ora no Oriente, como uma aspiração inconsciente, todavia sempre agitada em busca de futuras formas sociais, sente-se quanto essa vida foi intensa, como ela encheu o Universo, e, por que meios secretos se reproduz nas sociedades modernas governando ainda as raças e os povos que dali receberam o verbo latino.

Não é por certo a imaginação irradiante e erudita de Mommsen, nem a romântica e teatral de Michelet. Sem embargo, porém, da ausência de artifícios dramáticos e dos retratos fulgurantes de heróis, acha-se nas narrações, nas sínteses de G. Ferrero alguma coisa que se pode comparar com a atmosfera de uma região, — é a atmosfera física dos fatos formada pela conexão dos acontecimentos com o meio e do meio com os indivíduos, cuja alma êsse meio insufla.

A jovialidade do temperamento convinha, pois, que o historiador italiano atribuísse o que há de original na sua obra. Uma luz álacre, projetada sôbre aquela época facultou-lhe um descortino que surpreende os nossos hábitos históricos. É ainda a essa *gaia scienza* que G. Ferrero deve a substituição dos personagens legendários por outros, que, mais próximos da realidade e de feitio mais humano, são por isso mesmo mais dignos do nosso interêsse. Não é exato que a simples curiosidade do pitoresco na História é um achaque, que. pervertendo a imaginação verdadeiramente criadora, pode convertê-la no ignóbil verdugo da justiça, evocando a vingança trágica dos Atridas, e, por imitação preparando os ultrajes da Revolução francesa?

O autor da *História da Grandeza e Decadência de Roma* fugiu a essa enfermidade.

Cessou a admiração incondicional de César como estadista; a luxúria de Antônio e a beleza de Cleópatra recolheram-se aos justos limites de um cálculo dinástico; as torpezas atribuídas a Júlia, mu-

---

[7] G. Ferrero, *Grandezza e decadenza di Roma*, vol. III, p. 17.

lher de Tibério, achou atenuantes na desnecessidade do adultério; e, por último, sem os ódios de moralistas mal dissimulados, de Salústio, de Suetônio e do próprio Tácito, buscando no vetusto ambiente as impressões deixadas da vida real pelos personagens, que invadem o teatro da atividade histórica, tenta e consegue desentulhar, como se fêz em Pompéia, não um homem, mas o trabalho mais perfeito da administração que nos legou a Antiguidade: — as finanças de Augusto.

Observa G. Ferrero que êsse instinto no sucessor de Júlio César eram tão intensos e conjugaram tão acertadamente com as urgências da República, que Augusto não trepidou em montar em sua própria casa, portas a dentro, à custa do seu bolsinho, com fâmulos, escravos e libertos inteligentes, ocupados em seu serviço doméstico, uma repartição particular, que sob a sua imediata direção, funcionava diurna e noturnamente recolhendo todos os dados estatísticos, informações, estudos, uma contabilidade, enfim, tal qual a sua orientação econômica indicava como única, e sólida chave do govêrno, cuja responsabilidade aceitara.

Nesse Augusto, antipático às guerras de conquista e entregue ao trabalho indefesso de aproveitar tôdas as fontes de riquezas que se ofereciam à Itália, para manter a fôrça e o prestígio de Roma, não estará acaso tão longe da *fortuna* a que se refere Tácito, como das ilusões de grandeza dêsse Júlio César, que, de surto em surto, pensava, abrindo as portas de Roma aos povos bárbaros, realizar o sonho da felicidade mundial?

Certo que sim. Mas também aquela fortuna aqui não andou às cegas. Tudo colaborava para tornar de mais em mais sensível, com o desenvolvimento das finanças conformes as entendia êsse espontâneo Ministro da Fazenda romana, a idéia do interêsse público. Quanto Augusto desapareceu deixou Roma organizada econômicamente, mas também a concepção do Estado, como coisa pública, *res publica,* como personalidade jurídica, se fortalecera na mente dos jurisconsultos porque o Império não pôde destruir o conceito de que "êste Império era a propriedade indivisa e eterna do povo romano, o qual o Imperador devia administrar, mas não podia dissipar." [8].

Entre os dois grandes tipos da história romana, César e Augusto, parece terem-se dividido os escritores como se se tratasse da fábula da *Cigarra e a Formiga.* Ao gênio delinqüente preferiu G. Ferrero o intelectual laborioso e o estadista previdente, nunca iludido, sempre vigilante. E porque a imaginação dos homens de comando nem

---

[8] G. Ferrero, *Ob. cit.,* vol. V, p. 413.

sempre é isenta de solicitações epiléticas, imprevistas, ao conquistador das Gálias, aquêle que embriagou a Bacante do mundo, com o turbilhão da vida intensa, fêz preceder na consideração da História o inimigo das guerras inúteis, não urgidas pela necessidade da nação, o paciente construtor da ordem e da felicidade pública.

Que Augusto representasse efetivamente uma comédia e conservasse a máscara de *pai da pátria* por tantos e tão dilatados anos, pode a imaginação histórica deduzir das palavras por êle proferidas no seu leito de morte: *Plaudite, amici, comedia finita est!* Voltaire chamou-o um monstro sagaz e feliz além do que permitia a natureza.

Tê-lo-ia sido, na fase de G. Ferrero? Há na História coisas abscônditas.

Não está de todo averiguado que Augusto quisesse restaurar as instituições republicanas, conforme procurou demonstrar o historiador italiano, nem até que ponto chegou a sua cumplicidade na usurpação da ditadura democrática exigida pelo povo, como antítese de César. Mas há fatos na biografia dêsse homem que obrigam a refletir. A sua política internacional, a concepção do govêrno do mundo pela indústria, a obra econômica das Gálias, o equilíbrio dos três mundos em tôrno de Roma, da Itália, do Oriente e do Ocidente bárbaro; a sua pertinácia, enfim, faz-nos suspeitar de que nada mais oportuno havia naquela época do que a manutenção do método de administração por êle inaugurado.

O PROMETEU DE ÉSQUILO

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 12 OUTUBRO 1907. AO FINAL, DIZ O AUTOR EM NOTA: "EXTRATO DE UMA CARTA AO TRADUTOR".

... Tendo lido as provas da tradução em verso do *Prometeu Acorrentado* de Ésquilo, eu simplificaria o meu juízo sôbre êsse trabalho escrevendo, por baixo da carta, que o Sr. Conselheiro Lafaiete dirigiu ao tradutor, as seguintes palavras: "concordo inteiramente com o douto parecer do sábio mestre".

Efetivamente os conceitos do Sr. Conselheiro Lafaiete, tanto sôbre o gênio de Ésquilo, como sôbre a versão, nada deixam a desejar, e revelam, a cada frase, um espírito, a que a idade não tirou nem a verdura juvenil, nem a curiosidade das novas idéias.

Considerando, todavia, que, em literatura, não são tolerados acôrdos desta natureza, como sucede entre juristas, direi o que penso relativamente ao assunto.

Permita-se-me, entretanto, uma reminiscência.

Era por volta de 1864. Tinha eu 16 anos e o tradutor, então no Recife, exercia uma importante comissão do Tesouro. As minhas relações com o seu digno filho Frederico, de quem fui colega nas aulas do Ginásio Pernambucano, levaram-me um dia à sua pitoresca residência da Rua da Aurora, em Santo Amaro. Daí avistava-se a parte mais bela da Veneza americana; a fortaleza do Brum, o istmo de Olinda e o oceano a perder-se num azul profundo. O sítio era propício às meditações de um poeta. E, de fato, o tradutor das *Fábulas de La Fontaine* não escapou à influência dêsse delicioso retiro, onde, mais de uma vez, vi-o em companhia de filósofo José Soares de Azevedo, português emigrado da revolução do Pôrto e que me ensinou o francês, do Dr. Sarmento e do Dr. Almeida, que se entregava a estudos clássicos e escrevia dramas.

Pressenti que se discorria sôbre letras, artes e poesia. Nestas reuniões suponho que se liam também trabalhos originais.

Recordo-me ainda da festa familiar que ali houve, por ocasião de um aniversário, na qual se representou, num pequeno palco improvisado, o drama *Luís*.

Pela primeira e última vez arrisquei-me a declamar um papel, o que fiz de parceria com os dois filhos do tradutor; e por sinal que o contra-regra, um empregado da Tesouraria de Fazenda do Recife, achou que o personagem cômico da peça devia ser desempenhado por mim. Um desastre!

E nessa noite não devia ser o único. O Frederico induzira-me a tocar ao piano o *Capricho Húngaro* a quatro mãos.

Quando hoje penso que cheguei a ser submetido a essa prova, ao lado do futuro *virtuose,* do admirável autor e executante dos *Canários,* sinto percorrer-me o corpo um calafrio de pavor retrospectivo; e a êsse fato devo talvez ter abandonado a veleidade de ser um pianista. Em boa hora o digo; muitas outras veleidades foram-se como esta, aliás, de tôdas a mais inofensiva.

Ora, tais circunstâncias geravam em meu espírito a convicção de que as belas-letras e as artes não eram, por forma alguma, incompatíveis com os mais áridos serviços da administração, pois que o Barão de Paranapiacaba, com ser poeta e homem de letras, nada perdia da alta competência, que sempre revelou nos assuntos contenciosos do Tesouro.

Volveram os tempos, e hoje após 42 anos, bem contados, eis-me de nôvo a considerar as letras, mas sob aspecto diferente, isto é, como um preservativo contra os ataques do tempo.

Não é velho quem pode aos 79 anos preparar uma tradução poética do *Prometeu* de Ésquilo.

E digo mais, não é comum encontrar quem nesse período da vida saboreie belezas literárias; dificílimo, ainda, quem possa senti-las, compreendê-las, dar-lhes o devido relêvo; e a razão é muito simples: quando chega a verdadeira velhice, o cérebro apaga-se, a imaginação estanca, e, nestas condições, torna-se quase impossível obter a visão artística, sem a qual é inútil todo esfôrço para colorir os ancenúbios postos pelo autor no original que se translada para a língua que falamos.

Traduzir Ésquilo! de quem se poderia dizer que fizera mais que Prometeu, porque arrebatara, não o fogo dos plainos celestiais, mas, das próprias mãos de Júpiter, o raio, para com êle fulminar, transformado no sublime, a imaginação do povo mais culto do Universo — o povo ateniense!

A crítica de Ésquilo está feita, como muito bem sentenciou o Sr. Conselheiro Lafaiete, aplicando ao grande trágico o que um crítico antigo disse de Tucídides a propósito das belezas da Ática: — "Aqui o leão sorriu!" Mas há de permitir o ilustre cultor das letras clássicas, que pondere, acompanhando suas próprias expressões, que, a cada geração que passa, êsse "sorriso do leão" é, de mais a mais, intenso, fecundo, fertilizador.

A admiração pelo *Prometeu* e pela *Orestíada* crescerá para todo sempre, porque as verdadeiras obras geniais, quando produzidas em épocas climatéricas de cultura estética, enchem-se de estranhas virtudes e de um secreto poder de revivescência. Do mesmo modo que as fôrças da natureza, elas encerram em si um princípio, que está sempre a agitar-se numa evolução perpétua, de onde surgem, século por século, as mais imprevistas sugestões.

No meu conceito, pois, essa admiração será uma fonte perene de interpretação dessas fôrças representadas em Ésquilo, — interpretação que um exímio jurista, como é o autor do *Direito das Coisas*, compreende melhor do que ninguém, êle que sabe como podem modificar-se, na diuturnidade do tempo, os recursos de exegese rebuscados pelo intérprete.

Que teria sido o *Prometeu* de Ésquilo para a Idade Média, se esta o houvesse tido e comentado? Provàvelmente um tipo igual ao dos Heitores e Aquiles, que os autores de mistérios transformaram em duques e barões, senhores de ducados e baronias infestadas pelos servidores do Diabo.

Que foi o mesmo Prometeu, durante o período do romantismo? Um Cristo pagão, que teve o seu Calvário nas escarpas do Cáucaso. E vagas analogias, exploradas pela lógica emanuélica, deram o extravagante resultado de acharem parecidas duas situações profundamente divergentes, não só no fundo, mas também na forma.

Para nós outros, que conseguimos entrar com os nossos quase naufragados esquifes nos mares tumultuosos do século XX, e assistimos ao comêço de uma navegação, que há de revelar ao mundo coisas estupendas, tanto do passado, como do futuro, o Prometeu participa tanto da natureza de Cristo como qualquer habitante da Terra pode participar do temperamento de um íncola do planêta Urano.

Jesus não era um revoltado. A melancolia que domina a sua doutrina e que recebeu a sua forma simbólica mais perfeita na cena do *Jardim das Oliveiras*, quando, de joelhos, na angústia extrema, êle rezava ao Pai que afastasse o tremendo cálice da amargura, nada tem de comum com os rugidos de cólera, que solta e os estertôres de dor que o Titã padece, acorrentado ao escalvado rochedo da injustiça olímpica de Júpiter.

Em que se parecem a humanidade daquele justo e a resignação, que o acolhe, sempre acompanhada das promessas de uma outra existência, fora das contingências dêste mundo, *vis à vis* do orgulho inquebrantável do último, que, vencido, ainda tem fôrça para atirar o sangue, que lhe jorra das feridas, como supremo desafio ao poder que o subjuga?

Ao contrário, as duas situações mostram apenas a enorme diferença que existe entre a civilização pagã e a que o nôvo credo se propôs plantar na Terra, sob o paládio da cruz do sacrifício.

O Cristo outorga o facho de fé à humanidade itinerante em busca do Paraíso. Prometeu arrebata ao Sol o fogo que esclarece a Terra e a transforma na mais digna das habitações do homem.

Para salvar os mortais, Jesus propõe o amor sempre crescente do Pai celestial, origem de tôdas as coisas, espírito paracleto que

tudo perscruta e que sonda tanto os abismos do não-ser, com os confins do coração humano. Para salvar a raça inteligente que povoa a Terra. Prometeu insurge-se contra Júpiter e promete à posteridade a queda do pai dos deuses e o extermínio do obscurantismo que ameaça os homens com o regresso à condição dos sátiros e dos faunos errantes nos bosques e condenados ao estado bestial.

O herói de Ésquilo, por fim, bem ao contrário do homem-Deus, que sucumbe a tristeza mortal, em copioso suor de sangue, no Getsêmani, sistematiza a jucundidade da vida e, consciente do seu destino, armado da ciência do futuro, funda o *império da vontade,* despreocupado da remissão do pecado original.

Através do espírito do poeta trágico, êsse Titã, inventor sublime de artes inauditas, de posse dos segredos das ciências, como um verdadeiro sociologista moderno, porque fôra coevo das ingratidões de Júpiter e da catástrofe de Saturno, assume a extraordinária previsão do fato histórico e, conhecendo as falhas da armadura do mais recente ditador do Olimpo, não tarda em descobrir o caminho que deve levar a raça humana a apoteose de si mesma.

Estadeie-se Jove em radiosa altura
Fiado no poder do raio igni-expirante,
que produz, ao tombar, fragor tonitruante.
Armas tais não serão, porém, de valimento
Para lhe atenuar da queda o aviltamento.
Prepara para si tremendo antagonista,
Que uma arma há de empregar, a que ninguém resista
— Um fogo, invento seu — mais que o raio danoso,
Cujo estrondo, vencendo o trovão fragoroso,
Quebrará de Netuno a haste de três dentes,
— O flagelo do mar, que abala os continentes —
Saberá Jove, então, de própria experiência
A distância que vai do mando à obediência.

Eis o motivo por que, no comêço desta carta, dizia que a exegese das obras de Ésquilo há de, a cada geração, descobrir estranhos meios de entendê-lo.

Na limpidez da tradução do Sr. Barão de Paranapiacaba sentimo-nos perfeitamente a gôsto, penetrando nessa época tormentosa em que viveu o poeta e que explica o sentido real e político de sua obra.

Ésquilo, que foi hoplita e guerreou em Maratona, em Salamina e em Platéia, como bom grego que era, trocando o dardo pela pena, não deixou atrás de si a alma do político militante. O guer-

reiro no teatro não esqueceu Xerxes, nem Temístocles, nem as rivalidades, que logo após invadiram o Peloponeso. O artista, então, foi homem. O mito tinha em sua alma de vate, de vidente, uma alta significação terrestre. Os furores báquicos dissiparam-se como o fumo embriagador, que se exalou dos grandes sacrifícios; e os deuses, despindo-se de sua divina dignidade, ao movimento da vara mágica do trágico, desceram à Terra para representar as paixões humanas, intrepidez do orgulho e as torturas de perseguições inverossímeis.

No *Prometeu,* portanto, o simbolismo é transparente. E as *Personas,* as máscaras mal disfarçam, na solenidade do feitio trágico, as colmeias humanas, onde se desenrolou a luta do progresso contra a rotina.

O tradutor não foi insensível ao tumulto que existe nessa extraordinária composição.

"Cada século", disse com magistral acêrto o Sr. Conselheiro Lafaiete, "tem o seu modo de traduzir. Cada geração de tradutores esforça-se por descobrir pensamentos e intenções, que, a seu ver, escaparam aos seus predecessores". E acrescenta que Tácito só foi bem entendido depois das Cenas da Revolução Francesa.

Assim também reflete Gaston Boissier, quando lembra que os corifeus da *grande crise* chegaram até a sentir, lendo os *Anais,* as veias sacudidas pela aura epilética da grandeza: *vi dominationis convulsus et mutatus.* Então viu-se o que é a loucura de uma enorme fôrça impune, sôlta aos quatro ventos: — da ambição, do ódio, da injustiça e da concupiscência.

No seu trabalho pôs o tradutor em contribuição tudo quanto a crítica e a métrica modernas oferecem de útil e eficaz para estereotipar a convulsão do gênio esquiliano.

Em conversa com o mesmo aventurei a idéia de que, se fôsse eu o tradutor, teria empregado em todo o decurso da tragédia o verso alexandrino. Confesso, hoje, depois de a ter lido atentamente. que teria cometido uma falta imperdoável, mentindo ao mecanismo dos versos, que os gregos tão sàbiamente arquitetaram.

Há uma coisa que ainda mesmo uma versão em prosa pode emergir do texto trasladado: é o tropo e o movimento da idéia, que, segundo Buffon, constitui a alma do estilo.

As figuras de pensamento, por serem idependentes das palavras que se exprimem pela coisa significada, são perfeitamente traduzíveis.

O tropo é mais difícil de passar de um para outro idioma, porquanto não raramente assenta sôbre uma idiossincrasia vocabular. A sinédoque, a metáfora, a metonímia prendem-se, muito em particular, à índole e à sintaxe da língua em que são manipuladas.

Não conheço a língua grega para verificar a exatidão dos tópicos da tradução. No que toca ao movimento, tanto quanto posso avaliar do pensamento de Ésquilo, sinto que o *Prometeu* em língua vernácula deixa o leitor perfeitamente convencido da elevação que o trágico deu a sua obra.

E da métrica?

Ah! a métrica! Para mim, a métrica é um terreno candente e perigoso. Não me julgo habilitado para tratar, *ex-professo*, dêsse assunto. Sei que nas côres Ésquilo empregou os versos anapésticos e os fêz maravilhosamente. Penso mesmo que em métrica e rítmica os gregos, apesar de empíricos, esgotaram o assunto, pressentindo, de um modo extraordinário, quanto os versos, na sua composição, estavam subordinados ao movimento do pensamento, como a cadência dependia da direção que os sentimentos e as paixões imprimiam a êsse foco da poesia chamado alma.

Hoje explica-se cientìficamente tudo isso; mas Longino, Aristóteles, os retóricos de Alexandria, posteriormente Quintiliano, deixaram todos os fenômenos. pertinentes a êsse ramo de atividade humana perfeitamente classificados e dotados de uma tecnologia inexcedível.

Quem há que, comparando Anacreonte e Homero, Píndaro e Ésquilo, Teócrito e Aristófanes, não veja logo que êsses poetas cederam à necessidade de buscar uma sintaxe e uma melodia apropriadas à revelação do deus, que os agitava?

Daí em certos poemas a variedade de tons.

Ésquilo, nas suas tragédias, arrastado pela oposição dos assuntos, era obrigado a usar, ora da epopéia, ora do lirismo, ora do drama. Os seus versos são explicados por êsses impulsos naturais da alma do artista, que então já encontrava na cultura grega instrumentos aparelhados para produzir os efeitos que visava a sua arte.

A habilidade do tradutor brasileiro deve consistir, portanto, na procura dos acentos que mais de perto correspondam aos que o poeta grego utilizou recorrendo à riqueza do seu idioma.

A versão do Sr. Barão de Paranapiacaba, segundo penso, consultou tôdas essas delicadas transparências artísticas.

Muito se tem comparado a tropologia de Ésquilo com a de Shakespeare.

Êstes dois poetas são incontestàvelmente parentes, apesar das épocas. Em um ensaio publicado, há tempos, na *Revista Brasileira*, mostrei em como êsse parentesco tinha a sua razão de ser no temperamento social dos dois autores. Ambos possuíam a alma de estadistas; compreendiam a sua época como filósofos; e viam os ho-

mens e as suas intenções de uma altura inacessível ao vulgo. Dessa circunstância nasciam as sentenças que se lêem nas suas tragédias — sentenças que produziam espanto, porque, como bem dizia Emerson, caíam sôbre a alma popular à maneira de aerólitos, desprendidos de um mundo diverso daquele em que vivemos a vida vulgar de todos os dias.

A essas sentenças acrescem as imagens sem rival e os tropos que faziam "o leão sorrir", pela delicadeza do pincel.

O Sr. Barão de Paranapiacaba traduziu muitos dêstes tropos com grande fidelidade e precisão.

"Risos do mar, sem conta", disse o tradutor numa das mais belas passagens da tragédia; e com razão desprezou o "marulho das ondas", o "cachinar das vagas", e outras expressões propostas pelos escoliastas, que não percebiam a situação do espírito do poeta diante dêsse mar jônico, esmaltado de ilhas adoráveis, onde as vagas, sob um céu incomparável, se riam de contínuo, esfrolando aos pés de Afrodite, tangidas pelo sôpro acariciador das brisas do Egito.

DOIS GRANDES ESTILOS

CONTRASTES E CONFRONTOS

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 3 FEV. 1907, A PROPÓSITO DO LANÇAMENTO DO LIVRO *CONTRASTES E CONFRONTOS*. O ARTIGO TRAZ EM RODAPÉ A SEGUINTE INDICAÇÃO: EUCLIDES DA CUNHA, *CONTRASTES E CONFRONTOS*, PÔRTO, 1907. POSTERIORMENTE, FOI TRANSCRITO NA 2.ª EDIÇÃO DO MESMO LIVRO (PÔRTO, LELO, 1907). A PRESENTE REPRODUÇÃO É FEITA DA 5.ª EDIÇÃO, PÔRTO, COMP. EDITÔRA PORTUGUESA, 1919.

I

A leitura de um dos capítulos mais emocionantes do nôvo livro de Euclides da Cunha despertou-me a recordação de uma história que ouvi da bôca de um dos meus ascendentes. Acontecimento trágico, cujo teatro foi a escarpa de uma serra, nêle figuram, como personagens, três crianças apenas, imprudentes e malignas. Não o esqueci; e vou referi-lo como mo contou meu avô materno.

Havia, nas proximidades do Crato, no Ceará, em 1823, uma família de agricultores que, vivendo pobremente da cultura de cereais, não descurava da educação de dois filhos, que constituíam o seu encanto. Êsses meninos freqüentavam a escola régia que existia no povoado próximo e faziam diàriamente um percurso de mais de meia légua, a pé, para darem as suas lições. Eram vivos, muito espertos; o mais môço, temerário, o que não deixava de trazer os pais em contínuo sobressalto, o outro, porém, tinha mêdo do escuro e era sempre conduzido pelo irmão.

Essa modesta gente morava na meia encosta da serra; e não só os dois meninos, como outros que residiam nessas mesmas paragens, despendiam, quase sempre juntos, na viagem, muito mais tempo do que seria necessário para ida e volta. A razão era muito simples.

As ladeiras corriam entre despenhadeiros, e o caminho era, a a cada passo, interrompido por veredas abertas pelo gado, algumas das quais iam terminar em telhados e precipícios. Tanto bastara para que os rapazitos sentissem a curiosidade aguçada e buscassem todos os dias um passo mais difícil para prolongarem as suas diversões.

Um dia descobriram, no têrmo de uma dessas correrias de cabritos, um terrapleno formado por uma pedra, que, destacando-se da vegetação tufosa e luxuriante da encosta, caía a pique sôbre o vale que se afundava numa grota sem saída, pelo menos aparente. Quase na vertical, porque a lapa da esplanada era saliente, quem se debruçava da aresta, olhando para baixo, sentia vertigens, como se se tivesse alcandorado num balão. "Pedra talhada" chamava o povo a êste sítio; e, pela escuridão verde-negra do abismo, onde se entrelaçavam cipoais emaranhados, emergindo aqui, ali, uma gameleira, um cedro, uma aroeira, era inevitável o assombro. Ao con-

templá-lo, o espectador sentia a pele eriçada sob a revulsão de sentimentos sinistros.

Atravessavam caracarás grasnando, o que dizia que, no fundo da grota, existia carcaça de bezerro morto pela fome; e o eco retumbava aos gritos do transeunte, fazendo crescer a vastidão do vale.

Pois êsses meninos achavam encanto indizível em tudo isto. O mais audacioso, entrando pelo mato adjacente, voltou, de uma vez, contando que topara magnífico divertimento; e levou os companheiros até ao encêrro que descobrira e de onde uma enorme aroeira, cujas raízes, como pegões de ponte colossal, se engalfinhavam no coração da serra, abraçando pedregulhos, emergindo justamente da aresta do talhado, pendia sôbre o vão da grota à maneira de um dêsses turcos gigantes que se vêem nos transatlânticos. Dos galhos mais rijos da árvore dependuravam-se grandes cipós, que o vento açoitava de rijo, e, volteando sôbre o abismo, andavam ali a incitar o temerário baloiço das crianças.

Ao descortinarem êste traiçoeiro arranjo da natureza, foi unânime a exclamação. Não podia encontrar-se um melhor balanço, nem mais emocionante, nem mais apropriado qual o medroso.

No dia seguinte, ao cair do sol, estavam todos a postos, munidos de corda e laço e de uma pedra, para captarem os cipós. A manobra não lhes gastou a paciência; porque dois dos pendentes, cuja segurança verificaram, foram puxados e ligados por um pau, imitando um trampolim.

O mais môço foi o primeiro a tentar a aventura; e não saiu-se mal. Os restantes, aos poucos, se ensaiaram, a princípio com terror, depois mais confiados, de sorte que, no cabo de três dias de exercício, achavam-se todos perfeitamente familiarizados com o pavoroso divertimento sôbre a morte.

A audácia foi aumentando. Já agora não era só atirarem-se ao abismo, certos de que voltariam ao ponto de partida, graças à resistência das flexíveis fibras do vegetal, firmados na lapa de onde saíam, montados no trapolim, com a respiração suspensa, olhos acesos, fisgados pela emoção que o perigo enchia de deslumbramentos; os meninos queriam chegar, com o balanço, a alturas impossíveis.

Em um dêsses exercícios, o autor da brincadeira conseguiu dar ao balanço um arremessão tão violento, que a chicotada, no desengate do empuxo, levou-o até acima da horizontal. Um horror! Era chegar quase ao centro da grota.

Então, os outros ouviram um brado, depois um *zunt,* como de um projetil que passasse, um risco no espaço, e o trampolim não voltou mais.

O primeiro movimento não se descreve. Os meninos recuaram, álgidos, aterrados, sem articular palavra.

— Foi você! disse, por fim, o irmão mais velho, verde de susto, diante do companheiro, que ajudara a dar o último movimento ao balanço rústico.

— Mas você também ajudou!

E houve uma gritaria desconexa, um alarido sem nome, em que a responsabilidade da catástrofe esmagava-os, ainda buscando empolgar o menos culpado.

Passado o primeiro soçôbro, aproximaram-se da aresta da lapa para explorar o fundo da grota; mas recuaram logo, como se o abismo ameaçasse, por sua vez, tragá-los.

Não tinham descoberto nada. A floresta, em baixo, fechara-se como as ondas de um mar encapelado sôbre o corpo de um náufrago.

Chôro convulso rompe dos sobreviventes. O irmão da vítima soluçava. De súbito, um arranco de corrida. Dir-se-ia que aos infelizes meninos aparecera alguma alma do outro mundo. Esbaforidos, chegaram à vivenda dos pobres pais, que mal compreenderam a história que lhes contavam. Em casa, o alarido foi infernal. Acudiram vizinhos; e cada qual que propusesse o expediente menos exeqüível. Por fim, um mateiro, prático e prudente, lembrou que estavam perdendo o tempo, e que o mais acertado era fazerem uma batida no grotão. Arranjaram-se fachos, então, porque a noite já entrara, e desceram em busca do cadáver. As entradas do mato eram difíceis e muito lúgubres; todavia, graças aos instintos de caçador da maior parte dos expedicionários, não tardaram em encontrar o sítio onde devia ter caído a vítima. Com muito trabalho, abriram o matagal à foice e penetraram no fundo da grota que ficava justamente por baixo da aroeira. Mas o cálculo estava errado, porquanto o mateiro, apesar do tino característico dessa gente, não contara com a parábola descrita pelo corpo do rapaz, que fôra atirado com propulsão violentíssima. Desanimados, percorreram a área inteira do vale; mas todo o esfôrço foi empregado inùtilmente. E já se dispunham a esperar que rompesse a aurora para empreenderem uma batida mais minuciosa, quando ouviram uma voz que lhes vinha da encosta vizinha, — uma voz sumida, queixosa, quase lamurienta.

— É a voz do Chico, disse o pai, num hausto de delírio.

Os circunstantes duvidaram. E a superstição criou-lhe na alma a sensação de algum espírito transviado.

O guia, porém, homem resoluto, teve impressão contrária.

— Esperem aí, disse; e, sem hesitação, trepou pela escarpa, em direção ao gemido que repetia.

Os companheiros estacaram. O mateiro sumiu-se na ramagem; poucos minutos decorreram; por fim, apareceu em cima.

— Tragam foices e os archotes!

No ponto em que se achava o audaz explorador, existia uma capoeira de mato rasteiro, inteiramente coberta de melão-de-são-caetano, que um engranzado * de cipós sustinha alguns metros sôbre o solo.

O sertanejo teve um palpite. Gritou, chamou, tornou a chamar. Afinal, ouviu-se nìtidamente a voz do menino pedindo que o socorressem.

O processo foi rápido. A foice rompeu os obstáculos, e em minutos alcançaram o lugar de onde partiam os gemidos.

Encontraram a suposta vítima suspensa, malferida, mas perfeitamente desperta, amparada pelo engranzado *, flexível de cipós, arrastado àquela altura por um cedro que as erosões da chuva tinham derreado.

Exame posterior demonstrou que, das duas vêrgas do trampolim, apenas uma se tinha desligado, devido às repetidas flexões, que a ressecaram. Essa circunstância determinara a variação da parábola, que, em vez de se descrever na seção vertical, fêz-se na seção oblíqua, propelindo o corpo de modo que êste encontrou logo a curva da encosta no contôrno da grota caprichosa.

Posteriormente, o rapazinho narrou as sensações que experimentara. A sua queda e o seu ressurgir pareceram-lhe visão.

Despertando suspenso no matagal, incólume, pensou que talvez sonhava. As vozes dos exploradores chamaram-no, então, à vida. Não se apavorou. Recordou-se, estremecendo, de como se desprendera lá do alcantil, mas um pasmo inexprimível abafou-lhe o mêdo, e, por instantes, teve a sensação de que os braços se lhe tinham convertido em asas.

O caráter dêsse pequeno, entretanto, fundiu-se.

A vivacidade retraiu-se, a petulância refreou-se. Fêz-se taciturno, meditativo; e o diabrete de outrora espantava os pais pelos conceitos que emitia e pela atenção que prestava a tudo, com uma curiosidade nova e perfurante.

Não se passa impune, de olhos abertos, através da morte.

---

* No original estava *engrasado*.

A vibração, nesses momentos, é tão intensa, que tudo quanto é frívolo se elimina; e a alma, combusta, volta à claridade com dupla fôrça de viver.

Euclides da Cunha, seguramente, nunca transitou, como aquela criança, pelo corredor da morte; mas é certo que atravessou uma revolução, durante a qual teve de encarar esfinges e, com o auxílio da imaginação candente que a natureza lhe deu, decifrar enigmas psicológicos de terribilidade inexprimível. Nascido para a poesia e, ao mesmo tempo, dotado de uma segunda vista, que lhe tornava perigoso o exercício da faculdade de observação, teve de presenciar manifestações tremendas de perversidade humana e andou, mais de uma vez, resvés pelos alcândores da política de Gloucester. Essa passagem acrisolou-lhe os estigmas literários; os acontecimentos expungiram o seu espírito dessa vagabundagem estética, que é a sarna da literatura dos sevandijas.

Todo o calórico, que, na sua juventude, fazia dêle um imprudente, senão um exaltado impenitente, calou na vida do artista com raro êxito; e *Os Sertões,* obra notável, sôbre a qual tive a fortuna de ser um dos primeiros a falar, denunciando-a aos meus patrícios como uma obra surpreendente e de exuberância, tão formosa quanto profunda, canalizaram para o estilo todos os excessos de temperamento que faziam recear do futuro dêsse môço.

E, pois, eis-me de nôvo a apreciar o seu talento, sob novos e diversíssimos aspectos, num livro de fragmentos, no qual não sei o que mais admire, se o estilo, se a filosofia do ensaísta, se a intuição prática do engenheiro que se dedica ao desbravamento das questões mais difíceis que conheço, a das estradas do Brasil, caminhos, rios, povoamento e composição do território e seu razoável aproveitamento.

II

Tem sido praxe, entre nós, considerar o estilo do Conselheiro Rui Barbosa um estilo grandioso e impecável. A magnitude dos assuntos, a autoridade pontifical por todos reconhecida, os seus recursos oratórios, a vasta erudição que enriquece-lhe a memória, a sua familiaridade com as literaturas anglo-saxônias, tanto poéticas como jurídicas, finalmente, o seu grande aparelhamento na língua portuguêsa: todos êstes elementos juntos não podiam deixar de proporcionar-lhe meios de aperfeiçoar os instrumentos de expressão, de modo a torná-los aptos a produzir os efeitos de um grande estilo. Efetivamente, a frase, nos escritos dêsse autor, é ampla, numerosa, perfeitamente equilibrada; o período ciceronia-

no nunca mente ao metro; e vê-se que, independente da vernaculidade, êsse período sente-se escandido por mestre que não ignora nenhum dos segredos da arte de medir versos latinos. Êle começa sempre pelos tons médios; sobe gradualmente até o máximo dos agudos; depois desce, caindo, de súbito, nos graves, que seguram o efeito da proposição. Essa música é infalível; e não precisa ser arguto para descobrir as vantagens que o pensamento recebe dêsse recurso oratório, quando dêle dependem a clareza, a intimativa e uma solenidade muita vez esmagadora.

O velho Quintiliano, que foi mestre nestes assuntos, e se ocupou particularmente do estilo oratório, da eloqüência, dos seus segredos, no cap. XI do liv. I das *Instituições Oratórias*, demonstra a necessidade do orador cuidar da melodia da frase; e chega a referir que o grande C. Gracchus nunca falava em público sem ter ao pé de si um tocador de flauta, o qual mantinha-lhe o diapasão da voz, segundo a conveniência da matéria.

Isto, porém, era a voz emitida na tribuna, a voz viva do elocutor que pode soltar o som com mais ou menos melodia, em face de um auditório.

A prosa escrita e lida, porém, dir-se-á que é outra coisa. Se assim fôsse, então não haveria verso. Mas é o que o cérebro continua a ouvir no silêncio do gabinete; e, pela contigüidade dos aparelhos óptico e auditivo, o fenômeno da métrica se reproduz tal qual se o órgão vocal estivesse em plena atividade.

Ora, se é verdade que a melodia, a necessidade do ritmo, obriga o compositor da frase, em muitos casos, a modificar até mesmo a sua sintaxe, para não perturbá-la, como Pierson modernamente o demonstrou, havemos de reconhecer também que o escritor, quando dominado por pensamento profundo, agitado por imaginação poderosa, não se subordinará a essa escravidão, a êsse automatismo lírico, e, nestas condições, será o inverso que se há de dar.

Se o escritor pode dominar o intrumento de expressão, longe de se guiar pela melodia, pela harmonia, êle é que subordinará êsses fenômenos à sua vontade; e então a melodia e a harmonia tomarão a forma exigida pela natureza, pela intensidade e pela variedade do pensamento.

Não sei se o estilo do Conselheiro Rui Barbosa estará isento de increpação * neste particular.

Desconfio, entretanto, que a sensação de monotonia que experimento ao ler seguidamente discursos, artigos de polêmica, trabalhos de crítica jurídica, apreciações sôbre assuntos sociais, polí-

---

* No original estava *increpetação*.

ticos, religiosos, literários, filosóficos, ainda mesmo impressões recebidas no estrangeiro, qualquer trabalho, enfim, oriundo da sua pena adamantina, não tem outra explicação.

Tudo, nesse escritor, subordina-se à correção da frase, à escolha dos vocábulos, à harmonia sempre solene dos períodos. Cuida-se num hieratismo estilístico, que acaba por exaurir a atenção do leitor o mais valente. A impressão geral é a de ter-se transitado por um claustro cheio de ecos vetustos, ou pelas ruas de uma cidade abandonada, onde se encontram, todavia, monumentos sem deuses, palácios desabitados, sepulcros sem defuntos.

De onde procederá essa pobreza de vida no centro de riquezas tão profusas? Riquezas mortas! Vidas espalhadas!

Receio que a minha psicologia esteja errada; em todo o caso, examinemos o livro, no qual o autor de tantos e tão variados escritos, livre de outros cuidados, que não fôssem literários, e ainda mais excitado pela situação de emigrado, que em todos os tempos foi estímulo para alvorecer estilos, comunicando fogo à expressão, preparou-se para lançar o dardo da frase ferindo de Londres a imaginação dos conterrâneos, ansiosos da sua palavra sempre escandida, sempre tersa, sempre percuciente.

Êsse livro compõe-se de assuntos diversos, tanto no fundo como na espécie. É um livro de ensaios, no qual se encontram apreciações sôbre o processo do Capitão Dreyfus, sôbre as bases da fé, um estudo sôbre a guerra chino-japonêsa, os perfis dos ditadores Francia e Rosas, um artigo sôbre o regime federal e a resposta ao Sr. A. Celso, explicando o que se tem chamado a sua conversão religiosa.

Êsses assuntos são todos antagônicos; portanto, pediriam notações musicais diversas e vibrações opostas.

Leiamos, porém, o trecho sôbre a iniqüidade praticada pela França contra um dos seus mais humildes filhos. A matéria do artigo é eminentemente dramática. Há, nesse caso, cenas para invocar a extrema piedade dos povos; lances próprios para o epigrama; brutalidades que pediam o látego de Juvenal. O autor do artigo, não obstante tudo isso, preferiu o gênero demonstrativo; e fêz um requisitório contra a Justiça daquele país, belo, é verdade, cheio de conceitos e aparelhado das provas morais e até dos depoimentos da imprensa, que transcreve, e a todos deixa convencidos do horror daquele crime. O advogado, entretanto, o promotor da justiça humana, não deixou fonte de onde emergisse a piedade na sua forma lírica, ou, pròpriamente, na dramática, a emoção, enfim, que o período comportava.

Comparado êsse libelo com o *J'accuse,* de Zola, verifica-se quanto o sobreexcede em lavôres; mas a vibração do estilo do fran-

cês cava no nosso espírito impressão mais violenta. É que Zola jogava com os recursos de uma poderosa imaginação.

Escolhamos, todavia, do artigo a que me refiro, o seu trecho mais eloqüente:

> O *povo soberano*, os partidos e governos, entre as nações sem disciplina jurídica, estão sempre inclinados a reagir contra as instituições que se não dobram aos impulsos das maiorias e às exigências das ditaduras. A lei foi instituída exatamente para resistir a êsses dois perigos, como um ponto de estabilidade superior aos caprichos e às flutuações da onda humana. Os magistrados foram postos especialmente para assegurar à lei um domínio tanto mais estrito, quanto mais extraordinárias forem as situações, mais formidáveis a soma de interêsses e a fôrça de poder alistados contra elas.
>
> "Mas há *nações* que a não toleram senão como *instrumento dos tempos ordinários;* e se encontram nela obstáculo às suas preocupações, ou às suas fraquezas, vão buscar a salvação pública nos sofismas da conveniência mais flexível, a cuja sombra os impulsos instintivos da multidão ou as aventuras irresponsáveis da autoridade se legitimam sempre em nome da necessidade, da moral, ou do patriotismo." [1]

Escrevendo esta página clássica sôbre os contrastes que tantos escritores têm notado entre a rigidez dos tribunais inglêses e a volubilidade dos franceses, o ensaísta não adverte que o leitor anseia por entrar no drama. O requisitório continua, solene, soleníssimo, entremeado do excertos dos jornais inglêses do dia, cujas indignações nem sempre conseguem dissimular como o inglês se sente internamente radiante quando surpreende momento azado que lhe ministre ensejo de vingar-se do que sofreu com as edições gaulesas do *Minotauro ou Tributo das Virgens.* Alguns dêsses trechos, apesar do *cant* britânico, explodem como *shrapnels* sôbre o caráter da nação francesa. Mas a parte original do artigo termina sem que o autor ouse tirar das próprias entranhas as razões de convicção que o encheram de cóleras contra a *mazorca* legal, que condenou Dreyfus ao vilipêndio dos séculos por ser judeu, e ainda para saciar a fome de desonra que êsse monstro chamado nacionalismo iludia, tragando um inocente à guisa do ídolo de Melcarte, durante a crise dos Mercenários, em Cartago.

Essas razões, num homem de letras da envergadura do Conselheiro Rui Barbosa, não deviam revistir-se da secura de um puro requisitório proferido pelo promotor da revisão do processo. Mas o método demonstrativo está nos hábitos mentais do advogado. É escusado exigir dêle projetar-se fora daquela *aequalitas* de que fala Quintiliano, e que é o seu forte.

---

1 Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra,* p. 16.

Poucos artigos, pròpriamente de crítica literária, tenho lido assinados pelo autor do *Estado de Sítio*. Lembro-me, entretanto, de um que foi apôsto como prefácio a uma tradução reduzida das *Viagens de Gulíver*, editada pela casa Laemmert. Nesse trabalho, o Conselheiro pouco se ocupou com a obra de Swift; nem cuidou em interpretá-la segundo o seu pensamento íntimo. Havia o magistral estudo de Taine, na *História da Literatura Inglêsa;* que fêz o ensaísta brasileiro? Tomou a defesa de Swift contra o grande mestre da crítica contemporânea. Ora, Taine era determinista; e, conseqüente com a sua doutrina e com os seus métodos, procurou explicar a excentricidade das produções de Swift, já em face das influências do meio, da raça e da educação que recebera, já pelo temperamento do sujeito que as particularidades da vida e os acidentes de carreira tinham conseguido exagerar. O Conselheiro Rui Barbosa julgou, então, oportuno restaurar a verdade sôbre o caráter de Swft, o qual lhe parecia também ter sido atrozmente caluniado no ponto das suas relações com uma mulher, que lhe atravessara a órbita da existência. E estabeleceu a prova indireta da isenção de ânimo do deão, no que respeita à memória da gentilíssima Stela. Os depoimentos contra Taine, foi-os buscar nas obras de Lecky e de outras autoridades do século XIX, autoridades muito respeitáveis, mas que não sabem ler melhor do que o profundo psicólogo francês.

Em todo o caso, eu fiquei com a opinião de Taine, lamentando que o espírito peregrino do escritor brasileiro não pudesse, ao tomar da pena de literato, abstrair dos seus processos forenses. Entristeci-me com o espetáculo que oferecia um engenho laborioso e arguto. Por que não quis êsse escritor dar-se à maleabilidade de um Rosebery, que, conquanto parlamentar ilustre e prático homem de negócios, logo após a retirada da presidência do conselho de ministros, não trepida em lançar um livro encantador e sugestivo sôbre Napoleão, em cujas linhas, nem de longe se pressente *l'homme d'affaires* positivo e materializado para a vida de todo dia?

Ora, pus-me a imaginar o que teria sido aquêle artigo, se o tivesse escrito José do Patrocínio.

Êsse nosso malogrado escritor nascera com a oratória no sangue, do mesmo modo que o orador baiano. Tinha, entretanto, incorreções de forma, deslizes filosóficos, insobriedades de imagens; mas, uma vez na tribuna ou no artigo de fundo de um periódico, era o tumulto feito homem. Conta-se que, uma vez, esquecido das suas origens africanas, num rapto de entusiasmo, dissera estas palavras: — "Nós, os representantes da raça latina!..." Tal esquecimento, porém, era o homem todo. José do Patrocínio, ainda que

mestiço, recebera a fôrça inteira da educação mediterrânea, e, no seu cérebro, ao mesmo tempo que irradiava o verbo latino, levantavam-se os sirocos das terras adustas da África, os quais varriam tudo nos dias de cóleras e acabaram por consumi-lo, reduzindo o seu talento a cinzas. O negro, — como êle mesmo se apodava, — tinha deslumbramentos ignívomos; e o seu instrumento oratório possuía tôdas as cordas da emoção humana. Não falava, não escrevia; derramava-se em catadupas de sensações, de conceitos, de apóstrofes, de epigramas, de poesia. Era muitas vêzes trágico!

Assisti, de uma vez, a uma das suas melhores conferências, que se prolongou por mais de duas horas. Versava sôbre a imigração chinesa, e, se não me falha a memória, o objetivo teria sido agredir o Barão de Cotegipe. Pois bem: a agressão começou medida e ponderada; pouco a pouco o orador foi-se animando, em busca do verdadeiro assunto. Nisto, esquece o propósito que o erguera até a tribuna. O improviso começara. Surgiu-lhe então o chim no centro do discurso: e o autor de tantas peças eloqüentes precipitou-se sôbre a civilização chinesa como um ciclone cheio de raios e coriscos. Não se pode imaginar o que foi êsse discurso, e nem se pense que José do Patrocínio ficasse inteiriçado a debater-se contra o *coolie*, o miserável *coolie*, com o qual nos ameaçavam.

Nessa peça literária, êle deu-nos todos os espécimes da literatura viva. Foi descritivo: pintou Pequim, — a cidade sórdida e imoral dos imperadores e eunucos; pintou-nos Cantão e o seu rio pojado de jardins flutuantes dedicados à mais infame concupiscencia; pintou o mandarim, fazendo alarde da sua indolência pelas unhas quilométricas, que os manicuros iam duas vêzes ao dia polir e enfeitar; enfim, não houve recanto dessa vida chinesa, verdadeira ou inventada, que o orador não deflorasse, rápido, expressivo, colorido, a golpes de pincel, numa enorme cenografia falada, mas fantasmagórica!

De repente, turvou-se. Êsse fenômeno é digno de atenção, porque explica tôda a vibratilidade daquele talento extraordinário. De repente, a eloqüência descritiva sustou-se. Era a Abolição e o Ceará que lhe passavam pela mente. Ei-lo, pois, abrindo o capítulo mais lírico que já me foi dado ouvir dos lábios de um orador. Mas aí estava êle no seu elemento primordial. O poeta dos escravos, das reivindicações históricas, não fazia esfôrço, nem usava de arte para fazer chorar. O tom elegíaco inundava-o.

E logo a elegia dissipou-se; cai o pano para recomeçar o drama, em que, a largos traços, êsse mestiço de gênio fazia exibirem-se, vivos, os personagens que êle amava ou que odiava, pondo os ca-

racteres em nudez terrível, senão em carne viva. Suas palavras escorriam sangue!

Essa notabilíssima peça oratória terminou por uma cena rabelaisiana, na qual José do Patrocínio mostrou ainda o seu talento cômico, pondo o auditório em contínua hilaridade. O pretexto dessa cena cômica era a apreciação de um poeta chinês, que êle considerava superior a Molière, porque, tratando o dito poeta da mesma tese que se encontra desenvolvida no *Harpagon,* pôde descrever um tipo de usura sórdida, que só o infame gênio da raça chinesa teria alcançado descobrir. Basta dizer que êsse sovina deliberou, um dia, ser liberal consigo mesmo, porque, para com o próximo, ser gentil parecia uma extravagância contra os textos de Confúcio, senão contra a própria natureza. E, pois, êsse miserável saiu do tugúrio em que dormia, no dia do seu aniversário, para adquirir um pato assado com o qual desse a si mesmo um banquete inaugural. Em casa havia um punhado de arroz cozido, de cinco semanas, o que, juntado ao pato, tornaria a festa suntuosa, farta, principesca. Neste propósito, o avarento, então, entrou em várias casas de pasto, onde existiam patos assados: mas não lhe mostraram nenhum que lhe aguçasse o gôsto, nem que lhe conviesse à bôlsa. Como, porém, viesse a tarde e o tempo urgisse, decidiu-se, por fim, a negociar um pato assado de proporções enormes, e que se lhe apresentou dentro de grande prato, mergulhado em um môlho delicioso. Foi o escolhido; mas, enquanto se regateava o preço, o usurário, iludindo a vigilância do pasteleiro, metia sorrateiramente a mão esquerda no prato e a ensopava no môlho, enquanto, com a direita, ameaçava os queixos do interlocutor, irritado pela exageração do preço. Por último, e quando viu que a mão estava inteiramente coalhada do precioso caldo, rompeu as negociações culinárias e retirou-se de súbito, levando no olfato grande parte da cozinha do homem, e mais o extrato gorduroso da ave apetitosa. Chegando em casa, estendeu-se no seu estrado de bambu; lançou à bôca alguns grãos de arroz e começou a banquetear-se. Lambeu primeiro o caldo que envolvia o dedo mínimo, depois o segundo, o terceiro, até ao indicador; e aí parou, a suspirar de gôzo, e a dar gritinhos de prazer pelo lôgro que ferrara no malcriado pasteleiro. Nisto, pensou que estava empanturrado; arrotou, cuspiu, bebeu um pouco de água e descaiu para o lado em um sono sibarítico, sonhando já com a lambidela ao dedo polegar, apenas despertasse. E dormiu por quatro horas. Quando, porém, ergueu-se, o seu assombro foi tremendo. Alguém, durante o sono, roubara-lhe o resto do banquete. O polegar estava limpo. Ao lado, um triste cão olhava para o dono, ora a admirá-lo, ora a morder as pulgas.

E era com uma gente desta que se queria colonizar a nossa terra! O Harpagon avançara, tremebundo contra o animal; de repente, pára e tomba, rolando inerte pelo chão. A apoplexia o exterminara.

José do Patrocínio não narrava, como fiz, essa anedota; representava-a. O sucesso foi completo; o que não impediu que, daí a minutos, produzisse uma peroração de feitio trágico, de que só êle tinha o segrêdo e o critério, quanto à oportunidade.

Se o artigo sôbre Dreyfus fôsse de sua pena, duas coisas, pelo menos ressaltariam da contextura dos períodos respetivos. Êle profligaria a França; êle atacaria o sinedrim dos militares; mas também faria ver, em contraste, Joana D'Arc e Luís XI, a Revolução e a Guilhotina, Danton e Robespierre, as grandes virtudes em luta contra os maiores crimes, — enfim, o temperamento da nação que maiores serviços tem prestado ao mundo.

O que, com certeza, Patrocínio não faria era aproveitar-se da eloqüência inglêsa para abafar os crimes de Ricardo III, Elizabeth e, ainda recentemente, as patifarias de Chamberlain.

A chacun ses pauvres et ses misères!... [2]

Logo adiante se nos depara, nas *Cartas de Inglaterra,* outro ensaio cuja contextura também me surpreende.

É o *compte rendu* do livro de Balfour intitulado *As Bases da Fé.*

Para os fins que tenho em vista, transcrevo, dêsse escrito, o trecho mais característico.

> O progresso britânico é profundamente moral, essencialmente religioso em tôda a extensão do seu curso. Observadores superficiais argúem de hipocrisia êsse aspecto dominante da grande raça. Mas hipocrisia é a capa de um indivíduo, a mônita de um partido, ou a expressão passageira de uma época: não pode ser a máscara da história de uma nação. Não quero negar a escória que se amalgama com o metal precioso. Em todos os compostos do homem se misturam sempre, de envolta com a base espiritual, as fezes terrenas. Dessas incongruências se forma a liga individual no bronze das obras humanas. Nos excessos do temperamento saxônio, que o cronista Guilherme de Malmes-

[2] Devo prevenir o leitor de que não estou aqui fazendo um estudo sôbre a personalidade do Conselheiro Rui Barbosa, o qual, graças à eminência dos seus trabalhos e às suas poderosas faculdades de escritor, devia ocupar um lugar conspícuo entre as minhas despretensiosas investigações literárias. Sôbre a sua obra tenho tomado grande cópia de notas, que oportunamente serão completadas em um perfil literário e dadas à estampa logo que se ultime, em Portugal, a publicação completa dos seus trabalhos, conforme vejo anunciado. Neste momento, cuido ùnicamente de contrastar a sua forma literária, o seu estilo, com o de um escritor ainda muito môço, o qual, apesar do que se possa dêle dizer mal, possui, em dose elevadíssima, qualidades artísticas, uma imaginação poderosa e o dom inato de emocionar os outros.

bury retratava nos seus *Gesta Regum Anglorum*, depois da conquista normanda, já se destacavam, com a embriaguez, a devassidão e a crueza, em certas camadas, em outras a piedade e a devoção até ao martírio pela lei de Deus. "A ilha inteira acha-se ilustrada de relíquias de santos." A fôrça interior, que no século VII e no século VIII impeliu os filhos destas ilhas recém-convertidas ao cristianismo, os Wilfriths, os Wilibrords, os Bonifácios, "a virem espargir semente evangélica pela Germânia inculta e bravia", é, quase mil anos depois, no século XVII, o que salva a Constituição inglêsa: é, no século XVIII, a alma da resistência que opera a liberdade americana; é, ainda no século XIX, a influência mais poderosa nas grandes crises morais e políticas desta nação. O seu vigor prático, o seu gênio industrial, a sua mestria nas ciências da matéria, o cetro da opulência mercantil, que êsses predicados asseguraram aos ierdeiros do espírito do autor do *Novum Organum*, estão, não obstante a importância extraordinária de seu papel na história do povo inglês, subordinados à atração soberana, que sôbre êle sempre exerceram os problemas supremos do nosso destino. [3]

As palavras que aí ficam são o transunto da síntese que Balfour empreendeu firmar, no intuito de dirimir a interdependência das verdades que a ciência, a moral e a religião "entre si dividem". À fragilidade das nossas explicações, que são transitórias, substitui-se a sobrevivência das coisas explicadas que transluzem na eternidade do que é divino. É o seu voto.

Não se pode negar, pois, que a unção quase mística do escritor brasileiro sobredoura a sua frase com o estilo que lhe convém. Essa carta tem tôdas as correções de que é capaz o talento do autor; ainda que mística, não lhe encontro, nos processos, nem sequer na gestação do pensamento, nada que a diference do requisitório dreyfusiano. É o mesmo passo tardio e vagaroso; é a mesma fé atenuada, o mesmo ardor monótono, escondido; o mesmo entusiasmo do político, medido e compassado.

Ouvindo as opiniões dos inglêses de gênio sôbre as virtudes universais, que, não obstante, êles julgam serem só suas, o Conselheiro Rui Barbosa não encontrou uma só frase para a mais justa das reconvenções. Deixou passar a obra inteira de Balfour; e êle, o maior defensor das nossas liberdades, não viu que nenhuma escravidão existe comparável a essa em que o espírito combalido arroja-se, em dia de desânimo, aos pés do confessor inconfessável.

Ora, eu penso que, se Euclides da Cunha, sem embargo da educação positivista dos seus primeiros anos, tivesse de encarar a questão da Inglaterra mística, provàvelmente impressionado, profundamente agitado pelo mistério e pelas contradições que só a palavra *misticismo* gera no seio da História, teria escrito a carta que o assunto pedia. Não seria uma carta de submissão, nem mesmo

---

[3] *Cartas* cit., p. 49.

um trecho de evangelista apagado, mas uma página candente, indo buscar, incitado pelo espírito religioso, as similitudes postas pela propagação da fé e pela unidade da fôrça humana de sentir, ou melhor, de projetar-se para o desconhecido, condicionando a percepção divina entre os santos inglêses e os santos do continente. Então ver-se-ia que S. Dunstan ou Tomás Becket * nenhuma diferença fariam dêsse admirável São Francisco de Assis, de que Gebhart, na sua *Itália Mística,* deu-nos o mais flamejante dos retratos. Ver-se-ia ainda em como o evangelho eterno da elevação moral do homem coincidia com as renascenças da capacidade do homem para os fortes pensamentos; e que, não passando as religiões, como as ciências, de meros dialetos de uma única tendência da espécie humana, — isto é, do desenvolvimento da faculdade de dirigir-se o homem pela reflexão e pela experiência, construindo a própria felicidade, escusado seria atribuir à religião de Penn a razão fundamental do progresso dos Estados Unidos. Fôssem os puritanos dirigidos por um chefe de seita bem intencionado, ou por um filósofo aparentemente céptico, como Bacon, o resultado seria o mesmo, dadas as condições de progredir.

E o espírito de Euclides da Cunha, cuja índole julgo conhecer um pouco, fora do círculo das causas fúteis, agitando-se sôbre ameias e por cima das colunatas do palácio estético de Balfour, tentaria, inflamado pelos relâmpagos que a História de vez em vez projeta sôbre nós, um estilo adequado ao painel religioso. O que viu em Canudos, pelos contrastes da superstição boçal, indicar-lhe-ia de onde tirar as tintas para essa grande tela.

Mas Euclides da Cunha é um temperamento artístico, violento, ardente, abundante, talvez incapaz de disciplina; ao passo que o autor das *Cartas de Inglaterra* é apático e mal aparelhado de imaginação, o que não quer dizer que a êste faltem outras qualidades de primor. Acredito mesmo que, especializado na poesia, o Conselheiro Rui Barbosa seria um Pope, na literatura, um Addison. Inùtilmente, porém, se lhe pedirá um capítulo de *Salammbô,* um verso de Musset, uma página do *Gênio do Cristianismo.* Da sua pena nunca poderá sair uma pintura de César igual à que se encontra na *História Romana,* de Mommsen; não está no seu temperamento produzir um retrato de Napoleão nos moldes filosóficos, e ao mesmo tempo surpreendentes, dêsse admirável G. Ferrero, que hoje ilustra a Itália. O gênio do autor do *Papa e o Concílio* possui o segrêdo das grandes solenidades; mas, ainda nestes momentos supremos, não o socorre a vibração da águia no grande

---

* No original estavam S. Dunstad e Thomaz Becquet.

remígio da eloqüência do tribuno. As suas orações tomam apenas a feição hierática; e o que lhe escasseia em fantasia é suprido pela sua enorme erudição.

Nem se diga que estou aqui a exigir de um orador político, de um jornalista doutrinário, de um jurisconsulto, de um advogado qualidades que, de ordinário só se exigem dos poetas e para obras de ficção.

Basta, entretanto, lembrar o exemplo de Bossuet para que essa increpação não valha nada. Sem aquela qualidade, o grande orador sacro não teria produzido as orações que produziu, nem composto, muito menos, o seu *Discurso* sôbre a História Universal. E os exemplos pululam. Schopenhauer, com ser filósofo, nada teria obtido sem imaginação. As suas audácias teóricas lhe foram sugeridas por uma espécie de refluxo da própria eloqüência imaginosa. A que deveu Thierry o sucesso de suas investigações? A essa imaginação que deu vida a fatos miúdos de que ninguém fazia caso, refletindo-se depois no mais pitoresco dos estilos.

E o historiador Herder? E o político Disraeli? E Gladstone? E Mitre? E José de Alencar? E, agora mesmo, o Presidente Roosevelt? De que valeriam as qualidades práticas de Roosevelt, se êle não dispusesse, em grande escala, dessa faculdade primacial e indispensável a quem pretende romper com a rotina, abrindo novos caminhos, seja em que gênero fôr da atividade humana?

III

Quando se publicou o livro *Os Sertões,* de Euclides da Cunha, não resisti à tentação de exprimir a surprêsa que me causou a exuberância do seu talento de escritor; e disse tudo quanto me acudiu, relativamente à intensidade emocional da obra, que, apesar das suas 600 páginas, empolgou-me, seduziu-me.

Cuido que, com isso, não cometi nenhum pecado contra a crítica, para não usar de outro têrmo menos capitoso, porque, falando com sinceridade, eu não creio que a crítica seja uma ciência fundada. Não lhe conheço os princípios abstratos. A crítica, portanto, arvorada em magistratura, é um escândalo tão digno de ser profligado como as antigas justiças consulares. Houve tempo em que a literatura também sentia o pêso das capitulações. Hoje, cada um escreve como pode e como quer; o *como deve* é uma questão de moral, não de produção artística, se bem que entenda diretamente com o produtor.

Há críticos; isto sim. Os críticos são bons ou maus, na conformidade também das suas intenções, do seu temperamento. Na apre-

ciação de um trabalho que não seja matemático, se fará sentir, inevitàvelmente, a equação pessoal de cada um. Existem críticos judeus, fariseus e até sandeus! A êstes poder-se-á lançar a apóstrofe de Dante: — *non ragionian di lor, ma guarda e passa!* Existem, porém, outros suportáveis: aquêles que, instruídos nas ciências fundamentais, põem-nas * em contribuição para o aperfeiçoamento do próprio gôsto. Ora, é bem de ver que o juízo de Bernardelli, ou ainda de Sílvio Romero, sôbre a beleza do pavilhão Monroe não terá o mesmo valor que o conceito do boi que andou olhando o palácio.

De gustis et coloribus non disputandum, diz a sabedoria greco-latina. O murro e a espada não são admitidos em crítica literária, que é a arte da paz, e não da guerra; e o gôsto, — o bom gôsto, — não se forma ao estourar de um canhão, que retrai o riso, e, produzindo o mêdo, inibe tôda a manifestação artística.

Dizem que o tirano Rosas, quando não tinha o que fazer na sua chácara de Palermo, atualmente transformada no mais pitoresco dos passeios de Buenos Aires, lia os versos laudatórios que a imprensa lhe fazia, antes de receberem o *visto* da *mazorca.* Pois êsse déspota, que, aliás, teve qualidades admiráveis, entendia que estava na sua alçada ordenar, por decreto, que o verso tal rimasse com o verso qual, *v. g.,* — *bandera* com *rincón,* e tudo isso para que o federalismo não sofresse. Razões de estado aplicadas à rima; estado de sítio pôsto ao ouvido dos poetas; mas é bem provável, a ser exata a anedota, que Rosas o fizesse para experimentar se eram verdadeiras as leis da poética de Aristóteles, ou ainda as do poeta seu patrício, Echeverría, que andava rimando *ciudad* com *libertad.*

Penso, pois, que a disciplina do estro é como um andaime. Levantado o edifício, é escusado conservá-lo. É mais provável que, para um outro monumento, as conveniências indiquem melhores aparelhos.

Enfrear o talento é que é barbarismo. Sufocá-lo sob preceitos que foram ótimos para outro, — uma malvadeza.

Paul de Saint-Victor, que escreveu três livros monumentais sôbre o teatro antigo, deu-nos a sensação mais brilhante que já poeta conseguiu produzir, não sôbre a natureza externa do homem, mas sôbre os produtos do engenho humano, que são a expressão mais forte dessa mesma natureza. Nada explicou à maneira de Taine; nem deduziu regras como de uma ciência independente e se tem tentado infrutìferamente, de Baumgarten até o malogrado Hennequin. O crítico francês cingiu-se a compreender o espírito daquelas

* No original estava no singular: *põe-nas.*

obras, e traduziu-as descritivamente num dos estilos mais brilhantes que a França moderna tem conhecido. Imaginou êsse poeta da crítica que, a um prato de pêssegos da Pérsia, formosos, coloridos e perfumados, dignos dos lábios de uma huri, não havia outra coisa a fazer senão cobri-lo com um lenço de crivo ou de rendas de Alençon, dêsse valor imarcescível, que exige anos de acurada atenção e bilros. Êsse crítico nunca ousou tirar às produções poéticas o seu aroma, as suas côres, a sua formosura.

Sainte-Beuve é outro crítico de eleição. Um grande conhecimento das paixões e da natureza individual levou-o a exercer a crítica, obrigando-nos a amar os criticados, já ensinando a ler as suas obras, já estabelecendo, pela biografia, as mais íntimas relações entre o leitor e o autor analisado.

Taine, filósofo, naturalista, sábio, historiador grande cultor da música, profundo conhecedor de tôdas as artes plásticas, observador e arqueólogo, pôs todos êstes atributos em jogo, para dar à sua crítica uma aparência de sistema; indicou algumas leis de sociologia contíguas à atividade literária: mas, em resultado de contas, os seus trabalhos, no que entende com os agrupamentos, foram sempre eficazes e deram aos estudos psicológicos da alma das nações uma magnífica contribuição; ainda assim a sua ciência furtou-se a explicar muitas individualidades literárias, que continuarão, como a esfinge do deserto, a interrogar e a devorar a paciência dos intérpetres e dos gramáticos.

Ruskin, um gênio diverso dos outros, e paradoxal, tentou instituir a religião da beleza. Se não o alcançou, pelo menos conseguiu mostrar que, sendo a arte uma paixão das coisas naturais, não havia outra lei estética senão a que conduz o artista nato até a observação ingênua, mas persistente, da estrutura íntima das coisas, a fim de *metamorfoseá-las,* segundo as suas próprias aptidões, num * objeto de arte. É o esplendor, não da verdade, mas da vida!

Ora, de tudo isto, o que se depreende é que a cultura, no ponto de vista da crítica, não pode ter outro objetivo senão instituir métodos, coligir experiências, que facilitem, a uns, o aprêço da obra de arte, e a outros, o aumento da própria fôrça produtiva.

Mas em boa hora o diga: eu, nem essas mesmas experiências literárias apliquei no último livro de Euclides da Cunha, principalmente por tratar-se de fôlhas dispersas, que não resultaram de concentração de espírito igual à que o autor desenvolveu na composição de *Os Sertões.*

---

* No original estava *dum.*

Por isso mesmo, porém, êsse livro parece-me o mais adequado para daí deduzir o valor real do seu estilo, porque, sendo êsse estilo onímodo, e versando os capítulos da obra sôbre os assuntos mais opostos, psicologia, socialismo, religião, política, de envolta com problemas de história pátria, imigração, povoamento do solo, indústria, engenharia, matéria positiva e chã, pela sua leitura se pode melhor avaliar, no improviso da escrita, o afinamento das claves do instrumento.

Bem ao contrário do que se observa no estilo do Conselheiro Rui Barbosa, o estilo de Euclides da Cunha nada tem de inteiriço. A emoção anda-lhe muito por perto da crosta da terra onde pisa. A sua frase, portanto, dá a sensação, como se poderia dizer, de vales, montanhas, grutas, depressões e até planícies. É o reflexo perfeito dos estados de sua alma, ora tensa, pelo entusiasmo que determinam os belos aspectos da natureza morta ou viva da floresta, do homem, do oceano, ora desalentada, pela fadiga ou pela ansiedade, senão angústia, oriunda da impossibilidade de alcançar de um salto a resolução do problema, e porque semelhante mobilidade não condiz com o hieratismo permanente daquele outro nobre estilo, daquele estilo monocrômico, é que *Os Sertões* se ressentiram do tumulto estético que a muita gente arrepiou.

Ora, foi essa tormenta o que me fêz embrenhar pelo livro a dentro. A frase encachoeirada, muita vez convulsa, deu-me a sensação de que estava às voltas com um escritor de raça.

Não repetirei o que sôbre êsse livro eu escrevi logo que apareceu em nossas livrarias [4].

Naquele meu trabalho, transcrevi as peças justificativas do meu asserto, e de tais transcrições, pelo menos para mim, se tornou evidente o contraste resultante do proteísmo e das deformidades dêsse talento, refletidos no seu estilo desenfreado, estilo cataclismal, e talvez o mais apropriado para descrever os acontecimentos anormais, as revoluções sociais e os desastres dos caracteres.

Sou forçado a voltar ao Conselheiro Rui Barbosa; nas suas *Cartas de Inglaterra* há um ensaio sôbre os dois tiranos, Rosas e

---

[4] É curioso o fato que me referiu o distinto médico acêrca de um fenômeno de hipnotismo exercido por um livro na alma tenra de uma criança. Trata-se de um filho do Dr. Tosta, que, segundo me afirmou aquêle amigo, é o mesmo menino que, por sua alta recreação, screveu a Nogi um cartão-postal, felicitando-o pela tomada de Pôrto Artur. Pois essa criança, lendo *Os Sertões*, aliás compostos para adultos, apaixonou-se por tal maneira do livro, que não o larga, e vive a relê-lo. Prova de que nisto é que está o segrêdo dos grandes escritores. Como as obras da natureza, os bons livros têm duas faces, uma para os sábios e outra para os desprovidos de ciência, — para o povo. [V. o trabalho de Araripe no presente volume desta edição.]

Francia. Êsses dois trabalhos, inspirados pelos livros de Pelliza e Carlyle, são, como protestos, magníficos palácios, onde o autor, de envolta com o que é seu, nos apresenta uma galeria de escorços pertencentes aos grandes artistas que lhe meteram a idéia de se ocupar com aquêles dois tipos opostos de déspotas, — o militar e o fradesco. Mas o intuito real do emigrado de Londres não era fazer a psicologia dêsses dois homens, mas lembrar aos seus patrícios umas tantas tendências que existem, difusas, no Brasil, e que por mais de uma vez o têm levado à tribuna judiciária em requerimentos de *habeas corpus*. Os conceitos compilados pela afinidade de idéias e de talento, nesses ensaios, revelam, pela colocação, a astúcia do escritor, e não lhe quero mal por isso; antes, o admiro. Mas a psicologia de Rosas e Francia, sem tal preocupação, podia ser completamente outra.

Troquem-se as penas e imagine-se o que seriam aquêles dois vultos, estudados e descritos por quem escreveu a *Esfinge* e o *Marechal de Ferro.*

Não é o caso de transcrever; é de ler. Euclides da Cunha não fêz psicologia livresca. Viu, observou, analisou, sintetizou, e viu cair no papel, envolto na fotosfera do seu talento, o retrato do homem que o impressionou, não como um esquema jurídico, ou mesmo politicante, mas como um ser vivo, que agia sôbre o ambiente social de modo intensíssimo e, quiçá, carregado de mistérios.

Apesar de não ser exatamente o Floriano, que eu julgo ter visto, aquêle que é retratado por Euclides da Cunha, sou forçado a convir em que a feição euclidiana salta da página, com a roupagem clássica que o povo lhe emprestou, e move-se no espaço, deslizando no fundo da nossa imaginação qual uma sombra que acaso se nos deparasse na penumbra dos corredores do Itamarati.

É uma página dos Campos Elíseos de Virgílio. Os mortos confabulam com os vivos.

Os vivos, por sua vez, recebem o ferrête do seu estilo.

Eis o *Kaiser*:

> Bismark, sempre tão penetrante nos conceitos que disparava, — disparava é o têrmo próprio àquela sua ironia férrea, que matava como as balas, — definiu, certa vez, a política do segundo império, fantasista e frívola, e tão estonteada na Europa, ou na América, ou na Itália, ou no México, entre deslumbrantes frivolidades, em que se dissipava o heroísmo tradicional da França :
>
> — "Era uma política de gorjetas."
>
> Depois, esculpiu com quatro pranchadas de pena o homem que a inspirava : "Napoleão III, com o seu egoísmo de corretor", etc.

... Ora, Bismarck fazia, então, sem o imaginar, o retrato da Alemanha de agora e do *Kaiser*.

.. ..

Tem Guilherme II, um grande homem inédito.

Realmente, o *Kaiser* é uma promessa cada vez maior e mais irrealizável. Bismark esboçou-o sem o saber, de ricochête, pela fisionomia de Napoleão III, mas fêz-lhe a caricatura apenas a largos traços, vivos; e os melhores psicólogos, ao escandirem os seus atributos característicos, não descobrem de onde lhe advêm tão anti-germânicas qualidades. Perquirem-lhe a linhagem tôda, e não lobrigam, nos confins indecisos do século XIII, o príncipe obscuro, misto de *minnesinger* e de soldado, errante, de castelo em castelo, pela Baviera em fora, todo vestido de ferro, feito um caçador de glórias e de perigos, a cantar o amor e a coragem, que veio, por um milagre de atavismo, surgir tão de pancada e estonteadamente em nossos dias...

É um *revenant;* e êste evadido do passado, ao mesmo passo que se isola na Alemanha, vai isolando a Alemanha do convívio das nações.

Autocratas sem rebuços num império constitucional, em que os seus secretários particulares substituem os ministros responsáveis, aperta-se no estreitíssimo círculo de uma Côrte louvamiheira que não só o afasta do influxo austero da opinião pública germânica, como o impropria a avaliar os desastrosos efeitos da sua garrulice inconveniente sôbre tôdas as nações. Embalde von Treitschke, o notável sucessor de Mommsen, denuncia "o exagerado culto teocrático à majestade que macula a monarquia prussiana" e as formalidades e cerimônias de uma Côrte, onde "há a abjeção estagnada do servilismo oriental", ou o Dr. Hann, secretário da Liga Agrária, denuncia nuamente, em público, o acabamento das qualidades superiores de consistência, de continuidade e de firmeza da inabalável política bismarckiana. O imperador não os ouve: repele-os.

Êles não lhe embalam a vaidade, não lhe aplaudem os discursos, não lhe admiram as concepções, não se infileiram na numerosa claque que lhe proclama o enciclopedismo distenso. Virchow atravessou o seu reinado, inteiramente desfavorecido, porque era liberal. Hauptmann, o maior dramaturgo da Alemanha, figura-se-lhe um rabiscador inaturável; a sua grande voz não vinga o abafamento dos reposteiros de Potsdam. Hoje o gênio laureado na terra sonhadora de Goethe é o Capitão Lanff, um lírico de caserna. Para êstes todos os requintes dos favores imperiais, porque os seus dramas impostos por decreto a todos os teatros subsidiados do Império, — os seus dramas tremendos, refertos de cutiladas, de tiros, de urros pavorosos, de terribilíssimos heróis, em que os entrechos se embaralhavam pisoados de cargas de cavalaria, — são a apologia sanguinolenta dos Hohenzollerns. Reconhecece-se que são maus, que são positivamente idiotas, no tacanhear dos conceitos, na frase cambeteante e perra, nos enredos desconexos e nos desenlaces abstrusos, — mas lisonjeiam a vaidade imperial.[5]

É o estilo vivo, ou não há estilo. Não posso dar maior extensão a êste artigo, e aqui interromper, por agora, o que tinha que dizer sôbre a personalidade do autor, que tem recantos e aspectos não explorados.

---

[5] *Contrastes e Confrontos.* -

Quem, porém, quiser, dar-se ao trabalho de ler o nôvo livro dêsse escritor, que honraria qualquer literatura, não custará a verificar a exatidão do que avanço.

Se quiser navegar no azul de uma esperança brasileira, percorra o plano de uma cruzada. É o apoio lírico dado a uma causa positiva e prática, que o autor estudou como engenheiro, transferida das linhas geométricas para conceitos literários que fazem o espírito esfuziar em direção aos horizantes da pátria futura.

Volta a página, e logo adiante encontrará um guia que o fará entrar pelos sertões, por estradas ignotas, que o índio viu, o bandeirante adivinhou e o Império abandonou. Terá então o traço intelectual de uma viagem extraordinária, no fim da qual se sentirá esmagado pelo pessimismo dos que acordam hoje sôbre os escombros e ruínas de tantas coisas grandes perdidas, desprezadas.

Enfim, revolva o livro, leia-o, releia-o, e saberá que Euclides da Cunha, com ser um matemático e exercitar a função enfadonha de arrotear terras, construir estradas, cavar poços, lançar pontes, calcular resistências e estabelecer coordenadas, não desdenha subir ao *mangrulho da arte,* para descobrir e juntar à aspereza do trabalho diurno alguma coisa que possa tirar à vida aquêle labéu lançado por Salústio às sociedades de animais que vivem inclinados sôbre o ventre — *pronus ventrem.*

INFERNO VERDE

(CARTA A EUCLIDES DA CUNHA)

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 30 AGÔSTO 1908, DATADA DE 27 AGÔSTO DO MESMO ANO.

Não calcula o prazer intelectual que me proporcionou a leitura dêsse livro, por você preambulado, e de onde se vê a interpenetração de dois temperamentos tropicais, divergentes apenas em que as inquietações de um, já reconhecido beligerante, e a do outro, escritor independente, obedecem à impulsão de móveis estranhos e profundamente moralizadores.

Reconstituamos, em palestra, e aqui mesmo, as impressões pessoais, que me deram os ademanes do autor do *Inferno Verde*.

Não conhecia Alberto Rangel senão de nome. Como escritor — um completo desconhecido.

Lembra-se você de que, numa dessas noites de alegria e bom humor, estávamos juntos na Rua General Severiano, 104, quando perguntou-me se me seria desagradável um passeio até ao Leme. Ao Leme, à Copacabana e a Ipanema sempre se vai de boa vontade. Havia uma vertigem que arrastava para aquelas praias todo o Rio, como hoje para a cidade *Aurora Austral*, que a Engenharia brasileira construiu na Praia Vermelha, entre o Pão de Açúcar e o morro da Babilônia.

Saímos.

A casa onde residia Alberto Rangel pareceu-me, ao vê-la, à luz palejante e clorótica do gás, um artefato de cartonagem. Eram nove da noite. A luz, muito intensa, dos aposentos filtrava para a penumbra exterior, dando a sensação de que estavam ali em festa. Abriu-se a porta da *copiava* e apareceu o vulto de um môço, de estatura mais que média, moreno, cabelos pretos e barba a Andó. Não havia festa: era apenas a alegria de uma família, composta de três pessoas, mãe, filho e um parente menino, que gurrulavam, refeitos da soalheira daquele dia.

Aqui, à puridade, o digo; você tem um modo de apresentar a gente singularíssimo, que não deixa de ser muito cômodo para o apresentante: você lança o apresentado, à guisa de torpedo, sôbre o amigo.

Isto era muito marcial para mim. Tonteei.

Seja, porém, como fôr, o dono da casa não tardou em quebrar a cerimônia e pôr-me à verdade. O torpedo desapareceu.

Alberto Rangel tinha nessa casita uma riquíssima biblioteca, onde se encontravam muitos cimélios. Aquisições de turistas europeus, realizadas no *Quai d'Orsey* ou nos leilões da casa *Drouot*.

Logo, à primeira inspeção, reconheci que êsse môço, embora nascido no Rio Grande do Sul, contraíra durante a sua convivência com a alma amazônica, a acidez violenta dos frutos fantásticos, que pululam naquela região, algo misterioso, onde o verde eterno das florestas e o rubro cambiante dos rios lembram a mitologia orgiástica do *Teatro,* descrito por Virgílio. A sua frase, despretensiosa, parecia-me refogada num temperamento de formação aluvial, recente. Estivera A. Rangel no Juruá: e, se é lícito dizer que os verdadeiros artistas são precisamente os que mais se deixam infiltrar das singularidades do ambiente, o autor do *Inferno Verde,* — pode-se, sem receio de êrro, garantir, — fermentou-se das belezas daquela terra. O seu estilo, falado, perdeu naturalmente a monotonia e a cadência do estilo livresco; a sua língua picada pela doçura, selvagem, travosa, de frutos gigantes, monstruosos, entontecedores, às vêzes letais, como a ananás-açu, o adorável e perfumado bacuri, ressumava alguma coisa de estravagante, de inquieto, — manifestações de pensamentos súbitos, aparentemente desconexos, instáveis, numa movimentação de ansiedade, que recorda a corrida de tiro do lagarto, espavorido através do folhiço úmido da floresta, ora o colear sutil maquievélico, da sucuriúba, quando prepara o laço-golpe para enrodilhar a prêsa.

Deixemos, porém, estas comparações telúricas e faunescas, que poder dar a pensar, a algum ignaro que me esteja ouvindo, que Alberto Rangel discorre como um seringueiro e escreve talvez com alguma pena feita de rabo de tatu.

A leitura dos contos realizou-se no centro da biblioteca, diante dêsses livros, curiosos, entre os quais figura uma edição rara do *Elogio da Loucura* de Erasmo, livros que o naturalizado mundurucu comprou por preços não vulgares.

Foi o capítulo intitulado o *Tapacará,* por onde o jovem autor começou a iniciar-nos no seu livro em manuscrito.

Devo, por lealdade, declarar-lhe aqui a impressão que me causaram estas primeiras páginas. Não foi lisonjeira. Pareceu-me haver muita geografia, muita física, muita geologia, na descrição dessa "terra podre, fôfa como um colchão flácido", onde o mariscador penetra com dificuldade.

— Mau, disse eu com os meus botões, — mau para o leitor comum; porque tais descrições só agradam a cientistas ou a indianistas, resto de maior quantia.

Não obstante, a norma de conduta observada nesse trabalho de engenheiro-poeta, fêz remissão do meio para o fim. Apareceu o "assombrado", a que você se refere no seu preâmbulo ao livro impresso.

Sim; "dois assombrados", pois o prefaciador não o é menos do que o discípulo, autor da obra: com esta deferença: que o mestre é um assombrado, explosivo, *à tort et à travers,* ao passo que o outro, é como o poraquê, que sòmente faz estremecer, quando se o fustiga.

Ambos viram essa terra ainda misteriosa, que você chama "espaço de Milton, que se esconde em si mesmo". Mas também é certo que cada um dos dois pretendeu, à sua maneira, desencantar os mistérios da Amazônia.

A rotina de Alberto Rangel põe na paisagem, a todo instante, explosões de estrêlas, cambiantes e álacres, dos foguetes da pirotecnia japonêsa. É um alegre e satisfeito, que, ainda descrevendo os exteriores do homem sucumbido diante da insuficiência de fôrças para viver no Amazonas, dá ao estilo um tom em nada pejorativo.

A do mestre, porém, ressente-se daquela aptidão erotálica, que forneceu a Dante os ecos infernais, que se encontram nas suas *terzinas.* "Os laivos sangrentos de que se vestem os personagens, que, de uma ribanceira para outra, nas bolgias, gritam as suas queixas bradando de longe, como em porta-voz, ao grão Virgílio, – um romano tranqüilo exumado para o assombro medieval, "não prossigas", são a característica de quem escreveu as últimas páginas dos *Sertões.*

– Não prossigas!!! Sombras implacáveis! Se não queres meter na própria alma a tímele e o hemiciclo, onde a imaginação descabelada representará perenemente a tragédia de *Ugolino,* ou a sátira dos *Pássaros!*

Seguiu-se a leitura dos contos. O intitulado *Maiby* decidiu-me a ouvir os outros com reduplicada atenção.

Não havia mais dúvida; Alberto Rangel revelara-se para mim um escritor original, nôvo, novíssimo, não pelo uso do arrebique *nefilibata,* mas pelo uso da terra e das riquezas estéticas de estanhíssima fatura, que a virgindade amazônica lhe havia fornecido.

Sabino, o herói dessa tragédia, é o Otelo dos seringais. Ama, como as feras: e sentindo-se traído, vinga-se com a brutalidade de uma onça.

"Atado com uns pedaços de ambécima à "madeira" da estrada, o corpo acanelado da cabocla adornava, bizarramente, a planta, que lhe servia de estranho pelourinho. Era como uma extravagante orquídea, carnosa e trigueira, nascida no pé da árvore fatídica. Sôbre os seios turgidos, sôbre o ventre arqueado, nas pernas rijas, tinha sido profundamente embutida na carne, modelada numa argila baça, uma dúzia de tigelas. Devia o sangue da mulher enchêlas por elas transbordar, regando as raízes do poste vivo, que sus-

tinha a morta. Nos recipientes o leite estava coalhado, — um sarnambi vermelho..."

Foi assim que encontraram a vítima dêsse amor amazônico, tão inédito na emoção, como inédito, foi, na classificação do escritor, o flagício imposto a Maiby por essa paixão holoférnica de seringueiro bravo e afeito e liquidar as menores pendências coalhando o sangue alheio, como coalhava para negócio o leite da maniçoba.

"Imenso símbolo pagão!" exclama o autor do conto, "oferecido a uma divindade babilônica, desconhecida e terrível". Essa divindade é, talvez, a pororoca, diante da qual os selvagens não se assombram, sem saber porque, e acompanham no banzeiro, metidos na igarité, sem saber como. A *terra mater,* que os faz viver, que os faz morrer; essa região bravia, que transforma o forasteiro, de soçôbro, imprimindo-lhe todos os vícios e virtudes da fauna circunjacente, graças a essa lei inelutável, que força o homem a ser um apêndice da natureza, — *homo addictus natura,* segundo a fórmula do grande Bacon, não poupa ninguém, nem exerce piedade. O homem anda a caçar o homem, — *homo homini lupus;* e, em parte alguma se vêem civilizados regressarem tão sùbitamente ao temperamento do período da pedra lascada, salvo o acaso de emergirem, de vez em quando, de tão profundos e desamparados latifúndios de miséria estética e moral, para tripudiarem, por obra e graça do dinheiro do seringueiro, no Rio de Janeiro ou em Paris.

Repetição do que se observou na Roma dos imperadores, orientais, quando, vindos do Egito, da Mesopotâmia, da Trácia, da Hircânia, da Espanha, das terras hiperboreais, do fim do mundo, aonde existiam as riquezas, ao deus-dará, desorganizadas, nas mãos dos bárbaros, apareceram na Cidade Eterna êsses tipos de romanos megalomaníacos, gerados pelo desequilíbrio da cultura perdida e da degradação do meio em que se tinham feito ricos.

Entre os contos, que só agora pude apreciar pausadamente no livro impresso, encontrei quatro, que são, no meu parecer, primorosíssimos, não tanto pelo sentimento trágico, que os anima, como pelas reflexões filosóficas e sociais a que obrigam o leitor menos inclinado a cogitações dessa espécie.

Não há nêles dissertação alguma sôbre psicologia social. É o fato, o drama, a paixão, o homem, enfim, debatendo-se contra a inexorabilidade das leis, que regem o mundo, diferenciadas numa região, aonde, parodiando as próprias expressões do *Preâmbulo,* as florestas estão caminhando vagarosamente nas planuras. não pararam ainda, nem pararão tão cedo; e se conflagram, numa expansão de tumulto horrendo, porque, êsse país, êsse mundo ainda não conseguiu, em seu Gênese, chegar ao sétimo dia. A terra não, se consolidou.

O homem, em tamanha e tremendíssima epilepsia, telúrica, bóia, flutua, desce os rios de bubuia; e, se algum jacar não o estraçalha, se as febres não lhe sopram a morte pelos poros, se a pororoca não o engole na passagem de um furo, se outro homem não o alveja e mata, por causa de uma árvore de seringa, em que êle pôs a mão, acontece que possa um dia despertar do pesadelo angustioso, que o trazia aferrado à vida de ganhar dinheiro, nalguma praia hospitaleira, onde se lhe proporcione aproveitar o restante alento para comprar quinino aproveitar as libras colhidas na refrega, regressando depois aos seringais, agora mais valente, embarcado no vapor do Lloyd, porventura associado a algum serigueiro *curado de cobra,* ou *sarado,* conforme a locução aqui do Sul.

Os contos aludidos são Um conceito de Catolé, — Hospitalidade, — Teima da vida, e — Obstinação.

O último é o pavor, a E. Poe, refinado, condensado em poucas páginas. É ao mesmo tempo um tema social; a lei, feita para garantia do fraco, servindo exclusivamente ao forte, ao latifundário. Encontramos nessa história, quase fantástica, a síntese de tôdas as injustiças praticadas dentro das sesmarias antigas e das concessões de terras novas, pelos intrépidos expoliadores do caboclo, do mestiço, do posseiro miserável. Portuguêses concessionários de ontem, hoje, no Amazonas e no Acre, concessionários de acôrdo com uma lei de terras heteróclita.

O caboclo lutou contra o atrevido que se propôs expungi-lo do seu espogeiro, porque era um grão-senhor e pretendia arredondar a sua propriedade. Lutou o pobre; e, com efeito, não saiu da terra; os oficiais de justiça não o encontraram; e, como era um homem de palavra, foram descobri-lo, no último ato da tragédia rústica, morto num pano de floresta, junto à casa, enterrado até o pescoço, na argila mole e empapada, rindo-se para aquêles que o encaravam, pelos olhos fundos e descarnados da caveira. Os urubus famintos haviam completado a obra ingênua, encetada pelo rico seringueiro, apoiado no seu direito de titular daquelas terras e blasonador político.

Eis o que se me oferece dizer a você que dá lições nestes assuntos, sôbre o *Inferno Verde,* que não é escrito em nenhum estilo amarelo.

Ao contrário disso. O estilo dêsse môço é recozinhado pelo calor da região e do homem que êle descreve tão vigorosamente.

Com certeza na volta de uma mata algum caapora juruparizou-o, dando-lhe a beber paricá ou larva de taquara: desde então o seu espírito assumiu internamente a inquietação dos quatis, dos quatipurus e das aves saltadeiras.

As suas notas foram naturalmente tomadas à noite, à luz da almecega, quando, recolhido, ao tejupar, ouvia o rouquejar das guaribas, êsses monges das florestas, que entoam o seu cantochão ao cair da tarde.

Lambuzado de tujuco, de volta da medição, estou-o vendo, mesmo de botas, deitado na rêde de tucum, a balouçar-se e a meditar sôbre o que o dia lhe mostrou, de surprêsas, e a curiosidade do fantasista está agora ruminando.

O calor escandeceu o corpo; mas o descanso vem ampliar-lhe o poder da imaginação. As imagens que o cérebro registou hipertrofiam-se, como no sono; as pupilas interiores se dilatam sob a influência de um vidro de telescópio. O jantar, composto de pupunha e de outra iguarias selvagens, pôs-lhe no sangue um calor que precisa traduzir-se em notas escritas. Volta a rascunhar.

E como o homem é ali, mais do que em qualquer outra parte, no conceito de Germain Sée, uma fermentação ambulante, o engenheiro-poeta toma um cordeal para diminuí-la e dormir.

Dorme. Dormindo, sonha de verdade. Sonhando, compõe. Quando raia a aurora o conto está realizado. Escrevê-lo é nada. E o autor sente-se, entretanto, envergonhado, porque verifica que a obra não é sua. O conto é da região, do ambiente, do caboclo que lhe narrou na igarité alguma história de outiva.

E, assim se explica a vernaculidade amazônica de um escritor nascido na terra dos Castilhos.

No Rio de Janeiro a poesia seria outra. O pau-brasil, está visto, não viça no asfalto da Avenida. Cada ambiente tem expressão própria. Na Copacabana, estou certo, na Tijuca, na Praia Vermelha, no Corcovado, na Serra dos Órgãos, Alberto Rangel acharia tintas originais para outras e muito diversas composições. Pena é que tão peregrino escritor se exilasse para a Itália, deixando neste instante de gozar espetáculos, os quais, com certeza, lhe inspirariam nesta Capital, contos de feitio ainda mais nôvo e abracadabrante, o que fica, porém, provado é que aí está brotando uma escola, de cuja iniciação você pode-se gabar como fautor, sem falsa modéstia, e que pode ter continuadores excepcionais e brilhantíssimos.

Coelho Neto pertence, também, a essa família de assombrados. Não lhe perdôo a digressão católico-simbólico-litarária em que tem andado a perder um tempo precioso. As suas pastorais e os seus Cristos não se coadunam com a pena que traçou a *Praga, Os velhos* e outros primores de observação e de estilo.

O drama *Quebranto,* que ainda não pude apreciar, segundo leio nos jornais é uma *reprise* do talento e uma renascença dos

assuntos, que lhe vão na alma de poeta, com em casa própria e pelo mesmo engenho edificada.

Bem haja o venturoso acontecimento, que nos reconquista para a plêiade dos verdadeiros escritores nacionais de vida intensa um talento de eleição, que pretendia como Huysmans, meter-se no meio das catedrais turiferadas de incenso, se é que não visava emigrar, à imitação do autor da *Oblata,* para o convento dos trapistas de S. Paulo.

Quod Deus avertat!
For ever.

PROCESSOS CRIMINAIS

ALEGAÇÕES E DEFESAS PELO DR. ALFREDO PUJOL

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 8 SETEMBRO 1908, DATADA DE 6 SETEMBRO DO MESMO ANO.

Parágrafo 1.º

O volume, que o ilustrado Dr. Alfredo Pujol acaba de estampar em S. Paulo, sob aquêle título, começa por um trabalho de advocacia e crítica jurídica sôbre o asilo dado a assassinos e roubadores, merecedor dos maiores encômios.

O processo de que se trata nesse interessante estudo ficou célebre no fôro de São Paulo, sendo, como foi, principal personagem do episódio judiciário o conhecidíssimo bandido *Dioguinho*.

Êsse Dioguinho, na legenda, criada pela imaginação popular, repetiu a história do Garcia, que Bernardo Guimarães romantizou em uma de suas mais curiosas novelas. O Dioguinho do mesmo modo que o Brilhante, na Paraíba do Norte, o Botica, no Espírito Santo, o Lucas da Feira, na Bahia, o Tira-Couro, em Pernambuco, o Veneno, em Minas, dignos sucessores do Cabeleira, do Pedro Espanhol e outras celebridades brasileiras nos anais do crime; êsse Dioguinho, trêfego e sutil, o qual, como a generalidade dos assassinos profissionais, explorava o terror histérico das populações sertanejas, quando necessitava ou lhe aprazia amedrontá-las, possuía o clássico escapulário de sete orelhas humanas, murchas e sêcas, onde rezava os seus padre-nossos e ave-marias. Sempre montado, e. fugindo, por encantamento, no infalível cavalo da legenda, era, na forma do ritual dos celerados, dotado da capacidade de estar ao mesmo tempo em tôda parte.

Não é do Dioguinho, todavia, que se cogita no processo, cujas alegações tenho diante dos olhos e examino com grande curiosidade: mas de uma vítima da mania exibicionista de autoridade policial, ávida de impressionar o público com as suas astúcias de Javert.

Lembro-me de que em 1868, no Exu, em Pernambuco, um promotor foi processado e pronunciado pelo crime de "tentativa de intenções sinistras", figura jurídica descoberta nas entrelinhas do Código de 1830, por honrado desembargador, cujas luzes não chegaram a dar-lhe a nomeada de um Vanguerve.

Pois o crime por que foi denunciado o Capitão João Antônio Maciel, do Ribeirão Prêto, em 1897, não está longe de valer a qualificação cerebrina daquele outro crime arvorado pelo delegado de polícia do Exu.

Há e tem havido processos anedóticos; e muitos dêles são desopilantes de primeira ordem para quem deseja passar horas divertidas.

O signatário destas linhas, por exemplo, quando exercia o cargo de juiz municipal em sua terra natal, teve notícia de uns autos, não muito antigos no cartório do seu escrivão, no qual podia ver-se um despacho de pronúncia, cujo fecho era concebido, mais ou menos, nestes têrmos:

"... Considerando que a vaca, de propriedade de F., não foi chupada por morcêgo, conforme declararam os peritos [1], e amofinou-se até vir a morrer, sem achaque conhecido, apenas descobrindo-se alguns buracos no couro, feitos por navalha, para tirar as banhas do animal ainda vivo;

"Considerando os precedentes do réu, e que em sua casa se encontrou uma faca de sapateiro com os vestígios do crime, pêlos da mesma alimária, etc., etc., e por tudo mais que dos autos consta, pronuncio a F. como incurso no art. ... do Código Criminal, por ter danificado mortalmente o semovente que não era seu; e por isso o sujeito à prisão e livramento, etc., etc."

Seria lícito duvidar talvez da veracidade de tal sentença; mas, quando se vê o Júri das nossas cidades mais cultas praticar os julgamentos que têm escandalizado a consciência pública nos últimos tempos, não há que opor objeções.

A anedota judiciária, entretanto, nem sempre produz o riso. Casos tem havido em que o riso, transformado em lágrimas sangrentas, por sua vez, tem ocasionado irremediáveis represálias.

O caso do Capitão João Antônio Maciel podia se ter convertido de comédia em tragédia bem aparelhada, se outro rumo tomasse a marcha do processo.

A justiça do Superior Tribunal de São Paulo, porém, aceitou a boa doutrina defendida pelo Dr. Pujol, e libertou o homem de maiores amarguras.

A hipótese é a do art. 21, parágrafo 4.º, do Código Penal.

Êste parágrafo foi redigido, segundo pondera o Dr. Pujol, com evidente descuido, reproduzindo a frase gramaticalmente viciosa do Código de 1830. E como dos descuidos dos legisladores vivem os advogados, a hermenêutica tirou daquela disposição em que a sintaxe trunca o pensamento, motivos para variação em bemol e em bequadro.

---

1 No sertão, quase sempre, são chamados para os exames periciais, sejam de que natureza forem, o boticário e o professor.

A hermenêutica, como a palavra o está dizendo, e todo mundo sabe, vem de Harmes (Mercúrio), deus da eloqüência. Arte hierática destinava-se à interpretação das cousas divinas e principalmente do *mistério*. Nem todos podiam conhecê-la, porque era de difícil acesso e velada por um segrêdo, quase impenetrável. Hoje, que ela não encontra mais para zeladores, colégios sacerdotais, nem mesmo, no Brasil, o Conselho de Estado, em muitíssimos casos degenera na arte da trapalhada. Para que hão de servir o latim e as glosas dos Batolos senão para confundir as almas e fazer de que é claro cousa muito escura e do simples matéria complicada.

Hermeneutas tenho lido que provam com argumentos irrefragáveis que dois e dois não são quatro, mas cinco: e, se alguém se atreve a resistir-lhes, ei-los a soprar no clarim épico o alarma das grandes batalhas, convocando as hostes e as legiões dos autores clássicos e modernos, que se não entendem como os capitães de Xerxes, mas que, pelo número formidando e pela massa tremendíssima, espantam tribunais, atribulam juízes, aterram escrivães e advogados e vencem se não lhes sai algum Temístocles pela frente.

Neste instante, acabo de passar os olhos por uma página interessante da *Enciclopédia Dantesca*, de Scartazzini, onde se me deparou um caso, entre outros, do que é, em substância, o espírito da hermenêutica mal intencionada.

Trata-se aí de um contemporâneo do grande poeta da *Divina Comédia*, chamado Bertoldo de Ratisbona, o qual pregava aos seus fiéis, a propósito do homem, — *Omo* forma antiquada do *Uomo* vulgos, — o seguinte: "I due occhi sone due O; un H non é una vera lettera alfabeetica e non serve a mautare il fatto, onde si puó leggere *Homo* anche senza l'H; le sopraccilia co naso formano una bella M; l'orecchio é una bella D; le due narici formano una bellssima E, come la se scrive nella lingua greca, e la bocca é una bella I. Vedete cristiani, come Iddio vi ha scritto in viso che voi siete sue creature e sua proprietá: — *Homo Dei*, homem de Deus!".

Admiraríamos êsse pregador italiano, se a raça portuguêsa não nos tivesse dado o Padre Vieira, que no sermão encomiástico de Nossa Senhora do Ó produziu cousas do arco da velha, tirando das Escrituras Sagradas textos e fazendo combinações, diante das quais os povos embasbacados se persuadiram de que êsse Ó de invocação religiosa era o símbolo sublime da esfera uterina, na qual fôra gerado o Redentor, imagem ainda mais sublime da esfera do Universo, cheia do espírito do Senhor. *Fœmina circumdavit virum. Gyrum cœli circuivi sola.*

Tal hermenêutica não agradou, por certo, a alguns maliciosos da Frafaria, que pensavam ter êsse Padre profanado o assunto,

tornando-se merecedor de um lembrete de Santo Ofício; e ousaram dizer, apesar das observações do comentador Honorati, o qual achava imensa graça e novidade nesse sermão, que o reverendo se esquecera da existência de muitos zeros famosos, que, por decência, escondera a madre Natureza.

E vedete, Cristiani... como a interpretação pode ter duas caras; ou, no conceito dos filhos do Celeste Império, como se pode trocar a cara verdadeira por uma falsa, ou ficar-se *in eternum* descarado [2].

Nestas condições, hão de os leitores convir, acham-se as glosas feitas a muitas disposições de lei, principalmente em matéria criminal.

O parágrafo 4.º do art. 21 do Código Penal não devia escapar à pernóstica epidemia. De fato, os que se não conformam com a exegese natural do aludido dispositivo, que o Dr. Pujol brilhantemente defendeu, necessitam de que se lhes aplique o — *vedete Cristiani!*

Todo o jôgo do sofisma sôbre êsse parágrafo encerra-se no mau emprêgo da palavra asilo.

Recorrendo ao sábio Stuart Mill, que, verdadeiro naturalista, classificou admiràvelmente êsse fenômeno psicológico na sua *Lógica*, sem deixar escapar a mais insignificante variedade pertinente ao caso geral da mentira, vejamos a natureza do engôdo jurídico, que nos ocupa.

O sofisma, de que se trata, é favorecido pela má classificação do Código, o qual reuniu no mesmo grupo fatos diferentes, mas puníveis segundo a vontade do legislador; a ardileza dos intérpretes, porém, reside em aproveitarem-se para o fim de estabelecer a confusão, das diversas acepções que possa ter uma palavra, além da acepção técnica referente à matéria ou ciência a que a interpretação se aplica.

A palavra asilo, infelizmente empregada pelo Código, significava primitivamente uma ação paraclita e, ao mesmo tempo, pro-

---

[2] Diz Matignon (*Superstition en Chine*, quatrieme edition, p. 89), que perder a cara é uma expressão muito usada na China, mas cujo significado é pouco conhecido. "Perder a cara" corresponde a tôdas ofensas ao amor próprio e às infrações do ponto de honra. Abrange tôdas as formas e graus da humilhação. A cara perde-se e recupera-se; e obedece a uma relatividade infinita, de acôrdo com a vaidade de cada pessoa. Se o indivíduo, pois, perdida a cara, não consegue mais reavê-la, e não se suicida, passa a ser um eterno descarado. Lendo esta página curiosa, ocorreu-me o verso do poeta latino: *Os homini sublime dedit...* e então pensei quão difícil tem sido à humanidade evitar que êsse rosto nobre, que a natureza deu ao homem, se converta na *cara dura*, comentada pelo falecido Dr. Castro Lopes.

tetora. Ao asilado dava-se confôrto e defesa contra os perseguidores, aos quais até se arrebatava a vítima, por piedade.

No direito internacional êsse instituto altruístico, das primitivas eras, perdendo o caráter religioso, converteu-se no que se chama o puro exercício da soberania, fenômeno êste que, hoje, em face dos progressos da solidariedade humana, vai se decompondo gradualmente nos da extradição e da expulsão e noutros aparelhos, destinados à repressão harmônica do crime pelas nações, que formam o grande grupo internacional, e tendem a deixar à anistia e ao indulto a incumbência de moderar, pelo sentimento, os excessos do rigor jurídico.

Com certeza o Código Penal não cogitou nem podia cogitar, de semelhante espécie de asilo.

Restam as demais acepções. Refúgio no sentido psicológico e moral: — habitação, isolamento, sossêgo, no físico; — estabelecimento para indigentes e outros desprotegidos, assistência, no sentido social; — finalmente, associação, camaradagem, comunhão de interêsses, assistência mútua, tolerância, que são as acepções úteis na hipótese vertente.

Seguramente o legislador pensou, por exclusão, nesta espécie de asilo, senão também de assistência de superior para inferior, isto é, de proteção, homizio, acoutamento, em fraude à ação legal da autoridade.

Bernardo de Vasconcelos, que bem sabia o que mais convinha em 1830 à comunidade brasileira, tendo bem presente ao seu lúcido espírito as tropelias e os abusos dos mandões daquela época, consecutivos à ação de 1824 a à reação e contra-reação que se lhes seguiram e vieram a terminar no *7 de Abril*, cuidou que era indispensável tirar, principalmente, aos sertanejos, o gôsto pelo homizio da capangada, de que todos se utilizavam e cujos crimes esqueciam. se não amparavam, para tê-los sempre alerta e em guarda nas grandes ocasiões.

Seja, porém, como fôr, o *Poder Legislativo* não pretendeu incriminar senão os verdadeiros culpados por ação e por omissão. De acôrdo com essa inelutável inteligência do texto o autor dos *Processos Criminais* — conclui que "o crime de asilo a malfeitores, definido no art. 21 parágrafo 4.º do Código Penal, — quer tenha uma só feição genérica, quer se desmembre em duas modalidades — reclama as condições seguintes:

"*a)* que o *asilado* seja objeto de diligências policiais ou judiciárias;

b) que o *asilador* tenha conhecimento dessas diligências e dos crimes atribuídos ao *asilado;*

c) que o *prestador* da casa para reuniões de assassinos e roubadores os conheça como tais e o fim criminoso para que aí se reúnem;

d) que os *crimes posteriores,* praticados pelos *asilados,* tenham sido efetivamente planejados durante a sua permanência na casa do *asilador,* e com pleno conhecimento dêste".

Contudo, parece-me a mim que há uma restrição a fazer no que toca à conclusão sob a letra *c)*: e é que da expressão *reunião* não se pode concluir que o legislador quisesse subordinar a classificação do crime à pluralidade dos malfeitores.

Reunião aí figura como expressão ampla, compreensiva. O plural abrange o singular; e reunião quer dizer, então, o mesmo que ato de presença.

Na redação do Código encontramos várias formas equivalentes para determinação da pena aplicável ao crime especificado: — o infinito impessoal: *matar, tirar, entrar, falsificar,* etc.; — o infinito pessoal apôsto ao verbo na terceira pessoa do plural do futuro do indicativo, como no artigo 208; — *aquêle ou todo aquêle que, etc.,* do que dá exemplo mais de um texto; — o infinito, seguido da palavra *alguém,* como no art. 124. Exigências de clareza na definição do fato delituoso.

O plural ou singular, em tôdas essas hipóteses, em nada afetam a natureza visceral do crime. Vê-se entretanto, que quando o legislador pretende tornar dependente do concêrto ou *societate sceleris* a classificação criminológica, o declara positivamente; e assim é que não existe conspiração ou sedição se o número de sócios é inferior a 20 (art. 115 e 118), nem os enumerados no capítulo II do tít. I da parte I, onde a pluralidade e concêrto são essenciais.

A letra mata, dizem as Escrituras, e o espírito vivifica; entre parênteses, — quando êsse espírito não marca o espiritismo jurídico. E Swedenborg mostrou, no seu comentário do Apocalipse, quanta cousa extraordinária pode se extrair das palavras de qualquer texto divino ou diabólico.

Pelo mesmo argumento dos que pensam que o número de malfeitores asilados nunca pode ser menor de dois, pode-se provar que quem dá asilo também deve estar no plural.

Por que não? O parágrafo 4.º do art. 21 citado diz: *"os que derem asilo ou prestarem sua casa".*

Desejaria pois saber se para matar, roubar, furtar enfim, para praticar delitos contra as pessoas, e que dependem só de astúcia, audácia, temibilidade, e outros requisitos puramente individuais, há essa necessidade indeclinável de organizar sociedade, ficando,

por êsse modo, o hipócrita perverso a côbro de perseguição, apesar de ter consentido que, *ante ou post-factum*, um réu confesso de crimes reiterados reúna em sua casa os aprestos irrecusáveis para a realização da atrocidade, que está à vista ou, depois de consumada, preste *hospedagem clandestina* em fraude às diligências policiais ou judiciárias, por êle não ignoradas.

Não seria o caso de repetir o — *vedete cristiani?*

Parágrafo 2.º

Profundamente abalado, um dia, pelos impropérios que dois homens políticos de minha terra atiravam um ao outro pela imprensa cotidiana, era levado a fazer a um dêles a seguinte observação: — que não compreendia como a sensibilidade de pessoas tão bem nascidas se acomodava à emissão de injúrias, por assim dizer, aviltantes e tão insistentemente reforçadas, sem que a morte de um dos contendores interviesse como têrmo necessário da polêmica.

— Ah! meu bom amigo, respondeu-me êsse distinto cavalheiro, você ainda não conhece a vida, nem os homens, nem os gostos da platéia dos políticos. Quando chegar aos quarenta anos [tinha, então, pouco mais de vinte e quatro], de sua idade, quando a experiência lhe houver aberto os bastidores dêsse teatro que se chama sociedade culta, dir-me-á ao primeiro encontro, se o testa-de-ferro não constitui a mais útil das instituições criadas e por criar para sossêgo das famílias.

Convém aqui notar que êsse meu amigo era um pai de família exemplar e um excelente companheiro. Franco, sincero, caritativo para os íntimos, surgia, de súbito, violento e perigoso, se alguém ousava impedir-lhe o passo nas suas pretensões políticas. Ninguém mais astuto no trato, nem mais cruel no uso dos meios de extermínio.

Não se tinha bacharelado em cousa alguma; mas sabia o seu latim, um tanto de História, principalmente da Inglaterra, e, quanto a direito público, apredenra-o na Assembléia Provincial, discutindo projetos, apalpando casos, e aplicando o seu bom senso conforme a hipótese do momento. Era, por natureza, agnóstico; e no que diz respeito à lei, criara para si uma engenhosa teoria. Dizia que os homens de conceito nunca deviam estar na lei, mas junto à lei — *apud legem;* e filosofando sôbre os acontecimentos de sua terra, dotado de uma memória prodigiosa, justificava que, pelo menos em seu tempo, nunca vira se fazer lei nova nem se cumprir lei velha, senão para satisfazer a vontade de alguém ou de alguns.

— Meu caro doutorzinho, acrescentava, a lei nunca deixará de ser a vontade do príncipe, ou do chefe de algum partido, ou de um homem esperto, em maré de carvoeiro.

E citou-me, entre outras, a história da lei de desapropriação, votada e não revogada pelo poder central na província do Ceará.

Nesse tempo eu já folheara o meu Spencer. Fiquei, todavia, embatucado.

Aquêle determinismo não era, por certo, o que eu sonhava!

Perguntei-lhe então, voltando ao ponto de partida da conversa, porque a instituição do *testa-de-ferro* lhe merecia tantos gabos a tamanho apoio.

— Por quê? Porque, se não fôsse essa abençoada cousa, êste seu amigo há muito tempo teria parado na cadeia pelo crime de homicídio. Acredite: não pudesse eu desabafar à vontade, a minha raiva, e dizer tudo quanto sei dizer, com a veemência e o veneno que Deus me deu, a um patife que me ofende, e lhe afirmo que não sofreria o meu temperamento, cuja impetuosidade reconheço, outra solução senão da morte.

No sertão não existe imprensa. Tudo se liqüida a bacamarte. Vamos e venhamos: seria um absurdo intolerável voltarmos a tão bárbaro sistema. Progredimos. No sertão, nem todos matam com a própria mão; mandam fazê-lo por quem não os incomode.

Na evolução da cidade, é bem de ver que, tendo a injúria e o libelo impresso substituído a arma do assassino, o homem educado deve utilizar-se do apaniguado, sem êsses ridículos escrúpulos de consciências feminis. Eis o que é prático...

E aí tem, conclui, estarrecido, em como a civilização transformou a cidade numa floresta ínvia, onde "apaches", sanguinários de nova espécie, atiram sôbre os transeuntes as suas flechas ervadas de calúnias, escondidos atrás dos pés de pau, e vão depois dormir tranqüilos, como se tivessem cumprido com o dever diurno.

É certo que a natureza do crime de agressão injuriosa é tão sutil, que, na maioria dos casos, a defesa tem de se conservar forçosamente conformada com o conceito do referido meu patrício, — *apud legem*, — ao lado da lei, o que importa o mesmo que dizer fora da lei.

Quem conhece a história da liberdade da palavra sabe que, sendo as leis de imprensa uma conquista do excessivo espírito e pretensões do liberalismo, que primou até o meado do século XIX nos códigos penais das nações representativas, já circunfusos em tudo quanto interessava à reação contra a antiga censura e as Bastilhas do pensamento, puseram os seus redatores especial carinho

em evitar pelo *stricti juris* quanto pudesse comprometer aquela sacrossanta liberdade.

Durante a Revolução Francesa, quando se elaboravam as franquias, então suspensas pelo Terror, mas que deveriam depois invadir as constituições modernas, repetiu-se, à saciedade, a crítica dos costumes políticos de Tibério e dos seus equívocos sucessores, malvados, segundo a opinião corrente que o menos que faziam contra a consciência do homem era recomendar a visita do centurião, logo que lhes constava a menor imprudência de palavra ou bisbilhotice de pessoa não agradecida.

O monstro de Capréia mandou liquidar um cidadão, porque soube que cometera a irreverência de fazer a sua *toilette* íntima, guardando no dedo um anel, no qual havia a efígie do melancólico Imperador.

O pânico de tais atrocidades, praticadas em desprestígio da delicadeza psicológica do homem de todos os tempos, veio, senão de fato, mas sistematizado na teoria abstrata da liberdade de consciência, até os nossos dias.

E cousa singular! do mesmo modo que a livre concorrência produziu a tirania dos *trusts*, essa liberdade de escrever contra os outros, amparada pelo *stricti juris*, converteu cada cidadão atrevido e verborrágico num minúsculo Tibério.

— O teu vizinho será teu senhor, no dia em que quiser usar da difamação oblíqua, sendo hábil ou direta, achando um responsável, que o endosse ou subscreva!

Depois que se foi buscar no latim o *animus injuriandi*, bem como o *furandi*, o *jocandi*, o *defendendi* o *retorquendi* e outros *animus* conceituados na doutrina, cuido que tornou-se dificílimo apanhar-se o criminoso.

O *corpus*, êste não. Apalpa-se, segura-se, contorna-se. Mas o *animus* evola-se, volatiliza-se; e só em Duns Scot, algum *doctor subtilis*, conseguiria hoje prendê-lo, chamá-lo à terra, obrigá-lo a ser solidário com o *corpus* e dar conta perante os tribunais das suas façanhas vagabundas. O *corpus* fica: é o defunto; é a cousa roubada; mas o *animus*, o assassino, o ladrão, êsse dilui-se no artifício da defesa.

Bem razão tinham os gregos em chamar a alma de *pneuma*. Mais lógicos do que nós, em face da natureza, os helenos não conheciam senão o homem no seu conjunto, como um ser integral, indivisível enquanto vivo, *pneumático* depois de extinto.

Esta ressurreição, portanto, dicotômica do crime não me agrada, e gera em minha inteligência confusões desagradáveis: por que

intenções criminosas não existem mais, graças à filosofia da *entoxicação*.

Todavia, pelo profundo respeito que me infundem estas feitiçarias do lombrosismo, não me rebelarei contra os costumes da moda, e com distinção ou sem ela, passarei a ver que idéias o Dr. Pujol abraça em questões de responsabilidade, no ponto de vista da injúria e do caso concreto do seu livro.

A difamação restrita ou ampla era nos tempos antigos fato tão grave que as leis puniam-na com a pena de morte, trabalhos forçados ou banimento.

É que os homens antigos pensavam da mesma maneira que Falstaff: êles entendiam ingênuamente que quem subtrai a bôlsa de outrem não se compara com quem rouba a honra e a boa fama, a reputação alheia. Aquela nada vale: perde-se na volta de uma rua; readquire-se fàcilmente na primeira ocasião. Mas o conceito público, isto é, a atmosfera de respeito, de consideração e de estima, a que todo homem tem direito, e que as pessoas dignas levam a alimentar com sacrifício e esfôrço permanentes, enfim, o que constitui o caráter do indivíduo, uma vez atacada e decomposta pela legenda da opinião pública, muito a custo se recupera; quando não asfixia moralmente a vítima, em casos raros, deixa espaço a uma reintegração completa e satisfatória da pessoa afetiva. A calúnia, segundo o prolóquio, quando, como o carvão, não queima, tisna.

Dizia Pascal que há meias palavras que envenenam uma vida muito mais do que agressões injuriosas positivas.

Ora, o nosso Código pune a calúnia (difamação) e a define de modo iniludível, exigindo a imputação positiva do fato que a lei qualifica crime; e só dirime, quando o argüidor prova ser verdadeiro o fato imputado.

Outro tanto não sucede com a injúria. Essa figura jurídica, tal qual existe no Código, participa da natureza do cameleão; muda de côres, a cada passo, e esgueira-se através das malhas do processo o mais cuidadosamente tramado. A razão é simples: êsse crime contra a honra e a boa fama assenta sôbre qualificativos verbais ou escritos, sinais ofensivos de caráter moral da pessoa, ou a imputação imprecisa de fatos criminosos, vagamente esboçados.

Não se pune a ironia, em si, como não se pode atacar por via processual a reticência, a analogia, a fábula, a insinuação e outras figuras da retórica dos autores de libelos difamatórios.

Na inextricabilidade dêsse problema, os criminologistas têm se esforçado por instituir um critério, que não defendendo a liberdade da palavra e as regras aceitas no direito criminal positivo, possa, todavia, aparelhar a justiça contra os hábeis, que empreendem campanhas demolidoras da honra e da reputação alheias.

A jurisprudência já descobriu meio de amparar o fraco contra o ladrão de propagandas na concorrência desleal. Nos casos industriais e no comércio, como se trata da fortuna, de interêsses, de prejuízos pecuniários, os legistas e os tribunais, solicitados pelas fôrças econômicas, adiantaram-se mais, e é evidente, pelos julgados mais recentes, na França, na Itália, na Alemanha, que não tardará que os interditos sejam aplicados à defesa do direito, à manutenção do esfôrço industrial.

A dignidade individual, porém, ainda luta com os vícios do liberalismo mal entendido.

José de Alencar, na sua obra a *Propriedade*, onde mostrou ter adivinhado um movimento de idéias, que só depois vulgarizou-se, disse com grande acêrto que, seja no Direito Romano, seja no direito que lhe haviam ensinado os renícolas e os compêndios das nossas faculdades, apresentava-se um quadro deplorável. Não falando nos resíduos do direito medieval, traduzido, principalmente na enfiteuse e na hipoteca, parecia-lhe que o Código Civil das nações chamadas cultas devia antes denominar-se *código da propriedade*, porque o próprio *título das pessoas* não passava de um prolapso do *título das cousas*.

E entre muitos exemplos êle, com seu espírito penetrante, que a muitos invejosos se afigurava o de um romancista jurídico, menos a Ribas, que o prefaciou com entusiasmo, citava o capítulo relativo à tutela dos menores e dos interditos.

Na sua opinião a pessoa, tudo quanto podia interessar ao amparo da dignidade humana, do mesmo sentimento cristão, tão apregoado como inspirador do legislador moderno (uma grande pêta), da liberdade e da pureza do exercício da vida, era letra morta. Tutores davam-se aos que possuíam bens. Os pobres, os miseráveis, os destituídos de bens de fortuna, eram alugados à soldada; os seus serviços adjucados por um salário desprezível, em hasta pública a quem mais desse. Só depois que a lei proibiu que os escravos fôssem vendidos em leilão foi que os juízes despertaram. Quando juiz de órfãos, em 1873, no Ceará, tive uma vez de proibir, na minha jurisdição, indignado, essa prática indecorosa, indeferindo o requerimento de um mandão, que pretendia, pela vantagem do preço, subtrair um pobre menino órfão, sem parentes, ao protetor natural, que o alimentava, vestia e ajudava, mas se rebelara nas últimas eleições.

Voltando, porém, aos crimes contra a honra e boa fama: penso que todos os artifícios de hermenêutica, enquanto não houver lei positiva e organização precisa de processo, serão em pura perda; o esfôrço empregado para a captura e punição dos libelistas será sempre precário.

Os tribunais de S. Paulo, graças ao talento e ao brilho de forma com que se apresentou o Dr. Pujol, na defesa dos direitos do seu cliente, usaram do arbítrio do bom juiz.

O advogado fundou-se nas teorias modernas de Frola, Pessine, Chassan, Fabreguettes, Rousset, Juvenal, Heurteau e outros, teorias que foram endossadas pela sentença condenatória do autor da injúria.

Êstes respeitáveis escritores, com os quais comungam João Vieira e os criminologistas brasileiros adiantados, oferecem um âmbito de raio muito extenso à jurisprudência dos tribunais.

Contudo é forçoso não dissimular que, resumindo-se a doutrina em colhêr o fato criminoso da difamação pela injúria, para qualificá-lo no conjunto de elementos, que separados nada valem, o juiz achar-se-á sempre em frente de um fenômeno aleatório, excessivamente subjetivo. Há neste caso o que os italianos chamam *combinazzione*. E as combinações em matéria criminal são sempre perigosas, ainda não fazendo alarde do dispositivo do art. 1.º, alínea 2.ª, do Código Penal, o qual veda a interpretação extensiva por analogia ou paridade.

O crime de injúria é por excelência o crime ambíguo.

S. Tomás afirmava que só pela mente a nossa alma se distinguia dos irracionais — *bestiæ*. Mas com a mente veio a *insídia*, a insídia refletida, a insídia consciente. Era nessa afecção que os teólogos punham o pecado. Se os códigos fizessem da insídia um crime positivo? *Ecco il gran problema!*

Dante disse: "Quelle cose che prima non mostrano il loro diffeti, con piú pericolose, perché di loro molte fiate prender guardia non si puó; sicome vedemo nel traditore." No sistema penal do seu *Inferno* os difamadores, *i falsatori di parole* — são colocados na décima tolgia (canto XXX). Virgílio aí encontra o Aretino, que lhe mostra duas sombras esquálidas, desnudadas, a correrem remordendo-se com a fúria de cervos evadidos da pocilga. Logo adiante, devorado por febre intensa, surge o falsário por palavras, de bôca escancarada, maldizendo. O crânio estala, os olhos esbugalham-se, e uma sêde inextinguível rasga-lhe as entranhas em imprecações terríveis.

O Alighieri foi juiz ùnicamente no reino fantástico e sombrio da sua vingança de poeta gibelino.

Parágrafo 3.º

Falta-me tempo e espaço para apreciar aqui tôdas as questões interessantes, que compõem o livro: — marcas industriais, peculato, estelionato e falsidade, mandato criminal.

O Dr. Alfredo Pujol pode gabar-se de ter, sem quebra da austeridade profissional, nem comprometimento dos interêsses dos seus clientes, lançado um véu encantador sôbre a aridez dos assuntos jurídicos que discute.

Não deporei, porém, a pena, sem fazer alguns reparos sôbre o último capítulo da obra, intitulado — *Homicídio ou suicídio?*

O advogado esgotou todos os recursos, que a psiquiatria, no momento atual, ministra à demonstração da irresponsabilidade nas vítimas de psicatenia nativa, que tanto pode levar o sujeito a um ato agressivo, como ao suicídio.

A hipótese dos autos é a de um môço casado que perde a fôrça nervosa e termina numa depressão desoladora e inibitória do regulador da ação normal da vida inteligente.

Suicida-se. Acusam a espôsa de tê-lo assassinado. O Dr. Pujol, defendendo essa vítima indireta do ato de loucura do marido, busca demonstrar, — e o conseguiu, pelo menos, na consciência dos juízes, — que êsse suicídio era a terminação lógica de uma herança, de uma existência enfermiça, desamparada da higiene preventiva dos psicastênicas, aguçada por um conjunto de circunstâncias mais capazes de exagerar o pecúlio hereditário, do que de escasseá-lo.

Um dos argumentos que a acusação procurou avolumar foi o da calma exibida pelo suicida, durante os pródromos do desenlace fatal.

Essa calma, quando não estivesse destruída pela prova testemunhal, se explicaria cabalmente em face das observações clínicas citadas pelo defensor. A autoridade de médicos legistas notáveis, é abundante em casos hípicos como aquêle, e nada deixam a desejar desde Lagrand du Saule e Morel, Maudsley e Kapt-Ebbing, até os mais recentes psiquiatras e psicologistas do espírito enfêrmo, como Durkheim, Gilles de la Tourette, Biriet, Féret, Dumas, Ingenieros, Maximoff, Kowalewsky e outros.

Nenhuma lição sôbre a calma simulada se me depara tão convincente, como a de Rascolnicoff, célebre personagem de Dostoiewsky, único romancista, digno de ser citado, ao lado das autoridades médicas; justamente porque foi um observador genial. Nêle não há emprêgo de técnica científica: mas o que é certo é que os seus enfermos são verdadeiros de verdade e se desnudam aos olhos do leitor como esfaimados na mesa de um anfiteatro. E não é outra a opinião dos médicos modernos, os quais foram por êle antecipados nas descrições espantosas que se lêem na *Casa dos Mortos*. Não dissertando, porém mostrando a maior parte dos tipos de crimino-

sos por degenerescência enfermiça, o romancista russo deixa na imaginação de quem o pratica estigmas indeléveis, que valem por centenas de livros fantasiados sôbre o assunto.

O advogado conseguiu persuadir, apoiado nos mestres, que aquela calma simulada, se tivesse havido [ilegível] porque êsse fenômeno é muito comum na classe dos doentes, de que se trata, maximé quando o psicastênico é um afetivo de natureza morosa e pacífica, bem diferente dos que vivem a explodir por tudo.

O suicida do processo era seguramente dessa espécie. Se, porém, não concorressem outros elementos de prova, para firmar a convicção dos juízes, e o caso fôsse diverso, seria muito arriscado argumentar com semelhantes opiniões.

E vem de molde lembrar aqui quanto se tem abusado, principalmente do Júri, para absolver criminosos responsáveis, do floreio dessas doutrinas sedutoras, em alguns escritores, mais literárias que científicas.

Julgamento houve em nossa terra, onde se citou Bourget, romancista de segunda classe, senão de terceira, que podia ser uma autoridade como Dostoiewsky, se avisado e genial. Mas Bourget nunca foi observador, senão de superfícies cosmopolitas, do que deu prova desastrosa no seu *Outre-mer,* livro no qual mostrou o mais elementar desapercebimento de método e observação, deixando-se enganar pelas aparências ianques, em absoluto desacôrdo com os relatórios técnicos e estatísticos, aliás ao seu alcance. Não obstante se deu importância desmedida aos seus estudos românticos acêrca do ciúme, que me parecem inteiramente errados.

Com autores desta ordem é preciso andar muito acautelado, bem como com médicos, que estariam melhor no rodapé dos jornais, onde escrevem seções psiquátricas. E não sei se Fleury com a sua teoria da intoxicação no amor não se acha nestas condições, pois que os seus trabalhos revelam a mais rudimentar ignorância de uma lei do método, que veda o emprêgo da técnica de uma ciência inferior a uma ciência superior na respectiva hierarquia.

Os equívocos pululam; e os jurados embasbacados julgam com tais frioleiras ter tranqüilizado a própria consciência.

Deixemos, entretanto, a medicina legal.

No estudo do Dr. Pujol existe um capítulo, que sobreleva ao resto: é aquêle em que discute a identidade da arma e a questão da projeção da bala.

Buscando destruir o laudo primitivo, que demonstrava a impriedade da autodetonação do revóver, o ilustrado advogado foi insigne na destreza.

Não era de profissionais aquêle laudo vacilante. Submetendo a espécie a abalizado engenheiro, conhecedor da química militar, e competentíssimo na arte do fabrico de cartuchos e da munição moderna, o Dr. Pujol, depois de uma análise exaustiva da matéria em causa, obteve conclusões perentórias, que não podiam deixar de lhe dar o triunfo no processo.

MACHADO DE ASSIS

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 4 OUTUBRO 1908, DATADA DE 1 OUTUBRO DO MESMO ANO.

Em 1898, portanto há dez anos, escrevia eu, num ensaio publicado na *Revista Brasileira* *, as seguintes palavras acêrca do escritor que se extinguiu no dia 29 do mês passado:

> Tipo acabado do homem de letras, beneditino da arte, Machado de Assis constitui, no Brasil, um dos raros exemplos de poeta e romancista que, resistindo ao meio e vencendo as hostilidades do próprio temperamento, fiel à vocação, conseguiu completar uma vida e uma carreira. **

A êsse tempo, não haviam ainda saído dos prelos *Dom Casmurro, Esaú e Jacó,* nem êsse suavíssimo poema wagneriano da saudade chamado *Memorial de Aires.* Foi nesse poema que o poeta sonhou, despedindo-se da Terra, dos seus amôres íntimos, das suas afeições literárias e da própria capacidade de ter saudades, diluindo, outrossim, o coração, que constituía a víscera principal da arte estranha dos seus livros, no ambiente em que vivera, onde se formara e que, amando-o como planta excêntrica de uma flora todavia original, não poucas vêzes reverteu contra o escritor a ironia que, nêle, era um sorriso acremente edulcorado de interrogações cépticas, transformando-o no sumo corrosivo de frutos tropicais, muita vez mortíferos.

Quando se divulgaram as *Memórias Póstumas de Brás Cubas,* quem escreve estas linhas teve o grande prazer de declarar, nos *Lucros e Perdas* (1885), revista mensal dada à estampa em colaboração com Sílvio Romero, que êsse livro era o mais esquisito de quantos se têm publicado em língua portuguêsa. ***

Coincidia com o aparecimento d'"O Alienista", o conto mais terrível de desacoroçoamento humano que saiu da pena de Machado de Assis, da qual vertiam, por essa época, frases à Swift, dêste feitio, postas na bôca de um suicida: "Deus é um invejoso", a "felicidade, um par de botas".

Contudo, a alma cândida que tolerava lampejos infernais, como os que refuzilam no "Último Capítulo", fulgurações diabólicas que lhe atravessavam a imaginação, quando a tristeza dos dias aziagos

---

* Êsse ensaio foi publicado em 1895, e não na data indicada pelo autor. Está reproduzido no Vol. III da presente edição.

** No texto da *Revista Brasileira,* êste trecho termina assim : "... conseguiu completar a sua carreira".

*** Veja-se Vol. I da nossa edição, pág. 350.

ferrava-lhe os dedos crispados na nuca e o constrangia a debruçar-se sôbre o abismo das ruindades da Terra; essa alma terna, blandiciosa e delicada viveu algumas vêzes ausente da pátria, do próprio temperamento, porque semelhante temperamento, suscetível de certas irritações, de onde brotaram, aliás, páginas admiráveis, era o da rôla aflita que precisava daquele sossêgo florestal, ribeirinho, macio, capitoso, embalsamado, que os arminhos de uma consciência espantadiça exigiam como penhor da plena eflorescência da vida, coisa vaga, deambulatória, cheia de espasmos de ansiedade, quando se mete a filosofar, jucunda, menas transitória, prazenteira, se, afastada do ruído das ambições pedestres, deflui e depois derrama-se em perpétua comunhão com as harmonias da natureza.

Escrevendo, neste instante, sôbre o grande extinto, surge-me, diante dos olhos, vivo, lúcido, dolente, o Machado de Assis que eu encontrei um dia na Livraria Garnier.

Êle tinha publicado o *Quincas Borba*. Esta obra me impressionara com a mesma intensidade que as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Na *Gazeta de Notícias*, então, eu havia escrito quatro artigos, três sôbre as tendências gerais do livro e um especialmente dedicado à análise do personagem principal, sob o título de "Idéias e Sandices do Ignaro Rubião", um tolo, herdeiro do dinheiro de um avisado e curador do cão de um falecido Quincas Borba, que acertara dar-lhe a sua fortuna *.

Naqueles três primeiros artigos se aludia à castidade da pena do autor, que nunca se dera aos dislates descritivos dos casos passionais e equìvocamente pornográficos da escola então em voga.

E. Zola regia como senhor feudal os domínios do romance; e ferreteava a sociedade francesa, exagerando as suas abominações sexuais. Bourget, Marcel Prévost, Rod, Guy de Maupassant exerciam sôbre os salões *smarts*, conforme se diria hoje, a fascinação das coisas proibidas, por meio de um estilo fluorescente, graças ao qual, substituindo os pregadores elegantes e alternando a devoção deliqüescente das viscondessinhas catitas e petulantes do *Rosário de Maria*, faziam essa gente engolir lagartas de fogo e licores pútridos, como ensinamentos de moral, pela lição das coisas, entre uma missa orquestrada por Métra ou Strauss e uma saturnal de caridade no cinematógrafo Lumière.

---

* Esta passagem deixa a impressão de que o autor publicou, na *Gazeta de Notícias*, quatro artigos sôbre o *Quincas Borba*. Como veremos adiante, porém, êle próprio diz que o quarto artigo ficou inédito. Na *Gazeta* de janeiro de 1892 existe um artigo intitulado "Quincas Borba", publicado em dois números. O terceiro artigo, — "Idéias e Sandices do Ignaro Rubião", apareceu um ano depois, no mesmo jornal. Ambos estão reproduzidos no Vol. II da presente edição.

Ora, nos romances de salão de Machado de Assis, não se admitiam êsses vícios neronianos. Nem a sociedade fluminense os conhecia ainda, senão em círculo restritíssimo.

No *Quincas Borba,* há uma Sofia um tanto espeloteada, com sua pontinha de histerismo, casada com um Sr. Palha. E como a Machado de Assis sempre repugnou o culto da *careta,* bem como o *tique* literário do sensualismo, essa Sofia, que é uma mulher extremamente bela e muito interessante pelo físico, atravessa o romance incólume dos equívocos costumeiros nesse gênero de personagens.

Nos citados artigos, ocupara-me do casal Palha.

Machado de Assis, encontrando-me, disse:

— Até quando pretende você dar-me pancada?

Fiquei assombrado. No meu trabalho, tudo ressumava a mais franca e sincera retribuição do gôzo literário que as páginas do livro tinham-me levado à alma.

O que seria? O meu bom amigo sorria amargamente. Convenci-me, pois, de que, nos artigos, algumas coisa escapara, inconscientemente, que o magoou, razão por que deixei inédito o último artigo, que seria oportuno publicar agora.

Voltando à casa, reli o meu trabalho e encontrei o seguinte trecho, no segundo artigo:

> As mulheres do autor de *Quincas Borba* são, em regra, incolores, sem expressão.
>
> O motivo dêste defeito acha-se na estrutura do talento de quem as imaginou. Os grandes pintores do gênero feminino foram sempre eméritos conquistadores, como Bocácio, Shakespeare, Dumas pai, etc., ou insignes mexeriqueiros, como Brantôme, Saint-Simon, Balzac. Para bem retratar mulheres, é indispensável senti-las ao pé de si e cheirar-lhes o pescoço, ou brigar com elas, intervindo e perturbando os seus negócios.
>
> Machado de Assis, asceta dos livros e retraído ao gabinete, não as invadiu por nenhum dêstes aspectos; e, por isso, as suas heroínas não despedem de si êsse *odorem feminae,* que se aspira ainda nos tipos mais angélicos de Shakespeare, como, por exemplo, Desdêmona. Outro tanto não sucede relativamente aos seus tipos masculinos, que são fortemente acentuados. *

Fôra, sem dúvida, êsse período que suscetibilizara o nosso grande autor.

No primeiro encontro que tivemos, depois disto, liquidamos a partida.

Lobriguei, no decurso da conversa, o motivo decisório da interpretação que o magoara. Machado de Assis tudo tolerava; menos

* Há ligeiras alterações nesta transcrição. Cf. o estudo em questão.

que o supusessem ingênuo. Por sinal que, uma vez, interpelando-o sôbre o seu schopenhauerismo, vi-lhe um fuzil nos olhos, estranho, quase agressivo, porque eu o tinha apertado com um argumento de otimista, o que, seguramente, me teria magoado também, se eu fôsse suscetível de enfezar-me com a opinião filosófica, para mim indiferente, de quem quer que seja, sôbre a vida futura, os destinos do mundo, a natureza da alma, a existência de um deus e de um diabo, as condições da Terra, já não digo daqui a um milhão de anos, mas daqui a dois mil anos.

E querem saber o que me disse o autor de *Memorial de Aires*?

– Tudo! meu amigo, tudo! Menos viver como um perpétuo empulhado!

– Pois meu caro mestre, retorqui-lhe, *il naufragare in questo mare di svillaneggiamento* (empulhação) *m'è dolce*.

Êle riu-se incrèdulamente.

Quanto à crítica ao *Quincas Borba*, chegamos a perfeito acôrdo.

Expliquei-lhe meu pensamento. Sabia das suas rígidas virtudes domésticas e do seu amor entranhado pela espôsa, da sua dedicação ardente ao lar, e que os encantos dêsse dueto bastavam para encher-lhe de luz azulada a alma, de parceria com a poesia, com a arte, que tanto pregava.

Longe de mim a idéia, menos delicada, de considerá-lo um empulhado nesse assunto, tanto mais quanto, noutras ocasiões, lhe referira caso idêntico de alma muito enérgica e executiva, bem vizinha de mim pelo parentesco ascendente, sôbre a qual nunca falava sem profunda comoção e lágrimas nos olhos.

Como, pois, podia eu quebrar tais sentimentos, para aludir pejorativamente, como se se tratasse de alguma *bigoterie* mal-amanhada, lembrando-me de Sofia?

Ora, há uma cena, em *Quincas Borba*, que se passa, se não me falha a memória, durante um passeio do casal Palha na Tijuca. Sofia era extremamente bela e sedutora; Palha, um jagodes de marca maior, mas que sabia levar a vida. Os dois estavam ainda no período melífluo do casamento.

Cai a liga da perna de Sofia. O que faz Palha? Êle, que mais tarde havia de se tornar um clássico patife de marido, tipo *good average*, oferece-se para indireitar-lhe a liga, Sofia coloca o pé, *cambré* e abotinado, na ponta de um banco de jardim; Palha ajoelha-se e cuidadosamente suspende a fímbria do vestido, descobrindo um palminho de perna acetinada e rechonchuda que lhe fêz água à bôca. Fincou os olhos rafeiros nos da mulher, que estava distraída, abotoou a liga e não sei (não estou bem lembrado disso) se fêz um gesto de oscular aquela deliciosa perna, muito sua, indisputàvelmente

sua, em usufruto firmado pelo sacramento tridentino. Recolheu o olhar; recolheu o beijo; e, naquele dia, as coisas, ao que parece, não passaram disso.

Eis o limite até onde chegara o sensualismo do nosso romancista.

Afirmei-lhe que fôra esta cena de pérfido refluxo sensual da natureza a determinante do meu juízo crítico, o qual, lançado ao correr da pena, não fôra, talvez, ridigido com a devida e conveniente correção.

No que dizia respeito ao pouco colorido dos tipos femininos, compreende-se que não era lícito dizer outra coisa.

Os romances da primeira maneira eram influenciados por Octave Feuillet. Dêstes tipos cloróticos, não cuidava. Os admiráveis perfis de mulher que se encontraram depois, em *Esaú e Jacó* e no *Memorial de Aires,* estavam nas linhas do pensamento do autor. Não eram ainda nados.

Ora, o jôgo dos paradoxos literários, empregado nas *Memórias Póstumas* e no *Quincas Borba,* era tão cerrado, que asfixiaria qualquer mulher que tentasse emergir de entre os vultos estranhos necessários à trama do livro. Foi o que sucedeu. Só o sensualismo poderia tê-las salvado no meio dêsse mar revôlto de pessimismo, que já considerei uma vez um recurso de estilo, muito original, de que o romancista usou, e até abusou, truncando a vida real para dar relêvo aos seus personagens, verdadeiros *souffre-douleurs* das torturas filosóficas do autor.

Heroínas pròpriamente feminis não podiam, portanto, coexistir naquele meio, com os ascetas da vida paradoxal descritos nas obras acima apontadas.

Todavia, em *Quincas Borba* passa fugitivamente essa Sofia, que leva a sua complacência até à curva de uma perna, que só ao marido faz aguar a bôca.

Não era da massa de que Dante fabricou a Francesca, a ardente *figliuola de messer Guido da Polenta;* nem o corretor Palha tinha aspecto sequer dêsse Paolo, que leu o Galeoto para interromper num beijo *tutto tremante* a fatal leitura e morrer, logo depois, à maneira dos costumes trágicos do medievo.

Sofia, boa mulher, apenas um poucochinho espeloteada, era, afinal, não a amante, mas a mulher de um Paolo, corretor, prosaico e assaz canalha.

O signatário destas linhas pensou, sem embargo disso, por ilusão de simpatia e boa vontade, que o incolor de que havia acusado Machado de Assis se remiria, mais adiante, publicando o romancista as *Memórias de Sofia;* e, dadas as explicações que vão acima,

nunca o topava sem que lhe perguntasse como ia o romance de Sofia.

Machado de Assis sorria, retorquindo alguma vêzes com um — "veremos", outras: — "talvez seja incongruente".

Era incongruente; e, nessa evasiva, o autor do *Memorial de Aires* denotava o mais completo senso artístico e acabada cultura literária.

O *tutto tremante* de Paolo não era coisa que se permitisse a Palha, um marido pulha; nem a liga da perna rechonchuda de Sofia era matéria que se pudesse ampliar na larga antinomia do amor extraconjugal.

A espôsa de Palha, portanto, através de um romance, só daria para o estudo de uma hetaira de amôres epidérmicos, sem nenhuma singularidade que justificasse as indiscrições de um escritor consciencioso.

Não lhe falei mais nisto, senão poucos dias antes da sua enfermidade.

A heroína de *Esaú e Jacó,* cuja psicologia, na simplicidade da exposição, é uma das mais complicadas que conheço, a da dualidade do amor, que se não resolve nunca, pela razão muito simples da lei similar de que dois átomos coexistem mas não podem existir ao mesmo tempo ocupando o mesmo ponto do espaço; bem como essa adorabilíssima Fidélia, do *Memorial de Aires,* a qual, não sabemos se pela bondade de que se veste e naturalmente se adorna, faz chorar ou rir de contentamento e de adoração familiar; êsses dois tipos de mulheres encantadoras seriam suficientes, como compensação, para remir tôdas as lacunas que porventura se encontram nos romances de Machado de Assis, relativamente a mulheres, não digo sensuais, mas cheias de escorpiões no coração e de flutuações abomináveis na inteligência.

VAIDADES

VERSOS DE BATISTA CEPELOS

PUBLICAÇÃO EM PREFÁCIO AO LIVRO DE BATISTA CEPELOS, *VAIDADES*, SÃO PAULO, LAEMMERT & CIA., RUA 15 DE NOVEMBRO, 32, 1908, PP. 3-10. HÁ NA CAPA DO LIVRO A DECLARAÇÃO: "COM UM JUÍZO CRÍTICO DE ARARIPE JÚNIOR, DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS", E, NA FÔLHA DE ROSTO, ESSA DECLARAÇÃO É SUBSTITUÍDA POR.: "1899-1908". O PREFÁCIO É DATADO DE RIO DE JANEIRO, 10 AGÔSTO 1908.

Tratar-se-á do livro de um triste?

"O espetáculo mais triste que se pode observar debaixo do sol é êste miserável encadeamento que existe entre a vida e a morte", escreveu Cepelos algures, definindo a sua concepção da existência humana.

"A vida, pouco importa a aparência do invólucro superficial, é uma terrível bôca voraz, que se alimenta da seiva pútrida da morte".

E daí a destruição que, por tôda parte, ameaça o homem no que êle tem de mais potente — o egoísmo, o qual, por seu turno, gera a crueldade.

— Viver é ser mau! exclama o poeta. Na luta bárbara pela existência, o homem converte-se no maior facínora da natureza.

Amor?! Porque não dizer antes — ódio? Se, no furor voluptuoso do sangue, a loucura do mais forte, no grande duelo trágico da vida, confunde aquelas duas paixões na implacabilidade de um mesmo o monstruoso amplexo?

As delicadezas, então, do temperamento artístico se afigura, nos horizontes teatrais dessa mágica macabra, o *dies ire*, que a liturgia católica transformou no painel permanente das consciências timoratas e no pessimismo dos sofredores.

Nesse ambiente preparou o prosador dos *Corvos* a estoestética do poeta das *Vaidades.*

Folheando as páginas dessa última composição, não é difícil verificar, logo aos primeiros versos, que Cepelos não esqueceu que o "vinho da efêmera alegria que bebemos é servido em caveiras que sorriem irônicamente, como a dizerem: *Memento homo...*"

De onde se vê que o espírito de Álvares de Azevedo ainda se não partiu da fulgurante terra paulista, porventura atiçado, nos tempos mais recentes, pelas *Flôres do Mal* de Baudelaire e pela maldição rebuscada dos trovadores da nova geração.

Não é por ironia, creio, que Cepelos esculpe na *Tôrre azul* êstes versos ciprestais:

> Nesse tempo, arrastando o meu próprio esqueleto,
> Eu pensava em seguir o conselho de Hamleto:
> Queimar numa fogueira estas minhas "Vaidades",
> Depois, ir professar num convento de frades,
> Onde eu vivesse, como um Santo, alheio a tudo,
> Beneditinamente enterrado no estudo."

Um pouco adiante acrescenta:

E achei nada valer, nesta existência nula,
Capitanear um povo ou cingir a cogula,
Pois tudo se reduz a uma peleja inglória,
Na chata insipidez desta vida ilusória.

O que tudo parece confirmar-se nos versos dedicados a Schopenhauer, cujas doçuras venenosas, cujas idéias crotálicas se vão filtrando, aos poucos, no espírito de quem lê, envoltas pelas formas líricas do poeta que as transcreve.

Gelam sóis na amplidão; sobram continentes;
Nasce uma geração, morre outra geração;
Abate-se o poder dos reis onipotentes;
E o Tempo destruidor assopra a destruição.
. . . .
Fausto! de que valera a juventude e a vida,
Se o teu sonho de amor, como um sonho qualquer,
Havia de cair aos pés de Margarida,
Exausto de fartura e velho de prazer?"

Apaixonam-no, assim, as verdades cáusticas do filósofo germânico. O seu pensamento aglutina-se no sonho negro de Alighieri; de queda em queda, essa alma combalida afoga-se na mudez do Universo, impenetrável ao sentimento; e se, por último, a dor deflagra em irradiações rubras, a memória do trovador sucumbe ao pêso de uma profunda melancolia; sugestionado pela musa de Mallarmé, foge aos encantos da natureza, entediado das coisas que constituem a existência, a vida, em revolta, e perseguido, sepulta-se na loucura do *azul*.

Êsse horror à alegria que o poeta insiste em modular no verso será por fim um sentimento real ou uma atitude literária, um gesto adrede procurado para a realização de intenções estéticas?

Questão melindrosa, à qual muitos críticos se têm apegado, talvez exageradamente, para condenar ou absolver poetas. Essa questão, todavia, com um pouco de boa vontade, resolve-se; de que modo? — eliminando o valor, que se costuma dar ao têrmo "sinceridade".

Ora, eu penso que sinceridade é o que há de mais relativo, máxime quando se cogita de arte, que já é em sua estrutura íntima uma reação contra a natureza. De ordinário confude-se sinceridade com espontaneidade e espontaneidade com talento. O talento é tudo. E é bem de ver que entre as ingênuas beatices de um ingenuíssimo idiota e os aparelhos e complicações dramáticas de um Shakespeare, não há vacilação possível.

Desde que o fim da arte é produzir uma ilusão, uma metamorfose, claro está que essa palavra "sinceridade" torna-se um têrmo importuno, senão impertinente.

Que importa que o poeta não sinta efetivamente o que diz? O seu talento é compreensivo, poderoso; os seus recursos artísticos são férteis: pois bem, pretende êle produzir no auditório ou no leitor as emoções líricas, dramáticas, românticas, que o caso exige; empreende-o resolutamente e realiza-o com êxito. Que temos nós com os processos secretos de que se utilizou o artista para chegar à metamorfose dos sentimentos do leitor ou do espectador?

Isso lhe pertence, não ao público. E sòmente ao fisiologista interessa saber se o artista produz com calma e calculadamente, ou, se enfermiço, não trabalha sem primeiro pôr tudo quanto tem de realizar, como autor na exaltação dos nervos.

Do conjunto da obra de Cepelos resulta, julgo eu, que a sua melancolia, o seu pessimismo, não passa de truque artístico.

As tristezas derramadas no livro *Vaidades* podiam ser perfeitamente padecidas pelo autor; nada impede, porém, que tais padecimentos sejam atribuídos a um personagem, criado propositalmente, para suporte dêsses estados poéticos que o autor se apraz em descrever na primeira pessoa do singular.

Acaso o autor do *Hamleto* necessitava de sentir efetivamente a embriaguez jogralesca de Falstaff para pintá-la com a vivacidade com que a pintou?

Não creio, pois, que Cepelos seja um triste, um poeta fundamentalmente macambúzio.

E basta ler os *Bárbaros,* versos inspirados na lição de uma página da *Salambô,* a *Decadência do Mar e o Evangelho dos Pobres,* para discernir a verdadeira índole do poeta: – um escritor de instintos sociais.

Não são os Baudelaire, os Verlaine, os Mallarmé, os espíritos que devem formar o ambiente moral de quem escreveu os *Bandeirantes;* mas os poetas, cujo remígio inclina a alma humana para o êstase, em que visões da História refrangem, projetando sôbre o presente e sôbre o futuro coloridos estranhos e nunca sonhados.

DOIS VULCÕES EXTINTOS

RAUL POMPÉIA E EUCLIDES DA CUNHA

PUBLICAÇÃO EM *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, SETEMBRO 1909, DATADA DE 7 SETEMBRO 1909, E REPRODUZIDA NA *REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS*, RIO DE JANEIRO, ANO XVI, VOL. XVII, N.º 39, MARÇO 1925, PP. 249-258. A PRESENTE TRANSCRIÇÃO É DÊSTE ÚLTIMO TEXTO.

Existe, no fundo da alma humana, uma caverna de pavores, por cujas aberturas a vida passa tranqüila, muita vez, sem se aperceber da sua vizinhança, e muito menos do que nela se contém.

Um poeta persa, psicólogo intensivo e grande observador da fenomenalidade oculta, querendo lisonjear, um dia, a sua amada, pôs-se a descrever aquela gruta que entenebrecia o seu afeto.

> — A minha alma é límpida, ó Sizara [cantava êsse poeta], e o teu sorriso orvalha as campinas de minha imaginação como a luz matinal esparge sôbre plácidas lagoas. O céu da minha inteligência brilha; porque o fulgor dos meigos olhos, que são os teus, ilumina meu triste coração. O ar é puro como o meu espírito; pombas alvas voam do horizonte, vindo animar a paisagem rútila e festiva. Mas, ó minha Sizara, não suspeitas que, no fundo daquele bosque, sob lianas e madressilvas, esconde-se um antro escuro, um lugar maldito, de onde o ciúme espreita os nossos tranqüilos amôres: nesse sítio agoureiro passam-se coisas inenarráveis. Um demônio lá pernoita. E ai de nós! se a tôrva divindade rompe a rêde que a esconde e surge, vingativa. Êsse demônio tem o olhar de basilisco. Quando encara, mata quem o vê; se não fulmina, empeçonha o ar e, com êle, a vida. O hálito é fétido. Se se difunde pela planície, tudo cresta, tudo arruína. Proíbo-te de olhares, ó minha amada, pois dêsse antro geram-se ansiedades negras e angústias infernais. Dormem ali espíritos malfazejos. Abutres sonham tragédias imundas e nauseantes.

O bardo oriental dizia assim:

> Todos nós trazemos, no fundo da alma, essa caverna de ansiedades. Felizes aquêles que nunca a suspeitaram, e os que morrem ignorando a topografia dessa região sinistra!

Há, contudo, quem a freqüente sem perigo. Poetas existem que puderem transpor o corredor da morte e regressar à claridade diurna, retemperados para a luta, sem espantos, imunes dos acessos da febre do terror e da sideração do assombro. São êstes os trágicos serenos; são êstes os fortes que se não deixam calcinar no rescaldo das visões dantescas.

Fui muito amigo de um escritor, cujo talento todos admirávamos: Raul Pompéia.

Era a alma mais cândida que até então havia conhecido. Uma fantasia aberta para tudo que divisava honesto e grande; um coração transparente, onde a amizade repousava como em um vaso de cristal. Pois êsse escritor cometeu a imprudência de penetrar

naquela cova de sortilégios. Diga-se, antes: a selvageria das agitações políticas e a perfídia do farisaísmo, que não tolera inocências excepcionais, empurraram-no, de súbito, para o fundo do precipício mal-assombrado. E foi quanto bastou para que, da retina dêsse puro, nunca mais se descolassem as coisas insólitas de que o pavor lhe salpicara a alma.

Tive inúmeras ocasiões de surpreendê-lo nessa angústia.

— São as Eumênides que despertam! exclamava.

Não direi o encanto da conversação do meu saudoso amigo. Não sei se o meu escandaloso otimismo tinha o poder de acalmá-lo um pouco.

Se assim acontecia, é também certo que essa calma era efêmera. Vivíamos em atmosferas completamente diferentes.

Raul Pompéia agitava-se num meio que só de longe eu conhecia; de sorte que não me era dado conhecer por completo as causas reais das suas ansiedades.

Nos últimos meses de existência, agravara-se a tensão de seu espírito; um pessimismo agudo suplantava-o. Em essência, o que eu via era um achaque de suscetibilidade, complicado com a decepção de homens e de coisas. O ambiente das opiniões, para êle, estava saturado de pestilência. O bafo pútrido da política, que não compreendia sem ideal, como que ameaçava a pureza de suas intenções e a integridade de seu caráter.

A 15 de dezembro de 1897, onze dias, portanto, antes do desastre, encontrei-o na Rua do Ouvidor. Como de costume, conversávamos largamente, nessa tarde, flanando, a mirar os boatos e as novidades literárias. Do boato à política não havia mais que uma linha; Raul Pompéia terminou fazendo referências ao Marechal Floriano Peixoto.

Jantamos juntos. Eu residia, então, na estação de Riachuelo, onde os recursos culinários não são satisfatórios; e porque não houvesse um guisado capaz de provocar nosso apetite, empreendemos os dois, de colaboração, fabricar um prato inédito. O desventurado amigo estava em verve; nunca o vira tão expansivo.

O prato inédito saiu-nos do imprevisto: uma *omelette* infernal; porque havia nela ovos, sal, manteiga, açúcar, pão ensopado em leite, lascas de fiambre, requeijão e, — horror dos horrores, — arenque e caviar.

Não me parece curial que Raul Pompéia andasse, já naquele dia, obsedado pela morte. Como assim, se nessa tarde falou com tanta admiração na *Agonia*, nesse projetado romance-poema, no qual prometia pôr tôda a alma das suas *Canções Sem Metro*? E,

todavia, é inadmissível que a idéia sinistra irrompesse como um terremoto naquele espírito desprecavido.

No dia 23, se não me falha a memória, deparei-o no Largo de S. Francisco de Paula. Não houve meio de desviar a conversação do terreno em que êle se acirrava em mantê-la. Estava exausto.

Quanto à moral, na sua opinião, o país ia em debandada. Tudo mal! Tudo!... E, por mais esfôrço que empregasse para rebater-lhe os argumentos, não pude reduzi-lo à calma. Senti que alguma corda fundamental da sua existência se partira. Não sorria... Os conceitos de ordem afetiva perdiam-se como farrapos de um instrumento que perdera a sonoridade. A voz tinha um timbre estranho. Da palavra, agora repisada, ausentara-se a ironia artística do burilador da frase. Em lugar dela, a imprecação ao nada, — vociferações, *sotto petto,* contra tudo, contra todos.

— Lama! dizia. Sinto lama podre até nas conjunções da frase, quando penso.

— Isto passa, meu bom amigo, ponderei-lhe. O tufão dissipa-se; a aurora volta.

Raul hesitou. Tinha alguma coisa de grave a proferir. A reticência, porém, matou-lhe o pensamento.

— Sei que haveria um meio de salvar-me: seria repetir a Renascença. Nasci tarde. Viveria como um deus, se pudesse realizar o tipo de Cellini: máscara ao rosto, noitadas de orgia, um estilête na mão; atrás de mim, um manípulo de *bravi,* golpes nas trevas da Subura, amôres inauditos e, no fim, um papa inteligente para defender um "Perseu" e, com êle, os meus caprichos de artista sangüinário. Mas... que pensamento desgraçado! Esta é a terra apregoada dos papagaios, dos macacos... dos farricocos.

Calei-me; não lhe achei resposta.

Depois, com a voz estrangulada, acrescentou:

— Capacite-se de uma coisa. No Brasil, só há um ato digno para um homem honesto: — pegar de um revólver e salpicar com os miolos esta terra sinistra e ao mesmo tempo pulha.

No dia 25, a rajada do desespêro varreu êsse belo caráter e êsse arrojado estilo.

Um era função do outro. Foram-se.

*
* *

Quando comparo Euclides da Cunha ao autor do *Ateneu,* capacito-me de que nunca a natureza caldeou dois temperamentos tão semelhantes, ainda mesmo nas suas entrelinhas.

Obedecendo aos mesmos ideais, apesar da diferença de cultura, porque um vinha do direito e do romance e outro da matemática e da engenharia geográfica, dotados das mesmas indignações nativas, tinham ambos a imaginação por tal modo parecidas, e os processos de contemplação tão aproximados, que a originalidade do primeiro em nada se diferençava da do último.

Não viam como vê a generalidade dos nacionais. Os aspectos brasileiros se lhes apresentavam sempre reveladores de uma série de conceitos que, sem perderem o cunho profundamente nativista, abrangiam o surto da civilização européia, integrando o futuro dos povos sul-americanos.

Raul Pompéia era um poeta, na extensão da palavra, beletrista. Euclides da Cunha, se não se apresentava com a feição exclusiva do homem de letras, todavia descobrira o fator preciso para as construções de uma nova literatura nacional.

Os seus estudos de história e geografia do Brasil; o exame das questões que se ligam às estradas para o sertão; a análise dos elementos sociais e econômicos que dependem da exploração dos acidentes orográficos e da filosofia dos *talwegs* das grandes bacias fluviais; a potamografia combinada com a investigação industrial das jazidas de ferro, da hulha branca e de outras riquezas ainda não convertidas em energia; os problemas de circulação; enfim, tudo quanto pode e deve constituir o preparo da síntese de que há de sair a mais bela das nações da Terra, tudo isso cresceu espaventosamente no espírito de Euclides da Cunha. Êsse formidável poema social, que se preparava num dos cérebros mais fecundos da nossa raça, já aparelhado de um estilo sem rival pelo vibrante arrôjo, pelo tumulto das idéias, pela inconcussa penetração, pelo tom expressivo e um fascinante *apparatus*, foi, entretanto, interrompido, soprado por uma bruta rajada, que nos traz ainda em estupor. Do homem, restam apenas os livros escritos num período febril, projetos insatisfeitos, e a recordação dos amigos, que o prezavam tanto quanto o admiravam.

Um vulcão extinto...

Que a sua vida foi uma combustão contínua, provam todos os gestos que produziu.

Recordo-me de tê-lo ouvido, uma vez, referir-se ao Marechal Floriano Peixoto em palavras lamentosas, que velavam um pensamento acerbo. Tinha sido editado o seu livro *Contrastes e Confrontos*, onde se encontra uma das suas páginas mais tenebrosas, — a que tem por título *Esfinge*. Depois de lida essa página misteriosa, contestei-lhe algumas proposições, que estavam em desacôrdo com o Floriano que eu imaginava.

— E, todavia, disse êle, êsse homem que me fêz tremer de assombro, num momento, com um gesto e uma frase incisiva de generosidade, repeliu-me de sua presença com a tranqüilidade de que sòmente os verdadeiros fortes possuem o segrêdo.

Tratava-se do seguinte: O marechal ordenara a prisão do General Sólon e mandara recolhê-lo à Conceição.

Pela cidade, ou, antes, pelos quartéis, propagou-se o boato de que aquêle militar seria fuzilado. Pode-se imaginar, dado o temperamento de Euclides da Cunha, qual não foi a sua tortura, ao entrar no conhecimento dessa balela. Perdeu a calma, de todo. As pernas o levavam para onde não queria; a palavra evadia-se, de contínuo, para não dizer coisas erradas; o pensamento, estremunhado, percutia-lhe o cérebro, junto ao alarido da consciência e ao perigo que corria a vida de seu sogro.

Era digna de ouvir-se a narração que Euclides da Cunha produzia das ansiedades que o assaltavam e o mantiveram tenso por longos dias.

O sono desertou-lhe. Vogava, entre amigos e inimigos, com o coração carregado de suspeitas e pavores. De tudo desconfiava; os íntimos já lhe não inspiravam inteira segurança; e acabou por julgar-se vigiado. Era o supremo espasmo que atacava a sensibilidade do seu caráter.

O marechal, — e êle bem o sabia, — era muito concreto na lógica de que usava. Conhecia as paixões humanas, e, de preferência, tomava medidas contra os sentimentos, paralisando-os, antes de agredir os indivíduos intoxicados pela reação. Caso houve em que êle demitiu um pai, simplesmente porque, na Armada revoltada, tinha um filho exercendo pôsto como comandante. Era o meio lógico de salvar o pai das indiscrições do amor paterno.

Certo dessa feição do marechal, Euclides da Cunha dirigiu-se ao Itamarati. Agitadíssimo, aproximou-se de Floriano e pediu-lhe permissão para interpelá-lo.

— O marechal, — é o próprio Euclides quem fala, — olhou-me sem proferir palavra, com aquêle olhar frio e descansado, que todos sabiam de cor. Por baixo das pupilas, porém, lobriguei uma nuvem sinistra. Julguei-me perdido. Todavia, dando um empuxão ao último fragmento de energia que me restava, pronunciei-me. Disse-lhe o que corria pela cidade, e então acrescentei que reputava impossível viver mais uma hora sob a pressão daquele horror e de tão estranhas suspeitas. Não pense, marechal, tornei eu com intimativa, que me apresento aqui como um vil postulante da vida de um sogro. Devo ser franco. Para que se não iluda a meu respeito, declaro desassombradamente que não o acompanho como homem, não sou

seu partidário, mas o sigo, porque defende esta República, que eu também defendo. Por honra sua, não quero acreditar, não devo acreditar — no que se anda propalando; compreenda, porém, que momentos há em que de tudo posso duvidar; e desvario. A fadiga já me invade; preciso restaurar a minha tranqüilidade. Floriano cerrou o semblante, contraindo o cenho, com insólita expressão. Supus que tinha errado, procurando-o. A minha ansiedade era tamanha, que, se encontrasse um revólver à mão, eu seria um eliminado. De súbito, o olhar do marechal desanuviou-se. Até aquêle segundo, êle não proferira sequer um monossílabo. Esperei a resposta com relativa impavidez. As suas palavras seriam, para outro, enigmáticas; para mim, foram claríssimas. "Quando seu pai ainda não cogitava em procriá-lo (a frase que empregou tinha forma menos austera), eu já era amigo de Sólon. Pode retirar-se". Respirei; e aí têm como êsse homem, álgido na expressão fisionômica, se mostrou, nesse momento, aos meus olhos, acocorado num recanto de sua sensibilidade de esfinge.

Esta pequena narração basta para provar quanto Euclides da Cunha se empenhava em viver uma vida paradoxal. Nunca rastejou pelas planícies, se bem que a sua figura física o tornasse parecido com um selvagem *travesti,* ou, antes, lhe desse o viso do tipo de algum guru descido do Tibete. Alma alcantilada, prezava as escarpas dificílimas. A imaginação dêsse artista pairava sôbre as vertentes da grandes montanhas ensombradas de florestas. Não lhe aprazia o uso do microscópio. Era-lhe mais caroável examinar um mosquito, um verme, do alto de uma penedia, pelo alcance do telescópio, do que curvar-se sôbre o telônio para contar os movimentos de um infeto helmintóide. A observação subia e o incensava como um perfume. Os fatos enchiam-lhe a retina dos olhos, sem que o quisesse; porque o seu espírito pertencia mais à raça dos Carlyle, dos Landor, dos Goethe, dos Ruskin, dos Michelet, à dos Schopenhauer, à dos Renan do que à dos Anatole France.

Havia algo de medieval no espírito de Euclides. A Renascença italiana, os Médicis, Maquiavel, não o encantavam. Sua alma era pura demais, seu coração, muito recatado, para que admitisse o surto orgiático, as paixões carnais e a *virtu* dos Bórgias.

Se Euclides fôsse japonês, a alma se lhe encheria da inflexibilidade do Buxido. Como verdadeiro *samurai,* o autor dos *Sertões* traria sôbre o peito a espada longa e a espada curta; e com esta cortaria o fio da existência, desde que se lhe tornasse a vida impossível, sem desonra.

Um dia, tumultuou-lhe o inferno na cabeça, e, das regiões inferiores do instinto, partiram brados sobrenaturais. Era a caverna

das ansiedades, cantada pelo poeta persa, que se abria. Evadiram-se, então, os legionários autodemoníacos. As perversidades humanas rescaldaram-lhe a consciência do homem digno.

Começava a tragédia, que terminou pelo desfecho lamentoso, que melhor fôra ficasse ignorado.

Do mesmo modo que sucedera a Raul Pompéia, desconhecia-se como ausente às determinantes imediatas da catástrofe.

Por que, tão sùbitamente, Euclides da Cunha marchou ao encontro daquela morte? Não imaginava tal hipótese senão como o cadáver apodrecido que o poeta descreve pesteando a tripulação do navio, que ignora sua existência no porão pouco freqüentado.

Seja como fôr, o tufão da perfídia varreu mais esta vítima do temperamento artístico.

A última vez que nos falamos, foi na manhã de 7 de agôsto. Entrou-me em casa muito aflito, por causa de um convite que, por distração, deixara de mandar a um parente meu. Notei-lhe apenas impaciência nos gestos e nas palavras. Conversamos sôbre muita coisa, principalmente sôbre seus trabalhos geográficos e a edição de um livro que devia sair brevemente dos prelos portuguêses.

Não se queria sentar, e, para retê-lo, foi preciso, mais de uma vez, obrigá-lo a sentar-se. Gracejou, difundiu-se em paradoxos, e, pretextando trabalho, fêz diversas saídas falsas, porque havia sempre, no momento, uma resposta a dar-me, a trôco de objeção.

Referia-se ao seu concurso de lógica; à direção que pretendia dar ao ensino dessa disciplina; por fim, saiu.

Mal sabia eu que aquêles olhos agudos e acesos, que Euclides da Cunha lançava sôbre todos os objetos dignos de sua visada, esculcas e condutores do pensamento artístico que lhe consumia a a alma, me apareceriam, poucos dias depois, no necrotério, apagados, completamente extintos, nas crateras das pálpebras arroxeadas, — sepulcros de uma inteligência prematuramente dissipada, antes de haver terminado a obra que era a sua função essencial.

VICENTE DE CARVALHO

PUBLICAÇÃO EM APÊNDICE A VICENTE DE CARVALHO, *POEMAS E CANÇÕES*, 2.ª EDIÇÃO, PÔRTO, LIVRARIA CHARDRON, LELLO & IRMÃOS, 1909, PP. 210-211, ANTERIORMENTE PUBLICADA EM *O ESTADO DE SÃO PAULO*, SEGUNDO INDICAÇÃO CONSTANTE DO MESMO APÊNDICE.

"... Já conhecia a *Rosa, Rosa de Amor*... e há de estar lembrado de que comentei êsse poemeto com uns cartões postais fantásticos, que me caíram, por acaso, nas mãos, e estavam a calhar como ilustrações daquela intriga amorosa e interessante.

"Quanto aos outros poemetos, pela variedade, dão ao livro um grande encanto. O poeta, e V. o é como quem mais o possa ser, — o poeta variou de claves, e pôs em cada verso uma nota, senão em tôdas as páginas original, em muitas fora do comum.

"Então o que há de épico no urro daquele prêto que se defende a si e à sua raça, na cena trágica do Cubatão, morrendo como um herói antigo, e a graça picarresca, algo irônica, da "Carta a V. S.ª", encontro duas poesias sôbre o mar, nos seus aspectos mais profundos, as quais, pela elevação do sentimento que as ditou e alevantado lirismo que nos suspende sôbre as suas asas, poderiam ser assinadas por qualquer poeta consagrado.

"Não o estou lisonjeando. Estas palavras são escritas em cima do livro que acabo de folhear; e obedecem à impressão afetiva que produziram espontâneamente em meu espírito os seus versos formosíssimos".

Araripe Júnior

A DOUTRINA DE MONROE

PUBLICAÇÃO EM *REVISTA AMERICANA*, RIO DE JANEIRO, TOMO I, FASC. 3, DEZEMBRO 1909, PP. 269-298, E TOMO II, FASC. 1, JANEIRO 1910, PP. 60-80 APESAR DA INDICAÇÃO "CONTINUA" NA ÚLTIMA PARTE, NÃO SE CONSEGUIU LOCALIZAR A SEQÜÊNCIA DO TRABALHO.

I

Rev. Americana, dezembro 1909

As dissidências que se agitam em tôrno da palavra *monroísmo* são, — creio eu, — oriundas de sugestões maléficas.

— A América para os americanos, dizem os *yankees.*

— Do Norte! responde a Europa, sorrindo.

E, no Brasil, os dois últimos têrmos calaram fundo no espírito nacional, e nêle mantiveram-se até, pelo menos, a vinda do Sr. Elihu Root às nossas plagas.

Em grande parte devemos êsse resultado ao prestígio de um livro sensacional — *A Ilusão Americana,* — escrito por um parisiense nascido na terra dos Andradas.

Na corrente de sensações que teve por início a eloqüência de Eduardo Prado, o qual morreu católico, justamente quando se preparava para publicar a vida de Santo Antônio de Lisboa, houve também uma ilusão. O autor do livro sistematizou as provas colhidas numa seção do arquivo da história americana, deixando de tocar na seção fronteira, esquecido o conceito de um escritor que êle muito prezava, Barbey d'Aurevilly: "Tôdas as coisas humanas têm dois aspectos, porque o cérebro é composto de dois lóbulos, que, com certeza, devem influir nessa misteriosa dualidade".

Sem que aceite essa explicação de um místico, que era profano em fisiologia, penso, entretanto, que os leitores de Eduardo Prado foram guiados por um lado único da documentação histórica: o que vemos ainda reproduzido na recente brochura do Sr. Marquês de Barral-Montferrat, intitulada *De Monroe a Roosevelt,* onde se sente o mesmo *parti-pris,* subscrito pelo prefaciador, o Conde de Haussonville.

A hostilidade é transparente em ambos.

"De puramente defensiva", diz o primeiro, "tal qual era, em sua origem, a doutrina de Monroe, graças à extensão do poder americano e às transformações sucessivas do espírito nacional, converteu-se em verdadeira arma de combate". E acrescenta que, se o presidente Roosevelt a invoca, ainda e intermitentemente, o faz por uma espécie de hábito. É certo, porém, que o grande americano

a entende e a aplica de modo que mais parece a negação do que a conseqüência do princípio [1].

O Conde de Haussonville leva o seu assombro ou ironia até dizer que o *Greater United States* não dissimula a intenção de intervir, com o nôvo mundo, nos negócios do velho continente[2]. A isso dá êle o nome irritante de — "ameaça".

Penso que o fato, no fundo, é verdadeiro. A América começa a exercer uma grande fascinação sôbre a Europa; mas a ilusão de tais dinastias, revelada pelo amargor da frase com que lamentam que não seja a França que exerça aquêle prestígio, perturba-lhes o critério e fá-los confundir os destinos dos povos com o capricho de flibusteiros políticos.

Essa apreensão tem apoucado alguns espíritos do velho continente e generaliza-se dia a dia. As notícias que diàriamente recebemos pelo telégrafo proclamam o estado alucinatório em que vive o mais brilhante dos monarcas que, no momento, representam a nostalgia do feudalismo.

Num dos seus discursos, êste sonâmbulo, na frase eloqüente do escritor Euclides da Cunha, por ocasião de agradecer ao povo a vitória eleitoral arranjada pelo Conde de Bülow, segundo os processos rudimentares usados por qualquer *boss* de Cataguases ou da Formiga, concitava êsse mesmo povo a manter-se na fé dos Hohenzollerns, cujo chefe visível tinha, de si, poder bastante para destruir todos os *obstáculos* opostos à marcha do Império Alemão. O gesto patriótico, dizia o telégrafo, fôra ruidosamente aclamado pela multidão em Potsdam; o Imperador, todavia, não empunhou o gládio de Armínio para indicar o traçado dêsse vôo da águia policéfala: — se para o Paraíso, se para esbarrar no Atlântico, como já esbarrara junto às muralhas de Pequim.

Estas e outras manifestações de orgulho medieval apenas demonstram quanto o daltonismo, gerado pela filosofia das águias brasonadas na Lituânia, compromete as legítimas ambições de um povo, onde existem os maiores sábios do mundo, ao lado de um partido socialista, cujo orçamento destinado ao custeio do ensino, da cultura prática e da propaganda jornalística igualava, se não excedia, em 1896, ao oficial da Prússia [3].

---

[1] Barral-Montferrat, *De Monroe a Roosevelt*, p. 160.

[2] *Ob. cit.*, p. IX.

[3] G. Ferrero: *L'Europa giovane*, pp. 65-67. Quanto ao jornalismo socialista, é digno de nota o que refere êsse autor: "Al *Vorwarts* è annesso un ufficio editoriale che fà ogni anno affari colossali di edizione e spaccio di libri socialisti, di tutti i generi. Basta dire che esso hà venduto nel 1890-91 per 66 113 marchi;

As leis sociológicas, porém, ou, para falar com mais exatidão, as correntes humanas, os movimentos da civilização, zombam dessas pretensões; e a verdade histórica avança pela linha de menor resistência na vida coletiva.

Ora, os povos dêste lado do Atlântico, despreocupados, por isso que chegaram à idade adulta imunes de certos vícios, sentem-se, no conjunto dos seus próprios interêsses, melhor aparelhados para representar os interêsses gerais do mundo. E êsse fato, por si, constitui mais do que uma doutrina. Uma doutrina despreza-se, se não convém; mas uma lei suporta-se, agüenta-se. A lei impõe-se.

E eis a razão por que não considero séria a oposição sistemática à ascendência do *monroísmo*. Para condená-lo, seria necessário, primeiro, suprimir o clima moral que atualmente envolve o mundo nôvo: a atmosfera democrática asfixiaria qualquer tentativa de renascença da fauna dinástica; em segundo lugar, tornar-se-ia indispensável que à reação contra as correntes, que julgo naturais, se juntasse algum poder divino ou sobrenatural, que obliterasse a noção da lei, universalmente adquirida.

No entanto, Eduardo Prado achou consentâneo com a frase elegante de um livro de crítica política repetir as palavras do espirituoso Evarts: "A doutrina de Monroe é, por certo, uma boa coisa, mas, como tôdas as coisas boas antiquadas, precisaria de ser reformada. Essa doutrina resume-se nesta frase: a América para os americanos. Ora, eu proporia, com prazer, um aditamento: Para os americanos, sim senhor, mas entendamo-nos, para os americanos do norte. Comecemos pelo nosso caro vizinho, O México, de que já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo. A América Central virá depois, abrindo nosso apetite para quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mapa, vemos que aquêle continente tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom garfo; há de devorar o presunto. Isto é fatal, isto é apenas questão de tempo. A bandeira estrelada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro. Um dia ela flutuará, única e ovante, do pólo do norte ao pólo austral" [4].

Estas frases, cheias de jactância *yankee*, emitidas num banquete de confraternidade financeira, conforme afirma Eduardo Prado, banquete que foi presidido por Grant, no qual o antigo Secretário de Estado Evarts, após largas libações, dava arras do seu espírito

---

1891-92 — 120 175; 1892-93 — 143 069; 1893-94 — 136 389." Só a caixa central do partido tinha recolhido, de outubro de 1893 a igual data de 1894, — 330 877 marcos e despendido 332 378. Redatores há que percebem 5 000 marcos, pagos pela caixa.

[4] E. Prado, *A Ilusão Americana*, pp. 62-63.

joco-sérgio, zombando do próprio *humour* dos seus convivas, com certeza tiveram origem num estado de alma igual àquele que ditara a Swift a proposta endereçada ao govêrno inglês para impedir que as crianças filhas dos pobres da Irlanda sobrecarregassem a família e a nação, permitindo-se aos seus progenitores fritá-las e devorá-las, a fim de não morrerem à míngua.

É bem possível que haja, na grande República, quem ainda hoje repute um bom negócio, sem humorismo, deglutir o presunto imaginado pelo *estadista* Evarts. Outros pensarão, entretanto, que os tempos estão mudados e que a uma federação, complicada como é a Norte-Americana, não será, nem prudente, nem vantajoso, destacar a bandeira nacional do seu baluarte constitucional para plantá-la em territórios longínquos, desprezando os aparelhos de influência internacional que o século XX começa a indicar como mais eficazes.

II

É certo, e seria inadvertência acreditar no sentimento de responsabilidade moral absoluta dos povos, que, tal qual os indivíduos, as nações simulam para triunfar na concorrência vital. E não parece descabido lembrar aqui a observação do Dr. José Ingenieros, relativamente às repúblicas Argentina e do Chile, que pretendem mostrar-se cada qual mais poderosa na América do Sul, provendo-se de exércitos e de armadas muito superiores à "sua potencialidade econômica" [5]. E se há dissimulação para fingir-se forte, também existem processos para incutir nos vizinhos a confiança, apoucando os aspectos militares ou buscando apagar das muralhas ideais da diplomacia os dragões terríficos que os chineses pintavam em telas pendentes das ameias dos seus castelos.

Nada tão natural, portanto, como o esfôrço empregado pela nação mais poderosa da América, no intuito de angariar a confiança das irmãs mais môças, sem que êsse fato importe nem bondade, nem fraternidade, tomadas estas duas palavras como devem ser tomadas, isto é, como virtudes de abnegação e desinterêsse, apenas compatíveis com o desenvolvimento ético da pessoa natural, porque a jurídica não tem entranhas.

Contudo, tais fenômenos, até certo ponto admissíveis, não excluem a existência de um fator mais poderoso do que aquêles, porque os envolve e conduz no turbilhão da vida universal. Se a cor-

---

[5] Dr. José Ingenieros, *La simulación de la locura. La simulación en la lucha por la vida en el orden biológica social.* Buenos Aires, 1903, p. 54.

rente da bondade humana não sobrepujasse, nas somas das parcelas históricas, aos desvios determinados pelo egoísmo e pelos instintos animais irrefletidos, a Terra já há muito tempo estaria reduzida a um cemitério, e as minhocas estariam trabalhando inùtilmente na constituição da terra vegetal, conforme o demonstrou Darwin.

Quem lê a História, sem preocupação de sistemas, há de reconhecer forçosamente que tem havido renascenças morais entre os povos e que estas não se operam sòmente no campo da inteligência ou na ordem econômica. Assim como há homens que, pela sua excepcional organização, se subtraem à influência perversora do meio em que, porventura, vivem e buscam exercer a sua ação, nem sempre vitoriosa, mas algumas vêzes exemplar, também surgem épocas em que certas nações podem individualizar-se soberanamente, constituindo, num limitado período, exemplo de caráter, quando nada, de energia discreta e executiva.

Não estou fazendo neste instante a apologia de nenhuma nação que pareça achar-se nestas condições. Os Estados Unidos estão muito longe de representar um instrumento de progresso verdadeiramente sólido. O seu passado e o seu presente encerram incoerência graves. Mas os processos que essa nação emprega no convívio internacional tão diferentes daqueles com os quais a Europa nos acostumou, que não podemos deixar de aceitar os discursos que o Sr. Elihu Root proferiu nesta Capital, há pouco tempo, como a concreção de sentimentos de longa data dissimulados no coração de muitos brasileiros, que se não pagam com palavras de oradores eloqüentes.

O secretário do Presidente Roosevelt impressionou a todos. Dissipado, porém, o prestígio de sua palavra sóbria, medida e altamente expressiva, a muitos pareceu conveniente libertarem-se da provável astúcia dêsse grande diplomata. Promessas, por mais afetuosas que sejam, feitas em nome de uma nação, que é um *eternum mobile,* são iguais e tão garantidoras como as de quem quer casar por fôrça. Ninguém pode determinar o paralelogramo das fôrças sociais, sujeitas a intervenções imprevitsas e de tôda ordem.

Em todo o caso, os discursos do Sr. Root deixaram na consciência brasileira um resíduo que importa em alguma coisa mais do que gestos de simpatia internacional em ágapes sul-americanos. Sem o pretender, talvez, êle escarnou a chaga da velha diplomacia, — para não dizer da diplomacia do velho continente, ainda preponderante nos livros e nos tratados, aparando as rebarbas do direito convencional. Essa atitude de um tão grande estadista não podia deixar de infundir nos sul-americanos um sentimento de seriedade, que, segundo julgo, corresponde à corrente de atos úteis que a América reclama.

Subtrair o Nôvo Mundo às tendências criadas na política européia pela famosa doutrina do equilíbrio das potências, — eis o que se lê nas consciências dos grandes políticos americanos, de que o Sr. Root é, na atualidade, um dos mais conspícuos representantes. Mas também é de ver-se que um diplomata, por mais infenso que se mostre à diplomacia da espionagem, não pode prescindir das entrelinhas. Dizer, portanto, brutalmente que a diplomacia européia ainda carrega a praga que o século XVI lhe pôs aos pés, seria o mesmo que armar a chama da doutrina de Monroe do *big stick* que os caricaturistas colocam nas mãos de Teodoro Rossevelt.

III

Não há, pois, doutrina de Monroe.

O que até hoje se tem visto são declarações originadas de incidentes de natureza local. Penso, entretanto, que tais declarações têm mais ou menos longìnquamente cedido à influência de uma lei histórica.

Note-se, porém, que o ilustre Presidente James Monroe, se não formulou princípios abstratos, inconscientemente obedeceu a uma necessidade de ordem superior, advertido pela Santa Aliança.

A Mensagem de 1823 aparelha apenas um instrumento de defesa regional.

J. T. Morse, na biografia daquele homem ilustre, diz que o signatário, daquele documento nunca considerou a notificação nêle inclusa produto de sua autoridade, senão de um sentimento do povo, formulado, ainda que em têrmos não bastante claros, pelos homens esclarecidos que o cercavam e a quem consultou. Era o instinto da nação impulsionada pelos fatos e pela influência bastante sensível de Canning insurreto, de acôrdo com a Inglaterra, no propósito de contrabalançar a fôrça organizada pela Santa Aliança para contrariar a liberdade [6].

Monroe, assim, não doutrinou, armou-se, não no sentido material da palavra, mas prevenindo, com o voto de sua nação, as outras nações americanas de que estivessem de sobreaviso.

O Presidente Monroe era um homem de sentimentos nobilíssimos; e não é sem razão que os historiadores lhe fixam na fisionomia os traços de uma figura plutarquiana. Inaugurou a chamada *Era of good feeling*. Elevado ao poder pelo cansaço dos partidos que inùtilmente se digladiavam, a nação o aceitou como instrumento de

[6] E. Otto Hopp, *Gli Stati Uniti*. Trad. Savelli, in *Storia Universale*, publ. da Oncken, p. 570.

reconciliação e de paz. Reeleito em 1821 por unanimidade, sentiu-se investido de um prestígio extraordinário. Imperturbável, apesar disso, empregou todo seu prestígio, segundo a lição de Washington, em harmonizar as fôrças do país, na tentativa de canalizar o trabalho.

Depois da sua benéfica presidência, muitos acontecimentos graves sucederam nos Estados Unidos. Houve, por exemplo, o período tempestuoso de Jackson, o imoral instituidor da rotação dos partidos e da recompensa sistemática dos serviços eleitorais vitoriosos, pela espoliação dos adversários, — período de grandes estrondos bancários, no qual pôde florescer como assessor do Govêrno um Kendall e triunfar um gabinete extralegal de *ministros cozinheiros* (*kitchen ministry*). Houve a guerra de secessão, em que, se, por um lado, alevantaram-se acrisoladas as virtudes de Lincoln, por outro iam-se formar ambições imperialistas que puseram em subressalto o gênio civil daquela nação laboriosa.

O que tudo demonstra que as épocas, se não se repetem, correspondem-se. E parece até estranho que dois americanos, tão diferentes nas formas exteriores, um taciturno, mas tranqüilo, outro expansivo, mas firme, se entendessem através dos tempos para darem unidade a um pensamento de integração histórica. Roosevelt não faz, efetivamente, senão continuar o temperamento histórico do autor da Mensagem de 1823. Ambos otimistas. Roosevelt acredita com entusiasmo nos destinos da América; como aquêle modesto Monroe, deixa-se arrastar por sentimentos marco-aurelianos, até a conciliação dos seus conterrâneos, mostrando-lhes o perigo externo.

Se é verdade que os chefes das nações, ainda quando investidos de formidáveis podêres, nada podem realizar sem a colaboração difusa da bondade, não é menos certo que êsse poder redobra se a êle se junta o tato político, que é uma sensibilidade superaguda dos fatos futuros e da proximidade das correntes de acontecimentos inevitáveis.

Ora, é preciso desconhecer inteiramente a história moderna, e em particular a história da América, para acreditar que a Mensagem de Monroe, em 1823, a de Cleveland, em 1896, e a obra incipiente de Roosevelt sejam atos isolados e exclusivamente dependentes da diplomacia.

Ao contrário disto, somos levados a admitir que tudo quanto se prende à denominação de *monroísmo* entra na engrenagem dos acontecimentos que formam o eixo daquela história; e que só o desvio do espírito crítico pode ter criado a divergência dos conceitos emitidos pelos publicistas das três seções do continente americano e as invectivas de alguns internacionalistas europeus.

Não há doutrina disso, mas uma sucessão de fatos transformados, à fôrça, numa doutrina, que se bifurca na tendência dos que atribuem aos americanos do Norte o plano de se apoderarem da América do Sul e na dos que auguram e desejam até a sua transformação em instrumento de conversão universal.

O que é exato, porém, é que, em todos os movimentos que desde 1823 até hoje se têm filiado ao monroísmo, há alguma coisa de opaco, que a agitação das paixões põe sempre de lado, cogitando ùnicamente nas causas eficientes, nas colisões do momento, e das quais cada um, como pode, cuida apenas de libertar-se.

Êsse movimento inconsciente, guardado sempre na penumbra dos acontecimentos, ofuscado pelas côres gritantes lançadas pelas paixões intolerantes ou pelo artifício da linguagem diplomática, êsse surdo movimento fêz a sua marcha; e pode-se, com afoiteza, afirmar que, longe de referir-se a uma doutrina obsoleta, na questão de Venezuela, êle apareceu tão violentamente, que se tornou impossível daí em diante negar-lhe a forma de uma lei.

Coisa obsoleta, — o monroísmo, clamavam. Não era.

Pena é que o Ministro Olney, nas notas que expediu por ocasião do conflito de Venezuela, esquecendo logo o que existia de fundamental na mensagem de Cleveland, se perdesse em intricadas explanações sôbre o *uti possidetis.*

Foi preciso que viessem a guerra com a Espanha e a vitória do Japão, para que a iniciativa do atual presidente permitisse aos Estados Unidos firmarem alguma coisa mais do que uma doutrina, isto é, que tornasse visível o refluxo da civilização entre o Velho e o Nôvo Mundo, demonstrando que o *monroísmo* caíra na *epiciclóide* descrita pela civilização em tôrno do Atlântico, como já o fizera, em ponto muito inferior, em tôrno do Mediterrâneo.

IV

Movimento epicicloidal da civilização.

Devo explicar o que se contém de útil nessa expressão, que, não sendo precisamente fórmula, parece conter uma analogia aproveitável.

Em 1894-1895, o mundo foi surpreendido pela vitória do Japão na guerra sino-japonêsa. A derrota do colosso asiático repercutiu, — devo confessá-lo, — em meu espírito de um modo estrondosíssimo. De todos os cantos onde se aninhavam publicistas choviam, então, análises do acontecimento, cada qual mais engenhosa, algumas abstrusas; e a pobre filosofia da História não saiu dessa refrega sem horríveis mutilações.

Contudo, a leitura dos escritos publicados nas revistas teve, para mim, vantagens incomparáveis. Sopraram a poeira histórica que os livros clássicos acêrca de China haviam depositado sôbre as figuras dos mandarins hieràticamente sentados em suas tôrres de porcelana.

No fundo do quadro, renpentinamente iluminado, fosforejavam as linhas indecisas do vulto de Confúcio. Ao longe, no mapa da Ásia, via o traço ziguezagueante dessa muralha lendária, que não estorvava nem mangóis nem manjus. Depois, um turbilhão de impérios, de dinastias, de raças, de religiões. A China se me afigurava, pois, um colossal cinematógrafo, de cujo disco emergia a figura de Gêngis-Cã, e na imaginação pairou logo um silêncio enigmático! Que exprimia êsse silêncio histórico de uma nação, onde se abrigavam tantas religiões antagônicas e se calculava uma agremiação de mais de 400 milhões de almas? Os compêndios, quando se referiam ao Celeste Império, lembravam uma civilização petrificada. Por quê? Não o diziam. E os catequistas ou os viajantes vulgares pintavam 400 milhões de idiotas. cuja unidade administrativa se atribuía à trança de cabelos, que caracterizava todo chinês, sob a tutela do bambu, que representava o seu direito público. No mais, muito dóceis, muito resistentes ao trabalho, resignados ao seu arroz [7], levando uma vida hipnótica, a fabricarem, com infinita perfeição, êsses artefatos de marfim transcendental que são o desespêro dos artistas europeus.

Abrindo um dia o livro do japonês Hitomi, — um relatório hábil sôbre os progressos do Império do Sol Nascente, senti, numa frase sua, a sugestão de uma idéia original. Talvez, por analogia, o *faquirismo* coletivo pudesse explicar essa nação equívoca! Mas o faquirismo é um fenômeno que ainda não foi devidamente examinado.

A China não paralisara a sua civilização. A China não era uma cultura petrificada. Os jardins felizes e as maravilhas agrícolas das suas províncias interiores, em escandaloso contraste com a vida inerte e miseràvelmente passiva das fronteiras e do litoral freqüentado desde Marco Pólo pelos ocidentais, indicavam que um fenômeno único se tinha operado nessa aglomeração de povos, cujos imperadores, infiltrados do agnosticismo de Confúcio, haviam chegado a realizar o que Augusto não conseguira em Roma, isto é, a convivência de três formidáveis religiões, cujo papa era um sistemático ateu. O fato, só por si, do *San-Kiao* ou do "três em um", revelaria o resto do paradoxo chinês e a limitação do espírito militar numa nação compósita, aliás unificada pelo guerreiro mais intrépido e extraordinário que já percorreu os arraiais da guerra, — o guerreiro mon-

---

[7] Entretanto, li algures que, longe dessa sobriedade, o chinês que se preza julga-se desonrado quando não pode apresentar mais de 40 iguarias à sua mesa.

gol, que os acontecimentos asiáticos colocaram no ápice de um vértice tão poderoso, que, fazendo a Ásia quase inteira rodar em tôrno, deu o espetáculo da voluntária submissão de tôdas as religiões militantes e tôdas as militares. Êsse fato único teve como conseqüência a estiagem das guerras interiores; o que não quer dizer que as raças, as dinastias e as famílias não continuassem a tumultuar nesse preamar político. A superfície acalmava-se; as comoções intestinas, porém, se fàcilmente apareciam, com a mesma facilidade se reabsorviam no oceano da formidável organização federal de Cublai Cã. Tal processo de involução, junto à debilidade das nações e hordas que lhe ficaram exteriores, favoreceram a formação dessa crosta de elementos neutros e quase sem vida que os estrangeiros encontravam nos limites do Celeste Império. Tal era a "verdadeira muralha" que segregou por tanto tempo a China dos continentes, os quais foram crescendo na insciência mútua da própria existência; e a China, de império mongol que era, passou a ser sistematizada pelo gênio dos chineses durante a dinastia dos Mings, inaugurada pelo não menos admirável Hung-Hu.

Ora, se há fundamento para assim julgar dos fatos, também o há para concluir que a pretensa petrificação da civilização chinesa foi apenas a conseqüência de um consensus determinado pela federação de religiões e de agremiações políticas no encêrro de muralhas de ordem político-geográfica.

Desde que cessaram as invasões e os chineses se habituaram ao isocronismo de suas lutas interiores, resolvidas de antemão, o equilíbrio se estabeleceu, e o Império pôde chamar-se, com exatidão, o país das "cem famílias".

De tal equilíbrio derivou, então, o aperfeiçoamento infinitesimal do seu regime burocrático, cuja representação se pode estabelecer comparando-o a uma dessas esferas, concêntricas, sôltas e rendilhadas, que o artista chinês abre a buril no bloco do marfim imperecível.

Movem-se umas dentro das outras, e seriam capazes de reproduzir-se ao infinito se colocadas na mão de um faquir artista; todavia, não crescem, não aumentam de volume, porque o progresso não é excêntrico; tudo nelas se faz da periferia para um ponto central imaginário ou matemático. E aí reside o seu segrêdo.

Assim foram a alma de Confúcio e o desenvolvimento da China no último período de sua vida concêntrica, nunca perturbada sèriamente por movimento humano exterior. Não tendo, portanto, essa nação recebido nenhuma corrente humana que modificasse aquela formidável construção, dada a sua repugnância invencível de "mudar de cara", como dizem os chineses supersticiosos, tanto no que en-

tende com a concepção da vida como com a arte de governar, a China petrificou-se, mas o fêz aparentemente.

Essa paralisação se afigura a todos que, de perto, agora, a procuram observar, mera mistificação.

Tome-se de um vaso e lancem-se nêle substâncias químicas antagônicas; provoque-se o fenômeno da fermentação. Terminando o período da agitação, realizada a destilação, surge um resultado que dá a ilusão da mais profunda tranqüilidade. Exemplo: o álcool que se obtém pela fermentação dos líquidos açucarados. O químico, porém, que conhece a natureza dêsse nôvo produto, sabe também que a transparência do líquido e o seu discreto silêncio não são imunes e vê as funções complexas que nêle residem. Enquanto encerrado na fórmula $C^2 H^6 0$ e isolado do ambiente num vaso bastante forte, êle é inócuo; mas o silêncio dessa reserva de fôrça incalculável poderá explodir desde que se lhe aproxime fogo, e até se combinará com certos ácidos, transformando-se em éteres, etc.

O que tudo significa que a China, uma vez entrando no período da difusão, e em contato com outras nações, no intercâmbio, aproveitará aquela fôrça concentrada em benefício do seu próprio desenvolvimento, sem que isso importe a morte das suas próprias energias acumuladas durante tantos séculos, para nós misteriosos.

Daí, porém, não se tire a conclusão de que, operada a integração mundial pela interpenetração progressiva dos povos e pela abolição das civilizações fechadas, tenhamos que ver, em próximo futuro, como conseqüência da marcha que tomaram os acontecimentos e os esforços pela paz, reproduzir-se no mundo todo o fenômeno de glorificação que foi anteriormente assinalado relativamente ao Celeste Império.

Penso que tal hipótese não se verificará em razão das formas que se hão de impor à cultura humana generalizada e, conseqüentemente, às regras de agir.

Os ciclos fechados de Vico não são aplicáveis à história do futuro, nem ainda que a humanidade alcance constituir-se, como pretendem alguns filósofos, uma ditadura de govêrno central, ao qual obedeçam tantos governos de organização municipal quantos sejam necessários para atender às necessidades específicas de cada localidade ou das regiões geogràficamente circunscritas.

Os fenômenos sociais, que avultam hoje e se decompõem, quase diàriamente, em outros cada vez mais expressivos, forçam o pensador a acreditar em que nem a espiral de Goethe, nem a helicóide de De Greef são figuras geométricas que, por analogia, se prestam a ilustrar o problema do progresso da humanidade.

Por isso, parece que a *epiciclóide* é a que mais se prestava a suportar o que inevitávelmente existe de aleatório em tôda a hipótese sociológica.

A História nos apresenta apenas dois tipos de civilização para confronto. Na Ásia, duas nações que se conservaram íntegras e prometem perdurar, porque se fecharam: a China e o Japão. No Oriente e na Europa: — uma sucessão de impérios, destruídos por guerras, vítimas de conquistas e de lamentáveis retrocessos; ruínas de nações; extermínios de raças. As construções mais poderosamente arquitetadas ruíram sob a mão dos conquistadores intemeratos ou sob o machado de bárbaros famintos. Os faraós desapareceram; extinguiram-se os persas; os gregos dispersaram-se; Cartago foi um sonho dos fenícios; Roma erigiu-se, enfim, no meio do Universo. Quando parecia que os romanos, com a sua construção jurídica e a idéia nítida do Estado, poriam têrmo às carnificinas, veio, em forma de legenda, a sombra de um judeu dotado de incomparável angelitude. A cólera das hordas sem disciplina pôs-se a ulular em tôrno do Império; e, porque não sabiam trabalhar, senão pilhar, os bárbaros acharam que, com efeito, o Império era a causa disto, e desbarataram no dia em que puderam conhecer um pouco das suas artes militares e fizeram uso da sua tática, gesticulando como se fôssem já uns Lúculos, uns Pompeus. Não tardou que tivessem até a prosápia de um César na defecção do grande delito contra Deus, que era Roma.

O prodígio de administração dos sucessores de Augusto desapareceu no túmulo dos acampamentos, e foi preciso que evolvessem quase 1500 anos para que as novas nações, saindo dessa desordem macabra, pensassem em apanhar o fio da cultura abandonado, para reatá-lo e continuar a obra maravilhosa dos gregos e romanos.

Ora, quem, diante de um globo terrestre, der-se ao trabalho de traçar uma linha acompanhando o movimento da civilização ocidental, — para não ir mais longe, — a partir do Império de Alexandre, há de verificar que essa linha, no fim de contas, traduz um movimento comparável ao epicicloidal, realizada a operação em tôrno do Mediterrâneo.

Partindo do extremo dêsse mar, isto é, das bôcas do Nilo e da Ásia Menor, a civilização humana, durante o período referido, rodou para o Ocidente, envolvendo povos diversos na forma de pequenos círculos, e voltou, por último, ao ponto de partida, depois de realizadas as revoluções que constituem o que, nos compêndios, se chama a *história antiga*.

Resta, entretanto, saber se essa marcha envolvente e circular fechou-se ou rompeu-se, decompondo-se em outro movimento *epicicloidal*. Com certeza decompôs-se. A ação da propaganda greco-

romana, que tendia a transformar os povos, de onde era oriunda, em nações cultas à sua feição, pelo menos no que tocava aos processos concernentes ao emprêgo da energia com proveito da ciência e das artes adquiridas, foi sùbitamente interrompida pela exuberância das invasões. O desequilíbrio militar dos romanos, cuja potencialidade administrativa esgotara-se, em face da massa tremebunda de pretendentes à ocupação das terras e das riquezas que as artes da agricultura e outras indústrias benéficas tinham disposto numa região relativamente vasta e que já não era efetivamente possuída pelo cidadão romano, fêz a obra restante. A catástrofe foi completa.

O desastre era inevitável. E a Europa despendeu muitos séculos a expiar o grande "crime" da filosofia helênica, ajoelhada diante de bispos, de papas, de reformadores, de protestantes, iluminados, que andaram a resolver pela política e até pelas fogueiras questões de consciência e da salvação eterna, — questões que uma nação asiática empedernida já havia, aliás, eliminado do seio dos seus conselhos e da arte de govêrno havia muitos séculos passados.

V

Chego ao fim destas considerações preliminares. Incontestàvelmente, o movimento obedeceu sempre àquele princípio. E êle se tem reproduzido no Ocidente, tanto em grande como nas particularidades da vida regional. Enquanto a onda civilizadora percorria o Mediterrâneo, via-se, de províncias para Estados, de aldeias para cidades, o mesmo trabalho determinado pelo crescimento, — movimentos, correntes, lutas que se desagregavam de contínuo, porque as condições geográficas da Europa abriam caminhos imprevistos aos elementos perturbadores. As populações, exaustas pela desordem e pela má disposição das terras, às vêzes morriam de fome.

Com a descoberta do caminho das Índias e da América, houve um grande derivativo histórico; e iniciou-se um nôvo percurso epicicloidal.

As nações ativas, que tinham emergido do medievalismo e se fortaleciam no Renascimento, entraram de súbito no continente americano, povoaram-no e ditaram-lhe o sacrifício do trabalho.

Com a ação do tempo, as populações, aí aumentadas pela imigração e pela mestiçagem, constituíram-se, por sua vez, em nações, — fracas a princípio, protegidas, tuteladas, senão pela ação direta dos governos, ao menos pela dependência das "humanidades", da

técnica das indústrias e, principalmente, dos capitais. Volvem os tempos ainda; e estas nações semi-européias começam a pensar na revolta mais completa. À intensidade da cultura recebida, ou, mais acertadamente, transportada com os imigrantes para os plainos americanos, acessíveis à exploração, junta-se, adiante, a altivez de quem já não precisa ou pretende não precisar de conselho político. A democracia inspira tôda organização americana. Novas terras, novas aspectos, novas aspirações, *nôvo direito público;* e êsse direito, em contato com os preconceitos, que os institutos europeus, apesar da sua profunda sabedoria, não podem expurgar, assume audácias que só precisam de diuturna autoridade para alastrar o hemisfério.

Desde êsse instante, o sentimento americano, buscando a sua verdadeira fórmula jurídica, começa a repercutir na consciência dos juritsas da mãe-pátria, que já fazem concessões. Os estadistas, os chefes de Estado relutam e criam entraves poderosos. Fenômenos semelhantes reproduzem-se; e então percebe-se que o espírito da civilização transportada nas caravelas de Colombo e de Pedro Álvares Cabral e a cultura religiosa-política conduzida no *Mayflower,* na esquadra de D. João VI e noutras levas de evadidos da perseguição da tirania na Europa; êsse espírito, que deu ao mundo os mais brilhantes dias do progresso, começa a divergir e a criar *essa monstruosidade,* assinalada por escritores de senso depauperado como a ingratidão condenável dos povos transoceânicos.

A América quer influir nos destinos da humanidade e pensa já em resolver os problemas que a sua mestra, a velha Europa, apesar de todos os seus laboratórios e profundo saber jurídico, não conseguiu, nem conseguirá senão propor, porque lhe faltam precisamente os elementos fartos que existem na América, — os elementos de ação não militares.

Por outro lado, a corrente da conquista das nações fechadas da Ásia transforma-se de súbito numa surprêsa; e o Japão defende a China do estraçalhamento que a diplomacia, denominada por Blunstschli depredatória, aconselhava se empreendesse, a título de um perigo amarelo, que fêz, aliás, sorrir pela primeira vez ao Micado e ao próprio Americano Lafcadio Hearn, na pressuposição do quanto os estadistas europeus julgavam os fatôres da *Era do Medgi* * estúpidos e inconseqüentes.

A circunstância da multiplicidade dos ciclos, que reproduzem hoje o que a História descreve relativamente ao progresso da cultura greco-latina, diz que aquela ação não mais se exerce sôbre um plano, porém sôbre a esfera; e isto levar-me-ia a prolongar estas

* Provàvelmente, *Meiji* (regra áurea), nome dado ao reinado do imperador Mutsuito (1868-1912).

considerações até uma região filosófica na qual eu não desejo entrar por modo algum.

Basta dizer que tal circunstância vem trazer à concepção da História profundíssimas modificações.

A generalização e multiplicação do movimento acima descrito dará às relações das sociedades humanas uma direção inteiramente nova; e, afastando o receio de que o mundo venha a transformar-se num tipo endurecido pela uniformidade, como sucedeu à China em particular, traz a esperança de que, apenas tenha o direito internacional diluído as fronteiras das nações, comece a era do aproveitamento de tôdas as energias dispersas pela face da Terra em benefício de todos os povos, sem distinção de raças.

A simbiose comercial não se atreverá, então, a criar mercados pela fôrça militar; nem esquadras se aparelharão, como se pretende ainda em nossos dias, com o firme propósito de obrigar as nações fracas a consumir o que querem, revivendo-se o grito sacrílego do Islão: Consome ou morre!

A permuta, tanto dos produtos materiais como das invenções, junto à circulação dos ideais, obstará a concorrência dos leões com os cordeiros. E o orgulho humano, ascendendo a plainos superiores, poderá exercer as suas energias e insobriedades sem aviltamento, uma vez que é impossível eliminá-lo, no campo de um progresso pròpriamente humano.

VI

Tudo quanto acima vai escrito é para considerar-se longínquo. A ação do monroísmo pròpriamente dito, porém, não está muito distante. Todos a sentem, uns com alegria, outros sobressaltados; e raro será aquêle que não pressinta a sua atual função e o seu destino.

Pertenço à classe dos que a supõem inevitável e benéfica. Ela constitui um capítulo da história do progresso extra-europeu, que os nossos filhos hão de escrever um dia.

Coligindo as idéias que se associam à Mensagem de 1823, posso dizer agora, com outra segurança, que o ato do Presidente Monroe foi o primeiro sintoma de que o sentimento da autonomia americana se incorporava à evoluta do progresso.

Assinalam os internacionalistas mais notáveis, nesse documento, obscuridades e hesitações.

John Bassett Moore, professor da Universidade de Colúmbia, divide-o em duas partes distintas.

O seu trabalho é de 1895, portanto, anterior à mensagem digida ao Congresso pelo Presidente Cleveland, por ocasião do conflito de Venezuela com a Inglaterra; e não é difícil ler nas entrelinhas o pensamento diplomático ainda infiltrado dos costumes políticos e das regras de interpretação do regime anterior.

É verdade que, ao tempo em que Monroe viveu, deviam os textos ressentir-se da mesma deslealdade de que a diplomacia andava impregnada.

O século XVIII tornara-se célebre pelo sistema, adotado geralmente, das "interceptações", tanto materiais como morais.

"As negociações, nesse século, são um labirinto inextricável" [8]. Em tal atmosfera de espionagem, de traições, de desconfianças, quando se redigia um documento, as chancelarias empregavam todos os recursos sutis das elipses interiores, de que a astúcia burocrática tinha o segrêdo; de sorte que, apenas se tratava de pô-lo em função, os subentendidos multiplicavam-se na razão da habilidade do diplomata que assumia a responsabilidade de encaminhar a solução do pleito.

Ora, parece-me que o ilustre professor da Universidade de Colúmbia, procurando sentido dos parágrafos 7.º, 48 e 49 da Mensagem de 2 de dezembro de 1823, preocupou-se demais com as razões encobertas do referido documento, redigido, quanto ao parágrafo 7.º, em atenção às pretensões territoriais da Rússia, o que determinou Adams, então Secretário de Estado, a informar o Ministro russo Barão Tuyl de que a Mensagem apenas proclamava o princípio da impossibilidade de "futura colonização" na América, dirigida por potências estrangeiras.

Moore esbarra diante da palavra "colonização". É nesse têrmo que se contém todo o mistério do pensamento monroísta. Todavia, Adams usara prèviamente das expressões *settlement* e *colonial establishment,* palavras estas que excluíam o pensamento de uma região não submetida à jurisdição de qualquer nação civilizada. E como o fim utilizável naquele instante seria impedir ùnicamente que a Rússia ou outro país pudesse justificar a ocupação dos territórios das costas do noroeste, o intérprete dá à frase uma inteligência desmesurada.

Por êsse modo, Moore reduz a primeira parte da doutrina a um argumento de ocasião, a uma *sinédoque,* direi eu, diplomática, inventada com intuito exclusivo norte-americano, de ação tópica, de aplicação puramente ocasional ao caso russo.

Na opinião, portanto, do esclarecido internacionalista, no jôgo das expressões que firmam o pretendido princípio contra a ocupa-

---

[8] A. Sorel, *L'Europe et la Révolution Française,* vol. 1. p. 79.

ção colonial, não deveria haver senão uma embaçadela, uma proclamação inócua, pois que êsse "futuro", aludido na Mensagem, ficaria *sine materia,* desde que se verificava não existirem mais na América terras devolutas.

E como é certo que as palavras, nos documentos públicos, têm o seu destino, fundado no princípio da hermenêutica de que em tais aparelhos não podem existir peças inúteis, o Presidente Polk, em 1848, declarou que os Estados Unidos não podiam consentir na transferência do *domínio e soberania,* na América, de umas para outras potências.

O professor que comentamos diz que o ato de Polk ultrapassara a esfera do pensamento monroísta. Eu acho lógico o procedimento de Polk. E se atendermos, não à letra, mas ao espírito ou à corrente humana a que obedeciam Monroe, Calhoun, Adams, não estranharemos que Polk extraísse da Mensagem de 1823 a fôrça do princípio americano, de que se tornou arauto, e que os grandes internacionalistas modernos proclamam como verdade universal. A soberania é intransferível. Os governos não têm capacidade para aliená-la. Sendo o território inseparável do povo que o ocupa e nêle exerce a suprema função jurídica do exercício do domínio, é óbvio que só as guerras e as revoluções podem romper, infelizmente pela violência, essa aliança, ou alterar aquela "jurisdição primária".

O domínio, impròpriamente chamado iminente, está, pois, fora do comércio.

É pelo menos esta lição que tiro dos livros de Bluntschli, de Spencer, de Sumner Maine, de Mancini.

Como, pois, queria o professor Moore que Polk não enxergasse essa impermeabilidade lógica criada pelo parágrafo 7.º da Mensagem de 1823? Veremos adiante como, pelo contrário, a doutrina deveria chegar até a tese Drago. Os fatos consumados e o poder das esquadras não eram suficientes, penso eu, para interromper a verdade em marcha. Nem era lícito proceder com o texto da Mensagem com aquela argúcia que os exegetas punham na virgulação hermética dos versículos da Bíblia.

VII

Rev. Americana, janeiro 1910

A doutrina do Presidente Polk, no ponto de vista da filosofia da história e do direito internacional, antecipou o princípio da intransmissibilidade da soberania, — fenômeno êste que independe

da forma que possa tomar o respetivo exercício, o mando, o direito de promulgação, na enérgica e legítima expressão utilizada pelo grande jurisconsulto Austin.

Pouco importa que Polk, no momento de insistir na sua tese, cogitasse ùnicamente dos perigos adjacentes. Essa circunstância não prejudica a tendência manifestada nos textos que subscreveu. O que interessa na sua atitude é a fôrça da corrente que irrompe através de tôdas as dificuldades políticas, quaisquer que elas fôssem naquela hora.

"Não podem os Estados Unidos", disse Polk, em sua mensagem de 29 de abril de 1848, "consentir na transferência dêsse domínio e soberania, quer à Espanha, quer à Grã-Bretanha ou a qualquer outra potência européia".

Por mais audaciosa que fôsse essa injunção, em face de considerações abstratas, é certo que, no fundo, a doutrina era o transunto exato do sentimento democrático americano e correspondia perfeitamente aos fatos, os quais guardavam uma inteira ligação entre si e não iludiam a ninguém.

Que seria da independência da América se, a pretexto dos princípios flutuantes da soberania, se permitisse às nações poderosas da Europa corremper as repúblicas ainda mal-seguras no exercício dos seus direitos? Comprando ou fazendo aquisição de vastos territórios, sob a pressão do terror e sedução do crédito, em fraude à execução do movimento autonômico americano, o espírito da Santa Aliança reviveria sob a sua forma mais pérfida e perigosa. Dissipavam-se as pretensões fundadas nas origens divinas; mas, por outro lado, cortar-se-ia a marcha sempre crescente da democracia, aviltando-se colônias de ontem, repentinamente conquistadas pelo nôvo regime político-econômico.

É essa a orientação que encontro nas idéias de Polk e que, muito ao contrário de se acharem em contradição com a Mensagem de Monroe e com as declarações de Quincy Adams, dela recebem a sua lógica e naturalíssima propulsão.

Compreende-se que Polk não conseguisse estabelecer uma situação clara. É esta a sorte de todos os problemas históricos; e quem tem um pouco de experiência percebe que os exageros da doutrina enunciada deviam levantar, como levantaram, a grita dos advogados da lógica formal da ciência diplomática. Então o problema incubou, como que aguardando o refôrço da posteridade.

É, portanto, com um sorriso nos lábios que se lêem as críticas de Moore e, ùltimamente, as de Pétin.

> No que respeita a Texas e ao Yucatán, diz o último, o Presidente Polk anunciou uma nova doutrina que devia substituir a de Monroe.

> Polk proibia a intervenção européia na América do Norte e estendia essa proibição à América inteira, sem se importar com o direito que os povos têm de dispor de si mesmos.
>
> Ainda na parte relativa à América Setentrional, pode-se dizer que êle desviava a doutrina do seu sentido verdadeiro. E depois que êsse presidente imprimira a doutrina de Monroe até então atingira os §§ 46 e 49; restava o § 7.º, que êle transformou completamente, a pretexto de reflorir a Mensagem de 1823.[9]

E, analisando o caso de Oregon, acrescenta:

> Polk, animado pelo êxito do Presidente Tyler no negócio de Texas, supôs, em 1845, ter chegado a oportunidade para ferir a questão, aplicando o monroísmo em benefício dos Estados Unidos. Em sua Mensagem, depois de examinar os casos de Texas e do Yucatán, recorda a proibição do quinto presidente, relativa à nova colonização do continente pela Europa "— Há um quarto de século, dizia Polk, o princípio foi claramente proclamado ao mundo na mensagem anual de um dos meus predecessores, de que os *continentes americanos, em razão da condição livre e independente que conseguiram atingir e que mantêm, não podem mais agora ser considerados como sujeitos a uma colonização da parte de nenhuma potência européia.* Êste princípio com maioria de razão seria aplicável se alguma nação européia ensaiasse estabelecer novas colônias na América do Norte... Os direitos adquiridos por cada nação européia devem ser respeitados; mas, por outro lado, a nossa segurança e os nossos interêsses querem a proteção eficaz das leis se estenda sôbre os nossos limites territoriais sem exceção e que se declare ao mundo que *nenhuma colônia* ou domínio europeu de futuro poderá, sem nosso consentimento, se fixar ou se estabelecer em nenhum ponto do continente da América do Norte." É curioso encontrar semelhante linguagem utilizada pelo mesmo homem que, em 1826, afirmava que a doutrina de Monroe era "o simples voto da opinião do executivo destinado a produzir efeitos ùnicamente nos conselhos da Santa Aliança". Os tempos, porém, tinham mudado. Polk subira ao poder, e as vicissitudes da política haviam mudado os sentimentos."[10]

Estas observações de Pétin, bem como as de Bassett Moore, nada adiantam; e a sua inocuidade demonstra apenas a necessidade de um ponto do vista mais filosófico para a apreciação dos fatos.

É bem certo o aforismo de Comte, de que o homem se agita e a sociedade o conduz. Que valor podem ter os erros de linguagem de Polk, ainda os erros do govêrno americano, se, no conjunto e na filiação dos acontecimentos, em que os homens são pouco mais do que figurantes, vamos descobrir um motor impávido, que anula não só as intenções dos interessados no momento, mas também os erros, as tergiversações, as sutilezas da gramática dos diplomatas, e continua na sua obra progressiva?!

---

[9] Pétin, *Les États-Unis et la doctrine de Monroe* (1900), p. 109.

[10] *Ob. cit.*, pp. 109-111.

Polk, é verdade, não foi bem sucedido; mas o que é certo é que serviu melhor o princípio monroísta do que os que o condenam como o prolator da doutrina do protetorado da América do Sul.

Eliminadas as excrescências da sua Mensagem e a infelicidade das fórmulas pouco diplomáticas que empregou, o que resta de útil nesse documento adapta-se de um modo admirável às necessidades do Continente americano. O que, na Mensagem, se sente é a existência de uma fôrça permenente de organização das três seções do Nôvo Mundo; e se é verdade que, nos conflitos, nas dificuldades, as soluções nem sempre têm sido satisfatórias, o motivo está nas resistências ao aparecimento de um órgão, que até agora não conseguiu diferenciar-se, apesar do vigor que a função já vai exercendo em todo o mundo.

É a falta de discriminação dêsse órgão que tem mais de uma vez criado dificuldade à exuberância de vida dos Estados Unidos, que não esqueceram ainda o insucesso em 1826 do Congresso do Panamá.

No que diz respeito ao ponto de direito internacional, isto é, quanto ao direito de aquisição e às anexações realizadas pelos Estados Unidos, e que poderiam dar xeque-mate na teoria de Polk, há, de feito, grandes embaraços a vencer. Como conseguir a conciliação daquele princípio com os fatos consumados da compra da Luisiânia, da anexação de Texas e outros ocorridos já no domínio da Constituição Federal?

Apesar do que se possa dizer da natureza incoativa da formação do território da grande República, é evidente que êsses atos, irrepreensíveis durante o regime da Confederação, constituíam uma infração no domínio da Constituição; e foi preciso um largo trabalho de construção hermenêutica para legalizá-los, porque a Carta dos Estados Unidos não conferia ao Govêrno Federal podêres para comprar territórios estrangeiros e incorporá-los à União.

"Os americanos, porém", pondera A. Jonhston, "comparam êsse ato com o de um gerente que realiza um negócio não autorizado em benefício do mandato, certo de que o comitente ratificará o seu zêlo. No caso da Luisiânia, a ratificação devia tomar a forma de uma emenda à Constituição, como se cogitou, mas a proposta dessa emenda nunca foi apresentada, tendo o ato do presidente sido, na realidade, ratificado por uma geral aquiescência; o que serviu de norma para casos posteriores" [11].

Os melhores intérpretes da Constituição americana justificam tais incorporações com a ficção jurídica da adesão firmada no espí-

---

[11] A. Johnston, *History of American Politic*, p. 61; cf. *Lolor's Cyclopedia of Political Science*. V. *Annexation Territories*.

rito do art. 4.º, sec. 3.ª, § 1.º da mesma Constituição, combinado com o preceito do art. 11 da Confederação.

Seja, porém, como fôr, fatos consumados sob o jugo imperioso da necessidade no seu período incoativo não desautorizam, por forma alguma, a doutrina de Polk, que, além de tudo, assenta numa inspiração dos constituintes, que o território não adere isoladamente, aderem os habitantes inseparáveis dêle.

VIII

Os §§ 48 e 49 da Mensagem de Monroe visavam à criação de um direito público americano, senão à acessão de todo o continente ao direito internacional.

Foi um fato igual, nos seus efeitos, o que presenciamos nos últimos tempos, relativamente ao Japão, isto é, a sua entrada triunfal no convívio das nações e o reconhecimento do direito de tratá-lo como de igual para igual [12].

Todavia, o ilustre professor da Universidade de Colúmbia, jungido aos motivos imediatos que determinavam a ação contra a idéia clara, manifesta, da Santa Aliança, de *recolonizar* a América, angustia o monroísmo entre o egoísmo comercial da Inglaterra e as recomendações de Washington, ardentemente defendidas por Calhoun.

Sem embargo das suas prevenções antimonroístas, um discípulo de Moore, o já citado Pétin, reconhece que Monroe, longe de cortar as dificuldades criadas pela atitude das potências, separadamente, examinou-as em bloco, com a maior calma e sangue-frio, e respondeu às ameaça sem têrmos que êle classifica de "modestos, mas firmes", evitando qualquer frase belicosa.

"Foi, entretanto, terminante", observa Pétin, "e única a resposta de Monroe. Êle cingiu-se a declarar o direito da América de ser um continente; e proclamou um direito público americano em substituição ao direito público europeu, que não teria outro campo de aplicação senão na Europa. Em ambos os casos, é o *statu quo* que Monroe exige, não tendo a pretensão de mudar a situação das coisas. A Rússia e a Inglaterra conservaram as terras que já tinham colonizado, a Espanha não veria o seu Império diminuído, mas nenhuma nação européia poderia enriquecer-se mais em detrimento da América. As potências conservariam a mesma atitude de 1823, e

---

[12] Vide Siebold, *L'accession du Japan au droit international.* Essa obra faz refletir proveito nas *tracasseries* a que estão sujeitas as nações extra-européias, desde que se insurgem contra o orgulho inveterado e às vêzes cego dos diretores da política européia.

os Estados Unidos, de sua parte, saberiam observar a estreita neutralidade de que nunca haviam discrepado. Não fôssem com isso tachá-los de fraqueza. Não bastava a independência de linguagem, eram precisos também os sinais de altivez. Em tom firme, o presidente declara claramente que os Estados europeus não farão nenhuma nova colonização na América e que os Estados Unidos considerariam ato de hostilidade tôda e qualquer tentativa de intervenção por parte das potências européias. Acrescia que a América era território livre e independente, tendo conquistado o seu lugar entre os outros continentes" [13].

Acredita o autor que acabo de transcrever que êsse ato constitui uma verdadeira carta de "naturalização internacional". E deduz o amesquinhamento de um fato tão grave e solene na história da América da seguinte circunstância, que convém traduzir textualmente: "Como se a palavra tivesse ido além do pensamento, Monroe, assombrado da própria audácia, emudece no que se refere aos meios de execução. Monroe deixa em silêncio a sanção que se devia contrapor à infração das suas duas regras. Não se sabia se o Estados Unidos iriam impor os seus princípios de arma em punho, ou se os deixariam violar sem outros protestos além dos que são fornecidos pelas vias diplomáticas. Para torná-los eficazes, é visível que seria necessário mais precisão. O Presidente não a teve, sabendo que os Estados Unidos, em 1823, eram uma nação muito fraca para falar mais alto" [14].

Todos confessam, todavia, que, por sua oportunidade, a Mensagem produziu estrondoso efeito. Paralisou a Santa Aliança. Era quanto bastava para aquêle instante. Mas o espírito, a alma da Santa Aliança não morrera; e, durante todo o século passado, a história das Américas não passa de um debate, ora às claras, ora dissimulado, entre os gênios dos dois continentes.

IX

Uma das provas evidentes de que a autonomia do continente americano era mal suportada pelas nações colonizadoras encontra-se no caso de Maximiliano. Essa aventura, a que a França se deixou arrastar pelo espírito leviano de Napoleão III, constitui um dos capítulos mais interessantes do monroísmo.

Efetivamente, não há como classificar a guerra feita a uma República para se lhe impor uma monarquia exótica; nem jamais as

---

13 Pétin, *Ob. cit.*, p. 45.

14 *Ob. cit.*, p. 46.

chancelarias européias mostraram dissimulação igual aos fatos que precederam à declaração de guerra.

O caso encerra uma psicologia atroz; e é preciso dizê-lo: aquilo que as nações ex-signatárias dos artigos da absoluta Santa Aliança não tiveram coragem de fazer, realizou-o essa mesma França que auxiliara a independência dos Estados Unidos e declarara os direitos do homem em 1789. E o que mais é: o ataque ao México, justamente quando êste povo proclamava as idéias liberais propagadas por aquêle país, tomava o aspecto de um crime que abalava a França até aos seus fundamentos. A indignação de Benito Juárez não devia ser menor ao receber o golpe vibrado pela nação mais generosa, no momento exato em que, tornando efetivas as reformas radicais reclamadas por sua pátria, êle estabelecia o casamento civil, expungia a terra do monge, separava a Igreja do Estado e adotava os princípios do Código de Napoleão.

Apesar do que se possa dizer da tragédia de Querétaro, em desabono do gênio de Juárez, quem quer que reflita sôbre os acontecimentos que determinaram essa catástrofe não poderá deixar de reconhecer que a lição histórica, com tôda a sua brutalidade, correspondia às perfídias sob cujo paládio a guerra foi provocada e consentida.

Edgington atribui os rigores de tal desfecho ao sangue asteca que corria nas veias do Presidente do México, vitorioso [15]. A extraordinária cultura dêsse estadista, que o ministro americano Seward reputava a mais poderosa mentalidade naquela época, não justifica a asserção. Edgington, entretanto, antes de proferir êsse juízo, devia ter passado em revista as opiniões que então corriam na Europa relativamente à capacidade dos chefes políticos americanos, pouco acima de canibais. Foram êstes conceitos injustos que colocaram os defensores natos das jovens nacionalidades do Nôvo Mundo mais de uma vez na contingência de assumirem atitudes desesperadas.

O Império de Maximiliano tirou a máscara às intenções subconscientes dos imperantes, que, desenganados da confederação cristã, levantavam a bandeira dos direitos da civilização. Êsses direitos encontraram doutôres; e a jurisprudência esboçou logo o aparelho que deveria coagir as republiquetas bárbaras da América a entrarem no círculo do direito internacional europeu como colônias ou nações honorárias. Eram as dívidas, as indenizações e o seqüestro da soberania por meio das alfândegas, a anticrese *ex proprio Marte*.

---

[15] B. Edgington, *The Monroe Doctrine*, Boston (1905), p. 127.

Como se praticou essa operação no caso do México? A página é triste e desoladora. A doutrina de Monroe salvou a grande obra de Juárez.

> As dificuldades diplomáticas, dizem Lavisse e Rambaud, surgiram no momento exato em que Juárez triunfava no interior do país. Durante a guerra civil, a casa do Cônsul inglês em São Luís tinha sido pilhada, espanhóis haviam sido massacrados. Terminada a guerra civil, os Governos inglês e espanhol reclamaram reparação. A França fêz o mesmo. Um banqueiro suíço, Jecker, que se naturalizara francês, apoiado por Morny, pedia uma restituição. O Duque de Morny devia perceber 30 p. 100 da soma que fôsse embolsada. Miramón tinha tomado a Jecker 75 milhões de francos, mas não tinha recebido efetivamente mais do que três milhões em prata e quatro milhões e quinhentos mil francos em papel. Juárez recusou reembolsá-lo integralmente, conforme reclamava o Cônsul, de uma soma arranjada para lhe fazer a guerra. Além disto, o Congresso decidira (17 de julho de 1861) suspender por dois anos o pagamento das dívidas estrangeiras, a fim de que se examinasse a sua validade.
>
> A França, a Inglaterra e a Espanha combinaram-se, na convenção de Londres de 31 de outubro de 1861, para dar fôrça às suas reclamações. Os aliados interdiziam-se qualquer desmembramento ou ingerência nos negócios do México. O Presidente Lincoln, solicitado pelas três potências, recusou aderir, em virtude do princípio de Monroe. Aliás, o seu apoio já tinha sido assegurado a Juárez.
>
> As fôrças navais das três potências apresentaram-se, pois, nas águas mexicanas : os espanhóis apoderaram-se sem dificuldade de Vera Cruz; Prim comandava a esquadra espanhola; Jurien de La Gravière, a francesa; Dunlop, a inglêsa. Uma mensagem dos plenipotenciários declarava que as potências européias não pretendiam imiscuir-se nos negócios dos partidos americanos. Juárez negociou. A Espanha e a Inglaterra não quiseram apoiar as pretensões da França, que elas reputavam exageradas. Ocuparam algumas cidades, e a bandeira americana foi de nôvo içada em Vera Cruz.
>
> Nesse mesmo instante, Napoelão III rompia o acôrdo com as outras potências aliadas, adotando uma política favorável aos inimigos de Juárez, e que se acredita ter sido inspirada pelo papa, ansioso por vingar o clero mexicano. Com efeito, o General Almonte, antigo Embaixador de Miramón em Paris, declarava aos plenipotenciários inglês e espanhol que Napoleão lhe tinha prometido agir para favorecer o advento do Arquiduque Maximiliano ao trono do México. O inglês e o espanhol não quiseram entrar nesse caminho; era a ruptura da convenção de Londres. Juárez, considerando a guerra aberta contra a França negociou com a Inglaterra e a Espanha.[16]

Esse simples narração demonstra até que ponto as nações que tomaram parte nas negociações anteriores à guerra franco-mexicana respeitavam o direito internacional.

Felizmente para a América, era Presidente dos Estados Unidos um Lincoln; e Juárez dispunha de qualidades másculas, que lhe

---

[16] Lavisse et Rambaud, *Histoire générale*, vol. X, p. 714.

permitiram, não só arcar com as traições internas, mas também salvar o Continente de pretensões dinásticas que, vitoriosas, não se sabe até onde chegariam.

É célebre o dito de Rouber quando aconselhava seu amo a que não hesitasse em dar o salto nas trevas.

A conquista do México, afirmava êsse homem, é "a obra gigantesca do reinado", a França, deitando por terra a República Americana e fundando, em seu lugar, um grande império, paralisará o progresso dos Estados Unidos e anulará os ímpetos da democracia.

E espantou-se, quando essa monarquia, processada e julgada em Querétaro, foi esmagada na pessoa de um príncipe austríaco. Napoleão III, que se dava a estudos históricos, levantou-se, talvez, do seu leito de insônias, assombrado pelo vulto de Montezuma, sacrificado bàrbaramente pelos espanhóis; e, se nesse momento a consciência lhe falou, disse-lhe, provàvelmente, que o asteca civilizado não faria mais do que deixar que êsse sangue corresse sôbre a terra inculta, na qual se finara o mais ingênuo dos representantes da sua raça.

Acrescenta Pétin, o qual não é suspeito na matéria, que a guerra feita ao México "era uma guerra feita ao continente americano".

O êxito seria uma porta aberta a aventuras muito mais graves. O Peru e o Chile o compreenderam logo. Os Estados Unidos não se deixaram cegar [17].

O que mais devia ter impressionado as nações latinas era a figura dêsse judeu Jecker, propositadamente naturalizado cidadão francês, para funcionar como homem *instrumental* dentro do aparelho das reclamações diplomáticas. O aparecimento dêsse banqueiro, pai dos *grafters,* que posteriormente invadiram os negócios de caráter cosmopolita, foi como a criação de um instituto, que se deveria converter, adiante, no código civilizador das nacionalidades *caloteiras.*

Do perigo do Império de Maximiliano livraram-se os Estados Unidos muito fàcilmente pela simples ação mecânica da lei de Monroe.

A 4 de abril de 1864, a Câmara dos Representantes, em Washington, votava por unanimidade uma moção concebida nestes têrmos:

> O Congresso dos Estados Unidos não deseja, por seu silêncio, que as nações do mundo mantenham a ilusão de que êle se conserva como espectador indiferente dos deploráveis acontecimentos que se desen-

---

[17] Pétin, *Les Etats-Unis et la doctrine Monroe,* p. 188.

> volvem atualmente no México. O Congresso julga, pois, oportuno declarar que ao povo dos Estados Unidos não convém reconhecer um Govêrno monárquico, levantado sôbre as ruínas de um govêrno republicano na América, sob os auspícios de uma qualquer potência européia.

O golpe estava dado, Maximiliano não foi reconhecido.

> Os embaixadores e cônsules do Império, diz Edgington, foram tratados como simples particulares, e não se lhes permitia assinarem atos em forma oficial. Os ministros, cônsules e outros oficiais de Juárez foram reconhecidos e devidamente acreditados perante o Govêrno Mexicano. Enquanto, entre Seward e o Govêrno francês, trocava-se uma nutrida correspondência, os Estados Unidos mandavam um corpo de exército, sob o comando de Sheridan, para Texas, nas proximidades do México.
>
> O objeto ostensivo dessa operação era garantir a neutralidade entre o Govêrno e as autoridades mexicanas e manter a paz no Texas. Mas o fim real da expedição era prevenir a hipótese de fracasso das negociações com a França; neste caso, os Estados Unidos disporiam de uma fôrça respeitável na fronteira do México, que poderia ser mobilizada com grande celeridade, juntar-se às fôrças de Juárez e esmagar os franceses e partidários de Maximiliano por um golpe súbito e decisivo.[18]

Depois disto, o que mais podia esperar a França? O Império estava virtualmente morto. As tropas francesas evacuaram. Benito Juárez fêz ressuscitar o México. A execução do desventurado Maximiliano poderia ter sido evitada; mas o democrata, sem preconceitos, quis, porventura, convencer a parte do povo mexicano que os frades traziam embaída na crença do direito divino de que não existem ungidos do Senhor. O argumento era sangrento, mas concreto e perfeitamente inteligível para as massas ignorantes que não sabem raciocinar.

O caso de Maximiliano provou, pois, a incompatibilidade da América com o regime dinástico e a existência de uma fôrça orgânica contra a qual não seriam mais viáveis tentativas semelhantes.

Pela primeira vez, pondera o Capitão Mahan, com aquela perspicuidade de historiador filósofo que deu fama ao seu livro *Influência do Poder Marítimo Sôbre a História,* viu-se, por ocasião da guerra franco-americana, o resultado positivo da doutrina de Monroe. "Os Estados Unidos obtiveram, por pressão, a restituição do govêrno americano a um território americano, não exigindo outra compensação além da satisfação daquele princípio".

A violência feita à integridade e solidariedade do Nôvo Mundo era tão manifesta, tão escandalosa, tão impudente, que a grande

---

[18] Edgington, *The Monroe doctrine,* p. 124.

República se impôs a função de órgão executor da doutrina, sem a mínima quebra de princípios adotados e aceitos pelas outras nações do continente. Viu-se, então, tôda a fôrça do monroísmo, — fôrça virtual, espontânea, eliminatória, diante da qual sucumbiram os mais refinados sofismas do direito de conquista.

Maximiliano foi fuzilado, e a França, depois, fêz de Bazaine o que nós sabemos. O judeu Jecker encontrou na guilhotina, em 1871, em Paris, o prêmio das suas habilíssimas operações bancárias.

A passagem, todavia, dêste último pelas chancelarias européias deixou um rasto que ainda não se pôde dissipar. Foi êle quem ensinou a executar dívidas particulares, nacionalizando-as para justificar o emprêgo das reclamações *manu militari*.

X

Todos os autores que se têm ocupado com a doutrina de Monroe são de opinião que o caso do México proporcionou a mais justa aplicação daquele princípio aos interêsses políticos do continente americano.

Pétin, apesar de sua pouca simpatia pela doutrina, assinala os caracteres da luta empreendida pelo tresloucado Napoleão III num documento de valor: a carta dirigida por aquêle soberano ao General Forey:

"A França estenderia a sua benéfica influência até aos centros da América, e essa influência irradiaria para o norte e para o sul, criaria imensos mercados ao nosso comércio e aliciaria os materiais necessários às indústrias, ao mesmo tempo que o Príncipe elevado ao trono do México se sentiria forçado a proteger os interêsses da França, não só por gratidão, mas também por interêsse próprio e pelas dependências em que ficaria para com a nação libertadora".

No parecer de Pétin, o Imperador discernira tudo quanto se continha de antieuropeu na declaração de 1823; e no meio dos seus sonhos surgiu a idéia de confederar as nações latinas contra as anglo-saxônias. O primeiro passo para a realização de semelhante pesadelo era a fundação de uma monarquia latina no México, com a qual a Europa pudesse contar em futuras emergências.

"Os Estados Unidos", acrescenta o mesmo autor, "tinham invocado aquela doutrina desde o comêço da guerra, levantando-se contra a intervenção européia, recusando associarem-se a ela e protestando, finalmente, contra o estabelecimento de um govêrno monárquico. Em ambos os casos fêz-se uma aplicação exata da doutrina de Monroe. Os Estados Unidos respeitaram os direitos do povo mexicano e se constituíram seus defensores. Não era a dou-

trina de Polk, era a própria doutrina de Monroe, a da Mensagem de 1823, que êles simplesmente invocavam. Assim, reflorida por uma sã e justa interpretação, a doutrina de Monroe adquiria fôrças novas. E se bem que na questão de São Domingos ela não fôsse bem sucedida, posteriormente ergueu-se e triunfou em tôdas as suas aplicações" [19].

Se é verdade, porém, como diz o autor citado, que, com a vitória de Juárez, a doutrina de Monroe teve a mais franca e brilhante consagração, não é menos certo que, no conflito anglo-venezuelano, essa doutrina encontrou ensejo para pôr à prova a interpretação de Polk.

O incidente de 1895 aparece com um caráter tenso e belicoso; e a mensagem de Cleveland ressente-se de violências de linguagem. Mas tudo quanto então se fêz exprimia exatamente o sentimento popular da grande República; e o que mais é, entendia com o desenvolvimento das leis históricas que presidiam a libertação da América.

Os publicistas que têm procurado paralisar o monrosímo arrebatam-lhe a sua maior virtude. O princípio contido na declaração de 1823 devia funcionar como arma de defesa imediata, conversível em instrumento de progresso, nunca em obstáculo à vida da nação.

Pretender que os Estados Unidos estacassem diante de um fantasma criado por êles mesmos, e que depois os seus estadistas transformassem êsse instrumento em freio ao próprio desenvolvimento, em *impeachment* às suas mais legítimas aspirações, seria subtrair a história daquele povo às leis universais e condená-lo à mais crassa indiferença diante do progresso das nações, justamente no período em que estas, por seus juristas, se unem num comum esfôrço para promover a paz intercontinental.

E não pode aceitar-se com outra significação o discurso proferido pelo Presidente Roosevelt em 30 de abril de 1903, na inauguração da Exposição Universal de S. Luís.

As suas palavras, não só nesse discurso, mas também na Mensagem de 1904, demonstram que nenhum presidente teve sentimento tão agudo do momento histórico e da influência benéfica que a grande República poderia exercer na diplomacia, acelerando a resolução do problema do desarmamento.

Essa concepção, porém, não o cegou, a ponto de fazer esquecer o que aquela nação devia a si mesma em vigilância contra as resistências que a sua irrupção no concêrto das nações forçosamente devia suscitar.

---

[19] Pétin, *Les Etats-Unis et la doctrine de Monroe*, p. 199.

As nações não são abstrações. Vivem; desenvolvem fôrça, agem. A sua vida não depende tanto da constituição escrita pelos seus fundadores como do território, dependente, por sua vez, dos contatos de fronteiras e dos mares que as banham e veiculam o seu progresso exterior.

A integração do território da grande República é recente, e essa integração realizou-se, por motivos especiais de ordem topográfica, segundo processos inteiramente diferentes dos que foram utilizados pelas outras nações americanas.

Quando a nação chegou ao estado adulto, sentiu que ocupava dois oceanos interceptados por um istmo que não fazia parte do seu território. Semelhante desamparo geográfico, de importância capital para o futuro do país, só muito tarde veio a se manifestar na História, sob a forma das complicações determinadas pelos projetos de um canal interoceânico. Tais complicações deviam acentuar-se, articulando-se, por um nexo fundamental, à sorte do gôlfo do México.

Ora, êsse gôlfo tem sido comparado, no que entende com a sua influência histórica, ao Mediterrâneo.

> As circunstâncias, diz o Capitão Mahan, permitiram que o Mediterrâneo representasse, na história do mundo, não só no ponto de vista comercial como no militar, papel mais saliente do que qualquer outro de igual extensão. As nações sucessivamente procuraram dominá-lo. E a disputa não terminou ainda... As analogias existentes entre êsse mar e o dos Caraíbas são surpreendentes, e continuarão a sê-lo se o ístmo de Panamá não fôr rasgado. Se, porém, verificar-se essa hipótese, a posição geográfica dos Estados Unidos com relação ao canal da América Central terá outro alcance. O mar dos Caraíbas, deixando de ser um *terminus*, converter-se-á num dos grandes caminhos do mundo. Por êsse caminho circulará um comércio importante, aproximando de nossos litorais, mais do que nunca, os interêsses das outras grandes nações, das nações européias. Isto pôsto, aos Estados Unidos não será mais, como dantes, permitido conservarem-se estranhos às complicações internacionais. A sua posição, relativamente a êsse caminho, será a mesma que a da Inglaterra no que é concernente à Mancha, ou a dos países banhados pelo Mediterrâneo e tributários da passagem de Suez. Quanto à supremacia exercida sôbre êsse mar, e dependente da situação geográfica, não dissimulo que ela - indicada pela proximidade dos Estados Unidos, constituindo, como parece evidente, a base permanente do seu poder nacional. As posições ocupadas, ou que vierem a sê-lo, pelas nações européias, nas ilhas ou no continente, não passarão, seja qual fôr a sua fôrça, de postos avançados do respetivo poder central. Em elementos para a guerra, nenhum povo dispõe de tão fartos recursos como os Estados Unidos. Aliás, é preciso reconhecer que a sua proximidade geográfica do ponto disputado perde um pouco de valor em razão da natureza da costa do gôlfo do México, onde não se encontram portos, reunindo à segurança a facilidade indispensável para a reparação de navios de primeira ordem, sem os quais nação alguma pode pretender a supremacia neste ou naquele mar. No caso em que esta supremacia fôsse

disputada no mar dos Caraíbas, é evidente, tendo-se em conta a profundidade do canal ao sul do Mississípi, a vizinhança de Nova Orleans e as vantagens dos transportes por água no vale do Mississípi, é evidente, repetimos, que o esfôrço do país se há de exercer acompanhando o curso daquele vale. Aí se fixará a base permanente de operações. No entanto, a defesa da entrada do Mississípi apresenta dificuldades particulares, ao mesmo tempo que os dois portos rivais, Key West e Pensacola, são pouco profundos e ficam ainda em pior situação para utilizarem os recursos do país. Tais deficiências terão de ser supridas para que os Estados Unidos não percam as vantagens geográficas. A sua preponderância nas regiões a que nos referimos resultará, pois, com precisão matemática, da situação geográfica indicada, contanto que a entrada e a saída do Mississípi sejam suficientemente protegidas por meio de postos avançados que garantam não só as comunicações entre si, mas também, com a mãe-pátria, em uma palavra, que a preparação militar, cujos elementos já existem, seja, afinal, completada.

As palavras que acabo de transcrever são decisivas. Elas explicam a marcha da diplomacia americana e são o mais completo comentário à doutrina Monroe. E, quem meditar calmamente sôbre os fatos posteriores à presidência de Polk, não tardará em convencer-se de que o desenvolvimento da tese proposta por êste estadista nunca versou sôbre a expansão da grande república em rumo à América do Sul, mas, fiel ao conceito inicial de Monroe, postos de lado erros acidentais sem importância para o movimento de libertação dos continentes americanos, trouxe sempre os seus grandes políticos preocupados com a defesa dos mares de que dependia a própria segurança interna do país.

Durante o período, portanto, a que aludo, a doutrina de Monroe, em coincidência com o movimento determinado pelas leis de ordem geográfica, adquirindo novas fôrças e uma vitalidade formidável, facultou aos americanos do norte um instrumento dúctil com que corrigissem os defeitos do seu litoral no gôlfo do México, cuja fraqueza a guerra de secessão pusera em evidência, e abrigassem o vale do Mississípi de ser trancado por esquadras européias coligadas.

XI

Reconhecidos como verdadeiros os fenômenos acima assinalados, seria estranhável que os Estados Unidos se conservassem de braços cruzados diante do conflito anglo-venezuelano.

A questão de limites era uma questão secundária. Os americanos viram logo as conseqüências da expansão territorial da Inglaterra no litoral do mar das Antilhas. A nação vibrou de um extremo a outro; e, obedecendo ao sentimento patriótico de seu país, o Presidente Cleveland julgou traduzi-lo fielmente notificando, na Men-

sagem de dezembro de 1895, o perigo que resultaria do alargamento das fronteiras das possessões inglêsas na América para paz e garantia dos Estados Unidos e integridade de suas instituições livres.

"Se uma potência européia", dizia Cleveland, "por uma expansão dos seus limites, se apodera do território de uma das nossas repúblicas vizinhas, contra a vontade desta e em menosprezo dos seus direitos, é difícil ver como, neste caso, essa potência européia não procura com isso estender o seu sistema de govêrno àquela parte do continente que é assim tomada".

Noticiando êste acontecimento, um telegrama de Washington para o *Times* de Londres, datado de 18 de dezembro, exprimiu-se nos seguintes têrmos:

> A Mensagem foi ouvida com a maior atenção quando lida no Senado, estando presentes quase todos os membros desta casa do Congresso. Ao terminar a leitura, foi ela coberta por uma unânime salva de palmas. Essa cena foi uma coisa nova no Senado, onde os senadores raramente dão expansão aos seus sentimentos.
>
> Na Câmara dos Representantes, quando a Mensagem apareceu, já era conhecida, por ter sido publicada nos jornais da tarde; os democratas foram unânimes nas suas expansões de aprovação; os congressistas republicanos foram mais parcos nas suas apreciações.
>
> No Senado, depois de encerrada a sessão, os senadores reuniram-se nas ante-salas discutindo a Mensagem presidencial. O Senador Davis, da Comissão de Relações Exteriores, externou a opinião de que o Presidente se havia mostrado na altura de uma oportunidade que há muitos anos não aparecera a outro Presidente. A linguagem de Cleveland era repassada de grande dignidade, de vigor e de exatidão, e êle expusera a doutrina Monroe como a haviam compreendido os americanos durante 70 anos.
>
> O Senador Teller disse que as palavras finais da Mensagem tinham um tom verdadeiramente americano.
>
> Bryce declarou que o Presidente seria cordialmente sustentado pelos dois partidos.[20]

Muito se discutiu, então, o êrro atribuído a Cleveland, de ter subtraído a questão à diplomacia para entregá-la ao Congresso, como se a pátria estivesse em perigo; e tôdas as opiniões adversas ao Presidente trabalharam em tôrno dos conceitos jurídicos de Carter, o chefe do fôro de Nova York, e de professôres, que se mantinham nos limites estritos do direito internacional.

A doutrina de Monroe, porém, constituía mais um sentimento americano do que uma regra sujeita ao desenvolvimento didático de leituras universitárias. Era a própria vida nacional, e tinha as

---

[20] T. Mahan, *Influence de la puissance maritime dans l'histoire*, p. 45. Trad. Boisse.

suas raízes em repetidas tentativas de desagregação, por influência estrangeira, do sistema político em que se firmava a América.

Os estadistas americanos, não esquecidos da humilhação do tratado Clayton-Bulwer, tiveram a sensação sobreaguda da vizinhaça da Inglaterra pelo Canadá; e não lhes foi custoso transportá-la para um outro Canadá, mas êste agora aparelhado para influir sôbre os destinos do mar das Antilhas e sôbre o futuro caminho do Pacífico.

A Mensagem de Cleveland, dêste modo, por mais violenta que se afigure, por mais discutível que possa parecer em face dos textos da doutrina de Monroe, se apresenta como um ato de previsão internacional em inteira conformidade com o espírito da Mensagem de 1823, que se resume em excluir a influência das potências européias dos negócios políticos do Nôvo Mundo.

É neste sentido que se deve considerar a doutrina como um instrumento de paz; porque a guerra continuará engatilhada entre os dois continentes enquando a Europa não se convencer da necessidade de retirar-se da América, libertando as atuais colônias da sua tutela e dos seus desígnios antiamericanos.

No desenvolvimento histórico da doutrina, não são, pois, para desprezar-se as palavras do Ministro americano Olney, em resposta a Lorde Salisbury:

"Ninguém pode negar que a distância de três mil milhas do oceano, entre um Estado europeu e a América, torna qualquer ligação permanente entre êles, não só não natural como inconveniente. Estas considerações físicas e geográficas são, porém, as de menos monta quando se trata de tais uniões. Como bem observou Washington, a Europa tem interêsses primordiais, que lhe são peculiares, e em que a América não se deve imiscuir. Assim, as potências européias sustentam enormes exércitos e marinhas em defesa própria e para se protegerem umas contra outras. Os Estados da América nada têm que ver com êsse estado de coisas, nem se devem esgotar com guerras e preparativos militares cujas causas não lhes concernem.

"A Europa é, no todo, monárquica; e, com a única exceção da República Francesa, está ligada ao princípio monárquico. Por outro lado, a América é animada pelo princípio exatamente oposto de que cada povo tem o direito de governar-se a si mesmo. Nos Estados Unidos êste princípio tem dado ao mundo o exemplo mais frisante, a prova mais cabal da excelência das instituições livres, consideradas já do ponto de vista da grandeza nacional, já da felicidade individual... Assim, se esta intrusão, à fôrça, de Estados europeus deve sofrer resistência e ser impedida, é natural que a iniciativa do movimento caiba aos Estados Unidos."

Na opinião de Olney, pois, não podiam os americanos deixar de ver na relutância inglêsa uma agressão disfarçada à própria estrutura democrática do continente.

E acrescentava: "Os Estados da América do Norte, como os do Sul, pela proximidade geográfica, pela simpatia natural, pela similaridade das Constituições, são comercial e polìticamente amigos e aliados dos Estados Unidos. Permitir que qualquer dêles seja submetido ao jugo de uma potência européia é transtornar aquela situação, é perder as vantagens proporcionadas pelas alianças naturais dêste continente. E não é tudo. O povo dos Estados Unidos tem interêsse profundo em sustentar o govêrno popular, cujo direito assegurou a si e às gerações vindouras à custa de muito sangue e de muito dinheiro".

Se naquela emergência não tivesse aplicação, conforme pretendia Lorde Salisbury, o princípio de Monroe, não seria de admirar que em pouco tempo a América do Sul fôsse o teatro das mesmas lutas que se desenrolam em outros continentes, e que, a exemplo do que se observa na África, a título de civilização, se tentasse a partilha dos respetivos Estados; o que seria de conseqüências desastrosas para a própria União Americana.

"E nem valem", conclui Olney, "para o sossêgo do govêrno de Washington, os protestos de amizade das potências européias, quando o povo americano sabe que as relações internacionais não dependem de princípios, mas de interêsses egoístas, e não se esquece, ainda de que, em hora de grande perigo e profundas apreensões, os Estados Unidos receberam manifestações de má vontade de potências com as quais por muito tempo haviam mantido as mais amistosas relações.

"Não se esquece de como se procurou estabelecer um império no México, e está convencido de que, se a França ou a Grã-Bretanha tivesse possessões importantes na América do Sul, procuraria a todo o transe acabar com o predomínio dos Estados Unidos neste hemisfério, destruindo a sua integridade".

Nestas condições, como poderia aquêle govêrno deixar de lado a regra de Monroe?

Felizmente, não o deixou. A Inglaterra, que pretendia ser ouvida como potência americana, preferiu aceitar o arbitramento, e, do mesmo modo que, em 1823, a Santa Aliança recuou dos seus planos sôbre a América a uma simples injunção do Presidente Monroe, vimos, em 1896, a mais poderosa nação do Velho Mundo capitular perante a nova fôrça que o monroísmo organizava nas Américas.

Por êste modo verifica-se que uma nova era se abriu para o progresso autonômico dos povos que prosperam dêste lado do Atlântico.

Afirma Edgington que a coerção exercida sôbre a Grã-Bretanha para que admitisse como solução ao conflito o arbitramento, que, aliás, garroteava as suas tendências expansionistas no litoral do mar das Antilhas, constituindo uma nova aplicação da doutrina de Monroe, sobressaltou a Europa, não só em face da autoridade que assumia êsse princípio, mas também pelas próximas futuras aplicações que a doutrina poderia ocasionar [21].

A proposição não é destituída de fundamento, contanto que se atribua essa coerção à lógica inelutável dos fatos.

A expulsão da Espanha das Antilhas já se delineava nos horizontes da vida americana; e a Inglaterra, em tempo, percebeu que seria imprudência imperdoável manter intuitos de potência continental no meio do tumulto americano.

---

[21] Edgington, *The Monroe doctrine*, p. 131.

DIÁLOGOS DAS NOVAS GRANDEZAS DO BRASIL

PUBLICAÇÃO EM TRÊS SÉRIES, ASSINADA COM O PSEUDÔNIMO COSME VELHO: A PRIMEIRA, ENFEIXADA EM LIVRO, EDITADO NO RIO DE JANEIRO, TIP. DO *JORNAL DO COMÉRCIO*, 1909, 132 PP., E ESCRITA ENTRE 1898 E 1908, CONFORME VAI INDICADO EM CADA CAPÍTULO: A SEGUNDA, ESTAMPADA NO *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 20 NOVEMBRO 1910, DATADA DE JANEIRO DE 1910; A TERCEIRA, INSERTA AINDA NO *JORNAL DO COMÉRCIO*, RIO DE JANEIRO, 25 DEZEMBRO 1910, DATADA DE NOVEMBRO DO MESMO ANO. PARA EFEITO DE REPRODUÇÃO, FORAM DESIGNADAS AQUI COMO I, II E III SÉRIES, EM ORDEM CRONOLÓGICA.

[PRIMEIRA SÉRIE]

I

RUI BARBOSA: ANTEU OU BRIAREU?

Ainda se conservam vivas, como de ontem, as impressões da festa literária que, no seu dia natalício, Brasilino Dias *, o fino diletante conhecido de tôda a sociedade fluminense, ofereceu aos amigos nos salões do seu encantado palacete das Laranjeiras.

A reunião, embora íntima, foi suntuosa; já se vê que o luxo não devia ferir o gôsto do anfitrião, o qual, como se sabe, reúne às qualidades de um espírito educado à moderna, índole comparável à daquele célebre romano que se chamou Ático. Seu enorme poder de assimilação não lhe permite ser estranho a nada que se refira à vida das sociedades antigas e modernas. Para que se compreenda quanto é exata a semelhança da sua fisionomia com a do íntimo de Cícero, basta dizer que êle, rastejando pelos seus sessenta anos de idade, atravessou a revolução e todos os motins políticos, sem quebra da amizade de indivíduos pertencentes às *coteries* literárias e aos credos políticos mais opostos.

Brasilino Dias é o que se pode chamar rigorosamente um intelectual, mas um intelectual prático, cuja fôrça reside em singulares e extraordinárias faculdades de previsão. Os seus conhecimentos são universais.

Uma fortuna bem aplicada deu-lhe ensejo de viajar. Hoje, a par de uma cultura científica e literária invejável, de um gôsto artístico apurado, pois é músico, pintor e até escultor, possui observações próprias no campo da economia política e da finança e, se quisesse, poderia exercer o cargo de ministro da fazenda, dando lições aos mais pintados. O seu horror à política o tem, todavia, afastado de imiscuir-se nos negócios públicos. Isto, porém, não o impede de dar conselhos a muita gente; e mais de um amigo deve ao seu tino a reconstrução de seus negócios particulares. Enfim, Brasilino Dias é uma dessas naturezas privilegiadas, a cuja serenidade todo mundo acha prazer em acolher-se, e cujo bom-senso e bondade nativa saram,

---

* Personagem não identificado. José Carlos Rodrigues (?).

só pelo contato, os desgostosos da vida e os agitados pelas torturas do ideal. E digam que a cultura nacional não produziu até agora senão bananas!

Não se descreve o luxo com que estava ornamentado o palacete em que se celebrava a festa aniversária, porque não é a primeira vez que o nosso anfitrião abre os seus salões. O do banquete achava-se preparado sòbriamente. Um quer que seja de simplicidade grega nos adornos; algum excesso de panejamento na pintura muito branca, apenas tonificada por azul e tênues douraduras. Móveis de laca branca, um dos *tics* de Brasilino, e serviço de cristal. Poucos acepipes; abundância de frutas do país e passas do Oriente; vinhos italianos e húngaros; Samos, Chipre, deliciosos.

Não tendo família, e vivendo no meio dêsse luxo modulado e um tanto arcaico, Brasilino Dias fazia, êle mesmo, as honras da casa. No seu trato, sem perda do verniz moderno, há alguma coisa que lembra uma hospedagem de beneditino dos bons tempos. A sua conversa não se impõe; flutua no aconchego dos amigos, e o agrado, não sendo obsedante, monopoliza as atenções dos mais indiferentes. Todavia, Brasilino Dias não se antecipa; sempre recatado no seu princípio de ampla liberdade, nunca solicita essa atenção. Os convivas, de ordinário, forçam-no a falar.

Não é propósito dar aqui a descrição dessa festa, que deixou Cosme Velho para tôda a vida cativo da candura de tão fascinante espírito.

Incumbam-se outros de contar o que houve de mais notável na parte artística e na culinária; digam êles o que fizeram os amado res e profissionais que lá estiveram e a execução das obras dos mestres Bach, Beethoven, Wagner e Saint-Saëns. Cosme reproduz o que ouviu na mesa, depois de saudado o anfitrião, relativamente a alguns * homens do Brasil, logo que se entornou o Champagne, e, ao sinal do dono da casa, pôde a conversa generalizar-se.

Coubera a Cosme Velho assentar-se entre o folhetinista J. Guerra e o muito querido Luciano de Medina. Perto, estavam Artur Aguinaldo, o comediógrafo da moda, Raulino Palma, João Rivas, Sousa Alemão, Rodrigues Barbalho e Valério Guimarães. Mas, o chefe da literatura nacional, o impecável prosador Calado Moniz **.

---

* No original estava *àlguns*.

** Luciano de Medina: Lúcio de Mendonça; J. Guerra: Joaquim Serra (?): Artur Aguinaldo: Artur Azevedo; Raulino Palma: Raul Pompéia; João Rivas: João Ribeiro; Sousa Alemão: Inglês de Sousa (?); Rodrigues Barbalho: Rodrigues Barbosa; Valério Guimarães: Valentim Magalhães; Calado Moniz: Machado de Assis.

Os demais convivas eram portadores dos nomes de quase todos os artistas e poetas que a imprensa diária ocupa ou festeja: Olinto Bergerac, Aurélio Nabor, José Vereza, Coelho Nova, V. de Tambaqui, o escultor Rafaeli, o pintor Rodolfo Amado, Leopoldo Sanchez *, e outros distintos cavalheiros que, não sendo artistas, ornamentam, contudo, os banquetes nacionais.

Foi justamente no grupo cujos centros eram Cosme e Palma que se acendeu primeiro o facho da palestra. Rompeu a marcha o trêfego Raulino.

Artur Aguinaldo, cujo espírito nunca deixa passar ocasião de associar as grandes imposturas desta terra, dizia que Martins Pena era o maior poeta do Brasil, porquanto ninguém, até hoje, entrara tão fundo na alma do povo brasileiro.

– Não temos povo, retorquiu Raulino Palma. Escravos até 1888! Mascates, nas cidades, senhores de engenho, no Norte; fazendeiros e monarcas de coxilhas, no Sul; o povo, sòmente em 1894 começou a ser forjado. Como, pois, em 1856, podia o autor do *Judas em Sábado de Aleluia* entrar nessa alma que não existia?

Artur Aguinaldo sorriu maliciosamente e disse:

– Eu te compreendo, meu fulano... De filosofias, de certo, não entendo; mas quer me parecer que vocês, à fôrça de sistemas, acabam por adiar tudo para a liquidação do vale de Josafá. Ah! bem sei que, nesse esperado dia de juízo, haverá muito filósofo de hoje atrapalhado em restituir a Spinoza o que lhe surripiou sem cerimônias.

– Spinoza era judeu. É mais provável que seja êle quem haja de fazer restituições. Que tem, entretanto, Spinoza com o comediógrafo Pena e com a alma do povo brasileiro?

– É que eu penso que alguém julga as minhas revistas inspiradas no Pena.

– *Va sans dire!* Mas fiquem certos de que nunca é tarde para corrigir enganos que afetam a estrutura social do Brasil. A alma do povo brasileiro está, neste momento, escondida em meia dúzia de homens corajosos, muitos dêles sem nomenclatura, pelo menos conhecida...

As idéias extremadas de Raulino Palma puseram um colorido rubro nos primeiros apartes, que partiram do V. de Tambaqui,

* Olinto Bergerac: Olavo Bilac: Aurélio Nabor: Joaquim Nabuco; José Vereza: José Veríssimo; Coelho Nova: Coelho Neto; V. de Tambaqui: Visconde de Taunay; Rafaeli: Bernardelli: Rodolfo Amado: Rodolfo Amoedo; Leopoldo Sanchez: Leopoldo Miguez (?); Urbino Daltro: Urbano Duarte. Não identificados: Agripino Simões, Cosme Peixoto, Cosme de Morais, Basílio Côrtes.

o mais eloqüente contador de anedotas que existe no Rio de Janeiro.

— O Raulino Palma, com as suas doutrinas extravagantes, o que pretende é dar a todos nós o colar vermelho de Maria Antonieta. Esta sua alma brasileira é o germe da anarquia.

Brasilino interveio logo com um sinal; e a sociologia rubra retirou-se da conversa um tanto espevitada.

Houve, então, quem se lembrasse de perguntar qual era, na atual situação do país, sob o ponto de vista jurídico e social, a cabeça representativa do Brasil. Esta imprudente interrogação foi posta por Coelho Nova, que é fértil em problemas desta natureza.

— Qual o homem representativo do Brasil sob o ponto de vista do direito e dos estudos políticos?

J. Guerra deu um aparte ferino:

— Isto importa o mesmo que inquirir quem é mais valente, se Silva-César ou Sousa-Napoleão!

Risadas: mas nem por isso a proposta deixou de ser tomada em consideração.

O V. de Tambaqui disse que tínhamos um homem capaz de suportar êsse pesado encargo sem toscanejar. Êsse homem era Rui Barbosa.

Seguiu-se a bruaá característico das discussões entre brasileiros.

— E o Lafaiete?!!!

— Assis Brasil!

— Clóvis Beviláqua!

E outros nomes, tanto do antigo como do nôvo regime, se fizeram ouvir disparatadamente.

— Quem pronunciou o nome de Lafaiete, perguntou o anfitrião, pondo ordem no ataque.

— Eu, disse Luciano de Medina, incontestàvelmente, de todos os presentes, o mais competente para fazer a seleção na parte jurídica. Sustento que o Lafaiete sobreleva a Rui Barbosa.

— Não sobreleva, não, senhor, retorquiu o V. de Tambaqui. Rui Barbosa é muito homem para triunfar do impossível, do Estado-Maior do Exército Francês, por exemplo, tais e tão formidáveis são os seus recursos dialéticos. Estou certo que, se lhe dessem o *Jornal,* por seis meses, para mover a campanha da restauração, êle conseguiria torná-la uma realidade no fim dêsse período, a menos que a abóbada celeste não desabasse sôbre nós.

Luciano de Medina sorriu dessa ingenuidade sociológica e acrescentou:

— Homem, isto faz-me lembrar uma anedota que li algures, se não me engano, nas notas de Naigeon, edição das obras comple-

tas de Diderot, relativamente a um grande ator francês, que fazia realçar de modo extraordinário ínfimos papéis das peças de Cailhava: "Com a breca! êsse ator seria capaz de representar o *Padre Nosso* com êxito igual ao de qualquer tragédia de Voltaire". Hoje, no tom de Fígaro, amanhã, no de Tartufo.

O V. de Tambaqui não se deu por vencido.

— Ora aí vem você com Cailhava. Pois saiba que o Rui seria muito homem para compor uma missa de *Requiem* igual à do Padre José Maurício.

Gargalhadas gerais.

A opinião de Brasilino foi solicitada insistentemente. O anfitrião, silencioso, sorria, de vez em quando, sem soltar palavra nem gesto de aprovação ou reprovação. Continuou calado.

— Quanto a mim, prosseguiu Luciano de Medina, o cérebro mais forte que existe no Brasil é o do Lafaiete. Não me refiro só ao jurista emérito, claro, conciso, de doutrina incontestável, que todos reconhecem, mas também ao homem de espírito, ao homem que, em qualquer parte do mundo, considerar-se-ia um astro de primeira grandeza. Quem já conversou melhor do que êsse homem; mais variadamente, com menos pedantismo, apesar da copiosidade dos seus conhecimentos? Quem, como êle, já soube emitir ironias e ditos agudos sôbre a nossa vida social? Rival de Fígaro na untuosidade prática, reúne a essa qualidade o florentinismo de Rivarol. Lafaiete é o brasileiro que mais tem cunhado e emitido medalhas-epigramas para condecorar os vulgares desta terra, ou os seus adversários. Não há quem tenha se esquecido do que êle fêz no Parlamento quando dirigia os destinos do país. Fascinava o Imperador, ao mesmo tempo que paralisava o seu partido e enchia de ridículo os que o atacavam. Não vejo espírito mais forte, nem mais engenhoso. Se o caricaturasse, desenharia Maquiavel com as roupas e a cabeleira de Molière, narrando uma graciosa fábula de La Fontaine. Retirem, pois, as suas candidaturas. Ainda direi que o autor dos *Direitos de Família,* sôbre ser um grande céptico, do feitio de Renan, é um profundo sabedor das coisas divinas e humanas. Êle tira horóscopos e fala alta noite com os sobrenaturais. Não sei, por último, se afirmo que, se Lafaiete, nascido na Alemanha, teria escrito a obra de Nietzsche sem ficar louco.

O V. de Tambaqui protestou em têrmos sinuosos. Era estranhável tôda aquela apologia do homem, do político do segundo império que mais concorrera para a decomposição da monarquia. Na sua opinião, o Lafaiete não passava de um cartaginês mal-acabado, ora cobrindo o rosto com a máscara de Sgnanarelle, ora mostrando a lanterna mágica do macaco da fábula de La Fontaine. Dar contas de si, e da ética que professa, é que êle nunca faz.

Luciano de Medina retorquiu que as circunstâncias tinham marcado o lugar que, na política, cabia àquele homem superior. A sua missão não fôra outra senão entreter Lear e desfazer as finanças de Shylock. Enganam-se todos os que pensam que êle seja incapaz de utilizar os processos inventados desde o Ministério Olinda, transfigurados depois pelos conservadores e liberais que viviam dentro do queijo do Senado.

— Máscara!! Falam na máscara de que usam os homens de estatura? Nietzsche dizia que "é um dever de humanidade seleta respeitar as máscaras, e, ainda mais, parece de elementar prudência não fazer psicologias, nem exercer curiosidade sôbre coisas tão respeitáveis". O eminente jurisconsulto recolheu-se ao silêncio, onde rumina a sua grande obra sôbre o direito da guerra e da paz. Respeitemos êste silêncio augusto e aguardemos o crepúsculo dessa alta inteligência.

As últimas palavras de Luciano de Medina foram recebidas por um ruído ensurdecedor, no meio do qual pude apenas colhêr retalhos de frases hostis ao ex-conselheiro da monarquia. Alguns moços presentes, em nome, uns, de Comte e Spencer, outros de Kant, Schopenhauer, Haeckel, Hermann Post, outros, de Garofalo, Ferri, Tarde, Cogliolo, Impallomeni, repeliram, revoltados, a qualificação de superior conferida a Lafaiete, no seu parecer, um atrasado, um romântico, muito anterior ao próprio naturalismo.

— Como se iludem a respeito do meu gigante! Êle tem recursos para ser o que bem quiser. Lafaiete não encontraria dificuldade em ser místico, no atual momento, se o ser místico pudesse dar-lhe um prazer intelectual.

Cosme Velho conseguiu, enfim, falar. Era apologista de Assis Brasil. Felizmente, o autor da *República Federal* não sofreu grande opugnação, e foi aceito pelo círculo que ali estava a diplomar os gênios brasileiros. Êle não comparou o diplomata, que, ùltimamente, foi as delícias do Rei dos Portuguêses, com o ex-conselheiro do Império, mas pôs-se a cotejar o perfil filosófico do jovem publicista com o de Rui Barbosa.

Com efeito, no terraço das escolas, quanto ao crítico, Rui Barbosa não faria senão uma péssima figura. O que Assis Brasil era, todos sabiam: — um evolucionista educado primorosamente nas páginas de Spencer, só escrevendo depois de largas meditações, sóbrio nas proporções dos livros que publica, procurando a clareza como meio de convencer, orgulhoso da sua fôrça, mas tendo como objetivo fazer vingar a idéia antes de ser admirado. Os seus livros *Democracia Representativa* e *Regime Presidencial* dão a im-

pressão justa de um espírito que marcha sem malícia, certo do ponto onde chegará; tranqüilo, desanuviado, satisfeito do próprio esfôrço.

Outro tanto não se encontra na alma, nem no *modus faciendi* do autor das *Cartas de Inglaterra*.

Houvera, no princípio da sua vida pròpriamente de publicista, isto por volta de 1878, um movimento de filosofia voltairiana, infestada dos processos de eloqüência dessa tribuna francesa que tinha um ôlho em Proudhon e outro em Macaulay, ou, para melhor dizer, no parlamentarismo inglês. Êsse movimento se traduzira no volumoso livro *O Papa e o Concílio*, em que o autor mostrou, pela primeira vez, de modo solene, a sua repugnância à concisão, à sobriedade e a tôdas essas virtudes que o grande Quintiliano recomendava. Êste livro é uma pororoca amazônica, que nos embrulha, durante a leitura, em novêlo de citações, opiniões inúmeras, de envolta com um vago critério regalista. No rugir do período bombástico, no espumar da onda do estilo encapelado, uma vez por outra, vê-se surgirem, torturados pela revolta da frase, membros de algum filósofo do século XVIII.

O tom herético, que tinha feito a fortuna de tal obra, graças à incandescência deixada pela questão dos maçons e os bispos, dissipou-se com o tempo, mesmo porque era impossível a um homem de talento conservá-lo depois da propaganda realizada por Tobias Barreto e outros, e que deu entrada no Brasil ao positivismo, ao evolucionismo e aos dialetos da filosofia experimental. Que orientação, porém, depois de tal defecção, deu Rui Barbosa a essa alma entusiasta? Eis o mistério! Anteu é o nome com que o batizam agora; Briareu, porém, parece que mais lhe assenta; e se já houve quem descortinasse o eixo das suas idéias, que êste feliz se apresente e diga: aqui têm a chave do talento de Rui Barbosa. Calculadamente, ou por fôrça de temperamento, o que é certo é que êsse gigante, embora de volume considerável, torna-se impalpável, e nunca deixa por onde se lhe pegue, não por escorregadio, mas porque não há mão que o abarque.

Êsse discurso causou um grande escândalo no espírito dos que julgam Rui Barbosa um verdadeiro Anteu.

Os seus protestos, porém, assanharam o espírito epigramático de Cosme Velho.

— Meus amigos, tornou êste, não recuso provar tudo quanto disse. Só há, para mim, uma dificuldade, que é conciliar êsse briareísmo do orador baiano com a fôrça de vontade que todos reconhecemos em Rui Barbosa. Em Briareu havia certa inconsciência

grandiosa, na qual a mítica dos gregos pusera uma interpretação e buscara um símbolo unificador da variedade dos instintos da humanidade.

Rui Barbosa acha-se a mil estádios dessa concreção. Seu espírito é outro; e a sua alma poderia considerar-se uma revivescência da de Carnéades. Êle é o maior sofista que tem insuflado a voz nas terras do Brasil. E nisso está a razão do deperecimento dessa mesma filosofia herética com que o vimos aparelhado há 20 anos passados.

Neste ponto, Cosme Velho emitiu uma proposição que ainda mais escandalizou os apologistas de Rui-Anteu.

Rui Barbosa seria um homem morto no dia em que adotasse uma filosofia, ou criasse um sistema seu, ou fizesse uma profissão de fé. Nesse dia, êle, com os cabelos, perderia a fôrça de Sansão; perderia a liberdade de mentir contra as leis orgânicas da vida individual e social; e a lógica, instrumento que lhe tem sido órgão tão precioso de prazeres, volver-se-ia contra êle, torturar-lhe-ia as carnes como tenazes em fogo manejadas pelas mãos de seus adversários implacáveis e cruéis. Em suma, Rui Barbosa seria um sofista emasculado. Eis porque o autor do *Estado de Sítio* vela com tamanho pudor e cuidado o fundo filosófico do seu espírito. E já que estamos em veia de comparações, permitam-me lembrar o contraste que apresenta o môço que atualmente encanta, no Recife, seus discípulos, pela candura de uma alma entregue inteiramente aos estudos propedêuticos do Direito.

Referia-se Cosme Velho ao cearense Clóvis Beviláqua, um jovem professor que, em obras amadurecidas, promete ser, em breve, o pontífice do direito civil brasileiro, senão também do constitucionalismo nacional.

Calaram-se todos, porque, ao piano, preludiava alguém um trecho de Bach.

Os ouvidos, perturbados até aquêle momento pelo grazinar da discussão deixaram-se de súbito, banhar pelas harmonias triunfais do inspirado que sentara-se ao piano.

O concêrto continuou, crescente de emoção.

Às 2 horas da madrugada, retiravam-se os primeiros convivas.

Ao levar até à porta o velho Cosme, o anfitrião daquela noite conseguiu que êste se comprometesse a fazer, no próximo domingo, uma conferência, cujo assunto seria ainda Rui Barbosa, estudado sob o ponto de vista da eloqüência.

1898, setembro.

II

RUI BARBOSA: BRIAREU

O domingo resplandecia. O aspecto da cidade, que, de ordinário, é tristonho, como mais de um viajante tem notado, dir-se-ia quase festivo, tal o movimento das senhoras pelas ruas e pelos bondes.

Cosme Velho não tinha esquecido a promessa feita a Brasilino Dias. Uma conferência, embora em sessão literária íntima, tratando-se de Rui Barbosa, não deixava de causar certo receio. As idéias estavam assentadas; mas a sua coordenação podia falhar no momento psicológico. Acrescia que a reputação dêsse brasileiro achava-se por tal forma firmada na opinião pública, que qualquer restrição seria recebida como sinal de desrespeito.

Cosme necessitava, pois, antes de tudo, de ser claro, para que os ignaros não fôssem supor a existência de uma intenção maligna de deprimir.

Já alguém sussurrava aos seus ouvidos que os monólitos sofrem, impassíveis, as injúrias das tempestades, ao mesmo tempo que os montões de mariscos se depositam, em holocausto à grandeza, de envolta com as areias, formando a sua base.

Lembrava-se, todavia, de que também os granitos são insensíveis, não têm alma, não têm sangue, e, na sua imobilidade, valem o que vale o raio que os fustiga.

Durante a viagem, de casa até ao Largo da Carioca, pôs-se a dividir os parágrafos da conferência. Ao tomar o elétrico, foi interrompido, nesse trabalho, pelo Rodrigues Barbalho, que se dirigia para as Laranjeiras.

Acomadaram-se no banco da frente. No imediato, iam três meninas gárrulas, cuja frescura, beleza e alegria davam ao veículo uma tonalidade de comboio das flôres vivas.

— E dizem que somos uma raça feia, refletiu Rodrigues Barbalho. Ora, estas morenitas são perfeitamente brasileiras; e não se me dá de apostar que, em qualquer parte do mundo, se não tirassem o prêmio da beleza, pelo menos obteriam o da graça petulante.

Cosme ficou sùbitamente sombrio. Aquela observação, feita justamente quando passavam pelo cais da Lapa, lembrara-lhe o malogrado Raul Pompéia.

Naquele mesmo sítio, em um dos dias mais melancólicos da revolta, conversavam sôbre o gênio das nações, quando viram apontar, à janela da próxima casa de pensão, o rosto juvenil de uma

menina, que logo depois recolheu-se, assustada, por causa de uma granada que estourava por cima de Villegagnon. Entardecia. Na forma de um costume, que chegou a durar cinco meses, as fortalezas da barra faziam o seu exercício de fogo. O aparecer e súbito desaparecer daquela cabecinha pusera na alma um sentimento de angústia que se não descreve. Raul Pompéia observou, então, que a guerra civil não era tão abominável pelas mortes que causava, como pelo emurchecimento do sorriso no semblante das donzelas. Quantas almas de crianças, que precisavam crescer ao sol da alegria, não estariam, por trás daquelas paredes, soçobradas de pavor, paralisadas na evolução para a puberdade, e algumas, quem sabe, se não eternamente privadas da felicidade por uma histeria incipiente? O autor do *Ateneu* tinha dessas filosofias; e, quando o seu espírito peregrino começava a wagnerizar em matéria de psicologia social, quem o ouvia, acabava por ficar hipnotizado, — caindo no mundo harmônico da sua fantasia.

Felizmente, naquele instante, não se tratava de uma menina *détraquée,* porquanto não tardou, ao que parece, passar-lhe o susto; e logo ouviram-se os sons de um piano, cujas notas sonoras, fortes, redemoinharam na amplidão. Os dedos ágeis da pequena executavam, com brio, um trecho desconhecido.

— Não sabe? perguntou Rodrigues Barbalho. É uma valsa inédita de Chopin.

A valsa eterizava-os. O bonde corria, e aquelas flutuações harmônicas perdiam-se pouco a pouco, como se começasse a produzir-se, em Cosme, a ação do clorofórmio. Nisto, o ruído dos carros, que se cruzavam com os bondes na Rua do Catete, despertaram-no daquela espécie de letargia; e só então foi que êle, refletindo, pôde verificar uma coincidência estranha. R. Barbalho respondera-lhe pelo morto; a mesma música a que se referia, falando de uma tarde de há quatro anos passados, se introduzira na sua narração, e, interrompendo-a, burlara o objetivo da conversa.

— Que diabo!! Dir-se-ia que estou sonhando!

R. Barbalho riu-se, e, como Cosme aludira à música, e esta arte é o seu forte, perguntou o que é que ia dizer sôbre a valsa.

— A valsa, o ritmo da valsa, tem sôbre mim uma influência que não sei claramente explicar. As composições de Strauss, Métra, Waldteufel produzem-me na alma efeitos como de uma festa chinesa. As composições, neste gênero, de Beethoven, e o *Convite à Valsa,* de Weber, jugulam-me a tristeza, por mais intensa que ela seja. Como não hei de adorar a valsa, se ela me desperta as sensações mais agradáveis?

— E tem você tôda a razão, porque, se não me engano, a valsa foi inventada pelos Gnomos, ou pelos Elfos, por êsses sêres estranhos de que se ocupam as lendas do norte da Europa. Êsse ritmo mágico desceu das regiões nebulosas em que viviam os deuses dos Niebelungen. Chegando à Terra, os *meiningers* o receberam como um presente etéreo, e, por êle, afinando as suas tiorbas, cantaram as baladas e êsses adoráveis *lieder*, que Goethe e Heine perpetuaram em versos admiráveis. Depois, o *lied* foi dançado. E, pela dança, universalizando-se, êle chegou até à ronda infernal, ao *sabbat* das noites de Walpurgis. Parece incrível, mas é a verdade; e não será senão por isso que êsse ritmo desperta no seu espírito tão deliciosa impressão da vida e pelo que ela tem de indefinido. A valsa orquestrada por Wagner conteria o mundo inteiro.

Cosme Velho olhou para o seu interlocutor um tanto intrigado, e lembrou-se de um fato característico, que se dera, uma vez, consigo, jantando no terraço do restaurante do Passeio Público. A banda alemã executava uma valsa de Waldteufel. Os seus ouvidos banhavam-se nas ondulações e voltas dessa espiral de sons, que levantam a alma às alturas do invisível.

Os músicos, entretanto, cessaram de tocar, e nêle se despertou a necessidade de tornar a ouvir o mavioso da valsa. Por intermédio do criado que servia, pediu-lhes que a repetissem. Voltaram, com efeito, aos seus lugares, mas, em vez de Waldteufel, deram-lhe um trecho de Offenbach.

Imagine-se a sua raiva. Quase não pôde terminar a janta, e mentalmente fêz um voto de que, se algum dia exercesse poder discricionário sôbre a Terra, faria êsses músicos executarem a predita peça até morrerem inanidos.

No jardim do palacete das Laranjeiras encontraram J. Guerra, Luciano de Medina, Raulino Palma e Carolino de Louvet *.

Quando transpunham o portão, francas risadas se levantavam do grupo formado por êstes quatro camaradas, que olhavam para alguma coisa oculta entre os arbustos.

Todos sabem que é, em matéria de espírito, êsse endiabrado Carolino de Louvet. Pois bem, naquele dia, dera-lhe a telha para ensinar botânica. Querem saber qual o objeto da preleção? Era uma dessas flôres roxas, freqüentes em nossas campinas, e que apresentam uma forma equívoca, quase obscena. Carolino de Louvet, então, afirmava que essa flor era o reverso da flor de maracujá; e, como na natureza tudo se define, conforme Aristóteles, pelos contrários, êle preferia os martírios daquela aos da outra, chamada da paixão.

---

* Carolino de Louvet: Carlos de Laet.

Era ao tempo que Brasilino Dias, com a familiaridade que se lhe tornara habitual, aparecia no vestíbulo e obrigava-os a entrar.

— Já é tarde, disse, e eu desejo que, antes da conferência, vocês vejam dois trabalhos interessantes, um do Amoedo e outro do Bernardelli.

A galeria artística de Brasilino Dias é o que se pode chamar um tesouro de raridades. Grande parte de sua fortuna, tem-na êle consumido na aquisição de objetos de arte, com um critério adorável, senão de mestre, de fino diletante.

O quadro de Amoedo, recentemente pintado na nova maneira do autor, representava, numa tela de dimensões regulares, o triunfo de Baco no Brasil. Não se vá pensar que esta tela contém algum reclamo à cerveja Brahma ou à Bavária. Nada disto. A composição encerra algo de simbólico. Com ela, o Amoedo quis apenas celebrar o advento da fôrça nas terras do Brasil. A entrada da religião do futuro; o entusiasmo de uma nova raça; e a conquista da nova Índia pelo espírito civilizador.

A estatueta do Bernardelli pertence a outra corrente de idéias. Representa uma cabocla desfalecida ao ósculo de um raio tropical. Se já houve alguém que, no mármore, pudesse fazer falar a languidez do sexo enamorado pela luz, êsse alguém não tem nome diverso do autor dessa admirável composição.

A conferência devia realizar-se na biblioteca, que ocupa um lindo pavilhão anexo ao corpo principal do palacete.

— Como é agradável! ponderou J. Guerra, ao penetrar no *sancta sanctorum* de Brasilino Dias. Dêem-me uma ferramenta como esta, e lazeres, e eu lhes direi se não serro de cima o Pão de Açúcar.

O proprietário sorriu e acrescentou:

— A biblioteca do Rui é muito superior. O que êle não tem é a coleção de livros brasileiros que eu possuo.

Com efeito, tôda a face oriental da livraria é ocupada com as obras mais raras que se têm escrito sôbre o Brasil e com os livros de todos os autores nacionais.

Lá, vimos, em encadernação de luxo, as obras completas de José de Alencar, Machado de Assis, Nabuco, Taunay, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Artur Azevedo, Aluísio, V. Magalhães, Afonso Celso, José Veríssimo, Coelho Neto e outros.

A maior parte dos *habitués* já se tinham acomodado em cadeiras dispostas no centro da biblioteca para uns vinte amigos. Brasilino Dias mandara colocar, em um estrado, uma mesa com o clássico copo destinado a *molhar* a palavra do orador. Mal notou Cosme êsse aparato, perdeu o bom humor. Fêz logo ver ao dono

da casa que, se aquêle escândalo de tribuna não fôsse eliminado, a conferência não se realizaria. Conferência seria um modo de dizer, porquanto êle só se propunha conversar. Desde que o círculo de bons camaradas se transformasse em público, era uma vez a característica da palestra.

Brasilino acedeu. A mesa foi retirada. Ficaram todos em liberdade.

Carolino de Louvet continuava a glosar coisas escabrosas, porque o seu grupo não deixava de gargalhar.

— Basta, disse J. Guerra; vamos ouvir o velho Cosme. Quero ver como êle se tira dêsse nôvo Cocorobó.

Cosme Velho enrubesceu.

— Não suponham que vou fazer uma conferência acadêmica. Permitam que eu apenas procure formular aqui alguns pensamentos despertados pela figura que, nestes últimos tempos, mais tem impressionado o público fluminense. Se, porém, existe, neste lugar, algum amigo que pense que eu nutro outro sentimento, além de uma justa curiosidade literária e do desejo de compreender o mecanismo psíquico de um dos nossos mais fortes oradores, que êsse amigo declare-o, porque estou disposto a não continuar.

O V. de Tambaqui ponderou, então, que tal coisa nenhum dos presentes suporia; mas que, em todo caso, quando um homem de letras se propõe ser imparcial, ocupando-se de outro, é sempre de bom conselho lembrar-se quem o ouve do *irritabile genus*.

Cosme Velho deixou passar a restrição.

— Acompanho o desenvolvimento do talento do Rui desde os tempos acadêmicos, no Recife. Recordo-me de que o vi, pela primeira vez, em 1869. Tinha-se incendiado parte do edifício da Rua do Hospício em que funcionava a Faculdade. Por falta de salas, as aulas do 4.º e 5.º anos passavam a dar-se à tarde. Um dia, os quintanistas, deitados em um tabuleiro de relva que havia ao lado do edifício, troteavam os matutos que vinham de Iguaraçu pela estrada de Olinda. Passou um cônego; e a selvageria escolástica achou que derrogava deixando-o atravessar incólume. O reverendo foi solenemente vaiado. Não protestou: retorquiu apenas com um *muito obrigado,* e a surriada emudeceu. Logo depois aproximou-se um grupo de estudantes retardatários. Entre êles estava um rapaz franzino, moreno, de cabeça muito grande. Olhava baixo e tinha um traço de *penseroso*. Perguntei quem era; disseram-me: o Rui Barbosa. Já neste tempo o ilustre orador se fazia preceder de um determinativo de admiração. Não esqueci mais a compostura daquele semblante. É a mesma de hoje: a de um preocupado de grandeza. Rui Barbosa tem subido de esfera em esfera; mas o que

é certo é que essa preocupação não se modificou; tem-se tão-sòmente complicado. Ser atleta, sempre vencedor nos jogos olímpicos, atirar o disco aonde ninguém conseguiu chegar, eis o pensamento fixo e o seu maior prazer. Pode-se, pois, afirmar, estudando sua obra inteira, que o autor do *Estado de Sítio,* dominado por êsse intuito, desenvolveu extraordinàriamente a sua musculatura intelectual, permita-se a expressão, com deperecimento do que se pode chamar a enervação do espírito. Ninguém procure em Rui Barbosa delicadeza, descortinamento dos aspectos sutis da natureza humana, nada que se aproxime dêsse gênio jônio que civilizou a baía do Mediterrâneo; só há de achar fôrça, fôrça e mais fôrça.

Nos seus trabalhos, descobre-se uma colossal unidade de volição, na conquista da erudição, na armazenagem da memória, na constância indefessa do labor. A sua capacidade para desbastar pedreiras (digam-se bibliotecas), não tem rival. Infelizmente, falta-lhe a unidade de intelecção. O seu espírito não é claro, nem iluminado; horizontes vastíssimos, mas ocultos por uma espécie de ambiente caótico, onde se penetra e de onde não se volta. O seu aparelho mental pode ser comparado aos grandes propulsores dos encouraçados; movem a máquina de guerra, a princípio lentamente; uma vez, porém, desenvolvida a carreira, é difícil, senão perigoso, pará-lo.

Com tais disposições, compreende-se que Rui Barbosa tenha assinalado, por instinto, o seu campo de operações. O orador apareceu; não o orador de escaramuças parlamentares; mas o orador dos grandes momentos, para as causas perigosas, incandescentes, aparentemente insolúveis. E êsse orador saiu do temperamento literário, já descrito, como do bíceps sai o *fort de la Halle* ou o Hércules dos circos. Levantar pesos descomunais, assombrar o auditório com um discurso em que se mostre um saber famoso, são coisas equivalentes. Essa preocupação, o autor do *Estado de Sítio* tem-na em larga escala. Por felicidade nossa, êsse forte não se encasquetou de profetismo. Pusessem-lhe na cabeça a mania da regeneração da humanidade, e teríamos com que nos haver por muito tempo, e desesperadamente.

Obtidos os primeiros triunfos, Rui Barbosa, exibicionista, teve sentimento igual ao de Sansão depois da matança dos filisteus, — o sentimento da devastação. O orgulho social invadiu-o; surgiu, como fenômeno, a ambição política, junta à necessidade de ligar seu nome a uma obra, a uma defesa de efeito.

Hércules executara doze trabalhos, havidos, no seu tempo, por impossíveis. Entre outros, matara o leão de Neméia, sufocara a hidra de Lerna, combatera Gerionte, limpara as estrebarias de Augias, retirara Teseu do Inferno. Por que não faria êle coisas semelhantes? A obra *O Papa e o Concílio* foi o seu primeiro trabalho

hercúleo. Pela enormidade do livro, cujos capítulos de I a VI, constando a publicação de sete, encerram a história das relações da Igreja com o Estado, justifica-se o conceito de um esfôrço empregado em pura perda. Não só êsses seis capítulos podiam ser condensados em dez páginas, e não faltam por aí Lavisses, Seignobos e Corréards que o tenham feito com desesperadora e fartíssima concisão; mas também o golpe do livro falhou, porque veio depois de Ganganelli, quando os Bispos D. Vidal e D. Macedo Costa já estavam soltos. Rui Barbosa sentia, entretanto, necessidade de mostrar que havia lido sôbre o assunto mais do que nenhum outro brasileiro, e não resistiu ao desejo de fazer sair essa obra, acompanhando o texto de um constante bombardeio de notas, cada qual mais folhuda e rica de referências, aliás facílimas quando se está no centro de uma boa livraria. Desta vez, portanto, Hércules não chegou a tempo para decepar as mil cabeças da hidra do clericalismo. Quando veio a República, e Deodoro, Benjamim Constant e Aristides Lôbo garrotearam a religião de Estado, foi então que Rui Barbosa pôde cevar-se no sangue dos padres, cortando tranqüilamente aquelas cabeças com uma faca de... cozinha, como à ave depenada e disposta para banquete de divinos. Assim, pois, na referida época, o autor d'*O Papa e o Concílio* perdeu o seu latim, e não houve quem lhe oferecesse o tronco para a ingente e apetecida luta romana.

A eloqüência emudeceu. Logo, porém, surgiu o gabinete Ouro Prêto, e a Rui Barbosa se apresentou ensejo para debelar soberbos. Deu, pois, combate a Gerionte; mas quem não estiver esquecido dessa luta, há de confessar que, se Gerionte sofreu profundamente, não menos malferido ficou o atleta pelas setas certeiras de modesto atirador, um médico que se chama Gama Rosa, o qual, porque tinha à farta um grande preparo em sociologia, pôde desvendar a inanidade de certos argumentos. O colosso vacilava. A República o amparou.

Nas democracias, as perspectivas são mais amplas; e, necessàriamente, pelo instintos de grandeza generalizados, os homens do povo olham de perto para os seus guias e os supõem maiores, muito maiores do que em realidade são. Rui Barbosa, com o advento do govêrno republicano, em que foi *magna pars,* ficou tamanho quamanha é a sua ambição e irredutível o seu orgulho. Desde êsse momento, tudo lhe era lícito desejar. Em seu espírito penetrou um sentimento nôvo, — o de exercer uma espécie de satrapia literária. Cresceram-lhe no coração os anseios dos antigos déspotas da Pérsia. Entenda-se, porém, que Rui Barbosa, não possuindo temperamento marcial, deixar-se-ia permanecer no exercício incondicional da eloqüência. É assim foi; êle, então, pôs a máquina a trabalhar na mais alta pressão, e afivelou todos os bacamartes de erudição que estavam ao seu alcance.

Neste ponto da conferência, Cosme Velho deteve-se e passou a queixar-se de que as circunstâncias não lhe permitiam documentar por extenso as proposições que acabava de emitir.

— Ah! eu estivesse, disse, no meu gabinete de estudo, mostrar-lhes-ia as páginas dos livros, dos folhetos, dos discursos, das exposições de motivo do Govêrno Provisório, que justificam tudo isto à saciedade.

— Não há necessidade, ponderou Raulino Palma, a impressão dêsse trabalho do Rui foi muito forte, e nós sentimos a sua repercussão em tôdas as junturas do nosso organismo.

— Você quer dizer com isto, refletiu o V. de Tambaqui, que o gigante converteu-se em Asmodeu?

— Não digo tal. Mas tenho como certo que o espírito difuso dêsse mestre entrou em conflito, por forte, com a nitidez do regime presidencial que abria seu caminho.

— Apoiado!

— Quem apóia?

— O Medina.

— Ora, o Rui ainda há de impor-lhes o divino parlamentarismo, sem o qual, na América do Sul, não há Govêrno que se salve. Está no sangue. A raça latina...

— Qual sangue, nem raça latina! Ninguém tem mêdo dêsse *tutu* dos povos. Os sociologistas de meia pataca agora inventaram isto para engodar os tolos, como outrora se os engodava com o terror das penas eternas. O recurso não colhe. A democracia é um estado, uma compleição social; não é pròpriamente uma forma de govêrno. Para ela, atualmente tende o mundo. Lutar contra ela é tão absurdo como lutar contra o ambiente. Subordiná-la é que é a coisa. Ora, eu não vejo regime por enquanto, que proporcione essa disciplina tão eficazmente como o presidencial. O parlamentarismo seria sistematizar o rôlo das ruas dentro dos palácios...

Brasilino Dias interveio. Voltou-se à conferência.

Cosme Velho continuou:

— Se não fôsse o receio de abusar da paciência dos amigos, eu leria, para fazer-me compreender melhor, uma página do livro de Rui Barbosa, já citado, *O Papa e o Concílio*, o único que tinha à mão no momento de partir. O auditório insistiu.

— A página que vou reproduzir é do prefácio da obra. Ouçam.

> O brasileiro que atravessar a fase atual do segundo reinado, terá que testemunhar à descendência com as cãs envergonhadas, uma longa página de amargura e vilipêndio, onde os olhos de nossos filhos buscarão debalde um ponto de refrigério em que espaireçam; um país opulento, inexaurível como a natureza mesma, e, todavia, física e moral-

mente estagnado, na imensa amplidão, como um vasto pântano; os municípios, sombras da mais cordial e ùtilmente popular das instituições, sem raízes no solo, sem autonomia, pedintes abismados em uma existência vegetativa, estéril, perpètuamente subalterna; as províncias sugadas pela centralização até à medula, famintas, esfarrapadas, umas arrastando as bragas de empenhos crescentes e incabíveis, outras em estado real de bancarrota; um govêrno lição viva de tôdas as corrupções, a casa dos padres conscritos feita a grande escola pública da cortesania imperialista; a Câmara dos Deputados aviltada, graças às suas próprias obras, até às vaias das galerias; os gabinetes, serventuários servis de el-rei, sem solidariedade nenhuma, nem a da honra; as assembléias provinciais decaídas, mediocrizadas, nulificadas; a magistratura, atirada fora a toga da justiça, a ostentar deslavadamente o escândalo das mais delirantes e indecentes paixões de partido; o Executivo dissipando, transigindo, contraindo encargos públicos, sem autorização orçamentária; os Ministros da Fazenda acumulando montanhas de dívidas; a voragem do *deficit* a escancarar, dia a dia, um sorvedouro capaz de tragar dentro em pouco a nossa receita total; a quebra da fé nacional aconselhada nos relatórios das Secretarias de Estado como inocente recurso de finanças; a falência do Estado prevista, talvez, iminente, como um traço terrìvelmente negro no horizonte, a lavoura em profunda e mortal caquexia; o comércio e a indústria, sob a pressão de impostos irracionais, condenados ao mais lastimoso raquitismo; a irresponsabilidade absoluta do Poder em todos os graus de hierarquia; a mentira nas urnas, nas depurações parlamentares, nessas lisonjarias mútuas da pragmática anual entre o trono e a legislatura, nos melhoramentos oficiais, no orçamento; a instrução pública uma coisa ainda por criar, uma ridícula mesquinharia negaceada às classes carecentes, aleijada, impura, envenenada pelo patronato, inacessível à maioria dos contribuintes; o sistema representativo ludibriado até o último simulacro no ato soberanamente ditatorial da coroa, que aferrolhou por dezessete meses as portas da Assembléia Geral, e não se sabe por que não afixou logo os escritos de aluguer; de quando em quando um caráter de estadista enlameado e perdido, um nome lustroso para cada baixeza; as convicções levadas a riso, o cepticismo cínico aplaudido; a desconfiança, a inveja, a gana, as reputações sãs, todos os instintos malévolos da servidão curtida subservientemente; tudo funcionários ou pretendentes, servilismo e venalidade, indigência e luxo, mêdo à liberdade e anarquia, afilhadagem e dilapidação, desprêzo impertérrito da lei e farisaica idolatria das conveniências pessoais, docilidade ao arbítrio oficial e insubordinação ao dever, um aparato de jactanciosa dignidade e uma pusilânime abdicação do direito, falsificação sistemática das instituições e culto misteriosamente respeitoso à impertinência da papelada administrativa; covardia universal perante a verdade e contubérnio familiar com a hipocrisia sob tôdas as formas; afinal, um rei indiferente ao dilúvio nos seus dias ou nos de sua mais vizinha progênie, déspota como Carlos X e Napoleão III, e, ante a Europa, vaidosamente disfarçado no incógnito chefe constitucional, de humor cosmopolita, homem de todos os climas, frenèticamente viajador, insaciàvelmente sôfrego de curiosidades, poliglota apaixonado, especialista em tôdas as especialidades, em tôdas as ciências de especulação e em tôdas as ciências de indução, em tôdas as artes do ideal puro e em tôdas as artes do progresso material, em tôdas as profissões industriais, nos segredos mais mimosos da literatura e nos mais ásperos segredos da crítica histórica, nas maravilhas mais colossais e nas miudezas mais

microscópicas da observação humana, argüidor de todos os sábios, decifrador de monumentos pré-históricos, e, por uma veia característica, escrevedor de versos, — de quem, acaso, por aí, quando não restar dêle mais do que a notícia, alguma idade futura, como daquele outro, menos douto, mas não menos caprichoso e também coroado artista, descuidadamente dirá: "Poetou, sinal de que as boas-letras não lhe eram de todo estranhas."

Sabem o que pretendo deduzir do exemplo contido neste colossal período?

É que tôda a eloqüência e fôrça de Rui Barbosa resulta de um processo muito rudimentar, mas excelente para, dada a sua vitalidade locomotora, produzir aparências de facúndia ou ilusória variedade. O período que acabam de ver é uma *congérie*. O livro poderia ir ao infinito como uma *congérie* de *congéries*. Idéias fragmentárias, justapostas, mas que não formam um todo orgânico. Rui Barbosa não é pròpriamente um pensador-filósofo. O seu estilo, que é espetaculoso, mesmo imaginoso, fragmenta-se a cada instante, porque as suas imagens não se filiam a uma concepção indivisível e integrada.

Todavia, devo reconhecer que nem sempre êle processa a sua prosa pela *congérie* ou acumulação. Há momentos em que o seu período assume verdadeiras proporções ciceronianas. Nestas circunstâncias, pode-se afirmar que êles são perfeitos, intensos, luminosos, tanto quanto têm conseguido os maiores escritores da língua portuguêsa. Infelizmente, porém, essa luz não se propaga, nem se combina no conjunto da obra. O conjunto é tôrvo, obscuro, apesar dos pontos fulgurantes.

De ordinário, a chave de seus efeitos está na amplificação, e, nessa hipótese, encontraríamos muito de semelhante, em Rui Barbosa, com o rei da amplificação, que foi Victor Hugo. E quem quiser dar-se ao trabalho de aplicar o processo indicado por Hennequim, na sua *Crítica Científica,* capítulo sôbre a estopsicologia, verá que a maior parte dos efeitos obtidos pelo orador baiano é devida à hipertrofia da palavra, — ao desenvolvimento da faculdade da verbalização. Mecânica de sintaxe; e disse.

Cosme Velho terminou assim o seu discurso.

As opiniões divergiram entre os circunstantes.

Como, porém, não é propósito reproduzir tudo quanto então se disse, pró e contra as opiniões emitidas na conferência, cinja-se tudo à notação da frase com que Cosme Velho encerrou a discussão.

— Rui-Briareu! Cinqüenta cabeças e cem braços ao serviço de uma formidável fôrça propulsiva. Se querem agora que mostre em como êsse orador é também Proteu, tenham a bondade de marcar-me dia e hora para o estudo do sofista.

Brasilino Dias lembrou um piquenique no Corcovado; e ficou assentado que, no primeiro dia feriado, estariam todos juntos para a palestra planejada.

Corridos os reposteiros da biblioteca, passaram à sala de jantar. É lamentável que, pela hora, não seja permitido referir aqui um romance que, à mesa, narrou gentilmente o V. de Tambaqui, recordando cenas das suas viagens pelo alto Paraguai.

1898, setembro.

III

RUI BARBOSA: PROTEU

— Que caiporismo!

— Com esta chuva, ninguém virá.

— Mas, quem se lembrou de piquenique no Corcovado neste tempo?

— Com efeito!

— Aí vem o V. de Tambaqui.

Um *coupé* parara à porta do edifício. Apearam-se dois cavalheiros: eram o aludido romancista e Brasilino Dias.

— Meus amigos, disse o V. de Tambaqui, só o Sr. Dias seria capaz de dar comigo hoje nas Paineiras. Digo Paineiras, porque, quem quiser, que suba ao pavilhão. Já estou fatigado. E Deus sabe o que me tem custado impor a vocês, tupinambás, a grandeza e o gênio do Padre José Maurício, hoje, felizmente, reconhecido até pelos sábios da *choucroute*.

Brasilino tinha pôsto à disposição dos excursionistas um trem especial para as nove horas da manhã. Faltavam dez minutos para a partida; apenas estavam presentes, afora os dois companheiros mencionados, Raulino Palma, João Rivas, Olinto Bergerac, R. Barbalho e Cosme Velho.

— Sabem vocês de uma tradição do primeiro Império, relativamente ao pico do Corcovado?

— Não.

— A ponte que une as duas verrugas de granito foi construída por capricho da Domitila. A passagem primitiva era arriscadíssima. A marquesa pretendeu, porém, uma vez, tomar um regabofe ao relento, na ponta do nariz do gigante de pedra, e a ponte surgiu como por encanto. Sr. João Rivas, é indispensável que, na segunda edição da sua história do Oriente, figure êsse dado mitológico, que vem ainda uma vez esclarecer a legenda do sol da Índia.

João Rivas, que, depois do seu regresso da Alemanha, entregou-se inteiramente aos estudos da propedêutica política, sorriu maliciosamente e acrescentou que não daria mais aos prelos livros de mentiras, pois a História, segundo o conceito do professor Jungfrau, não passava de uma coordenação arbitrária de fatos, isoladamente verdadeiros, dispostos sôbre a tela da imaginação, na conformidade do capricho de quem a escrevia.

— Olhem: quanto a mim, não escreverei, nem que o diabo estoure, compêndios de História, e muito menos gramáticas. Reputo, além do mais, um êrro gravíssimo ensinar tais coisas à massa dos homens, que foram condenados pela natureza, — e mui judiciosamente, — à estupidez eterna. Sem isso, o que seria o mundo?

— Portanto, diabo leve a democracia.

— Que dúvida! Se é verdade que, em pedagogia, a bifurcação constitui um êrro, não sucede o mesmo em política; neste caso, ela é uma necessidade imperiosa: O mal do mundo, atualmente, resulta do fato de quererem transformá-lo em um bonde de carga do Saco do Alferes. Não basta a obstrução da via pública; ainda por cima, o passageiro limpo vê-se na contingência de suportar o contato de pretos tresandando a *cambambá* e de aturar carcamanos com cêstos de hortaliças; muitas vêzes, tem de ceder o lugar ao saco de carvão, — e tudo isso em nome do progresso. Nada! Tal promiscuidade não pode senão prejudicar a civilização, que deve ser a seleção dos mais aptos para a beleza, e não dos mais aptos para o sujo.

— De acôrdo, quanto ao princípio, disse o V. de Tambaqui, mas contra as conclusões. S. Francisco Xavier foi um grande sujo; até sujou-se, nos hospitais, de pus e de cascas de feridas; mas, ao que suponho, ninguém negará a êsse sujo a maior limpeza moral possível e, portanto, o grande surto do belo e da grandeza.

— Ora, eu não conto, na minha teoria, com santidades.

Chegavam Coelho Nova e o mestre Calado Moniz.

O jovem romancista surgia com o seu eterno olhar de assombrado. O semblante trazia a fadiga do ideal. Naturalmente, aquela noite fôra consumida na composição de algum capítulo de literatura macabra.

O autor do *Brás Jucundo,* ao contrário disso, mostrava a placidez dos filósofos que conseguiram, de uma vez, atrelar ao seu carro o tigre do pessimismo e o elefante da vida quotidiana, e que, puxados por tal parelha extravagante, atravessam, em relativa tranqüilidade, os desertos da existência.

— Vamos subir à sagrada montanha de Quioto, disse Coelho Nova, arregalando os olhos. Agora, o que eu espero é que se não nos depare por lá alguma Madame de Chrysantème.

— Nada de susto, refletiu o V. de Tambaqui. O nosso Mecenas providenciou para que hoje o Corcovado fôsse exclusivamente nosso. Estado de sítio estético, meu caro! Nas paineiras não haverá nem um quadrúpede. Artistas por desfastio: *Tityre, tu patulae recubans...*

— Isto é plágio. Ouvi ao falecido Tautphoeus.

— Mas não é plágio o *Encilhamento*. Entretanto, o V. de Taunay copiou muitas e extraordinaríssimas cenas de orgias mentais passadas não só aqui nesta montanha de granito, mas também nas sarjetas das ruas da cidade.

— Salvo seja, proferiu Calado Moniz. Os nossos espíritos não cogitam, nem por sombra, em um piquenique de Trimalcião; mesmo porque, se Trimalciões existem hoje, de Petrônio Árbiter não era conhecido ainda êsse gênero de refocilação.

— Muito bem!

O trem apitou. Partiram.

O som crebro da cremalheira e a trepidação da máquina tiraram o desejo de falar.

Na curva do Silvestre, lembrei-me do acidente do Dr. Agripino, havido ali por volta de 1894.

Brasilino Dias, que reside nas Laranjeiras, ignorava-o.

Em poucas palavras, Cosme Velho pôs os companheiros ao par do fato. Tratava-se de um caso de horror, a curva. O Dr. Agripino não podia atravessar o viaduto sem experimentar graves perturbações de espírito. Acrescia que, após estas perturbações, êsse nefelibata começava a ver a lua pelo lado oposto, o que sucedia durarlho dias e noites. Em uma destas crises, subia o pobre doutor ao Corcovado, acompanhado de inglêses e inglêsas. Ao passar pelo Silvestre, êle, que estava defronte de uma *miss* cheia de caracóis e cabelos louros e com muitos *beautiful* na bôca, foi forçado, para não engulhar, a pôr-se de quatro pés no estrado do carro. O pai ou irmão da gentil turista aplicou-lhe aos lombos um formidável sôco, que quase o fêz passar de um lado da tábua para o outro.

Não o matou simplesmente porque o Dr. Agripino tinha defumado as carnes em Heidelberg, quando por lá andara a estudar filosofia.

— Isto é mentira, seu Cosme, obtemperou o V. de Tambaqui.

Riu-se, à conta da cordialidade que entre êle e o ilustre romancista existe, desde que ouviu as suas admiráveis anedotas.

A chuvinha impertinente não permitia descortinar as belas e divinais paisagens que essa ascensão proporciona em dia claro. Dir-se-ia que transmontavam, em fantástico veículo, as florestas aéreas de Ariosto, em demanda do Reino do Inverno. As árvores choramingavam a sua líquida lamúria, e farrapos de neblina tra-

ziam os bosques e os rochedos em aspectos intermitentes de visualidades teatrais. O tempo resfriava. Nem todos os companheiros tinham-se premunido de capotes. Alguns já se impacientavam, lamentando que não tivessem preferido o concêrto do Centro Artístico.

— Realmente, ponderou Calado Moniz, deveria haver grande vantagem em aquecer-nos hoje, dia nebuloso e germânico, no capote espêsso, quente e reconfortante do autor de *Siegfried*.

— Mas nesse concêrto vai haver Grieg, — o fogo plutônico saindo dos fiordes da Noruega; e também Liszt e Leopoldo Miguez.

— Fogos frios e gelos que queimam! Perfeitamente.

Nas Paineiras, cujo recinto, segundo afirmação do V. de Tambaqui, estaria vedado ao profano vulgo até a hora da nossa retirada, encontramos dois convidados, a quem se oferecera ensejo de mostrar o nenhum caso que faziam da chuva. Êstes amigos tinham realizado a ascensão, desde o Silvestre, a pé. Eram Carolino de Louvet, o perverso e espirituoso Louvet, e o não menos endiabrado Aguinaldo.

O dia não estava de feição. Havia pouca comunicabilidade.

Brasilino Dias mandara preparar a sala que se nos reservara no hotel, a rabelaisiana. Falou-se que, no *menu*, entraria um esplêndio vatapá, o que pôs *in extremis* o J. Guerra, que é baiano.

Tomou-se *vermouth*, de acôrdo com o Concílio Tridentino, sess. 7.ª, cap. 2.º, can. 14, e cada um foi para onde quis.

Como Cosme ficasse a tremer de frio a um canto da sala, o J. Guerra aproximou-se e disse, envolvendo-o em um gesto de piedade:

— Você vai mesmo fazer conferência no Corcovado? Isto já parece mêdo.

— *Rabia*, respondeu-lhe, batendo o queixo. Tenho disto quando me ataca a umidade. O nervoso assanha-se. O prejuízo, hoje, é só do Rui.

— Fale-me com franqueza. Tudo quanto você expendeu, domingo passado, na casa do Dias, representa o fundo real das suas opiniões?

— Homem, sabes que eu sou um relativista. Parodio, todavia, o menino de pedra do Passeio Público. A minha divisa é: verdadeiro, sincero, inda brincando. O que proferi, dadas as refrações do momento, do tom em que me exprimi, do lugar em que estava, é a cópia exata da *visão*, — deixa usar da frase da moda, da *silhouette* que a leitura dos trabalhos do Dr. Rui Barbosa deixou-me no espírito.

— Neste caso, o seu estilo não é a própria perfeição?

— O seu estilo, às vêzes, me parece a Rainha Elizabeth, de Inglaterra, descendo, ereta, de seu trono, para falar aos seus vassalos e dar bofetadas, alguma vez, em Lorde Cecil. Acho, porém, que a cauda do vestido é tão comprida e cheia de circunstâncias, que se fazem precisos vinte pajens para desembaraçá-la. Outras vêzes, imagino uma cavalgata medieval a atravessar, intérmina, levantando nuvens de poeira. A princípio, entretém. Logo depois, vê-se que os penachos e as armaduras são iguais. Vem a fadiga. Por último, só se tem a impressão de uma burrada que passa, passa e não se acaba. Rui Barbosa não tem a noção do ritmo. Desconhece a lei que Spencer tão belamente definiu, explicando a economia do esfôrço na obra de arte. Olhe, na "Estética de Poe" *, de Araripe Júnior, encontrará você tudo isto regularmente desenvolvido. As verdadeiras obras de arte não toleram *congéries*: o Rui é o oposto, em estilo, a tudo isto.

O Carolino de Louvet, que passava por acaso, interveio e aconselhou a J. Guerra que não caísse em ler a estopada.

— Há três anos que êsse trabalho se publica na *Revista Brasileira,* e ainda continua. É o nôvo *Rocambole*. Leia, se é capaz.

Seguiu-se o almôço, durante o qual falou-se em assuntos brilhantíssimos.

Artur Aguinaldo leu um trecho de um nôvo drama sôbre Cristo, e Olinto Bergerac recitou uns versos, em que, pela vez primeira, a poesia se prestou a ilustrar a questão de descendência símia.

Carolino de Louvet referiu vários casos curiosos e cunhou um epigrama que fará sucesso quando o publicarem. O segrêdo profissional impõe a obrigação de não o fazer senão depois da permissão do autor.

Coelho Nova prometeu dar um *compte rendu* da sessão, descrever a viagem e fazer um ditirambo ao Corcovado.

— Vamos à conferência, disse Raulino Palma. Quanto ao poema do Corcovado, fá-lo-ei eu. Êste assunto me pertence.

Cosme Velho tomou a cabeceira da mesa e começou:

— No ano de 163, antes de Cristo, vieram a Roma dois filósofos, encarregados, pelos atenienses, de defendê-los, perante o Senado, numa causa quantiosa. Tratava-se de relevá-los de uma multa de 500 talentos a que tinham sido condenados pelo saque da cidade de Oropo. Um dêstes embaixadores era Carnéades.

---

* Estudo crítico publicado na *Revista Brasileira,* de 1895 a 1897, e reproduzido no livro *Ibsen,* que será publicado no Vol. V da nossa edição.

— Ora, seja tudo pelo amor de Deus! Pois então, amigo Cosme, pretende você impingir-nos essa página do Larousse? Basta de Carnéades...

— Perdão. Não vou fazer a biografia do filósofo de Cirene: quero tão-sòmente estabelecer aproximações filosóficas e literárias, que julgo úteis.

— Mas que há de comum entre Carnéades e Rui Barbosa?

— Que há de comum entre os dois sofistas? Alguma coisa; mas não tudo. O filósofo de Cirene, em todo caso, era um filósofo. Platonizava, e, nos limites do idealismo da Academia, atacou o sensualismo dos sofistas, agrediu com fôrça o epicurismo. Nesta parte, difere profundamente do orador baiano, que flutua na incondicionalidade de um náufrago psíquico. Há, porém, em Carnéades uma feição que se casa perfeitamente com a do autor das *Cartas de Inglaterra*. Carnéades, vitorioso em Roma, obtido o triunfo de uma causa perdida na opinião pública, tendo atrapalhado o Senado com a sua infernal dialética, até fazê-lo dizer que os atenienses não haviam enviado advogados para justificá-los, mas oradores para obrigar os senadores a fazerem o contrário do que queriam, Carnéades encheu-se do delírio das grandezas; e, de filósofo que era, transformou-se, graças à vastidão do palco romano, em um verdadeiro funâmbulo da palavra. A mocidade cercou-o logo, como acontecera a Roscius Amerino e a Célio e a tantos mais, histriões, uns, outros, eloqüentes; e Carnéades teve o seu triunfo.

Todo o mundo sabe o poder que exercem sôbre as massas a ginástica da palavra e a simulação de uma fôrça oculta. Carnéades era grego, o que Rui Barbosa não é; por isso, dispunha de tôdas as traças do gênio de Ulisses, o célebre *mandingueiro* dos tempos homéricos. Os romanos, um tanto grossos e inexperientes, caíram como uns patinhos. O filósofo de Cirene eletrizava a todos; era Carnéades por tôda parte, nas termas, nos pórticos, no *forum*, nas escolas, nos palácios dos próceres. O delírio chegou a tal ponto, que Catão, que devia ter sido um temperamento pouco mais ou menos como o do Dr. Coelho Rodrigues, não se pôde mais conter e, a pretexto de nativismo, de um lado, e de corrupção da filosofia grega, de outro, abriu uma assinatura contra o vitorioso orador, nos têrmos mais ferozes. Podemos imaginar as palavras e os discursos do Censor indignado diante da eloqüência dêsse filósofo pachola, que tinha o desafôro de roubar a Roma os rapazes e as multidões. Cochichou-se nos corredores do Senado. "O melhor é despachar êste homem e dar-lhe logo o que êle pede". E Carnéades não foi pôsto para fora de Roma, mas avisado de que melhor seria evitar complicações...

— Não há dúvida, interrompeu o V. de Tambaqui; a história está bem arranjada.

— Isto é o que se chama colorir os fatos. Recorreram ao Mommsen, ao Michelet, ao Duruy, ao Gaston Boissier, ao Reinach: se, da leitura de todos êles, não resultar a verdade dêsse colorido, eu farei o sacrifício de concordar com João Rivas, o qual pretende provar que Carnéades é uma invenção de Cícero, um tipo criado por êste vaidosíssimo orador para pintar a si mesmo, dizendo que êsse homem extraordinário podia transformar o auditório em crianças de cinco anos, dentro da mesma hora provar que a justiça era um mal e um bem, fazer do branco prêto, do prêto branco, enfim, paralisar a vontade do maior número, e tudo isto com o auxílio de combinações prosódicas e sintáticas.

O V. de Tambaqui abalou a cabeça, risonho.

— Maganagem; só maganagem, disse. Se o Rui Barbosa é êsse funâmbulo da palavra, então posso afirmar que nunca se lhe fêz no Brasil elogio mais completo.

— Perdão ainda uma vez, retrucou Cosme Velho. Distingo. Carnéades era um funâmbulo grego, de raça jônia, sutil, produto de decadência helênica, adorável pelas nuanças, e que tirava sua fôrça do espírito esguio, perfurante, arguto, ardiloso, do platonismo de então. Não foi o primeiro nem o último a praticar essa ciência dos *jongleurs* da tribuna. Tempos depois, houve outro, que se chamou Apuleio, e que, em Cartago, chegou a fazer discursos em três e quatro línguas, a capricho do auditório. Êsse Apuleio deu grandes trabalhos a Santo Agostinho; os tribunais também viram-se abarbados com êle; andou ameaçado de cadeia e não poucas vêzes escapou das mãos dos inimigos pelos seus cantos de sereia. Sabia tudo, até magia; e com a magia embrulhou a todos os que pretenderam suplantar o seu talento e roubar a sua fortuna.

Apuleio, porém, pertencia a essa mesma raça de espíritos universais que atravessaram a decadência romana, a Idade Média e vieram reproduzir-se nos tipos de Renan, Carlyle, Emenson, Nietzsche. Sibaritas das altas regiões do pensamento, divertem-se em jogar com as idéias como, nos circos, os japonêses se exibem nos equilíbrios e jogos malabares. O paradoxo, para êles, é um instrumento de análise, de investigação, o qual, uma vez por outra, é trazido a público para assombrar os incautos, e de que os seus inventores acabam abusando, esquecidos dos males que daí resultam.

Ora, Rui Barbosa é funâmbulo da palavra também, todavia, de maromba; usa truques de caixas e alçapões; faz exibições de fôrça, em que dois terços dos efeitos são devidos aos aparelhos.

— Fatos! fatos! venham fatos! reclamou o V. de Tambaqui.

— Fatos? Mas, meus amigos, eu suponho que todos aqui conhecem os livros, os discursos, os trabalhos jurídicos do publicista

baiano. Não posso documentar por extenso as proposições que emiti. Ficará isto para a parte analítica de um estudo que ainda hei de publicar. Nesta palestra, cingir-me-ei a dar as sensações, que todos podem verificar se correspondem à realidade.

Estou convencido de que o Rui Barbosa não é um psicólogo; e aí têm a razão por que a sua vasta ilustração não o transformou nesse tipo tranqüilo de cepticismo inócuo e ao mesmo tembo brilhante, que constitui a grandeza dos escritores já indicados. Para que êle chegasse a êsse estado de serenidade, seria necessário que fôsse um grande observador, dotado de imaginação superior. Ora, o talento de Rui Barbosa é a negação dêstes dois predicados; não que lhe falte a observação de detalhes e imaginação tópica ou vocabular; mas, no seu aparelho oratório, não há, nem a grande faculdade da síntese espontânea, nem a imaginação trágica dos intuitivos, a imaginação, enfim, que, como a luz elétrica, penetra na matéria e a torna transparente.

Isto pôsto, a que fica reduzido o talento sofístico de Rui Barbosa?

Ao hipertrofismo da lógica, como já vimos que o era da palavra. Homens do pró e do contra têm havido em todos os tempos, e a espécie continua a propagar-se. Retóricos chamavam-nos os romanos, e o período alexandrino encheu o mundo dos produtos da escola. A compleição, entretanto, nesses indivíduos, é tudo. Essa compleição, tirando da biologia um têrmo expressivo, pode-se dizer que se caracteriza por movimentos amebóides. Os retóricos, conforme as épocas, ou são ministros, ou ensinam nas academias. Quando ministros, descobrem soluções para tôdas as dificuldades; quando professôres, ensinam a provar teses opostas; tudo, porém, sem vida, sem calor autonômico, como se desnecessária fôsse a transformação dos estados de consciência.

Não faço a injustiça de considerar o orador baiano um retórico ou um sofista desta espécie pròpriamente dita. A sua compleição intelectual é idêntica à dos preditos sofistas; sucede, porém, que êstes predicados, como disse na reunião passada, estão a serviço de uma vontade e um poder de trabalho fora do comum. Lembrem-se de que eu acentuei a sua unidade de volição. Um egoísmo redundante, planejado por cóleras soturnas que se resolvem em discursos intérminos, em séries de artigos que assombram: *congérie* de fatos, *congérie* de argumentos, *congérie* de opiniões: unidade de pensamento, — nicles!

Se eu não fôsse inimigo da escola lombrosiana, acharia, no capítulo de Max Nordau sôbre o *egotismo*, um ótimo lugar para acomodá-lo. Essas classificações patológicas exageradas, porém, não ca-

lham nos moldes do meu espírito. Rui Barbosa é um perfeito responsável e, nos tempos da Inquisição, êle não escaparia das mãos dos Torquemadas. Os gregos não o deixariam quieto; e, quando menos fôsse, condená-lo-iam ao ostracismo.

Felizmente, para nós, o autor do *Estado de Sítio* não dispõe de meios para incorporar-nos à sua personalidade. Não o dotou a natureza de um temperamento marcial, nem da sagacidade dos grandes psicólogos; falta-lhe alguma coisa para que seja um Napoleão ou um Santo Inácio de Loiola.

O que êle é, sei eu perfeitamente: *o praxista da incoerência.* Por fidelidade, devo declarar que a fórmula não me pertence: encontrei-a, se não me engano, nas *Cartas de Inglaterra.*

— Fatos, amigo Cosme! tornou o V. de Tambaqui. Venham fatos!

— Que fatos querem mais? Leiam o Rui.

— A crítica por alturas, por triangulações, é ilusória. Você sabe que o elemento subjetivo cria verdadeiros fantasmas. Êsse Rui que aí está a pintar, nunca existiu: é um parto monstruoso da sua fantasia. Os críticos modernos, os historiadores que se prezam, não generalizam. Fazem a autópsia, quando muito, agrupam alguns fatos, segundo os métodos de classificação menos discutíveis, e depois rotulam e expõem as peças nas vitrinnas dos museus históricos, que, aqui, são os manuais científicos.

— Ah! querem que eu faça um manual, à moda alemã, sôbre o Rui? Esta cá me fica!

João Rivas moveu-se e declarou que o V. Tambaqui tinha carradas de razão. No seu entender, o que o orador estava dizendo não passava de um romance mal contado.

— Romance mal contado! obtemperou Cosme Velho. Pois então ouçam. Creio que, nesta casa, não haverá quem não tenha lido as *Cartas de Inglaterra,* de Rui Barbosa.

— Todos conhecemos êsse monumento da língua portuguêsa.

— Não direi o contrário; todavia, não encontro, entre os livros dêsse incontestado mestre da língua nacional, documento que prove mais exuberantemente os seus direitos à qualificação de *praxista da incoerência.* Tomemos duas destas cartas e mais os discursos pronunciados na Bahia, depois do exílio: não há dúvida que tais escritos e orações obedecem a um intuito particular; têm uma unidade colossal: são êles a expansão de um movimento de orgulho; e visam demolir alguma coisa, atraindo para ela ódios fulgurantes. Neste sentido, a marcha dos períodos de Rui Barbosa parecem-se com batalhões que entram em uma cidade vencida para saquear e receber

o triunfo. Não percamos de vista os acontecimentos que explicam êsses trabalhos. Determinemos agora os pontos essenciais. Escolherei as cartas sôbre os *Fundamentos da Fé,* de Balfour, as sôbre Francia e a obra de Carlyle e o último discurso sôbre o jacobinismo. Cada um dêstes trabalhos foi produzido em situação de espírito diferente, em que o ódio, ou melhor, a vaidade ofendida do mestre exaltava-se ou exultava no paroxismo da raiva e do despeito. A primeira carta é datada de Londres, quando o autor logo aí chegou expatriado; a segunda, refere-se à época em que êle já devia ter outra calma, prêso na contemplação da *machinery* anglo-saxônia; a última é um *halali* de emérito caçador, em estampas clássicas de salas de jantar, o qual se dá o prazer de assistir ao garrote de um solitário javali e a uma aclamação triunfal. Pois bem, veremos, em tais produções, *grosso modo,* as qualidades protéicas de Rui Barbosa. Êle necessitava, ao chegar, magoado e inquieto, na Inglaterra, comover amigos e inimigos, na sua qualidade de foragido. Que recurso empregaria? Ofereceu-se-lhe o livro de Balfour. Necessàriamente, luziram-lhe os olhos, e a lágrima do retórico deslizou-lhe pela face. A obra de Balfour é esfôrço de um quase-místico anglo-saxônico, tipo hereditário de famílias dedicadas ao secerdócio; já se sabe, da classe dos espíritos da ilha convertida à fé cristã e profundamente votados à glória da *English speaking race.* Místico, mas prático. Como já disse uma vez, os místicos dessa natureza usam do espírito religioso como os industriais utilizam, na mesma ilha, o vapor e a eletricidade, ou como os do tipo de Cecil Rhodes se servem da patifaria combinada com a religião, isto é, — do mercantilismo ou da *bribery* consorciada ao Evangelho. Seja, porém, como fôr, o livro de Balfour assenta, inteiriço, no idealismo e na influência de um Deus independente da matéria, na ação direta da Providência e, portanto, na missão de homens e de povos. Rui Barbosa, pois, escolheu êsse instrumento eloqüente de piedade para atacar a democracia na América do Sul, que tanto importa não perdoar-lhe os excessos, nem buscar explicá-los. Resumiu a obra e incorporou-se a ela, chegando, no seu tripúdio de idealismo e unção religiosa, a fazer-se quase espírita. Ora, aí têm Rui Barbosa balfourista, repelindo o agnosticismo e sensualismo como causas da anarquia americana.

Não tarda, porém, a mudar de idéias, apresentando o reverso da medalha. O orador pôde, enfim, regressar aos pátrios lares. A mocidade da Bahia suspende-o à brilhante tribuna das conferências. Rui Barbosa enche-se de alegrias cruéis e pensa em demolir o jacobinismo, coisa, aliás, impossível de existir, na forma clássica, entre os povos da América. Nesse empenho, esquece-se de Balfour. E a quem procura, para desfechar golpes sôbre o inimigo? A um

agnóstico determinista, a Taine, que explica a Revolução como um caso de patologia social, e o jacobinismo, como a crise ou o momento agudo da terribilíssima enfermidade. Realmente, não sei como se possa acomodar em uma mesma cabeça o providencialismo de Balfour e o desbragado determinismo de Taine.

Que querem? O senador da Bahia precisava de uma arma pronta para ferir adversários; pouco se deu de manter a sua coerência, e fêz-se tainiano como quem mais o podia ser.

Já as cartas sôbre o Francia, de Carlyle, obedecem a sentimento e orientação diversos. Carlyle foi o mais genial dos idealistas do paradoxo. O próprio Rui Barbosa preveniu a mocidade das ciladas que êsse espírito extraordinário arma aos incautos leitores de suas obras. Pois bem, Rui Barbosa, ou foi vítima de uma destas ciladas, ou então confirma o título de *praxista consciente da incoerência.*

— Como pode ser isto? perguntou Raulino Palma, nervoso, quase irritado.

— Como pode ser? Eu lhes explico. Carlyle é um dos muitos agnósticos ou cépticos de *meia partida,* que têm soluções de pura imaginação para tôdas as questões. Mais panteístas do que deístas, os dessa espécie votam horror às massas sistemàticamente. Não há espíritos mais rebeldes ao gênio cristão, na sua humildade, mansidão e democratismo, do que os dessa natureza. À sua linhagem pertenceu Schopenhauer, e agora surge Nietzsche, que, como todos sabem, sustenta que o Cristianismo é a sistematização do sujo e da vileza e a expansão da alma escrava, a vitória democrática das faculdades animais sôbre as estéticas, de onde ùnicamente pode sair a civilização, está visto, pela seleção dos grandes homens, pró-homens ou gênios derivados dêsses grandes carnívoros louros, oriundos do norte do continente europeu. Ora, aí está a viela em que se meteu Rui Barbosa. E tudo por quê? Porque a sua questão é o triunfo retórico do momento. Êle necessitava provar que, no Brasil, a tirania não tinha sequer obtido um grande representante; então foi buscar, nos arsenais de Carlyle, êsse Francia, terrìvelmente casto e friamente feroz, na sua missão de professor régio do Paraguai, para representar, na lanterna mágica da sua oratória, uma cena de *tutu* ou de inapreciável *Arranca-entranhas.*

E por hoje, meus amigos, creio que disse o suficiente. O tempo e as preocupações não me permitem ser mais prolixo. O proteísmo, *grosso modo,* de Rui Barbosa torna-se mais visível nos seus trabalhos como constitucionalista. Nesse terreno, ainda hei de apreciá-lo em rija palestra. Desta vez, não é possível, porquanto seria neces-

sário desparafusar muitos dos seus aparelhos, que são pesados demais para trazerem-se a uma conferência. *Qui vivra, vera.*

Cosme Velho não foi aplaudido.

Na sala do hotel, havia um pianoforte. Fumou-se, tomou-se licor. O R. Barbalho passou ao piano. No fim de alguns compassos, o V. de Tambaqui aproximou-se, intrigadíssimo pela música.

— Que é isto? Não conheço. É original? Será Grieg?

— Isto é muito nacional: um trecho da *Iracema,* poema sinfônico que o Nepomuceno está compondo. Ouça esta parte e diga se já houve quem exprimisse melhor o marulho das ondas *dos verdes mares de minha terra natal.* E esta fuga da jangada, impelida pelo terral; e a barcarola do pescador; e o vento, e a tempestade!? Um primor! Perdidos em alto mar: sublime! A parte lírica: a taba, o encontro de Iracema, o perfil de Poti, o pajé e a caverna, o segrêdo da Jurema: êstes trechos todos não estão completos. Acredite, porém, que esta obra, logo que esteja pronta, fará uma revolução no nosso meio artístico.

1898, setembro.

IV

SONHO CHINÊS — RUI BARBOSA: PROMETEU

Grande movimento na estação central da Estrada de Ferro. Oito horas da noite, os globos elétricos inundam as plataformas de uma luz branca e muito intensa. Há tonalidades, nessa luz sincopada por eclipses rápidos, que parecem soluços na claridade; e nas sombras, projetadas sôbre o pavimento e sôbre as paredes, julga-se sentir o efeito do luar das praias, em noites serenas, ou o alvorecer em dias límpidos de maio.

Quando Cosme Velho penetrou na gare, lembrou-se dos engenheiros a que se devem a vida e o movimento hoje observados nesse próprio nacional.

Conversando, então, com um que partia para São Paulo, ouviu-lhe estas palavras:

— Que magnífico prefeito daria o Dr. Passos. Em um ano, êle teria encetado obras de asseio, de comodidade pública e de embelezamento da cidade, com tamanha precisão, que os seus sucessores não encontrariam jeito de deixar de concluí-las. O prefeito do Distrito Federal deve ser um homem dotado de três requisitos: energia, cálculo e gôsto artístico; na energia incluem-se a capacidade

administrativa e o conhecimento dos segredos com que se quebram resistências; no cálculo, a previsão dos recursos orçamentários; no gôsto, a cultura geral, a imaginação prática e a experiência obtida na elegância das grandes capitais, onde existem obras de utilidade pública e monumentos arquitetônicos. Ora, êsse engenheiro possui tudo isto. não faz de Moisés, nem empreende mudar o curso natural dos líquidos, violando as leis da natureza; mas, em compensação, sabe onde pisa, e, quando pisa, firma o que conduz.

Comprou a passagem, despediu-se dos seus, e, desinfetado, tomando o vagão-leito, não demorou em acomodar-se para dormir.

Dormir, sonhar, enquanto se transpõem distâncias colossais; que delícia e que fantástica realidade!

O leito estava fôfo; a temperatura, boa; a alvura do linho e o asseio dos acessórios convidavam-no ao repouso.

Cosme é um grande dorminhoco; e dá-se por bem pago do que sofre, porque essa boa qualidade constitui uma bela válvula de segurança. Não sabe o que é insônia. Na Idade Média, pintavam-na, como também ao pesadelo, com a forma de íncubos tremebundos. As monjas, os frades moços e os poetas infernais eram vítimas dessas entidades fantásticas; e muita lágrima derramou-se por causa de pesadelos. Hoje, tudo isto corre por conta das nevroses e das dispepsias.

Quando o trem moveu-se, já Cosme Velho sonhava com a China, de sorte que não teve tempo de observar o Rio de Janeiro de estrada de ferro, em noite de luar, sob as boas promessas de um feriado, livre de trabalho.

O sonho que o dominou foi um tanto esquisito. Sonhava que residia em Pequim; e era feito mandarim de primeira classe. As unhas, que tinha sido obrigado, pela dignidade do cargo, a deixar crescer, eram tão compridas e retorcidas, que não lhe permitiam coçar as costas, coisa que, para êle, constituía um gôzo superno. Digo superno, porque, no Brasil, um homem, nas suas condições, não tem tempo para se mover, quanto mais para se coçar. E, sempre em sonho, — êle, na qualidade de mandarim, fôra chamado a dar a sua opinião sôbre a invasão que as nações tentavam contra o Celeste Império. O imperatriz Si-Pai-Hen, apesar da idade, aparecia-lhe fulgurante de beleza, dessa beleza manju, que se não confunde com a amarelidão pergaminosa do tipo mongol feminino. A sua tez tinha a alvura do marfim transcendental, de que os artistas geniais do Império do Meio tiram as estátuas de Buda para o culto secreto da família imperial. Dos seus olhos, ligeiramente oblíquos, defluía uma luz tão intensa, que cegava; os lábios, rubros como a laca da ponte sagrada de Kiang-Fu, riçavam um sorriso quase diabólico, como o poeta do Ocidente não soube pôr

igual na comissura do Satanás do *Paraíso Perdido.* Na fisionomia divina ondulavam prazeres inextinguíveis; dela ressumbrava essa vontade potente, invejável, que a marcha do espírito, orientado para o *Nirvana,* exalça em fulgurações capazes de subverter o mundo. Diante dessa figura extraordinária, que lhe impunha ordens com o simples movimento do sobrolho, sentiu-se tão mesquinho, tão vil, tão ridículo, apesar do tamanho das unhas tradicionais, que se ajoelhou para beijar-lhe as plantas divinais.

— Levanta-te, disse-lhe: os tempos são chegados. Desta vez, os filhos do sol irão a Kamakura, e então Buda nos dará a vara com que se há de medir o mundo, pondo na terra os tribunais que terão de julgar os piratas do mar Amarelo e êsses piores varredores de nações, chegados de tôdas as partes do universo.

Embora mandarim, pôde lembrar-se do que significavam estas palavras da imperatriz. Kamakura é um povoado e um templo do Japão, e nesse sítio existe uma estátua colossal de Çâkyamuni, que é uma maravilha. Os filhos do sol não perdoam a Nipão o possuí-la, porquanto êsse ídolo foi outrora arrebatado ao solo chinês, e as suas virtudes são tamanhas, que, quando a terra treme, a estátua move-se e inflama-se, de modo a ser vista de longes terras. Para os budistas chineses, a conquista de Kamakura importa o mesmo que, para o cristão, a conquista do Santo Sepulcro.

Êle estava em adoração diante da bela Si-Pai-Hen. O jardim para onde ela o atraíra palpitava de uma vida singular, estranha, oriental. Era noite; fazia luar. Os crisântemos suspiravam ao pêso do orvalho e desprendiam aromas embriagadores; das sombras, que sob a relva lançavam os tufos de arbustos floridos, saíam gemidos de aves noturnas, às vêzes crebros, outras, soluçantes.

Os seus cabelos eriçaram-se; pela espinha dorsal, Cosme Velho sentiu correr como um álgido caroço de mercúrio. A imperatriz olhou para êle, cheia de ternura e piedade; e suspendou-lhe a alma num raio celestial do seu olhar heróico.

Transformou-se, erigindo-se altivo, seguro do que diria se ela exigisse dêle qualquer conselho. Si-Pai-Hen fêz, então, com o olhar, um sinal de aquiescência.

— Excelsa imperatriz, disse-lhe Cosme, depois de uma ligeira pausa, a minha opinião é, talvez, indigna de subir até aos vossos ouvidos, habituados a escutar sòmente a poesia das alturas e a ciência do invisível.

— Fala, respondeu a divina criatura; fala, porque a minha serenidade é ampla, e pode acolher, sem indignações, o que por teus lábios vai dizer Confúcio. A sua doutrina cruel, materialista, é, talvez, mais pecaminosa do que a dêstes homens de cabelos dou-

rados que nos surgem do Ocidente. Eu te escuto. Abre a bôca e pensa.

— Senhora, quando o mandarim que vos fala vivia no corpo de um homem simples, e, perdido nas ruas de uma cidade do continente sul-americano, filosofava sôbre as coisas dêste vasto país, de si para si, teve mais de uma vez ocasião de dizer que os filhos do Celeste Império não haviam ainda entrado na história do que então chamávamos civilização; mas que, quando isto se desse, o ruído seria tão grandioso e terrível, que as águas do oceano iriam subverter o pólo. Êste momento, senhora, parece-me haver chegado: e aos vossos olhos não terá passado despercebido que as nações européias, em sua tradicional cegueira, apesar do que os seus mandarins têm escrito sôbre a subversão dos grandes impérios e sôbre as leis que regem as deslocações da hegemonia humana, não vêem que são arrastadas, pela política internacional do expansionismo industrial, para um verdadeiro Maelstrom, onde os seus maus governos, — não os povos, — se afundarão, aniquilados. Não é preciso ser sábio para ver que os diretores dessas nações estão a aplicar erradamente as leis históricas descritas por Montesquieu, autor que conheceis perfeitamente. Êles, coitados! — desgraçadamente para os que vão, na guerra, ser sacrificados, — êles estão a supor que o caso emergente singulariza-se numa simples reprodução do desmenbramento do Império Romano, quando o mais inábil estudante de filosofia da história sabe que a situação atual do mundo se oferece com uma feição inteiramente contrária à que teve a Europa nos séculos que se seguiram à primeira invasão dos bárbaros.

O Império do Meio não vive como vivia Roma, e nem as nações européias estão, para a China, na proporção moral e militar que os bárbaros guardavam para com o império decadente dos Césares. Basta êste simples confronto para que se sinta logo a estupidez dos diplomatas ocidentais.

Êles começam por tomar a posição dos bárbaros. Ora, não há beócio que, raciocinando dois minutos, não reconheça a posição falsa dêsses *bárbaros civilizados,* que serão obrigados a recuar em suas pretensões espoliatórias, desde o instante em que sejam, por sua vez, coagidos, para manter a guerra, a pôr em prática a *lógica dos bárbaros.* Haverá aí quem suponha que os europeus sejam capazes de marchar para o desconhecido com obstinação igual à dos selvagens que desceram sôbre a Europa durante a Idade Média? Por certo que não. Isto seria simplesmente incompatível com os interêsses econômicos do mundo civilizado e com o estado cerebral dessa gente que se dirige ao Oriente. É impossível ao europeu re-

gressar ao estado da lógica animal: e, para vencer, desmandibular o Império do Meio, seria necessário que, sem discrepância, as nações ocidentais adotassem essa lógica de demônios, essa lógica de que tereis ouvido falar longamente, à propósito dos poemas *Mahabharata* e *Râmayana,* dos nossos vizinhos brâmanes, onde cinocéfalos, conduzidos pelos deuses infernais, devastavam regiões inteiras, arrasando florestas, incendiando cidades e fazendo o Ganges refluir até as suas origens, pelo acúmulo de cadáveres lançados às suas águas. Não! divina Si-Pai-Hen; não! mil vêzes não! A China não pode ser vencida; e o único perigo que a deve preocupar é a ambição dos nossos primos, os habitantes de Nipão. Êles estão de posse de dois segredos: são brancos e são amarelos. Evoluíram, como se diz nas universidades européias; evoluíram da sua civilização, sem dela perderem nada, até chegar à civilização dos brancos de olhos azuis e cabelos de oiro. Mas... por que não querem que nós façamos o mesmo? Por que êsses orgulhosos nos expuseram a tantas humilhações, surpreendendo-nos na paz divina dos nossos jardins? Corromperam-se, talvez! Beberam demais na taça cheia de filtros e venenos que obtiveram dos ocidentais. Os japonêses, pois, são os nossos únicos inimigos. É preciso vencê-los, e então, incorporados, os asiáticos, veremos como entrar no convívio universal.

De súbito, Cosme interrompeu-se. A imperatriz, por um dêsses fenômenos de levitação tão comuns no Oriente, tinha-se erguido do chão e pousara na corola de um gigantesco girassol. Os seus olhos despediam uma luz branca e eclíptica, como a do luar; doíam docemente na sua alma; e a sua bôca abria-se como o lótus, num sorriso de divindade bramânica.

Cosme tremeu: O sangue môrno, que lhe percorria as veias, dulcificou-se, como se injetassem nelas o perfumoso eloendro usado pelas princesas de Kiank-Loh nos seus banhos deliciosos, ao pôr do sol, nas margens do rio Azul.

Si-Pai-Hen, então, dirigiu-lhe a palavra, num sorriso que faria, lançado às flôres, desabrocharem tôdas instantâneamente, perfumando o ambiente de aromas loucos.

— Ministro da minha vontade, disse, tu adivinhaste; e tua alma penetrou, por certo, no meu cérebro, para que pudesses enxergar tantas coisas sutis e admiráveis. Nós precisamos avançar para Kamakura. Buda nos aguarda para dar-nos a senha e o santo do futuro. Vou agir sôbre os Sudras, e, desde êste momento, o incêndio se ateará nas almas dos patriotas da China. Olha; vê: sabes o que significa aquilo? É o incêndio de Pequim! Não fizeram igual os tártaros de Moscou!? E os exércitos do Ocidente tinham à sua frente um general igual a Rama! Caíram. Cairão novamente. O

Cristo não vale Buda; e Buda transformará o Ocidente, fazendo que a corrupção se infiltre pela terra, através do granito, e vá em busca do fogo purificador. Então a China, sendo o primeiro povo do mundo, fará a atmosfera humana tão diáfana, que os maus pensamentos, ofuscados, darão à vida a sua verdadeira significação.

Cosme quis beijar os pés microscópicos da imperatriz. Um raio de cólera fuzilou-lhe no olhar: uma impressão dolorosa atingiu-lhe a ponta do nariz.

Despertou, olhando através dos vidros do carro; o trem tinha parado. Vultos agitavam-se do lado de fora, na penumbra de uma luz mortiça. Uma voz gritava: Pindamonhangaba! Deu um salto e pôs-se fora do beliche. Clareava o dia; os passageiros, matinais, começavam a preparar-se para a baldeação em Taubaté.

Defronte estremeceu a cortina adamascada, que encobria duas camas; Cosme ouviu estas palavras:

— Panchita, vamos descer?

Era voz de homem. Panchita, nesse tom dolente de quem não quer sair do aconchego do leito môrno, e com o qual o corpo se acostumou, respondeu logo:

— Que horas são?

— Seis. É preciso prepararmo-nos.

O trem rodou; e daí a minutos as camas estavam desfeitas e transformadas em confortáveis assentos.

Panchita surgira, então, para mostrar, no seu roupão de viagem, que a sua voz doce e engraçada não desdizia de sua beleza de andaluza. Os olhos eram claros; tinham a expressão quebrada de uma languidez risonha. Ao oval do rosto cingiam uns cabelos negros crespos, flutuantes, coroados por um chapèuzinho de lontra que ia-lhe a morrer. O véu côr-de-rosa desmaiada mal encobria a penugem do buço, sob o qual, de vez em quando, apareciam, no cacoete da garridice feminina, uns dentes alvos e petulantes, que mordiam os lábios para dar-lhes mais vermelhidão.

A voz maviosa e cheia de ciciados entreteve a curiosidade dos passageiros, tanto que o trem corria.

Algumas senhoras, receosas e acanhadas pela falta de hábito de viajar nos trens noturnos, disfarçavam a timidez olhando para a paisagem que se desenrolava de um e outro lado da via férrea. Todavia, logo que a andaluza trocava palavras de galanteio com algum cavalheiro menos puritano, elas davam, entre si, sinais de inteligência, e, num olhar de revés, fulminavam-na com a mais soberana reprovação.

Nisto, topei com o engenheiro que me falara sôbre o Passos, na estação Central. Saía da *toilette,* pronto para saltar.

— Já sei, disse-lhe, que vai ver os trabalhos da Light and Power.

— Quero ver para crer.

A máquina apitou. Chegavam.

O dia foi distribuído, em Taubaté, entre visitas e passeios pelos arredores.

À tarde, Cosme tomou o trole de um amigo e despenhou-se pela estrada de Ubatuba. Tarde tropical, límpida, serena; nem uma nuvem no céu azul de esmeralda; nem uma nuvem de poeira no caminho. Depois de uma hora de viagem, começou o trole a subir a Serra do Mar, através de uma encosta muito acidentada, fendida aqui, ali, acolá, por fortes correntes de água, que davam à região um aspecto abrupto, quase selvagem. Os animais suavam; e, apesar da perícia do cocheiro, uma vez por outra o veículo tombava, pondo Cosme e o seu companheiro de viagem fora dos assentos.

— Que bela paisagem, disse, lobrigando um pano de floresta alpestre que se desenrolava ao longo da garganta por onde iam correndo.

A vegetação caía justamente a pique sôbre a entalha, que o engenheiro fizera em terras marnosas, para dar passagem ao traçado da estrada. Para baixo, abria-se um abismo verde-escuro, no qual a vista perdia-se, flutuando entre vertigem e admiração. Havia um rumor surdo e misterioso de águas que se precipitavam, rompendo pedras e obstáculos; e um eflúvio fresco de aromas, desprendidos das flôres do manacá e do cedro, balsamizava o ar, completando o prazer que aos viajantes causavam tão belos aspectos da natureza.

Ofereceu-se-lhe, então, fazer uma observação.

— Eis um terreno que nos explica como os bôers puderam produzir tamanhas complicações na guerra do Transvaal. Ora, imagine você que nós somos aqui a artilharia inglêsa e que os amigos de Krüger acham-se escondidos por aquêles flancos de montanha, orientados em várias direções. Acredita você que nós, com tôda essa artilharia, pudéssemos escapar à pontaria dos hábeis atiradores? E as carrêtas, os reparos e os caminhões? Onde iriam parar, atravessando uma senda pedregosa e tão estreita como esta, se os animais disparassem, assombrados, nestas tortuosas veredas, por uma artilharia sempre oculta?

Mal terminadas estas palavras, o trole adernou sôbre um grande buraco, onde ainda havia vestígios de lama das últimas chuvas. Apearam-se e, enquanto o cocheiro aliviava o veículo, seguiram a pé, em busca de terreno menos acidentado.

A fazenda para onde se dirigiam fica a três léguas de Taubaté. Escurecia. Transpuseram a porteira que dá ingresso para a espécie de parque, em que estão assentes a casa de vivenda e as máquinas

de beneficiar café. À porta central da casa senhoril achava-se o proprietário, homem carinhoso e distinto, o qual recebeu os hóspedes com um abraço muito afetuoso.

Reduplicaram os requintes de acolhimento dêsse bom amigo. Conversaram, todavia, ligeiramente e, com sua permissão, recolheram-se ao confortável aposento que lhes era destinado. Cosme estava um tanto fatigado do corpo e do espírito. Não tardou em ferrar o sono. Desta vez o dormir foi tão calmo e profundo, que não sonhou; mas, por volta de cinco horas da madrugada, despertou e não conseguiu mais reconciliar o sono. Então, pôs-se a matutar; e, daí a pouco, o pensamento, dissoluto, insóbrio, como um cavalo em liberdade, depois de larga reclusão, começou a galopar em tôdas as direções, nitrindo, lançando a crina ao espaço, escoiceando.

Levantou-se, acendeu a vela que estava sôbre o criado-mudo, e, numa tira de papel, pôs-se a tomar notas a lápis.

Sôbre que havia de ser? Um projeto de artigo para o *Jornal do Comércio*. Depois, no Rio de Janeiro, completaria as suas idéias, lendo Boutmy, Freeman, Taine, Gneist e Jusserand, sôbre a Inglaterra.

Escreveu: "Comentário a um telegrama do Lord Salisbury". — Diz o lorde que não há dúvida de que uma acirrada anglofobia percorre o mundo. — De quem a culpa? De onde vem o mal? Será infundado êsse sentimento? Será inveja? Estupidez das nações chamadas inferiores? — Nada disto... — Causas de impopularidade do atual organismo político inglês: I. A Inglaterra divorciou-se do espírito dos seus melhores filósofos. II. As suas tendências expansionistas estão de acôrdo com o *Leviatã*, de Hobbes (*homo hominis lupus*), mas nada tem de comum com a moral de Bacon, de Hamilton, de Adam Smith, de Stuart Mill, de Spencer. III. A nobreza, associada à *gentry* e aos industriais, perdeu o seu prestígio histórico; degradou-se no mercantilismo; as bulas que expede não são mais do quilate da Carta de João Sem Terra. Ela dissolve-se gradualmente e torna-se imprestável como o saco de aveia em que ainda hoje senta-se o *speaker* da Câmara dos Lordes. IV. A moral inglêsa perdeu o perfume bíblico. O *não matarás* transformou-se no *make money, by God*. John Bull, Armstrong, Cecil Rhodes & Company... V. Incomportabilidade da ilha. Necessidade de alimento. Insuficiência da própria casa. Quem não produz para comer, aparelha-se para matar... *et le reste*. VI. Judaísmo bancário. A cambial, não como instrumento de crédito e de permuta, mas como ficha de jôgo e...

Ia Cosme escrevendo estas palavras, quando reparou que o dia principiava a clarear. Ergueu-se e abriu a janela, que dava para o jardim. Um jato de luz matinal penetrou no aposento; e do jardim,

ao lado, soprou uma aragem fresca e aromatizada pelos eflúvios das rosas e dos jasmins que desabrochavam. Vestiu-se ligeiramente e saiu.

Os primeiros raios do sol iluminavam as montanhas circunjacentes com uma luz sangüínea, entremeada de laivos de ouro. Num pano de floresta, ao longe, o céu recortava-se em tela de azul intenso, como bastidor de teatro. A eira animava-se com o movimento dos colonos. A máquina silvava, desprendendo a primeira carga de vapor; e um ruído surdo, como de gigantes que viessem descendo alguma grande escada de madeira, enchia a amplidão; eram a roda-d'água que trabalhava e os aparelhos de beneficiar café que se moviam lentamente.

Tudo isto, Cosme observava de uma varanda coberta de parreiras. Desceu para o jardim, fechado por quatro extensíssimos renques de bambus; e, ao som festivo da passaralhada, que esvoaçava sôbre os pessegueiros e laranjais, passou a discorrer pelas aléias floridas, aspirando o aroma das rosas e dos araçás, que maturavam.

Deliciosa manhã! A imaginação calma, sorridente, cheia de frescor, pôs-se logo a criar mil situações agradáveis ao seu amor-próprio e às suas nunca satisfeitas aspirações de exprimir as coisas com vigor.

Ao contornar um reque de jabuticabeiras, deu de face com um monjolo, essa curiosa armadilha inventada para economizar o esfôrço do homem, a qual, segundo reza a crônica, fôra introduzida em S. Vicente por Brás Cubas. O monjolo estava coberto de lôdo e liquens; tinha sido abandonado. Pareceu-lhe o cadáver de um velho, que outrora despendera grande soma de atividade e que, por isso, agora encontrava-se decrépito e desprezado. Nisto, ouviu uma voz que lhe falava; voltou-se: era o proprietário, que empreendia a primeira inspeção do serviço das máquinas.

Um moleque o acompanhava, trazendo uma bandeja com duas xícaras de café e biscoitos. Ingerido o saboroso néctar, como o chamam os poetas, saíram do jardim e seguiram para a casa das máquinas. Em caminho, viram passar uma matilha de cães atrelados, que o guardador dos cavalos levara para o pasto da fazenda.

— Vão ser curados, disse o fazendeiro. Preciso fazer, por êstes dias, uma batida de catetos; e, se quiser acompanhar-me, venha do Rio, o que será um imenso prazer para mim.

Cosme não pôde aceitar o convite. Por algum tempo, estêve a observar a faina do serviço; e, logo que se sentiu cansado, voltou ao quarto pensando em continuar as notas.

— Não, disse consigo mesmo. Vamos afinar os nervos num banho de cachoeira; e assim fêz. Estava, porém, escrito que êle, naquela manhã, não escreveria mais; e, de feito, apenas se dispu-

nha a pegar de nôvo no lápis, chegaram jornais de S. Paulo, cuja leitura o absorveu até à hora do almôço, que foi por volta das onze.

Fome negra; apetite devorador; acepipes paulistas, muito adequados ao paladar de um neurastênico. Comeu como um alarve; e mais teria comido, se à mesa não houvesse encontrado, além do amigo que tão gentilmente o hospedava, um frade austríaco que viera desobrigar os colonos italianos da fazenda, e o administrador da fazenda, pessoa viajada e de conversação fácil, que, enquanto ingeria os alimentos muito vagarosamente, ia propondo casos intermeados de gostosas anedotas.

Falou-se, depois, em política, passou-se à lavoura, ao câmbio, aos preços correntes do café.

Terminado o almôço, foram todos para a varanda fumar e fazer o quilo. O religioso meteu as mãos nas mangas do burel, inclinou-se humildemente e foi tratar das suas confessadas.

Uma vez repoltreados em boas cadeiras de molas, recomeçaram a palestra. Cosme narrou as suas impressões do Rio da Prata. Descansando o almôço, saíram, então, a cavalo, a percorrer os vastos cafèzais.

À tarde, Cosme Velho voltou de trole para Taubaté. Durante a viagem, preocupou-o um pensamento de John Morley, colhido no seu ensaio sôbre Maquiavel: "A concepção moderna do Estado tem gradualmente transformado êste numa pessoa moral capaz de direitos e de erros, exatamente como os indivíduos que o compõem". Não será possível restringir a ação maléfica dessa pessoa jurídica de direito público chamada Estado, de modo que os seus vícios deixem de ser os dos estadistas que ocasionalmente com ela se identificam? A solução dessa pergunta seria desenvolvida no n.º VII do artigo projetado.

Às 10 horas da noite, tomou o trem noturno. As cogitações a que se entregou, antes de adormecer, não desembrulharam o problema que a si mesmo havia proposto.

Na estação central, ao desembarcar, topou com Brasilino Dias. Vinha de uma excursão a Minas.

De bondinho, seguiram para o centro da cidade, juntos.

— Tinha que te falar.

— Estou muito fatigado...

— Jantaremos hoje nas Laranjeiras.

— Aceito; contanto que não trates de negócios.

— Podes ficar descansado.

— Conheço-te.

A conversa enveredou, todavia, pelo caminho da política e caiu na alta do câmbio. Brasilino tem, a respeito de finanças, teorias extraordinárias. Do câmbio, declinaram as suas considerações para a crítica das idéias de um personagem célebre nesse assunto.

— É verdade? Quando temos a conferência sôbre Prometeu.

— Apenas estejam concluídas as obras do teu castelo.

— Por que não fazes hoje? Adia, para a inauguração do *château*, a conferência sôbre o Brasil-Império.

— Está me saindo um refinado intelectual.

— Pois então até à noite.

E separaram-se no Largo de S. Francisco de Paula.

Durante o dia, Cosme Velho vagou pelas repúblicas de alguns deputados do Norte, seus amigos. Às sete da tarde, tomou o bonde das Laranjeiras.

Brasilino recebeu-o na biblioteca. Àquela hora estava examinando um Barloeus que lhe custara a insignificante quantia de um conto de réis. Faziam-lhe companhia Carlos de Louvet * João Rivas, Raulino Palma e mais alguns íntimos.

Brasilino deu, em poucas palavras, o plano de um discurso.

Na sua opinião, Rui Barbosa era uma das fôrças da natureza. Há, porém, fôrças benéficas e maléficas. Rui Barbosa é uma divindade saturnina. Criado nas sombras do Averno, parece ser o irmão mais môço das Eumênides. O Brasil, na sua imaginação, é tôrvo, tétrico, pavoroso.

Cosme Velho riu da idéia extravagante de Brasilino. Não era exato que o nosso primeiro orador, o nosso primeiro constitucionalista, fôsse uma divindade subterrânea. O Rui que todos conhecem é apenas um Titã. Nada, porém, de humano lhe é estranho.

— Farei a conferência, disse Cosme Velho, estudando êsse homem nas suas deliqüescências de político e no titanismo do jurista. Falarei do Prometeu indígena com tôda a franqueza de que sou capaz.

— Esgota a mitologia, se te parece. Não esqueças, todavia, que êsse Titã suspeita ser a encarnação da República.

— Talvez... O seu pecado, porém, origina-se do mesmo êrro de que foi vítima Luís XIV. O publicista brasileiro supõe que a República tem segredos de estrutura só acessíveis à sua privilegiada inteligência.

— Não te esqueças do arrebatamento do fogo sagrado. O nosso Prometeu abusou dêsse triunfo. Lembro, oportunamente, que o marechal Deodoro tomou-lhe o facho e apagou-o.

---

* *Lapsu calami.* Quase escreveu o nome em vez do pseudônimo, fato que ocorre, aliás, mais de uma vez, daqui por diante.

— E também, surgindo a revolução, o eminente orador, versado em História como é, pensou na conspiração de Catilina; mas o olhar de César era vesgo, nesta ocasião, para a maré montante. Estava escrito, tolavia, que as oscilações dêsse espírito fariam dêle um Catão.

Quem era, enfim, Prometeu? Ésquilo nos descreve um Titão que, tendo auxiliado a Júpiter a desbaratar os gigantes, desgostoso, em razão dos ciúmes que a sua intrepidez despertara no Olimpo, roubara o fogo celeste para com êle presentear os homens. O rei dos deuses, não suportando o crime horrendo, encarregou a Fôrça e a Violência de acorrentarem o precito ao Cáucaso, onde um abutre roer-lhe-ia o fígado por tôda a eternidade. Mas Prometeu, um obstinado, desvia as lamentações das Oceânides, que o consolam, e as objurgatórias do Oceano, que conspira contra Júpiter, A cólera do Titã recrudesce. Vomita ameaças terríveis contra o soberano dos céus e sublinha que o seu suplício não tardará em converter-se na subversão da tirania. Júpiter, então, preocupado com o mistério daquela frase, envia Mercúrio para que perscrute tôda a verdade. Autoriza-o a libertar a vítima, desde que esta revele de onde vai sair a conspiração. Prometeu, porém, recusa; e, num cataclismo, subverte-se com o rochedo, onde jazia acorrentado.

Por esta ligeira exposição da tragédia de Ésquilo, vê-se a paródia do Prometeu da República brasileira. Rui Barbosa copia aquêle orgulho incoercível. As lamentações da imprensa são tão bem parodiadas. O Cáucaso é que não parece o mesmo, na mitologia e na legenda. Júpiter é a República. Mas, o fogo sagrado?! Êsse facho fulgurante que faz todo o seu orgulho? Acaso êle o foi buscar na América do Norte...

Prometeu-mirim, compenetrou-se, um dia, de que só êle tinha o segrêdo do mistério encerrado no art. 72 da nossa Constituição.

— É isto o que se chama lógica triunfante, lógica infernal, com apoteose no último ato! disse J. Rivas.

— Recordemos como os feitos do marechal Floriano foram pulverizados pelos argumentos plutônicos de Mercúrio.

— Não leram *O Estado de Sítio?*

— Êste livro, tão aplaudido, é o monumento mais completo de sofisticaria humana.

— Caro amigo Cosme, ponderou Carlos de Louvet, você não tem topête para prová-lo.

— Não me proponho provar coisa alguma. Aponto com o dedo os fatos, que são do domínio da psicologia; e depois, cada um faça o juízo que entender. Uma questão de método. Há métodos

para tudo, até para provar que não se tem razão. É preciso muito talento para empregar o raciocínio no intuito formado de não chegar a nada, isto é, de não se deixar cair numa conclusão positiva. É a isto que os sertanejos matreiros de minha terra chamam guardar o salto do camarão.

Tenho alguma prática da vida, e, por isso, posso, hoje, comparar alguns aspectos da existência humana e, especialmente, da atividade psíquica. Ora, como creio que as faculdades do jurista procedem da mesma fôrça genetriz de que provêm as do médico, as do padre, as do artista, as do comerciante, as do navegador, as do inventor, penso que os processos empregados por essas atividades são idênticos; portanto, para criticar as manifestações daquela atividade jurídica basta conhecer um pouco a natureza da energia mental do homem.

Examinando os trabalhos jurídicos de Rui Barbosa, vario apenas de matéria, isto é, passo dos processos de crítica literária para o campo da legislação e analiso os instrumentos com que o jurista a aplica ou a interpreta.

Se bem me lembro, Kant, na introdução da sua *Crítica da Razão Pura,* proferiu uma sentença atarraxante, proclamando que as corporações universitárias, em regra, só cuidam de dificultar a ciência com uma técnica obscura; para não perderem o prestígio com a divulgação das verdades científicas, acrescenta êle. Não há ciência transcendental. Tudo é acessível ao vulgo. A questão reside em simplificá-la, identificando-a com o senso-comum. Mas, a que ficariam reduzidos os advogados, por exemplo, no dia em que um Licurgo se dispusesse a promulgar um código do processo em que os agravos e outros recursos obstrutores fôssem reduzidos à expressão mais simples, de modo que todo mundo pudesse requerer em juízo e defender por si as próprias causas?

Rui Barbosa, apesar do seu talento, ainda pertence à raça daqueles juristas e advogados que pretendem conservar à rabulagem os seus foros de ciência, e que ainda sonham, engolfados na metafísica do direito, com as cebolas de um Egito jurídico-criptogâmico.

Nesse grande orador, há o fenômeno de uma dualidade natural: êle não tem, primeiro, consciência de que alguma coisa age como divindade no seu organismo, e o dirige, *malgré lui,* impelindo-o para regiões que êle mesmo não sabe definir; em segundo lugar, perfeitamente consciente, devorado e muitas vêzes excruciado, como homem social, êle explora o talento, procurando tirar de sua expansão os maiores proveitos pessoais, muita vez contra a própria sociedade, dominado, neste caso, pelo mais feroz dos egoísmos. Rerifo-me aos seus instintos filosóficos, de um lado; e, de

outro, à sua ambição de poder, fundada nos seus incontestáveis talentos oratórios.

Quanto aos instintos filosóficos, devo dizer que Rui Barbosa, pelo que sei de sua obra, não pensa, atualmente, sem que o seu pensamento tome a forma leibniziana. Isto significa que êle, quer queira, quer não queira, há de ser sempre o homem da harmonia preestabelecida, das idéias inatas e do individualismo idealista; portanto, o eterno defensor ou o D. Quixote dessa liberdade abstrata, que, tomada ao sério por um fanático, dá, quando nada, nas extravagâncias de um Robespierre, que, aliás, o orador profliga, à custa de Taine, no seu célebre discurso pronunciado na Bahia.

Agora, no que entende com a sua ambição de causídico, vou, em traços rápidos, e para não mais me ocupar com êste assunto, descrever o que é Rui Barbosa como jurista e advogado.

A sua obra, neste capítulo, não é uma obra sincera; e não é sincera porque êsse homem, quando pega na pena para escrever as suas alegações, só tem um fim, espantar, causar admiração aos ilustrados e vencer a causa que se propõe defender, custe o que custar. Quanto mais absurda fôr a tese, tanto melhor os efeitos finais. Ora, dado como verdade êsse fato, que julgo muito difícil contestar, não há quem desconheça que a obra jurídica de Rui Barbosa traz em si mesma o corrosivo que se encarregará de destruí-la.

Comprometo-me a não escrever outros diálogos sôbre as novas grandezas do Brasil, se me convencerem de que não estou com a verdade.

Falou-se, há pouco, n'*O Estado de Sítio,* livro que foi publicado por alguns amigos do autor como homenagem ao seu enormíssimo talento. Concordo na legitimidade da oferta, quanto ao talento; nunca, porém, quanto à sinceridade jurídica.

Senão vejamos. E, para simplificar a minha demonstração, reduzirei estas observações exclusivamente ao tópico principal da célebre petição de *habeas corpus,* requerido ao Supremo Tribunal Federal a favor das vítimas dos decretos de 10 e 12 de abril de 1892. Nesse tópico, o emérito advogado propõe-se provar a inconstitucionalidade do estado de sítio, decretado pelo marechal Floriano, naquela época, e a conseqüente competência do referido Tribunal para cassar os seus efeitos pelo provimento do recurso.

Rui Barbosa sabia que o primeiro sandeu ao qual se fizesse ler o art. 80 da Constituição da República, e os que lhe são referentes, zurraria imediatamente, escoiceando quem ousasse transferir a competência de que trata êsse artigo para o poder judiciário, a título de censura ou de restauração de direitos individuais desrespeitados. Pois bem: o advogado, ao penetrar no pórtico do Tribunal, disse

consigo mesmo: — É clara como água a matéria de competência; aqui está, entretanto, quem vai fazer com que se veja tudo escuro. Lançarei a dúvida nos espíritos, cindindo as opiniões, perturbando a consciência do maior número, e, como satanás, obrigarei a Justiça a me adorar no alto da montanha.

Eis o grande mágico! A sua obra é uma bruxaria.

Infelizmente, assim acontece. Êsse homem é o que se pode chamar um *rábula transcendental,* acpaz de fazer passar um camelo pelo fundo de uma agulha. A sua astúcia é tenebrosa; a facinação retórica é igual à de Asmodeu.

Procedamos metòdicamente.

Que é estado de sítio, segundo a nossa e as Constituições de que ela foi copiada? Estado de sítio é a faculdade, conferida pela nação ao Congresso, e, na ausência dêste, ao Executivo, sob referenda do primeiro, de empregar a coerção social, discricionàriamente, a fim de evitar que um grupo de homens, em ato de guerra externa, ou nacional, combinados entre si em rebelião, tentem decompor a ordem pública, atacando direta ou indiretamente a organização política estabelecida pelas leis fundamentais. Dessa definição resulta que o estado de sítio traduz-se num aparelho único, o qual, jazendo em repouso, no seio da nação, só passa às mãos do Poder Central para ser utilizado, quando necessário, por deliberação dos imediatos representantes chamado político, ou pelo seu delegado, no exercício dessa função extraordinária, o Presidente da República. Êsse aparelho, portanto, de sua natureza, é íntegro, incontrastável, e representa a soberania na sua plenitude.

E não se pode conceber em exercício, senão pleno, desde que tal função tem por fim produzir a inibição pronta dos movimentos do inimigo da ordem interna e a instantânea paralisação dos elementos congregados para dar vida a êsse mesmo movimento. Nestas condições, pois, a jurisdição do Presidente da República, no que entende com a declaração do estado de sítio, prorroga-se até a reunião do Congresso, que o tem de julgar, — íntegra, intata, inatacável; e tôda e qualquer interferência, no sentido de limitá-la, é revolucionária e atentatória do dispositivo constitucional.

Uma vez decretado o sítio, e conseqüentemente declarado que o caso é de guerra externa ou de rebelião, essa declaração *pro veritate habetur.* Pode não haver razão para que assim se pratique; mas o que é certo é que, pronunciado o fato como existente pela autoridade competente, cessa tôda e qualquer outra jurisdição; e, no caso de êrro, enquanto o Congresso não se houver pronunciado, e, contra a injusta pronúncia dêste, se, por sua vez, também errar na

questão de fato, só se conhece uma fôrça contraproducente, — a revolução popular.

Pergunta-se: um poder da natureza do judiciário, capaz de errar como qualquer outro, — poder que não é político ou de govêrno, no sentido restrito da palavra, nem delegação imediata da Nação, em competência, durante a vigência dêsse estado de sítio e dos seus efeitos lógicos, para, a título de ilegalidade, inconstitucionalidade, declarar terminado o ato de inibição dos revoltosos ou considerados tais, isto é, para conceder *habeas corpus* a tais indivíduos, porque pelo mesmo poder foi verificado que não havia rebelião e que aquilo a que se dava êsse nome não passaria de um motim apenas merecedor da coerção policial?

Creio que o menos versado em matéria constitucional não ousará dizer que sim. A noção é tão clara, que espanta pensar-se numa solução contrária.

Rui Barbosa, contudo, não se embaraçou em enfrentá-la; e, com admirável impavidez, tratou de obscurecê-la; pensou em induzir o Supremo Tribunal em êrro; e sorrateiramente pôs a sua eloqüência em movimento, para provar que existe uma segunda instância, quando se trata do exercício da faculdade do citado art. 80 da Constituição.

Agora, vejamos qual o processo de que usa êsse terrível advogado, êsse Carnéades brasileiro, para chegar à demonstração de que aquêle tribunal tem jurisdição sôbre êsses atos de Govêrno, portanto, está superior à nação, como aquêle imperador da decadência romana, que, declarando-se iminente a tôdas as gramatiquices, fêz a palavra *crisma* passar ao gênero feminino.

I. *Desvio de atenção.* — Processo da La Rochefoucauld. Rui Barbosa dilui a noção central dos seus atritos em noções laterais e minúsculas. O leitor ou ouvinte esquece-se daquilo que constitui ou deve constituir a essência da argumentação; e, arrastado hàbilmente por considerações secundárias, aliás evidentes, só no fim do discurso vem a tomar conhecimento da matéria principal, quando já está fatigado, para não dizer embrulhado, e acaba capitulando. O argumento é, então, forçado, do mesmo modo que a carta de baralho que o prestidigitador insinua nas mãos do espectador.

II. *Acúmulo de citações, de fatos ou de tópicos.* — Processo de Taine.

O orador conta com o desânimo do leitor ou do ouvinte. O argumento principal já foi desviado. Restam os particulares. Que faz o mágico? Começa a desfiar metòdicamente, e sôbre cada proposição parcial, uma verdadeira poliantéia jurídica. Compreende-se

que, no fim de vinte páginas de brilhantes citações de autores, em parte pouco conhecidos, que dizem o mesmo que o orador, não há quem tenha coragem de levantar o cartel de erudição, principalmente porque seria preciso que o objetante realizasse trabalho idêntico. E quem é que, hoje, se abalança a isto? No fim, o leitor só tem um recurso: é fugir, como os inglêses, diante da multidão dos Boxers, na China.

III. *Ocultação do conjunto das idéias do autor citado.* — Processo das antigas sabatinas.

Rui Barbosa cita o útil sòmente; despreza as restrições do autor citado, quando, muitas vêzes, essas restrições acabam tirando tôda a fôrça às próprias conclusões.

Não é raro que isso se verifique, e, incontestàvelmente, se dá, quando o trabalho é feito às pressas. O expositor não teve tempo de ler o autor inteiro e de tomar-lhe a substância.

Adivinha-o. Encontrando o tópico que lhe serve, cita-o, sem verificar os antecedentes; e então sucede, algumas vêzes, que êsse tópico não é do autor consultado, mas de outro, a quem o próprio vai, na obra, refutando.

Nem todo o mundo é Michelet.

IV. *Refração do pensamento.* — Processo antiqüíssimo da Escolástica.

Consiste em fazer passar princípios verdadeiros através de idéias falsas. Rui Barbosa é mestre nestas artes. Chama-se a isso abuso de dialética. A inteligência mergulha, como o olhar, através de vidros diversamente facetados; e o objeto de que se trata surge no pensamento com formas as mais extravagantes, sem que se possa negar a realidade do objeto.

Se quisesse utilizar aqui o sistema do orador baiano, eu citaria, para ilustrar a minha tese, uma récua de psicólogos. Basta, entretanto, para verificar como se pode cair nessa enfermidade, basta ler a *Inteligência,* de Taine, e *As Ilusões dos Sentidos e do Espírito,* de James Sully.

V. *Hipocrisias do estilo.* — Processo de Cícero. Êste processo de nada vale quando o orador não tem talento. Mas, quando o tem, é perigosíssimo, máxime empregado diante das multidões, propensas sempre à loucura coletiva. Rui Barbosa é grande no patético. Representar uma tragédia, quando se trata apenas de provar uma verdade jurídica, não se pode dizer que é um ato de má fé. Mas é um artifício que Dante puniria, no seu Inferno, com penas atrocíssimas.

São êstes os principais recursos, — porque há outros, — de que o nosso Davenport judiciário se serve para conseguir os efeitos ora-

tórios que tão profundamente têm impressionado o público fluminense.

Qual o meio prático de desmontar o *truc*? Êsse meio é muito simples, e está ao alcance de qualquer amanuense de literatura. Faz-se o resumo, esqueleto ou, o que é melhor, o paradigma do artigo, discurso, arrazoado, calcando-o sôbre as proposições e sôbre as cláusulas contidas substancialmente nessas proposições; depois ajustam-se estas às conclusões. Isto feito, procede-se, então, como em demonstração geométrica, por superposição. Pega-se no trabalho em questão e sobrepõe-se o mesmo ao paradigma aludido. O que fôr supérfluo e o que fôr estranho à matéria discutida, ficará, necessàriamente, fora do paradigma; aquilo, porém, que restar incluso, o resíduo da operação, constituirá a substância do discurso, — a sua realidade.

Nada mais fácil do que essa operação.

Operemos sôbre o tópico do *Estado de Sítio* que escolhi para experiência.

Êsse trecho da célebre petição, redigida pelo advogado Rui Barbosa, ocupa, no livro aludido, treze longas páginas (de 28 a 40). Pensam os meus bons amigos que estas treze páginas tratam da função do Supremo Tribunal como segunda instância em matéria de estado de sítio? É um engano: nessas páginas, o advogado, propondo-se demonstrar a realidade dessa jurisdição, chove apenas no molhado; define, com as constituições federais de outros povos e com a opinião dos autores, o que seja estado de sítio; confronta as definições com o fato argüido de ilegal (o que se não põe em dúvida); e quando sente que o leitor está bem saturado do que se apresenta em fileiras cerradas como argumentos a favor da sua tese, sai, no fim, como uma verdadeira escapatória.

Parece incrível; mas é a verdade. Durante doze páginas, Rui Barbosa cita: Elizalde, V. Alsina, Rawson, Irigoyen, Alvear, Alcorta, as constituições do Chile, da Argentina, do Uruguai, de Venezuela, da Bolívia, dos Estados Unidos, Quintana, Tejedor, Clitarco, Longino e até os javalis de Erimanto; para quê? para provar que o sol nasce às seis horas e recolhe-se a igual hora, isto é, para fazer-nos cientes de que a medida do estado de sítio só *deve* ser tomada quando se verificam as condições legais. Mas isto, quem é que põe em dúvida? Ou estou dormindo, ou então o advogado me hipnotizou; porque o que eu esperava era que êle provasse em como o poder político não *pode* declarar o fundamento da sua resolução fora de qualquer estranha interferência, competente para o *impeachment* ou para a censura jurídica de efeitos equivalentes.

Sabem os amigos como Rui Barbosa liquidou essa *horrida questio*? Liquidou-a com êste argumento catastrófico:

"As prisões políticas, que fizeram, no Congresso, onze presos, por que não farão, amanhã, neste Tribunal, os que convier?

"Se recuardes ante êste absurdo, haveis de aceitar a conclusão de que, quando o estado de sítio se estabelece em condições que não satisfaçam à lei constitucional, o *habeas corpus* é o paládio da sociedade ameaçada pela tirania".

— Bravo! Aperte êstes ossos, sr. advogado...

Isto é que se chama, além de tudo, saber História, e também conhecer a psicologia dos tiranos. Leia Alfieri e La Boétie.

Neste ponto da palestra, Carlos de Louvet ponderou:

— Amigo Cosme Velho, não haverá também, neste seu modo de ver, alguma refração psicológica?

— Não o ponho em dúvida, disse o outro; enquanto, porém, mo fizeram ver, vou mantendo a convicção de que o Rui é um rábula genial. Se êle se dedicasse a escrever obras no gênero do *Paradoxo,* de Loliée, ou do *Manual do Demagogo,* de Raul Frary, não nos faria tanto mal... Olhe: Rui Barbosa tem um sestro que é preciso que lhe tirem, — o da *Justiça.* Êsse grande brasileiro deixou-se dominar pela idéia de que a *Justiça* de hoje ainda é aquela *Têmis* de olhos vendados, que nos deram como emblema dos estudos jurídicos na Faculdade de Direito do Recife. É a tal concepção da justiça mitológica de Leibniz, de que o jurista baiano ainda não se libertou. Daí todos os seus raptos de eloqüência religiosa e exortatória sôbre o direito e sôbre a violação da virgindade da Constituição dessa República que êle já vai confundindo com a Monarquia liberal.

É, talvez, o seu Cáucaso, e não sei se será, um dia, o seu Ocaso.

Terminou a palestra às duas horas da tarde. Cosme Velho foi dormir a sesta. No dia seguinte, Brasilino Dias disse-lhe que não faria mais a conferência prometida e que todos estavam à espera da sua sôbre a *Utopia.*

1900, julho.

V

MOSCAS E ARANHAS

Havia grande ajuntamento à porta do Teatro Lírico.

Do lado da Rua da Guarda Velha trilavam apitos; e o povo, inquieto, por grupos de turbulentos, ora concentrava-se junto às entradas do edifício, ora espalhava-se, levantando o alarido das multidões insôfregas.

Seriam oito e meia da noite. Estava anunciada a exibição, por amadores, de uma peça do Dr. Agripino Simões. O tumulto, de certo, não tinha relação com o espetáculo que se ia dar; todavia, era estranho que a polícia, até aquêle instante, não houvesse consentido que o público penetrasse no saguão do teatro.

— Mataram um homem, disse alguém que ficava perto do recanto para onde tinham-se abrigado Cosme Velho e João Rivas.

— Aí vem cavalaria! gritou um popular.

— Não estamos bem neste lugar, ponderou Cosme ao companheiro.

— Quer saber você qual o meu sistema quando o povo se revolta? Não me movo. É inútil procurar a gente dirigir-se no meio de movimentos incertos e cuja origem desconhece. Nestes casos é que se aplica bem o lema dos fisiocratas: *laissez faire, laissez passer*. Quem pode resistir à ação molecular? *J'y suis, j'y reste*. Esperemos.

Com efeito, de onde se achavam, viram um rebuliço estranho na multidão: gritos, berros, corridas desencontradas e, por último, fazendo um grande vazio em tôrno, passaram duas praças a cavalo, em disparada, brandindo espadas.

Que houve? Ainda se está por saber verdadeiramente. Os jornais do dia seguinte relataram o caso de um repto de duelistas feito à porta do teatro.

— Ora, aí tem você, disse João Rivas, como se evita o coice da multidão.

Penetraram no edifício e foram logo tomar varandas.

O salão começou sùbitamente a encher-se. Dez minutos depois, estava repleto. Casa esplêndida.

No semblante de algumas senhoras notavam-se ainda vestígios do susto por que haviam passado.

João Rivas corria com o binóculo os camarotes. Como se demorasse o levantar do pano, passaram a comentar os acidentes personalíssimos dos espectadores; em têrmos usuais, — exerciam a função inocente da *tesoura*.

A *élite* fluminense ali estava, com raras exceções de seus representantes, para ser submetida à exegese do nosso privat-docente, cujo pessimismo, depois do seu regresso da Europa, já fêz dizer a alguém * que não consentiria que seus filhos lá pusessem os pés.

— Como tudo isto é pequenino e *écoeurant!*

— Pois, meu caro, sinto declarar-lhe que estou deslumbrado. Não deixo, entretanto, de confessar que há muito tempo não assisto a espetáculos; talvez por isto é que o de hoje parece tão capitoso. Que quer? Matuto na praça fica todo aparvalhado.

---

* No original estava *alguém*.

— Olhe quem aparece naquele camarote da direita. Um, dois, três imortais... Já temos imortais, sem que o Brasil tivesse criado a sua imortalidade como nação. Isto chama-se o carro adiante dos bois: a função antes do órgão; o filho gerando o pai.

— *Proles sine matre creata!* Diga, que não me oponho.

Com efeito, no camarote indicado, apareciam Machado de Assis, o Visconde de Taunay e Lúcio de Mendonça, que vinham representar aquêle Instituto na festa artística com que Brasilino Dias brindava o povo da Capital.

No da imprensa notavam-se os jornalistas do dia em amistosa confabulação. Seguiam-se: o Centro Artístico, diversas associações e academias, brilhantemente representadas, a quem Brasilino oferecera lugares de distinção. Os demais camarotes, que tinham sido distribuídos com fim humanitário, eram ocupados pelo dinheiro e pela beleza.

Cosme, à proporção que ia vendo e analisando as *toilettes* das senhoras, soltava uns gritozinhos de admiração, que, de mais em mais, contrariavam o pessimismo de João Rivas.

De fato, ou êle estava, nessa noite, sofrendo de daltonismo inverso, ou fôrça era confessar que o Rio de Janeiro progredia em graça e em beleza.

Num camarote perto de cena, entrara uma família desconhecida. Matrona respeitável, de cabelos de prata e pena de marabu, em tope, trajando severo vestido de veludo, entregara a capa ao *groom* e sentara-se em uma das cadeiras do fundo. Precedera-a, tomando assento mais à frente, senhorita de prováveis 19 anos, morena, dessa côr morena do jambo, que os poetas nacionais tanto hão celebrado. Ligeira agitação adelgaçava-lhe as narinas, dando-lhe o aspecto de uma veadinha assustada. O seio arfava; as flores do *carré*, que o cingia, tremiam como se a aragem dos jardins suspirasse desfolhá-las. Súbito, ergueu-se e veio encostar-se à balaustrada carmesim. Era um soberbo espécime da fauna nacional. Uns longínquos laivos de sangue africano carregavam essa feição de tonalidades acres, porventura de uma obtusa sensualidade, que se traduzia nas flechas despedidas por olhos ligeiramente oblíquos e orlados de grandes e negros cílios. A estatura não era alevantada; mas o porte tinha alguma coisa do ímpeto que os pintores figuram em Cleópatra. Lábios rubros e grossos; talho da bôca irritantemente circunflexo; cabelos retintos, amplos, ondulados. A curva e a flexão do dorso acentuavam a soberania, a que, segundo parece, essa menina não era indiferente, pois em seu gesto havia um tique de atrevimento alegre e espontâneo.

Ao pôr as mãos, abrigadas por umas luvas *gris-perle,* cujos canhões perdiam-se em ligeiras rugas na curva do antebraço, houve, na sala, um movimento de curiosidade. Percebendo que era objeto dêsse indiscreto sussurro, a môça velou o olhar, instantâneamente declinou-lhe a projeção e foi perdê-lo, com brejeirice, nos olhos da matrona, que continuava sentada no fundo do camarote.

Chamou Cosme a atenção de João Rivas, que hoje se dedica à pintura com frenesi, e disse-lhe que naquele tipo residia, talvez, o *pendant* do quadro de Sargent, o exímio pintor norte-americano.

— O *Ídolo yankee,* quer você dizer.

Sim. O tipo da mulher tal como ela exerce a soberania na alma daquela gente do sententrião; da mulher que eletriza os corações dos pais milionários e funde em arrôjo descomunal os dos jovens pretendentes. Não foi êsse ídolo que agora presidiu às inenarráveis vitórias de Uncle Sam sôbre D. Quixote?

— Ídolo criado por corações feitos de dólares...

Cosme averbou João Rivas de suspeito. Tôdas as palavras que êsse amigo despendia obedeciam ao lema de gregos e troianos conhecido.

— O meu rancor tranqüilo contra a democracia!

Se o ídolo norte-americano não passava de extravagância própria das épocas em que se erigem colossos à entrada dos portos, como em Rodes, em Alexandria e agora em Nova York, o que diria êle do ídolo dos mestiços da América do Sul, fabricado de pedaços de tupinambás, de cabindas e de judeus de Portugal?!

Era o caso de seringar a saliva por entre dentes cortados em ponta a navalhadas, tomar o cachimbo e cair no fundo da rêde, dizendo: — Somos o maior povo do mundo, com o devido respeito à Abissínia.

Tais conceitos de João Rivas quase tiraram a Cosme Velho o gôsto de continuar a assistir ao divertimento.

A orquestra começava a desferir os primeiros acordes.

Brasilino Dias quisera que aquela noite fôsse uma noite brasileira, e por isso dera à festa caráter inteiramente nacional.

Seguiu-se a execução do majestoso poema de Leopoldo Miguez, o *Prometeu.* O público escutou-o, como sempre, elevado pelo tropel de efeitos de harmonia, que constitui a alma dessa enérgica sinfonia.

— Quando Ésquilo imaginou que a sua tragédia tivesse um eco musical em terras que então nem haviam sido sonhadas por Platão?

João Rivas sorriu. O seu rancor antinativista, não obstante, rugia por baixo dêsse sorriso implacável, tranqüilo, segundo a própria declaração dêsse gramático-poeta.

Disse-lhe Cosme, então, que, se o seu cacoete, por um lado, causava assombro, por outro, provocava em seu espírito irritação igual à que produz nos nervos o roçar de um canivete cego em uma palha de coqueiro.

É conhecido do público o aplauso dêsse amigo às idéias manifestadas por João Ribeiro em diversos artigos publicados na *Revista Brasileira*. João Rivas como que ansiava, naquele momento, atirar sôbre o seu otimismo um pessimismo incoercível, já se sabe, sòmente no que toca à democracia americana, e especialmente à brasileira.

O lugar não era o mais apropriado para discussões de tal natureza. Em se tocando nesse assunto, porém, é inevitável, entre os dois, o tiroteio e a luta de guerrilhas. O menos que faz Cosme, nestes momentos, é duvidar do seu real talento para a pintura e dizer-lhe, repetindo as palavras de Novikov, que o Guilherme II, com o seu darwinismo místico, chegaria a constituir-se o chefe dos flibusteiros da Europa.

Voltou à mofina.

— Onde leu você êste despautério?

— Onde li? Li na obra *Consciência e Vontade Sociais*.

— Ora, os russos chegaram agora à filosofia... Isto é obra de cossaco.

— Há de convir, todavia, que êste cossaco tem parentesco com outros cossacos que andam a espantar o mundo com os seus livros extraordinários, penetrantes e cheios de sugestão.

— Bárbaros! pouco diferentes ainda do que eram quando Pedro o Grande pretendeu envenená-los com o ocidentalismo. Uns Ivans Terríveis mal descascados...

— Seja como fôr, o russo disse alto o que o bom-senso já formulara *sotto voce*. O Imperador da Alemanha "está convencido de que a flibusteria internacional é a mais gloriosa e a mais útil das emprêsas". E é devido à impetuosidade genial dêsse homem audacioso, acrescenta Novikov, que a Europa não tem conseguido acelerar a sua marcha para a federação do continente.

Entretanto, você exulta diante dessa grandeza e não sei por que caminhos andou para chegar à conclusão de que a Alemanha, com sua enorme cultura e a sua teoria das raças, com a sua política escapulida do direito internacional predatório, apesar das lições de Bluntschli, está destinada a solenizar o princípio do século XX com a inauguração do seu império científico e colonial. Mas, neste ponto, é que caberia badalar o célebre verso de Virgílio: *Maximum ab integro seculorum nascitur ordo*. A loucura da expansão achou, por fim, um salutar aviso na fôrça nova que acaba de explodir nas Antilhas e nas Filipinas...

A conversa interrompeu-se. O pano subia. Fêz-se silêncio na sala. Começou a representação.

O cenário simulava uma floresta. Do lado direito havia uma clareira, no fundo via-se uma teia de aranha de proporções arqui-colossais.

— Ao que parece, temos uma mágica-bailado, disse João Rivas. O programa menciona *Bailado Simbólico da Irrisão Eterna.*

— Desconfio que há paródia de nefelibatas. Um homem de tão apurado gôsto como o Dr. Agripino não se deixaria levar por escolas efêmeras.

— Vejamos em que consiste a irrisão eterna dançada e gesticulada.

Relâmpagos, trovões, ruídos subterrâneos. O palco escurece. Um golpe de luz elétrica, cuspido de súbito sôbre a teia, ilumina a cena; surge uma aranha com o rosto formoso de uma atriz. Não é, porém, uma aranha vulgar. Luminosa, com antenas de ouro, traz ao pescoço um colar de dólares e, nos anéis do ventre, as côres azul e encarnada; o dorso é constelado de estrêlas. O interessante personagem, vindo até a bôca de cena, profere mais ou menos êste discurso:

— Eu sou a aranha mais poderosa e bela desta vetustíssima floresta. As minhas irmãs ainda são pequenas. Fazemos guerra a uns besouros dourados que vivem em uma floresta negra, situada muito longe reino. Ambiciosos, êstes besouros malditos atravessam os mares, conduzidos pelos ventos, e vêm fazer incursões nestas paragens, roubando-nos as melhores flôres. Destruímo-los quando pudemos. Vêde aquela teia: é contruída da minha própria substância; é uma teia adamantina. O destino que reina em tôda esta região fêz-me a fada dêste bosque. Meus olhos luzem mais do que os dos outros; as minhas antenas multiplicam-se; a minha fôrça chega a atrair o raio e subordinar tôdas as fôrças que residem neste solo, nos regatos, nas árvores e nos animais. Houve um besouro que um dia pretendeu estabelecer-se como rei na vizinhança; ajudei as aranhas minhas amigas a batalhá-lo, e o besouro foi devorado. Os instintos de tais insetos são incompatíveis com a grande e saudável floresta de Longfellow.

Segue-se uma valsa pela orquestra, de efeitos mágicos, uma surpreendente onomatopéia. Há, na peça, ruídos de locomotivas, silvos agudos de vapôres, rumôres surdos de multidões que aclamam. A aranha-fada executa um solo característico, no qual a ginástica toma o feitio coreográfico. A atriz projeta-se em saltos mortais de trapézios ocultos pela folhagem, e, por fim, voltando à teia, emaranha-se nela, envolvendo-se nos fios em posições gráceis e de prodigiosa agilidade. De repente, a acrobata desaparece; os fios da teia convertem-se em fios telegráficos e iluminam-se de fogos cambiantes. A orques-

tra rompe, então, num galope infernal. A floresta povoa-se de búfalos negros, perseguidos por índios apaches e delawares. Grande e fantasmagórica quadrilha.

Escurece. Rolam ao longe descargas de canhões. Os caçadores limpam a floresta. Amanhece. Restabelecido o primitivo cenário, a fada retoma a sua teia. As aves gorjeiam. Uma orquestra de grilos e mosquitos começa uma sinfonia original, que de repente se interrompe. Os pássaros, atentos, dos galhos dos arvoredos, espiam: uns gemem de curiosidade, outros pipilam amedrontados. Um zumbido, acompanhado pelos violinos, ergue-se, cresce, cresce ainda, aproxima-se, invade o ambiente e chega, por último, como um ciclone em fúria. Os contrabaixos vibram na orquestra; os metais estalam; os timbales e os bombos ecoam com estrépito.

É o exército de besouros que entra em cena. Dirige-o um coruscante general de asas azul-douradas, cavalgando um inseto hipogrifo de côres metálicas; traz capacete, usa armadura e apresenta-se à frente, de escudo e de lança em riste. Investe contra a teia. Ária marcial; marcha; depois, passo de carga.

A ansiedade torna-se geral. As aves emudecem. A aragem cessa de mover as fôlhas do bosque. Como que há uma paralisia universal. O exército de besouros cai fulminado; alastram o chão corpos inertes. A orquestra agita-se em surdina. Só dois personagens se movem: o cavaleiro-besouro e a fada-aranha. Enfrentam-se; o besouro hesita, finalmente avança e emaranha-se na teia; a aranha, então, em golpes, decisivos, com olhos coruscantes, em uma beleza irradiada de fúlgidos resplendores, enérgica, soberana, finca sete vêzes o farpão dourado na cabeça do inimigo, que, instantâneamente morto, é logo envolvido em uma rêde inextricável. Hosana! nos metais da orquestra! Segue-se o hino triunfal. A floresta acorda e. . . principia o engrossamento da fauna e da flora circundante. O compositor procura simbolizar êsse movimento na polca característica das flôres, dos insetos e dos lagartos, e termina pelo côro dos sapos e das minhocas.

— Aos vencedores, as batatas! diz João Rivas, rindo a bandeiras despregadas. Agora vamos ao maxixe.

À sua intenção agressiva não correspondeu nenhuma cena posterior.

O pano baixou sôbre o quase silêncio da platéia.

Durante o intervalo, procuramos descobrir, no semblante dos espectadores, os variados sentimentos produzidos pela peça, pela música. Havia a mais completa reserva quanto ao êxito da idéia. Apenas ouvi de um espectador, que se achava na minha frente, que aquilo, quando muito, seria excelente para crianças.

— E a música? Mas a música é esplêndida!

— O Alfredo Neoptólemo * veio ainda uma vez provar o seu talento no gênero sinfônico. Os motivos americanos mergulhados na ornamentação complexa do wagnerismo, excelente! que técnica!

João Rivas calou-se.

Passamos a contemplar a fauna dos camarotes.

O *ídolo brasileiro,* a morena de olhos expressivos, lá estava encostada ao balaústre, em uma languidez tropical de extenuação artística. Os olhos, todavia, lançavam chispas perigosas. A narina, adelgaçada pela emoção, traduzia o movimento revulsivo de quem busca subtrair-se a si mesma, repousando em uma indiferença factícia.

Aurélio Nabor, no camarote do Instituto Histórico, de pé, correto como um anglo-saxônio, percorria com os olhos serenos a confusa multidão. No seu semblante pousara, entretanto, um gesto de franca reprovação à peça. Dir-se-ia que êle perscrutava, nessa platéia variegada e de aptidões estéticas dissonantes, algum pensamento oculto. A platéia era um cameleão: iludia-o. Só no quarto de dormir de cada espectador seria possível surpreender o verdadeiro sentido dos rumôres que então se ouviam.

João Rivas saiu. Durante o resto do intervalo, Cosme entreteve-se em ler o libreto.

Levantando, entretanto, os olhos, notou uma circunstância que lhe passara despercebida. Na primeira fila da platéia, estavam sentados, juntos, Carolino de Louvet, Cosme Peixoto e Cosme de Morais.

— Que estarão aquêles três amigos ruminando, tão quietos e calados?

Lembrou-se do que ouvira uma vez a Cosme Peixoto, relativamente a uma peça de Bizet, executada nos concertos clássicos do teatro de S. Pedro. Dissera-lhe êle que Bizet, nas *Erinyes,* conseguira provar que os gregos já conheciam o Zé-Pereira, pois tal era a impressão que lhe deixara a cena da orgia.

— Naturalmente, os três, pensei eu, estão cortando o Neoptólemo em fatias para *sandwiches.*

Continuou a ler, tão distraído, que o João Rivas retomou o seu assento sem que o percebesse.

A orquestra encetou o segundo ato; o pano levantou-se.

Uma floresta na Amazônia. Mar de água doce no fundo. Paisagem fluvial monótona, grandiosa, intérmina, cheia de tons quentes que lembram febres palustres, índios bravos e o desânimo de uma região inexplorada.

---

* Alfredo Neoptólemo: Alberto Nepomuceno.

João Rivas não quis concordar em que o cenógrafo tinha conseguido êstes efeitos. Além disto, a paisagem tropical não prestava; não tinha seduções para o pintor; devia ser banida até da arte, acabando-se essa mania que o mau gôsto de Chateaubriand plantara no espírito do século.

Fechando ouvidos às suas observações paradoxais, Cosme procurou prestar atenção ao espetáculo.

Na parte do palco que representava o litoral do grande rio via-se um pano de floresta colossal. As árvores, em razão das nervuras nelas postas pelo pincel do artista, dir-se-iam gigantes de Miguel Anjo. O diabo do cenógrafo dera-lhes vida extraordinária. Os troncos traziam à imaginação confusos aspectos de peças de carne viva; de sorte que a vegetação parecia humana, mas de uma humanidade antediluviana, plutônica, obsedante, ameaçadora, satânica.

Como no primeiro ato, entre troncos emaranhados por cipós, havia também uma grande teia, em cujo centro repousava, embalançando-se, uma aranha auriverde, adornada esquisitamente de um pequeno cocar de penas. Em tôrno, esvoaçavam colibris e borboletas multicores.

A orquestra começa, então, um bailado aéreo, característico. Os coqueiros e as palmeiras, à margem do rio, agitam-se. Araras grasnam, sagüis e macacos assoviam; ouve-se, ao longe, o ronco do guariba, que salmodia, no meio da mata, a sua reza lúgubre, acompanhado do côro dos capelistas. De vez em vez, repercute o estrondo da sucurijuba, que, no meio das águas, espera o bicho-homem.

Passam e repassam bandos de periquitos, alegrando a amplidão da paisagem com a nota ligeira e indiscreta da espécie. Essa alegria, que se casa com a limpidez do céu e o fulgor da luz e das côres tropicais, é, porém, interrompida por um som soturno, que os contrabaixos e tambores, na orquestra, acusam como vindo subterrâneamente de distância incomensurável. É a pororoca amazônica, que sobe, misteriosa, terrífica, do abismo dos mares. A natureza inteira sente o perigo. Invadem-na movimentos precípites de sístole e diástole; depois, a região cai em angustiosa síncope. A aragem emudece. Nem um vivente ousa respirar. Os rumôres longínquos crescem, avizinham-se. Há como a curiosidade da morte. A vida, em tôdas as suas formas, sofre destas crises. A pororoca, porém, não é a morte; antes, parece epilepsia regional resultante de um regurgitamento de fôrças ainda não disciplinadas.

Um morcêgo tonto atravessa a amplidão; vibra as asas em trêmulo, ziguezagueia e some-se na escuridão da mata. Os rumôres aumentam, coligindo todos os brados da floresta; já não são mais subterrâneos; explodem fora, no ar, por cima das árvores, como trovões em uma louca tempestade.

O espectador experimenta, nas combinações orquestrais, sensação igual à que teria se a catadupa de Niágara se movesse através do Amazonas.

O proscênio escurece. No fundo, vê-se passar uma onda enorme, refervente, espumante, alva como um rôlo de garças, no dorso da qual se agitam, em turbilhão, galhos de árvores, troncos enormes, arrancados às florestas marginais como juncos manejados por mãos infantis.

Súbito, a orquestra estaca e a cena se transforma. Os violinos principiam, em quintas, um trêmulo quase imperceptível, imitativo do despertar de insetos. Clareia o dia. Há efeitos de luz na cena. Os raios do sol, que se levanta, vermelho, sôbre a face tranqüila do rio, corporizam-se, por assim dizer, em feixes de setas, que o selvagem agarraria para preacar o tapir erradio e parvo.

A aranha dourada, que é também a fada daqueles rios, treme na teia e canta a lenda do irapuru, que é um pássaro extraordinário, dotado da faculdade de atrair, pelo canto, tôdas as aves da floresta. Ela canta, e de tôda a parte voam bandos de araras, de anuns, de garças e gainumbis. A ornitologia amazônica inteira vem cortejar a soberana. Segue-se o côro das aves, que termina por um bailado em que tomam parte as feras do bosque. O côro dos jaguares faz tremer o ambiente.

Num momento dado, tudo cede. Ouve-se um silvo. É o índio que se aproxima. Não vem só. Acompanha-o o homem branco, que traz embaixada às riquezas daquelas terras. Os jaguares urram, os guaribas coçam-se e assoviam. O reino inteiro dos pássaros solta um ruído festivo e sonoro. A fada recebe a embaixada. Rompe um tercêto, em que se harmonizam as vozes desta e do homem vermelho e do homem branco. A aranha estende a antena para o Amazonas e ordena que os monstros das febres recolham-se aos seus antros.

Torna a mudar-se a cena. O teatro representa o copiar de uma casa de vivenda, à margem do Guajará. É a hora da sesta. Em uma rêde de tucum embala-se gentilíssima menina na primavera dos 15 anos; fulgura-lhe nos olhos o amor vago de grandezas desconhecidas, junto à precoce fadiga do ideal. É morena, e nas veias circula-lhe o sangue misturado do branco e da filha do mundurucu. O compositor, neste ponto, introduz na sua obra a primeira parte da *Suite Brésilienne,* de Alberto Nepomuceno. A menina sonha; e, no sonho acordado, como que se lhe insinua na memória a recordação do tempo obscuro em que ela, na pessoa de antepassados, reinava absoluta nas regiões da Amazônia. A teia ancestral, que a defendia, aparece-lhe como visão fugaz. Hoje, a conquista dá-lhe aquela rêde, aquêle tijupar e as roupas de linho com que se adorna. Tinem os

pingentes de ouro em suas orelhas. Não longe, silva a lancha a vapor, singrando as águas do Tocantins. Desperta. As companheiras tardam.

Um bando de porcos bravios invade o jardinzito e, num momento, fossando, levantada a terra com a belfa, arrancam tubérculos, destroem flôres e desaparecem com ruído. Um bando de periquitos hostis e gritadores abate-se, ao mesmo tempo, sôbre o vizinho milharal, e num segundo suspendem a colheita mal guardada.

A morena ergue-se de susto; contempla o estrago; não vê seus progenitores e, fatigada, sacode-se de nôvo para o fundo da rêde, soluçando. Balança-se.

Uma aluvião de môscas-varejas invade o aposento, e, por fora, corveja um bando de morcegos, em que a imaginação torturada da rapariga chega a pôr fantásticos chapéus de lazaristas.

Estas môscas e êstes morcegos, pensa, não são da terra! que me querem? Deus meu! Que me querem, êstes monstros?

Um grito lancinante de horror constringe-lhe a garganta...

— Fora! fora! Abaixo a peça! grita Carolino de Louvet.

— *Conspuez l'auteur!* bradam os dois Cosmes, Peixoto e de Morais.

E houve uma vociferação sem nome num grupo que imediatamente se formou em tôrno dos três amigos inseparáveis, — que também podiam se chamar os três inimigos da alma. Baldados foram os esforços dos diretores do espetáculo em fazê-lo voltar à ordem. A pateada triunfou, baixando o pano, com grande pesar de Brasilino Dias, a quem os pateadores chegaram até a desrespeitar.

João Rivas estava nas suas sete quintas.

— Ora, o nefelibata! Para que havia de dar?!

— Que supõe você?

— Está claro. Isto é uma desaforada alusão ao caso do Amazonas.

— Está enganado. Se assim fôsse, o Carolino de Louvet aplaudiria.

— Então, que é?

— Môscas e morcegos...

— Mas que têm o Carolino e os Cosmes com os insetos e os vespertílios?

— Lembre-se do que dizia a mestiça que se embalava na rêde. "Êstes bichos não são da terra".

— Sim... da terra amazônica; podiam ser, entretanto, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Sul...

— Não. Carolino de Louvet, neste caso, não se ofenderia, já lhe disse. As môscas e os morcegos de chapéus de lazaristas aludem

a fatos mais gerais. O Dr. Agripino não andou bem. Êle, com o seu simbolismo, foi tocar nos partidos sociais, e, como você sabe, há sempre perigo em desinquietar as coisas que acabam em *ismo*. As môscas e os morcegos são de fora do país, não pertencem ao Brasil. *Inde irae!*

Algumas famílias tinham-se retirado. Saímos e fomos cear no Stat München.

João Rivas ficara pensativo.

Surpreendi-lhe o pensamento entre um bocado de carne defumada e um chope de cerveja Teutônia.

— Não temos ainda a aristocracia dos intelectuais. Aquela cena!...

— Que tem aquela cena? Acaso na Europa não se passam coisas muito mais lamentáveis?

— Qual! É indispensável que o inglês e o alemão tomem conta desta terra.

— Aí vem você com as idéias do João Ribeiro.

— E tem êle carradas de razão. Quem uma vez viu o que é a civilização nos grandes centros, não pode mais suportar Brasis. A minha opinião é que nós, quanto antes, devemos entregar o solo a quem o possa transformar. A negróide nunca sairá da inlústria de caixas de fósforos, fabricados com palidos vindos da Suécia, nem da política do rôlo, do batuque e do engrossamento. Venham os intelectuais, e que a aristocracia das raças superiores nos governe.

— Então, neste caso, abra-se o coração nacional à hegemonia americana.

— Aquilo não é nação: é acampamento de beduínos do dólar.

— O que você quer, sei eu: a repetição da Renascença, da vida incomparável dos Bórgias, dos Médicis, dos Colonas, dos Orsínis. Mas, de tais intelectuais, *libera nos Domine!* Onde iria parar o Brasil entregue a um paganismo sem contraste? Não é de inglêses nem de alemães que precisamos, *seu* João Vivas: é de equilíbrio nos nossos apetites e de maior subordinação dos instintos e da fantasia ao sentimento. E nem se diga que as raças de que saímos não têm ética. Ao contrário disto, observarei que o português nunca deixou de ser agarrado ao solo e à família; que o índio sempre foi altivo e sofredor; e que o negro raramente desprezou a paz ou se afastou dos seus afetos. A fusão de tais elementos étnicos não devia produzir senão o aperfeiçoamento das respetivas qualidades. Não desesperemos, pois, do surto que a raça brasileira tomará, procurando os seus destinos.

— Mas nunca na educação dos democratas e com essa hedionda igualdade, negação do progresso e vilipêndio da nobreza humana.

— Ora, esqueça-se disto. Não me esteja a repetir as opiniões de que o João Ribeiro fêz praça na *Revista Brasileira*. Não o compreen-

do quando declara que não é patriota e não se sente liberal, simplesmente porque o grande Goethe disse que a civilização era tranqüila. Digo que não o entendo porque, posta de parte a *pose* dêsse gênio, quando se *jupterizava* no Olimpo grego para impor-se às massas, ninguém foi mais *chauvinista* do que o autor do *Fausto*, que só não fêz o papel de Wagner porque não sofreu os desprezos de Páris e teve um rei que o aproveitasse como seu factótum. Se é verdade que a civilização se produz na paz, isto é, se elabora nos cérebros dos gênios e na serenidade da meditação, não menos certo parece que essa elaboração nunca se traduz sem vencer oposições, sem crises, sem revoluções. Está provado que, quanto mais intensa é a idéia, mais profundo se faz o movimento que a tem de transportar à vida, restaurando a organização da sociedade. E, com certeza, o grande Goethe não pensou diversamente. O horror, portanto, de João Ribeiro aos movimentos, ou revela um encalhe de idéias gerais, ou é uma *fumisterie*.

— Na América, pelo menos, como bem diz êle, o patriotismo é um sentimento mortal. "Ou a América será cosmopolita e humana, ou não será".

— Também não compreendo êste postulado, nem tampouco a razão por que o aborígine, provisório americano, deve ser neutro entre os progressos continentais e a civilização do planêta ou da humanidade.

Não compreendo; tanto importa aconselhar às nações sul-americanas que se suicidem! Quando o mundo dá o espetáculo da individualização crescente dos povos, das sociedades, não sei o que possa significar essa preconizada neutralidade. Não serei eu, pois, que sugira ao ínfimo povo da terra que desarme-se do seu nativismo, simplesmente por amor a uma organização universal que ainda não passou de proposta e que faz sorrir os homens práticos, ainda mesmo quando essa proposta parte do Tzar da Rússia. O cosmopolitismo é um sentimento individual; ainda é cedo para que êle ouse transformar-se em social. Logo que êsse sentimento age, ou toma a forma da loucura anárquica, ou se ajeita a sindicatos parasitários de gôzo ou de luxúria. Enquanto, porém, a proposta de paz universal não passa em 3.ª discussão, comamos êstes camarões, que bem podem estar maquinando alguma revolta para derruir nossos estômagos.

1898, outubro.

VI

UTOPIA

Cosme Velho recebeu há dias um convite nestes têrmos: "O abaixo-assinado pede a C. V. para assistir à festa íntima que oferece

aos amigos em sua nova residência, *Vila Excelsior,* no Andaraí Grande, a qual será inaugurada no domingo próximo às 9 horas da manhã. — *B. Dias*".

Afastado, por espaço de um ano, do Rio de Janeiro, já lhe causavam saudades as magníficas reuniões do Ático fluminense. Pode-se, portanto, imaginar o prazer que lhe causou êste chamado. Iria abraçar um ótimo amigo e reatar as antigas palestras com os excelentes companheiros do pequenique ao Corcovado e os ouvintes da conferência aí feita em 1898, que tanto deu que falar aos maldizentes.

Que surprêsa reservaria êsse famoso artista da vida, cujo gôza se traduz diàriamente em deliciosos atos de beneficência?

Nesse mesmo dia encontrou João Rivas na Rua do Ouvidor. O que tem êle dito de mal e de bem sôbre êste seu velho camarada, é escusado repetir. Como é de prever, trocadas as primeiras palavras a respeito de moléstias passadas, e eliminada a fatal referência da bubônica, engalfinharam-se na eterna querela, não da colocação dos pronomes, mas do nunca assaz esgotado pessimismo. Naturalmente, falou-se em China. Ah! neste ponto, respirou e abriu a válvula. Não há exagêro em dizer que estava cheio até o gorgomilo; e então foi um dilúvio de impropérios contra os inglêses. Pois, se há um ano não achava com quem conversar a respeito e dizer o que pensava da guerra do Transvaal! Sim: a China!

— Mas que tem a China?

— Quem tem a China?! Ainda pergunta? Diga *Finis Europae!*

João Rivas sorriu.

— Olhe que eu sou professor de história da civilização. Isto que você está a dizer é o que os inglêses chamam um *nonsense.*

— Pouco importa. Não receio passar por insensato, contanto que saia de meus lábios a verdade.

— Qual verdade... A única verdade é a que todo o mundo sente. As potências vão retalhar o Celeste Império; e ai de quem não aplaudir êsse ato de *vandalismo científico.*

— Ah! compreendo... Vandalismo científico. Perfeitamente... Estamos de acôrdo. Êsse vandalismo é uma espécie de maometismo, aplicado à Ásia: "muda já e já a tua civilização, ou morre!" Conheço êste direito público internacional desde 1893.

— *Distinguo...*

— Não há *distinguo,* nem meio *distinguo.* Os telegramas aí estão. Os Boxers vão obrigar a Europa a ter juízo; e se não o tiver, então veremos, talvez realizada mais cedo do que seria de esperar, aquela proposição sustentada paradoxalmente na *Semana,* em 1894, de que se aproximava a queda ruidosa do direito público internacional eu-

ropeu e a dissolução do célebre *grupo jurídico,* fora do qual não haveria salvação, conforme pregava um sociologista italiano; e que tudo isto se verificaria graças ao concurso do quarto estado e da coalizão do mundo transatlântico, ameaçado pela voracidade e delírio expansionista das chamadas potências históricas. Os asiáticos entram hoje em cena, como já entraram os Africânderes.

— Fantasias! *Words! words!*

— Pois sim. Lembra-se você do jubileu da Rainha Vitória?

— Que tem isto com o caso?

— É uma simples aproximação histórica. Sabe você quanto esta festa de decadência, *à la romaine,* impressionou os anglo-maníacos. Houve quem nela enxergasse uma glorificação da humanidade, então representada pelos *Englishmen of God,* o povo sagrado, na frase de Cecil Rhodes. Não eu; que, ao ler a descrição do préstito, quando atravessava as ruas de Londres, à frente os Rulers das colônias e piquêtes vestidos com os librés das nações americanas, asiáticas, africanas e australianas, senti uma impressão igual à que teria diante de uma procissão carnavalesca, logo transformada em cortejo fúnebre; e tal foi a minha indignação, que não resisti ao desejo de lançar no papel estas sensações; e o fiz, na verdade, mandando para a *Revista do Brasil,* de São Paulo, um artigo com o título *O Fetiche,* no qual pintava a Rainha Vitória, regina-imperatrix-bretualda-vitrix, como um ídolo, a cujo rosto os seus adoradores haviam impôsto a máscara de Durga, divindade asiática que preside às carnificinas neste mundo sublunar. Devo acrescentar que, o que mais me irritou, foi a ironia acerba, junto à mentira das estatísticas, com que os autores dêsse engrossamento zombavam do mundo, procurando induzi-lo em erros de fato deploráveis. Por exemplo: em um diagrama, publicado, aliás, em jornal da maior respeitabilidade, se representava a potência naval da Inglaterra como um elefante, e os Estados Unidos, como um mosquito, isto, pode-se dizer, nas vésperas de serem esfaceladas duas esquadras espanholas por Dewey e Sampson; e assim o resto.

Nunca D. Quixote se mostrou tão ridículo, se é que Butler, no seu famoso *Hudibras,* descrevendo êsse magistrado presbiteriano, cuja mania era julgar-se com vocação de corregedor dos defeitos dos outros pelo ensino e exercício do trabalho e da paciência, não quis ver antecipadamente a Inglaterra de hoje dominada da preocupação de regenerar a espécie humana, rasgando-lhe as crenças, amputando-lhe a energia, humilhando-a até a suicídio; — roubando-a.

— Isto é jingoísmo de fora para dentro.

— Diga o que quiser. A verdade se fará ver, mais cedo ou mais tarde. Os Boxers estão defendendo a América do Sul. Atenda você a uma coisa. A Inglaterra, que é a única causadora do que se está

passando no mundo, pois não foi outra nação a mestra da política predatória internacional; a Inglaterra vivia se expandindo caladinha. E, enquanto assim se comportou, o mundo a aplaudiu e nela acreditou. Mas nada mais certo do que o ditado "quando Deus quer perder o homem, tira-lhe o juízo". O orgulho entonteceu os seus homens políticos, bem contra o conselho dos seus filósofos sinceros e dos seus pensadores desinteressados; e êsse delírio, propagando-se pela classe nobre, naturalmente distraída dos estudos sociológicos do mal, isto é, aos empresários do *fenicismo* moderno, aos mercadores-piratas, cuja moral tem descido, nestes últimos tempos, até à animalidade dourada e feroz da decadência romana. E, infelizmente, há, por aí, uns intelectuais incoerentes, antidreyfusistas na França, dreyfusistas em qualquer outro lugar, cosmopolitas sem consistência por tôda parte, os quais, impressionados com o darwinismo aplicado à política e à civilização pelo espírito paradoxal de alguns modernos alemães de gênio, gloriam-se de pertencer àquele grupo de seletos, que pretendem ressurgir os paraísos da Renascença italiana. Bem sabe você que eu vou direito ao recente impulsionador do espírito *frondeur* científico-literário. Quero falar de Nietzsche e da sua teoria do pró-homem. Mais do que ninguém, você conhece o brilho, o fulgor com que êste grande poeta, ostentando um luxo de erudição e cultura clássicas, procurou esmagar o proselitismo cristão e a democracia oriunda do movimento plebeu de 1793 e demonstrar que a humanidade busca, não aperfeiçoar-se, o que é uma utopia, mas produzir, pela seleção das raças, e, na raça, pela da classe aristocrática, e, na classe, pelo apuro de alguns tipos, pelos grandes homens destinados a glorificar a vida no seu supremo ideal terrestre. É bonito, não é? Pois bem: Nero não pensaria melhor; e, se vivesse hoje, regendo o industrialismo cruel dos anglo-saxônios, em quem os apetites criados pelo luxo de uma arte desvairada, que lhes propinam Rudyard Kipling e outros artistas *ejusdem furfuris*, estão a pedir misericórdia, êle, talvez, já houvesse transformado o mundo num Coliseu universal. Então veríamos a realidade da política das potências históricas. Um vasto circo contendo tôdas as nações; mercadores gananciosos a arrastarem para o centro dêle Krupps e Armstrongs enormes, e tão arrojados como os tigres da Hircânia e os leões da Numídia, — as feras do fim do século XIX; os reis presidindo à festa; os anarquistas rugindo nos ergástulos, até que chegue a sua hora; e os chineses, os bôers, e, quem sabe, quais outros *cristãos-novos*, atirados à arena, onde se baterão com os monstros da guerra para divertimento dos espectadores imperiais e seleção da espécie, sem prejuízo dos grandes homens, que descobriram o segrêdo dos *trusts*.

João Rivas tornou a sorrir, e buscou convencer o amigo de que estava sonhando acordado.

Teria sonhado? A realidade não seria o sonho de Protágoras?

Passaram a outro assunto.

— Recebeu você um convite do Brasilino?

— Recebi.

— Que festa é a que êle anuncia?

— Ah! meu amigo, o nosso anfitrião está, ao que parece, atacado de megalomania. Pois não sabe? Êle quer transformar o Rio de Janeiro. Comprou uns terrenos na falda da Serra da Tijuca, em Andaraí Grande; e não imagina o que um arquiteto célebre já fêz nesse trecho de montanha, para satisfazer os seus caprichos, — um pedaço dos jardins de Semíramis, creia.

— Então é isso que se inaugura?

— Parece que sim.

Cosme passou o resto da semana inquieto. Não tendo que fazer, pôs-se e recordar leituras velhas.

Abriu o Tucídides e começou a saborear o quadro da peste de Atenas, pedaço de literatura que, segundo se diz, o sr. D. Pedro II muito apreciava e exigia que todo o mundo conhecesse. A analogia da bubônica afastou-o do livro. Procurou outra distração. Que havia de ser? Ah! lembrou-se da *Viagem Dantesca,* de J. J. Ampère, livro delicioso, que já havia muito tempo não folheava. Por que, hoje, não fazia-se crítica por êsse método tão interessante? Que belas páginas não escreveria, por exemplo, Coelho Neto, se se dispusesse a dar-nos una *Viagem Alencarina.*

Chegara, afinal, o domingo almejado. Às 5 horas, ergueu-se do leito; às 6 horas, depois do café, envolveu-se no seu *macfarlane* e dirigiu-se para a Rua de S. Francisco Xavier, onde passa o bonde de Andaraí Grande. Seriam seis e um quarto quando apontou o veículo. Vinha quase vazio àquela hora; no último banco, estava sentado um prêto velho, estremunhado de sono, que, de vez em quando, falava com o condutor.

— Pai velho, não te agüentas, vê que não vás cair. Quem tem essa idade, não sai de casa. Olha que a cabeça já parece de algodão.

— Uê! replicou o ancião; sinhô môço tá rindo di véio. Pois sim: véio ainda regula. Tá vendo, ioiô: foia tá branca ni cabeça, mai raiz tá verde, — não se perde.

Cosme Velho riu-se do comparação do africano e pôs-se a matutar.

Havia nevoeiro, e as perspectivas do vale recusavam-se à contemplação. Na altura da Rua do Eduardo, entraram no bonde dois

passageiros: eram Carolino de Louvet e Basílio Côrtes. Seguiam com o mesmo destino. Não viram Cosme, que, por cavilação, puxou o chapéu para cima dos olhos, envolvendo-se no *cache-nez.*

— País perdido, êste Brasil! Bem diz Sílvio Romero que, nesta terra, tudo é grande, só o homem nada vale. Dominados pela vaidade de que é nosso o maior rio do mundo; de que são nossas as florestas mais profusas em vegetação; de que nenhum país tem um Pão de Açúcar; de que o Corcovado é superior ao Righ; finalmente, de que não há, na Terra, estadista superior ao Sr. Malheiro Ribas.. deixamos tudo à gaita e nos deitamos todos os dias certos de que o câmbio, por influência do hipnotismo, chegará a 28 ou 29, quando menos esperarmos.

— Você é um maldizente, meu Louvet.

— Não sou maldizente. Vejo: eis o que é. Olhe. Só existe um meio de salvar esta pátria apodrecida: é deixar que os frades façam a sua obra de pregação.

— Compreendo: um México do tempo do general Santa Ana... Mas, se vier um Porfirio Díaz?

— Não virá, aposto eu. O povo está profundamente convencido de que foi a ausência da religião que...

— Que irritou... diga; que irritou o catolicismo da libra esterlina, e a fêz fugir para a City, apesar de ser ela hebréia até à medula. Não é assim?

Carolino de Louvet sorriu com o sorriso amarelo e cáustico que todos lhe conhecem.

Nisto, os dois voltaram-se. Cessou o diálogo. O bonde tinha chegado ao ponto extremo da linha. Apearam-se. Num telheiro próximo, estavam cavalos aparelhados para a subida da encosta. Cosme esfriou. Havia vinte anos que não montava; e, lembrado da última queda que sofrera numa excursão pelo seu estado natal, teve um arrepio na espinha dorsal. Todavia, cobrou ânimo, e, imitando os dois companheiros, empoleirou-se no bucéfalo que lhe pareceu mais dócil, e começou a ascensão, guiado por um môço de cavalaria que ali se achava guardando os animais.

Carolino de Louvet e o outro fizeram o mesmo, sem proferir palavra.

— *Nella chiesa co santi, nella taberna co latroni,* murmurou Cosme.

O palácio de Brasilino Dias está situado a um têrço de altura da montanha. Aí o arquiteto hàbilmente aproveitara um contraforte que se ampara num largo trecho da floresta e trepara, por assim dizer, o edifício a cavaleiro do vale, por onde atravessam as Ruas do Barão de Mesquita e Conde de Bonfim. Sobe-se para a es-

planada por um ziguezague artìsticamente projetado, aproveitando os acidentes da escarpa. Há, nesse ziguezague, dez *passos* para descanso dos peões, os quais passos acham-se ainda em via de construção; figuram ali como espécimes de vária arquitetura, e se destinam a viveiros de pássaros, gaiolas para animais ferozes, estufas, grutas, aquários, etc., etc.. Em cima, o edifício pompeia alteroso, lembrando um castelo feudal modificado pela imaginação dos árabes. À primeira vista, pareceu-me, enevoado como estava o tempo, uma estampa dos *Contos Fantásticos* de Laboulaye e ilustrados por Ivan d'Argent.

Não darei a impressão que essa fantasia de Brasilino me causou. Foi uma surprêsa. O leitor imagine o resto, se tem imaginação.

Ao chegar à esplanada, viraram-se instintivamente para o vale. Eram sete horas: o espetáculo tropical, que então descortinavam, não se pode descrever em detalhe. O sol, mal erguido do horizonte, derramava, não luz, mas tintas orgiàticamente combinadas na palhêta de um pintor alucinado. Essas tintas invadiam a planície de modo caprichoso, combatendo o tênue nevoeiro que baixara sôbre ela como uma inundação de espuma. Aqui, ali, mais adiante, erigiam-se grupos de palmeiras; os tetos das casas, atufadas nos jardins das chácaras, em muitos lugares apareciam cortados, senão separados do solo, quais miragens do deserto. O rochedo da Babilônia boiava sôbre êsse mar alvadio como um grande bloco de carvão escondendo a fábrica de cerveja Rio-Brau, cujas chaminés começavam a lançar os primeiros rolos de fumaça.

Estiveram a olhar para tudo isto extasiados, quando interrompeu a voz de Brasilino, que descera a escadaria de mármore do primeiro plano, a fim de receber os companheiros.

— Não contava que viesses, disse a Cosme. E fê-lo subir até uma esquisita e pequena construção em forma de pagode chinês, onde foi servido café. Daí passaram, por uma escada sinuosa, praticada entre acidentes de rochedos, ao plano superior, em que está o nôvo castelo de arquitetura gótico-árabe, um castelo *mignon*, feito como para fadas, e que, naquele momento, dir-se-ia incendiado pela luz vermelha com que o sol, havia uma hora nado, o osculava para encanto dos olhos.

Abriu-se o portão de entrada, e, por uma ponte levadiça, que se desdobrou de súbito, passaram para o pórtico do edifício.

Aí Brasilino Dias sorriu maliciosamente e disse:

— Vou fazer uma molecagem. Não se assustem. Isto é para ladrões, à noite.

E pisou numa chapa de ferro fôsco que guarnecia o batente da porta. Imediatamente os sons estrídulos de uma *sereia* encheram a amplidão e, em seguida, ouviram-se os acordes de um piano mecâ-

nico, em que a eletricidade fazia as vêzes de manivela, dando-nos a sinfonia do *Guarani*.

Carolino de Louvet empalideceu; e, logo que lhe voltaram as côres naturais, acrescentou:

— Esnobismo de chinês! Não aprecio estas extravagâncias.

Não se fará a descrição do castelo, bem como dos serviços executados por eletricidade nessa vivenda, em que Brasilino Dias acaba de despender perto de réis 800:000$000, nada deixando a desejar ao mais exigente enfastiado da vida.

Às 10 horas em ponto, foi servido o almôço, na sala de inverno. Estavam a postos todos os convidados, que tinham chegado sucessivamente.

Ao champanha, Brasilino, que, durante a primeira parte do banquete, apesar da galhofa reinante em tôrno da mesa, se conservara sério e triste, empunhou a taça e fêz o *toast* ao Rio de Janeiro, isto é, aos habitantes que preferem a sua terra às maravilhas de todo o mundo. Êsse *toast* de nova espécie foi recebido, por uns, alegremente, e, por outros, com visível repugnância.

— Uma cidade suja e impossível! disse um dos convivas.

Brasilino Dias sorriu; mas seu sorriso traduzia cóleras azuis; depois falou com volubilidade quase infantil. Os olhos dêle, sempre tão calmos, tinham alguma coisa de extraordinário.

— Não posso ouvir estas palavras! É preciso que tiremos por uma vez a máscara. Hoje é o dia da seleção dos meus verdadeiros amigos.

Pelos convivas percorreu um frêmito de impaciência. Que havia? Por que Brasilino proferia semelhante disparate?

João Rivas ponderou que era caso do anfitrião interromper o seu propósito e dar *habeas corpus*, por aquela vez, a tôda a companhia, e esperar os acontecimentos, se é que não estava caçoando.

— É sério! Não brinco! proferiu Brasilino Dias, indignado.

— Neste caso, comamos e... passemos à ordem do dia.

— Sim, Brasilino; deixemos isto para outra ocasião.

— Sim... murmuraram todos.

O anfitrião caiu em si; e sentou-se Estava nervoso. Riu-se; e Artur Aguinaldo contou a história de um cura que se casara nos Estados Unidos com duas criadas gentis que o serviam; isto é, o cura fizera, primeiro, o casamento das duas raparigas, das quais uma andava com roupas masculinas e passava por homem no lugar, e, depois de realizada essa moralização da domesticidade, se colocara no meio do casal para estabelecer o laço suplementar e espiritual.

Francas gargalhadas receberam esta anedota, que se tomou por invenção, mas que é verdadeira e foi motivo para um processo es-

candaloso em Quebec, no Canadá, de que dá minuciosa notícia o Padre Chiniquy, na sua obra *O Padre, a Mulher e o Confessionário.*

Carolino de Louvet, como era de esperar, protestou em frases muito desaforadas; mas Aguinaldo abafou-lhe os epigramas com um latinório de Molière.

— Louvet, disse João Rivas, Louvet está perdendo a calma; sátira sem serenidade é sátira perdida; o mesmo que florete embotado. Coitado de Louvet!

Nisto, levantaram-se todos e subiram, a convite de Brasilino, para o mirante do castelo. Lá, foram servidos licores e charutos. A vista que daí se goza, ao meio-dia, nesta época, quando a atmosfera se tem desanuviado e o sol dardeja, furibundo de calor, através de um céu profundamente azul, é incomodativa; êsse espetáculo de insobriedade tropical oprime a retina e estafa o contemplador como diante de um vale incendiado.

O nosso amável amigo aproveitou o ensejo e pôs-se a discorrer sôbre os planos extravagantes a que João Rivas se referira no encontro da Rua do Ouvidor.

— Olhem bem para os pontos por onde deve passar a avenida-terraço que eu projeto.

E indicava uma linha que, saindo do Alto da Boa Vista, na Tijuca, serpenteando, sempre pela falda da serra, iria unir-se aos Dois Irmãos e Silvestre, guardando o mesmo nível, através das encostas dos vales do trapicheiro, Fábrica das Chitas, Rio Comprido e Catumbi, mas sem nunca embaraçar a vista para o lado da baía. Na sua opinião, esta obra seria tão exeqüível como a alamêda projetada pelo Dr. Vieira Souto, da Fortaleza de S. João à Ponta do Caju; e quando ambas estivessem reduzidas a fato, poder-se-ia dizer que nenhuma cidade do mundo seria tão bela como o Rio de Janeiro.

Brasilino falou depois, com alacridade e expansão deliciosa, no que êle costuma chamar a sua *Utopia,* a qual nada tem de comum com a engenhosa construção de Tomás Morus, nem no que entende com o extinguir a propriedade, nem com a idéia de reprimir a liberdade. Do grande sonhador inglês êle apenas tomaria a preocupação de reconstruir, para felicidade do povo, esta cidade federal.

— Eis o grande ponto negro do Rio de Janeiro. Façam-me prefeito, com podêres amplos, e eu garanto-lhes que, em cinco anos, terei transformado o moral desta população, os seus costumes e os seus hábitos mentais em uma coisa estranha, com o auxílio ùnicamente da picareta, da trena, do granito, da argamassa e com os conselhos do arquiteto que me preparou êste pequenino paraíso.

— Mas é pasmoso, bradou Urbino Daltro, piscando os olhos humorísticos. O Brasilino, neste andar, será capaz de converter a *Cabeça*

de Porco, que deus haja, num grande hotel igual ao de Astor, em Nova York.

— E por que não? ponderou Brasilino Dias, abraçando o nosso engraçadíssimo Urbino Daltro.

A palestra terminou com a saída súbita de alguns companheiros menos pacientes; e os poucos restantes se foram retirando de vagar.

Ao despedir, o dono da casa disse particularmente que não se tinha esquecido da promessa que Cosme Velho lhe fizera, de continuar as conferências sôbre o Rui.

Isto só se realizaria quando êle tivesse concluído as obras do *château;* mas seria, de sua parte, uma fineza a todos dar-lhes também o complemento das suas idéias sôbre a *Utopia,* numa palestra semelhante às anteriores.

Brasilino Dias prometeu: e não tardará que o público conheça, em detalhe, o que é essa *Utopia.*

1900, julho.

VII

DE AUTOMÓVEL

§ 1.º

UMA ANEDOTA

— O Dr. *** é visível?

— Pode subir. Não tenha cerimônia.

Era a própria voz do dono da casa, que recebia o visitante no tôpo da escada. O doutor apareceu jovial, com o sorriso nos lábios.

Sete horas da manhã. O sol difundia-se nas côres caprichosas do arco-íris, esparramando uma claridade intensa de *glorious day.* A luz asfixiava a retina: — é o têrmo. Asfixiava a vista, congestionando a visão como num dilúvio de coloridos antitéticos e paradoxais.

Na rua, o automóvel berrava. Uma descarga de gasolina; depois, um recuo violento; e a manobra concluída.

— Não gosto dêste veículo. Animal feroz, e da pior espécie. Dá gargalhadas de caracará; bufa como hipopótamo; escoiceia como o onagro da legenda; investe como o tigre; cospe como lhama. Tem guinchos de saricóia; carrega sôbre a gente como o rinoceronte; esbarra à maneira de elefante. Por que havia você de convidar-me para um passeio à Tijuca em semelhante bêsta apocalíptica?

— É apocalíptica; também é religiosa. Não se iluda; os quatro olhos de polvo-monstro só intimidam durante a noite. O meu reverendíssimo cavalo dinâmico é tão manso como um cordeiro. Grita, mas não morde. O *chauffeur*, admirável! Garanto-lhe que, sob o seu govêrno, chegaremos ao Alto da Boa Vista enquanto o diabo esfrega o ôlho, sem destrôço, sem mortandade.

Ao tempo que o homem se paramentava, Cosme Velho chegou à varanda do sobrado. Olhou. Lá estavam, ameaçando, sob a sombra fascinante da montanha, os pavilhões da Exposição, o Pão de Açúcar, a Urca, a Babilônia. Douravam-se os penedos com as primeiras pulverizações brilhantes que o sul soprava naquele belo dia tropical.

Veio o café. Acenderam os charutos e desceram.

Junto ao meio-fio, o monstro sussurrava como um animal asmático. O automedonte lançou para a máquina o olhar inteligente e tranqüilo dos que exercem o seu ofício soberanamente; e tocou-a.

Partiram.

A curva da Praia de Botafogo foi devorada em menos de minutos. O auto deixava atrás de si nuvens de pó, de envolta com essa catinga de cabrito montês que o povo batizou com um nome pouco airoso, ainda mesmo na bôca de um *smart* do Saco do Alferes; o rasto sufocava os transeuntes.

Em meio tiro do Flamengo, o *chauffeur* ralentou a marcha, até a volta do Monroe.

Ambos silenciavam.

No trajeto da Avenida Central, o silêncio tornou-se funerário.

O Dr. *** estava taciturno; um jaburu dos campos de Santa Cruz.

— Que o preocupa? perguntou-lhe Cosme.

— Nada...

— Não é possível.

— Quando saíamos de casa, estava, na ponta da calçada, um caboclo ébrio a resmungar como um cevado. Você não viu?

— Vi; por sinal que, ao passarmos, o pobre-diabo cuspiu e fêz um gesto de pouco caso, zombando do automóvel.

— Pois essa figura lembrou-me uma história curiosa. Vinha ruminando fatos passados, em falta de coisas futuras, conforme diria o saudoso Machado de Assis. Havia, na Vila Velha do Espírito Santo, um antigo oficial do exército, reformado, que, pelos anos de 1858 a 1859, aí dera com os ossos para descansar o corpo e o espírito, já bastante fatigados. Tipo de bondade e mansidão, embora energético, a êsse bom velho aprazia viver naquela aldeia, entre a contemplação da pedra de Frei Palácios, em baixo da montanha, e a igreja da

Penha, posta nos alcândores do rochedo, como um castelo encantado de Ariosto, e os zumbidos dos pescadores, que diàriamente evadiam-se da praia pitoresca, nas suas canoas de pesca, em busca dos robalos.

O seu maior divertimento consistia em conversar com essa gente e também com os preguiçosos plantadores de milho e de feijão, que vegetavam em roda do pequeno povado. Era a providência da pobreza e o conselho dos aflitos. A caridade, exercia-a êle lá a seu modo, ensinando, repreendendo, às vêzes descompondo, mas tudo com brandura.

O que é certo é que a pobre gente obedecia aos seus pedidos e o adorava como a um santo. O major Cazuza era um homem milagroso, e só não fazia milagres de verdade, na opinião dos simplórios, porque o frade da Penha não o deixava pisar na sacristia.

Um dia, estava o Cazuza à porta de sua casinha, a cachimbar. De súbido, abaixando os olhos, que seguiam, antes, uns alcatrazes que voavam para a ilha do Boi, deu com um caboclo, seu conhecido, homem entrado em anos, trabalhador, de gênio sossegado, quando não se intoxicava com cachaça para esquecer a vida. Naquele dia, porém, êsse ilustre personagem bebera além da marca, e a embriaguez, como de costume, o pusera numa lástima deplorável. Aos trancos, cai aqui, cai acolá, o caboclo avançou para o reformado, sinistro, ameaçador. Os olhos estrábicos denunciavam que a embriaguez entrara no período das cóleras rubras. Atirou o chapéu ao chão; quis perfilar-se; não pôde. Salivou, e nada... A baba grossa, pastosa, aglutinante, desfilou pelos lábios sem fluir. Eram como gôtas de cernambi. Esticavam, distendiam-se e voltavam ao gorgomilo ressecado. O desgraçado recuspia embalde. Desesperado, pôs-se a gunhir.

Blasfemou, então, numa voz trôpega; guincho estranho como do demônio que o agitava. E quem pagou as despesas dêsse espírito impuro, segundo a fórmula dos espíritos, foi a falecida mãe do ébrio enfurecido.

— O Diabo carregue para as profúndias dos infernos essa diaba que me botou no mundo.

Não era pròpriamente diaba o têrmo que empregava. O nome era tão feio, que nem por circunlóquios me atreveria a proferi-lo. Depois, foi como um barril a despejar excrementos morais de tôda espécie. O caboclo escabujava numa satisfação de esconjurado.

E por que tanta celeuma? Por quê? É fácil dizê-lo. No dia anterior, agredira uma praça do destacamento. Deram-lhe uma tunda e em seguida o fizeram passar a noite no xadrez.

Saindo da prisão, nova bebedeira; e aí estava êle a desrespeitar com o olhar sinistro ao major Cazuza, que nunca lhe fizera mal; ao contrário disso, o livrara de muitas penas e vexames, socorrendo-o com algumas moedas, palavras mansas e conselhos convidativos.

— Vosmincê está enganado comigo, seu major de bobagem!... berrou o caboclo, trapeando a fala. Hoje é hoje!...

— Que dúvida, Manuel! respondeu, sereno, o reformado, sorrindo adoràvelmente. Como é que hoje há de ser ontem ou amanhã? Você perdeu a lógica e vem mais engraçado do que o guardião da Penha depois de ganhar ao jôgo a cêra de Nossa Senhora.

O Manuel bambeou as pernas. Fincou os olhos no solo e pôs-se a matutar. O dedo girou no espaço por muitas vêzes, acompanhando o gesto interno que perseguia alguma idéia. Nisto, o corpo torceu-se para cair de vez; mas o braço tateou o muro, onde escorava os ombros; e o Manuel, rodando sôbre os pés, aprumou-se. A baba tornou a apontar aos cantos da bôca e recolheu-se. Por fim, o pobre ébrio, erguendo-se, num supremo esfôrço, pôde dominar a revolta do álcool que o sacudia, e olhou suspeitoso para o major, medindo-o de alto a baixo. E, com o indicador, apontou a areia.

— É isso mesmo! Vosmincê sabe tanto como o cabo da guarda, que é um pastrano. O guardião guardou a cêra, mas vosmincê espevitou a vela; e surripiou-lhe a comadre, que é bem boa.

O reformado, apesar da calma que lhe era habitual, corou; súbito, conteve-se, repreendendo a heresia com um lampejo de benignidade.

Todavia, a irritação do ébrio avolumava.

— Não se atreva! Quem marcha para cima de mim marcha para cima da desgraça. Não tenho mêdo de carêtas! Esfolo homem; piso em tripa de gente!

O major Cazuza não lhe disse mais palavra.

Apenas fixou-o com olhos vibrantes e eletrizados. A repreensão era tremenda. O caboclo sentiu-se, então, subjugado como a fera pelo domador possuído dos segredos do seu ofício. Aquêle gesto fôra suficiente para injetar-lhe nos nervos a mais completa inibição da atividade alcoólica e factícia.

O Manuel abaixou a vista. As pernas lhe tremiam; dir-se-ia que o assaltara um acesso de maleitas. Tentou levantar os olhos de mergulho. Dando, porém, como o gesto inflexível e austero do velho reformado, começou a chorar, aos guinchos, aos soluços. Depois, arrojou-se ao chão para abraçar as pernas de quem assim o dominava.

— Não me mate, seu *manjor;* eu me ajoelho.

— Levanta-te, Manuel! Não bebas mais!

E, durante meses, o pobre indígena não se embriagou.

Tôda vez que passava pela casita do major e o enxergava, renovava a confissão e prometia não beber veneno. E o Cazuza, passando a mão pela cabeça do Manuel, humilhado, mas prazenteiro, acrescentava:

— Lembra-te de que um homem, quando diz de sua mãe o que disseste, é porque tem na alma lacraias, cascavéis, surucucus.

O Manuel estaria curado?

Soube-se depois que aquilo fôra apenas uma estiagem. A fôrça do remédio era provisória. O caboclo, no fim de seis meses, estando numa engenhoca de cana, em Itapemirim, sentiu a tentação do álcool.

A cena foi pavorosa.

Passava êle pelo depósito da engenhoca. Quis a fatalidade que fôsse obrigado a atravessar o galpão do alambique. Ao lado, viam-se dornas do líquido sedutor. Um aroma capitoso invadia o ambiente.

O Manuel parou, aturdido. Começava a fascinação. Olhou para a primeira dorna e ficou como se estivesse louco. Viu alguma coisa de extraordinário. Um rosto formoso emergia da parte superior do depósito de cachaça, sorria e acenava com a mão.

O pobre volveu-se sôbre os pés. Correu para a porta por onde tinha entrado e, num galope doido, foi se esconder atrás de uma moita do pomar. Deitou-se e procurou dormir. A viagem o tinha desalentado. As pálpebras capiscaram um instante; não tardou que o assaltasse um pavor imenso. De repente, deu um salto e disparou a correr por entre as árvores. Zuniam-lhe os ouvidos; perseguiam-no brados terríveis, ameaçadores.

Era a voz do major Cazuza.

— Bebe, Manuel; bebe, diabo!

E, quando passou a obsessão daquele alarido, estava outra vez à porta do alambique.

Entrou. O galpão das dornas silenciava. Ninguém aparecia. Os eflúvios deliciosos da cachaça o enchiam de entusiasmo feroz, ao mesmo tempo espantadiço.

Então deu-se um fato singular. O rosto formoso que lhe sorria de cima da primeira dorna tornou a emergir, mas agora com o resplendor divino de Nossa Senhora da Penha, que o espiava compassiva.

Ouviu cantos de ladainha. Ajoelhou-se junto ao bôjo da grande pipa e abraçou-a angustiado. Ali estava a torneira, à destra, e um canjirão de fôlha-de-flandres, à sinistra, sugestivos, eloqüentes, diabólicos.

O Manuel tocou em um, ensaiou abrir a outra; e, durante êsse movimento, extinguiu-se-lhe a memória. Já sonhava, antes de beber. E o sonho era um sonho extravagante. Afigurava-se-lhe que êsse canjirão não passava de uma grande banheira cheia de aguardente, em que caía e, bebendo o conteúdo, se afogava.

Quando, mais tarde, a gente da engenhoca voltou ao galpão, encontrou a torneira aberta e o chão inundado de cachaça.

E o Manuel? Morto... *de profundis!* Assim terminava a história, contada por Cosme Velho.

O automóvel parou. Tinham chegado ao antigo ponto dos bondes da Tijuca.

O *chauffeur* foi refrescar no botequim. Cosme perguntou, então, ao seu interlocutor que moralidade se podia tirar daquele conto. Que o induzira a impingi-lo?

— Ah, meu caro Cosme, *qui a bu, boira...*

— E depois?

— Êsse Manuel é a imagem perfeita de alguns políticos da minha terra. O perfume capitoso da politicagem atordoa-os, promete-lhes coisas inauditas, toma até a feição de coisa santa; mas a realidade é que, no fim, o que se encontra é o tanque, a morte, senão o *delirium tremens* das sensações inéditas, provocadas por ambições ilícitas.

§ 2.º

NA SUBIDA DA SERRA

Um apregoador de jornais trepou no degrau do automóvel.

Compraram o *País* e o *Jornal do Comércio.*

A máquina possante, fonfonando, começou a galgar a rampa.

O Dr. *** lia os telegramas.

— Que coisa singular!

Tinham-se-lhe deparado as estranhas notícias relativas ao Congresso Eucarístico de Londres. Os católicos pretendiam levar avante uma procissão de desagravo, pondo em foco, intencionalmente, com a maior ostentação, na grande metrópole inglêsa, o problema de Henrique VIII e as intrigas de Ana Bolena. A população protestante irritava-se; e Lord Asquith, para desviar o golpe, maquiavèlicamente desferido sob color das liberdades inglêsas, dirigira uma nota ao Sr. Buorne, arcebispo de Westminster, mostrando a inconveniência dessa manifestação, que podia comprometer a ordem pública; e acrescentava que o govêrno só consentiria que se desenvolvesse o préstito em tôrno do templo, porque era levado a considerar discutível a mesma legalidade da procissão.

Agitou-se, então, o tema sôbre saber em que consistem os direitos da religião nacional; e aqui entre nós pensou-se logo em aplicá-lo, com prejuízo das instituições republicanas, como se fôsse possível tratar a religião de Estado com a mesma lógica que ampara a religião do maior número, em todo caso idéia muito vaga e por isso

mesmo sujeita aos assaltos da propaganda realizada por outros credos.

— Não lhe parece, porém, objetou Cosme, que Lord Asquith prevaricou, invadindo a esfera de um culto que tem tanto direito à expansão como qualquer outro, dentro das regras com que a constituição inglêsa protege os não-conformistas?

— *Distinguo.* Em primeiro lugar, os não-conformistas ou *dissenters* são dialetos da igreja oficial, ao passo que os católicos representam o grande perigo e ameaçam fundamentalmente o presídio das liberdades inglêsas, que têm um temperamento incompatível com clericalismo latino. Demais, quanto a mim, o que os inglêses cultos sentiram, segundo parece, não foi tanto a tentativa de assalto à sua fé religiosa, como a sistematização do egoísmo pelo dogma. A Inglaterra tem sido um país essencialmente individualista, e, sob a forma da *self-dignity*, êsses insulares têm praticado muitos atos de orgulho revoltantes. O egoísmo e o orgulho, porém, ali guardam certa independência, que é uma limitação aos efeitos desastrosos resultantes dêsses vícios.

O egoísmo, entretanto, sistematizado pelo dogma, é coisa infernal, que por mais de uma vez tem inundado a terra de sangue.

Pode-se calcular o que seja um dogma triunfante pelo cinismo com que um papa fêz um soberano, um imperador, curvar-se aos seus pés, fingindo arrependimento e protestando a mais completa obediência... a Deus? não, — a um homem vingativo, possuído da persuasão satânica, neroniana ou napoleônica (tudo importa no mesmo sentimento) de ter o mundo nas mãos e poder reduzir tôdas as fôrças da terra à sua única vontade.

É disso que os inglêses se arreceiam: porque o egoísmo de cada interessado, o egoísmo que se esconde da mesma lei cristã, onde se proclama a caridade e o amor do próximo, a ternura e a simpatia; êsse egoísmo quadrupedante, quando não ofídico, crotálico, rejubila-se, apenas sente o dogma; e então vê-se como os mais baixos sentimentos humanos se acrisolam, tomando a forma do interêsse coletivo e da santidade, para esmagar, vencer, aniquilar, sob os infinitos aspectos de dedicação ao culto ou aos princípios sagrados da comunidade, que os inscreve na qualidade de adeptos, os seus adversários particulares, exorcizando nestes o espírito de Satanás. O dogma não é humano, nem os próprios sodalícios o são, quando a êle subservientes. As mesmas associações comuns participam dêsse vício dantesco, no momento em que fazem metátese, substituindo o dogma por Moloque. É a mesma desumanidade em tôda a linha. Instrumento forjado para o exercício irresponsável da maldade! E, senão, diga-me o amigo Cosme: qual a razão por que a moral, tirada da

experiência diuturna dos povos, nunca fêz derramar uma só gôta de sangue? É que as normas experimentais do bom-senso, aplicadas à vida comum, fabricaram-se na História, não na legenda. Fizeram-se sob o presídio do sentimento junto às utilidades limitadas pela harmonia da vida neste mundo: ao passo que aquêle instrumento de ferocidade, ou saiu do cérebro de algum profeta alucinado pelo egoísmo e pelo orgulho do divino, ou se combinou nas forjas dos Vulcanos da Economia Política, de baixa ou alta estirpe, ou dos teólogos da soberania das nações, para inutilizarem as inclinações benfazejas dos homens e tudo quanto não seja mandar, ditar, dispor da fôrça discricionàriamente e distribuir a seu talante o produto do trabalho coletivo.

Quem há que, refletindo um pouco, não reconheça que a Igreja Católica, perdidas as esperanças de restabelecer o dogma antigo em sua pureza, tratou, nos últimos anos de Leão XIII, de passar do dogma de Jesus para o de Mamon? Quem não a tem visto operar, como um *trust* econômico colossal que ameaça a terra, agindo pela indústria e concentrando capitais, sem livros nem escrituração, zombando dos Estados, a quem nunca paga impostos, antes, pelo contrário, consegue, por tôda a parte, até entre infiéis, o trânsito das mercadorias com a mais completa isenção do fisco aduaneiro?

Em muito boa hora Pio X condenou o *modernismo*. Mas êsse ato, se, por um lado, lançou a confusão no meio dos institutos, por outro, está provocando reações e transformações de hábitos no *trust* eclesiástico, cujos resultados não se pode ainda prever com segurança.

§ 3.º

NO ALTO DA BOAVISTA

A palestra, com a leitura dos jornais, estragou esta parte do passeio. Subiram a serra sem olhar um só instante para os encantos dêsse belíssimo trecho, um dos mais deliciosos do Rio de Janeiro.

No alto da Tijuca, descansaram, ou, deram folga ao impertérrito *chauffeur*, que os transportara de Botafogo até ali numa hora.

Batiam justamente oito quando galgaram a escadinha do restaurante do Hotel White.

Fizeram uma pequena refeição e depois seguiram a pé em direção às *Três Vendas*.

Era conveniente desengurgitar o fígado e desentorpecer as pernas.

O automóvel iria tomá-los adiante.

Agora suscitou-se uma dúvida gravíssima sôbre o itinerário.

Propôs Cosme ao doutor uma digressão à Floresta: *Excelsior, Gruta de Paulo e Virgínia,* etc.

— Não me fale nisto. Êsse passeio, já o fiz a pé, de carro, a cavalo, por inteiro, secionado, de todo modo. Por mais encantadores que repute os aspectos da Floresta, ser-me-iam hoje muito enfadonhos. Nunca fui às *Furnas*. Parece incrível. Vamos às *Furnas*. As impressões serão, porventura, novas.

— Pepare, pois, o apetite. Só almoçaremos às doze horas.

— Tanto melhor.

Estávamos junto a uma formosíssima toiceira de bambus de Ceilão, enormes canas, de cujos gomos se preparam bocetas e vasos cilíndricos de fatura engenhosíssima.

Havia, em alguns dêsses gomos, nomes próprios inscritos e acompanhados de dizeres lapidares.

Triste mania, a dos turistas, que não perderam ainda o espírito dos cemitérios, onde foram criados. Entre tais nomes, lobrigou Cosme os de pessoas conhecidas, justamente as mais pedantes.

Ora, vejam esta inscrição:

"F.L.A.T.O. — *Penso que sou predestinado a descobrir o balão voador. As minhas iniciais dão o anagrama "Flato". No latim, "Flatus" quer dizer vento. Logo, tenho forçosamente de voar*".

Essa tolíssima criatura não cuidaria melhor em expungir seu nome de uma dessas letras, para não comprometê-lo com um *flatus vocis?*

Cosme soltou uma risada; e o doutor, que, entretanto, sentara num banco e lia o *Jornal,* ergueu-se, de repente, inquirindo o motivo da sua hilaridade.

Disse-lhe o que era. Acrescentou: — *Foenum habet in cornu!* Saiamos daqui, antes que o espírito dêsse furioso nos ataque de improviso.

O doutor levantou o *Jornal* até junto aos olhos e releu o trecho que o atraía:

"Uns segundos de espera pareceram-lhe uma eternidade; vibrou de nôvo, desaforadamente, a campainha elétrica, no acesso da raiva que lhe intumescia as artérias e queimava as pupilas. Veio, por fim, o criado dizer-lhe, por uma frincha da porta mal aberta, que as senhoras não estavam em casa... E, bem instruído, mal acabou essas palavras, fechou a porta e voltou-lhe as costas.

"Um frio de neve envolveu Ada da cabeça aos pés, paralisando-lhe momentâneamente a ação. Diante dela pareciam multiplicar-se as portas e os ombros chatos de criados desatenciosos... Segurou-se ao corrimão de ferro, compreendeu que precisava fugir, desceu a es-

cada, cambaleante e trêmula. Ao sair para a rua, levantou ainda os olhos para as janelas da sala, na esperança de ver assomar a uma delas o Eduardinho; mas, em vez dêle, foi a cara escarninha do Coronel que ela viu inclinar-se lá de cima sôbre a sua miséria... Êle ria-se. Ada fugia... A sua consciência confundia a realidade com um pesadelo. A figura odiada do pai de Rui acabara de a desorientar. Tinha-lhe ódio e mêdo. Um mêdo de criança por papão negro de telhado, que lhe haveria de comer a carne e ainda chupar os ossos.

"Que fazia o malvado naquela casa, onde antes nunca ia? fazia intriga... urdia a sua desgraça... Não tendo asas para voar, Ada queria correr, mas os seus passos tornavam-se cada vez mais pesados, recuando na areia, quando pretendiam avançar. Receava encontrar algum conhecido pelo caminho, supunha levar estampada no rosto a sua vergonha... a confusão aumentava, ao sentir que alguém vinha apressadamente no seu encalço. Esperou a punhalada nas costas, vibrada pela mão sêca do pai de Rui... mas não era êle, — era o Eduardinho!

"O môço vinha indignado, pedia perdão por todos, e, com os olhos fuzilando lumes, propôs-lhe a fuga nessa mesma noite. Êle esperaria de automóvel na esquina da Rua da Nossa Senhora, às nove horas: só saltando por sôbre o escândalo ela seria um dia sua mulher... E ela seria sua mulher!"

— Mas êste trecho revela uma romancista consumada. Eis uma página que tem vida e verte sangue. É o paroxismo de um amor ludibriado na sua angústia, em um meio aristocrático, por um *smartismo* picaresco, e despedaçado nos dedos inconscientes de meia dúzia de almas de lacaios, trajados no Rabelo pelo dinheiro do Ensilhamento.

— De onde vem-lhe tamanho entusiasmo? disse Cosme.

— Aqui está; é um delicioso romance, escrito por modesta brasileira. Leia o *Cruel Amor*, de Júlia Lopes, e encontrará cenas de costumes, pintadas com um colorido encantador. Paixões violentas e caracteres tortuosos são aí observados e descritos com um vigor admirável.

O automóvel chegava. Interrompeu-se a crítica. Desceram com destino às *Furnas* numa velocidade pavorosa. O *chauffeur* entrava gradualmente na vertigem da carreira. E êles, contagiados por aquela febre de loucura, já não pensavam em atenuar-lhe com palavras o delírio da máquina. Curvaram-se para a frente e entregaram a alma ao deus dos automóveis, que deve ser alguma coisa de parecido com Apolo ou com Mercúrio. De cabeça emborcada e olhos fechados, não viram mais nada. Era a sensação de correr pelo espaço, aos trancos, esfuziando, contornando, fazendo curvas instantâneas, zigueza-

gues danados, deslizes impossíveis, ora para cima, ora para baixo, não guardando, da passagem pela estrada, senão o perfume fugitivo das ervas machucadas, a angústia do pó, o fétido da gasolina, os sons inebriantes do vento que passava, os ecos silvestres e o fragor atordoante da encosta da montanha repercutindo o estrupido da máquina furiosa.

Fatigaram-se, todavia; a rapidez e a irregularidade do movimento torturavam, apesar do gôzo da velocidade, as vísceras principalmente o coração. Devido à fôrça centrífuga, pareciam querer evadir-se, ora pelo tórax, ora pelas costelas, pela garganta, pelo ventre, como arrebatadas pela mão invisível dêsse deus dos automóveis.

Grande ansiedade. Fulgurações deslumbravam a vista semi-apagada. Momentos havia em que pensavam morrer no éter.

Por fim, o *chauffeur*, que parecia um demônio ou um gorila, a fazer trejeitos de precito na proa da barca de Caronte, êsse *chauffeur* doido, desalmado, ralentou a marcha, Rangeram os freios; e, num minuto, estavam os viajantes perto das *Furnas*.

§ 4.º

FURNAS

Saltaram. Transpiravam. Desalteraram-se na primeira fonte encontrada.

Não se lhes diz nada. Era tal a fadiga; as pálpebras pesavam por tal modo sôbre os olhos, que foi preciso toscanejar e dormir alguns minutos sôbre os bancos rústicos.

Percorridas as grutas, que o Dr. Passos tornou mais acessíveis, voltaram aos bancos para descansar.

A impressão deixada no doutor por aquêle delubro, por aquela vegetação misteriosa, levou-o ao paradoxo.

— Meu caro amigo Cosme, quanto mais examino êste nosso Rio de Janeiro, menos me atrevo a proferir certas heresias.

— Herege é você até à ponta das unhas. Diga...

— Lembra-se de uma passagem da *Casa de Boneca*, em que Nora manifesta o desejo obsedante de proferir uma palavra que a sua delicadeza repele como indecente?

— Caramba! Era caramba...

— Pois experimento agora essa mesma obsessão, não por uma, mas por duas, por três, por dez palavras.

— Vamos adiante.

— Era aqui que devia ter-se reunido a Conferência de Haia.

— Mas por que, filho de Deus?

— Porque, sendo os delegados que ali se reuniram verdadeiros megatérios ou mastodontes da diplomacia, era muito mais acertado que as sessões fôssem celebradas às portas de uma grande e bela cidade, numa caverna de formação antediluviana.

— Já percebo.

— Ancestral...

— Ora, aí tem a heresia!

— Talvez lacustre...

E a nossa águia, o que, então, iria fazer nessa escuridão?

— A nossa água?

— Sim! Tivemos uma águia em Haia...

— A nossa águia teria sido transformada em rinoceronte.

Cosme deu um pulo para trás e caiu no banco, estatelado.

O doutor endoidecera.

A nossa fauna possui o queixada, o caititu, a anta, o peixe-boi... O que pretendia o amigo com semelhante despautério?

— Rinocerante, doutor? O senhor falou mesmo em rinoceronte?

— Por que não?

— O Brasil não podia entrar senão com o elemento indígena. Nós não temos êste mamífero.

— Esqueceu-se da águia? Onde há águias no Brasil?

— Condor!

— Condor? Isto é nos Andes. Aqui é urubu-rei!

Águia, condor, rinoceronte: tudo é a mesma coisa. A questão reside em fôrça, fôlego, arrôjo, ânimo, coragem. Foi um caçador francês, comissionado em África pelo Ministério do Interior de França, chamado Foà, que me revelou os verdadeiros costumes do rinoceronte, brasileiro ou estrangeiro. O rinoceronte é animal solitário, pesado, dotado de fôrça descomunal, corpo maciço, pele rugosa, espêssa, focinho armado de um estrepe, violento, e o único capaz de fazer frente ao elefante. Dizem que os índios atribuem àquele estrepe propriedades maravilhosas; mas os naturalistas garantem que êsse apêndice é apenas uma inútil curiosidade.

O caçador francês, todavia, afirma, de experiência própria, que êsse mamífero não sabe se defender, porque não apreende o que se passa em tôrno de si. Logo, porém, que, pelo faro, pressente a presença do homem, e ainda assim estando a barlavento, começa a descrever trajetórias formidáveis, de um lado para outro, destruindo tudo quanto se opõe à sua passagem violenta. Se acontece, numa dessas trajetórias, encontrar quem o persegue, ai do desgraçado! não há arma que valha, porque o seu couro é impenetrável. Ao caçador, porém, é facílimo matá-lo de emboscada, ferindo-o nos olhos.

Se consegue escapar, pôsto de sobreaviso, o rinoceronte usa, para resguardar-se, de um expediente curiosíssimo. Com as patas, procura espalhar os resíduos e secreções que porventura tenha deixado pelo caminho. Julga que o homem é tão estúpido, que, desprezando o rasto, quando o persegue, só se deixa guiar por tão sórdidos objetos. É o conceito que alguns políticos fazem dos seus adversários.

Ora, o condor não copiará a política do mamífero nesta parte, mas cuido que os seus processos de ataque e de defesa são bem parecidos com os daquele interessante habitante das matas africanas. Nas questões constitucionais, pelo menos, com tôda a sua inteligência e todo o seu saber, irritado e paquidèrmicamente enfurecido, projeta-se em ziguezagues. E coitado de quem se atreve a contestá-lo! É um ruir de estantes, uma borrasca de livros, um desabar de autores, um troar de bibliotecas, um tumulto de citações, um bradar de textos, que dir-se-ia, não um erudito discutindo árduas questões de direito, mas um ciclone que arrasa, subverte e lança sôbre a região por êle percorrida o pavor dos cataclismos irreparáveis. Desta vez, o ciclone político pôde mais do que o rinoceronte constitucional. Conversando, ontem, com um amigo que dispõe de vista de alcance para descortinar os segredos mais recônditos da vida social, disse-me êsse amigo que o condor, transformado, se embalsamara em vida.

— Como? perguntei-lhe, quase adivinhando-lhe o pensamento.

— Pois quem não vê, respondeu-me, quem não percebe que êle engole-se a si mesmo; como um faquir, deitado sôbre estrepes, passa seis meses em baixo da terra, para ressurgir cada vez mais reitoral? A operação não é muito fácil, mas está bem aparelhada.

— Para codificar?

— Um código que será a *Fênix Renascida.*

— Crê, então, você que era pêta essa história de descarte?

— *Chi lo sa?* O plano do grande jurista há muito tempo que se encharca. Empaliar... empaliar, até que um dia lhe seja possível provocar um cataclismo de livraria; e então os seus pareceres sôbre a redação gramatical do projeto, e mais as poligrafias que naturalmente já reuniu sob o Título Geral do Código, e que serão verdadeiros tratados sôbre os vários sistemas de codificação; os cartapácios apresentados no Senado, quando o interpelaram sôbre a demora do trabalho, ficarão no seu arquivo para que, a todo tempo, se diga que a nossa impaciência privou o Brasil de um monumento jurídico, que faria inveja à própria Alemanha, senão à ciência que de hoje a cem anos existirá na República da Austrália ou em Saturno.

Cosme não quis acompanhar aquêle amigo na diatribe contra o nosso grande codificador. O seu interlocutor, porém, andava tão cheio de indignações, que não se conteve.

O condor, acrescentou êle, é um condor místico. Mas essa ave jurispatética tem, por infelicidade das nossas letras, uma alminha tão liliputiana, que não se enxergaria, se não trepasse na sua grande erudição. Dirão os seus admiradores que o grande Bacon era também uma alminha destas; que o gênio não é incompatível com deliqüescências feminis. Acaso o autor do *Novum Organum* não baixou de sua transcendência para imiscuir-se numa luta de comadres e de camareiras na côrte de Elizabeth? Não é certo também que a sua formidável obra de lógica não impediu que êle exercesse vingancinhas de mosquito? Se é verdade o que dizem os mexeriqueiros da história, é igualmente exato que o seu monumento ético não presta para nada. A Bacon atribuem uma frase que, a ser verdadeira, pinta-o a vulto inteiro.

— Estou cansado, com semelhante talento, de suportar estorvos ao meu orgulho.

E cunhou opiniões como quem solta morteiros japonêses, que embasbacam o povo e são-lhe muito úteis. Bacon, todavia, guardou respeito à sua filosofia. A sua probidade política pode ser atacada. Mas o que êle escreveu sôbre o método experimental é uma obra que há de viver, como a de Aristóteles, através dos séculos.

— Em todo o caso, o nosso Bacon possui grandes qualidades de analista.

— Distingamos. Há analistas e há analistas. Darwin foi um analista. Mas as análises, as autópsias que fêz, deram-lhe ensejo a formular a lei da origem das espécies. Êle não cuidou jamais em recolher opiniões. Analisou para depois generalizar. Não atrapalhou, não confundiu ninguém. Dizer que o brasileiro é pensador, é ainda um despropósito. Um moralista, muito mais!

A sua ética é teatral. No tempo dos escolásticos, talvez que êle pudesse ser um Duns Scot, e, na Companhia de Jesus, um Suárez, mas de forma atenuada. A sua operação como constitucionalista tem consistido ùnicamente em truncar as noções claras do direito. De certo tempo a esta parte, apostatou. Fêz-se filósofo segundo a dogmática do catolicismo. É fácil compreender a deserção. Não é impunemente que se enche a cabeça de textos, de opiniões. Desde que se não pode regular êsse caos com uma forte síntese social, a cabeça inflama e o cérebro cambaleia. O nosso *great old man*, sentindo a sua impotência filosófica e uma enorme preguiça mental para a síntese e para a meditação, agarrou-se, por instinto de conservação, à autoridade da Igreja, que é um ótimo travesseiro. Não

seria para admirar, dadas certas circunstâncias, que voltasse às fogueiras da Santa Inquisição e à guilhotina purificadora de *mestre* Robespierre. E, no entanto, êsse homem escreveu a introdução do *Papa e o Concílio.*

Almoçaram no White prazerosamente.

O regresso à cidade deu-se, graças à alegria da tarde, sem acidente e com prudência. Não morreu ninguém.

À noite, encontraram Brasilino Dias na Exposição. Foi uma surprêsa e um aparecimento misterioso. Por algumas palavras que trocaram, depois de sete anos de ausência, ficaram inteirados de que êsse grande homem vem do Velho Mundo cheio de idéias novas e de planos estupendos.

1908, novembro.

[SEGUNDA SÉRIE]

VIAGEM EXTRAORDINÁRIA

J. Comércio, 20-11-1910

§ 1.º

Foram os livros de viagens um dos primeiros encantos da meninice de Cosme Velho. Lembra-se êle ainda, com saudades, das extraordinárias impressões que lhe causaram os três volumes da *Voyage d'une femme autour du monde,* de Ida Pfeiffer, lidos na tradução Suckau. Foi isto ao tempo em que lhe caíram nas mãos o *Diabo Coxo,* de Lesage, *O Conde de Monte Cristo,* de Dumas, *Os Mistérios de Paris,* de Eugênio Sue, e as *Mil e Uma Noites,* de Galland. Tempos de antanho, como dizem os nefelibatas; por êles, o velho Cosme daria, hoje, uma perna a Satanás.

O gôsto por aquelas leituras de viagens, porém, não conseguiu transformá-lo em viajante. Caranguejo sul-americano, o destino proporcionou-lhe apenas o conhecimento *in situ* do litoral, de Belém a Buenos Aires. O Atlântico é o seu eterno Cabrion.

Ainsi, toujours poussé vers des noveaux rivages, disse Lamartine, há muitos anos, naquela harpa saudosa em que cantou as águas plácidas do lago melancólico, os horizontes vazios da existência humana e o ruflar das asas cândidas de um amor ignoto de mulher.

Nunca foi dêste feitio o descortino do mundo na imaginação com que a natureza dotou a Cosme Velho. Sempre aspirou pisar

plagas sólidas de terras exóticas, não para sonhar coisas impossíveis, mas para ver o colorido verdadeiro delas e libertar-se do próprio delírio suscitado pelo livro e pelo preconceito regional; mas o Atlântico continua a ser-lhe hostil, e não sabe até quando continuará a opor-se-lhe como o grande obstáculo, pela longitude. O pernicioso ilusionismo do vidro de aumento da distância e a mentira dos que vão e vêm contando histórias das Índias, a exemplo do petalógico Megástenes, fá-lo-á definhar de saudade, tôda a vida, por coisas nunca narradas, mas que certamente existem.

Os livros de viagens! Quanto não os desmentem hoje, e sem rebuços, as fitas cinematográficas?! Mas estas mesmas, por sua vez, estão falsificando diàriamente a realidade. Os operadores já dispõem de meios para arranjar paisagens vivas, combinando perspectivas fantásticas; e a própria fotografia, móvel e vagabunda, adquire intenções e colige aspectos que, no conjunto da exibição, oferecem ao espectador uma verdade palpitante, todavia fictícia, a desafiar as infernais invenções brotadas do cérebro de Edgar Poe ou da imaginação de um faquir egresso do Tibete.

É, pois, indispensável viajar; e que cada um fixe a própria visão do mundo. Fornecida essa visão, em primeira mão, pelo cinema original que a madre natureza engatilhou em nossas cabeças, muitíssimo mais ricas são as fitas que registram os fatos espontâneos do que os mais aperfeiçoados aparelhos — e, o que é para notar, — sinceras, não sincopadas, nem sujeitas a eclipses elétricos intempestivos.

Houve um crítico que, por êstes e outros motivos, sustentou que o viajante devia desaparecer no ato de transmitir ao leitor as suas impressões. E citava como profundamente defeituosos o *Itinerário*, de Chateaubriand, e a *Viagem ao Oriente*, de Lamartine. Na opinião dêsse escritor, o turista deve objetivar-se *in loco*, diante do cenário, de modo tal, que se não perceba a mão de quem escreve. É êste o processo moderno e o único útil para quem queira instruir por meio de livros dessa natureza. Utilizando êsse processo, produziu Hipólito Taine as suas *Sensações de Itália* e a *Viagem aos Pireneus*. Tais obras são, como pretendem os franceses, — *des études sur le vif*.

Não há quem conteste a vantagem de trabalhos assim feitos. São como elementos de instrução, tomados à distância.

Isto, porém, não exclui o gênero oposto. O viajante, então, se é regularmente mentiroso, se tem a bossa do cavalheirismo, se possui dotes de fantasista e, por meio de suas traças, consegue transformar-se em herói de aventuras, pode contar com o triunfo certo. Será lido e acreditado.

O mundo atual, com suas cidades cosmopolitas, com a vida suntuosa de luxuosos transatlânticos, com a variedade incompará-

vel de civilizações sinistras, em contato fácil de permutas e transbordos, proporciona mais prontos elementos para aventuras extraordinárias do que a idade heróica dos cavaleiros-andantes. Há um campo fértil de *sherlock-holmismo* em que, teatralizando a sua impostura de piolho viajante, o escritor julga-se no direito de plantar, adubar e fazer crescer quanta mentira lhe vegeta na cabeça.

Desde que o autor de livros não pretenda tomar a viagem como pretexto para ensaios críticos ou sociológicos, que pode êle adiantar aos guias de viagens no gênero Baedeker? Para o Japão, por exemplo, há um *hand-book*, cuidadosamente arranjado por Chamberlain, autor de obras adoráveis sôbre aquêle país, — simples guia de viagem, o qual, com ser um *memento*, não deixa de provocar as mais intensas sensações sôbre as coisas que se devem examinar com a página do livro aberto.

Na terra de Oiama existem catálogos de paisagens, organizados pela repartição correspondente à nossa Inspetoria das Matas e Jardins, onde, em pequenos mapas, se encontram assinalados por pequenos círculos numerados os pontos da região, com designação das linhas de acesso, nos quais se deve colocar o espectador que deseja contemplar as belezas dos sítios mais pitorescos. Acresce que êsses pontos variam conforme a hora do dia e da projeção da luz; o que constitui estudo especial dos jardineiros-paisagistas, que até descobrem indicações para noites de luar.

Que utilidade resulta da descrição de jardins dessa natureza, de paisagens assim classificadas, se nunca dos nuncas o escritor conseguirá produzir os efeitos que só com o auxílio do jardineiro-paisagista podem se obter?

E porque Cosme Velho não viajou, não se arrisca a improvisar agora inéditas sensações.

Sem embargo disso, descreverá a digressão curiosa, à maneira de Xavier de Maistre, que realizou, uma noite destas, pelos intermúndios do pensamento e do pesadelo.

Verão os leitores, adiante, que foi uma verdadeira excursão macabra.

§ 2.º

Nessa noite, deitou-se muito angustiado. Custou a conciliar o sono, a temperatura estava insuportável. O tempo, abafadíssimo.

Por volta de duas da madrugada, despertou, opresso por tremendo pesadelo. Afigurava-se-lhe atravessar a Baía de Guanabara em pernas de pau, tão altas, que entestavam com as mais subidas colinas da cidade. Não achando meio de apear-se das andilhas gigantescas, pôs-se êle a correr para o lado do Pão de Açúcar.

— Assim, dizia êle, sentando-me nesse banco de pedra, descalçarei estas torturantíssimas botas que o Diabo me amanhou.

Em três pernadas chegou ao penedo e, encostado nêle, desafivelou os jequitibás mastodônticos que o mantinham naquela vertiginosa altura.

Estava escrito, porém, que o bruxedo não terminaria fàcilmente. As pernas de pau, cedendo à gravidade, escorregaram como duas esguias canoas do país de Gulíver e singraram barra fora.

Só então refletiu Cosme na asneira que fizera deixando de buscar o Corcovado.

Como descer do Pão de Açúcar? Foi uma grande injúria aos seus dotes de previsão.

E, neste ponto, despertou de nôvo.

O abafamento atmosférico continuava. Mudou da cama para a rêde, cujo hábito ainda não perdeu, como legítimo nortista que se preza ser.

A rêde é o ideal dos leitos. Quem dela se utiliza, conhecedor dos segredos das suas adaptações aéreas, sabe que dormir em rêde é dormir no fôfo colchão da atmosfera.

Balouçando em vaivéns etéreos, a gente acaba por perder a noção da terra; as blandícias do ar, movimentado pelo vaivém, afagam o rosto a descoberto; e a ossada se inteiriça numa sublime preguiceira; para um lado, para outro, o pé na parede, um último balanço; e não se volta mais... ferrou-se o sono.

Dizem alguns fisiologistas que o sono profundo é determinado pela completa ausência de contrato entre os neurônios que constituem a trama do sistema nervoso. Para êstes cientistas, o cérebro é uma espécie de república federativa, na qual os tais *neurônios* são como estados autônomos. Na vigília, essas entidades se anastomosam, estabelecendo, pelo contato dos dois pólos da célula respetiva, a passagem da corrente nervosa. No fenômeno oposto, as *neuronas* desligam-se, não se combinam, e a célula passa a ter uma vida independente. Mas, se isto é verdadeiro, como explicar o sonho? A coisa é muito fácil. Afirmam os homens de ciência que, neste caso, a agitação do cérebro, ou, antes, o seu trabalho, em desobediência à ordem natural, é ocasionado por certos filamentos que, estabelecendo uma comunicação esporádica, vão perturbar o repouso absoluto da célula; e por êste modo impedem que o sono exerça a sua influência reparadora e sedativa. Os apêndices da célula, em tais momentos, não estão perfeitamente retraídos; daí a desordem cerebral e o pesadelo. É, pelo menos, isto o que se lê nos livros das autoridades na matéria.

Demócrito, pois, tinha razão quando dizia que o movimento do mundo derivava dos átomos, os quais, armados de croques e de ganchos, caindo eternamente no espaço, engalfinhados, produziam tôdas as modalidades da matéria, inerte ou viva, todos os fenômenos que se apresentam à contemplação da inteligência humana, de onde vinha aquêle seu riso que provocava lágrimas em Heráclito.

Cosme Velho, porém, sem acompanhar Heráclito, pensa, todavia, que o pesadelo é quase sempre o resultado de uma intoxicação. por sua vez proveniente de algum camarão mal digerido. Êle acha que a fisiologia faz política, quando afirma ser o sonho produzido pela insurreição de alguns *neurônios,* que, esquecidos do dispositivo do artigo 6.º da Constituição, não se submetem à hibernação, resignando-se a viver algumas horas isolados.

Contudo, naquela noite, parece que o velho Cosme foi vítima de uma destas insurreições.

Como vimos, levantou-se estremunhado. Ouvira um grande estrondo no aposento. Riscou um fósforo e acendeu a vela. Um livro jazia aberto no soalho.

Seria o gato que o despegara da frisa da estante? Não apareceu o gato; e Cosme, voltando à rêde, pousou o castiçal numa cadeira, e ia apagando a luz quando sentiu um pequeno ruído como de passadas no corredor. De entre as fôlhas do in-fólio, que ficara escancarado sôbre o pavimento, fugira uma figurinha esguia, do tamanho de um boneco. Cosme, ainda tonto, tornou a erguer-se, acendeu o gás e pôs-se a persegui-lo. A consciência, por certo, bruxuleava, porque êle, tomando ao sério aquela sombrinha, miniatura quase inapreciável de homem, pretendeu colhê-la entre os dedos. Mas o pequeno, conseguindo refugiar-se atrás da estante, de súbito desapareceu. Cosme, então, voltando ao centro do quarto, apanhou o livro. Era o *Don Quixote,* ilustrado por Doré.

Cosme Velho esperou; examinando, porém, se o in-fólio sofrera alguma injúria, verificou, com grande pasmo, [que] a estampa na qual o Cavaleiro da Triste Figura aparece de lança em riste, com o elmo de Mambrino a cobrir-lhe o cenho, carregando sôbre um rebanho de carneiros, tinha-se descolocado do volume e jazia no chão quase apagada.

Talvez estivesse desacordado. Recolheu o livro à respectiva estante e procurou de nôvo dormir. Mal, porém, ia fechando os olhos, nôvo estrondo. Levantou-se, olhou: o in-fólio estava outra vez no chão. Que feitiçaria, aquela?

Não teve dúvida; acocorou-se atrás da secretária e espiou. Então viu outra figurinha, mas esta gorduchota e atarracada, que se pôs a correr de um lado para outro. A curiosidade de Cosme Velho afivelou-se. Suspendeu a respiração e aguardou o resto da cena.

— Ó Sancho, acaso julgavas-me perdido?

— Senhor cavaleiro, não penseis que nestes tempos crus o miolo me tenha ficado mais balordo do que o ventre que Deus me deu. Pois Rocinante valeria dez maravedis mais do que eu, se o vosso leal escudeiro acreditasse que um tão engenhoso fidalgo pudesse amarfanhar-se no meio de livros dasassuntados de cavalarias altas.

— Vajamos, pois, o que contêm êstes livros que mais parecem grandes missais. Ou tu és bruto e sandeu, ou reconhecerás a pouquidade dos mestraços que os escreveram; porque, no meu tempo, as histórias de Amadis de Gaula, de Galaor e de outros heróis eram tão pesadas e volumosas, que nem teu burro, com tua ajuda, seria capaz de carreteá-las.

— E, sem embargo disso, senhor meu, vós as lêstes tôdas.

E o minúsculo cavaleiro e mais o escudeiro puseram-se a correr, como camundongos, pelas frisas das estantes.

— Rabelais, *Fatos e Ditos Heróicos do Bom Pontagruel.* Com certeza, caro Sancho, eu nunca ouvi falar em semelhante cavaleiro.

— Porventura um homem muito ajuizado. Reparai, senhor, que se trata de um bom Pantagruel que proferia ditos heróicos. Ditos heróicos são sentenças... como as que eu dizia na ilha, onde, ao sabor dos povos, governei e exerci alta justiça.

— Discreteias tal qual o rabino de Granada. Abramos, entretanto, a obra para ver que segredos nos revela.

O in-fólio foi pôsto abaixo. Era a bela edição de Armand Silvestre, ilustrada com a obra de Garnier.

O trabalho do pintor francês é abundante, planturoso, e cheio de tanta vida e alegria, que não se sabe a quem mais admirar, se ao *joyeux compère,* se ao artista do século XIX que o interpretou.

Infelizmente, o Cavaleiro da Triste Figura mantinha a mesma austeridade antiga. Aquelas mulheres impudicas, ostentando formas carnais de arrôjo tal, que faria fugir o próprio Diabo, obrigaram-no a suspirar, recordando a pudicícia de Dulcinéia del Toboso.

— Fecha o livro, Sancho; tudo que aí vejo é pecaminoso como a obra mesma de Satanás.

Quis, porém, a sorte que o livro ficasse aberto na página em que são celebradas as proezas de Panúrgio, Epistêmon e outros companheiros de Pantagruel contra certo gigante.

— Mas, senhor cavaleiro, êstes são dos nossos. Pantagruel terçou armas com algum dos doze pares de França; quanto a Panúrgio, que certamente lhe serviu de escudeiro, leio aqui que avessava a albarda da prudência e tinha mais juízo nas tripas do que muitos doutôres físicos na cachola.

A fôlha do livro arrepanhou-se; e a figurinha de Panúrgio saltou para o meio dêles.

— Isto é contigo, disse Dom Quixote, puxando até ao centro a durindana. Escudeiros por escudeiros sejam lidados.

— Há nove anos sofro clausura nesta vil biblioteca, ponderou o recém-vindo; aqui habita um escriba que por artes mágicas me constrange. Se a vossa generosidade tentasse libertar-me dêste monstro, é bem possível que na minha nova vida eu pudesse, circulando, ensinar alguma coisa de proveitoso aos homens.

— Que ciência, então, professas, ilustre discípulo de Turpin?

— A ciência *d'estre joveux et de n'avoir autre soing, autre soucy que le sacrosaint domicile de notre celeste cerveau et que la serenité d'iceluy jamais ne soit troublée par nuées quelcomques de fascheries.*

Sancho olho para o amo com o assombro na face repolhuda e rubra. Dom Quixote e Panúrgio, ao mesmo tempo, sobressaltados, empertigavam-se e puxavam os montantes. Um silvo agudo rompia da mais próxima estante, e outro volume, por uma fôrça invisível. era atirado ao chão. O livro, então, era de pouco tomo; no dorso, lia-se *Fausto*. Abriu-se de meio a meio, e da página mais colorida saltou Mefistófeles, vibrando como uma espada de Toledo.

As três figuras anteriores recuaram espavoridas. O nôvo personagem os impressionara *de profundis*, pois nunca tinham imaginado riso tão fulgurante e igualmente tão sinistro.

Mefisto, metendo os dedos na bôca, soltou o clássico assovio da invenção de Boito. Sancho não hesitou; fazendo do balordismo agilidade, içou-se ao cimo de um guarda-papéis, onde existia um busto de bronze de Balzac, secretariado por uma coruja de ébano. Dom Quixote, entretanto, criara ânimo; a nevrose da agressão revivia nêle. Então Cosme Velho pôde assistir ao mais cômico dos episódios. O engenhoso fidalgo puxou da durindana e traçou uma cruz no ar. Esconjurava o feiticeiro de antanho na figura de Satanás.

Mefisto deu um mergulho, envolto na capa rubra, para evitar o gesto hierático do cavaleiro, e, empertigado sôbre os coturnos chispantes de fogo infernal, encarou-o, terrível, brandindo o florete de aço retorcido. Dom Quixote partiu a fundo; mas quando pensava demolir de um golpe o adversário, êste o desarmou num momento e, enrodilhando-o na ponta do florete como a um trapo, forçou o torniquete. Sancho, do mangrulho em que se empoleirava, teve um riso alvar. Nunca imaginava que seu amo tão fidalgo possuísse semelhante habilidade.

— Grande acrobata da toleima, disse o Diabo, deixando o pobre fidalgo deslombado, a tremer, no chão, vou dar-te alguns conselhos;

e que te aproveitem. Os homens não te ouviram. O mundo está virando; o grande Pã morreu; e desta vez de morte macaca; as damas não querem mais amôres; as mulheres são feministas e se propõem governar o sexo forte. Larga o cavalo; licencia o Pança; atira fora a espada e vai fazer-te industrial ou governador de algum estado minúsculo do Brasil.

§ 3.º

Cosme Velho esfregava os olhos. O episódio o divertia. Mefisto tinha desaparecido. Sancho, descendo, então, da papeleira, falou com energia. O tom foi conselheiral.

— Pois que o Diabo mudou de idéias, senhor meu amo, mudemos também nossos humores.

— Julgas, assim, retorquiu o Cavaleiro da Triste Figura, que eu seja capaz de mentir à fé jurada a minha dama? Miserável sandeu és tu, que me aconselhas semelhante vilania! Despeço-te de meu escudeiro. Tomo a meu serviço êste honrado homem, que não é um cevado como tu, mas um avisado secretário, conhecedor das coisas divinas e humanas.

— Panúrgio! exclamou Sancho, com o semblante profundamente devastado.

O sábio companheiro de Pantugruel zombou da ridícula pretensão.

— Muito cuidado, Panúrgio amigo, que as coisas de Espanha vão de mal a pior. Dom Quixote anda às voltas com o Cristo; e os padres estão tosquiando a fogo lento os teus carneiros.

Panúrgio volveu-se espantado para o lado da papeleira. O bronze de Balzac tinha-se animado. O grande romancista falara. A palavra do mestre assombrava a alma dos circunstantes.

Fora, o vento zunia furiosamente. De súbito, uma das vidraças abriu-se com violência e a sala escureceu; o pingente de luz incandescente partiu-se. O gás apagou-se.

O rumor da pequena caterva de liliputianos dissipara-se. Quando a claridade voltou, os minúsculos personagens haviam tornado às páginas ilustradas de onde se tinham evadido.

Cosme Velho regressou à rêde.

Um fenômeno curiosíssimo prendeu-lhe a atenção. O autor da *Comédia Humana* — desceu gravemente de seu pedestal e foi sentar-se no divã. Cosme ficou estarrecido. A sua simpatia pelo grande escritor francês era tão extraordinária, que êle se sentiu vertadeiramente hipnotizado.

Da rua, por uma fresta da vidraça, coava a luz baça de um combustor de gás.

A figura austera de Balzac erigia-se como a sombra de um deus nos Campos Elíseios. O profundo psicólogo recostou-se sôbre o divã e recolheu-se como se meditasse. Em que pensaria êle? Talvez tratava de recompor, *au dernier cri*, a *Comédia Humana*.

Era ao tempo que o combustor da rua se extinguia. A visão de Cosme Velho também se dissipava.

O dia amanheceu chuvoso. Um frio úmido predispunha Cosme Velho para o pessimismo.

Ergueu-se e, esquecido do sonho e das visões quixotescas anteriores, dispôs-se a um passeio matinal. Vestiu-se e saiu. A praia de Botafogo refulgia inundada por uma luz gritante e cheia de tonalidades brutas. O movimento dos veículos começava.

Cosme dirigiu-se até ao cais e pôs-se a olhar para uns caíques que singravam sôbre a face espelhante da enseada. Súbito, lembrou-se de Balzac. O pensamento supervagou numa ansiedade que êle classificava de satânica, porque nestas ocasiões sentia, apesar de seu temperamento, necessidade de fazer mal.

Regressou à casa. Recolheu-se ao gabinete. Um grande pavor encheu-lhe os olhos. Na pequena mesa junto ao divã viu algumas tiras de papel cobertas de umas garatujas quase ilegíveis. As tiras de papel eram suas; mas, as garatujas?! Quem as teria escrito?

Cosme ficou estarrecido. Todavia, animando-se, tomou-as e tentou decifrá-las. O caráter da letra era tão diferente da sua, que se tornava impossível atribuir o fato a sonambulismo.

Como é sabido, Cosme se tem na conta de livre-pensador. Por mais impressionado, portanto, que estivesse, não capitulou, e, recobrando a calma, tratou de dar uma explicação ao caso. Recorreu primeiro a um livro onde tinha em fac-símile as garatujas de Balzac. E, coisa estranha! o caráter de letra era, efetivamente, do autor da *Comédia Humana*.

Um tanto abalado, tentou ler o que estava ali escrito e não tardou em familiarizar-se com a grafia estranha que se lhe impunha, pelo menos naquele instante, como do próprio punho de Balzac.

Eis o que dizia o texto:

"Ao curioso que se der ao trabalho de percorrer estas linhas, pede-se, com instância, não se espante, nem com o estilo, nem com as idéias. O estilo parecerá confuso; as idéias são de um morto, mas de um morto que muito amou as coisas vivas e que, em grande parte, viveu do futuro.

"Não se diga, neste século XX, que Honoré de Balzac seria incapaz de compreender as obras literárias dos autores modernos"...

As linhas que se seguiam eram ilegíveis. Vinham, depois, estas palavras:

"... um romance escrito por uma senhora é sempre a reprodução da sua própria afetividade e da delicadeza de seus nervos.

"Aqui, puseram diante dos meus olhos de eliseano três livros escritos por mulheres. No meu tempo, a escritora que mais me impressionou foi George Sand. Era, incontestàvelmente, um espírito penetrante. Um filósofo alemão de hoje acha, porém, que a fecundidade dessa mulher lhe dava direito a ser classificada como a vaca leiteira da literatura. O alemão, entretanto, devia lembrar-se de que fôra uma outra vaca leiteira quem escrevera o livro *A Alemanha*.

"... Essa *América e Europa*, cujas páginas pude apenas percorrer com a ansiedade de um morto, deixou-me no espírito uma impressão estranha. No século em que vivi, os roteiros e os livros de viagens tinham feição muito diversa. As senhoras raramente se atreviam a sair do *manoir* e empreender viagens. Em regra, preferiam escrever enredos, à maneira de Mme. de Sévigné, da *rouelle*, onde os adoradores vinham entupir-lhes os ouvidos com as intrigas da alta roda.

"Fala-se nas memórias de uma Mme. de Rémusat e nas de Mme. Junot; por mais, porém, que êstes escritos saiam do estilo comumente empregado pelas mulheres, não podem classificar-se entre os livros de viagens; se o são, acrescentarei "através dos caracteres".

"Vejo que hoje não é mais assim; as senhoras viajam e escrevem os seus relatos, talvez com mais graça e perspicácia do que os homens.

"D. Maria Clara, cujo livro tenho diante dos olhos, viajou e escreveu o que viu nos dois hemisférios, comentando com agudeza e graça feminil assuntos de natureza social".

A estas palavras de Balzac, seguem-se diversas considerações sôbre a questão dos negros nos Estados Unidos. Como é sabido, o autor da *Comédia Humana* era um aristocrata. Para êle, o trabalho grosseiro da produção econômica não cabia ao homem de faculdades superiores. A escravidão, portanto, não lhe devia ser antipática. Daí a sua aversão à parte do livro que se ocupa com êsse assunto.

D. Maria Clara, pelo que observou naquele país, convenceu-se de que "o ódio de raça perdura e há de perdurar enquanto o homem branco, que é mais forte, não se modificar e não dispensar ao negro um pouco de tolerância, um pouco de brandura, já que o amor será quase impossível entre raças inimigas".

Na opinião da escritora, a república de Washington continua sob a ameaça de um grande perigo. São nove milhões de pretos. Basta esta cifra para aterrar. E, todavia, leis muito especiais têm sido

promulgadas no intuito de modificar essa situação de surda hostilidade, sem que o problema adiantasse um passo.

A autora do livro atribui-o ao preconceito do sangue maldito.

"Há escolas, colégios, cursos, liceus, igrejas e teatros especiais para gente de côr". Gente de côr, nos Estados Unidos, é todo o indivíduo que não fôr perfeitamente branco. Para que se considere uma pessoa infeccionada de *sangue maldito,* não é necessário grande esfôrço. Os americanos conhecem-no de longe. As ondas comprometedoras do cabelo, um longínquo prognatismo, a ligeira tumefação dos lábios e outros caracteres, que passam despercebidos aos olhos de um estrangeiro, são suficientes para dar o alarma.

D. Maria Clara achou tudo isso muito odioso; e a propósito refere um fato curioso. Estava ela em Washington, desejando assistir à missa numa igreja vizinha do hotel em que estava hospedada, foi surpreendida, ao entrar no templo, por uma advertência do guarda que estava à àporta, de que ali a missa era sòmente para pretos. Pela primeira vez, acrescenta a escritora, se permitia, em Washington, graças a Roosevelt, que os homens de côr entrassem num templo destinado à gente branca.

Balzac, com certeza, não aprovaria essa medida humanitária.

Aos filantropos, imbuídos da idéia de nivelamento social, oporia êle o pensamento que modernamente os inimigos da democracia agitam contra o socialismo e o anarquismo. Para Balzac, como para todos os aristocratas do pensamento, seria o mais grave ultraje à natureza tentar suprimir, tanto a hierarquia social, como a supremacia das raças conquistadoras.

Há um argumento contundente que os anglo-saxônios apresentam sempre àqueles que se mostram muito amigos da raça negra. É um argumento *ad hominem,* mas que produz sempre efeito revulsivo.

Ao entusiasta nivelador de raças perguntam êles se o seu humanitarismo chegaria ao ponto de conceder a filha a um noivo negro. É fácil compreender a hesitação da resposta: e raro será o branco que, por coerência, satisfaça em têrmos claros essa pergunta.

— *With a nigger, never!*

Seja, porém, como fôr, tal argumento não tem grande valor. Trata-se de uma questão social, e raciocínios de ordem estética, baseados em repugnâncias individuais, nada adiantam; em coisa alguma diferem das repugnâncias pelos alienígenas. Não há, acaso, quem fique horrorizado diante da idéia de dar uma filha a um anarquista, a um chim, a um militar, a um ateu, a um esquimó, a um siberiano?

Perguntas são estas que só têm importância em massa; nunca particularizadas. "Casa a tua filha com o filho de teu vizinho", diz o prolóquio popular. O que significa apenas que é sempre arriscado aliar-se a gente com o imprevisto. Quanto ao negro, ainda podemos considerar o seguinte: a diferença de côr na própria prole é uma coisa que se não tolera de coração alegre. E a questão social não tem que se imiscuir com um assunto de pura economia doméstica.

A autora da *América e Europa* sentiu tudo isso e o estereotipou nas suas impressões de viagem.

O que não escreveria Balzac se por acaso lesse estas palavras subscritas por alguma anarquista russa?

"A escravidão desapareceu, no ponto de vista da lei civil. Os códigos, nas nações cultas, eliminaram êsse instituto. O homem deixou de ser considerado coisa. O homem não é mais vendido nos mercados, como o boi e o cavalo; isto, porém, não impede que êle continue em sujeição igual, senão pior, a sujeição econômica, — a sujeição da fome. É certo que homem, individualmente, não é objeto de negócio, como qualquer mercadoria; não é menos verdade, porém, que, coletivamente, o seu trabalho é transferível, apesar de sua vontade, caso não queira morrer à míngua, pois outra coisa não se deve entender pela violência, exercida sôbre o operário, ligado aos destinos da fábrica que o assoldada e o detém na contingência de um salário vil e obrigado a quantas transformações, transferências e revoluções econômicas possam atingir o estabelecimento, passando dêste para aquêle proprietário, dêste para aquêle *trust,* — de velhas para novas tiranias, flutuando o trabalho no mar insondável das promessas aleatórias do capital".

Por outro lado, como muito bem o demonstrou um notável publicista, não será enforcando e queimando negros que se há de resolver o problema. Segundo a lei, os homens de côr são tão bons cidadãos como os brancos, "tendo, em princípios, as mesmas vantagens e os mesmos direitos que têm todos os que estão sob a bandeira estrelada".

Nada há, pois, que justifique as diabólicas ocorrências de Atlanta, em 1892.

Era natural que a primeira coisa que impressionasse a D. Maria Clara, nos Estados Unidos, fôsse a questão do negro, e desta ela tratou com espírito verdadeiramente brasileiro, isto é, com a independência de ânimo de quem viu em seu país resolver-se êsse problema no meio de risos e de flôres.

A prosa de Balzac, todavia, foi impiedosa, senão obscura, neste ponto, como em outros, em que a escritora se mostra extasiada diante das maravilhas produzidas pelo espírito da democracia moderna.

§ 4.º

À proporção que Cosme Velho ia desenrolando as tiras de papel escarafunchadas por essa letra quase indecifrável de um morto, crescia o seu pasmo, porque aquela obra só lhe parecia de espiritismo; e o que mais o inquietava era que tal escrita pudesse ser resultado de auto-sugestão. Mas, quando, e de que maneira? A crítica continuava. Agora, porém, referia-se a uma outra escritora brasileira, D. Júlia Lopes de Almeida.

Cosme Velho abugalhou o ôlho. Que o espírito do autor da *Comédia Humana* fôsse atropelado pela auto-sugestão, admitia-se como plausível; mas o caso complicava-se, porque a pessoa que escrevera sôbre a *Intrusa* repetia textualmente as notas que, dias antes, Cosme Velho lançara no papel, à medida que ia lendo o romance.

Eis o texto das notas copiadas, sem alteração de uma vírgula, pelo pseudo-espírito de Balzac:

"*O Jornal do Comércio* recomendara aos seus leitores o nôvo romance de D. Júlia Lopes. Sentindo desejo de ler a anunciada composição da nossa mais reputada romancista, tentei acompanhar a sua publicação no rodapé do *Jornal.* Digo tentei, porque raras vêzes tenho conseguido chegar ao fim da obra, empreendendo uma leitura interrompida e dispersiva. No caso de que se trata, porém, sucedeu encetar êsse trabalho justamente quando a publicação já ia pelo 6.º capítulo. Acresce a circunstância de que, em casa, outras pessoas liam o romance e diàriamente discutiam o caráter dos personagens e os intuitos da romancista. A minha curiosidade recrudesceu. Comecei logo a ler a narração e segui a publicação *au jour le jour.* Daí as impressões seguintes, sôbre os primeiros números:

"Uma cena de *garconnière.* Chove. Amigos do dono da casa jogam o pôquer. Apresentação de alguns personagens que usam uma linguagem, a meias-tintas, tocada de cinismo chique. Êstes amigos lembram comparsas dos romances de Eça de Queirós. Embora longìnquamente, são parentes de alguns lisboetas descritos nos *Maias* ou na *Ilustre Casa de Ramires.* Esta impressão não tarda, porém, a dissipar-se, por fôrça da influência intensa do meio brasileiro. O primeiro capítulo, pois, infunde desde logo uma grande simpatia pela obra. Os diálogos são espontâneos, naturais e sugestivos; o ambiente em que se agitam os personagens é descrito sem sobrecarga de detalhes, mas com vigor.

"O viúvo Argemiro, um dos personagens centrais do romance, pertence à fina flor da sociedade fluminense. É advogado, tem cultura e dispõe de recursos financeiros. Do malogrado consórcio, restava-lhe uma filha de nome Maria da Glória, a qual, por enquanto, era criada em casa dos avós, gente abastada, afeita ao luxo, a certa grandeza, dominada também por grandes preconceitos de educação. Os avós, como se diz vulgarmente, botavam a perder, com os seus extremos, a menina, — um *ai-jesus*.

"Logo às primeiras palavras pressente-se que êsse viúvo é um pouco fantástico. Aos amigos, diz êle que está cansado daquela vida de solteiro, uma vida sem as regalias do solteiro completo, privada do ambiente feminino, e, não obstante, constrangida pelas responsabilidades de pai e do respeito devido à filha. Por outro lado, revolta-o o andar separado de Maria da Glória, a quem a avó incute idéias que o assustam.

"Está, pois, resolvido a constituir um nôvo ambiente que lhe proporcione o prazer da companhia da filha, ao menos uma vez por semana. Para realizar êsse *desideratum*, está disposto a tomar uma governante, que não só se incumbirá de suas despesas domésticas, mas também ir-se-á preparando para acompanhar a Maria da Glória.

"Apesar da simplicidade do plano, os amigos estranham a facilidade com que Argemiro se desembaraça das objeções de ordem moral.

"Que espécie de *ménagère* vai ser esta imaginada pelo viúvo, rapariga, nem feia, nem bonita, mas ainda fresca, obtida por anúncios, e de cujas tentações julga-se resguardado com a simples providência de não a ver senão nos dias destinados à recepção da filha?

"Os amigos, com razão, manifestam o seu espanto; e dêsse espanto co-participa o padre Assunção, padrinho de Maria, figura que se debuxa nas primeiras linhas do romance tomando tão untuoso interêsse pela afilhada, por Argemiro e pelos avós, que dá que refletir.

"Os capítulos segundo e terceiro apresentam a baronesa do Sêrro Alegre a vulto inteiro. É a avó típica; a sogra pré-defunta. Agarrada à neta, revê nesta a filha; tem ciúmes do genro e acaba por envolver a menina numa vaga atmosfera de despeitos. Maria converte-se numa grande malcriada. Agita-a a todo o instante o espectro materno, que a velha, por inconsciente perversidade, faz surgir, a cada descuido paterno, quando alguma relíquia da defunta é esquecida.

"— 27 de fevereiro. Acabo de ler os n.os 7 a 10 da *Intrusa*.

"A governante sabe o seu ofício.

"É o primeiro dia de Maria na casa paterna. Alice, a governante, ouve boas; todavia, o primeiro ensaio de amansamento da menina corre sem grandes contratempos.

"Argemiro guarda a religião da viuvez. Tendo jurado à defunta não convolar a segundas núpcias; ao que me parece, até agora, porém, no ponto em que estou da leitura, êle não oferece sólidas garantias de manter essa resolução. Êsse viúvo está me saindo um grande dissimulado. Por ora, forçoso é confessar, a vítima da dissimulação é sòmente êle.

"Que tinha essa Mme. Pedrosa, mulher galante e coquete, refinada feiticeira, a quem não é desconhecida a arte de preparar sutis perfumes nas caçoulas das axilas, para estontear os homens, que tinha essa mulher perigosa de ir consultá-lo num escritório de advogado, onde apenas costumavam procurar os jurisconsultos corvos da praça ou ratos de cartório?

"Padre Assunção também não me parece muito desanuviado nos seus atos. Os cuidados para com a afilhada são excessivos. Naquele dia, êle já consegue ficar a sós com Alice e a menina. Os seus olhos sacerdotais alongam-se numa piedade cheia de candura, mas, não se sabe porque, — quase lacrimosa.

"A sogra de Argemiro era, em suma, quem preparava a situação. À sua influência devia o padre andar a imiscuir-se na vida do amigo. A baronesa vive assombrada com a possibilidade de uma *collage*.

O moleque Feliciano enreda; conta-lhe histórias; faz reticências; alude a fatos duvidosos. A baronesa bufa. O barão, que é mais sensato, expele o ex-mordomo, que zarpa de casa despeitado.

"Vejamos o rumo do romance.

"— 1.º de março. — N.ºs 11 e 12:

"A governante toma pé; Maria da Glória já não a repele; pelo contrário, sente-se vivamente atraída pelos carinhos e bom-senso de Alice.

"Essa môça é, por fim, uma fôrça. Triunfa. A baronesa desespera de ciúmes. Padre Assunção capitula. Não sucede outro tanto com essa Mme. Pedrosa, que pretende à fina fôrça casar a filha com um cavalheiro de posição política e de hábitos conselheirais. Tipo muito conhecido. Tenho o nome dêle debaixo da língua. Mulher descarada, alcoviteira e elegante, que se perfuma e torna-se capitosa para dois efeitos, — negócios e depravação.

"O capítulo em que tais caracteres se acentuam termina magistralmente.

"Depois da missa, conselhos à filha e ensino prático de vagabundagem em *coupé*. Uma ascensão às Paineiras, àquela hora de

ofício divino, é de se lhe tirar o chapéu... Bem razão teve Padre Assunção em descartar-se dela, à porta da matriz, não querendo se prestar a veículo de esmolas duvidosas, que podiam perfeitamente ser entregues independente de intermediário.

"— N.os 13 a 20.

"Li a parte da *Intrusa* referente a êsses números.

"Os acontecimentos se desenrolam numa atmosfera em que se pressentem os germes de um drama, embora os horizontes ainda sejam côr-de-rosa. O temperamento da escritora não é abrupto. Os caracteres que descreve nunca apresentam arestas muito agudas. Ainda os mais ásperos, como a baronesa e o Feliciano, afogam-se num ambiente de brandura.

"Alice conquista por inteiro o ânimo da sua educanda. Argemiro cada vez mais impressionado. Padre Assunção considera tudo quanto vê como fenômeno natural; é a dinâmica do amor... Peço perdão ao reverendo pelo mau juízo que ia fazendo do seu caráter. Trata-se de um sacerdote sério e amigo sincero do seu amigo. Infelizmente, sou pessimista no capítulo dos padres, de sorte que, raramente, deixo de desconfiar das suas intenções, máxime quando os encontro muito empenhados em infundir virtudes em mulheres formosas.

"O crioulo Feliciano, ultradespeitado com a sua queda, intriga, espiona. A petulância do negro chega ao ponto de lançar olhos cobiçosos para Alice. Apetites de antropófago domesticado pela carne branca.

"O miserável, estremunhado de raiva e de luxúria, sonha devorar as mãozinhas de ovelha da governante. Isto também importava num prazer de vingança. Sem Alice, a sua função de fâmulo de confiança não teria sido suprimida. Era, pois, preciso conspurcar aquela môça pretensiosa.

"A velha sogra, entretanto, chega ao supremo desespêro. Ela não se conforma com a ruína do prestígio exclusivo que exercia sôbre a alma da neta. Ruge. Por último, decide-se a atacar o reduto de frente. Muda-se, então, para a casa de Argemiro, durante a ausência dêste, por ocasião de uma viagem ao interior.

"Engatilha-se a tragédia. A menina, porém, não atende mais à avó; e, assim, sucede o que devia suceder. A baronesa, possessa, injuria a governante e a expulsa de uma casa que não é pròpriamente sua. Alice, que tem a noção exata da sua situação, resiste; não obedece.

"Vejamos a atitude de Argemiro, em frente de uma emergência tão melindrosa. Padre Assunção vai ao encontro do amigo na estação da Central e define o seu estado psíquico. O doutor é infor-

mado com a maior exatidão sôbre o que se havia passado. Fica revoltado com as brutalidades da sogra. Em seu espírito processa-se logo, inconscientemente, a reabilitação da môça e a conseqüente reparação do êrro cometido pela baronesa.

"A tua governante governou demais", diz o Padre Argemiro; "mas estou de acôrdo em que deves procurar guardá-la junto à tua filha; e talvez isto não seja tão difícil quanto te parece".

"*Facile credimus quod volumus.* Daí para o casamento, não havia senão um passo.

"São curiosíssimas essas reviravoltas do coração, e é preciso que o romancista possua um grande tato psicológico para descrevê-las sem deslizar pelas leviandades vulgares. Uma alma circunspecta e que sabe guardar o respeito à própria dignidade não transita por certos desfiladeiros, nem transpõe as grandes distâncias que separam sentimentos antagônicos sem aturados processos opostos às resistências naturais. Êsses movimentos não se operam à vista de todo [o] mundo; passam-se nas profundezas da alma e, às vêzes, na região do subconsciente.

"Trazer êsses dramas íntimos à superfície da vida quotidiana é o grande escolho dos artistas. Para realizá-lo com a decência que exige a estética, faz-se necessário, não só uma luz intensa, mas também uma sobriedade de tons e de sinais que sejam, ao mesmo tempo, fecundos e sugestivos.

"A tese da *Intrusa* é uma destas. Assunto difícil, delicado, sutil, por um nada podia tornar-se ridículo. A autora, todavia, evitou-o com rara habilidade, demonstrando, nesse trabalho, que os seus dotes de observadora e o seu talento de expressão progridem e se aperfeiçoam dia a dia".

As apreciações sôbre escritoras brasileiras prosseguiam. Mas agora a susprêsa de Cosme Velho se exagerava, porque a letra era visìvelmente sua.

Decididamente, tratava-se de um caso de sonambulismo. Quem escrevera tudo aquilo fôra êle... Mas, como, e quando? O lapso de memória o apavorava. Procurou, todavia, acalmar-se e, de conformidade com um velho hábito seu, suspendeu o curso das idéias que o afligiam, entregando-se à gravitação da vida normal. Leu, como se nada houvesse acontecido, o que havia escrito.

As primeiras tiras de papel referentes à autora de *Vesta* ocupamse da vida doméstica da escritora. Casada com um dos nossos mais notáveis juristas, e que também é um fino literato, D. Amélia Beviláqua representa o tipo mais perfeito e acabado da consorte de um homem de letras e de um pensador filósofo.

A tranqüilidade do lar constituído por êsse par feliz já mereceu, do prefaciador do livro *Alcione,* palavras que subscrevo. "Cuido que não me enganei quando, no álbum da família, escrevi algumas palavras, fazendo votos pela perpetuidade do casal venturoso, que se me afigurava destinado a realizar a lenda de *Filêmon* e *Báucis.* Era impossível que a meu espírito passassem despercebidos o sossêgo, a tranqüilidade, direi mesmo a poesia instintiva de grandeza moral que se respira no recinto de uma família inteiramente empenhada em fortalecer as idéias de seu chefe, tão notável nas suas construções jurídicas, assinaladoras do seu destino social, como na cultura das virtudes domésticas, que ainda o tornam mais digno de respeito, no meio da turbulência da vida atual".

A amenidade dessa vida pacífica fêz de *Báucis* uma narradora de contos e histórias ingênuas e simples, como o jardim em que vicejam aquelas duas almas.

Nos *Aspectos,* a escritora pernambucana, nortista até à raiz do cabelo, já nos tinha mostrado o seu entranhado amor ao Recife. É a característica de todo o escritor do Norte, enquanto não se deixa assimilar pelo Rio de Janeiro. Para D. Amélia Beviláqua, nada há que tenha os encantos do Capiberibe e do Beberibe, nem a beleza da Rua da Aurora, que é a Avenida Beira-Mar da formosa Mauricéia. Tais ilusões foram, em seu tempo, a tortura e a morte por consunção do nunca assaz lembrado e incompreendido Franklin Távora, notável romancista que conservou, numa irredutibilidade pasmosa, o *praieirismo,* digamos, o pernambucanismo, em que se inspirou desde as primeiras composições, pretendendo fazer na literatura o mesmo que Nunes Machado tentara na revolta de 1848.

A autora de *Vesta* não se consome, mas os seus livros estão todos cheios de saudade de sua terra. Não lhe queiramos mal por isso. É a sua melhor recomendação.

Neste ponto, o romance *Através da Vida* ainda é, na descrição dos costumes pernambucanos, uma variante dêsse *praieirismo.*

No que diz respeito ao romance *Vesta,* nota-se uma pequena modificação no caminho tomado por suas idéias. A heroína do livro não se ressente tanto da inflência do meio pernambucano. Vesta é uma desertora; embora os personagens sejam genuínos pernambucanos, há, no livro, um sôpro empoeirado da vida fluminense. Vesta é uma interessante mestiça, filha de um português com uma cabocla, — espécie de tipo "Canaca" da América do Norte, tão cotado hoje entre os *yankees,* pela beleza, fascinação do olhar e pelo riso eflorado de uma bôca polpuda, misto de devoção e sensualismo. Os dois sangues de Vesta criam-lhe na alma singulares

contradições. Daí todo o interêsse do romance. A sua educação é feita num colégio desta Capital, e basta esta circunstância para explicar o insucesso do casamento de Vesta. Insucesso, digo eu: e não se pode dar outro nome à catástrofe de uma alma que se sente, aos poucos, subverter ao pêso da dúvida e da indecisão, incapaz de um amor sereno.

Vesta, por fim, é uma triste vítima de si mesma. Sucumbe, porque há, devido à raça, uma cruel desproporção entre a sua resistência moral e a sua sensibilidade...

E, neste período, termina o manuscrito.

Só no dia seguinte pôde Cosme Velho verificar, examinando o que escrevera, que fôra vítima de uma séria perturbação hepática...

[TERCEIRA SÉRIE]

O TEATRO NACIONAL

J. Comércio, 25-12-1910

§ 1.º

A CAVEIRA DE BURRO

A Avenida triunfava. As *terrasses*, cheias; a fila de automóveis, uma espécie de préstito de entêrro, de súbito paralisado pela deliqüescência do prazer em expectativa; o sol, brilhante, dêsse brilho que só a palhêta do colorista oriental sabe exprimir, gritos, berros de automóveis, rumor pelos passeios; e as belezas cariocas, confeccionadas nos *ateliers* da moda, fazendo sonhar com as mulheres de Bizâncio, complicadas com as roupagens a Império e a Luís Filipe, afrontam a lassidão dos fatigados da vida.

Cosme Velho topa, ao atravessar a Rua *Sete*, o amigo João Rivas.

— Vamos ouvir o Ferri?

— A conferência é sôbre a mulher. Prefiro ler a *Faemina* ou observar, no *Pathé*, as últimas confecções do *Bon Marché*.

— Neste caso, sentemo-nos para tomar um *Psst*.

O café Jeremias estava repleto. Abancamos na calçada. A hora propícia para contemplar o *corso* das *entravées*, que passam, ostentando a sua quase nudez de Vênus, em busca dos elétricos da Jardim Botânico.

Atravessou, nesse instante, uma criatura estranha. Ia só. Apesar da *toilette*, sentia-se que era casta. Tocada, talvez, da loucura

do adôrno feminil, não usava a *maquillage*. Havia, contudo, em suas faces um colorido singular. Os olhos transluziam um misto de petulância elownesca e de sentimento trágico. No refêgo da túnica adivinhava-se um corpo cinzelado pelo deus da Volúpia em colaboração com Minerva, porque, ao mesmo tempo que essa môça atraía, contraindo o cenho, lançava um gesto de repulsa varonil.

— Quem é? perguntou Cosme.

— Néscio!

E a estranha rapariga sumiu-se no meio da multidão que assaltava os bondes.

A sua passagem, entretanto, não foi improfícua para a nossa palestra. Ela teve a felicidade de recordar uns acontecimentos antigos, que geraram-me na alma uma profunda queixa do nunca assaz lembrado Artur Azevedo.

— Que famosa trágica daria aquela brasileira, se houvesse quem a industriasse nos segredos da grande arte.

— Mas, se não a conheces, como podes fazer-lhe tão propício prognóstico?

— Ouvi-lhe a voz, cumprimentando outra, e surpreendi-lhe a expressão do semblante, profunda e fascinante, que revelou-me um mundo de desprêzo e de escárnio pela amiga a quem disse adeus, tudo isto com uma sutileza de traços, com um matiz de ironia, que só os mestres sabem compor.

— E depois...

— Depois? É que Artur Azevedo não quis se aparelhar para a educação dêsse gênero de teatro. E, a propósito, vou contar-te o motivo da mágoa que êsse ilustre brasileiro me causou, vai para uns quinze anos. A República ainda não saíra dos cueiros. Estávamos em 1895. Um dia, procurou-me o Dr. Inglês de Sousa para expor-me um plano que tinha sôbre o teatro nacional. Das idéias que então trocamos, resultou a mais completa unidade de vistas. Espírito versado tanto nas ciências jurídicas e sociais como na literatura, o autor do *Missionário* convenceu-me de que a restauração do teatro brasileiro não era impossível. Era preciso, porém, aproximar êsse meu amigo dos comediógrafos nacionais que nessa época ditavam a lei aos empresários e levantavam a curiosidade pública a seu talante. Dessa missão incumbi-me eu; e, poucos dias depois, tínhamos uma conferência com Artur Azevedo e Moreira Sampaio. Como é de prever, essa primeira escaramuça iluminou o horizonte das maiores esperanças. Ficou assentado que se convocaria, por convites, para uma grande reunião, o que houvesse na sociedade fluminense de mais seleto, sem distinção de classes ou profissões.

— Naturalmente, a idéia do Dr. Inglês de Sousa foi sepultada na pasta de alguma comissão.

— Pior do que isso...

— Como, então? Apareceu alguém que se interpusesse aos bons desejos do iniciador da idéia, para jugular o teatro nacional no nascedouro?

— Quase acertaste. Ouve. A grande reunião projetada efetuou-se. Foi presidida pelo Senador Tomás Delfino. Recordo-me de que alguns financeiros estiveram presentes e hipotecaram todo o seu auxílio em favor do emprendimento. Fundou-se, assim, a "Sociedade Teatro Brasileiro", sob os melhores auspícios; e incumbida uma comissão de redigir o projeto de estatutos, e da qual fizeram parte os Drs. Inglês de Sousa, Araripe Júnior, Moreira Sampaio, Major Urbano Duarte e Artur Azevedo; aprovado o trabalho prévio, começou-se a elaborar o plano de propaganda. Nessa ocasião, isto é, logo que começaram as conferências da comissão executiva, encarregada de preparar os elementos necessários à realização do pensamento do Dr. Inglês de Sousa, homem prático, mas de grande descortino no que entende com a arte e com o progresso social, sentiu-se que Artur Azevedo ciava à ré.

— Em matéria de teatro, sem negar o grande talento dêsse comediógrafo, o autor da *Véspera de Reis* sempre se revelou muito hesitante e particularista. Ou eu me engano, ou é certo que êsse grande trabalhador não confiava nas suas fôrças para meter-se em uma emprêsa arrojada. Com razão, talvez, o chamaram o Sarcey brasileiro. E talvez lhe fôsse bem aplicável o juízo de Lemaître sôbre Jorge Ohnet. Todo o seu talento cifrava-se em incutir nos comendadores a convicção de que, no seu teatro, elevam-se à sensação da arte.

— Justo. Era isso mesmo. Ninguém se ocupou, entre nós, tão persistentemente em regenerar o palco; mas também nenhum outro concorreu mais de que êle para diminuí-lo, gastando todo o seu talento na confecção de revistas. Um dia, disse-me êle que escrevera *Os Noivos*, que é, na realidade, uma tetéia no gênero, mas que o público desertara do teatro. *Ergo*, sendo Artur Azevedo um homem prático, o autor *tinha razão* e justificou-se, quando o acusaram de ter voltado às revistas livres, com o desastre das suas belas e deliciosas comédias em verso. Se Cristo e Buda pensassem assim, não teriam fundado religiões. Do que tudo se conclui que o comediógrafo brasileiro não era homem rigorosamente talhado para a missão que se impusera, sustentado por uma enorme clientela. Artur Azevedo, assim, obstruiu por longos anos o teatro brasileiro; e o instinto de conservação obrigou-o incessantemente a impedir que outros, por certo *eficientes*, metessem mãos à obra.

Foi por inspiração sua que o Heller chegou ao estupendo resultado de fazer um teatro, que se poderia chamar muito bem de *mestiço*, — o teatro que começou na Rua da Ajuda e veio extinguir-se na do Espírito Santo. Nesse teatro havia de tudo: — cômicos excelentes como o Vasques e o Guilherme de Aguiar, que cantavam operetas sem ter voz; atôres péssimos, que, entretanto, se faziam perdoar pela regular garganta; atrizes francesas, como Villiot, que representavam cenas da roça; brasileiros, portuguêses, franceses, espanhóis, russos, italianos, cabras roxos e mulatos azuis, *ex-vi* da *maquillage*: — um pandemônio, que, todavia, agradava, porque alguns eram dotados de grande talento artístico e, apesar disto, aí se estragaram. O Guilherme de Aguiar, por exemplo, com ser um cômico extraordinário, encobria um trágico de primeira ordem, capaz de executar, a primor, o papel do rei Lear, se achasse palco para isto. Estas belas coisas se afundaram; e devido a quê? À invasão da sinistra revista e do ignóbil maxixe, que davam dinheiro, muito dinheiro, aos regeneradores do teatro brasileiro. E como êstes estavam senhores da praça, nunca houve quem se animasse a estabelecer a separação dos gêneros, deixando-lhes o maxixe, que, para muitos fatigados, é a suprema diversão; mas tratando de fazer respeitar a arte em lugar apropriado.

Foi o sentimento dêsse estado mental das nossas platéias que sugeriu ao Dr. Inglês de Sousa, sem pensar nos verdadeiros autores ou fomentadores de tal descalabro, a idéia da fundação daquela sociedade.

§ 2.º

UM PROJETO BIFADO

Cosme Velho passou então a historiar os fatos que se seguiram à inauguração da Sociedade Teatro Brasileiro.

A comissão executiva reuniu-se várias vêzes, e das reuniões resultou um grande expediente, que foi impresso à custa do Dr. Inglês de Sousa e devia ser pôsto na rua pelo secretário da comissão, Artur Azevedo. O trabalho era árduo, mas o plano de ataque estava bem delineado e, uma vez pôsto em execução, seria coroado de êxito. Na última reunião, porém, percebeu-se qualquer agitação da parte de Artur Azevedo. O grande comediógrafo manifestava receio de que a extensão que se pretendia dar à fundação não viesse prejudicar um plano de teatro regional que se andava forjicando. É preciso convir que as idéias de Artur Azevedo sôbre teatro eram acanhadíssimas e destoavam por completo do espírito que

êle tão brilhantemente desperdiçava nas suas operetas, nos contos que o povo lia com verdadeira avidez, nas crônicas sempre disputadas pelos periódicos, nas palestras que eram o encanto dos amigos.

E senão vejamos o que êle escreveu naquele momento, a respeito do que entendia por escola teatral no Brasil.

"Dentro de quanto tempo estará construído o teatro?" perguntava êle. "Não sei. Tudo depende da boa vontade de todos em geral e de cada um em particular. Todo e qualquer donativo será bem recebido. Contamos, e por que não? que a municipalidade nos dê um terreno, que daqui nos venham alguns sacos de cal, dali algumas dúzias de tábuas, dacolá um milheiro de tijolos, etc.. Em tal penúria se acha o teatro brasileiro, que não é muito arranjar-lhe uma casa por esmolas".

Eis como, efetivamente, pensava Artur Azevedo. Teatro fundado pela caridade pública! Na essência, o que lhe assaltava o espírito era a idéia de um asilo para uma meia dúzia de atôres sem o mínimo valor, mas que estavam acostumados a albardar as suas revistas. Em suma, a sua clientela impunha-lhe o dever de propugnar pela criação de uma repartição municipal, onde os atôres amigos pudessem ter uma sinecura e a expectativa de uma boa aposentadoria; o que equivalia a fazer entrar o teatro na ordem esterilizante da burocracia.

Realmente, era triste ver tanta desorientação. O autor d'*Os Noivos* pensava ainda nos tempos de Molière, isto na época dos *trusts!* Convém repetir as suas textuais palavras: "Uma companhia nômada, composta de atôres de província, pateada em lugarejos insignificantes, chegou a Paris e fundou o Teatro Francês. É verdade que havia um Luís XIV e que o diretor do *mambembe* chamava-se Molière, mas se nós nos pusermos à espera de um Luís XIV e de Molière, é provável que, em matéria de teatro, jamais adiantemos um passo".

Aí têm, pois, o ideal daquele que tanto se esforçou para a regeneração, ou, antes, para a criação do nosso teatro. Construção de uma casa pelo sistema usado pelos vigários da roça na ereção de suas igrejas, escola de declamação no primeiro pardieiro oferecido pela municipalidade para as aulas com mestre régio arranjado em Portugal.

O expediente impresso ficou na pasta do secretário, que pôs-se a protelar. Ora uma coisa, ora outra, e nada de se entregar às redações dos jornais e aos homens de letras, que se mostravam interessados em prestar o seu útil auxílio às incumbências que lhes estavam reservadas.

Houve, então, quem ponderasse que Artur Azevedo, não tendo pulso para sustentar a manivela de uma máquina de pressão superior às suas fôrças, cuidou em desviar o esfôrço da comissão para o *mambembe* municipal. Interpelado, disse que julgava conveniente aguardar os acontecimentos, a fim de que não viesse a nova sociedade prejudicar alguma coisa que se estava fazendo na municipalidade. E, no visível intuito de matar a idéia de um teatro nacional, provocou uma reunião da comissão para ouvir o então Intendente J. do Carmo. Foi um desastre. Os primeiros fautores da fundação tarde compreenderam que não podiam contar com Artur Azevedo. E esfriaram, porque, de duas uma, ou teriam de encampar o convênio estabelecido entre êle e o Intendente, o que não era possível, ou se resolveriam a abrir luta contra o homem de mais prestígio entre os empresários e atôres.

Dêste modo, ficou o dito por não dito; e o teatro seguiu a sua sorte.

Um projeto foi a conseqüência dessa intervenção. Êsse projeto, que tem a data de 8 de abril de 1835, converteu-se no decreto legislativo municipal n.º 139, de 10 de maio do mesmo ano, em virtude do qual ficou o prefeito autorizado a expedir instruções e promover a organização do Teatro Brasileiro Municipal, de acôrdo com os decretos n.ºs 92, de 16 de junho de 1894, e 139, citado.

Pela primeira inspeção daquela lei, verifica-se o vício fundamental da nova criação. A primeira preocupação do legislador foi assegurar às mediocridades, que já estavam indicadas para artistas-municipais, um montepio e a equiparação aos demais funcionários da municipalidade. Com semelhante orientação, bem se vê o que podia sair de semelhante decreto. Pouco importa que se procurasse atender ao custeio da construção e do pessoal do futuro teatro. No bôjo da lei estava a *remora* destinada a tolher-lhe os efeitos e o movimento.

Veio, então, o decreto n.º 200, de 31 de outubro do mesmo ano, que estabeleceu o quadro do pessoal: 1 diretor-geral, 1 diretor de cena e ensaiador, 1 secretário arquivista, 1 professor de reta pronúncia, 1 professor de prática teatral, 10 atôres, 8 atrizes, 1 ponto, 1 contra-regra, 1 fiscal, 1 bilheteiro, 1 fiel, 1 maquinista e 1 contínuo. Os candidatos a êsses empregos, como é natural, abugalharam o ôlho logo para uma possível vitaliciedade.

Estava, pois, satisfeita a maior aspiração do malogrado Artur Azevedo e alentada, pelo menos, a idéia de uma arte municipal ou distrital, como também de uma poética suburbana. E, dêste modo, passou para os limbos a criação do Dr. Inglês de Sousa.

§ 3.º

OS MÁRMORES MUNICIPAIS

Cosme Velho fazia, assim, a formação da culpa dos empresários que apoiavam tudo quanto fôsse tendente a matar o espírito do teatro.

João Rivas obtemperou, tachando o relato do amigo de extremamente exagerado, e lembrou as sucessivas leis municipais, criando impostos destinados ao custeio da construção do edifício e da escola e repartição teatral.

— Tudo isso, acrescentou Cosme Velho, escorreria como água por uma peneira. De real, tinha de ficar sòmente o ordenado e o montepio, se não aparecesse o Dr. Pereira Passos, que começou pela construção do monumento, no qual, mais cedo ou mais tarde, virá habitar a arte nacional. Essa temeridade do Dr. Passos foi ainda uma decepção para Artur Azevedo; e êle não a arredou, como fizera com a Sociedade Teatro Brasileiro, porque se tratava de pedras, e não de idéias dependentes da propaganda. Na opinião do autor d'*Os Noivos,* êsse teatro, que aí está convidando o gênio artístico para nêle triunfar, era vasto demais para a modesta dramaturgia que êle sonhava, como se se pudesse admitir, em arte, modéstia ou mediocridade. Em suma, Artur Azevedo não conseguira ainda despreocupar-se do sonhado *teatro-companhia-de-socorros-mútuos.*

Era preferível continuar no chouto do cavalo velho dos tempos coloniais. Para guiar um automóvel da fôrça de cem cavalos, seria necessário um pulso vigoroso, de que não dispunha o escritor da *Véspera de Reis.*

O treatro construído por ordem do Dr. Passos é bem um *dreadnought* que exige no seu comando um almirante, mas um almirante dotado de qualidades variadas. Aquela máquina precisa de um administrador-artista, isto é, de um diretor desdobrado em um homem de muito gôsto, que não só saiba zelar os aparelhos de engenharia teatral, mas que também tenha a intuição do seu destino, no que entende com a estética e com as legítimas aspirações dos nossos homens de letras e dos nacionais que sentem vocação para o palco.

Neste ponto da palestra, João Rivas meteu uma objeção.

— Onde irá você encontrar êsse almirante?

— Não sei, por ora; mas tenho certeza de que êle existe. O homem das temeridades saiu da Prefeitura; e o que se deu depois equivale quase a uma catástrofe. Por um triz que não vi realizado um sonho que tive há pouco tempo. Com verdadeiro terror se me

afigurava o Rio de Janeiro submetido ao antigo regime dos cortiços e restaurado o célebre *Cabeça de Porco*. No sonho, aparecia-me, entre outras infâmias, o Palácio Monroe transformado em uma casa de mercado, imunda e tresandando a maresia e a peixe podre. O Teatro Municipal fôra reduzido a infecta casa de alugar cômodos, onde o viajante, espantado, via as *loggias* de mármores preciosos utilizadas como coradores de lavandarias de gente descida do morro do Pinto.

— Todavia, meu caro Cosme, a nova administração procurou, ao menos, levantar o espírito dos artistas, estabelecendo as aulas de prosódia e de história do teatro.

— Tudo isto me parece aleatório, tornou Cosme Velho. O que há de grave é o arrendamento do teatro. O contrato vigente não tem classificação; é uma coisa fantástica, macabra, pantagruélica; efetivamente, os mármores municipais ficaram, depois do arranjo desastroso com o Sr. Da Rosa, reduzidos a abrigo de *meetings* e a restaurante ou salão de banquetes congratulatórios. Para tal destino, não era necessário gastar tanto dinheiro, nem utilizar tão perfeitos maquinismos, nem tão apurado luxo; bastaria o salão Steinway, de São Paulo.

— Nem tanto ao mar, nem tanto a terra, ponderou J. Rivas. Na Europa, é muito usual darem-se banquetes e festas em teatros.

— Mas em teatros de que ordem? Na Grande Ópera, não me consta que já se tivesse feito isto. Seria um escândalo, que o fino parisiense não toleraria.

— Paris tem grandes recursos. O Rio de Janeiro só possui uma casa decente para uma festa suntuosa, — O Teatro Municipal.

— Por êste feitio, não tardará muito que o palácio da presidência sirva também para festas populares e maxixes desbragados. Isto não pode continuar. Dir-se-ia que os belos mármores municipais já são as ruínas do Pártenon, onde morcegos nojentos conspurcam as obras dos grandes artistas gregos. É preciso expelir êsses animais daninhos do templo da beleza, sanear o ambiente, pesteado, hoje, pelos miasmas pútridos de uma indústria inconfessável. Caiu a noite sôbre o Teatro Municipal. O coração sente-se oprimido ao ver tanta desorientação! Mas isto há de ter um fim; os reacionários hão de aparecer; e, então, o clarão de uma manhã auspiciosa surgirá, indicando, aos que verdadeiramente se interessam pelas belas-artes, o caminho que conduz à regeneração do teatro nacional.

E aqui o amigo Cosme Velho teve um dos seus costumados acessos de paradoxo. Não obstante o que se deu ùltimamente na baía de Guanabara, em que foram vistos alguns selvagens sobrevi-

ventes no meio da nossa civilização, de facho em punho, ameaçando fazer voar a cidade mais bela do mundo e fazendo refletir sôbre a imprevidência dos homens civilizados que os têm conservado assim até hoje, o otimista dos *Diálogos das Novas Grandezas do Brasil* achou possível a aparição, entre nós, do teatro trágico.

— Não se enganem com êsse espírito molecório que tem presidido aos nossos negócios. Na raça brasileira mantêm-se dois elementos, que nos têm impelido várias vêzes a cenas trágicas; e os sentimentos saturninos não são estranhos ao povo desta terra. Êstes dois elementos são o sangue do visigodo, que nos veio de Portugal nas caravelas de Cabral, e o do tupi, soturno e não raramente inclinado a paciências formidáveis. Estas considerações levam-me a crer que o retôrno ao teatro trágico, que, aliás, já possuímos no tempo de João Caetano, não é impossível. Compreende-se que, aqui, não se trata da tragédia clássica; mas da verdade intensa das paixões postas em cena com arte e de acôrdo com a observação dos psicólogos modernos. A existência das manifestações dêsse teatro depende, em parte, da crítica teatral. Esta, porém, ao que parece, anda muito mal orientada pelas *facilidades* do atual momento em França. Quando me recordo do que recentemente se deu nesta cultíssima capital, com a presença da atriz parisience Marta Régnier, não posso deixar de lamentar a culpa da imprensa, a delirar, sem a mínima compostura de crítica, diante das frivolidades dessa *cabotine*, dessa boneca de olhos buliçosos, elevada à altura de uma grande artista.

Ao passo que o *Lírico* não chegava a atrair mais de 100 espectadores, durante as récitas da empolgante e extraordinária Ema Gramática, enchia-se, à cunha, para ver, porque ouvir era impossível a dois terços da casa, e babar-se diante das frivolidades cênicas de uma figurinha petulante, que quase nenhum esfôrço fazia na execução de um repertório dramático, pela maior parte banal, pôsto em relêvo pela *Illustration* e pelos *clichés* do *Figaro*, da *Faemina* e das revistas teatrais de Paris.

Já em 1895, o Sr. Figueiredo Pimentel dizia, pelas colunas da *Gazeta de Notícias*, que a emprêsa teatral prepotente e sem escrúpulo *mandava* na imprensa. Em sua opinião, os nossos críticos de teatro, dependendo dos diretores e artistas, em regra, emudeciam, quando não se propunham transformar um Brandão e outros quatis de palco, antropóides, roucos, sem voz e com verdadeiro aspecto de canibais da Oceânia, em herdeiros dos primorosos dotes cênicos de João Caetano, Joaquim Augusto e dos dois Vasques, nos seus bons tempos.

Por essa mesma época, Coelho Neto (Caliban), em uma carta aberta a Artur Azevedo, citava as seguintes palavras de Guizot: "Nem as épocas das grandes desordens sociais, nem as das extremadas necessidades, são, para as massas, o momento de se entregarem, com transporte, aos prazeres da cena; a literatura não prospera senão ìntimamente unida com os gostos, os hábitos, — tôda a vida de um povo torna-se, para êle, uma ocupação e uma festa, um divertimento e uma necessidade. A poesia dramática depende, mais do que qualquer outro gênero, dessa profunda e geral união das artes com a sociedade".

Transcrevendo os conceitos daquele notável estadista, historiador e filósofo, que nada desmereceu dos homens por ter traduzido Shakespeare e produzido uma das críticas mais incisivas das obras do trágico inglês, mostrava-se o nosso grande e fecundo romancista entristecido; e como o teatro, no Brasil, se lhe afigurava uma sucursal das bacanais e do jôgo, tolerado pela polícia, o seu aplauso e adesão à idéia do Dr. Inglês de Sousa foram os mais completos e sinceros.

"Vai ser um trabalho para edificar", dizia êle, "sôbre as ruínas da Sodoma Teatral, um templo casto de arte, onde possam ter entrada, sem desar, os grandes mestres". Horrorizavam-no êsses *abarracamentos* detestáveis, que deixavam longe as truanices de Formica e Tabarin, e nos quais se exibiam, à farta, para regalo das platéias, "eróticas exposições de mulheres e chinerolas fanhas a zangarrearem como cabras doidas".

— Não faz muitos dias que nos encontramos no Garnier, dizia Cosme Velho. A nossa conversa com pouco caiu sôbre o teatro nacional e a tragédia, sem prejuízo dos gêneros que servem aos espíritos fatigados, que necessitam, não das obras fortes, mas da arte risonha, encanto do teatro e das almas cândidas. Disse, a propósito, que estava estudando o assunto de uma tragédia no seu feitio de artista brasileiro e adiantado. Depois falamos na escola teatral subsidiada, de acôrdo com aquêle contrato, e de que o Sr. Da Rosa o encarregara. Referiu-me as horríveis deficiências com que teve de lutar e contou-me coisas inteiramente novas para mim.

Chegou, apesar de tudo, a fazer milagres. Com o exíguo pessoal de professôres que vieram em seu auxílio, conseguiu cercar-se de discípulos, poucos, é verdade, mas cujas aptidões quase o assombraram. Um môço do comércio, chamado Vasques, bela figura, dotado de uma voz abaritonada e grave e de uma mobilidade de máscara fisionômica excepcional, apresentou-lhe, nas primeiras provas, tais surprêsas, que êle, em um momento, alucinado pelo surto daquela vocação, julgou ter empolgado pelos cabelos, no nau-

frágio da arte nacional, um futuro rival de Novelli, de Grasso, de Zacconi e de tantos outros grandes artistas.

Perguntei-lhe, então, pela razão da queda de tanta esperança. Coelho Neto respondeu: — o meio é sáfaro, e invade-o ainda o mal antigo; cansa, em pouco tempo, o mais robusto organismo, que tenta dominá-lo.

A *remora* do empresário, pensei eu. Há, no Rio de Janeiro, um português, bom homem, e trabalhador, que se dedica aos insetos. Êsse utilíssimo lusitano descobriu um ingrediente para exterminar cupim; e o seu remédio é eficaz, porque muitos prédios desta cidade já têm sido salvos da ruína, graças ao consciencioso trabalho dêsse *artista*. Pois bem, o teatro brasileiro deixou-se minar completamente por êsse inseto; é preciso, pois, que surja um exterminador do cupim moral que o ataca, para premuni-lo de total desabamento.

— Pois meu amigo Coelho Neto, ponderei-lhe, conta com todo o meu esfôrço, não só sob a máscara literária de que uso, mas também, no mundo civil, sob as funções que exerço. É imprescindível limpar o templo, enxotando os morcegos que o conspurcam.

Depois destas considerações, Cosme Velho, continuando a discorrer na sua prática com J. Rivas, chamou-lhe a atenção para uma entrevista, publicada na *Gazeta de Notícias,* acêrca da regeneração do nosso teatro, e realizada por um repórter a bordo do *Frisie.*

O repórter remeteu[-a] do estrangeiro e declara que o Sr. Guanabarino desaparecera do Rio repentinamente, e que, achando-se naquele paquête, a caminho de Lisboa, proporcionara-lhe um interrogatório sôbre os seus projetos, que se prendem diretamente ao Conservatório Dramático, do qual, segundo afirma, foi nomeado diretor.

É preciso notar aqui que êsse conservatório nada tem de oficial, e, seguramente, a função de que se trata não passa de incumbência meramente particular, para o que o empresário Da Rosa o escolheu.

Dessa entrevista colhem-se coisas muito curiosas.

Vai o Sr. Guanabarino contratar em Lisboa um professor [de] "declamação e arte representativa para funcionar durante um ano". E provàvelmente trará ao Brasil os atôres Muniz ou Antônio Pinheiro, talvez a Lucinda Simões. Quanto aos melhoramentos que o ilustre professor pretenda introduzir no nosso ensino dramático, entram a ginástica e a esgrima, para produzirem o ator físico ou o indivíduo forte. Esta hipótese é verdadeiramente digna de reparo. Com efeito, parece extraordinário que se trate de fortalecer um

homem pelos meios acima apontados, sem saber se êle tem vocação para o palco. Temos um tempo perdido, se acaso êsse indivíduo nasceu para atleta, e não para artista.

Na minha opinião, tudo isto é destituído de valor, por já ter passado à categoria das coisas cediças, não exageradas e aplicadas a tempo e a hora.

O problema fundamental é outro, muito outro, e eu não sei se o Sr. Guanabarino dispõe de competência para descobrir meios de resolvê-lo. Tudo é fácil e banal; o que não é fácil, nem simples, é vencer as resistências. Ora, as resistências são de duas espécies: — hábito do *ruim* e a pretensão do empresário. Ora, não vejo que o Sr. Guanabarino possua qualidades de comando, nem prestígio pessoal e também técnico, para debelar a soberbia dos pretensiosos e dos cavadores, que sempre fazem ato de presença, logo que se trata de realizar alguma coisa fora do comum. No Brasil, ainda não existem os *grafters* pavorosos, como se encontram no país dos *yankees;* mas já vão aparecendo manhosos empreiteiros, capazes de prometer tudo, nos seus contratos de cáusulas encobertas, e decididos a não cuidar senão de seus interêsse, empatando a ação dos que poderiam fazer alguma coisa.

Quanto à técnica, isto é, ao prestígio artístico, tenho dúvidas, — dúvidas muito bem fundadas.

A primeira afirmação dêsse ilustre jornalista e professor é de um absolutismo sem nome. O Sr. Guanabarino declara, com tôda a sua autoridade, que não temos literatura dramática. O gênero teatral que aqui se explora é simplesmente abominável, ainda mesmo como indústria; — imoral e incapaz de qualquer efeito educativo.

Se é verdade, e ninguém o põe em dúvida, que a literatura atual não corresponde à sua época, como a de 1856 e dos anos subseqüentes representou seu tempo, não é menos certo que essa literatura, um tanto escassa e imperfeita, por imitar a francesa daquelas eras, tem revelado, por seus autores, regulares aptidões para o drama psicológico e para a alta comédia. O público é que as desconhece e as despreza.

Como esteta, quis o Sr. Guanabarino dar o exemplo, exibindo uma peça simbolista, a qual foi traduzida para o italiano e representada por atôres italianos. Creio, porém, que o resultado teria sido negativo. O dramaturgo, naturalmente por não se ter pràviamente submetido a uma aula de ginástica e esgrima, nem desenvolvido a capacidade torácica, mostrou, a la par do crítico musical e teatral, que não lograra lazeres para aprender e compreender o que significa simbolismo. Isto, porém, é menos, porque o professor,

ao que parece, quanto à crítica, não pretende ir além da interpretação das rubricas, e, no que toca à composição de peças teatrais, limita-se a estudar d'Annunzio, que é um mau mestre, e alguns rebarbativos dramaturgos franceses, mal-enfronhados na simbólica da Idade Média e ainda pior na dos tempos angustiados que vão correndo. Ora, eu penso que um diretor de conservatório dramático deve ser um artista desdobrado em um bom e vigilante administrador. Além disto, é preciso que êle conheça todos os processos modernos da prosódia e da métrica natural da linguagem, para que possa imprimir caráter nas aulas essenciais de que verdadeiramente carece o autor de vocação. Não é sòmente de reta pronúncia que se trata; é dos segredos na vocalização, das entonações no palco, da cromática, do uso adequado dos graves e agudos. Recordo-me de que Emanuel, quando aqui representva no Teatro Lírico, apesar da vastidão dessa casa de espetáculo, pronunciava certas frases *sotto voce* que eram ouvidas perfeitamente dos pontos mais afastados do palco.

João Rivas, que escutara com a máxima atenção as observações do seu amigo, interrompeu:

– Diga-me uma coisa. Onde iremos encontrar um homem capaz de preencher essa função tão complexa?

Cosme Velho abaixou a cabeça e ficou pensativo. Depois, falou.

– Sei que existe quem tenha coragem para empreender essa tarefa, e Coelho Neto já mostrou que a possuía. No concernente à dificuldade de achar o técnico completo de que precisávamos, penso que o diretor das aulas do futuro conservatório, tal como você, que bem conhece os trabalhos de Swet de Viëtor, de Rppmann, de Passy e do malogrado Pierson, conjugado com o homem de letras encarregado da missão de reformar o teatro nacional, poderá encetar um trabalho decente e que se constitua o início de mais eficazes esforços. O Sr. Guanabarino, entretanto, disse ao repórter que o interpelou que ignorava se, dentro do prazo do curso oficial, seria possível obter uma companhia nacional, porque tudo "dependia do caso". Do caso?!!!... Bastaria essa proposição para torná-lo digno de uma demissão.

– Em suma... na sua opinião, ou novos elementos, ou nada.

– Que dúvida! Muito tinha que dizer sôbre êsse capítulo; mas urge tomar o bonde, porque o estômago também reclama os seus direitos. *Sine ira ac studio,* de outra vez voltarei à carga.

Chegava o elétrico de Humaitá. Cosme Velho despediu-se do amigo e zarpou para o seu tugúrio parrieiral.

OVIDIANAS

POR LACERDA COUTINHO

PUBLICAÇÃO EM CARTA-PREFÁCIO, AO LIVRO DO DR. JOSÉ CÂNDIDO LACERDA COUTINHO, *OVIDIANAS*, RIO DE JANEIRO, TIPOGRAFIA BERNARD FRÈRES, 1910 (PP. 5-7, E DATADA DE 2 SETEMBRO 1909. TAMBÉM PUBLICADA EM *LENDAS ESCANDINAVAS* (COMPILAÇÃO), DO MESMO AUTOR, MESMA EDITÔRA, 1917, PP. 1-3. CONSTA EM RODAPÉ: "PUBLICADO NOVAMENTE NO LIVRO *PÁGINAS SÔLTAS*."

Amigo Dr. Lacerda Coutinho.

Acuso o recebimento de sua carta de 26 do mês passado, a qual só agora posso responder.

Sabe quanto prezava os talentos de seu falecido pai e meu saudoso amigo; e disto já dei provas em pequeno estudo sôbre a sua personalidade moral e literária, publicado como prefácio à segunda edição do poema *Greenhalgh.*

O Dr. José Cândido, como eu, às vêzes, o chamava, para aludir à pureza dos seus sentimentos, durante o tempo em que fomos companheiros de secretaria, sempre se me apresentou completo, por qualquer aspecto que o encarasse.

É escusado dizer o que êle foi como funcionário público e médico: — dedicadíssimo à pedagogia e habilitadíssimo na técnica da instrução pública; — descrente, por excesso de espírito crítico, da ciência médica, apesar de muito versado nela, e, talvez, por isso mesmo.

O lado, porém, pelo qual seu pai mais me interessava era o do *causeur.*

A conversação do autor do *Greenhalgh* tornava-se encantadora quando êle estava em verve.

Uma das coisas que mais me impressionavam era o contraste da sua melancolia com a sátira que aquêle meu amigo manejava com uma graça inesquecível. Não lhe pareciam estranhas, também, as audácias rabelaisianas. Quando o seu espírito tombava para as histórias anedóticas de frades bernardos, os guizos de Anacreonte, de Lucius de Patras e de Luciano enrodilhavam-se, retinindo na forma preposta aos casos que narrava.

O que publicou, entretanto, foi muito pouco. Dos trabalhos inéditos, que várias vêzes o Dr. Lacerda Coutinho confiou-me para ler, destacam-se as *Ovidianas,* poemas deliciosos, em versos escandidos na perfeição, porque era mestre na arte poética, como o demonstrara no seu primeiro ensaio. E não podia ser de outro modo, pois o autor do *Greenhalgh* nunca deixara de praticar aquela arte e possuía todos os segredos que lhe forneciam os seus conhecimentos

dos poetas gregos, latinos, italianos, inglêses, que lia na língua original.

O autógrafo das *Ovidianas*, que tive em mãos, se não me falha a memória, compõe-se de quatro poemas, — *No Olimpo; Amimone; Vulcano e Minerva;* e *Pan e Diana.* Lembro-me, mais, de que o autor, com paciência extrema, conseguira ilustrar o texto, colando heliogravuras adrede escolhidas para representação dos personagens postos em cena.

Êstes poemas, na minha opinião, conquanto inspirados nas *Metamorfoses* do bardo latino e na paráfrase de Antônio de Castilho, têm um relêvo próprio; distinguem-se das fontes pelo feitio moderno, tanto no que entende com o movimento das figuras mitológicas, as quais pertencem quase à humanidade atual, apenas *travesties,* tal a vida e a volúpia cosmopolita que se notam no respetivo desenvolvimento, como no que é relativo à naturalidade do verso, que desliza, célere e risonho, conforme exige o assunto, — e o que mais é, — sem a mínima preocupação de arcaísmos, nem de exagerações puristas.

Sei que seu pai deixou inédito um volume de sonetos humorísticos e de poesias diversas, além de duas comédias, *Casa Para Alugar* e *A Mona Domingueira.* Não cheguei a conhecer estas produções.

Quando aos autógrafos das *Lendas Escandinavas,* fatos e legendas colhidas na História da Dinamarca, de Saxo Grammaticus, é um trabalho extenso e de grande valor, porque o autor não fêz uma paráfrase, mas buscou tirar das narrações informes de Saxo Grammaticus os fatos mais interessantes que se encontram naquela obra, para convertê-los em verdadeiros poemas dramáticos.

Foi esta a impressão que me deixou a leitura dêsses manuscritos.

Como é sabido, Saxo Grammaticus, que viveu nos fins do século 12.º, verteu, em grande parte, para o seu livro, os cantos e lendas dos Escaldas; dessa transcrição, não podia sair senão um trabalho no qual a poesia tudo tinha que perder. Todavia, tais narrações, devido à sua vetustez, têm os encantos e o sabor que sôbre elas lança a curiosidade de um passado obscuro.

A lenda de Hamlet, que Shakespeare colheu em Saxo Grammaticus, através de um conto de Belleforest, já grandemente embelezado, mostra em como, de qualquer história mediocremente contada, se alcança fazer uma obra-prima.

O Dr. Lacerda Coutinho, seu ilustre pai, realizando um verdadeiro *tour de force*, transformou o que havia de difuso naquelas narrações numa leitura amável.

Penso, pois, que o meu amigo prestaria um bom serviço às letras, dando publicidade, não só a essa obra, mas também às *Ovidianas*, e reeditando as já conhecidas dos leitores.

Do amigo afetuoso,

T. A. Araripe Júnior

ÍNDICE

O EMBLEMA do Centro de Pesquisas que vem figurando nas suas publicações, em desenho do pintor Santa Rosa, foi inspirado pela seguinte passagem do discurso de Rui Barbosa, pronunciado na Biblioteca Nacional por ocasião das festividades do seu jubileu, a 12 de julho de 1918: *"Se eu pudesse ter, à minha escolha, um monumento verdadeiro do trânsito da minha mediocridade pela Terra, o que me agradaria recomendar, seria uma ferramenta de trabalho, com o nome do operário e a inscrição daquilo de São Paulo na primeira aos Coríntios: "ABUNDANTIUS ILLIS OMNIBUS LABORAVI."*

Essas palavras, na sua simplicidade, falariam de uma vida laboriosa a outros obreiros, dando-lhes a impressão de continuidade entre as gerações sucessivas dos trabalhadores do pensamento através dessa passagem definitiva, que separa um do outro mundo."

A frase latina tem a seguinte tradução na edição bilíngüe da Bíblia feita pelo Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, cujo exemplar existente na biblioteca de Rui Barbosa possui sinais de leitura em quase tôdas as páginas: *"Tenho trabalhado mais copiosamente que todos êles."*

CASA DE RUI BARBOSA